



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA – CCMN
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGEO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

**Sociabilidade pública na cidade do Rio de Janeiro:
uma reflexão geográfica sobre a importância dos espaços públicos para
a existência das sociedades republicanas e democráticas**

Andre Felix de Souza

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Paulo Cesar da Costa Gomes

Coorientadora: Letícia Parente Ribeiro

Rio de Janeiro

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAGIA – PPGG

**Sociabilidade pública na cidade do Rio de Janeiro:
uma reflexão geográfica sobre a importância dos espaços públicos para
a existência das sociedades republicanas e democráticas**

Data da aprovação: 19 / 11/ 2020.

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Andre Felix de Souza

Aprovada por:

Prof. Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes (Orientador)
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof. Dra. Iná Elias de Castro
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Prof. Dra. Ana Marcela Ardila Pinto
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa
(Universidade Federal da Bahia)

Prof. Dra. Eda Maria Goes
(Universidade Estadual Paulista)

Rio de Janeiro

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CCMN – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

" ATA DE EXAME DE DEFESA DE TESE DE DOUTORADO

Defesa realizada às 14 horas do dia 19 de novembro de 2020.

Candidato(a): **ANDRE FELIX DE SOUZA**

Defesa de Tese versando sobre: **"Sociabilidade pública nas praças tijuicanas: uma reflexão geográfica sobre a importância dos espaços públicos para a existência das sociedades republicanas e democráticas"**.

Banca examinadora aprovada de Pós-Graduação do Instituto de Geociências. O (a) Candidato(a) foi considerado(a): **Aprovado** (Aprovado ou Reprovado) pela banca examinadora. Encerrados os trabalhos, o (a) Presidente da banca examinadora lavrou a Ata.

Parecer final da banca:

(A banca, por unanimidade, ressalta a qualidade intelectual da tese, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico)

Dr.(a) Paulo Cesar da Costa Gomes
Presidente da banca orientador(a) Prof.(a) Dr.(a)
(videoconferência)

Dr.(a) Iná Elias de Castro
Coorientadora
(videoconferência)

Dr.(a) Angelo Szaniecki Perret Serpa
(videoconferência)

Dr.(a) Ana Marcela Ardila Pinto
(videoconferência)

Dr.(a) Eda Maria Goes
(videoconferência)

Andre Felix de Souza
(videoconferência)

Ficha Catalográfica

CIP - Catalogação na Publicação

FA555s Felix de Souza, Andre
Sociabilidade pública na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão geográfica sobre a importância dos espaços públicos para a existência das sociedades republicanas e democráticas / Andre Felix de Souza. -- Rio de Janeiro, 2020.
517 f.

Orientador: Paulo Cesar da Costa Gomes.
Coorientadora: Letícia Parente Ribeiro.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

1. Espaços Públicos. 2. Sociabilidade Pública. I. Gomes, Paulo Cesar da Costa, orient. II. Ribeiro, Letícia Parente, coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Agradecimentos

- A família e, em especial, a Eliane Lima Felix de Souza, Yolanda de Andrade Lima e meus irmãos, sem os quais esse trabalho não teria sido possível.

- Ao professor Paulo Cesar da Costa Gomes (UFRJ): primeiramente, ao intelectual, cuja obra exerceu enorme influência na concepção desta tese, tanto em termos teórico-metodológicos, quanto do ponto de vista temático; em segundo lugar, ao professor/geógrafo, por décadas de dedicação e amor ao estudo e ao ensino da disciplina geográfica na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que propiciou inquestionáveis avanços para esta ciência, no Brasil e internacionalmente; em terceiro lugar, ao querido orientador/amigo, que durante uma década se dedicou à difícil tarefa de orientar minha jovial carreira acadêmica. Serei eternamente grato à oportunidade de ter convivido por anos com um intelectual dessa envergadura: sua trajetória, comprometimento, inteligência e erudição constituem para mim uma fonte inesgotável de admiração, de respeito e de inspiração; muito obrigado por tudo.

- A professora Letícia Parente Ribeiro (UFRJ), que durante todos esses anos abrilhantou nossas fatídicas reuniões realizadas às terças, com reflexões brilhantes, extremamente originais e sempre bem humoradas; sua dedicação, seus comentários, indicações, sugestões e opiniões foram essenciais para que este trabalho fosse realizado, em todas as etapas do processo de produção desta pesquisa.

- A todos os integrantes do Grupo de Pesquisa Território e Cidadania (UFRJ), que sempre reuniu estudantes e professores comprometidos com a produção de pesquisas de alto nível acadêmico: primeiramente, ao querido amigo Rafael Gomes, que desde o início do curso de doutorado foi o meu principal interlocutor, nossas conversas e debates foram fundamentais nesta pesquisa; devo agradecer ainda a Amanda Carvalho, Igor Campos, Clara Aquino, João Cavaliere, Bernardo Alvarez, João Bragança, Beatriz Brum, Vinícius Burle, Lívia Simões e Gabriela Leles, pela ajuda na realização dos trabalhos de campo, pela transcrição e tabulação dos dados da pesquisa empírica e pela confecção de mapas e croquis; gostaria de agradecer também a Renato Frias, Marcos Gois e Thomaz Menezes, que sempre se mostraram solícitos e interessados nesta pesquisa em nossas incontáveis conversas e debates nos corredores da UFRJ.

- Aos professores Laurent Vidal (*Université La Rochelle*) e Ana Maria Daou (UFRJ), pela leitura de uma versão preliminar do texto.

- Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, seus funcionários e seu corpo docente.

- A CAPES pela bolsa de doutorado.

- Ao Centro Acadêmico Evaristo de Castro Júnior (CAGEO-UFRJ) e ao Diretório Acadêmico de Geologia (DAGEO-UFRJ), pelos momentos festivos e lúdicos, mas também pelos debates e conversas sobre os temas mais diversos possíveis.

- A todos os amigos e conhecidos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Sumário

Índice de figuras	X
--------------------------------	---

Resumo/Abstract	XVI
------------------------------	-----

Introdução: a problemática

1. O tema, a motivação, o problema e as questões.....	18
2. A justificativa.....	20
3. Os objetivos.....	22
4. A estrutura.....	22

Capítulo I – Uma narrativa dos espaços públicos: regressão, decadência, crise e contraponto

1. Introdução.....	25
2. Política e espaços públicos: o nascimento da democracia.....	30
3. <i>A polis</i> e a <i>ágora</i> : a política e o espaço público.....	33
4. O espaço público: liberdade, igualdade e diversidade.....	36
5. Espaços públicos e isonomia.....	40
6. O advento dos Estados Modernos e a civilização dos costumes.....	43
7. Cortesia, civilidade e civilização.....	45
8. O processo de formação dos Estados Modernos.....	49
9. O nascimento da esfera pública burguesa.....	54
10. Os novos espaços públicos: os cafés e os salões.....	57
11. Esfera pública, imprensa, opinião pública e o Estado de Direito burguês.....	61
12. Ascensão e queda da esfera pública burguesa.....	65
13. A comunicação de massa e a manipulação da esfera pública burguesa.....	69
14. A “morte” dos espaços públicos e o triunfo da priva(cidade).....	73
15. O crescimento das cidades e a consolidação da divisão público/privado.....	76
16. O “renascimento” dos espaços públicos abertos: o exemplo das praças.....	78
17. Cosmopolitismo, comportamento público e as novas instituições urbanas.....	82

18. O <i>flâneur</i> , a ecologia dos <i>quartiers</i> e os <i>grands boulevards</i>	90
19. O capitalismo industrial e o silêncio da vida pública.....	94
20. O individualismo, a segregação socioespacial e o declínio do homem público.....	98
21. A ascensão da esfera híbrida: a promoção do social.....	102
22. Os espaços públicos e as metrópoles modernas.....	108

Capítulo II - Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão

1. Introdução.....	124
2. Os espaços públicos nas metrópoles pós-modernas: a tese do fim dos espaços públicos.....	125
3. A privatização dos espaços públicos e a multiplicação dos espaços de entretenimento, lazer e consumo privados.....	130
4. As consequências da produção e da gestão privadas dos espaços públicos para a vida pública.....	136
5. A produção desigual da cidade: espaços públicos, gentrificação e o urbanismo neoliberal.....	140
6. Violência urbana e os sistemas de vigilância nos espaços públicos.....	148
7. A domesticação dos espaços públicos.....	152
8. A relação entre as noções de esfera pública e espaço público.....	153
9. Democracia, cidadania, sociedade civil, publicidade e a vida cotidiana: o direito de uso dos espaços públicos.....	171
10. A importância da morfologia física para o sucesso de utilização dos espaços públicos.....	183
11. Os espaços públicos concebidos como lugares de celebração da diversidade e da copresença de uma pluralidade de públicos.....	187
12. Cosmopolitismo, globalização e espaços públicos: as cosmó(polis) do século XXI e o advento da esfera pública global.....	196
13. Espaços públicos e espaços virtuais: publicidade e as mídias eletrônicas.....	209
14. Gênero, sexualidade e espaços públicos: a visibilidade da diversidade.....	216

15. Religião nos espaços públicos: o exemplo do islã.....	222
16. Diversidade étnica e espaços públicos: racismo e multiculturalismo.....	226
17. Os jovens e os espaços públicos: sociabilidade, regulação e contestação.....	235
18. Desordem pública e espaços públicos: a cidadania insurgente.....	242
19. Os espaços públicos no Brasil: desigualdade socioespacial e a cidadania corrompida.....	249
20. Espaços públicos, espaços políticos.....	255
21. A sociabilidade pública concebida como um código comportamental de convivência de natureza política-espacial-interacional.....	260

Capítulo III - Sociabilidade pública e geografia: uma discussão teórico- metodológico-conceitual

1. Introdução.....	282
2. Os quadros geográficos concebidos como conformadores epistemológicos: o trabalho de campo e a geografia.....	284
3. A cidade descrita como um complexo sistema de interações: a perspectiva interacionista e suas possibilidades para a geografia.....	312
4. Estudando as redes e sistemas urbanos: a contribuição da teoria das localidades centrais.....	320
5. O sistema de espaços públicos: a centralidade pública	328
6. Do sistema de espaços públicos às suas organizações espaciais internas.....	334
7. Os conceitos empíricos: os elementos polarizadores e as unidades morfo- comportamentais.....	335
8. Uma geografia da sociabilidade pública.....	336
9. Os trabalhos de campo e os instrumentos metodológicos desta pesquisa.....	338

Capítulo IV - Sociabilidade pública nas praças tijucanas

1. Introdução.....	344
2. Apresentando o bairro da Tijuca.....	347
3. Um tour iconográfico pelas praças da Tijuca.....	363
Largo da Usina (367); Praça Professor Pinheiro Guimarães (369); Praça Bela (371); Largo Professor Godim Neto (373); Praça Tabatinga (375); Praça Hans	

Klussman (377); Praça Gabriel Soares (379); Praça Barão de Corumbá (381); Praça São Charbel (383); Praça Larmartine Babo (385); Praça Inonimada (387) Praça Celso Rocha Miranda (389); Praça Luís Lã Saigne (391); Praça Vanhargem (393); Praça Hilda (395); Praça Dulce (397); Largo São Maron (399); Praça Carlos Paoleira (401); Praça São Francisco Xavier (403); Praça Irmão Gonsalves Xavier (405); Praça Ziembinski (407); Praça Paulo Emílio Costa Leite (409); Praça Doutor Álvaro Bragança (411); Praça Manoel Coelho Mendes (413); Praça da Medalha Milagrosa (415); Praça Euzébio de Oliveira (417); Praça Afonso Pena (419), Praça Saens Peña (421) e Praça Comandante Xavier de Brito (423)	
4. Uma geografia da sociabilidade pública nas praças tijuicanas.....	424
5. Os graus de publicidade: as áreas de influência das praças da Tijuca.....	469
6. Um sistema de espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro.....	475
Considerações finais: o fim dos espaços públicos?.....	477
Referências bibliográficas.....	482
Anexos: instrumentos metodológicos.....	512

Índice de figuras

Figura 1: Gráfico - artigos espaços públicos em periódicos de geografia em língua inglesa por ano de publicação.....	19
Figura 2: Gráfico - definições do conceito de espaços públicos em artigos, capítulos e livros escritos por geógrafos em língua inglesa em relação ao número absoluto de aparições.....	156
Figura 3: Tabela - definições em português do dicionário Houaiss das expressões cortesia, polidez, civilidade, urbanidade, cosmopolitismo e cidadania.....	277
Figura 4: Tabela – coleta de dados dos trabalhos de campo.....	340
Figura 5: Mapa – localização geográfica do bairro da Tijuca.....	346
Figura 6: Mapa - localização das praças tijucanas organizadas segundo uma tipologia de tamanho.....	364
Figura 7: Gráficos - área das praças/quantidade de equipamentos; área das praças/variedade de equipamentos; atividades regulares/área das praças; atividades/equipamentos.....	365
Figura 8: Mosaico de fotografias - Largo da Usina.....	366
Figura 9: Tabela - descrição dos manuais de observação do Largo da Usina.....	367
Figura 10: Mosaico de fotografias - Praça Professor Pinheiro Guimarães.....	368
Figura 11: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Professor Pinheiro Guimarães.....	369
Figura 12: Mosaico de fotografias - Praça Bela.....	370
Figura 13: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Bela.....	371
Figura 14: Mosaico de fotografias - Largo Professor Godim Neto.....	372
Figura 15: Tabela - descrição dos manuais de observação do Largo Professor Godim Neto.....	373
Figura 16: Mosaico de fotografias - Praça Tabatinga.....	374
Figura 17: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Tabatinga.....	375
Figura 18: Mosaico de fotografias - Praça Hans Klussman.....	376
Figura 19: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Hans Klussman.....	377
Figura 20: Mosaico de fotografias - Praça Gabriel Soares.....	378
Figura 21: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Gabriel Soares.....	379
Figura 22: Mosaico de fotografias - Praça Barão de Corumbá.....	380

Figura 23: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Barão de Corumbá.....	381
Figura 24: Mosaico de fotografias - Praça São Charbel.....	382
Figura 25: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça São Charbel.....	383
Figura 26: Mosaico de fotografias - Praça Lamartine Babo.....	384
Figura 27: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Lamartine Babo.....	385
Figura 28: Mosaico de fotografias - Praça Inonimada.....	386
Figura 29: Tabela de descrição - manuais de observação da Praça Inonimada.....	387
Figura 30: Mosaico de fotografias - Praça Celso Rocha Miranda.....	388
Figura 31: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Celso Rocha Miranda.....	389
Figura 32: Mosaico de fotografias - Praça Luís Lã Saigne.....	390
Figura 33: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Luís Lã Saigne.....	391
Figura 34: Mosaico de fotografias - Praça Vanhargem.....	392
Figura 35: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Vanhargem.....	393
Figura 36: Mosaico de fotografias - Praça Hilda.....	394
Figura 37: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Hilda.....	395
Figura 38: Mosaico de fotografias - Praça Dulce.....	396
Figura 39: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Dulce.....	397
Figura 40: Mosaico de fotografias - Largo São Maron.....	398
Figura 41: Tabela - descrição dos manuais de observação do Largo São Maron.....	399
Figura 42: Mosaico de fotografias - Praça Carlos Paoleira.....	400
Figura 43: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Carlos Paoleira.....	401
Figura 44: Mosaico de fotografias - Praça São Francisco Xavier.....	402
Figura 45: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça São Francisco Xavier.....	403
Figura 46: Mosaico de fotografias - Praça Irmãos Gonçalves Xavier.....	404
Figura 47: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça irmãos Gonçalves Xavier.....	405

Figura 48: Mosaico de fotografias - Praça Ziembinsk.....	406
Figura 49: tabela de descrição dos manuais de observação da Praça Ziembinsk.....	407
Figura 50: Mosaico de fotografias - Praça Paulo Emílio da Costa Leite.....	408
Figura 51: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Paulo Emílio Costa Leite.....	409
Figura 52: Mosaico de fotografias - Praça Doutor Álvaro Bragança.....	410
Figura 53: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Doutor Álvaro Bragança.....	411
Figura 54: Mosaico de fotografias - Praça Manoel Coelho Mendes.....	412
Figura 55: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Manoel Coelho Mendes.....	413
Figura 56: Mosaico de fotografias - Praça da Medalha Milagrosa.....	414
Figura 57: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça da Medalha Milagrosa.....	415
Figura 58: Mosaico de fotografias - Praça Euzébio de Oliveira.....	416
Figura 59: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Euzébio de Oliveira.....	417
Figura 60: Mosaico de fotografias - Praça Afonso Pena.....	418
Figura 61: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Afonso Pena.....	419
Figura 62: Mosaico de fotografias - Praça Saens Peña.....	420
Figura 63: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Saens Peña.....	421
Figura 64: Mosaico de fotografias - Praça Comandante Xavier de Brito.....	422
Figura 65: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Comandante Xavier de Brito.....	423
Figura 66: Croqui - unidades morfo-comportamentais Praça Afonso Pena.....	424
Figura 67: Nuvem de palavras - elementos polarizadores Praça Afonso Pena.....	424
Figura 68: Croqui - unidades morfo-comportamentais Praça Saens Peña.....	425
Figura 69: Nuvem de palavras - elementos polarizadores Praça Saens Peña.....	425
Figura 70: Croqui - unidades morfo-comportamentais Praça Comandante Xavier de Brito.....	426
Figura 71: Nuvem de palavras - elementos polarizadores Praça Comandante Xavier de Brito.....	426

Figura 72: Mosaico de fotografias - bancos e assentos.....	429
Figura 73: Mosaico de fotografias - mesas com assentos.....	430
Figura 74: Mosaico de fotografias - parques infantis.....	431
Figura 75: Mosaico de fotografias – coretos.....	433
Figura 76: Mosaico de fotografias - parques de cachorros.....	434
Figura 77: Mosaico de fotografias - academias da terceira idade.....	435
Figura 78: Mosaico de fotografias – equipamentos de musculação.....	436
Figura 79: Mosaico de fotografias - pistas de corrida e caminhada.....	437
Figura 80: Mosaico de fotografias - quadra poliesportiva; pista de bocha; tai chi chuan; crossfit; capoeira.....	438
Figura 81: Mosaico de fotografias - quiosque de flores; banca de jornal; estações de metrô; pontos de ônibus e bicicletários.....	439
Figura 82: Mosaico de fotografias – amenidades.....	440
Figura 83: Mosaico de fotografias - feiras livres e comércio de rua.....	441
Figura 84: Mosaico de fotografias - brinquedos privados, cavalos, pôneis e doação de animais.....	443
Figura 85: Mosaico de fotografias - pessoas em situação de rua.....	444
Figura 86: Mosaico de fotografias - oficina de teatro.....	445
Figura 87: mosaico de fotografias - protesto político e manifestação pró-saúde pública.....	445
Figura 88: Mosaico de fotografias - ações sociais/cidadania e apresentação musical.....	446
Figura 89: Gráfico - sexo dos frequentadores das praças tijuicanas.....	448
Figura 90: Gráfico - idade dos frequentadores das praças tijuicanas.....	448
Figura 91: grau de instrução dos frequentadores das praças tijuicanas.....	449
Figura 92: Gráfico - ocupação principal dos frequentadores das praças tijuicanas.....	449
Figura 93: Gráfico - frequência de uso das praças tijuicanas.....	450
Figura 94: Gráfico - período da semana em que os frequentadores utilizam as praças tijuicanas.....	450
Figura 95: Gráfico - você tem o costume de visitar diferentes espaços públicos do seu bairro e/ou da cidade do Rio de Janeiro?	452

Figura 96: Gráfico - em uma escala de 0 a 5, que números você associaria aos seguintes espaços públicos:.....	452
Figura 97: Nuvem de palavras - quando você vai a esses espaços públicos o que você costuma fazer, que atividades você costuma realizar?.....	454
Figura 98: Nuvem de palavras - o que você acha que te atrai nesses espaços? privados?.....	454
Figura 99: Gráfico - você acha que esses espaços públicos são frequentados por todos os “tipos” de pessoas?.....	456
Figura 100: Gráfico - quando você vai a esses espaços, há alguma forma de uso ou apropriação da qual você não goste?.....	456
Figura 101: Gráfico - a presença de algum “tipo” de frequentador te incomoda?.....	458
Figura 102: Nuvem de palavras - o que você pensa em relação à população em situação de rua que frequenta os espaços públicos?.....	458
Figura 103: Nuvem de palavras - o que você pensa em relação ao comércio de rua (ambulantes e fixos) nos espaços públicos?.....	460
Figura 104: Gráfico - você costuma frequentar feiras livres que são realizadas nos espaços públicos?.....	460
Figura 105: Gráfico - você considera os espaços públicos lugares “seguros” para se frequentar?.....	462
Figura 106: Nuvem de palavras - o que você pensa em relação à presença ostensiva de agentes de segurança pública e/ou privados nos espaços públicos?.....	462
Figura 107: Gráfico - em uma escala de 0 a 5, qual a importância dos espaços públicos para a existência das seguintes atividades?.....	464
Figura 108: Gráfico - você tem o costume de conversar com outras pessoas (conhecidas e/ou desconhecidas) quando vai aos espaços públicos?.....	464
Figura 109: Gráfico - em uma escala de 0 a 5, sobre que temas você costuma conversar?.....	465
Figura 110: Mapa - área de influência da Praça Afonso Pena.....	466
Figura 111: Mapa - área de influência da Praça Saens Peña.....	467
Figura 112: Mapa - área de influência da Praça Comandante Xavier de Brito.....	468
Figura 113: Tabela - proporção de residentes e não residentes do bairro da Tijuca que frequenta as praças do bairro.....	469
Figura 114: Mapa - sistema de espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro que polariza o bairro da Tijuca.....	471
Figura 115: tabela - espaços públicos mais frequentados pelos utilizadores das praças do bairro da Tijuca.....	473

Figura 116: Gráfico - população global vivendo sob diferentes regimes políticos.....	481
Figura 117: Anexo 1 (manual de observação A)	513
Figura 118: Anexo 2 (manual de observação B)	514
Figura 119: Anexo 3 (questionário).....	515
Figura 120: Anexo 4 (entrevista).....	516
Figura 121: Anexo 5 (crachá de identificação).....	517
Figura 122: Anexo 6 (mosaico de fotografias cadernetas de campo)	517

Resumo

O tema dos espaços públicos demorou até se consolidar como um objeto de investigação científica relativamente autônomo. Somente após a década de 1990 que o interesse por esse tema foi de fato despertado nas ciências sociais, nas humanidades, na geografia e nos assim chamados estudos urbanos: alguma coisa estava acontecendo em cidades de todo o mundo que despertou a atenção de intelectuais e teóricos das mais diversas áreas do conhecimento e matizes epistemológicos, teóricos e metodológicos, transformando o tema dos espaços públicos em um dos mais populares entre os estudiosos das cidades. De maneira geral, podemos classificar essa extensa bibliografia em duas perspectivas principais: um ponto de vista pessimista e um ponto de vista otimista. A primeira perspectiva, a pessimista, faz apelo às ideias de “regressão”, “decadência” e “crise” para descrever a situação dos espaços públicos nas cidades contemporâneas. A segunda perspectiva, a otimista, por outro lado, reafirma a importância dos espaços públicos nas sociedades e cidades contemporâneas. Sem desconsiderar a primeira perspectiva, nesta tese, particularmente, gostaríamos de dialogar com o ponto de vista otimista, oferecendo, pois, uma visão alternativa à essa leitura pessimista que se tornou hegemônica na literatura especializada: à luz do estudo geográfico da sociabilidade pública, pretendemos demonstrar ao leitor o papel fundamental que os espaços públicos desempenham para a existência das sociedades republicanas e democráticas.

Abstract

The theme of public spaces took time to consolidate itself as an object of relatively autonomous scientific investigation. It was only after the 1990s that interest in this topic was really aroused in the social sciences, humanities, geography and so-called urban studies: something was happening in cities around the world that attracted the attention of intellectuals and theorists from the most diverse areas of knowledge and epistemological, theoretical and methodological nuances, transforming the theme of public spaces into one of the most popular among city scholars. In general, we can classify this extensive bibliography in two main perspectives: a pessimistic point of view and an optimistic point of view. The first perspective, the pessimistic one, appeals to the ideas of "regression", "decay" and "crisis" to describe the situation of public spaces in contemporary cities. The second, optimistic perspective, on the other hand, reaffirms the importance of public spaces in contemporary societies and cities. Without disregarding

the first perspective, in this thesis, particularly, we would like to dialogue with the optimistic point of view, offering, therefore, an alternative view to this pessimistic reading that has become hegemonic in the specialized literature: in the light of the geographic study of public sociability, we intend demonstrate to the reader the fundamental role that public spaces play for the existence of republican and democratic societies.

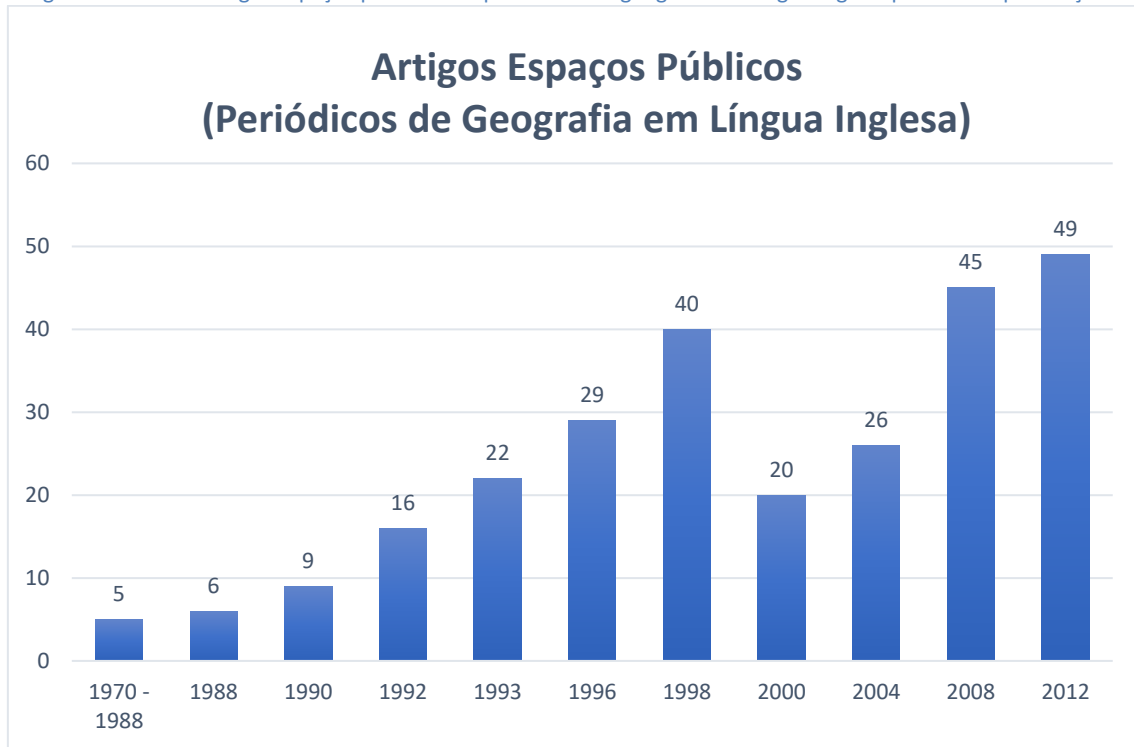
Introdução: a problemática

1 – O tema, a motivação, o problema e as questões

A presente tese tem como tema central de reflexão um fenômeno ainda pouco explorado pela geografia, a *sociabilidade pública*, isto é, as diferentes formas de interação social que ocorrem nos espaços públicos das cidades. Apesar de pouco estudado pelos geógrafos, disciplinas acadêmicas como a sociologia e a antropologia, por exemplo, parecem cada vez mais engajadas na discussão desse importante e relativamente negligenciado tema, cuja problemática evoca, direta ou indiretamente, as dimensões política, social, econômica, cultural, histórica e geográfica da vida pública de nossas cidades. Com o presente estudo, buscamos preencher essa lacuna e oferecer, à luz de um ponto de vista geográfico, novas interpretações acerca da dinâmica socioespacial dos espaços públicos nas cidades contemporâneas.

Os debates em torno de questões ligadas à temática dos espaços públicos, pelo menos desde a década de 1990, têm sido cada vez mais frequentes nas ciências sociais e na geografia. É perceptível nos últimos anos o crescimento do número de congressos, simpósios, workshops, colóquios e cursos acadêmicos que tem como tema fundamental de reflexão os espaços públicos. Esse crescente interesse é notório também quando se constata o expressivo número de artigos científicos e livros acadêmicos publicados sobre essa temática que, nas últimas três décadas, se multiplicaram de forma exponencial. Intelectuais e teóricos das mais diversas áreas do conhecimento como a geografia, a antropologia, a sociologia, a ciência política, o planejamento urbano, a arquitetura, o urbanismo, a comunicação social, a história, a psicologia social, a filosofia, entre outras; das mais diversas filiações ideológicas e matizes epistemológicos, teóricos e metodológicos, parecem cada vez mais dispostos a refletir sobre esse tema de fundamental importância para as sociedades republicanas e democráticas.

Figura 1: Gráfico - artigos espaços públicos em periódicos de geografia em língua inglesa por ano de publicação ¹



Meu interesse pessoal pelo tema dos espaços públicos surgiu de minha experiência como membro do Grupo de Pesquisa Território e Cidadania, coordenado pelo professor Paulo Cesar da Costa Gomes, que vem se dedicando ao estudo dos espaços públicos por mais de 20 anos no departamento de geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao longo de uma década como pesquisador desse grupo, pude fazer parte de diferentes projetos acadêmicos e/ou científicos que abordaram o tema dos espaços públicos à luz de enfoques bastante diversos. Participei ativamente da confecção de filmes documentários, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos, livros acadêmicos, projetos de pesquisa e de extensão, da realização de incontáveis trabalhos de campo na cidade do Rio de Janeiro e em outras cidades do Brasil, da organização de eventos como exposições, oficinas, workshops, simpósios e colóquios nacionais e internacionais que, certamente, tiveram um papel fundamental na minha formação como pesquisador e na divulgação e promoção desse tema no Brasil e internacionalmente. Direta ou indiretamente, todas as atividades acima mencionadas, que foram realizadas

¹ Fonte: elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo artigo de Don Mitchell (2016, p. 3).

pelo Grupo de Pesquisa Território e Cidadania e seus colaboradores nacionais e internacionais, tinham como tema central de reflexão os espaços públicos.

Quando ainda nos primeiros anos no grupo comecei a ler a extensa bibliografia produzida sobre esse tema, pude perceber claramente que parte significativa dos autores que se propunha a refletir sobre os espaços públicos, com algumas exceções, ostentava uma leitura relativamente pessimista quanto ao presente e ao futuro dos mesmos em diversas cidades dos cinco continentes. Essa imagem negativa que muitos autores compartilhavam, sob certo sentido, contrastava com aquela que eu tinha pessoalmente com base, primeiramente, em minha experiência cotidiana de vivência nesses espaços na cidade do Rio de Janeiro e, em segundo lugar, com a experiência que eu havia acumulado como pesquisador desse tema no grupo de pesquisa em tela, seja em termos empíricos ou teóricos.

Segundo o prognóstico pessimista evocado por esses autores, os espaços públicos das cidades contemporâneas ou, conforme preferem alguns, das cidades pós-modernas, estariam passando por um processo global de “regressão”, “decadência” e “crise”, que ficou conhecido na bibliografia internacional como a tese do fim dos espaços públicos (*the end of public spaces thesis*). Sem desconsiderar esse ponto de vista relativamente hegemônico na literatura especializada, na presente tese gostaríamos, pois, de dialogar com outras possibilidades interpretativas respondendo, de maneira geral, os seguintes questionamentos: como esta narrativa de “regressão”, “decadência” e “crise” dos espaços públicos foi construída ao longo do tempo? Quem são os autores e quais são os principais argumentos utilizados na construção desta tese? A cidade pós-moderna, por natureza supostamente fragmentada, seria simultaneamente expressão, meio e condição de sociedades que valorizam a homogeneidade em detrimento da heterogeneidade nas relações sociais? Os espaços comuns (privados) estão tomando o lugar dos espaços públicos enquanto lugares fundamentais para o exercício da sociabilidade urbana (e pública)? Podemos falar em uma “crise” dos espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro? Seria possível propor uma leitura alternativa à esta narrativa amplamente difundida? Essas são algumas das questões que guiaram a confecção desta tese.

2 – A justificativa

Em contraposição ao discurso dominante que anuncia a “regressão”, a “decadência”, a “crise”, o “fim” dos espaços públicos e, mais especificamente, de sua tradicional função política, vemos na atualidade inúmeros indícios que parecem apontar para outras direções; citemos alguns poucos exemplos: no Oriente Médio e no norte da África, por exemplo, a avalanche de protestos e revoluções ocorridas após o ano de 2010, que ficou conhecida como Primavera Árabe, levou milhões de pessoas às ruas para manifestar sua insatisfação com o poder instituído, esse é o caso da Tunísia, Egito, Síria, Líbia, entre tantos outros. Na Europa, a grave crise econômica que se instaurou na zona do euro, pelo menos desde 2011, em função do enorme endividamento público de países como Grécia, Portugal, Espanha e Itália, levou e têm levado outros tantos milhões às ruas para lutar contra a política de austeridade imposta pelos governantes europeus como solução para a crise. No Brasil, desde junho de 2013, temos assistido a uma onda de protestos que tomou conta das ruas, praças e calçadas das grandes cidades de todo o país. Tais protestos, assim como ocorre em boa parte do mundo, tem o espaço público como palco principal de suas reivindicações.

Sabemos que o discurso acerca desta “retração” dos espaços públicos nas ciências sociais em geral, e em particular na geografia, privilegia sua dimensão política, negligenciando na maior parte dos casos sua dimensão sociocultural. Em outra oportunidade, procurou-se demonstrar como certos espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro, no bairro da Lapa, se transformaram em importantes pontos de encontro noturno da urbe carioca (Felix de Souza, 2014). Nesta cidade, particularmente, poderíamos citar outros exemplos de espaços públicos que são fundamentais para o exercício cotidiano daquilo que estamos chamando de sociabilidade pública. Assim sendo, ao destacarmos as dimensões política, interacional e espacial deste fenômeno que é a sociabilidade pública, poderemos oferecer novas possibilidades interpretativas: eis a lacuna que pretendemos preencher com este estudo.

Decretar a “crise”, a “decadência”, a “regressão” ou, como preferem os mais pessimistas, o “fim” dos espaços públicos, pode ser considerado, nesse sentido, algo questionável. Sem desconsiderar este ponto de vista, é necessário reconhecer, conforme dito anteriormente, que existem outras possibilidades interpretativas com as quais gostaríamos de dialogar. Conforme perceberemos ao longo do texto, a difundida ideia de uma “retração” dos espaços públicos associada ao advento da pós-modernidade e, mais

especificamente, da cidade pós-moderna, tem sido fruto de um intenso debate na comunidade acadêmica, especialmente na literatura estrangeira. Assim sendo, uma resposta geográfica a esta problemática abriria margem a um campo pouco explorado por esta disciplina no Brasil; em outras palavras, podemos contribuir com este debate propondo novas possibilidades interpretativas acerca do mundo contemporâneo.

3 – Os objetivos

Em termos gerais, o objetivo desta tese é analisar a dinâmica socioespacial dos espaços públicos na contemporaneidade e refletir sobre as condições e possibilidades desses lugares ainda funcionarem como lócus de ativas trocas individuais, interpessoais e coletivas, englobando ações políticas, sociais, culturais, econômicas, identitárias etc.; assim sendo, ao analisar a dinâmica de funcionamento de alguns desses espaços, esperamos demonstrar o seu papel para a construção e exercício de diferentes formas de sociabilidade pública, propondo uma leitura alternativa à assim chamada tese do fim dos espaços públicos.

Esse objetivo geral pode ser desdobrado em alguns objetivos específicos:

- 1) Identificar, agrupar e comentar os principais argumentos que compõe esta narrativa de “regressão”, “decadência”, “crise” e “fim” dos espaços públicos;
- 2) Discorrer sobre alguns dos mais importantes debates acerca do tema dos espaços públicos nas cidades contemporâneas;
- 3) Contribuir com a formulação e consolidação de uma metodologia geográfica para a observação, descrição e análise das dinâmicas vividas nos espaços públicos;
- 4) Analisar o funcionamento de alguns espaços públicos selecionados da cidade do Rio de Janeiro em termos morfológicos e comportamentais, destacando suas dimensões política, espacial e interacional.

4 – A estrutura

Optamos por dividir esta tese em 4 capítulos, agrupados em 2 partes: na primeira parte, que conta com os dois primeiros capítulos, propomos uma revisão bibliográfica que trata de alguns dos principais debates que envolveram o tema dos espaços públicos nas últimas

décadas; na segunda parte, que conta com os dois últimos capítulos tratamos, respectivamente, dos aspectos metodológicos e empíricos da pesquisa. O primeiro capítulo da tese versa sobre a lenta transformação da natureza do conceito e das características e funções dos espaços públicos no mundo ocidental em diferentes períodos históricos. No segundo capítulo, propomos uma revisão bibliográfica sobre o tema dos espaços públicos, com foco nos periódicos de língua inglesa e com ênfase no período entre 1989 e 2019. No terceiro capítulo, tratamos dos aspectos teórico-metodológico-conceituais da pesquisa. O quarto e último capítulo versa sobre os dados empíricos (quantitativos e qualitativos) coletados em nossos trabalhos de campo realizados nas praças do bairro da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro.

Capítulo I

**Uma narrativa dos espaços
públicos: regressão,
decadência, crise e
contraponto**

1 - Introdução

Até a década de 1990 o tema dos espaços públicos havia recebido pouca atenção de geógrafos e cientistas sociais. Inspirados nas obras de alguns teóricos pioneiros como Walter Benjamin (Paris, Capital do Século XIX, 1935), Norbert Elias (O Processo Civilizador, 1939), Hannah Arendt (A Condição Humana, 1958), Jane Jacobs (Morte e Vida de Grandes Cidades, 1961), Jürgen Habermas (Mudança Estrutural da Esfera Pública, 1962), Erving Goffman (Comportamentos em Lugares Públicos, 1962), Richard Sennett (O Declínio do Homem Público, 1974), William Whyte (A Vida Social nos Pequenos Espaços Urbanos, 1980), Marshall Berman (Tudo que é Sólido Desmancha no Ar, 1982); Milton Santos (O Espaço do Cidadão, 1987) entre outros, pesquisadores de todo o mundo, de diferentes áreas do conhecimento, passaram a escrever sobre o tema à luz de abordagens consideravelmente diversas. Apesar dos livros acima mencionados não terem como objeto fundamental de reflexão os espaços públicos, tal qual demonstraremos no presente capítulo, esses trabalhos foram importantes no processo de consolidação deste tema como um objeto de investigação científica relativamente autônomo.

Conforme dito anteriormente, o discurso acerca da “decadência”, “regressão”, “crise” ou, para os mais pessimistas, “fim” dos espaços públicos, nas ciências sociais e na geografia privilegia sua dimensão política, negligenciando na maior parte dos casos sua dimensão sociocultural. Segundo esse argumento, a atual “crise” estaria ligada à ideia de que o crescente individualismo da sociedade moderna triunfou e os indivíduos/cidadãos teriam perdido a confiança e o interesse nas experiências públicas e comuns. A crescente apatia/alienação política e o desinteresse de grande parte dos cidadãos em relação às questões de interesse público, são vistas como os principais sintomas desse processo de “retração” da esfera pública e dos espaços públicos.

Para corroborar a tese do fim dos espaços públicos, a maior parte dos autores que reflete sobre esse tema faz referência aos importantes estudos de Hannah Arendt (1958), Jürgen Habermas (1962) e, especialmente, o trabalho de Richard Sennett (1974). Esses três autores demonstram como, nas sociedades modernas das grandes massas urbanas, as fronteiras entre as esferas públicas e privadas tornaram-se menos discerníveis e como as relações estabelecidas entre elas são mais complexas e imbricadas no mundo moderno. Em outras palavras, eles descrevem o lento e gradual processo de “erosão” da função

política dos espaços públicos nas sociedades modernas (Arendt, [1958] 2007; Habermas, [1962] 1984; Sennett, [1974] 1989).

O livro de Jürgen Habermas *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984), grosso modo, descreve uma transformação estrutural por ele identificada na assim chamada esfera pública burguesa que, ao longo da modernidade, segundo esse autor, teria perdido parte de suas características fundamentais. A tese do livro de Habermas pode ser bem resumida no trecho abaixo:

“Tendências à decadência da esfera pública não se deixam mais desconhecer: enquanto a sua esfera se amplia cada vez mais grandiosamente, a sua função passa a ter cada vez menos força. Mesmo assim, a esfera pública continua sendo, sempre ainda, um princípio organizacional de nosso ordenamento político” (Habermas, 1984, p. 17).

Para o filósofo Jürgen Habermas (1984), a esfera pública é uma noção abstrata, uma esfera que faz a mediação entre a sociedade civil e o Estado, onde ela, a sociedade civil organizada (pessoas privadas que se reúnem enquanto público), fazendo uso do debate racional, se expressa através da opinião pública em prol do interesse público e do bem comum. Inspirada no modelo da *polis* grega da Antiguidade Clássica, esta ideia ganhou força no início da Era Moderna no continente europeu no processo de constituição da esfera pública burguesa, que nascera como uma forma de oposição ao modelo de organização social e política dos impérios absolutistas (Habermas, 1984).

O Estado, à moda burguesa, se transformou na instituição responsável pela gestão da sociedade civil através da publicidade, estando sempre sujeito às críticas da opinião pública. Opinião pública no sentido do estabelecimento de um relativo consenso acerca da ideia de bem comum ou de interesse público. Habermas reconhece que o potencial completo da concepção burguesa de esfera pública nunca fora concretizado na prática, pois, os espaços fundamentais de exercício da esfera pública politicamente ativa do início da Era Moderna, os famosos cafés franceses entre 1680 e 1730 e os salões ingleses que funcionaram entre a Regência e a Revolução, não eram acessíveis a todos, mesmo abrangendo amplas camadas da classe média (ver Habermas, 1984).

Enquanto Habermas reflete sobre a ideia relativamente abstrata de esfera pública, a filósofa Hannah Arendt em seu *A Condição Humana* (2007) prefere falar em espaços públicos, uma visão geograficamente mais rica da dimensão política da vida pública, já

que considera relevante a espacialidade do fenômeno. Segundo Hannah Arendt, o nascimento da noção de espaço público teria ocorrido ainda na Antiguidade Clássica, na Grécia, quando se põe em prática uma nova forma de contrato social, não mais baseada em relações de parentesco (família) e credos mitológicos (religião), mas sim na política e no direito, cuja característica essencial seria a igualdade e a reciprocidade das relações sociais (isonomia). Esta nova forma de contrato social (a cidadania) e este novo indivíduo (o cidadão) pressuporiam a existência de uma nova forma de organização do espaço: eis que surge a *polis* - um círculo geométrico cujo centro, a *ágora*, um antigo espaço aberto destinado ao mercado, ganha o status de espaço público, o lugar do encontro entre os livres e diferentes\iguais, e ao seu redor encontra-se o *Oikos*, o espaço privado (ver Arendt, 2007).

Em sua argumentação Hannah Arendt afirma que, no mundo moderno, das sociedades de grandes massas urbanas (metrópoles), houve uma espécie de sobreposição da esfera privada sobre a esfera pública: “enriquecimento da esfera privada através do moderno individualismo” (Arendt, 2007, p. 48), onde a dimensão política e a dimensão social se confundem e originam uma *esfera híbrida*, diluindo a antiga divisão entre o privado e o político ou público, aquilo que ela chamou de “a promoção do social”. Em suas palavras: “No mundo moderno, as esferas social e política diferem muito menos entre si, (...) as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida” (Arendt, 2007, pp. 42-43).

Já o livro de Richard Sennett, *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade* (1989), descreve historicamente a decadência do homem público, da vida pública e, por extensão, dos espaços públicos que, segundo o autor, quando comparados a tempos pretéritos, perderam o seu sentido original de existência. Em suas palavras:

"Esses sinais gritantes de uma vida pessoal desmedida e de uma vida pública esvaziada ficaram por muito tempo incubados. São resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista" (Sennett, 1989, p. 30).

Ao se referir aos espaços públicos da Idade Moderna, Richard Sennett descreve um “espaço público morto” (p. 26), convertido em mero lugar de passagem, onde as ruas e calçadas tornaram-se contingentes do movimento. Segundo Sennett, após o Renascimento, o emprego da palavra público na França (*le public*), que remetia ao

significado de bem comum e do corpo político, gradualmente, passou também a significar uma região especial da *sociabilidade*. No início do século XVIII, tanto em Paris quanto em Londres, conforme argumenta Sennett, o sentido de quem era “o público” e do lugar em que se estava quando se saía “em público” foi ampliado (Sennett, 1989).

As grandes capitais da Europa estavam crescendo como nunca ocorrera, sendo habitadas por grupos cada vez mais diversos e, nesse contexto, a expressão “público” passou a designar uma região social separada do âmbito da intimidade. Essas cidades habitadas por grupos cada vez mais diversificados passaram a ser chamadas de *cosmopolitas* e a figura do cosmopolita tornou-se o homem público perfeito, aquele que sabe conviver com a diversidade. As “Cosmópolis” do século XVIII converteram-se em locais onde estranhos podiam se encontrar regularmente. Nesse período, foram construídos enormes parques urbanos e passeios públicos para pedestres, que transformaram o ato de caminhar pela cidade em uma forma de lazer.² Os primeiros cafés (*coffeeshouses*) e mais tarde bares (*cafes*) que se tornariam, igualmente, importantes centros da vida social de então, também foram construídos nesse período (ver Sennett, 1989).

O advento do capitalismo industrial, porém, segundo o argumento de Sennett, teria transformado radicalmente o sentido da vida pública nessas cidades. Nas grandes metrópoles capitalistas, o privado se sobrepuja ao público. O comportamento em público foi alterado e, em meados do século XIX, cresceu a noção de que estranhos não deviam se falar, de que em público todos tinham o direito de permanecerem calados. Em suas palavras: “O comportamento público era um problema de observação e de participação passiva, um certo tipo de voyerismo” (Sennett, 1989, p. 43). Ao converter o homem público em uma figura passiva, afirma Sennett, as grandes metrópoles capitalistas descaracterizaram os espaços públicos e a vida pública que, a partir de então, não tinham mais o mesmo sentido de existência (Sennett, 1989).

Tomadas em conjunto, essas três obras fundamentais compõem uma narrativa acerca do mundo ocidental que nos conduz à uma interpretação específica, que na década de 1990

² O Passeio Público da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, fora construído na segunda metade do século XVIII pelo escultor e arquiteto Valentim da Fonseca e Silva, sendo o primeiro parque público das Américas.

ficou conhecida como a tese do fim dos espaços públicos.³ Essas obras passaram a ser utilizadas como referências na discussão do tema dos espaços públicos, especialmente pelos autores que buscavam associar a situação atual da vida pública ao discurso da “decadência”, da “regressão” e da “crise”.

Este discurso encontra eco nos mais variados campos das ciências sociais. Geralmente, esses autores se apoiam em uma visão idealizada e nostálgica do que teria sido esse espaço público em tempos pretéritos, para então construir uma narrativa evolutiva de perda. Segundo argumenta Gomes (2010), grosso modo, podemos dividir esta narrativa evolutiva em três momentos chaves: o nascimento da noção de espaço público teria ocorrido ainda na Antiguidade Clássica, na *polis* grega; um segundo momento fundamental, o amadurecimento da ideia de espaço público, parece ter sido o início da constituição dos Estados Modernos após o Renascimento e a formação dos Estados-nação; já o terceiro período, o atual, seria o do envelhecimento e da decadência desses espaços. Esta narrativa evolutiva, nostálgica por natureza, pode ser vista como uma das principais justificativas para o atual pessimismo em relação aos espaços públicos, conforme constata o geógrafo inglês Peter Jackson: “In lamenting the privatization of public space in modern city, some observers have tended to romanticize its history” (Jackson, 1998, p. 176).⁴

No presente capítulo, com o auxílio de influentes obras de filósofos, urbanistas, sociólogos, historiadores e geógrafos, proponho ao leitor uma reconstrução dos principais argumentos que compõe esta narrativa acerca do tema dos espaços públicos no Ocidente; como dito antes, conferindo especial destaque às obras de Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Richard Sennett. Convém aqui uma breve ressalva: conforme o leitor perceberá, o conhecido estudo do sociólogo Norbert Elias recebeu, igualmente, uma atenção especial, pois, além de sua didática descrição do processo de transição da Idade Média para a Idade Moderna no mundo ocidental, sob certo sentido, a despeito de

³ Trataremos desse tema com mais detalhes no segundo capítulo da tese.

⁴ (Em tradução livre): “Ao lamentar a privatização do espaço público na cidade moderna, alguns observadores tendem a romantizar sua história” (Jackson, 1998, p. 176).

algumas ressalvas que eu teria a fazer, essa obra oferece um importante contraponto aos pontos de vista adotados pelos três autores anteriormente citados.⁵

2 - Política e espaços públicos: o nascimento da democracia

Afinal de contas, o que é a política? Para que serve a política? Com que fins nós criamos as instituições políticas, a burocracia estatal, as leis? Em que momento e onde a política teria surgido? Qual a relação entre a política, os espaços públicos e a democracia? Essas são algumas das perguntas que a filosofia política de Hannah Arendt busca responder. Segundo essa autora, ao optar pela vida em sociedade nós humanos, a despeito de nossa diversidade absoluta, criamos acordos e regras que objetivam conciliar o conflito de interesses que tem origem nessa reunião plural de indivíduos e grupos conjuntamente socializados, em outras palavras, criamos a política (Arendt, 2002).⁶

Em seu famoso tratado *A Política* (2000), o filósofo grego Aristóteles (384 a.C - 322 a.C) afirma que os seres humanos são, incondicionalmente, animais cívicos. O que isso quer dizer? Nós humanos optamos pela vida em sociedade: as famílias, as aldeias, as cidades etc., constituiriam diferentes formas de “sociedades”.⁷ De uma reunião de famílias surge uma aldeia, de uma reunião de aldeias surge uma cidade. Cada uma destas unidades sociais (a família, a aldeia e a cidade) comportaria, no entender de Aristóteles, diferentes formas de organização e “institucionalização” das relações sociais, isto é, diferentes “formas de governo”. Outros animais também vivem em sociedade, mas apenas os seres

⁵ Desde já gostaria de me desculpar com os leitores pelo fato de, especificamente neste primeiro capítulo, discorrer sobre as mesmas obras durante muitas páginas. Eu poderia citar diversos autores que corroboram essas mesmas hipóteses, porém, dada a importância desses trabalhos clássicos para a consolidação do tema dos espaços públicos como objeto de investigação científica, optei por concentrar nossa atenção nessas obras e autores específicos, pois, dessa maneira, não haveria mudanças significativas no conteúdo original das interpretações. Conforme o leitor perceberá, em toda a tese, utilizei as notas de rodapé para dar voz aos autores, selecionando trechos emblemáticos das obras citadas.

⁶ “A política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças (...) A política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas” (Arendt, 2002, pp. 7- 8).

⁷ Há várias traduções para o português da clássica obra *A Política* de Aristóteles, algumas utilizam a expressão “comunidade” e outras preferem a palavra “sociedade”. Há uma enorme discussão na sociologia sobre as diferentes acepções desses dois conceitos que não cabe aqui retomar; contudo, é importante tornar claro que, por uma preferência pessoal, utilizo a expressão “sociedade”, mesmo sabendo que a tradução mais consagrada e usual seja “comunidade”.

humanos criaram a política (*zoon politikon*), apenas nós criamos Estados, “formas de governo” essencialmente políticas (Aristóteles, 2000).

“O Estado ou Cidade é uma sociedade de pessoas semelhantes com vistas a levar juntas a melhor vida possível” (Aristóteles, 2000, p. 67). Há várias formas de governo, diferentes tipos de Estado: a monarquia, a aristocracia e a república são os três exemplos mais comuns nas civilizações Ocidentais. Chamamos de “republicanas” aquelas formas de governo que, nas palavras de Aristóteles, se inclinam para a democracia, onde pessoas livres e iguais formando uma maioria são senhoras do Estado, compondo um governo civil e coletivo de onde emana o poder político (público), o poder do povo (ver Aristóteles, 2000).

Para Aristóteles, enquanto totalidade, o Estado nada mais é do que a universalidade dos cidadãos que o compõe. Entende-se por cidadão aquele indivíduo que tem o direito e o dever de participar do exercício do poder público (político). Nas Repúblicas democráticas, o que une a cidade e o cidadão, é a lei: expressão maior do interesse comum que possibilita ao cidadão, nas palavras de Aristóteles: “viver bem”, “viver feliz”. Haveria, segundo o filósofo, uma imanente virtude nas formas republicanas e democráticas de organização da vida política. Nos regimes políticos republicanos e democráticos, a igualdade e a liberdade são princípios fundamentais. Todos os cidadãos podem e devem mandar e obedecer: “Esta igualdade na alternância do mando e da obediência é o primeiro atributo da liberdade que os democratas colocam como fundamento e como fim da democracia” (Aristóteles, 2000, pp. 121-122).

Segundo a interpretação mais corrente da filosofia política aristotélica, haveria uma natureza humana essencialmente política. Em outras palavras, a política seria uma essência da humanidade, um traço distintivo fundamental entre nós humanos e outros animais: o homem seria um *zoon politikon*. Para Hannah Arendt, porém, essa leitura da obra de Aristóteles não procede e, portanto, deve ser superada. O humano no singular, a espécie humana, não teria uma natureza essencialmente política, pois, a política surgiu entre-os-humanos, ou seja, trata-se primeiramente de uma relação social:⁸ “Por conseguinte, não existe nenhuma substância política original. A política surge no intra-

⁸ “*Zoon politikon*: como se no homem houvesse algo político que pertencesse à sua essência —conceito que não procede; o homem é a-político. A política surge no entre-os-homens” (Arendt, 2002, p. 8).

espaço e se estabelece como relação” (Arendt, 2002, p. 8). Nesse sentido, podemos afirmar: a política nasceu como um produto da interação entre os humanos, do conflito de interesses individuais e coletivos que a vida em sociedade enseja.

Segundo Hannah Arendt, a expressão grega utilizada por Aristóteles *zoon politikon* foi traduzida equivocadamente em sua versão romana como *animal socialis*, sob certo sentido, equiparando as ideias de “social” e de “político”. Na Antiguidade Clássica, nas cidades-estados gregas, diferenciavam-se duas instâncias sociais fundamentais: a familiar, tida como uma forma de associação elementar (natural), representada pelo espaço privado da casa (*oikia*); e as formas de associação propriamente políticas (cidadãs), tidas como pertencentes ao âmbito da vida pública (comum), representadas pelos espaços públicos (*ágora*): “O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*” (Arendt, 2007, p. 33).

Aquilo que Hannah Arendt chama de *vida activa* é o conjunto de três dimensões ou atividades humanas que ela considera fundamental: o *labor*, o *trabalho* e a *ação*. O labor se refere ao processo biológico do corpo humano; o trabalho se refere à dimensão artificial da criação humana, o mundo produzido pelo homem; já a ação se refere ao aspecto inter-relacional das sociedades humanas, isto é, das relações que os homens estabelecem entre si sem que haja intermediação das “coisas”.⁹ Para Hannah Arendt, praticamente todas as ações que poderíamos chamar de “genuinamente humanas” são dependentes do fato de que somos diversos e de que vivemos em sociedade.¹⁰ Nesse sentido, não haveria nenhuma substância, essência ou natureza humana, mas sim uma condição humana: o

⁹ “Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens (...) em completa solidão não seria humano, (...) teria perdido a sua qualidade especificamente humana (...) Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem (...) e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros” (Arendt, 2007, p. 31).

¹⁰ “Isso está relacionado com o fato de que em toda parte em que os homens se agrupam — seja na vida privada, na social ou na públi-co-política —, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros. Cada um desses espaços tem sua própria estruturabilidade que se transforma com a mudança dos tempos e que se manifesta na vida privada em costumes; na social, em convenções e na pública em leis, constituições, estatutos e coisas semelhantes. Sempre que os homens se juntam, move-se o mundo entre eles, e nesse inter-espaço ocorrem e fazem-se todos os assuntos humanos (Arendt, 2002, p. 13).

fato de que os humanos são infinitamente diversos entre si e de que vivem conjuntamente socializados no mundo (Arendt, 2007).¹¹

3 - A polis e a ágora: a política e o espaço público

A política tornou-se, ao longo do tempo, uma “necessidade” da vida em sociedade. Os humanos dependem uns dos outros para “viverem bem”, para “viverem felizes”, como diria Aristóteles. A garantia da vida é o objetivo supremo da política.¹² A política tem por finalidade organizar e regular o convívio dos diferentes, a pluralidade dos humanos. A ideia de uma “coisa política”, que surge na Antiguidade Clássica, na polis grega, era naquele momento análoga à noção de liberdade. Para Hannah Arendt, a política só se desenvolve onde, nas relações sociais, há espaço para a espontaneidade e a liberdade dos diferentes indivíduos e grupos se expressarem: “o sentido da política é a liberdade” (Arendt, 2002, p. 14).

A palavra política deriva, em praticamente todos os idiomas europeus, de um fenômeno empírico concreto e historicamente datado, a polis grega.¹³ Segundo a interpretação de Hannah Arendt, Aristóteles nunca disse em sua obra que todos os homens, por serem humanos, são políticos. Nem que existiria política, ou seja, uma polis, em todos os lugares onde os humanos vivessem em sociedade.¹⁴ Para Aristóteles, a organização da polis era

¹¹ “corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a conditio sine qua non, mas a conditio per quam – de toda vida política” (...) “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha existir” (Arendt, 2007, pp. 15-16).

¹² “A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo” (Arendt, 2002, p. 17).

¹³ “a polis: significa como a forma de organização do convívio humano, que determinou, de forma tão exemplar e decisiva, aquilo que entendemos hoje por política que até mesmo nossa palavra para isso, em todos os idiomas europeus, deriva daí” (Arendt, 2002, p. 17).

¹⁴ “Comum a essas respostas é o fato de elas se julgarem naturais, de que a política existe e existiu sempre e em toda parte, onde os homens convivem num sentido histórico-ci-vilizatório. Para esse caráter natural, costuma-se recorrer à definição aristotélica do homem enquanto ser político, e esse recurso não é indiferente porque a polis determinou de maneira decisiva, tanto em termos de idioma como de conteúdo, a concepção europeia do que seria política originalmente e que sentido ela tem. Tampouco é indiferente

a forma mais elevada de convívio da humanidade, nesse sentido, a política “não é, de maneira nenhuma, algo natural e não se encontra, de modo algum, em toda parte onde os homens convivem. Ela existiu, segundo a opinião dos gregos, apenas na Grécia e mesmo ali num espaço de tempo relativamente curto” (Arendt, 2002, p. 17).

Para viver numa *polis*, era preciso ser livre: o sentido da vida política entre os gregos era o de garantir a livre interação entre indivíduos e grupos que, em princípio, são infinitamente diferentes, mas que, na *polis*, são iguais.¹⁵ Neste espaço em que todos são, simultaneamente, iguais e diferentes, a conversa mútua e o convencimento recíproco regulamentam todos os assuntos.¹⁶ A coisa política, para os gregos, é o exercício dessa liberdade: ser livre é não-ser-dominado e não-dominar.¹⁷ A esta parcela de igualdade e liberdade equanimemente repartida entre todos os indivíduos damos o nome de isonomia. No mundo moderno, costumamos dizer que a isonomia significa a igualdade de todos perante a lei. Em seu sentido original (grego), porém, a expressão isonomia não significava que todos eram iguais perante a lei, nem mesmo que a lei era igual para todos. Em seu sentido original, isonomia significava que todos os cidadãos tinham o mesmo direito de exercer a atividade política. Na *polis* grega, essa atividade era a conversa mútua,

porque a citação a Aristóteles baseia-se num equívoco também bastante antigo, embora pós-clássico. Aristóteles, para quem a palavra politikon era de fato um adjetivo da organização da polis e não uma designação qualquer para o convívio humano, não achava, de maneira nenhuma, que todos os homens fossem políticos ou que a política, ou seja, uma polis, houvesse em toda parte onde viviam homens” (Arendt, 2002, p. 17).

¹⁵ *“O que distingue o convívio dos homens na polis de todas as outras formas de convívio humano que eram bem conhecidas dos gregos, era a liberdade. Mas isso não significa entender-se aqui a coisa política ou a política justamente como um meio para possibilitar aos homens a liberdade, uma vida livre. Ser-livre e viver-numa-polis eram, num certo sentido, a mesma e única coisa” (Arendt, 2002, p. 18).*

¹⁶ *“a coisa política no sentido da categoria meio-ob-jetivo, ela era, tanto na acepção grega como na acepção de Aristóteles, antes de mais nada um objetivo e não um meio. E o objetivo não era pura e simplesmente a liberdade tal como ela se realizava na polis, mas sim a libertação pré-po-lítica para a liberdade na polis. O sentido da coisa política aqui, mas não seu objetivo, é os homens terem relações entre si em liberdade, para além da força, da coação e do domínio. Iguais com iguais que só em caso de necessidade, ou seja, em tempos de guerra, davam ordens e obedeciam uns aos outros; porém, exceto isso, regulamentavam todos os assuntos por meio da conversa mútua e do convencimento recíproco” (Arendt, 2002, p. 18).*

¹⁷ *“A coisa política entendida nesse sentido grego está, portanto, centrada em torno da liberdade, sendo liberdade entendida negativamente como o não-ser-dominado e não-dominar, e positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais” (Arendt, 2002, p. 18).*

ou seja, sob certo sentido, a isonomia garantia o direito de falar, de se expressar livremente (Arendt, 2002, p. 18).¹⁸

Na *polis* grega surge a ideia de um espaço público, a *ágora*, aquele espaço onde os livres e diferentes/iguais se encontram para o debate acerca da “coisa pública”, da “coisa política”. A cidade, enquanto lugar de concentração das atividades sociais, políticas, administrativas, econômicas, culturais etc., reúne as condições ideais para a politização dos espaços urbanos, convertidos em espaços públicos. É na cidade que a burocracia administrativa se estabelece e de onde as camadas dirigentes governam vastas áreas. A praça central, a antiga praça do mercado, se transforma no epicentro da capital, para onde convergem os fluxos, onde os sábios, os legisladores, os comerciantes, os trabalhadores etc., se encontram para o debate da coisa pública: “um modo de vida no qual o discurso e somente o discurso tinha sentido e no qual a preocupação central de todos os cidadãos era discorrer uns com os outros” (Arendt, 2007, p. 36). O espaço urbano politizado - o espaço público - se transforma em expressão, meio e condição do exercício da atividade política (Arendt, 2002).¹⁹

Segundo nos conta o historiador de cidades Leonardo Benevolo (1983), a organização espacial da *polis* (cidade-estado grega) se formava da seguinte maneira: as cidades surgiam, geralmente, nas colinas e partes altas, onde se refugiavam os habitantes que buscavam proteção dos inimigos em tempos de guerra; passados os momentos de guerra, essa população se distribuía por toda a planície que se estendia ao redor das partes altas e colinas, essa planície era então fortificada com um cinturão de grandes muros. Formavam-se assim dois espaços distintos nessas formações socioespaciais: a chamada cidade alta, a *acrópole*, onde ficavam localizados os templos dos deuses e onde a população poderia se refugiar em tempos de guerra; e a cidade baixa, a *astu*, onde era

¹⁸ “Porém, isonomia não significa que todos são iguais perante a lei nem que a lei seja igual para todos, mas sim que todos têm o mesmo direito à atividade política; e essa atividade na *polis* era de preferência uma atividade da conversa mútua” (Arendt, 2002, p. 18).

¹⁹ “Esse espaço público só se torna político quando assegurado numa cidade, quer dizer, quando ligado a um lugar palpável que possa sobreviver tanto aos feitos memoráveis quanto aos nomes dos memoráveis autores, e possa ser transmitido à posterioridade na sequência das gerações. Essa cidade a oferecer aos homens mortais e a seus feitos e palavras passageiros um lugar duradouro constitui a *polis* — que é política e, desse modo, diferente de outros povoamentos (para os quais os gregos tinham uma palavra específica), porque originalmente só foi construída em torno do espaço público, em torno da praça do mercado, na qual os livres e iguais podiam encontrar-se a qualquer hora” (Arendt, 2002, p. 20).

praticado o comércio e onde se desenvolviam as relações civis; ambos os espaços, a cidade alta e a cidade baixa compunham, porém, uma mesma cidade, uma mesma comunidade cidadina (Benevolo, 1983, p. 76).

As cidades-estados gregas funcionavam de maneira coordenada, todos os seus espaços internos, apesar de possuírem diferentes funções, compunham um todo unificado. O espaço físico dessas cidades contava com três zonas principais: os espaços privados, ocupados pelas casas de moradia; os espaços sagrados, onde se localizavam os templos dos deuses; e os espaços públicos, onde eram realizadas as reuniões políticas, o comércio, o teatro, os jogos desportivos etc. O Estado é quem unifica e comanda toda a estrutura da cidade, as áreas públicas, sagradas e privadas. Além de funções diferentes, essas áreas possuíam características arquitetônicas também díspares e, é claro, eram utilizadas de maneiras igualmente diversas pela população urbana (Benevolo, 1983, p. 78)

O funcionamento político dessas cidades dependia, segundo nos conta Benevolo, da existência de três espaços distintos, porém, complementares: o primeiro desses espaços era o *pritaneu*, o lar comum, onde eram realizados os rituais religiosos, banquetes e onde se hospedavam os estrangeiros mais ilustres; o segundo espaço era o *buleutérion*, uma sala coberta onde o conselho dos nobres e dos funcionários que representavam os cidadãos se reunia; o terceiro espaço seria a *ágora*, o lugar destinado a receber a assembleia dos cidadãos propriamente dita, onde todos se reuniam para ouvir as decisões dos chefes e também para deliberar: uma grande área aberta, geralmente, utilizada como praça de mercado. “Nas cidades democráticas o *pritaneu* e o *buleutérion* se encontrava nas próximas da *ágora*” (Benevolo, 1983, p. 76).

4 - O espaço público: liberdade, igualdade e diversidade

Segundo Lewis Mumford, por volta do século V a.C., no centro da cidade de Atenas se estabelece a *ágora*, a base da cidadela, um ponto de encontro fundamental para todos que queriam (e podiam) participar da vida pública, se informar sobre as novidades que circulavam pela cidade, praticar o comércio e, o mais importante, conversar sobre temas diversos, especialmente sobre política.²⁰ A maior parte das atividades realizadas pelos

²⁰ “Como a consulta e o julgamento principal eram feitos por pessoas que se dirigiam diretamente umas às outras, face a face, a eloquência tornou-se um instrumento maior da política e a capacidade de dominar

gregos era feita ao ar livre e, na *ágora*, funções econômicas, sociais, culturais e políticas se mesclavam formando um espaço privilegiado para o estabelecimento de encontros a partir dos quais as necessidades individuais e coletivas poderiam ser satisfeitas: a *ágora* é, pois, o centro dinâmico da cidade grega, trata-se de um lugar onde eram realizadas as assembleias, onde era praticado o comércio, onde se realizavam eventos públicos, onde se faziam atividades de lazer como jogos e onde se praticava a mais importante atividade política de então: a “conversa falada”, que só era possível através dos encontros face a face ali realizados. “Antes de mais nada, o *ágora* é um espaço aberto de propriedade pública, que pode ser ocupado por atividades públicas, mas não necessariamente fechado” (Mumford, 1982, p. 167).²¹

A cidade grega da Antiguidade, a *polis*, não deve ser entendida como se fosse ela um simples espaço físico, mais do que isso, ela era uma forma de organização da sociedade, eu diria mais, uma forma de organização socioespacial de natureza política: no espaço público politizado da *polis*, na *ágora*, onde os livres e diferentes/iguais se encontram para o debate do bem comum, o discurso e a ação fundam mais do que um espaço comum, origina-se também uma relação social, um espaço entre os homens.²² Nos espaços públicos, a liberdade, um de seus fundamentos essenciais, garante aos cidadãos formas livres de expressão oral e de pensamento, de escutar as opiniões de outras pessoas e de se fazer ouvir por elas, de ver e de ser visto.²³ A liberdade se transforma em um ingrediente

uma audiência passou a ser mais importante para a liderança política do que a capacidade de realizar um trabalho” (Mumford, 1982, p. 173).

²¹ “Semelhante lugar de encontro, possivelmente sob uma árvore sagrada ou junto de uma fonte, deve ter existido por muito tempo na aldeia: uma área suficientemente grande para que as danças ou os jogos de aldeias pudessem ser ali realizados. Todas essas funções do *ágora* se introduziram na cidade, para assumir formas mais diferenciadas no complexo modelo urbano. Contudo, em seu estado primitivo, o *ágora* era, acima de tudo, um lugar destinado à palavra; e, provavelmente, não existe sequer um mercado urbano em que a troca de notícias e opiniões, pelo menos no passado, não desempenhou um papel quase tão importante quanto a troca de mercadorias” (Mumford, 1982, p. 167).

²² “A *rigor*, a *polis* não é a cidade-estado em sua localização física; é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu verdadeiro espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam” (Arendt, 2007, p. 211).

²³ “A liberdade de externar opinião, o direito de ouvir opiniões de outros e de também ser ouvido, que para nós constitui também parte indispensável da liberdade política, suplantou a liberdade não em contradição com ela, mas que possui uma natureza bem diferente, característica do agir e do falar, desde que seja uma ação. Essa liberdade consiste naquilo que chamamos de espontaneidade que, segundo Kant, se baseia no fato de cada homem ser capaz de começar uma série de novo por si mesmo” (Arendt, 2002, p. 22).

fundamental da atividade política. Sem liberdade, não há debate.²⁴ A liberdade não seria um fim da política, ao contrário, ela é parte fundamental de seu próprio conteúdo. “Nesse sentido, política e liberdade são idênticas e sempre onde não existe essa espécie de liberdade, tampouco existe o espaço político no verdadeiro sentido” (Arendt, 2002, p. 23). Para Hannah Arendt, a liberdade é o fundamento da atividade política e, em povoados cada vez mais populosos, a política torna-se uma “necessidade” imprescindível.²⁵

Nos tempos modernos, especialmente após as revoluções francesa e americana do séc. XVIII, essa relação entre política e liberdade se alterou: o Estado-nação, que se transformou na única e legítima instituição de governo do povo, passou a ser visto como o principal instrumento de garantia e de proteção das liberdades individuais e coletivas.²⁶ Nesse sentido, a política se transforma em um meio para se atingir um fim: a liberdade.²⁷ As duas noções, política e liberdade, não mais se confundem, como ocorreu na Antiguidade Clássica (Arendt, 2002).²⁸

²⁴ “Para a polis, o sustento da vida e a defesa não eram o ponto central da vida política, e só eram políticos no verdadeiro sentido desde que as conclusões sobre eles não fossem decretadas de cima para baixo, mas sim se concebidas em comum no conversar de um com o outro e no convencer mútuo” (Arendt, 2002, p. 25).

²⁵ “Para nós, só importa aqui o fato de entendermos liberdade como algo político, e não como o objetivo mais elevado dos meios políticos, e que pressão e violência sempre foram, na verdade, meios para proteger o espaço político, ou para fundá-lo e ampliá-lo — mas sem serem políticos em si como tal, São fenômenos marginais que pertencem ao fenômeno da coisa política e, por causa disso, não são ela” (Arendt, 2002, p. 23).

²⁶ “A relação entre política e liberdade, em outras palavras, também é entendida nos tempos modernos de modo a ser a política um meio e a liberdade seu objetivo mais elevado; portanto, a relação em si não mudou, embora o conteúdo e a extensão da liberdade se tenham modificado de forma bastante extraordinária” (Arendt, 2002, p. 29).

²⁷ “A reinterpretação da coisa política foi de importância decisiva para toda a tradição do Ocidente e, na verdade, não apenas para a tradição das teorias e do imaginário, mas sim para os marcos nos quais acontecia então a verdadeira história política. Foi então que o corpo político também aceitou a concepção de que a política é um meio para um objetivo mais elevado e que se trata da liberdade dentro da política apenas porque a coisa política tem de libertar determinadas áreas” (Arendt, 2002, p. 27).

²⁸ “O que os tempos modernos esperavam de seu Estado e o que esse Estado fez, de fato, em grande escala foi uma libertação dos homens para o desenvolvimento das forças produtivas sociais, para a produção comum de mercadorias necessárias para uma vida ‘feliz’. Essa concepção de política dos tempos modernos para a qual o Estado é uma função da sociedade ou um mal necessário para a liberdade social, impôs-se, tanto em termos práticos como teóricos contra as concepções moldadas de maneira bem diferente e inspiradas pela Antiguidade” (Arendt, 2002, p. 29).

Na *ágora* grega, onde a liberdade/diversidade/igualdade se reúne, conforme dito anteriormente, a conversa e o debate são as principais formas de interação, apesar de não serem as únicas.²⁹ É a partir da exposição oral de ideias, do debate racional, do discurso lógico, que se tornam claros os conflitos de interesse: “O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força e violência” (Arendt, 2007, p. 35).³⁰ Neste exercício cotidiano de argumentação, torna-se imperioso dar voz aos mais diferentes pontos de vista. Aprende-se a valorizar a diversidade de opiniões, a “realidade” é decomposta em várias “camadas”.³¹ O “persuadir-um-ao-outro” e o “convencer-um-ao-outro” só ganham sentido se o direito de se expressar livremente for garantido a todos.³² Na tradição grega, essa liberdade era espacialmente delimitada: os muros da cidade, da *polis*, da *ágora*, definiam as fronteiras.³³ Fora dos limites da *polis* não se poderia ser livre, não se poderia ser cidadão,

²⁹ “Segundo esta auto interpretação, a esfera política resulta diretamente da ação em conjunto, da coparticipação de palavras e atos. A ação, portanto, não apenas mantém a mais íntima relação com o lado público do mundo, comum a todos nós, mas é a única atividade que o constitui. É como se os muros da *polis* e os limites da lei fossem erguidos entorno de um espaço público preexistente, mas que, sem essa proteção estabilizadora, não duraria, não sobreviveria ao próprio instante da ação e do discurso” (Arendt, 2007, p. 21).

³⁰ “Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *polis*, característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos” (Arendt, 2007, p. 36).

³¹ “essa extraordinária capacidade do argumentar tem importância de segunda categoria para a constituição da coisa política, que se realizou pela primeira vez na *polis*. O decisivo não é dar-se voltas em argumentos, nem se que possa pôr afirmações de cabeça para baixo, mas sim que se adquiriu a capacidade de ver, de fato, as coisas de diferentes lados: isso significa, politicamente, que passou-se a saber abranger as muitas posições possíveis no mundo real, a partir das quais a mesma coisa pode ser contemplada e nas quais apresenta os aspectos mais distintos, apesar de seu caráter particular” (Arendt, 2002, p. 40).

³² “as cidades-Estados da Grécia. No que dizia respeito à guerra, a *polis* grega trilhou um outro caminho na determinação da coisa política. Ela formou a *polis* em torno da *agora* homérica, o local de reunião e conversa dos homens livres, e com isso centrou a verdadeira ‘coisa política’ — ou seja, aquilo que só é próprio da *polis* e que, por conseguinte, os gregos negavam a todos os bárbaros e a todos os homens não-livres — em torno do conversar-um-com-o-outro, o conversar-com-o-outro e o conversar-sobre alguma-coisa, e viu toda essa esfera como símbolo de um *peitho* divino, uma força convincente e persuasiva que, sem violência e sem coação, reinava entre iguais e tudo decidia” (Arendt, 2002, p. 39).

³³ “Assim, a liberdade era para o pensamento grego enraizada, ligada a uma posição e limitada espacialmente, e as fronteiras do espaço da liberdade coincidiam com os muros da cidade, da *polis* ou, dito de forma mais exata, da *agora* nela encerrada. Fora dessas fronteiras situava-se, por um lado, o estrangeiro no qual não se poderia ser livre, posto que nele não se era mais um cidadão ou, melhor, um homem político; e por outro, a casa particular na qual tampouco se poderia ser livre porque faltavam os demais com igualdade de direitos, que juntos constituíam o espaço da liberdade” (Arendt, 2002, p. 41).

não se poderia ser um humano político. “Com isso, o espaço livre da coisa política apresenta-se como uma ilha, na qual o princípio da força e da coação é eliminado das relações dos homens” (Arendt, 2002, p. 41).

5 - Espaços públicos e isonomia

Segundo Hannah Arendt, a expressão “público” faz referência à dois fenômenos interligados, porém, distintos entre si: o primeiro é “o público”, um conjunto de pessoas diversas reunidas publicamente; e o segundo seria o mundo, tomado enquanto “espaço público”, isto é, o espaço comum que é ocupado por um público. Ao compor um público e compartilhar o mesmo mundo, o mesmo continente, a mesma nação, a mesma cidade, o mesmo espaço público, a despeito da diversidade absoluta de interesses e visões de mundo, estar-se-á agindo com base em um “corpo político”. O mundo comum, o espaço público, só se torna realmente público quando é capaz de unir os livres e diferentes/iguais, a diversidade em uníssono (Arendt, 2007).

Na maior parte das sociedades modernas, são as leis que regulamentam todas as formas de interações sociais. Nas civilizações ocidentais, os modelos legislativos variam significativamente de um país para outro, mas de maneira geral, derivam de duas fontes de inspiração principais: a tradição grega e a tradição romana. No conceito romano de lei, *nomos* significa “ligação duradoura”. Nessa acepção, a lei, aquilo que liga as pessoas umas às outras, não é uma mera imposição por meio da força ou mediante algum outro instrumento legal de sanção, mas sim a expressão de um acordo entre as partes, os indivíduos, os cidadãos. A república romana é fruto de um grande contrato social: “a lei é, aqui, algo que institui de novo relações entre homens, e quando liga homens entre si, não o faz no sentido do direito natural (...) mas no sentido do acordo” (Arendt, 2002, p. 45).

No entendimento dos gregos, todavia, a lei não seria necessariamente a expressão de um acordo ou contrato, isto é, submetido a um debate entre diferentes pontos de vista, um debate público.³⁴ Segundo a acepção grega, mais do que uma relação social, acordo ou

³⁴ “A lei, como os gregos entendiam, não era acordo nem contrato, não surgiu entre os homens no falar de duas partes e no agir e contra-agir e, por conseguinte, não é algo inserido no âmbito político, mas é, em essência, imaginado por um legislador e precisa ser aprovado, antes de poder entrar na verdadeira

contrato, a lei institui uma fronteira, uma delimitação, uma demarcação espacial.³⁵ Para os gregos, fora da *polis* não havia lei. Violar a lei era o mesmo que se deslocar para fora das fronteiras da *polis*:³⁶ “Toda lei cria, antes de mais nada, um espaço no qual ela vale, e esse espaço é o mundo em que podemos mover-nos em liberdade. O que está fora desse espaço, está sem lei e, falando com exatidão, sem mundo; no sentido do convívio humano é um deserto” (Arendt, 2002, p. 49).

Em seu auge, segundo nos conta Lewis Mumford (1982, p. 171), mais ou menos por volta do século V a.C, Atenas contava com uma população considerada enorme para os padrões da época: 40 000 cidadãos com direito pleno à atividade política (apenas homens e nascidos na Grécia); cerca de 150 000 pessoas consideradas livres (mulheres, “metecos” e crianças) e cerca de 100 000 escravos. Apenas 1/7 da população total tinha, portanto, o status de cidadão.³⁷ Quanto mais a população crescia, mais complexa se tornava a divisão social do trabalho e, mesmo com seu limitado número de cidadãos “legítimos”, mais robusta se tornava a democracia participativa grega: “Várias cidades gregas fizeram um esforço para aplicar a democracia ao governo em larga escala (...) pois os gregos tentavam devolver à complexa organização da cidade o sentido de responsabilidade e participação direta do cidadão que existia no governo da aldeia (Mumford, 1982, p. 173).

Porém, para Lewis Mumford, com o passar dos anos as cidades helênicas cresceram de tal modo que a democracia ateniense começou aos poucos a demonstrar sinais de

coisa política. Como tal, é pré-política, no sentido de ser constitutiva para todo o ulterior agir político e o lidar politicamente entre si” (Arendt, 2002, p. 45).

³⁵ *“Trata-se, em essência, de estabelecer fronteira e não de ligação e união. A lei é, por assim dizer, aquilo segundo a qual uma polis forma sua vida a seguir, que não pode ser abolida sem renúncia à própria identidade, e cuja violação ' é igual à transposição de uma fronteira imposta à existência” (...) A lei não vale no lado de fora da polis, sua força obrigatória estende-se apenas sobre o espaço que ela encerra e limita. Violar a lei e deslocar-se para fora das fronteiras da polis eram, para Sócrates, a mesma e única coisa, no sentido mais textual da palavra” (Arendt, 2002, pp. 45-46).*

³⁶ *“os gregos, ao contrário de civilizações posteriores, não consideravam a função de legislar como atividade política. Em sua opinião o legislador era como o construtor de muros da cidade, alguém cujo trabalho devia ser executado e terminado antes que a atividade política pudesse começar. Consequentemente, era tratado como qualquer outro artesão ou arquiteto, e podia ser trazido de fora e contratado sem que precisasse ser cidadão, ao passo que o direito de politeuesthai, de engajar-se nas muitas atividades em curso na polis, era privilégio exclusivo dos cidadãos” (Arendt, 2007, p. 207).*

³⁷ *“Assim, mesmo quando a cidade grega se tornou uma ‘democracia’, seus cidadãos constituíam uma classe à parte, uma minoria ‘dominante’. Quanto maiores se tornavam as atividades econômicas da metrópole em expansão do século V, tanto mais seguramente se ampliava a lacuna entre os cidadãos e os não cidadãos” (Mumford, 1982, p. 170).*

esgotamento. O crescimento das cadeias econômicas e políticas dessas cidades tornou claras as limitações da democracia participativa: “A democracia pura exige a intimidade do encontro face a face, possível apenas em pequenos números (...) Em grandes números, a democracia é, evidentemente, inoperante, exceto no sentido limitado de um referendo popular” (Mumford, 1982, p. 174). A proporção de votantes e não-votantes não crescia no mesmo ritmo que as cidades, mesmo assim, o número de cidadãos com direitos políticos plenos cresceu de tal maneira que, a partir de determinado momento, os seus diferentes membros simplesmente não se conheciam, não tinham mais contatos diretos uns com os outros. A expansão demográfica, apesar de não ser o único “problema”, foi um dos maiores desafios enfrentados pela democracia àquela época. Nem mesmo aqueles que são considerados dois dos maiores filósofos da história, Platão e Aristóteles, ofereceram respostas contundentes para essa problemática: “Provavelmente, o maior fracasso político dessas cidades gregas foi a sua incapacidade de passar da democracia direta para o governo representativo” (Mumford, 1982, p. 174).

Em seu mais conhecido ensaio, *Do Contrato Social* (1762), o filósofo iluminista francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) concebe a vida política como um grande contrato social, onde cada contratante condiciona sua liberdade individual ao interesse comum da coletividade que ele compõe. Este contrato social, a despeito do conflito de interesses que ele encerra ou ao menos atenua, funda um grande conjunto de convenções, uma institucionalização das formas de convívio social, um código de conduta individual e coletivo. Para Rousseau, a passagem do estado natural (formas pré-políticas de organização da vida social) ao estado civil (formas políticas de organização da vida social) ensejou mudanças sem precedentes na história das organizações sociais (humanas). Nessa transição, há a substituição de um código de conduta baseado em instintos “naturais”, para um código de conduta que tem como alicerces fundamentais o direito e a política. No estado civil, nos diz Rousseau, antes de agir, todos os humanos devem consultar a razão, leia-se, consultar as leis (Rousseau, 2002).

As leis, quando emanadas do povo, unem os direitos aos deveres, delimitando-os. Trata-se de uma institucionalização das formas de convívio, um código “ético”, “moral” e “racional” de conduta que se transforma lentamente, mas que é sempre susceptível às mudanças em curso nas sociedades. Segundo Rousseau, chamamos de República todo Estado que é regido por leis onde o interesse público governa. As leis são, nesse sentido,

nada mais do que o estabelecimento das condições de associação civil, uma justa medida entre dois de seus princípios mais elementares: a liberdade e a igualdade (Rousseau, 2002).

Nas sociedades democráticas, a isonomia garante aos cidadãos a igualdade de direitos e deveres: “Todos podem prescrever o que todos devem fazer, ao passo que ninguém tem o direito de exigir que outro faça aquilo que ele mesmo não faz” (Rousseau, 2002, p. 135). Enquanto essas pessoas se mantiverem unidas em um mesmo corpo político, fundado em um contrato social, o bem comum será o mais importante formatador da ética e da moral. Amparado por Rousseau, podemos afirmar: todo contrato social surge de um conflito de interesses, pois, não seria preciso criar acordos se todas as partes envolvidas (indivíduos) concordassem previamente. Eis a natureza política de todo contrato social: o conflito de interesses do qual ele parte.

6 - O advento dos Estados Modernos e a civilização dos costumes

Em sua mais importante obra, *O Processo Civilizador* (1994), publicada originalmente em 1939, o sociólogo e historiador alemão Norbert Elias demonstra como aquilo que chamamos de “civilização” ocidental é o produto de um longo processo social e histórico. Para Norbert Elias, grandes transformações políticas e econômicas ocorreram em paralelo às mudanças na estrutura social e comportamental de diferentes nações europeias. Ao discorrer sobre os aspectos comuns e as disparidades existentes no modo de vida das sociedades de corte de algumas das principais nações europeias e do próprio significado do conceito de “civilização” nesses países, Elias descreve a evolução conceitual de noções fundamentais à época como cortesia, civilidade, polidez e urbanidade e como essas transformações conceituais refletiam mudanças comportamentais significativas na sociedade europeia, especialmente na transição da Idade Média para a Idade Moderna, que culminou com o advento dos Estados-nação modernos (ver Elias, vols. 1 e 2, 1994).

No século XI, a maior parte das terras do continente europeu já havia sido ocupada, especialmente em sua porção central e ocidental, restando “poucas” áreas ainda desocupadas. A Europa começa a observar, a partir de então, o crescimento daquelas antigas formações sociais chamadas de cidades, que crescem num ritmo consideravelmente mais acelerado do que nos últimos séculos. Antes do crescimento populacional das cidades (que anunciaria os tempos modernos), ou seja, ao longo de toda

a Idade Média, existiam basicamente duas classes de pessoas que poderíamos chamar de “livres”: a nobreza e o clero. Passados 200 anos, isto é, no século XIII, a sociedade se “expandiu” consideravelmente, cresceu quantitativa e qualitativamente e novos grupos sociais começaram a habitar as cidades: os artesãos, os comerciantes e uma pequena burguesia urbana começa gradualmente a ganhar uma importância numérica antes inexistente (Elias, 1994, Vol. 2, pp. 48-54).

Em diferentes nações ocidentais, a partir dos séculos XI e XII, houve uma lenta transformação comportamental nas sociedades de corte europeias que culminou com a conversão da nobreza guerreira em nobreza cortesã, processo esse que só se concretizou plenamente nos séculos XVII e XVIII. Segundo Norbert Elias, é possível resumir esse longo processo da seguinte maneira: em um primeiro momento, observa-se com clareza a existência de uma estrutura social e espacial feudal, com seus muitos castelos e propriedades rurais que gozam de baixo grau de integração; em seguida, dessa profusão de castelos e propriedades em diferentes regiões surgem algumas casas/famílias que concentram mais riqueza e poder, ostentando uma posição de preponderância frente às demais. Essas residências específicas, mais importantes e famosas que suas rivais, aos poucos, começam a ser habitadas por grupos cada vez mais numerosos de pessoas, transformando-se em “cortes”. Nos círculos sociais dessas cortes específicas, observa-se um esforço por parte dos indivíduos em estabelecer um controle mais rigoroso das condutas, um código comportamental “cortês”, uma nova forma de regulação das maneiras que culminou com a completa conversão da nobreza guerreira em cortesã e, nesse sentido, com a “civilização” de sua conduta (ver Elias, 1994, vol. 2., p. 217).

Para Norbert Elias, esse padrão de conduta “civilizado”, que se disseminou por toda a Europa após o século XVI, surgiu do entrelaçamento cada vez mais intenso entre as classes nobres e burguesas nas cortes e do aumento do grau de interdependência da sociedade como um todo. Com o crescimento do grau de interdependência, as pessoas passam a observar umas às outras com maior afinco, ou seja, elas formatam o seu próprio comportamento com base, entre outras coisas, na observação do comportamento das outras pessoas. A “vergonha” e a “repugnância” tornam-se, aos poucos, importantes conformadoras do comportamento individual. O novo comportamento que surge nas cortes, nas classes privilegiadas, lentamente se espalha por outros estratos sociais, isto é,

se converte em comportamento geral da sociedade.³⁸ À medida que outras classes e grupos sociais adotavam determinado padrão de conduta, as classes privilegiadas se esforçavam novamente para refinar ainda mais os seus hábitos, o que resultava em uma espécie de círculo vicioso de renovação da formatação comportamental.³⁹

7 - Cortesia, civilidade e civilização

Segundo Norbert Elias, foi nessas sociedades de corte que o conceito de *cortesia* (em francês *courtoisie*; em inglês *courtesy*, em italiano *cortezia*) foi criado e popularizado. Tal conceito expressava a ideia de autoconsciência que a aristocracia das cortes feudais tinha de si mesma, o padrão do que poderia ser chamado de “bom comportamento” ou “comportamento socialmente aceitável” nas classes nobres de mais alto status.⁴⁰ Esse código comportamental específico, a cortesia, que nasceu nos círculos cortesãos das grandes cortes feudais, posteriormente, se disseminou por todos os estratos sociais de diferentes nações do continente europeu, transformando-se em uma espécie de protocolo comportamental “padrão” (ver Elias, 1994, Vol. 1).

Um dos primeiros filósofos a tratar do tema da “etiqueta” na Idade Moderna foi Erasmo de Roterdão (1466-1536), que escreveu o influente tratado *De civilitate morum puerilium* (Da civilidade dos costumes das crianças), publicado originalmente em 1530, reeditado várias vezes e traduzido para diversas línguas europeias. Segundo Norbert Elias, esse tratado anuncia o nascimento de um novo conceito que, nas palavras desse autor, “empurraria para o segundo plano o conceito de cortesia da cavalaria-feudalismo” (Elias, 1994, Vol. 1, p.83). Trata-se da noção de *civilidade* que, ao longo do século XVI, passou

³⁸ “No curso deste estudo, indicamos, através de certo número de exemplos, que, a partir do século XVI, o padrão de conduta social foi colhido por um movimento mais rápido, assim permanecendo nos séculos XVII e XVIII, e que, no correr dos séculos XVIII e XIX, ele se difundiu, transformado em alguns aspectos, por toda a sociedade do Ocidente” (Elias, 1994, vol. 2., p. 249).

³⁹ “Seus membros se transformaram em ‘gentis-homens burgueses’. (...) e por isso os grupos nobres eram forçados a refinar ainda mais a conduta” (p. 252) (...) “Assim, a partir do século XIX, essas formas civilizadas de conduta se disseminaram pelas classes mais baixas, em ascensão, da sociedade do Ocidente e pelas diferentes classes nas colônias, amalgamando-se com padrões nativos de conduta” (Elias, 1994, vol. 2., p. 255).

⁴⁰ “nas grandes cortes feudais, surgiu simultaneamente uma convenção mais rígida de conduta, uma certa moderação dos afetos e uma regulação das maneiras. Foi a esse padrão de maneiras, a essa convenção de comportamento, a esse polimento da conduta que a sociedade deu o nome de *courtoisie*” (Elias, 1994, Vol. 2, p. 81).

a ser cada vez mais utilizada como reflexo de mudanças comportamentais de “grandes proporções” (Elias, 1994, Vol. 1).

Para Norbert Elias, a grande novidade do tratado *De civilitate morum puerilium* (1530) de Erasmo ao introduzir a noção de civilidade (tratado esse que teve enorme audiência na Alemanha, na Inglaterra, na Itália e especialmente na França), era que as diretrizes dos assim chamados “bons costumes” não se dirigiam apenas para classes sociais específicas, como no caso da cortesia em relação aos círculos aristocráticos cortesãos, mas sim regras de conduta que “poderiam” ser assimiladas e internalizadas por todos os diferentes estratos da sociedade. “É precisamente essa falta de orientação social específica nos preceitos, sua apresentação como regras humanas gerais, que lhe distingue o tratado dos que o sucederam na tradição italiana e, especialmente, francesa” (Elias, 1994, Vol. 1, p. 88). Após a Renascença, entra em cena um novo padrão comportamental que é associado a um novo conceito, a civilidade (o novo “estágio” da cortesia)⁴¹. Como dissemos anteriormente, para que se pudesse aprender a ser “cortês” (polido, educado, refinado, elegante etc.), era necessário que se observasse o comportamento de outras pessoas: como elas se vestiam, como falavam, que expressões (faciais, orais, gestuais etc.) elas utilizavam, como se comportavam à mesa, como se dirigiam à outras pessoas etc..⁴²

Segundo o argumento de Elias, esse processo lento e gradual de transformação comportamental da sociedade, que é caracterizado pelo aumento da coação entre as pessoas, mas especialmente pelo “autopolicimento”, se mostrou uma maneira muito eficiente para se transmitir e cristalizar “hábitos duradouros”.⁴³ Os novos tratados de

⁴¹ Empreguei as aspas na expressão “estágio” para me distanciar de qualquer forma de pensar evolucionista que porventura possa ser associada a essa palavra.

⁴² “A tendência cada vez maior das pessoas a se observarem e aos demais é um dos sinais de que toda a questão do comportamento estava, nessa ocasião, assumindo um novo caráter: as pessoas se moldavam às outras mais deliberadamente do que na Idade-Média. (...) Neste momento, a situação muda. Aumenta a coação exercida por uma pessoa sobre a outra e a exigência de ‘bom comportamento’ é colocada mais enfaticamente. Todos os problemas ligados a comportamento assumem nova importância (...) os velhos laços sociais estão, se não quebrados, pelo menos muito frouxos e em processo de transformação. Indivíduos de diferentes origens sociais estão reunidos de cambalhota. Acelera-se a circulação social de grupos e indivíduos que sobem e descem na sociedade (Elias, 1994, vol., p. 91).

⁴³ “Há muito material que demonstra como, nesse período, os costumes, comportamentos e modas da corte espalhavam-se ininterruptamente pelas classes médias altas, onde eram imitados e mais ou menos alterados de acordo com as diferentes situações sociais. Perdem assim, dessa maneira e até certo ponto, seu caráter como meio de identificação da classe alta. São, de certa forma, desvalorizados. Este fato obriga

comportamento e civilidade do século XVI refletiam uma profunda mudança nos padrões e hábitos comportamentais da sociedade, um novo tipo de condicionamento e modelação dos indivíduos (Elias, 1994, vol. 1, pp. 82-95). Esses novos manuais de comportamento são obra de uma nova aristocracia de corte, tanto na Inglaterra quanto na Alemanha, mas especialmente na França, onde as cortes são frequentadas não somente por aristocratas, mas também por uma nascente e cada vez mais influente classe burguesa.⁴⁴

Durante o final da Idade Média e início da Renascença, portanto, os monarcas de algumas das mais importantes regiões da Europa como Itália, Alemanha, França e Inglaterra acumularam uma concentração de poder em suas mãos muito maior que os seus “vizinhos”. Nesses poderosos principados, o rei é o único representante legítimo de vastas regiões, um verdadeiro monarca absoluto. Nos primórdios da Renascença, sociedades de corte de diferentes reinos vão, aos poucos, se transformando em uma aristocracia de corte, que tem como centro fundamental Paris. Essas sociedades de corte, de diferentes reinos, interagem regularmente entre si e originam os chamados círculos cortesãos, formados em sua maioria por camadas sociais aristocráticas (a nobreza) e eventualmente pelos mais altos estratos da crescente burguesia (Elias, 1994, Vol. 2, pp. 15-22).⁴⁵

os que estão acima a se esmerarem em mais refinamentos e aprimoramento da conduta. E é desse mecanismo - o desenvolvimento de costumes de corte, sua difusão para baixo, sua leve deformação social, sua desvalorização como sinais de distinção - que o movimento constante nos padrões de comportamento na classe alta recebe em parte sua motivação” (Elias, 1994, vol. 1, p. 110).

⁴⁴ *“Cortesia referia-se inicialmente as formas de comportamento que se desenvolveram nas cortes dos grandes senhores feudais. Ainda durante a Idade Média, porém, o significado da palavra perdeu muito de sua limitação original social a “corte”, entrando também em uso nos círculos burgueses. Com a lenta extinção da nobreza guerreira baseada no cavaleiro e no senhor feudal e a formação de uma nova aristocracia de monarcas absolutos no curso dos séculos XVI e XVII, o conceito de civilidade elevou-se lentamente a categoria de comportamento social aceitável. A cortesia e a civilidade conviveram lado a lado durante o período da sociedade de transição na França do século XVI, que era um misto de sociedade cavaleirosa-feudal e de monarquia absoluta. No século XVII, porém, o conceito de cortesia saiu gradualmente de moda na França”* (Elias, 1994, vol. 1, p. 111).

⁴⁵ *“A mais influente das sociedades de corte desenvolveu-se, como sabemos, na França. A partir de Paris, os mesmos códigos de conduta, maneiras, gosto e linguagem difundiram-se, em variados períodos, por todas as cortes europeias” (...). “Os membros dessa sociedade multiforme falam a mesma língua em toda a Europa, inicialmente o italiano e, depois, o francês: leem os mesmos livros, têm o mesmo gosto, as mesmas maneiras e — com diferenças em grau — o mesmo estilo de vida” (...). “Aqui se criaram os modelos do intercâmbio social mais pacífico de que, em maior ou menor grau, todas as classes precisavam, depois da transformação da sociedade europeia ocorrida ao fim da Idade Média; aqui os hábitos mais rudes, os costumes mais soltos e desinibidos da sociedade medieval, com sua classe guerreira superior e o corolário de uma vida incerta e constantemente ameaçada, são ‘suavizados’, ‘polidos’ e ‘civilizados’”* (Elias, 1994, Vol. 2, pp. 17 e 18).

No decorrer do século XVIII na França, ou pelo menos até 1750, o convívio das classes aristocráticas e burguesas nas cortes levou a alta classe de corte a passar por um processo de “aburguesamento” e, simultaneamente, as classes burguesas a passarem por um processo de “acortesamento”. Desta sinergia de classes, desse processo de assimilação de costumes burgueses pelos círculos cortesãos e de hábitos da sociedade de corte pela classe burguesa, novas transformações conceituais e comportamentais surgiram: o mesmo processo que levou o conceito de civilidade a substituir a noção de cortesia nas altas cortes francesas levou o conceito de *civilização* a tomar o lugar da noção da civilidade.⁴⁶

Segundo Norbert Elias, ao longo dos séculos XVII e XVIII na França, conforme dito anteriormente, a mudança comportamental que era praticada nas cortes se espraiava para outros estratos da sociedade francesa, em especial para aquelas camadas que viviam nas grandes aglomerações urbanas como Paris, por exemplo, sofrendo ao longo do processo de transmissão uma série alterações. Essa mesma estrutura de transmissão e formatação dos costumes, onde comportamentos que surgem nas cortes aristocráticas se convertem aos poucos em “costumes nacionais”, pode ser observada através de três exemplos: as formas de expressão oral (fala e linguagem); os hábitos referentes à alimentação, tanto no preparo quanto no consumo dos alimentos e a utilização de utensílios domésticos diversos (Elias, 1994, vol. 1, pp. 114-135).

Uma série de hábitos cotidianos que costumavam ser feitos na presença de outras pessoas começam gradualmente a serem feitos exclusivamente em âmbito privado. A “polidez” (o controle das emoções) era vista, nesse sentido, como uma forma de poupar outras pessoas de “espetáculos desagradáveis”. O tratado de Erasmo anuncia uma “notável elevação do patamar de vergonha” na sociedade, em comparação com os tempos que o precederam: “Erasmo funciona como indicador de um novo padrão de vergonha e repugnância que começa a se formar lentamente na alta classe secular” (Elias, 1994, vol. 1, p. 140).

⁴⁶ “Tal como o conceito de cortesia antes, o de civilidade começa lentamente a afundar. Pouco depois, o conteúdo deste e de termos correlatos é absorvido e ampliado em um novo conceito, na expressão de uma nova forma de autoconsciência, o conceito de *civilisation*. Cortesia, civilidade e civilização assinalam três estágios de desenvolvimento social” (Elias, 1994, vol. 1, pp. 112-113). Diversos comentadores da obra de Norbert Elias afirmam que o uso de expressões como “estágio de desenvolvimento social” não deve ser associado a ideias evolucionistas.

Para Norbert Elias, quanto maior a complexidade da divisão social do trabalho e da cadeia de interdependência funcional, “menos” rígidas se tornam as hierarquias sociais. Nessas sociedades “menos” hierárquicas, a vergonha e a repugnância perdem parte de seu caráter de classe e passam a ser adotadas como um comportamento geral das sociedades.⁴⁷ Uma série de hábitos e costumes que eram praticados em “âmbito público” (na presença de outras pessoas), como satisfazer as necessidades fisiológicas (urinar, defecar, escarrar, tomar banho, dormir etc.), passam agora a serem praticados exclusivamente na “esfera privada” da intimidade particular. Há, por assim dizer, uma espécie de “isolamento das funções naturais da vida pública”.⁴⁸ O quarto de dormir, igualmente, se transformou em um dos ambientes mais restritos das residências, um espaço destinado exclusivamente às atividades íntimas, particulares, privadas (Elias, 1994, vol. 1, pp. 155-189).⁴⁹

8 - O processo de formação dos Estados Modernos

Entre os séculos XI e XIII, conforme dito anteriormente, novas cadeias de interdependência social começam a se formar nas cidades europeias e a divisão social do trabalho atinge um novo patamar, tornando-se mais complexa. As atividades econômicas se diversificam, uma economia urbana começa aos poucos a se desenvolver e ganhar importância. Nesse contexto de novos relacionamentos humanos de integração e interdependência, tornou-se cada vez mais necessário a utilização de um sistema tributário geral, a moeda, como forma de “institucionalizar” e facilitar as trocas e o

⁴⁷ “A sociedade está, aos poucos, começando a suprimir o componente de prazer positivo de certas funções mediante o engendramento da ansiedade ou, mais exatamente, está tornando esse prazer ‘privado’ e ‘secreto’ (isto é, reprimindo-o no indivíduo)” (Elias, 1994, vol. 1, p. 147).

⁴⁸ “No estágio da aristocracia de corte, as restrições impostas as inclinações e emoções baseavam-se principalmente em consideração e respeito devidos a outras pessoas e, acima de tudo, aos superiores sociais. No estágio subsequente, a renúncia e o controle de impulsos é muito menos determinado por pessoas particulares. Expressada provisória e aproximativamente, nesse instante, mais diretamente do que antes, são as compulsões menos visíveis e mais impessoais da interdependência social, a divisão do trabalho, o mercado, a competição, que impõem restrições e controle aos impulsos e emoções” (Elias, 1994, vol. 1, p. 155).

⁴⁹ “Em outras palavras, com o avanço da civilização a vida dos seres humanos fica cada vez mais dividida entre uma esfera íntima e uma pública, entre comportamento secreto e público. E esta divisão é aceita como tão natural, torna-se um hábito tão compulsivo, que mal é percebida pela consciência” (...) “Juntamente com essa crescente divisão do comportamento no que é e não é publicamente permitido, a estrutura da personalidade também se transforma (...) o código social de conduta grava-se de tal forma no ser humano, desta ou daquela forma, que se torna elemento constituinte do indivíduo” (Elias, 1994, vol. 1, pp. 188-189).

intercâmbio social. Com o crescimento das cidades, o desenvolvimento do comércio e a monetarização acabavam por favorecer os maiores proprietários de terra, os grandes senhores feudais passaram a concentrar cada vez mais poder econômico (e, posteriormente, político), em detrimento dos pequenos proprietários de terra que se tornavam cada vez mais dependentes economicamente dos grandes. Forma-se um sistema social cada vez mais integrado, interdependente, complexo e hierárquico (Elias, 1994, Vol. 2, pp. 58-65).⁵⁰

Esse caráter monopolista que aos poucos se consolidou nos principais reinos europeus, que concentra poder econômico e político nas mãos de um único reino/família, constitui uma das bases para a formação dos primeiros Estados Modernos, ainda em sua vertente absolutista. Com o avanço da divisão social do trabalho, da monopolização dos sistemas de tributação e da formação de um monopólio da força militar (o exército do rei), torna-se expressamente necessário que se crie um aparelho administrativo permanente, uma máquina burocrática especializada que é controlada pela autoridade central mas que é administrada por um crescente número de funcionários, os administradores do monopólio (Elias, 1994, Vol. 2, pp. 97-107).⁵¹

Quanto maior o potencial do poder monopolizado, nos diz Elias, maior será a rede de funcionários que o administra, o aparato burocrático se torna mais complexo, o que acaba reforçando a necessidade de um funcionamento coordenado, integrado, sistêmico e

⁵⁰ *“E assim, passo a passo, cidades e grandes cortes feudais nasceram da forma de atividade econômica que sobrevivia nas pequenas propriedades. No século XII, e muito tempo depois, nem os aglomerados urbanos nem as grandes cortes feudais estavam tão separadas da economia de troca como as cidades do século XIX estariam do chamado campo aberto. Muito ao contrário, a produção rural e a urbana continuavam estreitamente ligadas. As raras grandes cortes feudais estavam, para sermos exatos, ligadas à rede de comércio e ao mercado através de sua produção excedente, dos tributos que cobravam e também da demanda crescente de artigos de luxo; mas a maior parte das necessidades diárias ainda era atendida diretamente pela produção de seus próprios domínios. Nesse sentido, elas ainda funcionavam em uma economia predominantemente de troca”* (Elias, 1994, Vol. 2, p. 72).

⁵¹ *“É preciso haver uma divisão social muito avançada de funções antes que possa surgir uma máquina duradoura, especializada, para administração do monopólio. E só depois que surge esse complexo aparelho é que o controle sobre o exército e a tributação assumem seu pleno caráter monopolista. Só nessa ocasião está firmemente estabelecido o controle militar e fiscal. A partir desse momento, os conflitos sociais não dizem mais respeito à eliminação do governo monopolista, mas apenas à questão de quem deve controlá-lo, em que meio seus quadros devem ser recrutados e como devem ser distribuídos os ônus e benefícios do monopólio. Apenas quando surge esse monopólio permanente da autoridade central, e o aparelho especializado para administração, é que esses domínios assumem o caráter de ‘Estados’”* (Elias, 1994, Vol. 2, p.98).

centralizado. O monopólio que era privadamente administrado por um único indivíduo ou família acaba se transferindo para o controle de camadas mais amplas (ainda assim consideravelmente limitadas), transformando-se em um órgão burocrático central, o Estado, isto é, um monopólio público (Elias, 1994, Vol. 2, pp. 97-107).⁵²

Com o passar dos séculos, especialmente após o Renascimento, as camadas burguesas que habitam as crescentes cidades, através do comércio, adquirem cada vez mais poder econômico e almejam, é claro, poder político. Quando a classe burguesa passa a controlar o monopólio da força física, o monopólio da tributação e o monopólio da administração, o Estado deixa de ser governado pelas mãos de um único rei e passa a ser comandado por uma classe, a classe burguesa. As funções administrativas, o comando dos monopólios do Estado, perdem seu caráter privado e passam agora a ter uma função “pública”: “Em outras palavras, forma-se o que estamos acostumados a chamar de ‘regime democrático’” (Elias, 1994, Vol. 2, p. 105).⁵³

A Revolução Francesa constitui o ápice desse processo de transformação dos “monopólios privados” em “monopólios públicos”. Quanto maiores e mais robustas se tornavam as cadeias de interdependência social nas cidades, mais complexos os órgãos de coordenação e administração se tornavam, ostentando alto grau de organização sistêmico e centralizador. Norbert Elias chama de “mecanismo régio” o processo através do qual a centralização do poder se concentra nas mãos de um único rei que administra a correlação de forças e interesses gerais da sociedade nas monarquias absolutistas. Para Elias, tal processo não foi planejado por nenhum indivíduo ou classe, traduziu-se em um

⁵² “A teia humana como um todo, dada sua divisão de funções sempre maior, manifesta uma tendência inerente a se opor com veemência crescente a toda monopolização privada de recursos. A tendência dos monopólios, como, por exemplo, da força ou da tributação, a se transformarem de monopólios ‘privados’ em ‘públicos’, ou ‘estatais’, nada mais é do que uma função da interdependência social. A teia humana, com sua elevada e crescente divisão de funções, é impelida por seu próprio peso coletivo para um estado de equilíbrio em que se torna impossível a distribuição das vantagens e renda das oportunidades monopolizadas em favor de uns poucos” (Elias, 1994, Vol. 2, p. 103).

⁵³ Para Norbert Elias, é possível dividir essa fase de monopolização do poder em dois momentos fundamentais: “Em primeiro lugar, o estágio da livre competição ou de provas eliminatórias, tendendo os recursos a se acumularem num número cada vez menor de mãos e, finalmente, em apenas duas mãos, ou a fase da formação do monopólio; em segundo, a etapa em que o controle dos recursos centralizados e monopolizados tende a passar de um indivíduo para números sempre maiores até, finalmente, tornar-se função da rede humana interdependente como um todo. É esta a fase em que o monopólio relativamente ‘privado’ torna-se ‘público’” (Elias, 1994, Vol. 2, pp. 105-106).

complexo conjunto de transformações sociais lentamente moldadas (Elias, 1994, Vol. 2, p. 150).⁵⁴

Antes da Revolução Francesa, segundo argumenta Elias, havia um equilíbrio peculiarmente tenso entre a classe burguesa em ascensão e a classe aristocrática em decadência, pois, os interesses desses diferentes grupos sociais não eram os mesmos. Essa multiplicidade de tensões geradas por interesses convergentes e divergentes no interior da administração estatal, sob certo sentido, acabava por fortalecer ainda mais o poder central do rei, a figura responsável pela mediação do conflito de interesses. A burguesia e a Casa Real, a despeito de seus interesses por vezes antagônicos, “se impulsionaram reciprocamente”, tornando-se funcionalmente dependentes (Elias, 1994, Vol. 2, p. 140-171).

Nos séculos XIV, XV e XVI, algumas das maiores cidades europeias como Paris, por exemplo, já eram caracterizadas como complexas formações sociais, especialmente quando comparadas com as cidades da Idade Média. Nessas cidades habitam: um estrato superior privilegiado (a burguesia propriamente dita), que controla o comércio de alto lucro, a maior parte dos cargos públicos e das finanças; um estrato médio (a pequena burguesia), formada por artesãos e mercadores menos afortunados e um terceiro estrato que conta com o restante dos trabalhadores urbanos, o “povo”.⁵⁵ É nesse momento que

⁵⁴ “Na verdade, a instituição social da monarquia chega a seu maior poder na fase histórica em que uma nobreza em decadência já está obrigada a competir de muitas maneiras com grupos burgueses em ascensão, sem que qualquer um dos lados possa derrotar inapelavelmente o outro. A aceleração da monetarização e da comercialização no século XVI deu aos grupos burgueses um estímulo ainda maior e empurrou fortemente para trás o grosso da classe guerreira, a velha nobreza. Ao fim das lutas sociais nas quais essa violenta transformação da sociedade encontrou expressão, crescera consideravelmente a interdependência entre partes da nobreza e da burguesia” (Elias, 1994, Vol. 2, p. 152).

⁵⁵ “De tudo isso emerge uma clara imagem da estrutura da sociedade absolutista. A sociedade secular do ancien régime francês consistia, mais acentuadamente do que no século XIX, de dois setores: um setor agrário mais amplo e outro urbano burguês, menor, mas que ininterruptamente crescia em poder econômico. Em ambos havia um estrato inferior, no último os pobres urbanos, a massa dos jornaleiros e trabalhadores comuns, e, no primeiro, os camponeses. Em ambos havia ainda um estrato médio baixo, no último, os pequenos artesãos e, provavelmente, os funcionários de graduação mais baixa, e, no primeiro, a pequena fidalguia possuidora de algumas terras em cantos de província; e também em ambos um estrato médio superior, no último constituído de ricos mercadores, altos funcionários e mesmo, nas províncias, dos mais altos servidores judiciários e administrativos, e, no primeiro, a aristocracia mais abastada do interior e das províncias. Em ambos os setores, finalmente, existia um estrato principal, que se estendia pela corte, no último, a alta burocracia, a noblesse de robe; e a nobreza cortesã, a elite da noblesse d’épée no primeiro” (Elias, 1994, Vol. 2, p. 189).

expressões como “coisa pública”, “pátria” e “Estado” começam a ser utilizadas como forma de se destacar o caráter “público” da função real (Elias, 1994, Vol. 2, p. 183).⁵⁶

No início do século XVI, na França, parte significativa das características consideradas essenciais ao regime absolutista já havia se consolidado. Em fins do século XVIII, pouco tempo antes da Revolução Francesa, a classe burguesa, cada vez mais poderosa e numerosa, exige em uníssono a abolição de todos os privilégios da nobreza. Com a “eliminação” dos privilégios, o papel do monarca absoluto tornou-se cada vez mais questionável e o poder da autoridade central, do rei, deixou de ter um peso fundamental no equilíbrio das relações de poder no interior do Estado, agora convertido em “coisa pública”.⁵⁷

Concluindo, para Norbert Elias, há uma estreita conexão entre a organização da sociedade sob a forma de “Estados” e o assim chamado “processo civilizador”, isto é, uma mudança de ordem comportamental de toda a sociedade em uma direção específica: a “pacificação” das relações sociais. Esse processo civilizador, conforme argumenta Elias, não foi planejado por nenhum indivíduo, grupo ou classe social, ocorrendo de maneira lenta e gradual.⁵⁸ É o produto de uma nova ordem social, de uma complexificação da divisão

⁵⁶ “A partir desse momento e por um longo período, são os súditos que chamam a atenção para o caráter público da função real. Expressões como ‘coisa pública’, ‘pátria’ e mesmo ‘Estado’ são usadas pela primeira vez, geralmente em oposição a príncipes e reis” (Elias, 1994, Vol. 2, p. 185).

⁵⁷ “Quando, não muito antes da Revolução, depois de terem fracassado todas as tentativas de reforma, a exigência de abolição dos privilégios dos nobres subiu para o primeiro plano entre os lemas dos grupos burgueses de oposição, isso implicou a exigência de uma administração diferente do monopólio fiscal e da receita tributária. A abolição dos privilégios dos nobres significava, por um lado, o fim da isenção de impostos de que gozava a nobreza e, portanto, a redistribuição do ônus fiscal; e, por outro, a eliminação ou redução de numerosos cargos na corte, a aniquilação do que constituía — aos olhos da nova burguesia — uma nobreza inútil e sem função e, portanto, uma distribuição diferente da receita tributária, não mais no interesse do rei, mas da sociedade em geral, ou pelo menos, para começar, da alta burguesia. Finalmente, contudo, a eliminação dos privilégios dos nobres significou a destruição da posição do suserano, como fiel da balança que mantinha os dois estados na ordem de precedência vigente. Os governantes do período subsequente equilibraram-se numa rede diferente de tensões. Eles e suas funções, por isso mesmo, mudaram de caráter. Só uma coisa permaneceu igual: mesmo nessa nova estrutura de tensões, o poder da autoridade central era relativamente limitado enquanto as tensões permaneciam relativamente baixas, quando um acordo direto era possível entre os representantes de polos opostos, e crescia nas fases em que as tensões aumentavam, quando nenhum dos grupos concorrentes conseguia alcançar supremacia decisiva” (Elias, 1994, Vol. 2, p. 190).

⁵⁸ “A civilização não é “razoável”, nem “racional”, como também não é ‘irracional’. É posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver” (Elias, 1994, Vol. 2, p. 195).

social do trabalho e do crescimento das redes de interdependência humana que estabiliza um novo código social de conduta, um comportamento dito “civilizado”.⁵⁹ Segundo Elias, é impossível dissociar essa “pacificação interna” da sociedade do processo de formação dos Estados Modernos, especialmente em países que experimentavam um fantástico crescimento das cadeias de interdependência sociais e funcionais (Elias, 1994, vol. 2., pp. 193-248).⁶⁰

9 - O nascimento da esfera pública burguesa

Segundo o filósofo Jürgen Habermas (*Mudança Estrutural da Esfera Pública*, 1962), durante toda a Idade Média simplesmente não existia uma distinção clara entre aquilo que hoje chamamos de “vida pública” e “vida privada”. Após o Renascimento, essa antítese começa novamente a ganhar importância na civilização ocidental. A partir de determinado momento, as monarquias absolutistas europeias se converteram em instituições “públicas”. Sociedade e Estado começam de fato a se separar. Por volta da metade do século XVI, já se registra a utilização da palavra privado (em alemão *privat*, em inglês *private*, em francês *privé*) que significa estar privado ou excluído do aparelho de Estado. Na França, na Inglaterra e na Alemanha de finais do século XVIII, uma nova expressão começa aos poucos a ser introduzida no vocabulário cotidiano: a *publicidade* (*publicité*, *publicity*), palavra essa que tem origem grega e nos foi transmitida em sua versão romana (latim) referindo-se ao caráter público dos regimes políticos. “Só então é que, num sentido especificamente moderno, separam-se esfera pública e esfera privada” (Habermas, 1984, p. 24).

Entre os séculos XIII e XV se desenvolve na Europa um primitivo capitalismo financeiro e mercantil: um novo sistema de trocas de mercadorias e informações se estabelece impulsionado pelas atividades comerciais. As cidades se consolidam como importantes pontos de comunicação, novos mercados e cadeias de interdependência econômica se formam. Os sistemas de comunicação e de trocas de informações experimentam uma nova

⁵⁹ “Toda essa reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e de sentimentos ‘civilizados’” (Elias, 1994, Vol. 2, p. 194).

⁶⁰ “O que determina a natureza e o grau desses surtos civilizadores é sempre a extensão das interdependências, o nível da divisão de funções e a estrutura interna das próprias funções” (Elias, 1994, Vol. 2, p. 198).

fase de desenvolvimento: surgem as bolsas de valores, o correio e a imprensa. A partir do século XVI, o Estado Moderno, ainda em sua vertente absolutista, se converte em uma instituição burocrática de administração financeira e militar permanente, em outras palavras, se transforma em uma instituição “pública”: “Neste sentido estrito, ‘público’ torna-se sinônimo de estatal” (Habermas, 1984, pp. 31-32).⁶¹

Por volta da segunda metade do século XVII, na França e na Inglaterra, a imprensa começa a se desenvolver mais ativamente e a circulação dos primeiros folhetins e jornais de notícias também se torna permanente, primeiro mensalmente, depois semanalmente e posteriormente diariamente, assumindo aos poucos um caráter “público”, ou seja, transformando-se em um importante veículo de produção e difusão de informações úteis para grande número de pessoas, o público, cumprindo, portanto, uma função (pública) fundamental. Quando os reis querem se comunicar com seus súditos, ou melhor, quando a autoridade central se dirige ao público, ela o faz por meio da imprensa.⁶² Os habitantes da cidade, os “burgueses”, constituem parte fundamental do assim chamado “público pensante”, os receptores. Não por acaso, em seu sentido tradicional, a palavra “burguês” se refira ao “homem culto” que habita o burgo (cidade medieval). Essa camada “burguesa superior” é composta por altos funcionários da administração feudal, juristas, médicos, pastores, oficiais e professores, são os chamados “homens cultos”. Este estrato burguês privilegiado é, nas palavras de Habermas, o “autêntico sustentáculo” do público, pois é um público que lê, que é relativamente informado e, por esse motivo, “capaz” de fazer julgamentos racionais e críticos.⁶³ Aquilo que é submetido ao julgamento do público

⁶¹ “A redução da representatividade pública que ocorre com a mediatização das autoridades estamentais através dos senhores feudais cede espaço a uma outra esfera, que é ligada à expressão esfera pública no sentido moderno: a esfera do poder público. Esta se objetiva numa administração permanente e no exército permanente; à permanência dos contatos no intercâmbio de mercadoria e de notícias (bolsa, imprensa) corresponde agora uma atividade estatal continuada” (Habermas, 1984, p. 31).

⁶² “A autoridade dirige a sua comunicação ‘ao’ público, portanto, em princípio, a todos os súditos; comumente, ela não atinge, assim, o ‘homem comum’, mas, se muito, as ‘camadas cultas’. Junto com o moderno aparelho de Estado surgiu uma nova camada de ‘burgueses’ que assume uma posição central no ‘público’” (Habermas, 1984, p. 37)

⁶³ “Ao final do século XVII, o termo inglês *publicity* é emprestado do francês *publicité*; na Alemanha, a palavra aparece no século XVIII. A própria crítica se apresenta sob a forma de ‘opinião pública’, ‘*öffentliche meinung*’, expressão cunhada na segunda metade do século XVIII conforme a expressão ‘*opinion publique*’. Na Inglaterra, ‘*public opinion*’ surge mais ou menos na mesma época; de fato já bem antes, no entanto, se falava de *general opinion*” (Habermas, 1984, p. 41).

ganha, nesse sentido, *publicidade*; palavra que surge primeiramente na França e posteriormente na Inglaterra e na Alemanha para designar o atributo daquilo que é “público”, leia-se, do conhecimento e do interesse de todos (Habermas, 1984, pp. 27-41).⁶⁴

Segundo Habermas, a partir do século XVIII, a cisão entre Estado e sociedade atingiu um novo patamar nas sociedades de corte, tornando-se cada vez mais evidente. Nesse momento, a esfera privada se refere ao domínio da sociedade civil (setor da troca de mercadorias e do trabalho social) e a esfera do poder público se refere ao Estado (setor da “polícia”). O lugar que melhor representa o setor privado é o espaço íntimo da pequena família, as residências da “intelectualidade” burguesa. No caso da esfera pública burguesa, o espaço que melhor representa o Estado é a corte, onde conviviam a sociedade da aristocracia de corte. Entre essas duas esferas fundamentais (a privada e a pública) encontra-se a *esfera pública política* propriamente dita, aquela que faz a mediação entre o Estado e a sociedade civil que, no caso específico das sociedades de corte, era uma esfera pública inicialmente literária que se transformou posteriormente em uma esfera pública política (clubes, imprensa e o mercado de bens culturais, por exemplo) (Habermas, 1984, p. 45).⁶⁵

Segundo Lewis Mumford o século XVIII é marcado, entre outras coisas, pelo crescimento populacional sem precedentes das grandes capitais da Europa: Varsóvia, Berlim e Copenhague tem uma população estimada em cerca de 100 000 habitantes; Moscou, Viena, São Pesteburgo e Palermo tem por volta de 200 000 habitantes; em fins do séc. XVIII, Nápoles tinha quase 450 000 habitantes, Paris algo próximo de 600 000 e Londres tem mais de 800 000 habitantes; em contrapartida, as cidades comerciais e industriais como Manchester, por exemplo, continuavam a ostentar um tamanho relativamente

⁶⁴ “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social” (Habermas, 1984. p. 45).

⁶⁵ “A esfera privada compreende a esfera da sociedade civil burguesa em sentido mais restrito, portando o setor da troca de mercadorias e do trabalho social; a família, com sua estrutura íntima, está aí inserida. A esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessidades da sociedade” (Habermas 1984, p. 46).

pequeno, cerca de 50 000 habitantes, especialmente quando comparadas com as grandes capitais, onde se localizavam as mais importantes cortes feudais e onde os reis poderiam controlar mais de perto tudo aquilo que acontecia em seus domínios (Mumford, 1982, pp. 386-387).

10 - Os novos espaços públicos: os cafés e os salões

Nas principais cidades da Inglaterra e da França dos séculos XVII e XVIII concentra-se, portanto, a maior parte das instituições da vida econômica, cultural, política e social dessas nações. Nesse contexto de “renascimento” da vida cidadina, surgem “novos” estabelecimentos urbanos que, a despeito de sua diversidade, cumprem as mesmas funções nesses países: os famosos *cafés* e *salões*, que se multiplicavam em finais do século XVII e início do século XVIII e constituíam o centro de uma crítica inicialmente literária que, aos poucos, se converteu em crítica política. Nesses autênticos espaços de sociabilidade, reúnem-se membros da sociedade aristocrática e da “intelectualidade burguesa”. Na França, a igualdade parece ser um ingrediente duplamente celebrado nessa reunião “diversa”, pois, aristocratas e burgueses, a despeito das diferenças de status, das disparidades educacionais e dos modos de vida, compartilham não somente o mesmo espaço como, além disso, uma série de hábitos, gostos, livros e autores preferidos (Habermas, 1984, p. 48).⁶⁶

Na maior parte dos cafés franceses a presença feminina não era permitida, enquanto nos salões londrinos, por exemplo, elas eram a maioria em diversas ocasiões. Nos salões parisienses, além de uma elite burguesa e aristocrática (a nobreza e os grandes banqueiros e burocratas), também frequentam o espaço camadas mais amplas da classe média, além de artesãos e merceeiros: “aí a nobreza e a grande-burguesia dos banqueiros e dos burocratas que se assimilava a ela se encontram com a ‘intelectualidade’ como que em pé de igualdade” (Habermas, 1984, p. 49). Nesses encontros, os discursos, as conversas e os debates surgiam de maneira livre a partir da sociabilidade de todos ali reunidos enquanto público. Os grupos que se formavam e os temas discutidos tinham por base diferentes

⁶⁶ “Lá pela metade do século XVII, depois que não só o chá, a primeira bebida a ser difundida, mas também o chocolate e o café se tornaram bebidas usuais (ao menos para as camadas mais elevadas da população) (...) No primeiro decênio do século XVIII já existem mais de 3000 deles em Londres, cada um com o seu círculo íntimo de fregueses habituais” (Habermas, 1984, p. 48).

elementos: um autor preferido, um gênero literário específico; um determinado setor das artes, como a pintura ou a música e assim sucessivamente. Dois ilustres frequentadores dos salões da Paris de então eram, apenas para citar dois exemplos, alguns dos mais importantes filósofos do Iluminismo, como D'Alembert (1717-1783) e Diderot (1713-1784): “Raramente algum dos grandes escritores do século XVIII havia deixado de colocar primeiro em discussão as suas ideias essenciais em tais *discours*, ou seja, em palestras perante as academias e, sobretudo, nos salões” (Habermas, 1984, p. 49).⁶⁷

Essa pretensa igualdade que se estabelece entre atores de status distintos nesses espaços de sociabilidade não deve ser lida como se fosse essa uma igualdade absoluta. Os frequentadores desses espaços continuam sendo infinitamente diversos entre si, o que ocorre é que, ao menos momentaneamente, enquanto eles estiverem reunidos enquanto “público”, as hierarquias sociais são postas em segundo plano, ficam “adormecidas” por assim dizer. Segundo Habermas, trata-se do espírito dessa época, aquilo que era chamado de “igualdade do simplesmente ‘meramente humano’”.⁶⁸

Esses verdadeiros espaços de sociabilidade⁶⁹ reúnem atores de diferentes classes sociais como interlocutores permanentes. Mesmo assim, trata-se de um “público” bastante limitado numericamente e, sob certo sentido, consideravelmente privilegiado. São pessoas de posses relativamente altas, que tem boa formação educacional e acadêmica, acesso ao que há de melhor no que hoje chamamos de “capital cultural” e que Habermas chamava de “mercado cultural de bens”: eles consomem artes, literatura e ciência de alto

⁶⁷ “Por mais que se diferenciem entre si comunidades de comensais, salões e cafés, no tamanho e na composição de seu público, no estilo de seu comportamento, no clima de raciocínio e na orientação temática, todos tendem sempre a organizar, no entanto, a discussão permanente entre pessoas privadas; dispõem, para isso, de uma série de critérios institucionais em comum. Em primeiro lugar, é exigida uma espécie de sociabilidade que pressupõe algo como a igualdade de status, mas que inclusive deixa de levá-lo em consideração. Contra o cerimonial das hierarquias impõe-se tendencialmente a polidez da igualdade” (Habermas, 1984, p. 51).

⁶⁸ “Não que, com os cafés, os salões e as associações tal concepção de ‘público’ tenha sido efetivamente concretizada. Mas, com eles, ela foi institucionalizada enquanto ideia e, com isso, colocada como reivindicação objetiva e, nessa medida, ainda que não tenha se tornado realidade, foi, no entanto, eficaz” (Habermas, 1984, p. 52).

⁶⁹ Habermas não utiliza a expressão socialidade com tanta frequência quanto eu na escrita, apesar da palavra aparecer inúmeras vezes no texto que foi traduzido para o português. A categoria “espaço de sociabilidade” não aparece nenhuma vez no texto traduzido, trata-se de uma expressão que utilizo para se referir a expressões e aspectos semelhantes da obra.

padrão, trata-se, portanto, de um público “pensante” e “crítico”, porém, limitado numericamente.⁷⁰

Nas primeiras décadas do século XVIII, na França e na Inglaterra, nos cafés e nos salões, um público “diverso” se reunia regularmente para conversar sobre as novidades literárias que circulavam nas principais editoras da Europa, constituindo-se em um público cativo, ávido por novidades de diferentes tipos: artes diversas, literatura, música, pintura, etc. Uma série de instituições e atividades que antes só existiam ou eram praticadas nas cortes começa a ganhar aos poucos um “caráter público”. Os teatros de “corte”, por exemplo, se transformaram em teatros de acesso “público” (apesar de serem espetáculos pagos), onde as classes burguesas e aristocráticas compunham um público mais amplo e diverso. Os concertos musicais, igualmente, começaram a cobrar pela entrada de seu público frequentador, transformando a música em uma mercadoria e, simultaneamente, criando um hábito “novo”: reunir-se para escutar música sem nenhum outro objetivo exposto que não o próprio ato de ouvi-la. Esse mesmo processo ocorreu também com os museus que, a partir de determinado momento, se converteram em locais de exposições permanentes e temporárias de obras de pintores e escultores famosos à época (Habermas, 1984, pp. 54-56).

Nesses espaços de sociabilidade (especialmente nos cafés e salões, mas também nos museus, bibliotecas, teatros etc.) onde pessoas “leigas” se reúnem para debater temas diversos., através da interação social de todos ali reunidos enquanto público, através da conversa e do debate lógico, coerente, racional, esse público “leigo” internaliza uma série de critérios de julgamento acerca de temas diversos, sem que tenha, necessariamente, competência prévia para tal, isto é, uma formação específica em determinada área ou setor que se esteja “julgando”. “Como o concerto e o teatro, os museus institucionalizaram o julgamento leigo sobre a arte: a discussão torna-se um meio de sua apropriação” (Habermas, 1984, p. 56).

⁷⁰ “O ‘grande’ público, que se constitui difusamente fora das instituições de público, tem, apesar de tudo, em relação à massa da população rural e do ‘povo’ cidadão, sempre ainda um volume bastante limitado (...) as massas não só são em grande parte analfabetas, mas também tão pauperizadas que nem sequer poderiam comprar livros. Elas não dispõem de um poder de compra suficiente para ter acesso, ainda que modesto, ao mercado dos bens culturais. Com esse público difuso, que se constitui no embalo da comercialização da troca cultural, surge uma nova categoria social” (Habermas, 1984, pp. 53-54).

Nessas instituições em que se estabelece um público “pensante” cativo, que compartilha os mesmos critérios (leigos) de julgamento, aprende-se a dar valor aos diferentes pontos de vista viabilizados pelo público. Essas seletas pessoas que se reúnem nesses espaços, popularmente conhecidos como “árbitros das artes”, se convertem em autênticos representantes ou porta-vozes do público em geral.⁷¹ Para que a opinião desse público pensante pudesse chegar a grupos sociais maiores, isto é, que extrapolasse os restritos círculos dos cafés, salões, sociedades fechadas, clubes, museus, galerias de artes, teatros etc., os jornais e as revistas que eram publicados mensal ou semanalmente cumpriam um papel fundamental, constituindo-se em um instrumento publicitário dessa crítica: “em 1709 (...) os cafés já eram tão numerosos, os círculos dos frequentadores dos cafés já eram tão amplos que a coesão desse círculo multiforme só podia ser mantida através de um jornal” (Habermas, 1984, p. 58).

Mudanças são observadas também na vida privada: transformações na estrutura e no comportamento das famílias, além de mudanças no próprio espaço físico das casas da pequena-família patriarcal burguesa refletem uma tendência à “privatização” de determinados costumes e hábitos. No século XVII, nas grandes cidades da Inglaterra, as novas casas burguesas são agora divididas em mais cômodos individuais, destinados à atividades específicas: os banheiros passam a ser privados (de uso familiar ou individual exclusivo); os quartos também são privatizados, pais e filhos dormem, quando possível, em quartos separados; a grande sala que era chamada de “espaço familiar”, um local de permanência de toda a família durante a maior parte do tempo, tornou-se menor ou mesmo desapareceu das casas.⁷² Há, por assim dizer, um maior isolamento dos diferentes componentes da família nos diversos cômodos, nesse sentido específico, pode-se falar em uma “privatização” da vida familiar (Habermas, 1984, pp. 60-68).

⁷¹ “Os árbitros de arte - na controvérsia deles com os artistas, é este o topos central – podem conceber-se como porta vozes do público, pois não reconhecem nenhuma outra autoridade se não a do argumento e se sentem solidários com todos aqueles que se deixam convencer por argumentos (Habermas, 1984, p. 57).

⁷² “A natureza ‘pública’ do salão de convivência da grande família (...) dá lugar à sala de estar da pequena-família (...) torna-se sala de recepção, em que as pessoas privadas se reúnem num público” (Habermas, 1984, p. 62)

11 - Esfera pública, imprensa, opinião pública e o Estado de Direito burguês

Por volta do século XVIII, na Inglaterra, uma esfera pública politicamente ativa começa a ganhar contornos mais nítidos. As camadas burguesas almejam poder de influência em âmbito político, querem participar das instâncias de decisão do Estado e, para tal, precisam se legitimar ante o público pensante que se reúne nos novos “fóruns públicos” como, por exemplo, nos fóruns literários. Segundo Habermas, uma esfera pública politicamente ativa surgiu primeiro na Inglaterra, pois, graças ao mercantilismo, o modo de produção capitalista havia se desenvolvido ali de maneira mais efetiva, especialmente após a Revolução Gloriosa. Três eventos merecem destaque nesse processo: a criação do Banco da Inglaterra e das bolsas de valores, que anunciam uma nova fase do regime capitalista; criam-se as primeiras instituições permanentes da imprensa, que “aposentaram” o instituto da censura prévia;⁷³ e forma-se o primeiro governo de gabinetes da Europa, um importante passo rumo à “parlamentarização” do poder estatal que estaria por vir (Habermas, 1984, pp. 75-85).

Com o amadurecimento das instituições de imprensa e do fim da censura na Inglaterra, um jornalismo autônomo começa a se desenvolver e uma *opinião pública* pode agora se opor ao Estado. “Essa opinião pública foi orientada por um novo fator: pela fundação de um jornalismo autônomo, que sabia se afirmar contra o governo e que levou a um status normal o comentário crítico e a aberta oposição contra o governo” (Habermas, 1984, p. 78). Em 1792, pela primeira vez, fala-se em *public opinion*, em substituição a “*sense of the people*” ou “*common opinion*”. Opinião pública, a partir de então, é aquela opinião que tem por base as discussões públicas, ela é formulada através da disputa de argumentos, do embate de ideias convergentes e divergentes. O público pensante, devidamente informado, fundamenta sua opinião no debate racional, tornando-se apto a exercer uma função crítica (pública) (Habermas, 1984, p. 85).

Na França, esse processo de amadurecimento das instituições modernas teve características diferentes, mas resultados parecidos: foram criadas as instituições de que

⁷³ “Já nos anos 70 do século XVII, o governo viu-se obrigado a fazer proclamações dirigidas contra os perigos das conversações em cafés; os cafés são considerados focos de agitação política” (Habermas, 1984, p. 77).

o público politizado precisava para ativar a esfera pública politicamente. Nas constituições de 1791 e 1793 da França pós-revolução, os direitos de se reunir pacificamente e de se expressar livremente eram amplamente garantidos e, sobre a esfera pública, dizia-se: “A livre comunicação de ideias e opiniões é um dos mais preciosos direitos do ser humano” (Habermas, 1984, p. 89).

Durante o século XVIII, tanto na Inglaterra quanto na França, a esfera pública assume uma função política central, torna-se um princípio organizatório dos Estados de Direito burgueses, sob a forma de governos parlamentares: a esfera pública com atuação política ganha o status normativo de um “órgão” que assume a função de intermediar a relação da sociedade civil com o Estado. Quando começa a se institucionalizar o Direito Privado, todas as relações interpessoais são reduzidas à contratos privados, isto é, criam-se as relações contratuais que passam a valer igualmente para todos os indivíduos. “Com as grandes codificações do direito burguês, é desenvolvido um sistema de normas que assegura uma esfera privada em sentido estrito, ou seja, o intercâmbio das pessoas privadas entre si livres de encargos corporativistas e governamentais” (Habermas, 1984, p. 95). Institui-se a propriedade privada, as liberdades básicas de contrato, empreendimento e herança se encontram agora asseguradas. Com o passar dos anos, uma economia de livre mercado se estabelece de forma plena e, ao término dessa “evolução”, o mercado dos bens de consumo, o mercado imobiliário, o mercado de trabalho e o próprio capital já se encontram sujeitos às leis da “livre-concorrência” (Habermas, 1984, pp. 93-99).⁷⁴

Nesse novo Estado de Direito (burguês), onde uma esfera pública que atua politicamente se estabelece como uma espécie de “órgão do Estado” que assegura institucionalmente o vínculo entre a lei e a opinião pública estão garantidos, entre outros, os seguintes direitos: liberdade de expressão, liberdade de opinião; liberdade de reunião; liberdade de associação; liberdade pessoal; liberdade de imprensa; direito de petição; direito eleitoral; direito ao voto igualitário; inviolabilidade da residência; igualdade perante a lei; garantia da propriedade privada etc.. Esses direitos fundamentais estabilizam de forma definitiva

⁷⁴ “As garantias jurídicas, ou seja, vincular as relações de Estado a normas gerais, protegem, junto com as liberdades codificadas no sistema do Direito Privado burguês, a ordem do ‘mercado-livre’” (Habermas, 1984, p. 99).

a divisão entre uma esfera privada (íntima, individual, particular, familiar) e uma esfera pública com suas instituições e instrumentos do público (imprensa e partidos políticos, por exemplo). As pessoas privadas passam a exercer uma função política (pública) enquanto cidadãos e, simultaneamente, uma função econômica (privada) enquanto consumidores e proprietários de mercadorias e bens privados (Habermas, 1984, p. 103).

Segundo Habermas, um princípio elementar de qualquer esfera pública que se pretenda de fato “pública” é o acesso a todos. “Uma esfera pública, da qual certos grupos fossem *eo ipso* excluídos, não é apenas, digamos, incompleta: muito mais, ela nem sequer é uma esfera pública” (Habermas, 1984, p. 105). Nesse sentido específico, aquela esfera pública literária que se estabelece a partir do século XVIII já nasce capenga, pois o público leitor burguês é composto por pessoas com ampla formação cultural e por proprietários de bens privados substantivos, isto é, compõe um círculo social consideravelmente restrito e de alto status. “As qualificações de um homem privado com acesso à esfera pública: propriedade e formação educacional” (Habermas, 1984, p. 107).

A esfera pública se estabelece, portanto, como um princípio organizatório do próprio Estado de Direito burguês. É nesse contexto que se pode falar em *publicidade*. Os debates parlamentares, ao serem *publicizados*, garantem à sociedade civil, via esfera pública, a possibilidade de influência, institucionalizando a conexão entre os parlamentares e seus eleitores, tornando-os partes constituintes de um mesmo corpo político, um mesmo público. Durante algum tempo, o interesse da classe burguesa e o interesse público chegaram mesmo a coincidir, tornando-se de tal modo imbricados que sua distinção era de difícil delimitação⁷⁵. Segundo Habermas, todavia, interesse “público” e interesse de classe podem até convergir momentaneamente, mas, na maior parte dos casos, mais cedo ou mais tarde, os conflitos de interesses tornar-se-ão evidentes (Habermas, 1984, pp. 99-109).⁷⁶

⁷⁵ “Como quer que seja, a esfera pública burguesa desenvolvida está ligada a uma complicada constelação de pressupostos sociais; eles toda vez logo se modificam profundamente e, com a modificação, aflora a contradição da esfera pública institucionalizada no Estado de Direito burguês: com ajuda de seu princípio, que, de acordo com a sua própria ideia, é oposto a toda dominação, era fundamentada uma ordem política, cuja base social não fazia com que dominação ora fosse bem supérflua” (Habermas, 1984, p. 109).

⁷⁶ “O público pensante dos ‘homens’ constitui-se em público dos ‘cidadãos’, no qual ficam se entendendo sobre as questões da res pública. Essa esfera pública politicamente em funcionamento torna-se, sob a ‘constituição republicana’, um princípio de organização do Estado liberal de Direito. Em seu âmbito está

As ações políticas que se dirigem à sociedade civil só ganham publicidade após serem submetidas ao julgamento do “público” (em concordância com as leis que a instituíram) e, sendo “aprovadas” ante a opinião pública, recebem o status de leis “universais” e “racionais”. Segundo Karl Marx, porém, no Estado de Direito burguês “concordância pública” (Kant) e “opinião pública” (Hegel) não se referem à universalidade empírica da média, ou melhor, da mediana dos pontos de vista da sociedade civil.⁷⁷ “Marx denuncia a opinião pública como falsa consciência: ela esconde de si mesma o seu verdadeiro caráter de máscara do interesse de classe burguês” (Habermas, 1984, p. 149).

O imenso abismo que se estabeleceu entre os capitalistas (a burguesia propriamente dita, os detentores dos meios de produção e circulação de capital) e o restante da sociedade civil (a classe trabalhadora que vende sua força de trabalho em troca de um salário) subverteu a ordem “pública” do qual o Estado de Direito burguês era supostamente tributário, o público deixa de ser concebido como um corpo político coeso. A separação definitiva entre Estado e sociedade civil corresponde à divisão dos seres humanos em “homens privados” e “homens públicos”. O Estado de Direito burguês (e a esfera pública burguesa que o organiza) se converte, nesse sentido, em mera ideologia: “Exatamente a separação entre setor privado e setor público impede, nesse estágio do capitalismo, aquilo que a ideia de esfera pública civil promete” (Habermas, 1984, p. 151).⁷⁸

estabelecida a sociedade civil burguesa como esfera da autonomia privada (cada qual deve poder procurar a sua ‘felicidade’ por aquele caminho que lhe pareça útil). As liberdades civis são asseguradas através de leis gerais; à liberdade do ‘homem’ corresponde a igualdade dos cidadãos perante a lei (abolição de todos os ‘direitos natos’). A própria legislação se baseia na ‘vontade do povo decorrente da razão’, pois leis têm origem empiricamente na ‘concordância pública’ do público pensante” (Habermas, 1984, p. 131).

⁷⁷ *“Essa crítica destrói todas as ficções a que apela a ideia de esfera pública burguesa. Evidentemente, faltam primeiro, uma vez, os pressupostos sociais para a igualdade de oportunidades, para que qualquer um, com pertinácia e ‘sorte’, possa conseguir o status de proprietário e, com isso, as qualificações de um homem privado admitido à esfera pública; formação cultural e propriedades. A esfera pública, com a qual Marx se vê confrontado, contradiz o seu próprio princípio de acessibilidade universal – o público não pode mais pretender ser idêntico à nação, nem a sociedade civil burguesa ser idêntica à sociedade de modo geral” (Habermas, 1984, p. 150).*

⁷⁸ Segundo Jürgen Habermas, seria possível resumir esse complexo e longo processo histórico da seguinte maneira: “A esfera pública burguesa surgiu historicamente no contexto de uma sociedade separada do Estado: o ‘social’ podia constituir-se numa esfera própria à medida que a reprodução assumia, por um lado, formas privadas, mas, por outro, como setor privado em seu conjunto, passou a ter relevância pública. As leis gerais do intercâmbio das pessoas privadas entre si tornaram-se agora uma questão pública. Na discussão que as pessoas privadas logo passaram a ter em torno dessa questão com o poder público, a esfera pública burguesa chegou à sua função política: as pessoas privadas reunidas num público transformaram publicamente em tema a sanção da sociedade como uma esfera privada. Ora, porém, pela

12 - Ascensão e queda da esfera pública burguesa

O modelo de esfera pública burguesa, que nasceu nos séculos XVII e XVIII, amadureceu, foi ampliado e modificado ao longo do século XIX. Sob o regime capitalista de livre-concorrência, as democracias ou repúblicas liberais (Estados-nação republicanos e democráticos associados) foram adotadas por diversos países que compõe aquilo que chamamos de mundo ocidental. Após um longo processo de ampliação da igualdade de direitos políticos por que passaram diversos países e que culminou com o sufrágio universal, o século XIX foi marcado por reformas dos sistemas eleitorais de vários países: uma tentativa de se adequar à uma preponderante “ampliação do público”, dada a crescente necessidade de admissão da classe trabalhadora na esfera pública e nas instâncias de decisão política. Não por acaso, pensadores liberais como Stuart Mill (1806-1873) e Alexis de Tocqueville (1805-1859), fazem referência ao fato de que, com a ampliação sem precedentes do público, há uma correspondente fragmentação do interesse público e da opinião pública. Nessa esfera pública fragmentada, afirmam Mill e Tocqueville, a configuração da opinião dominante em cada momento, a opinião pública, se converte em um instrumento de convencimento coercitivo e não de convencimento crítico (Habermas, 1984, p. 159).⁷⁹

metade do século XIX, era de se prever que essa esfera pública, devido à sua própria dialética, passaria a ser ocupada por grupos que, por não disporem de propriedade e, com isso, de uma base para a autonomia privada, não poderiam ter nenhum interesse na manutenção da sociedade como esfera privada. Se eles, como um público ampliado, avançam, no lugar do burguês, no sentido de se tornarem sujeitos da esfera pública, a estrutura desta terá de se alterar a partir de sua base. Assim que a massa dos não-proprietários transforma em tema de seu raciocínio público as regras do intercâmbio social, a reprodução da vida social torna-se, enquanto tal, uma questão geral e não mais apenas a sua forma de apropriação privada. A esfera pública democraticamente revolucionada, 'que quer substituir a sociedade real pela sociedade burguesa fictícia, aquela do poder legislativo', torna-se daí fundamentalmente uma esfera de deliberação e de decisão pública sobre a condução e administração de todos os processos necessários à reprodução da sociedade" (Habermas, 1984, pp. 152-153).

⁷⁹ *“Liberais como Mill e Tocqueville, que apoiavam a esfera pública em nome do princípio da publicidade, condenavam-na também novamente em seus efeitos em nome do mesmo princípio. Pois, os irreconciliáveis interesses que, com a ampliação do público, afluem à esfera do que é público, arranjam a sua representação numa opinião pública fragmentada e fazem da opinião pública, na configuração da opinião dominante em cada momento, um poder coercitivo, embora uma vez se tivesse pensado que ela deveria dissolver toda espécie de coerção na coerção tão somente da compreensão que se impusesse” (Habermas, 1984, p. 159).*

Uma série de questões podem agora ser formuladas:⁸⁰ nas democracias representativas onde governantes e governados, Estado e sociedade civil, constituem entes separados, como a esfera pública política pode funcionar publicamente, isto é, assegurar que a opinião pública seja um produto do pensamento crítico de toda a massa de pessoas que compõe a sociedade civil? Como construir debates de fato públicos, onde pessoas privadas reunidas publicamente refletem sobre o bem comum e o interesse público? Quais são os novos fóruns de reunião desse público ampliado? Que instituições podem garantir o funcionamento público da esfera pública? Como conciliar o conflito de interesses em sociedades de massa cada vez mais populosas, diversas e complexas? Poderia a esfera pública existir em uma sociedade de classes, hierarquicamente fragmentada por interesses divergentes? Segundo Jürgen Habermas, nem o modelo liberal nem o modelo socialista trouxeram respostas definitivas para essas questões. Passados cem anos do período áureo do liberalismo, onde uma economia-política capitalista se organizou de forma mais ou menos plena na maior parte do mundo ocidental, aquela antiga e fundamental relação entre esfera pública e esfera privada se “dissolveu” (Habermas, 1984, pp. 155-168).⁸¹

O século XIX foi, em diversos países do Ocidente, um período de consolidação do papel dos Estados-nação na organização e gestão das sociedades. A “socialização do Estado” foi acompanhada por uma equivalente “estatização da sociedade”, uma ampliação do poder estatal que, aos poucos, segundo Habermas, destruiu uma das bases da esfera pública burguesa: a divisão entre Estado e sociedade civil. Há uma mudança estrutural da relação entre a esfera pública e a esfera privada, em outras palavras, uma alteração da função política da esfera pública. Os Estados se tornam cada vez mais poderosos, a administração pública se converte em um aparato burocrático “necessário” à organização e gestão da sociedade civil, do conjunto de pessoas privadas reunidas publicamente. Esse aumento das funções estatais que as sociedades de massa experimentaram nessa fase de desenvolvimento do sistema capitalista não significou, todavia, que a classe trabalhadora tivesse definitivamente sido admitida à esfera pública. O conflito de interesses no interior

⁸⁰ Todas as perguntas são de minha autoria, não constam na obra original.

⁸¹ “*Dois tendências dialeticamente inter-relacionadas, assinalam uma decadência da dimensão pública: ela penetra esferas cada vez mais extensas da sociedade e, ao mesmo tempo, perde a sua função política, ou seja, submeter os fatos tornados públicos ao controle de um público crítico (...). A esfera pública parece perder a força de seu princípio, publicidade crítica, à medida que ela se amplia enquanto esfera, esvaziando, além disso, o setor privado*” (Habermas, 1984, pp. 167-168).

do Estado se tornou claro, o bem comum se fragmentou, a classe trabalhadora e a classe burguesa constituem agora diferentes “setores” da sociedade civil (Habermas, 1984, p. 169-176).⁸²

A divisão público/privado não tem mais contornos nítidos, fala-se agora na esfera do social.⁸³ As instituições estatais e sociais se confundem, o Direito Privado e o Direito Público se fundem e originam o Direito Social; em outras palavras, há uma publicização do Direito Privado e, simultaneamente, uma privatização do Direito Público. Se por um lado as leis e medidas administrativas propostas pelo Estado conduzem à uma estatização das relações sociais; por outro lado grandes empresas privadas constroem bairros inteiros nas cidades onde estão localizadas as indústrias assumindo um conjunto de funções propriamente públicas, conduzindo à uma privatização das “obrigações” do Estado, apenas para citar dois exemplos. “Esta esfera não pode ser entendida completamente nem como sendo puramente privada nem como sendo genuinamente pública” (Habermas, 1984, p. 180).⁸⁴

A arquitetura urbana moderna constitui uma das expressões desse processo de diluição da divisão entre uma esfera pública e uma esfera privada. Os subúrbios estadunidenses podem ser vistos, nesse sentido, como exemplos emblemáticos dessa transformação: vida privada e vida pública se confundem quando desaparecem as cercas que dividem o espaço familiar (privado) do espaço comum (público). As grandes metrópoles se transformam em verdadeiras “selvas de concreto” que abrigam as grandes massas urbanas. As pessoas

⁸² “*Exatamente a luta das forças democráticas contra o capitalismo é que possibilitou ao sistema continuar existindo. Pois não só ela tornou suportáveis as condições de vida do trabalhador: ela manteve ao mesmo tempo abertos os mercados de colocação dos produtos acabados, impedindo um ataque suicida do capitalismo, devido à distribuição cada vez mais desigual dos salários*” (apud Habermas, 1984, p. 174)

⁸³ “*A partir da esfera privada publicamente relevante da sociedade civil burguesa constitui-se uma esfera social repolitizada, em que instituições estatais e sociais se sintetizam em um único complexo de funções que não é mais diferenciável. Essa nova interdependência de esferas até então separadas encontra sua expressão jurídica na ruptura do sistema clássico do Direito Privado*” (Habermas, 1984, p. 177).

⁸⁴ “*O modelo de esfera pública burguesa contava com a separação rígida entre setor público e setor privado; a esfera pública das pessoas privadas reunidas num público, que fazia a mediação entre o Estado e as necessidades da sociedade, era computada ela mesma no setor privado. À medida que o setor público se imbrica com o setor privado, este modelo se torna inútil. Ou seja, surge uma esfera social repolitizada, que não pode ser submetida, nem sociológica nem juridicamente, sob as categorias do público ou do privado. Neste setor intermediário se interpenetram os setores estatizados da sociedade e os setores socializados do Estado sem a intermediação das pessoas privadas que pensam politicamente*” (Habermas, 1984, p. 208).

privadas “reunidas” não se reconhecem enquanto um público coeso. As grandes metrópoles não mais reúnem a sociedade civil enquanto público, a cidade agora reúne a massa urbana (Habermas, 1984, pp. 180-189).⁸⁵

A partir da segunda metade do século XIX, aquelas antigas “instituições” urbanas (cafés e salões, por exemplo) que garantiam o funcionamento de uma esfera pública literária/política e que reuniam um “público pensante” foram aos poucos perdendo suas características fundadoras: deixaram de ser espaços que possibilitam a existência de um debate efetivamente crítico, um debate público. As cidades perdem a capacidade de formar públicos “pensantes” (cidadãos bem informados, politizados e conscientes de seu papel enquanto público) e de reuni-los publicamente. Os espaços públicos se convertem em espaços de consumo: o debate racional dos cidadãos reunidos publicamente cede lugar ao consumo de massa dos indivíduos privados reunidos em grupo. Parte significativa das atividades de lazer como o cinema, o teatro e o museu, por exemplo, foram transformadas em mercadorias: são atividades que se realizam em grupo, mas que não formam mais um público crítico, um conjunto de pessoas privadas que debatem racionalmente questões de interesse público (Habermas, 1984, pp. 189-193).

A cultura se transforma em mercadoria, ou melhor, se converte em “cultura de massa”. Observa-se um progressivo declínio daquela antiga esfera pública literária que reunia um público pensante, uma massa crítica. A grande imprensa agora cumpre um papel de debate do interesse público, de formulação e divulgação da opinião “pública” e de nutrir a massa urbana com as informações relevantes para o funcionamento da esfera “pública”. Quando os jornais e revistas (imprensa) se tornam publicações efetivamente periódicas, “institucionalizaram-se” os novos “fóruns públicos”. As informações ali contidas se transformam em mercadorias: os jornais e revistas custam dinheiro e rendem dinheiro. Com a grande imprensa a massa urbana tem “acesso” à esfera pública, porém, esse acesso

⁸⁵ *“No momento, a problemática social da metrópole moderna não consiste tanto no fato de ela ter novamente perdido marcos essenciais da vida urbana. A correlação entre esfera pública e esfera privada está perturbada. Ela não está perturbada porque o metropolitano é per se homem de massa e, por isso, não tem mais senso para o cultivo da esfera privada, mas porque não lhe é mais possível ter uma visão global da vida cada vez mais complicada de toda a cidade de um modo tal que ela lhe seja pública. Quanto mais a cidade como um todo se transforma numa selva impenetrável, tanto mais ele se recolhe à sua esfera privada, que passa a ser levada cada vez mais avante, mas que finalmente vem a sentir que a esfera pública urbana se decompõe, não por último porque o espaço público se perverteu no sentido de uma superfície mal ordenada de um trânsito tirânico” (apud Habermas, 1984, pp. 188-189).*

não é mais submetido ao debate de fato público. Trata-se de uma esfera pública ampliada, mas que perde o seu caráter político de discussões e debates públicos. No início do século XX, as novas mídias sociais como o rádio, a televisão e o cinema modificaram sobremaneira as formas de comunicação humanas, despolitizando as relações sociais, limitando a capacidade de raciocínio crítico, convertendo cidadãos em meros consumidores de informação, mercadorias e cultura (de massa): “Com isso, perdeu-se sobretudo a forma de comunicação específica de um público (Habermas, 1984, p. 207).⁸⁶

A ampliação da esfera pública, ou seja, a ocupação do “espaço público político” pela massa de trabalhadores que compõe a sociedade civil foi acompanhada pela perda de uma de suas características essenciais: a divisão entre Estado e sociedade, entre aquilo que é público e privado. Ao perder sua função mediadora entre o Estado e a sociedade, a esfera pública se tornou, segundo Habermas, apolítica.⁸⁷ A imprensa, por exemplo, é composta por grupos privados que assumem funções públicas. A “publicidade” que emana dessas “instituições”, que podemos chamar de híbridas, não é uma publicidade genuinamente política, pois não é submetida a um debate de fato público, de um conjunto de pessoas privadas reunidas publicamente para o debate racional.⁸⁸ Nesse sentido, pode-se afirmar que o jornalismo crítico cedeu lugar ao jornalismo manipulativo (Habermas, 1984, pp. 207-212).

13 - A comunicação de massa e a manipulação da esfera pública burguesa

⁸⁶ “O raciocínio de um público-leitor dá tendencialmente lugar ao ‘intercâmbio de gostos e preferências’ de consumidores (...). O mundo criado pelos meios de comunicação de massa só na aparência ainda é esfera pública, mas também a integridade da esfera privada, que ela, por outro lado, garante a seus consumidores, é ilusória” (Habermas, 1984, p. 202).

⁸⁷ “Na realidade, porém, a ocupação do espaço público político pela massa dos não-proprietários levou à referida imbricação de Estado e sociedade que retirou à esfera pública a sua antiga base, sem lhe dar uma nova. A integração do setor público com o setor privado correspondia particularmente a uma desorganização da esfera pública que outrora intermediava o Estado com a sociedade. Essa função mediadora passa do público para aquelas instituições que, como as associações se constituíram a partir da esfera privada ou, como os partidos, a partir da esfera pública e que, internamente, exercem agora o poder e a distribuição do poder num jogo com o aparelho do Estado” (Habermas, 1984, p. 209).

⁸⁸ “A esfera pública assume funções da propaganda. Quanto mais ela pode ser utilizada como meio de influir política e economicamente, tanto mais apolítica ela se torna no todo e tanto mais aparenta estar privatizada” (Habermas, 1984, p. 208).

Segundo Habermas, quando o Estado de Direito burguês se estabeleceu após a superação das amarras características do Antigo Regime e o seu conhecido ímpeto pela censura, os jornais e revistas se multiplicaram por toda a Europa. Em uma primeira fase, esses periódicos eram apenas informativos, organizavam e selecionavam as notícias que circulariam. Em uma segunda fase, a imprensa de informação se converteu em imprensa de opinião, formava-se um jornalismo de caráter literário: “Os jornais passaram de meras instituições publicadoras de notícias para, além disso, serem porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária” (Habermas, 1984, p. 214). Por volta da primeira metade do século XIX, na Inglaterra, na França e nos EUA, uma terceira fase de evolução da imprensa se estabelece, a imprensa politizante crítica cede lugar à imprensa comercializada. Os jornais foram aos poucos sendo mercantilizados: os anúncios e propagandas comerciais agora disputam espaço com as informações, notícias e opiniões.⁸⁹ As grandes mídias, inclusive as jornalísticas, se transformaram em lucrativos empreendimentos comerciais (capitalistas): submetendo-se à interesses diversos elas passam de instituições privadas compostas por um público de pessoas privadas, para se transformarem em instituições privadas que assumem funções propriamente públicas.⁹⁰

A difusão dos novos meios de comunicação de massa possibilitou uma significativa expansão da esfera pública. Quando interesses privados “colonizaram” a função pública dos jornais e revistas, ou seja, quando a publicidade comercial ganhou importância frente à função pública da circulação de informações de interesse geral, a imprensa se transformou em mais um ativo do intercâmbio de mercadorias, isto é, foi mercantilizada. Aquela publicidade que emanava de uma esfera pública politizada foi substituída por uma publicidade comercial: “as funções tradicionais da esfera pública são integradas à

⁸⁹ “A história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida que ela se comercializa. Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte de anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública” (Habermas, 1984, pp. 217-218).

⁹⁰ “Na Inglaterra, na França e na Alemanha, esses novos mídias foram organizados como instituições públicas e semi-públicas, porque se não a sua função pública-jornalística não poderia ter sido suficientemente protegida frente à sua função capitalista privada” (Habermas, 1984, p. 220).

concorrência de interesses privados organizados. Grosso modo, a publicidade se limitava aos anúncios” (Habermas, 1984, p. 227).

A função fundamental de uma esfera pública politicamente ativa é transformar os interesses privados da diversidade de pessoas que compõe a sociedade civil em interesse público (comum). Quando interesses privados subvertem o caráter público de instituições como a imprensa, por exemplo, a opinião pública é manipulada por interesses particulares e a esfera pública política perde o seu caráter de debate crítico. Essa transformação fundamental do estatuto da publicidade conduziu à uma importante despolitização da esfera pública burguesa. A imprensa comercial de massa se transformou na instituição responsável por fazer a intermediação entre o parlamento e os cidadãos, entre o Estado e a sociedade civil (Habermas, 1984, pp. 230-236).

Os gabinetes parlamentares se espalham por toda a Europa. Os partidos políticos se transformam, aos poucos, em importantes aparelhos burocráticos que se organizam supra nacionalmente e tem o objetivo de promover a integração ideológica e a mobilização política de todos os segmentos da sociedade civil, cumprindo uma função pública fundamental.⁹¹ Em um primeiro momento, as decisões tomadas pelas assembleias parlamentares, que antes eram compostas por seletos membros das camadas privilegiadas que formavam um público bem informado e “capaz” de fazer julgamentos críticos através do debate racional, ao serem submetidas às discussões públicas, refletiam os anseios do “bem comum”. Posteriormente, após a metamorfose da publicidade, há uma mudança de função dos gabinetes parlamentares que se convertem em meras tribunas públicas onde, através dos jornais, do rádio e depois da televisão (a internet não existia nem nos sonhos futuristas dos mais criativos filósofos), os governantes se dirigem aos governados. As novas mídias constituem, a partir de então, um elemento intermediário entre a sociedade civil e o Estado, um papel fundamental para o funcionamento da esfera pública. Ao longo do processo de seleção e transmissão das informações as notícias tornam-se mais “vulneráveis”, passíveis de serem distorcidas e/ou manipuladas perdendo, portanto, o seu

⁹¹ “Os partidos são instrumentos de formação das vontades, mas não nas mãos do público e sim daqueles que mandam no aparelho do partido” (Habermas, 1984, p. 238).

caráter público. Trata-se, nesse sentido, de organizações privadas que exercem funções públicas no interior da ordem política (Habermas, 1984, pp. 237-246).⁹²

Em uma esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa, a publicidade/propaganda substitui a publicidade/política enquanto princípio norteador: cria-se o lucrativo negócio do marketing político, onde especialistas em publicidade/propaganda são contratados para “vender política apoliticamente” (Habermas, 1984, p. 252). Uma publicidade de caráter demonstrativo ou manipulativo se estabelece.⁹³ Esse novo modelo de esfera pública muito destoa daquele que tem origem em debates de fato públicos, onde os livres e diferentes/iguais (cidadãos) reunidos enquanto público, através do discurso lógico e racional, formulam democraticamente uma opinião pública (Habermas, 1984, pp. 259-273).⁹⁴

Nas democracias representativas (de massa), a publicidade crítica cedeu lugar à “publicidade” manipulativa. Sem debates de fato públicos não há esfera pública politicamente ativa. Em uma esfera pública dominada pela publicidade manipulativa, as opiniões formuladas são quase-públicas, pois elas não foram submetidas ao crivo de um público genuinamente crítico e, mais importante ainda, um público verdadeiramente diverso. A opinião pública deixa de ser (se é que algum dia já foi) publicamente concebida para ser “publicamente” manifesta. Trata-se, portanto, conforme argumenta Jürgen

⁹² “Então seria preciso concluir que o rádio e a televisão não são capazes de estar à altura dessa finalidade, mas que, pelo contrário, mediante distorções e deformações dos debates, representam uma perturbação do trabalho parlamentar (...) Perante a esfera pública ampliada, os próprios debates são estilizados num show. A ‘publicidade’ perde a sua função crítica em favor da função demonstrativa” (Habermas, 1984, p. 241).

⁹³ “De acordo com sua própria ideia, a ‘publicidade’ era um princípio da democracia não só porque nela, em princípio, cada um tinha o direito de apresentar com igual chance as suas preferências, os seus desejos e as suas concepções pessoais – opiniões; ela só podia ser concretizada à medida que essas opiniões pessoais podiam evoluir para uma opinião pública no raciocínio de um público – tornando-se opinião public. A garantia de acesso a todos era entendida apenas como o pressuposto da garantia da veracidade de réplicas e trélicas de qualquer modo sujeitas às leis da lógica” (Habermas, 1984, p. 256).

⁹⁴ “Deste modo, um público de cidadãos, desintegrado enquanto público, é de tal maneira mediatizado por meios publicitários que, por um lado, pode ser chamado a legitimar acordos políticos sem que, por outro lado, ele seja capaz de participar de decisões efetivas ou até mesmo de participar” (Habermas, 1984, p. 258).

Habermas, de um processo de “decadência” da esfera pública burguesa (Habermas, 1984, pp. 283-290).⁹⁵

14 - A “morte” dos espaços públicos e o triunfo da priva(cidade)

Para o historiador e sociólogo norte-americano Richard Sennett, em seu mais conhecido e controverso livro *O Declínio do Homem Público, as tiranias intimidade* (1989 [1974]), a história da modernidade pode ser lida como a narrativa de uma perda: a decadência da vida pública, da esfera pública, do homem público e do espaço público. As cidades modernas, ou melhor, as grandes metrópoles capitalistas, são vistas como cenários de uma nova ordem social, privativa, individualista e intimista que é característica das sociedades de grandes massas urbanas (capitalistas). A partir de uma análise sociológica e histórica do “comportamento público” (discursos, vestimentas, gestos, ações, modos de pensar, significações, práticas, hábitos cotidianos etc.), Sennett nos conduz à sua tese: aquilo que ele chamou de “o declínio do homem público” (Sennett, 1989).

A grande metrópole capitalista é, no entender de Richard Sennett, uma celebração do individualismo, do privatismo, da intimidade. Nessas cidades, esfera pública e esfera privada se confundem, ou melhor, a vida privada se superpõe à vida pública, há uma constante “supressão” dos espaços públicos frente aos espaços privados. A arquitetura e o urbanismo modernos pareciam estar a serviço desta transformação: a cultura do movimento e da velocidade tomaram conta das mentes e dos corpos dos planejadores urbanos, dos arquitetos e urbanistas modernistas. Nas cidades modernas, planejadas para o trânsito de automóveis particulares, os espaços públicos de permanência perdem importância quantitativa e qualitativa frente aos espaços de circulação, as ruas, calçadas

⁹⁵ “Os processos de comunicação dos grupos estão sob a influência dos meios de comunicação de massa, de modo imediato ou, o que é o caso mais frequente, intermediado por *opinions leaders* (...) Embora essas opiniões quase-públicas possam ser endereçadas a um público amplo, elas não preenchem as condições de um pensamento público (p. 286) Não através da comunicação pública, mas através da comunicação de opiniões publicamente manifestas é que é atingido o público das pessoas privadas não-organizadas no alegre trenzinho da publicidade desenvolvida de modo demonstrativo ou manipulativo (p. 287) opiniões perdem em termos de caráter público, à proporção em que estão presas ao contexto de comunicação de uma ‘massa’ (...) um processo de opinião que se efetua sob condições de decadência da esfera pública” (Habermas, 1984, p. 289).

e praças se convertem em meros espaços de passagem: “Traduzindo, isto significa que o espaço público se tornou uma derivação do movimento” (Sennett, 1989, p. 28).⁹⁶

Os significados de palavras como “público” e “privado” se transformaram sensivelmente ao longo do tempo. Ainda no século XV, a expressão inglesa “*public*” fazia referência à ideia de “bem comum”. Já no século XVII, a antítese binária público-privado ganha contornos mais próximos daqueles que conhecemos hoje: a palavra “público” significava aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto a expressão “privado” remetia ao domínio da vida familiar, privada, doméstica ou particular. A partir do Renascimento, o emprego da expressão “*le public*”, na França, ganhou um sentido mais amplo: de um lado, essa expressão se referia à ideia de “bem comum” e de “corpo político” e, de outro, ela fazia referência a um domínio específico da sociabilidade, aquele que extrapola o círculo social imediato da família e dos amigos próximos (Sennett, 1989, pp. 30-31).

Após o Renascimento, as cidades tornaram-se mais populosas e diversas do que foram em tempos pretéritos e são agora chamadas de “cosmópolis”. Elas receberam esse nome por terem experimentado um fantástico crescimento das cadeias de interdependência social, uma complexificação sem precedentes da divisão social (e territorial!) do trabalho, dos papéis cada vez mais diversos (e hierárquicos) que os seres humanos passaram a desempenhar nas crescentes metrópoles. Esse público urbano diverso que habita a grande cidade recebe o nome de “cosmopolita”, são os homens públicos perfeitos, pessoas que parecem celebrar o convívio com a diversidade.⁹⁷ As relações sociais nessas cidades tornam-se necessariamente mais impessoais e anônimas: as grandes capitais se transformam em centros fundamentais da vida social de então. Novas atividades de lazer e trabalho agora se alimentam dessa impessoalidade característica do convívio de pessoas diversas no ambiente urbano, surgem “novos” espaços de sociabilidade como os bares

⁹⁶ “O espaço público morto é uma das razões, e a mais concreta delas, pelas quais as pessoas procurarão um terreno íntimo que em território alheio lhes é negado” (Sennett, 1989, p. 29).

⁹⁷ “De acordo com o emprego francês registrado em 1738, cosmopolita é um homem que se movimenta despreocupadamente em meio à diversidade, que está à vontade em situações sem nenhum vínculo nem paralelo com aquilo que lhe é familiar. Esse mesmo sentido da palavra surgiu em inglês mais cedo do que em francês, embora não fosse muito usado até o século XVIII. Por causa dos novos hábitos de se estar em público, o cosmopolita tornou-se o homem público perfeito” (Sennett, 1989, pp. 31-32).

(*cafés*) e cafés (*coffeehouses*), verdadeiros centros cosmopolitas (Sennett, 1989, pp. 30-33).

Durante todo o Iluminismo, nos diz Sennett, havia um certo equilíbrio entre uma “geografia pública” e uma “geografia privada” nas cidades, que as grandes revoluções de fins do século XVIII no mundo ocidental vieram a consolidar e, posteriormente, sob certo sentido, embaralhar: o século XIX foi marcado por profundas transformações nas relações público-privadas. Em outras palavras, o advento da segunda fase de expansão do capitalismo industrial provocou uma mudança sem precedentes no estatuto da vida pública no Ocidente: a esfera privada da pequena família burguesa, a casa, passou a ser vista como um espaço idealizado, romântico, um refúgio alternativo à vida pública cosmopolita e agitada das grandes cidades. O espaço privado da casa ostenta, a partir de então, um valor moral e social “mais elevado” que aquele associado aos espaços públicos (Sennett, 1989, pp. 34-38).⁹⁸

Nas grandes metrópoles modernas, um desequilíbrio entre vida pública e vida privada se estabeleceu, houve uma superposição do imaginário privado sobre o imaginário público. Nos espaços públicos abertos (ruas, calçadas, praças, parques, passeios públicos, alamedas etc.) dos grandes centros urbanos europeus, como Paris e Londres, por exemplo, após a segunda metade do século XIX, se estabelece um novo padrão de conduta “público”. Esse novo código comportamental é baseado na crença de que, “em público”, todos os cidadãos têm o direito de permanecerem calados, de não serem incomodados por outras pessoas, ou seja, de terem sua “privacidade” preservada: “O silêncio em público se tornou o único modo pelo qual se poderia experimentar a vida pública, especialmente a vida nas ruas, sem se sentir esmagado” (Sennett, 1989, p. 43).

Trata-se daquilo que Richard Sennett chamou de “o paradoxo da visibilidade e do isolamento” (Sennett, 1989, p. 44), do qual falaremos mais à frente. A partir de uma análise das mudanças históricas observadas nos chamados “papéis públicos” nas maiores capitais europeias, com base em ideias desenvolvidas por autores como o grande mestre

⁹⁸ “Expressões como ‘a revolução industrial urbana’ e a ‘metrópole capitalista’ (empregadas igualmente por escritores de opiniões políticas opostas) sugerem que antes do século XIX a cidade era uma coisa e que, depois que o capitalismo ou o modernismo fez a sua obra, era inteiramente outra” (Sennett, 1989, p. 38).

Karl Marx e seus seguidores da conhecida “Escola de Frankfurt” e da teoria dos papéis sociais formulada por autores como Erving Goffman da igualmente famosa “Escola Sociológica de Chicago” (Ecologia Humana), Sennett demonstra como esse processo de “privatização” da vida pública teria ocorrido em cidades cujo crescimento foi impulsionado pelo processo de industrialização nas sociedades capitalistas (Sennett, 1989, pp. 15-48).

Com base na metáfora da relação palco (atores) rua (plateia) Sennett afirma que, em sociedades cuja vida pública é forte, a relação palco-rua torna-se evidente e intensa, a despeito de suas diferentes posições e funções, a plateia e os artistas, o palco e a rua, compõe um mesmo espetáculo, ambos participam conjuntamente da realização do evento (teatro), cada qual à sua maneira, com a sua função. Em sociedades cuja vida pública é fraca, nos diz Sennett, a relação palco-rua tende a perder intensidade, torna-se frágil ou mesmo desaparece. Ao discorrer sobre os diferentes papéis atribuídos ao “palco” e à “rua” e as transformações de sua relação ao longo do tempo, Sennett afirma que a cidade, ou melhor, a grande metrópole, é sem sombra de dúvidas o melhor dos cenários para tal investigação (Sennett, 1989, pp. 55-57).⁹⁹

15 - O crescimento das cidades e a consolidação da divisão público/privado

Existem muitas formas de se conceituar uma cidade. De maneira geral, contudo, podemos afirmar que há algumas características comuns a todas as elas: trata-se de assentamentos humanos onde pessoas diversas “optam” por viver conjuntamente socializadas. Nessas cidades, uma população relativamente numerosa e heterogênea se concentra densamente em uma determinada porção do espaço e interage socialmente de maneira regular, de modo a satisfazer suas necessidades individuais e coletivas. A vida nas cidades é um eterno rito de interação: a divisão social do trabalho nos “obriga” a representar diferentes papéis, ocupar diferentes espaços da cadeia funcional. Mas a divisão social do trabalho está longe de ser a única variável responsável pela “organização” das interações sociais

⁹⁹ “Em suma, o assunto da mudança de valorização atribuída à vida pública e à vida íntima deve ser esclarecido por um estudo histórico comparativo das mudanças de papéis no palco e na rua, em um cenário no qual a vida pública moderna, baseada em uma sociedade secular, burguesa, impessoal, se afirmou em primeiro lugar: a cosmópolis” (Sennett, 1989, p. 56).

nas cidades: sob certo sentido, podemos afirmar que as finalidades dos encontros citadinos são tão diversas quanto a heterogeneidade (infinita) de sua população. “A cidade é uma concentração na qual esses problemas de representação têm toda a possibilidade de surgirem rotineiramente (Sennett, 1989, p. 58).

Por volta da segunda metade do século XVIII, Paris e Londres eram duas das maiores e mais importantes capitais da Europa. Dada sua diversidade de atividades econômicas, sociais e culturais, essas capitais atraíam pessoas de diferentes partes desses países e até mesmo de outras nações, isto é, abrigavam uma população essencialmente diversa, heterogênea, cosmopolita. A classe burguesa floresce nessas grandes cidades, onde pessoas estranhas umas às outras vivem conjuntamente socializadas e compõe a mesma estrutura de interdependência funcional. Há diferentes formas de se conceituar um “estranho” nessas cidades: um “estranho” que viva em Paris, por exemplo, pode ser simplesmente um camponês vindo das zonas rurais da França do século XVIII, um comerciante oriundo de outra cidade francesa, um artesão vindo do interior do país etc., trata-se, portanto, de um forasteiro, uma pessoa desconhecida mas que compartilha certas características em comum com a maior parte dos franceses que compõe essa população citadina; um outro tipo de “estranho” é aquele que tem características ainda mais diversas, vem de regiões distantes, fala outros idiomas, pertence a diferentes grupos étnicos, ou seja, não compartilha os mesmos códigos identitários, não pertence ao mesmo grupo cultural da nação em tela, como ocorria na Nova York do início do século XX, por exemplo (Sennett, 1989, pp. 67-70).

O convívio dessa população cada vez mais diversa e numerosa nessas cidades criou o cenário de uma nova “geografia pública”: uma mistura diversa, uma massa heterogênea: um “manancial de estranhos” agora convive “harmonicamente” nessas cidades. Paris e Londres da segunda metade do século XVII já eram aglomerações urbanas consideradas imensas para os padrões da época. Para abrigar tamanha quantidade de pessoas, era necessário que se construísse uma infraestrutura urbana que, em alguma medida, comportasse esse grande contingente populacional. As casas e os pequenos prédios se aglomeravam uns por cima dos outros em determinadas porções dessas cidades, restando diversas áreas abertas entre essas concentrações residenciais que funcionavam como espaços de uso comum, utilizados como áreas de circulação ou permanência. Nesses lugares “ociosos”, primeiramente em Londres e pouco depois em Paris, foram construídas

as primeiras praças planejadas da Era Moderna, que tinham formas e funções muito diferentes daquelas encontradas em cidades de tempos pretéritos ou mesmo nas cidades contemporâneas (Sennett, 1989, p. 74).¹⁰⁰

Segundo nos conta Lewis Mumford, durante os séculos XVII e XVIII a influência das cortes aristocráticas sobre as cidades era de tal modo preponderante que, durante mais de dois séculos, aquilo que os urbanistas chamam de “planejamento barroco” constituiu a mais importante fonte de inspiração no processo de urbanização das grandes cidades e capitais europeias. “A corte barroca teve direta influência sobre a cidade em quase todos os aspectos da vida: é mesmo a mãe de muitas novas instituições que a democracia mais tarde reclamou como suas” (Mumford, 1982, p. 409). A influência desse modelo de urbanismo culminou com uma importante transformação da estrutura urbana: uma lenta separação entre o espaço privado da casa e o local de trabalho, que dividiu as funções de habitação, produção, comércio, lazer e consumo em diferentes partes da cidade e, portanto, em diferentes conjuntos de edificações (Mumford, 1982, p. 415). A esta divisão soma-se outra, aquela que opõe o espaço privado da casa ao espaço público das ruas, praças, alamedas, bulevares etc. Produção, consumo, habitação e vida pública ocupam, portanto, a partir de então, diferentes espaços na cidade, revelando certo equilíbrio entre essas quatro dimensões da vida urbana.

16 - O “renascimento” dos espaços públicos abertos: o exemplo das praças

Uma das mais importantes transformações que o planejamento barroco trouxe para as cidades modernas foi a introdução do conceito de praça residencial. Aquelas antigas praças abertas características das cidades da Idade Média e da Renascença não desapareceram por completo, mas a praça que é utilizada com fins propriamente residenciais por grupos sociais relativamente homogêneos constitui uma novidade dos novos tempos, ou melhor, dos tempos modernos. Se antes os ricos e pobres se distribuía-

¹⁰⁰ “Após o grande incêndio de 1666 em Londres, e nos anos 1680 em Paris, a aglomeração populacional nas duas cidades começou a tomar uma nova forma. A terra queimada ou ociosa não foi pura e simplesmente ocupada. Foi reorganizada de acordo com um novo princípio, o da praça; uma praça radicalmente distinta das praças das pequenas cidades medievais, tanto na aparência quanto na função” (Habermas, 1989, p. 74).

de maneira relativamente aleatória pelos diversos setores da cidade e utilizavam os mesmos espaços comuns, a partir de 1600, em Londres, um novo tipo de estrutura socioespacial urbana se estabelece, trazendo consigo as novas praças: um grande espaço aberto que é cercado prioritariamente por edificações destinadas à função residencial, uma praça utilizada majoritariamente por aquelas pessoas que residem nas suas proximidades (Mumford, 1982, p. 428).¹⁰¹

Ainda segundo Lewis Mumford, a praça mais antiga da França, a *Place Royale* ou *Place des Vosges*, foi construída à mando de Henrique IV em 1604/1605 com várias residências distribuídas ao seu redor e que ostentavam um estilo arquitetônico singular, de alto padrão, ou seja, eram casas especificamente concebidas e construídas para abrigarem uma parcela privilegiada da população, a elite: “As novas praças, na verdade, atendiam a uma nova necessidade da classe superior, ou melhor, a toda uma série de necessidades. Eram originariamente construídas para famílias de aristocratas ou de mercadores, com o mesmo padrão de vida, os mesmos hábitos” (Mumford, 1982, p. 429). Mas essas praças residenciais destinadas às classes privilegiadas não abrigavam como antes acontecera usos diversos: elas eram utilizadas especificamente como prolongamentos das residências, em muitos casos, funcionando como estacionamento para as carruagens (Mumford, 1982, p. 429).¹⁰²

Em Paris, segundo Richard Sennett, a construção massiva das novas praças se iniciou em 1680 tendo duas fontes fundamentais de inspiração: a praça que se localizava em frente à

¹⁰¹ “No tipo mais antigo de cidade, particularmente no Continente, os ricos e pobres, os grandes e os humildes, muitas vezes se haviam misturado num mesmo bairro, e em Paris, por exemplo, continuaram por muito tempo ocupando o mesmo prédio, os mais ricos no térreo, os mais pobres no sótão, cinco ou seis pavimentos acima. Agora, porém, começando, ao que parece, com a fundação da Estalagem de Gray, em Londres, em 1600, forma-se um novo tipo de praça: um espaço aberto rodeado exclusivamente por moradias, sem lojas ou edifícios públicos exceto talvez uma igreja. A Estalagem de Gray foi, na verdade, uma forma de transição entre o enclausuramento murado medieval, com jardins interiores, dedicados a um convento ou à mansão de um senhor, e a praça, fechada apenas por suas próprias casas, concebida como parte do novo traçado de ruas” (Mumford, 1982, p. 428).

¹⁰² “No século XVIII, a transformação da praça residencial foi mais além. No traçado da maioria das praças, destinara-se espaço insuficiente para os quintais; na verdade, esses quintais não demoraram a se transformar em áreas calçadas utilitárias, onde se batiam tapetes e se penduravam roupas para secar. Quando essa falta foi suficientemente sentida, os proprietários das casas da praça transformaram o espaço aberto vazio num jardim ou parque comum (...) a intimidade do velho jardim medieval havia desaparecido: a nova tônica era a amplidão visual e a intimidade social. As barreiras de classes formavam agora uma aura invisível” (Mumford, 1982, p. 430).

Basílica de São Pedro em Roma (*Piazza Obliqua*), um grande espaço aberto que possibilitava aos seus usuários uma sensação de amplitude do espaço e não de fechamento e domesticação, conforme ocorria nas praças renascentistas; e a experiência da construção do palácio de Versalhes por Luís XIV. Aquela que é considerada a primeira praça moderna da França, a *Place des Victoires*, foi construída em 1685 tornando-se um marco da nova experiência pública. Diferentemente do que ocorrera antes, as novas praças não eram mais espaços que concentravam grande diversidade de usos e atividades distribuídas de maneira relativamente espontânea nas áreas livres: os usos considerados “indesejados” pelos “planejadores” foram sendo aos poucos excluídos das praças, a exemplo do comércio de rua, das apresentações de artistas e das estalagens: “O resultado foi o enfraquecimento da vida das praças, tal como essa vida era conhecida, tanto na Paris medieval quanto na Paris renascentista” (Sennet, 1989, pp. 75-76).¹⁰³

Com o crescimento da população de Paris, os espaços destinados à função residencial ao redor das praças cresceram sobremaneira, ficando cada vez mais densos. Contudo, o grande espaço aberto da praça já não servia mais ao propósito de reunir em um mesmo ponto uma grande diversidade de atividades e pessoas. Outros espaços como os cafés, os parques para pedestres e os teatros agora abrigam multidões, em algumas ocasiões, maiores do que aquelas encontradas nas praças e passeios públicos, tornando a vida na cidade mais segmentada em lugares específicos, na maioria dos casos, no espaço interno das construções e edificações: “agora a vida urbana em grupo estava fragmentada e dispersa” (Sennett, 1989, p. 76).

¹⁰³ “A Paris do início do século XVIII seria um corretivo de Versales. As grandes places urbanas não eram feitas para concentrarem todo tipo de atividades das ruas circundantes; a rua não deveria ser um pórtico para a vida da praça. Toda a arquitetura de Versalhes é como um foco e, em vez de um foco, a praça deveria ser um monumento de si mesma, com atividades restritas acontecendo em seu meio, atividades constituídas principalmente de passagem e de transporte. Acima de tudo, essas praças não foram concebidas tendo em mente uma multidão lenta que se congrega. Hardouin-Mansard (um dos arquitetos de Versalhes) lutou, portanto, para eliminar das praças, barracas, bandos de acrobatas e outras formas de comércio de rua, bem como procurou manter os cafés em sua volta, mantidos por detrás de portas, e tirou totalmente as estalagens das praças. O resultado foi o enfraquecimento da vida das praças, tal como essa vida era conhecida, tanto na Paris medieval quanto na Paris renascentista. Onde antes as praças tiveram uma multiplicidade de funções, aquilo que Arnold Zucker denomina a ‘superposição’ (overlay) de todas as atividades da cidade ocorrendo no mesmo local, agora a vida urbana em grupo estava fragmentada e dispersa” (Sennett, 1989, pp. 75-76).

Um processo semelhante ocorreu em Londres mais ou menos entre 1666 e 1740, porém, à luz de preceitos diferentes. Em bairros como o de *Covent Garden*, por exemplo, vários blocos de edifícios foram sendo construídos com praças distribuídas de maneira relativamente “aleatória” entre as edificações que eram conectadas por ruas de acesso. Essas praças, assim como em Paris, não foram construídas para abrigar usos diversos, tornando-se em muitos casos áreas destinadas ao plantio de árvores, além de arbustos e jardins que se espalhavam por toda a área da praça, originando caminhos sinuosos por onde as pessoas circulavam e contemplavam a paisagem bucólica. “Em Londres e em Paris, portanto, a reestruturação da densidade populacional por meio do planejamento de praças refreou a própria praça como um lugar central de uso múltiplo, de reunião e observação” (Sennett, 1989, p. 77).

Segundo Lewis Mumford, esse processo de desenvolvimento da praça residencial perdurou por cerca de dois séculos e meio tanto em Londres quanto em Paris: em Londres, foram construídas mais de 20 praças em seu centro e proximidades entre os séculos XVII e XIX. Essas praças foram aos poucos se tornando mais diversas entre si, tanto em Londres quanto em Paris, ostentando formas e tamanhos variados: retangulares (Torrington Square), semicirculares (Mornington Crescent), circulares (Place des Victoires), elipses abertas como na cidade Nova Edimburgo etc.¹⁰⁴ Essas mesmas características passaram a ser replicadas também nas cidades menores desses países e, posteriormente, se espalharam por toda a Europa. Esse novo tipo de planejamento fora cuidadosamente pensado para atender aos anseios e necessidades das elites, enquanto as classes trabalhadoras, exatamente como ocorre nos dias atuais, ficava literalmente “à deriva” nas periferias e subúrbios que cresciam cada vez mais distantes dos centros e das classes privilegiadas (Mumford, 1982, p. 430).¹⁰⁵

¹⁰⁴ Como bem demonstrou Paulo Cesar Gomes (2010), a opção pelas formas geométricas perfeitas não era um simples capricho, mas sim parte fundamental da mentalidade moderna (Gomes, 2010).

¹⁰⁵ “De maneira definida, aquele planejamento de classe superior quase nada tinha a oferecer à ordem do resto da cidade, cuja população vivia num nível econômico inferior e se alojava, como veremos, de acordo com um princípio diferente, no qual não se levava em consideração o gosto, nem a saúde, nem a vida familiar (...) o planejamento barroco (...) Era destinado aos melhores: adaptava-se a sua condição” (Mumford, 1982, p. 432).

Tanto em Londres quanto em Paris, em fins do século XVII e início do século XVIII, impulsionada pelo crescimento das atividades comerciais, uma série de novas profissões nos setores financeiro, comercial, administrativo e de serviços nas cidades propiciou um crescimento quantitativo e qualitativo da classe burguesa, tornando a divisão social e territorial do trabalho mais complexa e a vida urbana mais diversa. Nas novas praças construídas ou reformuladas nessas cidades, que não foram concebidas para servirem como espaços de reunião e sociabilidade permanentes, mas sim para abrigarem usos específicos em momentos específicos, conforme o exemplo das feiras livres que eram bastante populares nesse momento e ocorriam de tempos em tempos, as pessoas tinham uma enorme dificuldade em saber quem eram aquelas outras pessoas que ali se reuniam esporadicamente para satisfazerem suas necessidades individuais e coletivas. Todos eram tratados como se fossem “estranhos” uns aos outros, pessoas desconhecidas que pareciam celebrar o anonimato e o cosmopolitismo dessa reunião plural (Sennett, 1989, pp. 78-83).¹⁰⁶

17 - Cosmopolitismo, comportamento público e as novas instituições urbanas

Um dos mais conhecidos filósofos do Iluminismo, Jean-Jacques Rousseau, foi um atento observador da vida social e pública das cidades modernas. Vários dos seus escritos foram dedicados à interpretação da agitada e cosmopolita vida pública de Paris em fins do séc. XVIII. Fora Rousseau um dos primeiros autores a reconhecer o fato de que a interação social nas grandes aglomerações urbanas possuía um caráter distinto daquele observado em formações sociais menos populosas, diversas e complexas. Segundo Rousseau, para se viver nessas cidades era necessário que as pessoas se comportassem como atores, cuja

¹⁰⁶ “A demografia e a economia dessas duas vigorosas cidades serviram, em suma, para redefinir o estranho como um desconhecido, pelo menos por um curto espaço de tempo, um desconhecido que não podia ser facilmente situado por meio de pesquisas factuais. Quando as pessoas rompiam um vínculo familiar para virem para a cidade, sobrenomes, amizades e tradições não ajudavam. Quando a população foi distribuída por novas formas urbanas que congregavam um grande número de pessoas em torno de praças que não eram concebidas como locais de fácil reunião e sociabilidade, tornou-se mais difícil ainda conhecer esses estranhos por meio de observação rotineira” (Sennett, 1989, p. 82).

atuação permitia a todos interagirem socialmente preservando-se o anonimato (Sennett, 1989, p. 88).¹⁰⁷

No início do século XVIII, na França e na Inglaterra, existiam as chamadas leis suntuárias, que exigiam que as pessoas só vestissem trajes que fossem considerados “adequados” aos padrões de vestimenta do “estrato” ou “classe social” a que essas pessoas pertenciam. Como não havia meios suficientes para se fiscalizar as vestimentas de todas as pessoas em todos os lugares, na prática, era quase impossível saber a que “nicho social” pertenciam os indivíduos. Nas grandes cidades, o convívio com pessoas desconhecidas nos espaços públicos exigia que os indivíduos observassem uns aos outros, se quisessem interpretar os códigos sociais visualmente disponíveis: vestimentas, gestos, comportamentos etc. Diversas informações pessoais eram comunicadas através da aparência, da vestimenta e dos gestos, tornando a interação social dessas pessoas “possível”. Com base nessas informações, os diferentes indivíduos podiam avaliar com quem estavam interagindo, a que grupo ou classe social as diferentes pessoas em interação pertenciam: “Em casa, a roupa combinava com o corpo e suas necessidades; nas ruas, entrava-se dentro de roupas cujo propósito era tornar possível às outras pessoas agirem como se soubessem quem se era” (Sennett, 1989, p. 92).¹⁰⁸

O corpo funcionava como uma espécie de suporte para as vestimentas, um manequim. Eram as vestimentas, adereços, adornos, enfeites etc. que verdadeiramente transmitiam informações sobre as pessoas. A maquiagem, igualmente, era utilizada com o objetivo de “camuflar” determinadas características individuais como a cor da pele, por exemplo. Dessa maneira, todas as pessoas em interação nos espaços públicos transmitiam informações umas sobre as outras com base em suas aparências e comportamentos. A visibilidade torna-se, a partir de então, uma propriedade fundamental da vida pública. Assim como ocorria nos teatros, nos diz Richard Sennett, o corpo era visto como um objeto a ser decorado e, ao sê-lo, passível de transmitir as informações que as pessoas

¹⁰⁷ “Rousseau escreveu, em 1757, um tratado para mostrar que as condições de vida em Paris forçavam os homens a se comportarem como atores, a fim de serem sociáveis uns com os outros na cidade” (Sennett, 1989, p. 88).

¹⁰⁸ “O fato de que nas grandes cidades seria difícil saber muita coisa a respeito das origens daquelas pessoas que se viam pelas ruas, havia um desejo de se observar os códigos de vestuário, de acordo com a posição. Ao fazê-lo, as pessoas esperavam colocar ordem na mescla dos estranhos nas ruas” (Sennett, 1989, p. 91).

queriam tornar “públicas”, leia-se, do conhecimento de todos. “O princípio de vestir o corpo como um manequim, como veículo para marcar convenções bem estabelecidas, aproximou bastante os níveis altos dos níveis inferiores da sociedade” (Sennett, 1989, p. 94).

No século XVIII os teatros se multiplicavam em cidades como Paris e Londres, tornando-se cada vez mais populares. A maior parte desses espetáculos era financiada pelos reis ou por aristocratas, mas a partir de determinado momento, muitos desses teatros passaram a receber financiamento “público”, tornando-se aos poucos instituições estáveis com funcionários e eventos regulares.¹⁰⁹ Mudanças foram observadas também na estrutura física dos teatros, agora construídos para abrigar uma plateia maior e de onde se podia observar o palco de qualquer ponto. Entre um espetáculo e outro o saguão de entrada servia como um local de reunião onde as pessoas interagiam socialmente. Os ingressos eram vendidos nos dias dos eventos e não mais distribuídos via convite, como ocorria antes. Os teatros se tornaram acessíveis a públicos mais amplos, ainda assim, tratava-se de um público fragmentado de acordo com os lugares que ocupavam na plateia, que eram hierarquicamente distribuídos segundo o status social dos indivíduos. Mais do que um espaço de entretenimento, os teatros se tornaram importantes centros da vida social de então, verdadeiros espaços de sociabilidade que reuniam públicos mais diversos do que os teatros das cortes feudais, por exemplo (Sennett, 1989, p. 105).¹¹⁰

Nesse mesmo período, outras “instituições urbanas” fundamentais experimentaram uma nova fase desenvolvimento, transformando consideravelmente a vida social das grandes cidades: os cafés ou *coffehouses*; os bares, tabernas e pubs; os restaurantes; os parques

¹⁰⁹ “No Antigo Regime, o público cidadão começara a tratar o teatro da maneira que havia sido feito na antiga Atenas: como um centro de reunião para o populacho como um todo, e não como um evento transcorrendo sob as vistas e de acordo com os gostos de um ou de um pequeno número de patrões” (Sennett, 1989, p. 104).

¹¹⁰ “Tais transformações não constituíam, no entanto, uma democratização das apresentações públicas. Ainda se buscavam os patrões/patrocinadores, apesar de que para cada produção havia um número cada vez maior deles: a própria casa ainda era segregadora, com o sistema de lugares por hierarquia. Ocorreu que o próprio teatro se tornou mais acessível, mais como um foco de vida social na cidade do que como um entretenimento ‘promovido’ por um rei ou por nobres da corte (...) uma plateia que começava a tratá-lo como mais do que simples entretenimento” (Sennett, 1989, p. 105).

para pedestres; as novas praças; os passeios públicos etc..¹¹¹ Em todos esses exemplos, públicos diversos se reúnem nesses espaços para a satisfazerem determinados interesses individuais e coletivos, sejam quais forem as atividades realizadas, elas se caracterizam como reuniões relativamente diversas, onde pessoas desconhecidas interagem socialmente através de gestos, comportamentos e conversas. Os cafés, por exemplo, eram vistos como importantes centros de informação, onde jornais, revistas, folhetins e informativos eram lidos e debatidos por um público bem informado, “institucionalizando” o discurso como a mais importante forma de interação social desses autênticos espaços de sociabilidade.¹¹² Nesses espaços, onde a conversa e o debate conduzem o rito da interação social, as distinções sociais eram postas em segundo plano.¹¹³ Todos ali reunidos enquanto público faziam questão de “esquecer” momentaneamente a que nicho social pertenciam. As origens e hierarquias sociais não eram consideradas demasiadamente relevantes nessa reunião “plural” de pessoas, ao contrário, a igualdade de direito aos discursos era um ingrediente fundamental e amplamente celebrado nesses espaços de sociabilidade (Sennett, 1989, p. 107-109).¹¹⁴

¹¹¹ *“A instituição urbana em que esse sistema de sinais falados foi dominante era o café (coffeehouse) dos inícios do século XVIII. Por volta da metade do século, outras instituições foram surgindo, lá onde estranhos se reuniam: o bar ou o pub que servem bebidas alcoólicas, os primeiros restaurantes, o parque para pedestres”* (Sennett, 1989, p. 108).

¹¹² *“O café era um ponto de encontro comum às cidades de Londres e de Paris, no final do século XVII e início do XVIII (...) O café tem sido uma instituição romanceada e supervalorizada: conversa alegre e civilizada, bonomia e amizade estreitas em torno de uma xícara de café, enquanto é ainda desconhecido o silêncio da casa de gim. Além do mais, os cafés desempenhavam uma função que os torna ainda mais fáceis de serem romanceados, retrospectivamente: eram os centros de informação mais importantes em ambas as cidades nessa época. Neles eram lidos os jornais, e, no começo do século XVIII, proprietários de cafés londrinos passaram a editar e imprimir seus próprios jornais, reivindicando, em 1729, um monopólio nesse ramo”* (Sennett, 1989, p. 108).

¹¹³ *“Com a finalidade de angariar conhecimentos e informações através da conversa, os homens da época criaram, portanto, algo que para eles era uma ficção, a ficção segundo a qual as distinções sociais não existiam (...) As pessoas então experimentavam a sociabilidade nesses cafés sem revelar muito de seus sentimentos próprios, de sua história pessoal, ou de sua posição social”* (Sennett, 1989, p. 109).

¹¹⁴ *“Como centros de informação, os cafés eram naturalmente locais onde floresciam discursos (...) se divertir (...) consistia em conversar com outras pessoas, sendo a conversa comandada por uma regra cardinal: a fim de que as informações fossem as mais completas, suspendiam-se temporariamente todas as distinções de estrato social; qualquer pessoa que estivesse sentada em um café tinha o direito de conversar com quem quer que fosse, abordar qualquer assunto, quer conhecesse as outras pessoas, quer não, quer fosse instada a falar, quer não. Era desaconselhável fazer referências às origens sociais das pessoas com quem se falava no café, porque isso poderia ser obstáculo ao livre fluxo da conversa”* (Sennett, 1989, pp. 108-109).

Na segunda metade do século XVIII, por questões de ordem econômica, tanto em Londres como em Paris, a maior parte dos cafés (*coffehouses*) entrou em declínio e, aos poucos, o próprio café “saiu” de moda cedendo lugar ao chá como bebida preferida dos ingleses e de parte dos franceses. Nessas capitais, porém, outros espaços começam a ganhar fama e, sob certo sentido, assim como os cafés, se transformam em lugares de intensa vida social: são os bares e pubs. Esses “novos” estabelecimentos, que antes eram frequentadas apenas por trabalhadores urbanos específicos, começam a ser frequentados por públicos mais diversos, especialmente quando eles se localizavam próximos aos teatros e museus.¹¹⁵ Nesses espaços de sociabilidade, antes e depois dos espetáculos teatrais, todos se reuniam e conversavam longamente sobre temas os mais diversos possíveis, tudo isso regado a muitas bebidas alcoólicas, jogatinas e, principalmente, discursos e debates acalorados (Sennett, 1989, p. 110).

Nesse mesmo período, contudo, surgiram outros espaços que, diferentes dos exemplos anteriores, pareciam celebrar a privacidade de círculos sociais mais seletos, a exemplo dos clubes e das sociedades fechadas. O clube de homens foi, segundo a interpretação de Sennett, a primeira instituição concebida especificamente para que se realizassem discursos e debates privados. A especificidade dessas reuniões privadas, que muito diferiam das reuniões públicas dos cafés, pubs e bares era a exclusividade do seu público, selecionado segundo critérios “privados”. Um grupo relativamente homogêneo de pessoas, que compartilha uma série de opiniões, gostos e ritos se reúne nesses ambientes por acreditar que a sociabilidade entre “pares” seria mais prazerosa que uma sociabilidade entre “estranhos”, uma sociabilidade pública: “Nesse sentido, os clubes eram privados. A privacidade significava que o discurso só poderia ser agradável caso se controlasse com quem se estava falando” (Sennett, 1989, p. 112).

Na Itália, especialmente nas cidades barrocas, era um costume dos habitantes locais sair às ruas para passear e se encontrar com pessoas desconhecidas, observar a vida cotidiana da cidade, seus habitantes e hábitos e admirar a arquitetura das imponentes construções das monumentais cidades italianas. Esse costume, o prazer de observar as pessoas e ser

¹¹⁵ “Nos pubs e bares vizinhos aos teatros a clientela era bem mais mesclada. De fato, como muitos desses locais para beber eram fisicamente ligados aos prédios dos teatros, serviam como pontos de reunião antes e depois das representações, para a plateia” (Sennett, 1989, p. 110).

observado por elas nos espaços públicos, segundo Sennett, passou a ser adotado também em cidades como Paris e Londres na primeira metade do século XVIII. Nessas últimas surge uma nova instituição, o parque público, um espaço público cuidadosamente concebido para que as pessoas e carruagens pudessem se deslocar com facilidade.¹¹⁶ Nesses novos espaços públicos abertos, onde estranhos se encontram de maneira aleatória, aquela sociabilidade entre classes distintas característica dos cafés e pubs ganha novos contornos: de um lado, esses encontros se tornaram mais efêmeros e espontâneos e, de outro, mais silenciosos. Aquelas antigas reuniões que propiciavam horas de conversas e debates em espaços fechados (cafés e pubs), cederam lugar a encontros rápidos e silenciosos em espaços públicos abertos, concebidos para a circulação e não para a permanência das pessoas, a exemplo do *St. James's Park* em Londres e das *Tulherias* em Paris: “A característica deste encontro ao ar livre era o contato que durava apenas um momento (...) Os parisienses usavam as Tulherias do mesmo jeito que os londrinos usavam o St. James Park (...) O que seria comum a ambos, no entanto, era a germinação da ideia do silêncio em público (Sennett, 1989, p. 113).

Para Richard Sennett, a noção de que um comportamento público se opõe a um comportamento privado é uma ideia tipicamente moderna, uma forma de pensar via oposição binária que associa as noções de público e privado às ideias de cultura e natureza, respectivamente. Diga-se de passagem, a linha divisória entre uma geografia pública e uma geografia privada só se tornou evidente nas cidades modernas após o Renascimento. Comportamento público e comportamento privado se tornam, nesse sentido, “modos de expressão humana concorrentes”, associados a diferentes situações sociais que, na vida urbana, se complementavam e se equilibravam. A noção de “público” era vista como pertencente ao âmbito da criação humana, um produto da cultura e da razão; enquanto a noção de “privado” era lida como pertencente ao âmbito da condição humana, isto é, parte constituinte da própria natureza, dado que a família era vista como uma forma de organização “natural” e a casa, o espaço privado, o lugar fundamental de reprodução da “instituição familiar”. “O domínio público era igualmente um corretivo

¹¹⁶ *Era necessária uma nova instituição na cidade. Tratava-se do parque público, desenhado para permitir passeios de carruagens e jornadas a pé com facilidade. A construção de novos parques e a renovação de antigas áreas não desenvolvidas, transformando-as em parques e passeios, começaram com maior seriedade nos anos de 1730” (Sennett, 1989, p. 113).*

para o domínio privado: o homem natural era um animal; o público, portanto, corrigia uma deficiência da natureza” (Sennett, 1989, p. 120).

Conforme dito antes, para o filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau, o homem público pode ser visto como um ator que utiliza a cidade e seus espaços públicos como teatros. Rousseau fora, sem sombra de dúvidas, um dos filósofos mais interessados na vida pública que se desenvolvera nas cidades modernas.¹¹⁷ O cosmopolitismo, marca fundamental de cidades como Paris de meados do século XVIII, era visto por Rousseau com grande desconfiança. Segundo a interpretação de Richard Sennett, para Rousseau, o cosmopolitismo era um dos maiores males da grande cidade moderna.¹¹⁸ Nessas cidades, onde a divisão social de trabalho se torna uma das mais importantes forças de organização das relações sociais (apesar de não ser a única), as cadeias de dependência mútua tendem a afrouxar os laços interpessoais que existem fora do âmbito do trabalho, como nos momentos de lazer, por exemplo.¹¹⁹ Para Rousseau, nas cidades pequenas a vida pública era mais autêntica, as pessoas não necessariamente se conheciam, mas podiam reconhecer que se tratavam de pessoas relativamente próximas.¹²⁰ Na grande cidade, o

¹¹⁷ “Estranhamente, o maior escritor sobre a vida pública urbana, seu mais constante estudioso, era um homem que a odiava. Jean-Jacques Rousseau acreditava que o cosmopolitismo não era um grau muito elevado de civilidade, mas, ao contrário, um crescimento monstruoso (...) Criticando a mescla entre palco e rua, chegou até a primeira teoria comprovada da cidade moderna como um ambiente expressivo” (Sennett, 1989, p. 147).

¹¹⁸ “O que aconteceria, pergunta-se ele, caso as pessoas fossem liberadas da rigidez da vida de uma cidade pequena? O que aconteceria se homens e mulheres possuíssem um lazer genuíno? A liberação dos deveres de sobrevivência deveria significar que homens e mulheres teriam mais oportunidades para as interações sociais – para visitas a cafés, passeios nos parques, e assim por diante. A sociabilidade é fruto do lazer. Quanto mais as pessoas interagem, no entanto, mais dependentes se tornam umas com relação às outras. Assim, as formas de sociabilidade que chamamos de pública, Rousseau as considera como relações sociais de mútua dependência. Na Carta, a dependência mútua das pessoas, uma vez cortados os laços de necessidade, é retratada como terrível” (Sennett, 1989, p. 150).

¹¹⁹ “Rousseau percebe a grande cidade como um meio ambiente dentro do qual não se pode dizer que tipo de homem um estranho é, numa dada situação, descobrindo-se como ele sobrevive. As situações, de fato, em que se pode encontrar com ele são situações onde o encontro não serve a propósitos funcionais, mas antes onde ele se insere num contexto de socialização não-funcional, por causa da própria interação social. É nesta perspectiva que ele impõe sua análise da natureza do jogo de lazer. Pois, num estado de lazer, as pessoas interagem cada vez mais pelo simples prazer do contato. Quanto mais interagem fora dos rigores da necessidade, mais se tornarão atores” (Sennett, 1989, p. 152).

¹²⁰ Para Rousseau: “A cidade grande é um teatro. Seu tema é principalmente a busca pelas reputações. Todos os homens da cidade se tornam artistas de um tipo particular: atores. Ao representar uma vida pública, perdem contato com a virtude natural. O artista e a cidade grande estão em harmonia, e o resultado é um desastre moral” (...) o problema com a cidade grande é que nela há comunidade em

cosmopolitismo faz com que, em público, todos tenham que desempenhar um papel que, sob certo sentido, mascara determinados aspectos individuais e coletivos, todos se tornam estranhos uns aos outros.¹²¹ “Aqui surge a cidade cosmopolita, a capital: sua cultura pública é o âmbito onde ocorre essa perda de si mesmo” (Sennett, 1989, p. 150).

O cosmopolitismo moderno, segundo argumentava o filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel, assume a forma sociológica do estrangeiro. O estrangeiro, esse indivíduo que se desloca no espaço de um lugar para outro (um continente, um país, uma cidade) sem que estabeleça relações de pertencimento exclusivas é, no entender de Simmel, um típico homem moderno.¹²² A mobilidade do viajante possibilitou aos humanos modernos uma nova forma de relação ou interação social, caracterizada essencialmente pelo anonimato e pela impessoalidade.¹²³ Distância e proximidade, alteridade e igualdade, indiferença e envolvimento, tornam-se expressões complementares na vida urbana (e pública).¹²⁴ Ao se diferenciar dos grupos sociais e culturais locais, o estrangeiro, enquanto uma “nova”

demasia (...) A cidade pequena tem valores melhores, virtudes de sobrevivência” (apud Sennett, 1989, pp. 153-154).

¹²¹ *“Reputação: ser conhecido, ser reconhecido, ser singularizado. Numa cidade grande, essa busca da fama acaba por se tornar um fim em si mesmo; para tanto, os meios são todo tipo de imposturas, convenções etiquetas com que as pessoas estão sempre tão dispostas a jogar numa Cosmópolis” (Sennett, 1989, p. 152).*

¹²² *“Se viajar é a liberação de qualquer ponto definido no espaço, e é assim a oposição conceitual à fixação nesse ponto, a forma sociológica do ‘estrangeiro’ apresenta, por assim dizer, a unificação dessas duas características. Todavia, este fenômeno também revela que as relações espaciais são, de um lado, apenas a condição, e de outro, o símbolo, de relações humanas (...) o viajante (...) que chega hoje e parte amanhã (...) que chega hoje e amanhã fica (...) Fixou-se em um grupo social particular, ou em um grupo cujos limites são semelhantes aos limites espaciais. Mas sua posição no grupo é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originaram nem poderiam se originar no próprio grupo” (Simmel, 1983, p. 182).*

¹²³ *“Se a mobilidade tem lugar em um grupo fechado, personifica aquela síntese de proximidade e distância, que constitui a posição formal do estrangeiro, pois a pessoa fundamentalmente móvel entra ocasionalmente em contato com todos os elementos do grupo, mas não está organicamente ligada com qualquer deles por laços estabelecidos de parentesco, localidade e ocupação” (Simmel, 1983, p. 184).*

¹²⁴ *“Antes, enquanto membro do grupo, ele está ao mesmo tempo próximo e distante, como é característico de relações fundadas apenas naquilo que é genericamente comum aos homens. Mas entre os dois elementos produz-se uma tensão particular entre a proximidade e a distância, quando a consciência de só ser comum o absolutamente geral faz com que se acentue especialmente o não-comum. No caso de uma pessoa estranha ao país, à cidade, à raça, etc., este elemento não-comum, todavia, mais uma vez, não tem nada de individual, é meramente a condição de origem, que é ou poderia ser comum a muitos estrangeiros. Por essa razão, os estrangeiros não são realmente concebidos como indivíduos, mas como estranhos de um tipo particular: o elemento de distância não é menos geral em relação a eles que o elemento de proximidade” (Simmel, 1983, p. 187).*

categoria sociológica, se converte em uma figura pública diferenciada que questiona um princípio essencial da soberania dos Estados nacionais: a cidadania enquanto um direito local, assegurado a um grupo socialmente e espacialmente delimitado. Nesse sentido, podemos afirmar que o cosmopolita ou, como diria Simmel, o estrangeiro, ao menos em termos simbólicos, é um cidadão de tipo especial: um cidadão global (Simmel, 1983, pp. 182-188).

18 - O *flâneur*, a ecologia dos *quartiers* e os *grands boulevards*

Segundo nos conta Leonardo Benevolo, antes do século XIX, em Paris, era particularmente difícil diferenciar com clareza os espaços públicos dos espaços privados, pois as áreas públicas e privadas muitas vezes se encontravam justapostas, se misturavam em um emaranhado de edificações com várias vielas e ruas interligadas: “Os ambientes privados e públicos – até agora sempre ligados e misturados – na cidade burguesa se tornam contrapostos entre si” (Benevolo, 1983, p. 595). Em outras palavras, a partir de determinado momento, a divisão público-privada tornou-se mais evidente: em determinadas localizações se concentravam diferentes espaços privados – as casas, os laboratórios, os estúdios, os escritórios, os estabelecimentos comerciais etc., algumas vezes esses diferentes equipamentos urbanos se encontravam próximos uns dos outros, concentrando-se em determinadas áreas, em outros casos, ocupavam diferentes setores nas cidades; os espaços públicos, as calçadas, as ruas, as avenidas, as alamedas, os bulevares, os parques e jardins, as praças etc., igualmente, se distribuíam por diferentes setores, inclusive nas proximidades dos espaços privados, ligando as diferentes partes da cidade onde, nas palavras de Benevolo: “cada um se mistura necessariamente com todos os outros e não é mais reconhecido” (Benevolo, 1983, p. 595).¹²⁵

O século XIX surge aos olhos do Ocidente trazendo consigo um novo personagem urbano, um típico habitante da grande metrópole, o *flâneur*, inspirado nos poemas de Charles Baudelaire sobre a vida pública de Paris do século XIX: aquele indivíduo que caminha despretensiosamente pelas ruas e calçadas da grande metrópole sem que tenha

¹²⁵ “Todas as diversidades e as excentricidades dos indivíduos e grupos podem ser cultivadas no labirinto dos ambientes internos, ao passo que se perdem ao sair para a rua, onde uma multidão de pessoas se encontra e se ignora entre si” (Benevolo, 1983, p. 595).

um destino predefinido e que prefere não ser incomodado por ninguém.¹²⁶ Segundo a interpretação de Sennett, apenas no século XIX que os efeitos do capitalismo industrial se tornaram mais claros nas grandes cidades do mundo ocidental. Uma nova explosão demográfica acontece nas grandes cidades europeias, especialmente nas capitais. O comércio experimenta uma nova fase de expansão, impulsionado pelo crescimento populacional das cidades. Surge uma nova forma de comércio varejista, a loja de departamento, que concentra uma enorme quantidade de produtos e bens de consumo em um só lugar e “substitui” as feiras livres e as pequenas lojas especializadas na preferência de parte significativa das pessoas: “Nesta nova forma de varejo, emergiam todas as complexidades e problemas da vida pública no século XIX; esse comércio era um paradigma para as transformações que ocorreriam no domínio público” (Sennett, 1989, p. 167).

O século XIX é marcado também por um novo paradigma na estrutura física e social das cidades, uma nova forma de organização do espaço urbano que modificou sobremaneira a vida pública no Ocidente. A distribuição das diferentes classes e grupos sociais no espaço físico das cidades foi alterada: se antes essa distribuição era feita de maneira relativamente “aleatória” e “heterogênea”, misturando em uma mesma área componentes de diferentes estratos sociais; agora, valoriza-se a ideia de homogeneidade socioeconômica da vizinhança imediata, ou seja, as construções e reformas das edificações eram realizadas para que pudessem abrigar parcelas pré-determinadas da população, leia-se, classes sociais específicas. “Uma ecologia de *quartiers* como uma ecologia de classes: esta era a nova muralha que Haussmann erigia entre os cidadãos urbanos, assim como em torno da própria cidade” (Sennett, 1989, p. 171).

Essa reorganização socioespacial do espaço urbano foi um processo que ocorreu em diversas cidades do mundo Ocidental ao longo do século XIX e início do século XX, uma reorganização espacial das classes sociais nas cidades que criou os bairros homogêneos e alterou também a experiência da vida pública nessas cidades.¹²⁷ Segundo Sennett, o

¹²⁶ “Aqui estaremos lidando não tanto com o destino de um clichê do século XVIII: a da observação silenciosa como um princípio da vida pública” (Sennett, 1989, p. 161).

¹²⁷ “A reorganização física da cidade feita por Haussmann era apenas uma expressão e concretização de um processo mais amplo, um processo que o urbanista Louis Wirth, de Chicago, chamou de ‘segmentação’ da cidade, que seu colega Robert Park chamou a formação de ‘moléculas’ sociais na cidade, no decurso

mesmo processo que ocorreu no século anterior com a vida pública das praças se repetiu com a problemática dos bairros e bairros do século XIX: o crescimento populacional não foi acompanhado por um aumento proporcional das formas de interações sociais nos espaços públicos abertos.¹²⁸ Em capitais como Londres e Paris, que não eram cidades industriais, os efeitos do crescimento populacional, das atividades comerciais, do setor de serviços e da industrialização se faziam presentes.¹²⁹ Nessas capitais, grupos sociais homogêneos agora compartilham um mesmo bairro, distrito ou quarteirão, tornando o próprio espaço físico dessas áreas menos diversos no que diz respeito à aspectos funcionais, arquitetônicos, urbanísticos e sociodemográficos (Sennett, 1989, pp. 172-173).

Apesar das grandes cidades e capitais se tornarem centros urbanos cada vez maiores, mais populosos e heterogêneos nesse momento, por outro lado, a experiência da vida pública se encontrava cada vez mais fragmentada. Em outras palavras, o advento dos espaços residenciais homogêneos foi acompanhado por uma correspondente compartimentação da vida pública. Para a alta burguesia, isso significava que a vida fora dos espaços residenciais homogêneos representava a possibilidade de uma experiência pública verdadeiramente cosmopolita, que propiciava encontros com grupos sociais diversos, tanto no ambiente de trabalho, quanto nos momentos de lazer e entretenimento. A maior parte da classe trabalhadora, porém, não gozava do privilégio de circular por diferentes partes das cidades.¹³⁰ Para os trabalhadores urbanos menos afortunados, a circulação na

do século XIX. Esses segmentos complementavam a crescente divisão do trabalho na economia industrial. A população de Paris, ao se tornar cada vez mais densa, tornou-se, ao mesmo tempo, homogeneizada em pequenas glebas e diferenciada de gleba para gleba” (Sennett, 1989, p. 172).

¹²⁸ “O processo molecular que ocorreu na distribuição populacional de Paris no último século glorificou um processo que já observávamos em seus inícios na cidade sob o Antigo Regime, no caso das praças públicas. À medida que a cidade continuava a se encher de gente, as pessoas foram perdendo cada vez mais o contato funcional umas com as outras nas ruas. Havia mais estranhos, e eles estavam mais isolados. O problema da praça fora ampliado para o problema dos *quartiers* e da vizinhança (Sennett, 1989, p. 172).

¹²⁹ “À medida que Londres aumentava sua mancha num território cada vez maior, surgia o mesmo bairrismo, por meio da mera separação física e da distância, assim como em Paris ele surgira por meio das diferenças, entre áreas relativamente próximas, quanto ao preço dos apartamentos, da comida e da diversão” (Sennett, 1989, p. 173).

¹³⁰ “A rotina da vida diária passada fora do *quartiers* estava se tornando uma experiência urbano-burguesa; os sentidos de se ser cosmopolita e de se ser membro das classes burguesas passaram, então, a ter uma certa afinidade. Em contrapartida, o bairrismo e as classes mais baixas se fundiram. As únicas viagens rotineiras que as classes trabalhadoras de Paris poderiam vir a fazer para setores da cidade não-

cidade (fora do ambiente de trabalho) era feita principalmente com o objetivo de fazer compras: “O cosmopolitismo - enquanto a experiência da diversidade na cidade - passou, portanto, para a experiência das classes trabalhadoras enquanto uma experiência de consumo” (Sennett, 1989, p. 174).

É nesse contexto que grandes capitais europeias como Londres e Paris empreenderam importantes transformações no ambiente físico dessas cidades: por volta de 1860, em Paris, por exemplo, foram criados os primeiros *grands boulevards*, enormes avenidas por onde se distribuíam diversos estabelecimentos comerciais. Além disso, nesse mesmo período e nessas mesmas cidades, foram implementados novos sistemas públicos de transportes como os ônibus puxados por cavalos, permitindo que um número maior de pessoas pudesse realizar deslocamentos de curta distância no espaço interno das cidades, ligando os distritos residenciais aos locais de trabalho e comércio, o que possibilitou um aumento considerável no ímpeto consumista das classes burguesas e, simultaneamente, transformou a vida pública em uma experiência individual, pessoal, particular, passiva e, acima de tudo, segundo esse argumento, convertendo a vida pública (cidadania) em vida privada (consumo).¹³¹ O “fetichismo das mercadorias”, de que falava Karl Marx, agora domina a experiência urbana e pública nessas cidades (Sennett, 1989, pp. 179-188).¹³²

Em resumo: a divisão das cidades em quarteirões ou bairros que abrigam grupos homogêneos em termos de classes sociais, faixas de renda ou mesmo grupos sociais, culturais ou étnicos alterou profundamente a experiência da vida urbana e pública dos diferentes indivíduos e grupos que habitam a cidade: a alta burguesia que pode se deslocar com facilidade pelos diferentes bairros da capital experimenta uma sensação verdadeiramente cosmopolita da cidade; para a maior parte dos trabalhadores urbanos,

trabalhadores, ou mesmo para um outro setor trabalhador, eram com o fito de fazer compras, como no caso de se ir a uma das novas lojas de departamentos” (Sennett, 1989, p. 174).

¹³¹ “Este transporte público não estava destinado ao prazer, nem tampouco seus itinerários contribuíam para a interpenetração das classes sociais. Destinava-se a transportar trabalhadores ao trabalho e às lojas” (Sennett, 1989, p. 181).

¹³² “O capitalismo industrial tem um segundo efeito sobre o domínio da vida pública, além do efeito de mistificação. Ele mudou a natureza da privacidade; isto é, afetou o domínio que era a contrapartida do domínio público. Sinais desse segundo efeito também podem ser detectados no comércio da cidade, nas mudanças que ocorreram nas pequenas lojas e mercados, que a loja de departamentos havia desafiado (...) O que define uma situação social de venda por atacado é o fato de que, num sentido novo, ela é ‘privada’; em privado, as pessoas seriam livres para adotar as posturas e a interação que um século antes havia marcado o comércio público” (Sennett, 1989, pp. 186-187).

porém, em especial aqueles menos afortunados, restava uma experiência urbana muito mais limitada, geralmente circunscrita aos bairros residenciais e locais de trabalho, isto é, uma vida pública consideravelmente menos cosmopolita e, portanto, pouco diversa em termos de contatos com grupos sociais e culturais distintos (Sennett, 1989, p. 202).

19 - O capitalismo industrial e o silêncio da vida pública

Sob a égide do capitalismo industrial, nos diz Sennett, “a personalidade penetrou no domínio público” (Sennett, 1989, p. 190).¹³³ O escritor francês Honoré de Balzac (1799-1850) fora sem sombra de dúvidas um dos mais atentos observadores da vida pública parisiense ao longo do século XIX. Segundo Sennett, Balzac era um grande crítico daquilo que ele acreditava ser um dos maiores problemas da vida pública nas cidades de então: o advento da personalidade enquanto uma categoria social fundamental da vida cidadina (Sennett, 1989, p. 195-203).¹³⁴ Balzac acreditava que a própria aparência das pessoas, em especial suas vestimentas, tornava evidente uma “nova necessidade” da vida pública nessas cidades, a diferenciação das personalidades individuais através de pequenos detalhes nas roupas: “As relações sociais estão encrustadas em detalhes de aparência pessoal” (Sennett, 1989, p. 202).

A ascensão das novas formas de comércio varejista da segunda fase de expansão do capitalismo industrial, especialmente após o advento das lojas de departamento, modificou sobremaneira os padrões de consumo e de vestimenta das diferentes classes sociais.¹³⁵ Com a invenção das máquinas de costura (1825), as roupas e acessórios tornaram-se mais homogêneos e padronizados, atendendo à crescente demanda dos

¹³³ “A personalidade criada pelas aparências, controlada, quando for o caso, por autoconsciência de seu próprio passado, espontânea somente por anormalidade, essas novas caracterizações da personalidade começaram a ser usadas no século passado para se entender a própria sociedade como uma coleção de personalidades. Foi dentro deste contexto geral que a personalidade adentrou o domínio público das capitais” (Sennett, 1989, p. 193).

¹³⁴ “Balzac (...) Chama Paris de ‘o mais delicioso dos monstros’, na abertura de *Cenas da Vida Parisiense*, e, de fato, saboreia cada um desses horrores” (Sennett, 1989, p. 197).

¹³⁵ “a personalidade adentrou o domínio público de um modo estruturado, entrelaçando-se com as forças da produção industrial, através do médium das roupas. As pessoas levavam seriamente em conta as aparências umas das outras nas ruas. Acreditavam poder esquadrihar o caráter daqueles que viam, mas o que viam eram pessoas vestidas com roupas cada vez mais homogêneas e monocromáticas. Descobrir uma pessoa a partir de sua aparência tornara-se, portanto, uma questão de procurar pistas nos detalhes do vestuário” (Sennett, 1989, p. 203).

enormes contingentes populacionais.¹³⁶ À medida que a produção em massa e o consumo em massa se estabilizavam nas cidades (mesmo que ainda em seus estágios iniciais), os diferentes estilos de vestimenta ficavam mais e mais homogêneos.¹³⁷ Como grande parte das pessoas comprava suas roupas nos mesmos lugares, elas passaram a se vestir de maneira relativamente parecida.¹³⁸ Em uma observação pouco engajada dos estilos de vestimenta era impossível diferenciar os diversos grupos e classes sociais, ou seja, a padronização das roupas tornou as massas urbanas menos diferenciáveis (Sennett, 1989, pp. 203-207).

Desde fins do séc. XVIII e início do séc. XIX, os parisienses parecem demonstrar certo apreço pela vida cosmopolita. Circular em meio à multidão desconhecidos nas ruas e praças da capital é uma atividade vista, de maneira geral, como prazerosa. Nesse período, a vida pública das ruas e praças parece celebrar o cosmopolitismo e o anonimato. As pessoas querem passar umas pelas outras sem serem facilmente enquadradas, percebidas enquanto pertencentes a grupos ou classes específicas.¹³⁹ Para que se possa diferenciar o público que frequenta os espaços públicos, a partir de meados do século XIX, é necessário se apegar aos pequenos detalhes, as pistas deixadas pela personalidade individual ou grupal que, agora, ingressam à vida pública de maneira sutil.¹⁴⁰ A observação torna-se uma das mais importantes codificadoras da vida pública; em outras palavras, a

¹³⁶ *“era o começo de um estilo de se vestir onde a neutralidade - isto é, não se sobressair – era a ordem imediata (...) a excentricidade no vestir era cada vez mais desaprovada nessas décadas”* (Sennett, 1989, p. 204).

¹³⁷ *“Vestir-se de uma maneira sofisticada, à maneira cosmopolita, significava aprender como abaixar o tom de sua aparência e como passar despercebido. Pode-se então fazer uma associação simples. Dada a convulsão das condições materiais da cidade, as pessoas desejavam se proteger, misturando-se à multidão. As roupas produzidas em massa lhes deram os meios para essa mistura”* (Sennett, 1989, pp. 206-207).

¹³⁸ *“As diferenças entre as aparências da classe alta e da classe média passaram para um outro terreno, mais sutil”* (Sennett, 1989, p. 205).

¹³⁹ *“Além dessa entrada da personalidade na sociedade e de sua intersecção com o capitalismo industrial em público, produziram-se todos os sinais de desastre psicológico quanto aos novos termos da cultura pública. O medo da exposição involuntária do caráter, a superposição do imaginário público e do privado, o retraimento defensivo diante dos sentimentos e o aumento da passividade”* (Sennett, 1989, p. 241).

¹⁴⁰ *“E esse espectador não participava tanto da vida pública quanto se empedernia em observá-la. Inseguro quanto a seus sentimentos e convencido de que, o que quer que fossem, seriam expressos totalmente à parte de sua vontade, esse homem não desertou a sociabilidade pública”* (Sennett, 1989, p. 243).

visibilidade se transforma em uma propriedade essencial à vida pública (Sennett, 1989, pp. 208-242). Nessa nova cena urbana que se estabelece em fins do século XIX, que Sennett chama de a era do “espectador passivo”, todos se movimentam de maneira silenciosa, transformando-se em autênticos *voyeurs* nas ruas (Sennett, 1989, p. 245).¹⁴¹

No século XIX, em Paris, Londres e outras grandes capitais europeias, foram produzidos uma série de novos teatros. Esses novos estabelecimentos foram construídos para abrigar um número de pessoas muito maior do que os teatros construídos ao longo do século XVIII. Sua concepção arquitetônica foi toda pensada para que pudesse abrigar um novo tipo de espectador, alguém que deveria permanecer em silêncio durante todo o espetáculo, pois, diante do grande número de pessoas na plateia, seria impossível que todos conseguissem prestar atenção ao que ocorria no palco. Uma característica marcante desses novos teatros era sua imponência arquitetônica. Segundo Sennett, o esplendor e a exuberância das edificações tinham um propósito específico: “O edifício existe para ser admirado independentemente de qual seja a atividade que as pessoas tenham nele. As pessoas devem notar o prédio, e não umas às outras. Os imensos espaços internos serviam a esse propósito” (Sennett, 1989, p. 257). Esse novo padrão arquitetônico dos teatros fora pensado para que o palco se convertesse no único foco de atenção cognitiva da plateia: “O papel da plateia é o de ver, não o de responder” (Sennett, 1989, p. 259).¹⁴²

Nos espaços públicos abertos, segundo Sennett, essa mesma passividade silenciosa toma conta de todas as formas de interação social. Nesses espaços, todos são espectadores passivos. As emoções pessoais, particulares e individuais devem ficar adormecidas, contidas no *self*, no eu, no indivíduo. O poeta francês Charles Baudelaire, descreve em vários dos seus escritos essa figura tipicamente moderna, o homem do *boulevard*, o *flâneur*, aquela pessoa que sai às ruas com o exposto intuito de observar e de ser

¹⁴¹ “Movimentam-se em silêncio, na proteção que os isola uns dos outros, desfogando-se através da fantasia e do devaneio, observando a vida passar pelas ruas (...) E aqui se encontra em germe a cena moderna da visibilidade em público, apesar do isolamento interpessoal” (Sennett, 1989, p. 245).

¹⁴² “Era perfeitamente razoável que homens e mulheres tivessem problemas ao ‘ler’ uns aos outros nas ruas, e se preocupassem em ter o sentimento certo no teatro ou na sala de concerto. E o meio para lidar com essa preocupação era similar à proteção praticada nas ruas. Não mostrar qualquer reação, encobrir as próprias emoções, significam que a pessoa é invulnerável, imune a ser desajeitada. Em seu aspecto obscuro, e como marca da incerteza, o silêncio era correlato da etologia do século XIX” (Sennett, 1989, p. 260).

observado por pessoas desconhecidas: “Assim é que se deve apreciar o fenômeno do *flâneur*. Deve ser assistido, não abordado. Para entendê-lo, deve-se aprender a ‘arte de ver’, que significa torna-se como um paralítico” (Sennett, 1989, p. 264).

Em determinados cafés parisienses e pubs londrinos, um público formado majoritariamente por trabalhadores urbanos menos afortunados e operários se reunia com certa frequência para conversar sobre temas diversos. Esses espaços de sociabilidade, em alguns momentos, eram vistos como verdadeiras ameaças para a ordem social vigente; em outros ocasiões, todavia, eles eram percebidos como meras expressões do *status quo*, pois não representavam nenhum perigo de convulsão social.¹⁴³ Na verdade, porém, sempre houve certo grau de desconfiança sobre as conversações que ali tinham lugar. Não por acaso, vários pubs e cafés foram fechados ou mesmo eram espionados para que “conspirações revolucionárias” não fossem ali germinadas.¹⁴⁴ Em meados do século XIX, nos clubes ingleses, diferentemente do que ocorria nos cafés e pubs, o silêncio era amplamente celebrado enquanto parte do rito social, tornando-se quase que um direito inabalável.¹⁴⁵ A partir de determinado momento, o silêncio parece ter conquistado também os cafés: “tanto os cafés quanto os clubes começaram a operar através de regras similares de silêncio, como um direito público de proteção contra a sociabilidade” (Sennett, 1989, p. 267).

A partir da segunda metade do século XIX e, especialmente após a construção dos *grands boulevards* em Paris, diversos cafés foram abertos espalhando-se por toda a extensão das grandes avenidas recém-abertas pelo barão Haussmann. A grande novidade desses novos

¹⁴³ “Quando o café se tornou o local de conversação entre pares no trabalho, ameaçava a ordem social; quando o café se tornou um local onde o alcoolismo destruíu o discurso, mantinha a ordem social. A condenação dos pubs das classes baixas pela sociedade respeitável precisava ser vista com olhos desconfiados. Ao mesmo tempo em que essas condenações eram sem dúvida sinceras, muitos exemplos de fechamento de cafés e de pubs ocorreram não quando a beberagem tumultuosa ficava fora de controle, mas antes, quando se tornava evidente que as pessoas no interior dos cafés estavam sóbrias, zangadas e conversando” (Sennett, 1989, p. 266).

¹⁴⁴ “Se se permitisse aos operários se reunirem, eles iriam comparar as injustiças, maquinando e conspirando, fomentando intrigas revolucionárias. Assim sendo, aparecem leis como as de 1838 na França, proibindo a discussão pública entre operários de igual nível, e instalou-se um sistema de espões na cidade para relatarem os locais onde as pequenas moléculas de trabalhadores se congregavam: em quais cafés, a que horas etc.” (Sennett, 1989, p. 265).

¹⁴⁵ “Em meados do século XIX as pessoas iam ao clube para poder sentar-se em silêncio, sem serem perturbadas por ninguém” (Sennett, 1989, p. 267)

espaços de sociabilidade (os novos cafés) era que as mesas e cadeiras eram dispostas pelas calçadas (pelo menos durante o verão, a primavera e o outono) e onde uma clientela formada exclusivamente por classes médias e altas se reunia (os trabalhadores urbanos menos afortunados e operários não tinham o costume de frequentar esses espaços). Muitos dos clientes desses novos cafés os utilizavam com o exposto intuito de permanecerem sozinhos e em silêncio, muitas vezes para lerem um livro ou mesmo um jornal, revista ou folhetim. “No café, pela primeira vez, havia um grande número de pessoas amontoadas, juntas, relaxando-se, bebendo, lendo, mas separadas por paredes invisíveis” (Sennett, 1989, p. 268). Sob certo sentido, o silêncio tornava possível que todos ali reunidos estivessem visíveis uns aos outros, contudo, simultaneamente, em completo isolamento. Conforme argumenta Richard Sennett, tratava-se de uma “multidão solitária”. Aqueles discursos e debates acalorados que ocorriam nos cafés de tempos pretéritos foram substituídos pelo silêncio incondicional: “Era o final do discurso como uma interação (...) O silêncio era o agente da dependência na arte, e do isolamento-como-independência na sociedade” (Sennett, 1989, pp. 269-270).

20 - O individualismo, a segregação socioespacial e o declínio do homem público

Inspirado nas proposições do sociólogo Ferdinand Tönnies, que diferenciava as noções de comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*), Richard Sennett afirma que o século XIX foi um momento no qual, nas grandes capitais do Ocidente, perde-se certo senso de comunidade na vida social. Aquelas antigas formas de identidades coletivas que eram características das cidades de outros tempos, anteriores à “erosão” da vida pública, foram substituídas por outras formas de identidades nas quais se perde parte dos laços sociais: aquele conjunto de ritos e símbolos que liga as pessoas umas às outras e que cria vínculos identitários coletivamente concebidos e vivenciados.¹⁴⁶ “Mas nos períodos em que a vida pública está em erosão, esse relacionamento entre ação compartilhada e

¹⁴⁶ “Ações coletivas alimentando uma auto-imagem coletiva: esta aliança se estende desde os ideais do pensamento político grego até o discurso dos cafés e teatros do séc. XVIII: o discurso compartilhado deu às pessoas um senso de que, juntas, constituíam um ‘público’. Em geral, podemos dizer que o ‘senso de comunidade’, de uma sociedade que tem uma forte vida pública, nasce dessa união da ação compartilhada e de um senso do eu coletivo compartilhado” (Sennett, 1989, 275).

identidade coletiva desmorona. Se as pessoas não estão nem falando umas com as outras nas ruas, como poderão saber quem são como um grupo?” (Sennett, 1989, p. 275).

Esta personalidade coletiva (falsificada) que a vida metropolitana enseja, segundo Sennett, nos dá a sensação de que vivemos em grupo, mas que não compartilhamos os mesmos códigos e símbolos comunitários. Vivemos amontoados em cidades com pessoas das quais nada ou quase nada sabemos. Nesse sentido, tornam-se legítimas as seguintes indagações:¹⁴⁷ como podemos criar comunidades políticas em tal contexto sociológico? Como tornar as cidades lugares nos quais a sociedade civil possa se reconhecer e se reunir enquanto um público coeso, isto é, mais do que uma mera coleção de pessoas individualmente consideradas vivendo juntas? “O mito hoje predominante é que os males da sociedade podem ser todos entendidos como males da impessoalidade” (Sennett, 1989, p. 314).

Segundo Richard Sennett, a expressão civilidade tem suas raízes ligadas à ideia de cidadania, uma espécie de comportamento público. Nos dias atuais, essa concepção original parece ter se perdido. Para Sennett, a civilidade poderia ser conceituada como “a atividade que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras. Usar máscara é a essência da civilidade” (Sennett, 1989, p. 323). Nas grandes capitais, onde estranhos se encontram regularmente e convivem socialmente, segundo essa concepção, a civilidade nos “protege” do transbordamento das personalidades dos outros: “A geografia pública de uma cidade é a institucionalização da civilidade” (Sennett, 1989, pp. 323-324).¹⁴⁸ Não por acaso, ao falarmos de incivilidade, nos termos de Sennett, estaremos nos referindo ao ato de “sobrecarregar os outros com o eu de alguém” (Sennett, 1989, p. 324), uma espécie de invasão da personalidade alheia.

Nas grandes metrópoles modernas, a fraternidade, esse tipo de sentimento coletivo que faz um grupo se reconhecer como parte de uma unidade identitária, torna-se cada vez mais fragmentada. A identidade de classe, por exemplo, subverte um princípio básico da

¹⁴⁷ As perguntas foram formuladas por mim, não constam na obra original.

¹⁴⁸ *“Cidade’ e ‘civilidade’ têm uma raiz etimológica comum. Civilidade é tratar os outros como se fossem estranhos que forjam um laço social sobre essa distância social. A cidade é esse estabelecimento humano no qual os estranhos devem provavelmente se encontrar”* (Sennett, 1989, pp. 323-324).

vida pública: a ideia de que a sociedade civil como um todo possa se reconhecer como um só público, um corpo político coeso. Nessas grandes cidades, as identidades compartilhadas se fragmentam em pequenos mundos, baseados em princípios de organização social e espacial até então inéditos: é o caso dos quarteirões homogêneos em termos de classe; a formação de bairros ou enclaves étnicos; regiões marcadas por determinados traços e códigos comuns de sua população etc. “A fraternidade se tornou empatia para um grupo selecionado de pessoas, aliada à rejeição daqueles que não estão dentro do círculo local” (Sennett, 1989, p. 325).¹⁴⁹

Com desenvolvimento dos novos meios de comunicação de massa a vida pública sofreu outro duro golpe: tanto a televisão quanto o rádio se transformaram em importantes instrumentos de comunicação e informação para as populações citadinas, porém, foram concebidos, de maneira geral, para serem utilizados como utensílios domésticos, privados, particulares. “Os meios de comunicação aumentaram amplamente o estoque de conhecimentos que os grupos sociais tinham uns dos outros, mas tornaram o contato efetivo desnecessário” (Sennett, 1989, p. 344). O advento das grandes mídias (comunicação de massa) teria reduzido drasticamente a necessidade do encontro com pessoas diversas para que se pudesse estar bem informado, isto é, apreciar diversos pontos de vista.¹⁵⁰ Conforme o argumento de Sennett, as novas máquinas são mais um sintoma do que uma causa da decadência da vida pública, lentamente germinada nos séculos anteriores.¹⁵¹ Como não se pode falar com a televisão ou o rádio, a absorção de informações torna-se uma atividade passiva e inquestionável, destituindo o debate crítico como meio de produção e circulação das informações e inibindo a capacidade das pessoas de converterem os conhecimentos obtidos em ações políticas, com base em reflexões e

¹⁴⁹ “Quanto mais estreito for o escopo de uma comunidade formada pela personalidade coletiva, mais destrutiva se tornará a experiência do sentimento fraterno. Forasteiros, desconhecidos, dessemelhantes, tornam-se criaturas a serem evitadas; os traços da personalidade compartilhados pela comunidade tornam-se cada vez mais exclusivos” (Sennett, 1989, p. 325).

¹⁵⁰ “A experiência da diversidade, e a experiência de uma região da sociedade que está a distância do círculo íntimo: estes dois princípios da vida pública são contrariados pela ‘mídia’” (Sennett, 1989, p. 345).

¹⁵¹ “As necessidades que a ‘mídia’ eletrônica vem satisfazendo são esses impulsos culturais que se formaram durante todo o século e meio que passou, para se retrair da interação social a fim de saber mais e sentir mais, como pessoa. Essas máquinas são parte de um arsenal de combate entre a interação social e experiência pessoal” (Sennett, 1989, p. 345).

debates críticos.¹⁵² “Fora desta díade e da lógica da passividade construída na ‘mídia’ eletrônica, o paradoxo da visibilidade e do isolamento ressurgiu: como na tecnologia da construção moderna, a pessoa vê mais e interage menos” (Sennett, 1989, p. 346).

As grandes capitais de fins do século XIX e início do século XX no mundo Ocidental tem agora uma nova geografia, marcada fundamentalmente pelo o que hoje chamamos de segregação socioespacial. Os bairros (*quartiers*) homogêneos, os enclaves étnicos, o gueto compartilhado, a vizinhança singular, o bairro exclusivo, o subúrbio, a periferia, a favela etc. constituem exemplos de uma cidade fragmentada em pequenos mundos, as assim chamadas áreas sociais. A experiência cosmopolita da vida pública perde espaço frente à experiência segmentada da vida “comunitária”. Isto pode parecer paradoxal, mas de fato ocorreu: à medida que as cidades cresciam mais e mais e sua população se tornava cada vez mais diversa, o padrão espacial de distribuição dessas pessoas nas cidades tornou-se cada vez mais segregado, formando áreas socioculturais (e políticas) homogêneas.¹⁵³ Segundo Sennett, a homogeneização dos diferentes distritos de Paris era um dos mais importantes projetos do barão Haussmann na propalada reforma de Paris, tornando-se uma fonte de inspiração fundamental em diversos projetos de reurbanização mundo afora (inclusive no Brasil) (Sennett, 1989, pp. 358-361).

Esse padrão socioespacial segregado se difundiu por cidades de diferentes continentes do globo, implicando em graves consequências para a vida pública em escala global. “A atomização da cidade colocou um fim prático num componente essencial do espaço público: a superposição de funções dentro de um mesmo território, o que cria complexidades de experiência naquele espaço” (Sennett, 1989, p. 362). Os usos mistos das cidades pré-industriais foram substituídos pelos usos unitários da cidade moderna. Se por um lado pode-se falar legitimamente em um declínio da vida pública cosmopolita, por outro, pode-se falar em um crescimento correspondente da esfera intimista, privativa. A imagem de uma multidão de pessoas nos espaços públicos que qualquer indivíduo

¹⁵² “A passividade é a lógica dessa tecnologia. Os meios de comunicação de massa intensificam os padrões de silêncio da multidão que começaram a tomar forma nos teatros e salas de concerto do século passado (Sennett, 1989, p. 346).

¹⁵³ “Os novos distritos da cidade deveriam ser de uma única classe e, no antigo centro da cidade, ricos e pobres deveriam ser isolados uns dos outros. Este era o começo do desenvolvimento urbano de ‘função única’. Cada espaço da cidade desenvolve uma atividade particular, e a própria cidade é atomizada” (Sennett, 1989, p. 361).

ocidental associa à vida pública na grande metrópole mascara sua verdadeira face: “o burguês, nas ruas, estava numa multidão, mas não pertencia a ela (Sennett, 1989, p. 364).¹⁵⁴

Nas cidades pré-industriais, argumenta Sennett, havia um certo equilíbrio entre aquilo que chamamos de vida pública e vida privada. Esse equilíbrio, a partir de determinado momento, se perdeu. Como diria Sennett, a personalidade individual da intimidade privada, particular e doméstica invadiu os espaços públicos (a redundância foi proposital): “Gradualmente, essa força perigosa, misteriosa, que era o eu, passou a definir as relações sociais. Tornou-se um princípio social. Nesse ponto o terreno público de significação impessoal e de ação impessoal começou a diminuir” (Sennett, 1989, p. 413). As cidades e, mais especificamente, os seus espaços públicos, concebidos enquanto lugares fundamentais de reunião da(s) diversidade(s) humana(s), perdem o seu caráter “público”. A heterogeneidade perde espaço para a homogeneidade; a vida pública heterogênea e cosmopolita se converte em vida privada homogênea e segmentada; a impessoalidade se transforma em intimidade; a diversidade é substituída pela singularidade enquanto valor social fundamental. Trata-se, pois, daquilo que Richard Sennett qualificou como “o declínio do homem público” (Sennett, 1989).¹⁵⁵

21 - A ascensão da esfera híbrida: a promoção do social

¹⁵⁴ “A arte de planificar praças públicas não é arcaica. Foi praticada com muito sucesso durante séculos, comumente sem arquitetos formalmente treinados. Historicamente, a vida pública morta e a vida comunitária pervertida, que afligem a sociedade burguesa do Ocidente, são algo como uma anomalia” (Sennett, 1989, p. 380).

¹⁵⁵ Muitos autores consideram o sociólogo Richard Sennett uma espécie de discípulo da filósofa Hannah Arendt. Em entrevista concedida ao jornal espanhol El País, todavia: (Pergunta – El País): “O senhor é considerado discípulo de Arendt. O que lembra dela?” (Resposta – Richard Sennett): “Eu a conheci em 1959. Meu grupo tocava os quartetos de Bartók na Universidade de Chicago e ao terminar uma mulher pequeninha subiu ao palco para nos cumprimentar. Disse que havia conhecido Bartók. Quando voltei a Chicago, fiz seu curso de estética e odiei a estética. Acho que a decepcionei e que ela significou muito mais para mim do que eu signifiquei para ela.” (Pergunta – El País): “O que ela significou para o senhor?” (Resposta – Richard Sennett): “Foi uma pedra de toque intelectual em minha trajetória. Mas mostrei a ela um rascunho do meu livro *O declínio do homem público: As tiranias da intimidade e o odiou*. Foi esse tipo de relação... Ela tinha uma conexão melhor com pessoas que eram filosoficamente mais sofisticadas do que eu. Por isso me dá medo que essa relação seja supervalorizada. Eu gostaria de ter sido seu discípulo, mas não acho que seja. Acho que é difícil para as pessoas entenderem que alguém pode te influenciar profundamente sem exercer um papel possessivo sobre você”. Disponível para consulta em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/09/cultura/1533824675_957329.html

Conforme argumenta Hannah Arendt (2007), o advento da modernidade e, mais especificamente, das metrópoles modernas, fez surgir aos olhos do Ocidente uma nova esfera que difere sobremaneira daquela antiga divisão nascida nas cidades-estados da Antiguidade Clássica e reinterpretadas nos primórdios da modernidade: a divisão entre uma esfera de vida privada (os espaços privados) e uma esfera de vida pública (os espaços públicos). Trata-se, pois, da ascensão da *esfera social*, uma espécie de *híbrido* entre as ideias de público e privado. Para Arendt, a marca fundamental da grande metrópole moderna, à luz do paradigma dos Estados-nação, é a interpenetração da dimensão pública sobre a vida privada e, simultaneamente, da dimensão privada sobre a vida pública, um fenômeno relativamente novo que rompe completamente com o pensamento político grego.¹⁵⁶ No mundo moderno, portanto, as esferas social e política se confundem, aquilo que Arendt chamou de a *ascendência da sociedade*, uma elevação do espaço privado da casa e das atividades econômicas ao nível público e vice versa: “esfera cuidadosamente híbrida que chamamos de sociedade, na qual os interesses privados assumem importância pública” (Arendt, 2007, pp. 44-45).

Na Grécia antiga, tal como descrita pelos filósofos e historiadores, as formas de organização da vida privada da casa (*oikos*) e da família eram tidas como pré-políticas, pois, na esfera familiar todos os componentes da família vivem juntos não por opção, mas por necessidade, ao menos em tese. Em outras palavras, em última instância, no espaço privado da casa aquilo que une os indivíduos é a necessidade de manutenção da vida, a sobrevivência. Por esse motivo, costumava-se dizer que a família era uma comunidade “natural”, organizada pela necessidade. Diferentemente do que ocorria na *ágora (polis)*, na esfera da liberdade, onde os livres e diferentes/iguais se encontravam não por obrigação ou por necessidade, mas sim pela virtude do debate político, isto é, a vida pública gozava de valor ético e moral positivo, ou melhor, conforme preferiam os filósofos, virtuoso. No espaço privado da casa não há liberdade, em sociedades extremamente machistas e patriarcais como aquelas de civilizações antepassadas, quem mandava era o pai, o chefe de família, a autoridade do lar: “A *polis* diferenciava-se da

¹⁵⁶ “A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional” (Arendt, 2007, p. 37).

família pelo fato de somente conhecer iguais, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida e nem ao comando do outro e também não comandar” (Arendt, 2007, p. 41).¹⁵⁷

Nas grandes metrópoles, nas sociedades de massa do individualismo moderno, há um enriquecimento da esfera privada em relação à esfera pública e vice versa: “A passagem da sociedade (...) não apenas diluiu a antiga divisão entre o privado e político, mas também alterou o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do cidadão, ao ponto de torná-los quase irreconhecíveis” (Arendt, 2007, p. 47). Trata-se, pois, da *promoção do social*: “A ascensão da sociedade trouxe consigo o declínio simultâneo das esferas público e privada” (Arendt, 2007, p. 269). No mundo moderno, aquela atividade humana fundamental que Arendt chamou de *ação* (o mundo comum que liga os humanos uns aos outros e onde todos agem livremente de maneira espontânea), foi substituída pelo *comportamento*, um certo tipo de código de conduta padronizado: a espontaneidade e a liberdade da ação, sedem lugar à passividade do comportamento padrão.¹⁵⁸ Nessas sociedades de massas, todos os diferentes grupos sociais parecem ter sido absorvidos em uma mesma e única sociedade: “com o surgimento da sociedade de massas a esfera do social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla, igualmente e com igual força, todos os membros de determinada comunidade” (Arendt, 2007, p. 51).¹⁵⁹

¹⁵⁷ “É verdade que esta igualdade na esfera política muito pouco tem em comum com o nosso conceito de igualdade; significava viver entre pares e lidar somente com eles, e pressupunha a existência de desiguais; e estes, de fato, eram sempre a maioria da população na cidade-estado. A igualdade, portanto, longe de ser relacionada com a justiça, como nos tempos modernos, era a própria essência da liberdade; ser livre significava ser isento da desigualdade presente no ato de comandar e mover-se numa esfera onde não existiam nem governo nem governados” (Arendt, 2007, p. 42).

¹⁵⁸ “Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação (...) Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a normalizar os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada” (Arendt, 2007, p. 51).

¹⁵⁹ “a vitória da igualdade no mundo moderno é apenas o reconhecimento político e jurídico do fato de que a sociedade conquistou a esfera pública, e que a distinção e a diferença reduziram-se a questões privadas do indivíduo (...) a esfera pública era reservada à individualidade. Era o único lugar em que os homens podiam mostrar realmente e inconfundivelmente eram. Em benefício dessa possibilidade, e por amor a um corpo político que a propiciava a todos, cada um deles estava mais ou menos disposto a

Segundo a interpretação de Hannah Arendt, o sistema político das cidades-estados gregas (democracia participativa) só poderia existir e funcionar “adequadamente” se o número de cidadãos que vivesse nas cidades fosse relativamente limitado (tal como propuseram tanto Platão quanto Aristóteles), pois, se a população crescesse demais e o “bem comum” se fragmentasse excessivamente, o sistema político poderia vir a se transformar em um governo despótico ou mesmo tirânico, em outras palavras, o sistema político poderia vir a perder seus princípios democráticos. Nas sociedades modernas das grandes massas urbanas, surge a poderosa e inédita esfera social: “a nova esfera tem-se caracterizado principalmente por uma irresistível tendência a crescer, de devorar as esferas mais antigas do político e do privado, bem como a esfera mais recente da intimidade” (Arendt, 2007, p. 55).

Todas as atividades que são realizadas nos espaços públicos, isto é, que são feitas na presença de pessoas diversas, ganham publicidade, tornam-se acessíveis para um público amplo (quantitativa e qualitativamente), formado por pessoas que extrapolam o círculo de amigos próximos e o círculo familiar. A expressão “público”, de maneira geral, significa que tudo pode ser visto e ouvido por todos. Por que ser visto e ouvido por todos é importante? Pois nosso senso de “realidade” parece conferir uma enorme importância aos aspectos tangíveis da existência, em outras palavras, aquilo que o nosso (limitado) aparato cognitivo consegue perceber parece ostentar um estatuto de verdade mais elevado do que aquilo que não conseguimos ver, ouvir, tocar, sentir. Um objeto publicamente disponível, torna-se publicamente exposto, visível, audível, palpável etc. Nas palavras de Arendt: “A presença de outros que veem o que vemos e que ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo, e de nós mesmos” (Arendt, 2007, p. 60).

O mundo tomado enquanto espaço público (o espaço produzido pelo homem) é mais do que apenas espaço físico, pois, segundo Hannah Arendt, o espaço público é, simultaneamente, concreto e abstrato. “Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum” (Arendt, 2007, p. 62). Por que nós humanos criamos tal ideia e tal espaço? Para que pudéssemos viver conjuntamente socializados a despeito de nossa infinita e incondicional diversidade. “O

compartilhar do ônus da jurisdição, da defesa e da administração dos negócios públicos” (Arendt, 2007, p. 51).

que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las” (Arendt, 2007, p. 62).

A existência dos espaços públicos (em sentido abstrato e concreto) pressupõe transcendência. O que isto quer dizer? A existência desses espaços não pode ser condicionada pelo ciclo de vida humano, é necessário que ele continue existindo após a sucessão das gerações, ou seja, ele deve ostentar uma temporalidade por assim dizer “transcendente”. “Sem essa transcendência para uma potencial imortalidade terrena, nenhuma política, no sentido restrito do termo, nenhum mundo comum e nenhuma esfera pública são possíveis” (Arendt, 2007, p. 64). Tanto na *polis* grega quanto na *res pública* romana, esse aspecto “transcendental” da política e dos espaços públicos fora preservado. A publicidade, uma propriedade fundamental desses espaços, exprime a ideia de atributo daquilo que é público, acessível a todos os diferentes/iguais.¹⁶⁰ “Nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida pela natureza comum de todos os homens que a constituem, mas sobretudo pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto” (Arendt, 2007, p. 67).

Nas sociedades de massas, afirma Arendt, não é apenas a esfera pública (e os espaços públicos) que perde o seu sentido original de existência, a esfera privada (e os espaços privados) também foi “invadida” pela esfera pública.¹⁶¹ Se na Antiguidade Clássica essa

¹⁶⁰ “Pois, embora o mundo comum seja o terreno comum a todos, os que estão presentes ocupam nele diferentes lugares, e o lugar de um não pode coincidir com o do outro, da mesma forma como dois objetos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço. Ser visto e ouvido por todos é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. É este o significado da vida pública, em comparação com a qual até mesmo a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo com os seus respectivos aspectos e perspectivas” (Arendt, 2007, p. 67).

¹⁶¹ “Nas circunstâncias modernas, essa privação de relações objetivas com os outros e de uma realidade garantida por intermédio desses últimos tornou-se o fenômeno de massa da solidão, no qual assumiu sua forma mais extrema e mais anti-humana. O motivo pelo qual esse fenômeno é tão extremo é que a sociedade de massas não apenas destrói a esfera pública e a esfera privada: priva ainda os homens não só do seu lugar no mundo, mas também do seu lar privado, no qual antes eles se sentiam resguardados contra o mundo e onde, de qualquer forma, até mesmo os que eram excluídos do mundo podiam encontrar-lhe o substituto no calor do lar e na limitada realidade da vida em família” (Arendt, 2007, p. 68).

divisão entre público e privado era límpida, no mundo moderno ela se tornou turva. O espaço privado da casa, que antes era visto como o mais importante refúgio da existência humana, deixou de cumprir essa função. Segundo esse argumento, no mundo moderno, seria mais difícil diferenciar com exatidão o modo de vida privado de seu oposto complementar, o modo de vida público. Esta não é uma constatação tão simples quanto poderia parecer, pois, em termos comportamentais, isso significa dizer que as próprias pessoas teriam perdido o senso dessa divisão (público/privado) em suas vidas cotidianas (Arendt, 2007, pp. 68-78): “Parece ser da natureza da relação entre as esferas pública e privada que o estágio final do desaparecimento da esfera pública seja acompanhado pela ameaça de igual liquidação da esfera privada” (Arendt, 2007, p. 70).

Com a exacerbação absoluta da ideia de propriedade privada que o mundo moderno “institucionalizou”, o estatuto da relação público-privado foi novamente alterado: se na *polis* grega a existência da vida pública era condicionada pela anterior satisfação das necessidades fundamentais da vida privada, na modernidade, a garantia da propriedade privada tornou-se uma preocupação pública. É como se os valores tivessem sido invertidos: “O que chamamos anteriormente de ascensão do social coincidiu historicamente com a transformação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação pública” (Arendt, 2007, p. 78).¹⁶² Se antes a vida privada era uma espécie de prolongamento complementar da vida pública e vice versa, agora, no mundo moderno, o espaço privado da casa é um lugar onde podemos nos esconder do mundo, nos esconder da publicidade, nos esconder das nossas “obrigações” e “deveres” públicos: “O único modo eficaz de garantir a sombra do que deve ser escondido contra a luz da publicidade é a propriedade privada - um lugar só nosso, no qual podemos nos esconder” (Arendt, 2007, p. 81).

Segundo Hannah Arendt, só é possível compreender a condição humana da pluralidade se levarmos em conta os significados de duas palavras que parecem antagônicas, mas que na prática são inteiramente dependentes e complementares: a igualdade e a diferença. Segundo essa interpretação, os humanos só poderiam se diferenciar uns dos outros se,

¹⁶² E continua Arendt: “Logo que passou à esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de arrogarem acesso à esfera pública em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para o acúmulo de mais riqueza” (Arendt, 2007, p. 78).

simultaneamente, eles fossem relativamente comparáveis uns aos outros. Toda alteridade necessita ser relacionada a certo grau de igualdade dos objetos em comparação, para que seja reconhecida enquanto tal. Não se pode comparar o incomparável! Nesse sentido, portanto, todas as diversidades são relativas a determinado grau de igualdade. O mesmo raciocínio vale para o oposto, isto é, quando queremos nos igualar a alguém, sempre precisamos partir de certo grau de alteridade: a igualdade só pode ser um desejo legítimo por que somos sempre, incondicionalmente, infinitamente diversos entre si.¹⁶³ Esta reflexão proposta por Arendt nada tem de trivial ou banal. Na vida pública, bem como na privada, diversidade e igualdade são partes iminentes da própria condição humana e, como escolhemos viver em sociedade, para nos diferenciar e nos igualar, precisamos nos relacionar. Nesse contexto, todas as formas de expressão e interação constituem partes fundamentais da existência humana, da construção simultânea da alteridade e da igualdade (Arendt, 2007, p. 188).¹⁶⁴

22 - Os espaços públicos e as metrópoles modernas

Como bem afirmou Marshall Berman em seu livro *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade* ([1982] 1986), a modernidade, com todos os seus triunfos e contradições, é um fenômeno essencialmente urbano. A história da modernidade e a história da cidade, a partir de determinado momento, se confundem, compondo uma mesma trama. A modernidade, definitivamente, não inventou a cidade; mas não há como deixar de admitir um fato: após o advento da modernidade, a cidade nunca mais foi e nem será a mesma. Isso não significa dizer que as cidades do passado foram melhores ou piores que as cidades modernas, nem mesmo que as cidades do futuro serão melhores ou piores que as cidades de agora ou de tempos pretéritos. Eis a antológica frase de Karl Marx e Friedrich Engels que inspirou Marshall Berman: “Tudo o que é sólido desmancha no ar,

¹⁶³ “A igualdade presente na esfera pública é, necessariamente, uma igualdade de desiguais que precisam ser igualados sob certos aspectos e por motivos específicos. Assim, o fator igualador não provém da natureza humana, mas de fora” (Arendt, 2007, p. 227).

¹⁶⁴ “A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem, ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. Com simples sinais e sons, poderiam comunicar suas necessidades imediatas e urgentes” (Arendt, 2007, p. 188).

tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios suas reais condições de vida e sua relação com outros homens” (*apud* Berman, 1986, p. 88). Nessa pequena frase extraída do *Manifesto Comunista*, nos dizia Berman, a modernidade está contida. Em um mundo majoritariamente urbano: entender as cidades é entender o mundo e a nós mesmos (Berman, 1986).

Tal como argumenta Anthony Giddens o termo modernidade se refere, à luz de um ponto de vista sociológico, a um tipo particular de estilo ou modo de vida que associamos a um período histórico mais ou menos delimitado. Quando utilizamos essa expressão, usualmente, estamos nos referindo a uma forma de organização social que emergiu na Europa a partir do século XVII e que nos séculos seguintes tornou-se relativamente global, ao menos no que se refere à sua influência. O modo de vida moderno, afirma Giddens, nos afastou quase que por completo dos tipos tradicionais de ordem social e essas transformações foram muito mais profundas do que aquelas que ocorreram em tempos pretéritos (Giddens, 1991).

Ainda segundo Anthony Giddens, enquanto período histórico, a modernidade foi marcada por profundas discontinuidades entre a ordem tradicional e moderna, dentre as quais se destacam: o ritmo acelerado de mudanças que a modernidade colocou em movimento; o escopo e a difusão dessas mudanças, que se eleva à escala global; e a natureza intrínseca das instituições sociais modernas que, às vezes, simplesmente não existiam anteriormente, como é caso, por exemplo, do sistema político dos Estados-nação. A chegada dos tempos modernos, porém, não foi marcada apenas pelas discontinuidades em relação às ordens sociais anteriores, há também algumas continuidades e talvez um dos exemplos mais emblemáticos seja o desta forma de organização socioespacial hoje globalmente difundida que chamamos de cidade (Giddens, 1991).

Não é por acaso que, para Louis Wirth [1938], "a característica marcante do modo de vida do homem na idade moderna é a sua concentração em agregados gigantescos entorno dos quais está aglomerado um número menor de centros e de onde irradiam as ideias e as práticas que chamamos de civilização" (Wirth, 1973, p. 90). A cidade é, segundo Wirth, a morada do homem moderno, uma forma específica de associação humana. Em conjunto, esses indivíduos e grupos que compõe a cidade, que interagem regularmente no meio urbano, produziram uma forma particular de relação social. Nestes termos, o urbanismo é reconhecido como um modo de vida, isto é, um produto da urbanização crescente que

transforma em seu movimento as relações sociais (Wirth, 1973). Apesar de os modernos assentamentos urbanos frequentemente incorporarem cidades tradicionais à sua malha, elas não são necessariamente um produto da expansão destas, pois, conforme argumenta Antony Giddens, "o urbanismo moderno é ordenado segundo princípios completamente diferentes dos que estabeleceram a cidade pré-moderna" (Giddens, 1991, p. 16).

Do ponto de vista etimológico, a palavra cidade é geralmente concebida como uma união indissociável entre aquilo que os romanos chamavam de um lado de *urbs*, que corresponde ao espaço físico da cidade e de outro *civitas*, que representa a comunidade de cidadãos que a habita (Choay, 1999). Frequentemente, cometemos o erro grosseiro de considerar o histórico processo de urbanização como sendo uma transformação pura e simples da forma urbana. Polis (Antiguidade Clássica), burgo (Idade Média), metrópole (Idade Moderna) etc.; esses diferentes "tipos" de cidade podem ser caracterizados e/ou diferenciados por suas respectivas estruturas sociais, políticas, econômicas, culturais, históricas e por suas diferentes morfologias físicas. Sob certo sentido, poderíamos dizer que estas diferentes "formas-conteúdos" do histórico processo de urbanização do mundo, podem ser caracterizadas por uma contínua relação entre morfologias urbanas e comportamentos sociais. Não é por acaso que diversas denominações associadas a sistemas comportamentais como *cidadania*, *civilidade*, *polidez*, *cortesia*, *urbanidade*, *cosmopolitismo*, *sociabilidade pública* etc., possuem raízes etimológicas que fazem referência direta ou indireta à forma urbana. Cada uma destas denominações corresponde à sistemas comportamentais que são associados a ideias que se desenvolveram a partir de diferentes concepções de cidade (ver Gomes, 2010).

As revoluções industrial, americana e francesa, marcos fundamentais da Idade Moderna, certamente tiveram um impacto sem igual nas formas de organização do mundo ocidental. As novas estruturas políticas e econômicas subjacentes a esses eventos alteraram profundamente a vida social das civilizações ocidentais. É nesse contexto de amplas mudanças que, tal como argumenta Françoise Choay, surge a noção de urbanismo, um neologismo proposto pelo espanhol I. Cerdá em 1867, que nasceu exatamente das reflexões em torno do impacto espacial da revolução industrial sobre as cidades. De lá para cá, a palavra passou a congrega novos significados: por um lado, ela designa uma nova disciplina que se declara autônoma e se autodenomina como a ciência da concepção de cidades; de outro lado, mais modesto e sem uma pretensão científica, o urbanismo se

define como um procedimento que objetiva uma maior regulação e organização (eficácia) do crescimento das cidades, impulsionado, sobretudo, pelo processo de industrialização (ver Choay, 1999).

Segundo nos ensinam Lewis Mumford e Leonardo Benevolo, durante todo o século XIX, importantes capitais europeias, primeiramente Londres e posteriormente Paris e Berlin, passaram por uma nova explosão demográfica. A população, até então majoritariamente rural, começa a se dirigir em massa para as maiores cidades onde grande parte das indústrias e do comércio estavam localizados. O resultado não poderia ser diferente: as cidades, sobretudo as capitais e as cidades industriais, em função do crescimento desordenado e da inexistência de políticas públicas adequadas começaram a se degradar rapidamente. A intensa poluição do ambiente físico dessas cidades, as precárias condições sanitárias a que eram submetidos os trabalhadores urbanos nos bairros operários insalubres, a pobreza extrema, a proliferação de terríveis epidemias como a cólera etc.; fizeram surgir, principalmente em finais do século XIX, preocupações de ordem sanitária, fundamentadas na ideia de que as precárias condições físicas e ambientais dessas cidades seriam as responsáveis por produzir a degeneração urbana, afetando assim a saúde de seus habitantes (Mumford, 1983; Benevolo, 1983).

Tal como argumenta Choay, para se adequar aos "tempos modernos", principalmente entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, diversas cidades ao redor do mundo passaram por grandiosos, conturbados e amplamente criticados processos de modernização (renovação urbana) que transformaram sensivelmente o espaço físico e o modo de vida nessas cidades. Talvez uma das mais importantes e conhecidas intervenções urbanísticas promovidas nos tempos modernos tenha sido a experiência ocorrida na capital francesa na segunda metade do século XIX, antes mesmo de uma difusão mais ampla da noção de urbanismo ou de planejamento urbano. Esta espécie de "planejamento regularizador" que foi operada pelo barão Haussmann na reforma da Paris napoleônica, consistiu em realidade em um projeto de "modernização" e "embelezamento" daquela cidade. De maneira geral, tais reformas, nas palavras de Choay, fizeram da cidade inteira um "sistema de comunicações" (Choay, 1999).

A construção de uma rede hierarquizada de vias que interligava os diversos bairros da capital francesa fez com que houvesse uma maior comunicabilidade entre os diversos setores da cidade, que passaram a se integrar também às linhas férreas e às estações de

trem. Estas últimas funcionavam a partir de então como "portas urbanas" que ligavam a cidade ao resto do território nacional. Esta reforma aumentou a escala da cidade consideravelmente através de "operações cirúrgicas" como "aberturas", "alargamentos" e "transplantes" que integraram todos os espaços livres que existiam tanto no interior quanto no exterior da barreira *Fermiers Généraux*. Toda a cidade passou a contar com um "equipamento higiênico" composto de redes técnicas isomorfas e um sistema respiratório de espaços verdes. Segundo Choay, o alargamento da escala das vias, das parcelas e dos edifícios transformou enormemente o quadro das relações sociais de proximidade características das cidades pré-industriais. Esta "nova" forma urbana possibilitou o que poderíamos chamar de uma redefinição das formas de convivialidade (e/ou sociabilidade) dos indivíduos e grupos daquela cidade (Choay, 1999).¹⁶⁵

Refletindo acerca dos poemas de Charles Baudelaire sobre as ruas da Paris moderna, Walter Benjamin afirma que Paris foi a capital do século XIX. Impulsionadas pela alta do comércio e da indústria, começaram a se multiplicar pela capital francesa nas primeiras décadas do século XIX as famosas galerias de arte, que nas próximas décadas consolidaria Paris como a capital global do luxo e da moda. As tais galerias, símbolos dessa idealizada Paris, consistiam na realidade em vias abertas entre blocos de prédios com fachadas de vidro e piso de mármore, cujos dois lados eram iluminados artificialmente, pela primeira vez utilizando gás, e onde se exibiam as lojas mais elegantes da Europa naquele momento. Nesta Paris do apogeu do império, surge um famoso personagem urbano a quem Walter Benjamin chama de *flâneur*: o transeunte por excelência da cidade moderna, uma figura que olha a cidade com um olhar de estranhamento que tudo repara (Benjamin, 1985).¹⁶⁶

¹⁶⁵ "Ao nomear urbanidade o ajustamento recíproco de uma forma de tecido urbano e de uma forma de convivialidade, pode -se, com justa razão falar de uma urbanidade haussmanniana. (...) constituída por um equipamento urbano diversificado, concebido, desenhado, produzido e implantado com cuidado, assim como por árvores e recintos verdes, ela faz das calçadas e dos jardins o teatro de relações sociais inéditas: aleatórias, anônimas e cosmopolitas" (Choay, 1999, p. 74).

¹⁶⁶ "O olhar do flâneur, cuja forma de vida envolve com um halo reconciliador a desconsolada forma de vida vindoura do homem da cidade grande. O flâneur ainda está no limiar tanto da cidade grande quanto da classe burguesa, nenhuma delas ainda o subjugou. Em nenhuma delas ele se sente em casa. Ele busca o seu asilo na multidão. (...) A multidão é o véu através do qual a cidade costumeira acena ao flâneur enquanto fantasmagoria. Na multidão, a cidade hora é paisagem, hora ninho acolhedor. A casa comercial constrói tanto um quanto outro, fazendo com que a flânerie se torne útil à venda de mercadorias. A casa comercial é a última grande molecagem do flâneur. Com o flâneur, a intelectualidade parte para o

Sozinho na multidão, a figura do *flâneur* ocupa sua mente com a observação da cidade, seus habitantes, sua arquitetura, os hábitos de seu povo etc. Na Paris moderna, o *flâneur* caminha despreziosamente no meio da multidão incorporando o papel de um típico personagem da grande cidade, ou melhor, da grande metrópole. O barão Haussmann, que se autodenominava um "*artiste démolisseur*" (artista demolidor), e seu *embellissement stratégique* (embelezamento estratégico), foi um dos maiores responsáveis por conferir uma "feição moderna" à capital francesa. As polêmicas e amplamente criticadas intervenções urbanísticas promovidas pelo barão Haussmann em Paris criaram o cenário de uma nova experiência urbana. Para Walter Benjamin, a modernização da capital francesa fez com que Paris se transformasse em uma cidade estranha para os seus próprios habitantes. O novo padrão urbanístico fez de Paris uma cidade ainda mais cosmopolita, onde os parisienses não se sentiam mais em "casa": "começa-se a tomar consciência do caráter desumano da grande metrópole" (Benjamin, 1985, pp. 41-42).

A grande novidade da reforma de Paris em relação às intervenções urbanísticas anteriores foi a sua escala de ação. O autoritário barão Haussmann pensava a cidade como um todo e não em fragmentos, "ele mudou a cidade em atacado, e não no varejo" (Harvey, 2011, p. 138). A exemplo do que ocorreu em Paris durante a segunda metade do século XIX, outras importantes cidades do mundo ocidental também passaram por criticados processos de "modernização" e remodelação de seu espaço urbano, sobretudo, de seus velhos centros. Esse é o caso, por exemplo, do plano de Barcelona idealizado por Cerdá em 1859, que interligou o centro histórico da capital catalã à malha urbana do resto do território espanhol; e do plano de Viena na Áustria, proposto por Otto Wagner em 1893, que transformou sensivelmente o espaço urbano daquela cidade. Em todos esses exemplos, as conhecidas premissas da renovação urbana foram respeitadas: para a realização das obras, ou seja, para que as antigas estruturas urbanas fossem substituídas pelas modernas instalações, grandes áreas consideradas insalubres, degradadas e irrecuperáveis, principalmente em áreas centrais, foram inteiramente demolidas e seus residentes, em geral operários e trabalhadores urbanos menos afortunados, foram

mercado. Pensa que é para dar uma olhada nele; na verdade, porém, já para encontrar um comprador" (Benjamin, 1985, p. 39).

expulsos para os subúrbios e periferias recém formados, denunciando, sob certo sentido, o caráter elitista dessas intervenções urbanísticas (Choay, 1999).¹⁶⁷

Para Marchall Berman (1982), o mais icônico dos novos espaços criados por Napoleão e Haussmann em Paris na aurora da modernidade foi o *boulevard*: “o novo bulevar parisiense foi a mais espetacular inovação urbana do século XIX, decisivo ponto de partida para a modernização da cidade tradicional” (Berman, 1982, p. 145). Esses espaços permitiam que o tráfego de pessoas e veículos no centro de Paris fosse mais fluido, podendo-se atravessar a cidade de uma ponta à outra em linha reta. Para que as grandes vias fossem construídas, “libertando” o tráfego dos congestionamentos, as “habitações miseráveis” que concentravam trabalhadores urbanos menos afortunados foram simplesmente eliminadas e sua população removida. Para justificar as intervenções e os gastos públicos, dizia-se que as intervenções trariam prosperidade econômica e fariam bem aos negócios em escala local e regional, o que ajudaria a financiar os empreendimentos. As próprias intervenções, argumentavam, empregariam parte significativa da mão de obra ociosa na cidade, criando empregos também na iniciativa privada e, dessa maneira, “pacificando as massas”: “Por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbanismo moderno” (Berman, 1982, p. 146). Segundo Berman, o bulevar criou um novo cenário urbano que rompeu com a velha oposição binária espaço público/espaço privado, possibilitando a existência de uma nova experiência urbana: “um espaço privado, em público, onde eles podiam dedicar-se à própria intimidade, sem estar fisicamente sós” (Berman, 1986, p. 147).

Semelhantemente ao que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos, a "onda modernizadora" atingiu também as nossas cidades. O processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, que teve início na primeira década do século XX,

¹⁶⁷ "Outros planos próximos ou derivados destas três estruturas regularizadoras têm assegurado, em outras grandes cidades e capitais, a permanência da urbanidade metropolitana nascida na segunda metade do século XIX. Até a metade do século XX, todas essas cidades e tantas outras acolheram e integraram, sem por isso ser alteradas, a sucessão e a diversidade de experiências de estilos arquitetônicos novos. O *modern stile* (mais barroco em Barcelona, mais pictórico em Praga, Viena ou Munique, mais reservado em Paris e Bruxelas), o *classicismo estrutural* de Perret, o *funcionalismo dos Ciam*, ou mesmo o *monumentalismo da arquitetura dita totalitária*, na Itália ou na Alemanha, acrescentaram um plástico novo à cidade europeia, eles não lhe mudaram a estrutura" (Choay, 1999, p.76).

representa para esta cidade um momento de profundas rupturas. Tal como argumenta Maurício de Abreu (1997), durante um curtíssimo período, o então prefeito da cidade Francisco Pereira Passos, aquele que alguns chamam de o "Hausmann Tropical", promoveu uma das maiores transformações já verificadas no espaço urbano da então capital da república.¹⁶⁸

Dentre as primeiras intervenções urbanísticas realizadas para "embelezar" e "sanear" a cidade, estavam a abertura de várias ruas e avenidas e o alargamento de um grande número de vias expressas que objetivavam empreender uma melhoria na circulação e na acessibilidade de veículos e pessoas no centro da cidade; a padronização do recuo progressivo dos edifícios; a uniformização dos planos de alinhamento das ruas, que passaram a contar também com um novo sistema de numeração etc. Para tal, alguns pequenos morros foram arrasados e postos abaixo, grandes áreas foram aterradas e uma série de casas, edifícios e cortiços foram desapropriadas e demolidas, sobretudo, nos bairros operários que circundavam o centro da cidade. Além disso, Pereira Passos determinou ainda o uso de calçamento asfáltico na maior parte das principais vias expressas do Centro, Catete, Glória, Laranjeiras e Botafogo, fato até então inédito no país, fazendo pouco ou quase nada nos novos subúrbios que se formavam paralelos às linhas férreas (Abreu, 1997).

Para promover o "embelezamento" da cidade, ou melhor, de alguns setores estratégicos da cidade, Pereira Passos construiu uma série de estátuas e imponentes monumentos, arborizou e reformou diversos jardins e canteiros nos principais parques e praças públicas da cidade como, por exemplo, a Praça XV, o Largo da Glória, o Largo do Machado, a

¹⁶⁸ "A transformação da forma urbana visava sobretudo resolver as contradições que ela apresentava. Era imperativo agilizar todo o processo de importação/exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais devido à ausência de um moderno porto. Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os modi vivendi cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais. Nesse sentido, o rápido crescimento da cidade em direção à zona sul, o aparecimento de um novo e elitista meio de transporte (o automóvel), a sofisticação tecnológica do transporte de massa que servia às áreas urbanas (o bonde elétrico), e a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condiziam com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam 'status' às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do 'novo Brasil'" (Abreu, 1997, p.60).

Praça São Salvador, a Praça Onze de Junho, o Passeio Público, a Praça Tiradentes etc. No que se refere ao "saneamento", Passos mandou canalizar uma série de pequenos rios que cortavam a cidade e saneou a hoje poluída Lagoa Rodrigo de Freitas. Em nome da "ordem", da "higiene" e da "estética", Passos declarou guerra aos quiosques e proibiu a venda de uma série de produtos comercializados por vendedores de rua nos espaços públicos, redefinindo não apenas a forma urbana, mas também a experiência urbana, pois, para Passos, além das transformações de âmbito físico era necessário também "civilizar" o povo. Paralelamente a essas grandes transformações ocorridas na administração de Pereira Passos, a União também financiou e promoveu uma série de importantes intervenções urbanísticas que visavam dar uma "nova cara" à capital da nação. Dentre essas obras, destaca-se a abertura da então Avenida Central (atual Rio Branco), uma espécie de complemento natural de outras duas importantes obras, a abertura da Avenida Beira Mar que ligava o centro à zona sul da cidade e a construção do novo porto do Rio de Janeiro, naquele período, um dos principais do país (Abreu, 1997).¹⁶⁹

Lewis Mumford dizia que a explosão demográfica ocorrida nas maiores capitais e cidades do mundo ao longo dos séculos XIX e XX, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos, foi uma das maiores já verificadas ao longo da história urbana. Em 1800, para se ter uma ideia, simplesmente não existia nenhuma cidade no mundo ocidental com mais de um milhão de habitantes: Londres, que era a maior capital do Ocidente, em 1800, tinha 959 310 habitantes, enquanto Paris, no mesmo período, tinha pouco mais de meio milhão. Em 1850, todavia, Londres tinha dois milhões e Paris tinha mais de um milhão residentes. Em 1900, havia ao todo onze metrópoles com mais de 1 000 000 de habitantes no mundo: Berlim, Chicago, Nova York, Filadélfia, Moscou, São Petersburgo, Viena, Tóquio e Calcutá, são alguns exemplos. Em 1930, existiam 27 cidades com populações superiores a um milhão de pessoas. A partir de então, seria possível encontrar enormes metrópoles em todos os cinco continentes. Por volta de 1950, áreas metropolitanas gigantescas se formaram em várias partes do mundo, compondo uma rede articulada de cidades. Não foram apenas as grandes metrópoles que cresceram, as cidades de menor porte como aquelas com menos de 100 000 habitantes também experimentaram uma multiplicação

¹⁶⁹ "O período Passos (aqui incluídas as obras realizadas pela União) foi, pois, um período revolucionador da forma urbana carioca, que passou a adquirir, a partir de então, uma fisionomia totalmente nova e condizente com as determinações econômicas e ideológicas do momento" (Abreu, 1997, p. 64).

fantástica. Essa enorme rede ou sistema de cidades, periferias e subúrbios que originaram as gigantescas regiões metropolitanas, nos conduziram a um processo incontornável de urbanização das relações sociais, algo até então simplesmente inédito (Mumford, 1986, p. 571).

É esse contexto de amplas mudanças em cidades de todo o mundo, que culminou com o surgimento das grandes metrópoles modernas, que o filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel, inspirado na Berlin da segunda metade do século XIX, descreveu em seu clássico texto *A Metrópole e a Vida Mental*, originalmente publicado em 1903. Para Georg Simmel, a cidade moderna possui um ritmo de vida muito diferente daquele encontrado em uma cidade pequena ou em uma área rural. A multiplicidade de pessoas, com interesses tão diferenciados, convivendo em um ambiente altamente complexo que é a cidade, criaria condições psicológicas especiais.¹⁷⁰ Segundo esse autor, para se viver em uma metrópole, devemos desenvolver aquilo que ele chamou de “*atitude blasé*”.¹⁷¹ Esta deve ser entendida como uma forma de autopreservação, um tipo de reserva dos diferentes estímulos propiciados pelo ritmo de vida metropolitano.¹⁷² Essa marcha contínua rumo ao processo de individualização seria, segundo Simmel, um produto da complexificação da divisão social do trabalho, uma necessidade intrínseca ao modo de vida moderno que, certamente, afetava também a dimensão política e pública da vida em sociedade. O homem moderno que vive nas grandes metrópoles seria, segundo esse argumento, mais

¹⁷⁰ “Os relacionamentos e afazeres do metropolitano típico são habitualmente tão variados e complexos que, sem a mais estrita pontualidade nos compromissos e serviços, toda a estrutura se romperia e cairia num caos inextricável. Acima de tudo, esta necessidade é criada pela agregação de tantas pessoas com interesses tão diferenciados, que devem integrar suas relações e atividades em um organismo altamente complexo” (Simmel, 1973, pp. 14-15).

¹⁷¹ “é uma leve aversão, uma estranheza e repulsão mútuas, (...) Toda a organização interior de uma vida comunicativa tão extensiva repousa sobre uma hierarquia extremamente variada de simpatias, indiferenças e aversões (...) aversões sem as quais esse modo de vida não poderia absolutamente ser mantido. (Simmel, 1973, pp. 17-18). O sociólogo canadense Erving Goffma chamou de *estado de desatenção civil*, um fenômeno parecido com esse descrito por Simmel, segundo ele, o estado de desatenção civil seria uma condição inerente à vida em sociedades de massa, especialmente nas grandes metrópoles.

¹⁷² “A medida que o grupo cresce - numericamente, especialmente, em significado e conteúdo de vida - na mesma medida, a unidade direta, interna do grupo se afrouxa e a rigidez da demarcação original contra os outros é amaciada através das relações e conexões mútuas (Simmel, 1973, p. 19)” (...) “é função da metrópole fornecer a arena para este combate e a reconciliação dos combatentes. Pois a metrópole apresenta as condições peculiares que nos são reveladas como as oportunidades e os estímulos para o desenvolvimento de ambas essas maneiras de conferir papéis aos homens” (Simmel, 1973, p. 25).

“individualista” do que aqueles que viviam em tempos pretéritos ou mesmo em cidades pequenas e áreas rurais (Simmel, 1973, pp. 17-18).

O processo de "modernização" das cidades, em particular, e da sociedade ocidental, em geral, implicou, tal como observado, uma completa redefinição das formas de sociabilidade urbana e pública. O indivíduo urbano moderno, o *flâneur* que anda solitário pelas ruas e calçadas das grandes metrópoles, aproveita-se do anonimato para exercitar a *atitude blasé*, seja nos cafés e bulevares parisienses ou nos pubs e parques públicos londrinos. Visto por muitos como egoísta e alienado, o indivíduo moderno é convertido em mero consumidor e assiste passivamente à produção de uma cidade voltada para os anseios individuais e não coletivos. Para os seus críticos, as grandes metrópoles modernas eram percebidas como expressão, meio e condição de um contínuo processo de individualização, guiado por um "projeto" tipicamente moderno.

Tal como argumentava Guy-Ernest Debord, fundador da Internacional Situacionista, movimento de artistas e intelectuais que criticava duramente a arquitetura e o urbanismo funcionalista modernista, os situacionistas se posicionavam contra o monopólio da produção do espaço urbano promovida pelos urbanistas e planejadores urbanos e eram, portanto, a favor de uma construção verdadeiramente coletiva da cidade. Segundo esse ponto de vista, não seria possível propor uma forma urbana pré-definida, tal como faziam e ainda fazem grande parte dos planejadores, que simplesmente ignoram a participação dos cidadãos. Para os situacionistas, a vida cotidiana das grandes metrópoles era demasiado repetitiva e alienada e os cidadãos/consumidores urbanos não experimentavam tudo aquilo que a cidade poderia (ou deveria) oferecer (Debord, 2003 [1961]).

Para a Internacional Situacionista, era no espaço urbano que a repressão social ocorria com maior intensidade e o urbanismo, sobretudo sob influência do funcionalismo modernista, estaria a serviço dessa repressão. Foi principalmente na Europa do pós-guerra que a construção massiva de conjuntos habitacionais modernistas se difundiu de forma mais ampla, pois as cidades europeias precisavam ser reconstruídas rapidamente, tendo em vista o enorme déficit habitacional existente em alguns países. A devastação provocada pela segunda grande guerra possibilitou então que a Carta de Atenas (1933) se tornasse uma doutrina a ser seguida em larga escala na reconstrução de inúmeras cidades. Não é por acaso que, a partir do final da década de 1940, diversos movimentos contrários

ao urbanismo modernista funcionalista surgiram, passando a criticar ferrenhamente a homogeneidade, o excesso de “racionalidade” e “funcionalidade” modernas e propondo em seu lugar a heterogeneidade, a ideia de colagem, de mistura e de diversidade, uma espécie de volta à pequena escala. Para Paola Berenstein, esse era “um apelo contra a espetacularização das cidades e um manifesto pela participação efetiva” (Berenstein, 2003, p. 30).

Uma das maiores fontes de inspiração para os arquitetos e urbanistas modernistas foi, segundo nos conta Jane Jacobs (2003 [1961]), o plano proposto pelo britânico Ebenezer Howard em 1898 para conter o crescimento de Londres e reduzir o contingente populacional aglomerado no centro daquela cidade. As chamadas cidades-jardins seriam, segundo Howard, uma solução definitiva para os problemas oriundos das grandes aglomerações urbanas, pois nelas os trabalhadores urbanos poderiam voltar a viver em contato com a natureza em pequenas formações urbanas autossuficientes evitando, dessa maneira, que elas se tornassem grandes metrópoles, descentralizando e dispersando as atividades econômicas e a população (Jacobs, 2003).¹⁷³

Nos Estados Unidos, particularmente, a influência desse modelo foi clara, sobretudo, no processo de “suburbanização” de suas maiores cidades. Diferentemente do que ocorrera anteriormente, a unidade básica do traçado urbano não era mais a rua e sim a quadra ou a superquadra. A aglomeração de pessoas nas ruas, calçadas e praças era vista como algo extremamente ruim e os bons planejadores deveriam privilegiar as noções de isolamento e privacidade, exatamente como ocorre em qualquer subúrbio estadunidense. Para Jacobs, esse é essencialmente um planejamento “anticidade”, onde a rua e a calçada são vistas como ruins para a preservação da privacidade das pessoas e onde as casas devem se voltar para dentro, evitando os “olhos da rua”. A cidade utópica proposta por Le Corbusier, a *Cidade Radieuse*, uma espécie de cidade-jardim verticalizada, não era apenas uma forma física, era também uma utopia social, cuja premissa primordial era a ideia de liberdade individual máxima. As ideias de Le Corbusier foram amplamente criticadas por diversos

¹⁷³ "Howard trouxe à baila ideias efetivas para a destruição das cidades: ele compreendeu que a melhor maneira de lidar com as funções da cidade era selecionar e separar do todo os usos simples e dar a cada um deles uma independência relativa. (...) entendia o planejamento como essencialmente paternalista, quando não autoritário. (...) Descartou particularmente a complexa e multifacetada vida cultural da metrópole (...) Ainda assim, praticamente todo o planejamento urbano moderno é uma adaptação ou um remendo desse material absurdo" (Jacobs, 2003, pp. 18-19).

teóricos das cidades, porém, aclamadas por inúmeros arquitetos e urbanistas, sendo assimiladas em muitos projetos urbanísticos nos Estados Unidos e em boa parte do Ocidente, incluindo aí o Brasil (Jacobs, 2003).¹⁷⁴

Para muitos, aliás, as cidades projetadas para o trânsito de automóveis individuais são, em sua essência, inimigas do encontro social e da experiência da vida pública. O trânsito é lido como o oposto do encontro, é “a organização do isolamento de todos”. As ruas e calçadas são então concebidas como “máquinas de circular”, que demandam um tráfego cada vez mais veloz.¹⁷⁵ A vida cotidiana das grandes cidades se converte em “monotonia”, “alienação”, “passividade”, “egoísmo”. Tal como argumentava Guy-Ernest Debord, o homem da vida cotidiana é o produto de uma história que ele não controla. Ironicamente, é ele quem faz essa história, porém, não livremente. As sociedades capitalistas/modernas, afirma Debord, tem uma tendência a atomizar os humanos em consumidores isolados, restringindo e evitando a comunicabilidade, o encontro. Nessas sociedades e, mais especificamente, nessas cidades, a vida cotidiana se converte em vida privada, onde a separação e o espetáculo reinam absolutos: “Os indivíduos isolados (geralmente isolados no âmbito da célula familiar) veem, nesse gênero de cidade, sua vida reduzida à pura trivialidade da repetição, junto com a assimilação obrigatória de um espetáculo igualmente repetitivo” (Debord, 1961 *apud* Berenstein, 2003, p. 147).

Segundo Leonardo Benevolo, o urbanismo modernista-funcionalista, cujo maior expoente foi o arquiteto e urbanista francês Le Corbusier, transformou inúmeras cidades ao redor do mundo com base no princípio de que há na cidade quatro funções prioritárias: habitar; trabalhar; cultivar o corpo e o espírito; e circular. Nas cidades modernas, as funções privilegiadas eram aquelas associadas, em primeiro lugar, às atividades

¹⁷⁴ “Ele (Le Corbusier) procurou fazer do planejamento para automóveis um elemento essencial de seu projeto, e isso era uma ideia nova e empolgante nos anos 20 e início dos anos 30. Ele traçou grandes artérias de mão única para trânsito expresso. Reduziu o número de ruas, porque ‘os cruzamentos são inimigos do tráfego’. Propôs ruas subterrâneas para veículos pesados e transporte de mercadorias, e claro, como os planejadores da Cidade-jardim, manteve os pedestres fora das ruas e dentro dos parques” (Jacobs, 2003, p. 23).

¹⁷⁵ Tal como argumentou Nicholas R. Fyfe, ao fazer das ruas e calçadas “máquinas de circular”, Le Corbusier e os urbanistas modernistas transformaram a natureza de um dos espaços mais vibrantes das cidades, em se tratando da vitalidade social e cultural: “*Streets are the terrain of social encounters and political protest, sites of domination and resistance, places of pleasure and anxiety. (...) For modernists the street is a space ‘from which to get from A to B, rather than a place to live in’, displacing the street ‘from lifeworld to system’, (Lash and Friedmann, 1992:10)*” (*apud* Fyfe, 2003, p. 1).

produtivas, com destaque para o setor terciário, especialmente o comércio e a circulação. O espaço residencial, onde as pessoas residiam e passavam parte significativa do seu tempo, se transformou em um dos elementos mais importantes das cidades; junto aos espaços residenciais se encontram também os equipamentos fornecedores dos serviços urbanos mais básicos, que funcionavam como prolongamentos da função residencial. As atividades produtivas como a agricultura, a indústria e o comércio eram vistos como setores igualmente importantes compondo diferentes espaços, respectivamente, a empresa agrícola espalhada por todo o território, a cidade linear industrial e a cidade radiocêntrica das trocas. Para as atividades recreativas foram criados diversos espaços livres e abertos que eram distribuídos esparsamente pelo território da cidade, a exemplo das zonas verdes para realização de jogos e esportes localizadas nas proximidades dos espaços residenciais; dos parques que atendiam às populações dos bairros; dos parques que atendiam à demanda de toda a cidade; as grandes zonas verdes protegidas no território (parques regionais e nacionais). No que se refere à circulação, há uma separação que diferencia os meios de transporte segundo fluxos de diferentes naturezas e ordens de importância: a antiga rua-corredor, que misturava pessoas e veículos em uma mesma via foi substituída por sistemas diferenciados para pedestres, bicicletas, veículos lentos e veículos velozes. “A cidade se torna um parque aparelhado para as várias funções da vida urbana” (Benevolo, 1983, p. 631).¹⁷⁶

Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e no Brasil, a constituição das grandes metrópoles modernas foi um processo longo e dramático, cujo resultado fora aclamado por uns e amplamente criticado por outros. O fato é que, segundo a bibliografia, em praticamente todas as cidades, os projetos de (re)urbanização foram e, em grande medida, continuam sendo "anticidade". Ao privilegiar a separação de usos dos espaços, o urbanismo e o planejamento urbano ignoraram a indispensável interação que deveria existir entre eles. No lugar da vitalidade dos espaços e funções mistas, preferiu-se adotar espaços homogêneos e monótonos que tornaram a vida cotidiana das grandes cidades repetitiva e pouco rica em possibilidades. Não obstante, não foram poucos os movimentos

¹⁷⁶ “Esta nova estrutura pretende superar o antigo dualismo entre cidade e campo, e seu corolário mais recente, isto é, a apropriação privada do território urbano, para daí tirar uma fonte de renda. Desde o início, os arquitetos modernos criticam a combinação entre interesse público e propriedade particular que já se encontra na base da cidade burguesa, e indicam a alternativa a alcançar: a reconquista do controle público sobre todo o espaço da cidade” (Benevolo, 1983, p. 631).

que, principalmente após a década de 1950, se posicionaram contrariamente a essa forma "monolítica" de conceber cidades.

Nos Estados Unidos, particularmente, conforme argumenta David Harvey (2003), a expressão maior do fracasso do ideário da arquitetura e do urbanismo modernistas ocorreu em 1972, quando o conjunto habitacional Pruitt-Igoe foi inteiramente demolido em Saint Louis, no Estado do Missouri. Com o objetivo de erradicar, tal como ocorrera e ocorre no Brasil, as habitações insalubres da população negra e pobre que vivia nas áreas centrais da cidade, a administração pública achou "conveniente" remover toda essa população e realocá-la em um conjunto habitacional que foi construído segundo os ideais modernistas. Em função de uma série de problemas como o isolamento do local em relação ao centro da cidade, a segregação socioespacial, a falta de manutenção e de ajuda assistencial aos mais pobres, entre muitos outros, cerca de 20 anos depois de sua construção o conjunto habitacional já se encontrava em avançado estágio de degradação, o que acabou estigmatizando o bairro negativamente, levando boa parte de sua população a abandoná-lo. Em 1972, já quase sem moradores, o conjunto habitacional foi inteiramente demolido, segundo David Harvey, afundando de vez o movimento modernista na arquitetura e no urbanismo e abrindo o caminho para novas possibilidades (Harvey, 2003).

Capítulo II

**Os espaços públicos nas
cidades contemporâneas:
uma (re)visão**

1 - Introdução

A década de 1990 é um importante marco para os estudos que contemplam o tema dos espaços públicos. Foi a partir desse momento que, conforme dito anteriormente, o interesse de intelectuais e teóricos de todo o mundo por essa temática se intensificou mais claramente: houve um aumento exponencial no número de pesquisas que tem os espaços públicos como tema central de reflexão em diversas disciplinas acadêmicas.¹⁷⁷ Apesar de numerosos, porém, parte significativa desses estudos aparece revestida por uma leitura relativamente pessimista quanto ao presente e ao futuro dos espaços públicos em diversas cidades do mundo.¹⁷⁸ Em outras palavras, não são poucos os autores que, no contexto atual, fazem apelo direto ou indireto às ideias de “regressão”, “decadência” e “crise” para descrever a situação dos espaços públicos nas cidades contemporâneas e/ou pós-modernas que, na bibliografia internacional, ficou conhecida como a tese do fim dos espaços públicos (*the end of public spaces thesis*) (Davis, [1990] 1993; Sorkin, 1992; Zukin, 1995; Light & Smith, 1998; Caldeira, 2000; Mitchell, 2003; Kohn, 2004; Low & Smith, 2006; Serpa, 2007; Staeheli & Mitchell, 2008; Zukin, 2010).

Uma variada gama de fenômenos, segundo nos conta a bibliografia, justificaria essa tendência, que é vista como correlata de transformações mais amplas e que ocorrem em escala global, associadas geralmente ao advento da pós-modernidade (Lyotard, [1989] 1993) e das cidades pós-modernas (Harvey, [1989] 2003; Soja, [1989] 1993; Dear,

¹⁷⁷ “The degree of intensity of research after 1990 can be measured in the exponential growth of published work on public space. There was only a smattering of studies of public space in the geographical literature before 1990” (Mitchell, 2016, p. 3).

¹⁷⁸ “There is today a widespread feeling that the public sphere is in decline, that rational debate and criticism of the state have deteriorated or disappeared altogether. Explanations vary. The gloomiest might contend that the public has discovered the inefficacy of rational criticism in an age when sensational violence is an effective and perhaps even ‘legitimate means of communication between the people and their governors. Other blame identity politics and fragmentation of the public into interest groups and lifestyle enclaves. Additional explanations are the retreat of intellectuals into secure university appointments, consolidation of newspaper empires, television’s antirational visual culture, and perfection of spin control by corporations and the state. Another explanation, directly relevant to this volume, is the disappearance of the places and ‘institutions of sociability’ where ‘private individuals gathered to use their reason and form civil society’. As Christopher Lasch stated it, ‘civil life requires settings in which people meet as equals’, it requires places that ‘encourage conversation, the essence of civic life’” (*apud* Light and Smith, 1998, pp. 2-3).

2000).¹⁷⁹ Segundo esse argumento, as novas formas de segregação urbana surgem como verdadeiras aniquiladoras da esfera pública e, portanto, dos espaços públicos. Na visão desses autores, os espaços públicos são ameaçados por um conjunto de forças e eventos que incluem, entre outras coisas: cortes nos orçamentos públicos; a violência nas grandes cidades; leis e políticas públicas que restringem a liberdade; o crescimento da privatização e da gestão privada desses espaços (Madden, 2010; Mitchell, 2016).

No presente capítulo propomos, pois, uma revisão bibliográfica sobre o tema dos espaços públicos nas últimas três décadas (1989-2019). A revisão bibliográfica em tela não se propõe a ser uma revisão exaustiva sobre o tema dos espaços públicos., trata-se de um panorama geral da literatura encontrada, com foco nos periódicos de língua inglesa e com subtemas e exemplos selecionados com base na discussão proposta pela tese e em meu interesse pessoal. A partir de subtemas selecionados na literatura especializada, comentamos a obra de alguns dos principais autores que refletiram sobre essa temática através exemplos retirados de diversas cidades do mundo. Ao final do capítulo, esperamos oferecer ao leitor novas possibilidades interpretativas acerca da importância dos espaços públicos para a existência de sociedades republicanas e democráticas no mundo contemporâneo. Optamos por estruturar este capítulo em diversos tópicos norteadores que, de forma alguma, pretendem esgotar os assuntos ou propor respostas definitivas aos debates.

2 - Os espaços públicos nas metrópoles pós-modernas: a tese do fim dos espaços públicos

É relativamente comum entre intelectuais e teóricos das mais diversas filiações político-ideológicas e matizes epistemológicos, teóricos e metodológicos associar o conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais ocorridas após a década de 1970 no mundo ocidental ao advento da pós-modernidade. Conforme o argumento defendido pelo filósofo francês François Lyotard (1989), o esforço intelectual do chamado “projeto” da modernidade que, segundo a historiografia tradicional do Ocidente, teve início no século XVII, teria entrado em colapso e um novo ciclo teria se iniciado. A condição pós-

¹⁷⁹ Os anos entre colchetes representam a data original da primeira edição publicada e os anos entre parênteses remetem às edições referenciadas.

moderna, nos diz Lyotard, é um fenômeno multifacetado, cujas reais delimitações e implicações são ainda controversas, imprecisas e imprevisíveis (Lyotard, [1989] 1993).

Para os geógrafos David Harvey, Edward Soja e Michael Dear, todavia, são nas grandes cidades do mundo ocidental que os sintomas da pós-modernidade parecem mais flagrantes. Na arquitetura e no urbanismo, por exemplo, fala-se muito em pós-modernismo, ou seja, a superação do modelo racionalista/funcionalista característico do urbanismo modernista, que considerava que o planejamento das cidades deveria se centrar no desenvolvimento de planos urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e onde a justificativa para o desenho urbano era baseada principalmente em seu desempenho funcional. Em oposição ao urbanismo modernista, o pós-modernismo nega o universalismo e a generalização (Jacobs, [1961] 2003). Para os arquitetos e urbanistas pós-modernistas a cidade é, obrigatoriamente, um espaço fragmentado, um "palimpsesto" de formas passadas sobrepostas umas às outras, isto é, uma "colagem". Para eles, portanto, é impossível produzir ou transformar a cidade a não ser aos pedaços, valorizando as tradições e as histórias locais (ver Harvey, 2003; Soja 1993; Dear, 2000).

Este "novo" urbanismo, afirma Mike Davis (1993), tem transformado radicalmente diversas cidades ao redor do mundo, mas são nas grandes metrópoles dos Estados Unidos que seus efeitos são mais evidentes. Nesse sentido, a cidade de Los Angeles é paradigmática. Ela é apontada por muitos como o exemplo mais emblemático do que se poderia chamar hoje de cidade pós-moderna, tornando-se, por esse motivo, o principal alvo das críticas que são dirigidas a este "novo" modelo de cidade (ver Soja, 1993; Dear, 2000; Davis, 1993). Primeiramente, faz-se alusão à sua excessiva fragmentação socioespacial (formação de enclaves étnicos ou mesmo a proliferação de condomínios fechados) e, em segundo lugar, decreta-se a "decadência", a "regressão" e a "crise" dos seus mais tradicionais espaços públicos, um impulso que é percebido como sendo altamente "anticidade" (Davis, 1993).¹⁸⁰

¹⁸⁰ O quarto capítulo do influente livro de Mike Davis *City of Quartz: excavating the future in Los Angeles* [1990] é aberto com um sugestivo tópico intitulado "A destruição do espaço público" (Davis, 1993, p. 207). Para um ponto de vista diferente sobre a situação dos espaços públicos de Los Angeles, ver Crawford (1995) e Davidson & Entrikin (2005).

O modelo de Los Angeles, conforme destacam vários autores, não é mais exclusivo e está presente em todos os cantos do mundo capitalista pós-industrial (Del Rio, 1997; Erkan, 2007; Collins, 2000).¹⁸¹ A fragmentação do tecido urbano, característica essencial da difundida ideia de uma cidade pós-moderna, tem na segregação socioespacial uma de suas expressões mais notáveis (Harvey, 2003; Soja 1993; Dear, 2000). Nesta cidade-mosaico, afirmam alguns, os espaços públicos perderam parte de suas características essenciais: espaços de copresença das diferenças e da diversidade; de discussão e deliberação do bem comum e/ou público; do exercício cotidiano da cortesia, da civilidade, da polidez, da urbanidade, do cosmopolitismo, da cidadania, da sociabilidade pública e, portanto, da democracia, e foram substituídos por espaços que privilegiam a homogeneidade social e a cultura do consumo, como *shopping centers*, parques temáticos, loteamentos e condomínios fechados, centros empresariais e comerciais etc. (Davis, 1993; Sorkin, 1992).¹⁸²

É esta nova condição urbana (pós-moderna) que o arquiteto e urbanista norte-americano Michael Sorkin descreve no influente livro por ele editado intitulado *Variations on a Theme Park: the new american city and the end of public space* (1992) que, em alguma medida, deu a tônica deste debate após a década de 1990 (Madden, 2010; Mitchell, 2016).¹⁸³ Não é por acaso que a maior parte das reflexões propostas no livro de Michael

¹⁸¹ "Today, we find ourselves immersed again in radical change. The question is, what kind of space will be created? Industry is gone, riverfront properties lie vacant and once again we are deciding the relative value of the public realm. The technological purpose for the land has passed but the economic needs are more pressing than ever. Can we view these properties in the context of a preindustrial legacy of public access and natural value? Can we integrate economic benefit with public use and ecosystem function? Will we continue to accept the dichotomy of wilderness or zoo as the primary 'spaces' of natural experience? Or is there something new to consider at the place where the land meets the river and the soot of industry continues to stain the soil?" (Collins, 2000, p. 462).

¹⁸² "In many versions of the end of public space argument, the central issue is exclusion" (Madden, 2010, p. 189). (Em tradução livre): "Em muitas versões do argumento do fim do espaço público, a questão central é a exclusão" (Madden, 2010, p. 189).

¹⁸³ "However, two books were published at the outset of the 1990s that catalyzed new, sharply critical, and eventually wide-ranging research on the role of public space in making more or less just cities: Mike Davis's *City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles* (1990) and Michael Sorkin's edited *Variations on a Theme Park: The New American City and the End of Public Space* (1992)" (Mitchell, 2016, p. 2). (Em tradução livre): "Todavia, dois livros foram publicados no início da década de 1990, que catalisaram novas pesquisas sobre o papel do espaço público na construção de cidades mais ou menos justas: *Cidade de Quartz: escavando o futuro em Los Angeles* (1990) de Mike Davis e *Variações Sobre um Parque Temático: a nova cidade americana e o fim do espaço público* (1992) editado por Michael Sorkin" (Mitchell, 2016, p. 2).

Sorkin acerca da dinâmica dos espaços públicos nas grandes cidades estadunidenses seja dominada pelas ideias de “regressão”, “decadência” e “crise” (ver Leorke, 2015).¹⁸⁴ Para praticamente todos os autores que contribuíram com o livro, os espaços públicos da contemporaneidade estão perdendo sua importância lentamente ou, para os mais pessimistas, praticamente desapareceram, constituindo a assim chamada *tese do fim dos espaços públicos* (Sorkin, 1992).¹⁸⁵ Ainda na introdução de seu livro, nos diz Sorkin:

“The familiar spaces of traditional cities, the streets and squares, courtyards and parks, are our great scenes of the civic, visible and accessible, our binding agents. By describing the alternative, this book pleads for a return to a more authentic urbanity, a city based on physical proximity and free movement and a sense that the city is our best expression of a desire for collectivity. (...) The privatized city of bits is a lie, simulating its connections, obliterating the power of its citizens either to act alone or to act together” (Sorkin, 1992, p. vx).¹⁸⁶

Para Margaret Crawford (1992, pp. 3-30), o advento dos *shoppings centers* criou nas cidades estadunidenses aquilo que ela chamou de uma nova paisagem de consumo (*new landscape of consumption*), caracterizada fundamentalmente pela homogeneidade das relações sociais. Christine Boyer (1992, pp. 181-204), fala das assim chamadas cidades à venda (*cities for sale*), isto é, a generalização do processo de privatização e mercantilização dos espaços públicos nas cidades norte-americanas. Ambas as autoras fazem uma crítica à multiplicação de espaços comuns privados concebidos para o entretenimento e o lazer de consumo, espaços esses que estariam substituindo os espaços públicos tradicionais das cidades estadunidenses enquanto lugares fundamentais para o exercício da urbanidade, da cidadania, da sociabilidade urbana etc.

¹⁸⁴ “In the early 1990s, Sorkin’s edited collection *Variations on a Theme Park* examined how ‘a new kind of urbanism’ had begun to emerge in the late 20th century. New communication technologies and corporatized megamalls and shopping complexes, the book argues, are rapidly replacing and eradicating ‘traditional public space’” (Leorke, 2015, p. 99).

¹⁸⁵ Para um breve histórico da tese do fim dos espaços públicos, ver (Madden, 2010; Mitchell, 2016).

¹⁸⁶ (Em tradução livre): “Os espaços familiares das cidades tradicionais, as ruas e praças, pátios e parques, são nossas grandes cenas daquilo que é cívico, visível e acessível, nossos agentes de ligação. Descrivendo a alternativa, este livro defende o retorno a uma urbanidade mais autêntica, uma cidade baseada na proximidade física e livre circulação e no senso de que a cidade é nossa melhor expressão de um desejo de coletividade. (...) A cidade privatizada (dos bits) é uma mentira, simulando suas conexões, obliterando o poder de seus cidadãos de agir sozinhos ou de agir juntos” (Sorkin, 1992, p. vx).

Langdon Winner (1992, pp. 31-60) afirma que o Vale do Silício, na Califórnia, é um exemplo notável da sociedade pós-industrial, um novo urbanismo californiano, um vasto subúrbio caracterizado pela inexistência de uma grande e unificada área central, onde a fragmentação origina aquilo que ele chamou de uma cultura dividida (*divided culture*). Em sentido próximo, argumenta Trevor Boddy (1992, pp. 123-153), os novos sistemas de circulação de pedestres característicos de algumas cidades norte-americanas, que são fechados e separados de outros espaços públicos, representam uma verdadeira simulação da urbanidade (*simulation of urbanity*), onde se busca claramente uma separação de públicos, ou melhor, de classes na cidade, trata-se do que ele chamou de uma cidade análoga (*analogous city*). Para esses dois autores, as cidades pós-modernas são, em sua essência, fragmentadas em termos de classe. Nessas cidades, os espaços públicos perdem a capacidade de integração de públicos diversos e se transformam em meras simulações.

Já Neil Smith (1992, pp. 61-93) concebe o processo de gentrificação (*gentrification*) das proximidades de um parque em New York como uma clara expressão da luta de classes naquela cidade. Para ele, as cidades e seus espaços públicos tornaram-se violentas fronteiras para a acumulação de capital, um processo global de reestruturação político-econômica e de mercantilização dos espaços urbanos e públicos, um fenômeno visto como característico da virada do século (neoliberalismo). Em seu capítulo, Mike Davis (1992, pp. 154-171) descreve o processo de militarização da cidade de Los Angeles, marcada por uma forte polarização social: “*The universal consequence of the crusade to secure the city is the destruction of any truly democratic urban space* (p. 155) (...) *Inexorably, Los Angeles moves to extinguish its last real public spaces*” (p. 180).¹⁸⁷ Ambos os autores associam a substituição dos espaços públicos tradicionais por espaços voltados para o consumo das classes médias e altas à sua eminente “destruição”, fenômeno esse visto como um sintoma do aprofundamento, da demarcação, da separação e da luta de classes sociais nas cidades contemporâneas.

Para Edward Soja (1992, pp. 94-122), as cidades pós-fordistas da acumulação flexível são aquilo que ele chamou de uma *exopolis*, em que tudo parece ser um grande parque

¹⁸⁷ (Em tradução livre): “*A consequência universal da cruzada para tornar a cidade segura é a destruição de qualquer espaço urbano verdadeiramente democrático* (p. 155) (...) *Inexoravelmente, Los Angeles se move para extinguir seus últimos espaços públicos reais*” (Davis, 1992, p. 180).

temático, onde os espaços públicos são simulações de uma cidade idealizada, isto é, uma simulação (*hypersimulation*) dos espaços urbanos. Em sentido próximo, Michael Sorkin (1992, pp. 205-232) encerra o livro com um sugestivo capítulo intitulado *Vejo Vocês na Disneylândia* (*See you in Disneyland*), no qual ele afirma que caminhar pelos espaços públicos (ou semi-públicos) de algumas cidades dos EUA é o mesmo que adentrar um gigantesco parque temático, onde todas as formas urbanas são produzidas, geridas e controladas para facilitar o ato de consumo: “*Disney invokes an urbanism without producing a city. Rather, it produces a kind of aura-stripped hypercity, a city with billions of citizens (all who would consume) but no residents*” (p. 231).¹⁸⁸

3 - A privatização dos espaços públicos e a multiplicação dos espaços de entretenimento, lazer e consumo privados

As ideias de *publicidade* e *privacidade* possuem várias acepções. Na maioria dos trabalhos, porém, podemos dizer que a noção de público está associada às seguintes características: 1) vinculada ao Estado; 2) acessível a todos; 3) do interesse de todos e 4) relativo ao bem comum. Já a ideia de privado se vincula à: 1) pertencente à propriedade privada e 2) referente à vida íntima, pessoal, particular, individual ou doméstica. Quando nos referirmos a essas duas categorias fundamentais (público e privado) utilizamos como referência os significados acima expostos (ver Fraser, 1990).

Conforme destacado por Margaret Kohn, em seu livro *New Neighborhoods: the privatization of public space* (2004), há nas cidades contemporâneas uma contínua propagação de espaços de entretenimento, lazer e consumo privados como *shoppings centers* e parques temáticos, onde uma ideologia de privatização e uma cultura consumista teriam reduzido a figura do cidadão à de um mero consumidor (*consumerist citizenship*).¹⁸⁹ Para Sylke Nissem (2008), a proliferação e popularização dos chamados

¹⁸⁸ (Em tradução livre): “*A Disney invoca um urbanismo sem produzir uma cidade. Em vez disso, ela produz uma espécie de hiperidade sem aura, uma cidade com bilhões de cidadãos (todos que consumiriam), mas não residentes*” (Sorkin, 1992, p. 231).

¹⁸⁹ “*In this book I argue that public life is undermined by the growing phenomenon of private government. Gated communities proliferate in the suburbs and Business Improvement Districts—now numbering over one thousand in the United States alone— create privileged zones within the city. Furthermore, the suburban shopping mall, a private alternative to the marketplace and the town square, has been so successful that it has become the model for retail development in city centers. This book considers how*

espaços quase-públicos, pseudo-espaços públicos ou, conforme prefere a autora, espaços de caráter híbrido (*spaces of hybrid character*),¹⁹⁰ que são espaços de uso comum mas que possuem estatutos jurídicos privados, consolidaria uma tendência de substituição de formas de interações sociais plurais e heterogêneas (espaços públicos), por formas de relações sociais segmentadas e homogêneas (espaços privados), tendência essa que pode

these changes affect democratic politics. It asks what can be done to protect and revitalize public space” (Kohn, 2004, p. 2).

¹⁹⁰ *“Having roughly clarified the meaning of public and private spaces that this article works with, I shall now compile empirical evidence for structural changes in the classification of public and private spaces. Therefore, I shall concentrate on the built environment and look for signs that mark a diffusion of hybrid spaces in the city. These spaces are characterized by the partial or complete transfer of state or local rights to private or commercial actors as well as by the reduction or even loss of public control. The emergence of hybrid spaces is a global phenomenon that has to varying degrees spreads across continents. The following overview of these developments is geared to those urban sub-spaces that are the subject of most considerations in the privatization discourse and that mainly refer to the built environment in cities on both sides of the Atlantic: streets, parks and plazas, train stations and shopping centers, business improvement districts, and residential spaces. I assume that this regional concentration can be associated with the political logic in democratic systems that I discuss further below”* (Nisseem, 2008, p. 1131).

ser observada em diversas cidades de todo o mundo (ver Byers, 1998;¹⁹¹ Abaza, 2001;¹⁹² Voyce, 2006;¹⁹³ Oguz & Cakci, 2010,¹⁹⁴ entre outros).

Segundo Xuefan Zhang (2017), os espaços de consumo de massa privados (*mass private property*), que em tese são abertos a todos, mas que na prática são especialmente concebidos para satisfazerem os interesses daqueles que efetivamente tem poder de consumo, sendo, por esse motivo, excludentes daqueles que não podem comprar, acentuam o processo de privatização da vida pública e de exclusão de determinados “públicos” da arena “pública”.¹⁹⁵ Na era do espetáculo, argumenta Margaret Kohn (2008)

¹⁹¹ “In North America, the most insidious re-creation of public space in the urban environment is a growing collection of so-called grade-separated cities. In such cities, vitality of street level (the ground plane or at-grade in planning parlance) is challenged by maze-like networks of second-level skyways and underground pedestrian tunnels. Unlike city streets and sidewalks, most spaces used by the general public within grade-separated systems are not publicly owned or operated. Most skyways tunnels, and their connecting concourses are subject to the rules and regulations of private business and industry. The typical freedoms and rights that are guaranteed, accepted, and enjoyed (though usually without conscious recognition) are not protect Freedom of speech, freedom to congregate, and a host of other legal rights are curtailed. In addition, a bevy of cultural expressions is actively discouraged” (Byers, 1998, p. 189).

¹⁹² “There has been a reshaping of public space to merge shopping with leisure (movie houses, billiard rooms, discotheques, ice-skating rinks). These spaces often include modern offices housing a large stratum of professionals daily. A new lifestyle in forms of dress, and the phenomenon of carrying mobile phones, has change perception of public space. Architecture was noticeably transformed, and hybrid styles and fusions between, say, ‘oriental’ ‘Islamic’ or ‘Asian’ and modern Western architecture became fashionable” (Abaza, 2001, p. 107).

¹⁹³ “In the Hornsby CBD we are seeing a change of public space and a change of citizenship. By citizenship I do not mean a person’s right, as a member of the state where ‘membership’ is given or claimed through belonging to a national territory. Rather, citizenship is seen as ‘a set of practices (juridical, political economic and cultural) which define a person as competent member of society and which as a consequence define the flow of resources to a person’ (Turner, 1993). Public space/citizenship notions are converging into one discourse, that shopping areas are reserved for shoppers only and that consumption is the basis of citizenship. This new form of identity is not linked to the idea of belonging to a particular place but is based upon the ability to buy consumer goods” (Voyce, 2006, p. 282).

¹⁹⁴ “Public spaces are a very important part of the leisure experience of an individual. The opportunities offered in these places have an effect on leisure preferences. It is obvious that people have been adapting lifestyles based on more consumption, and as a result leisure and recreational activities have become commodities which can be bought, sold or consumed as mentioned above. Therefore, spending time in shopping malls has become an important aspect of leisure behaviour. But are shopping malls really public spaces? This is a controversial issue for many. Although, they are used by the public, they are privately owned and managed. Moreover, every move of the visitors is monitored and recorded by the cameras almost everywhere even though people are not aware of it. The fact that shopping malls influence people to consume more also needs to be questioned, especially, when recent the economic crisis that shook the whole world is considered” (Oguz e Cakci, 2010, p. 728).

¹⁹⁵ “Scholars have called these properties ‘mass private property’ (MPP), suggesting a new form of urban space: the private properties that are open to the ‘mass’ (Reiner, 2010; Shearing and Johnston, 2013;

baseada nas ideias do francês Guy Debord, o cidadão é convertido em um *homo spectator*, um agente passivo na transformação e na vivência das cidades.¹⁹⁶ Segundo Kohn, a lógica do espetáculo colonizou os espaços públicos de tal modo que seria praticamente impossível pensar em uma alternativa em curto prazo de tempo. Em suas palavras: “We should not simply call for more public space but rather consider how to create spaces that promote reciprocity and intersubjectivity” (Kohn, 2008, p. 482).¹⁹⁷

Alega-se que a concepção clássica da noção de “público” do início da Idade Moderna perdeu o seu sentido, isto é, estaríamos diante de uma verdadeira “crise” da esfera pública e dos espaços públicos. Nesse sentido, afirma Margaret Kohn (2004) através do exemplo dos EUA, quando perdemos os espaços públicos perdemos a democracia. Quando os estadunidenses criam espaços “fechados”, “higienizados” e “seguros” eles acabam inibindo os aspectos potencialmente transformadores da prática democrática e, em seu lugar, prospera uma civilidade que é voltada especificamente para a formação de consumidores e para a inibição da desordem pública (Ranasinghe, 2011).¹⁹⁸ Uma opinião divergente a essas pode ser encontrada, por exemplo, no trabalho do geógrafo Adam Tyndall (2010) sobre a “vida pública” de um shopping em Sydney, na Austrália. Para esse último autor, apesar dos shoppings serem espaços legalmente privados, quando seu acesso é de fato público, ou seja, acessível realmente a todos os grupos e indivíduos, a publicidade que dele emana tende a ser no mínimo próxima àquela que emana dos espaços públicos mais tradicionais como as praças e ruas, por exemplo (Tyndall, 2010).¹⁹⁹

Shearing and Stenning, 1981). This space blurs the traditional ownership-based boundary. When consumerist private properties masquerade as public space, the norms of public space and the rights of private owners appear to be in tension with one another” (apud Zhang, 2017, p. 2).

¹⁹⁶ “The problem is that the logic of the spectacle has colonized public space so completely that it becomes difficult to even imagine an alternative. (p. 480) (...) We should not simply call for more public space but rather consider how to create spaces that promote reciprocity and intersubjectivity” (Kohn, 2008, p. 482).

¹⁹⁷ (Em tradução livre): “Não devemos simplesmente pedir mais espaço público, mas considerar como criar espaços que promovam a reciprocidade e a intersubjetividade” (Kohn, 2008, p. 482).

¹⁹⁸ “By public disorder, I refer to behaviour such as panhandling, squeegeeing, loitering or public drinking and drunkenness, in the manner described in the ‘broken windows’ theory—behaviour which is public and visible and poses a variety of concerns to the public at large, primarily because it signals the erosion of civility, and safety, as a result, is precarious” (Ranasinghe, 2011, p. 1926).

¹⁹⁹ “Rather than a totalising environment of consumption this research has revealed a public culture which is constituted by the complex and at times contradictory relationship people have with place. What is uncovered is space which periodically attracts some and repels others; a place associated with safety and

Segundo o argumento de Steven Lang e Julia Rothenberg (2016), como se não bastasse a proliferação de espaços de consumo privados “disfarçados” de espaços públicos, em muitos casos, os projetos de concepção e reurbanização de espaços públicos tradicionais como parques e praças se encontram “colonizados”, prioritariamente, por interesses econômicos, ou seja, pela maximização das possibilidades de consumo de seus utilizadores, especialmente das classes médias e altas: aquilo que os autores chamam de um urbanismo neoliberal, baseados no exemplo de um parque em Nova York.²⁰⁰ Para diversos autores, a proliferação de espaços comuns privados, como no caso dos shoppings²⁰¹ e parques temáticos,²⁰² tem impossibilitado aos cidadãos conviver com a

security but one which is simultaneously a place of conflict and uncertainty; a place where one's relationship with security personnel is not fixed but variable; and a place which is apolitical but nonetheless one which invokes concern among users about the impact this space and places like it are having on culture and community in their city. However, beyond the banal conclusion that space – and people's relationship with it – is complex and should always be referred to as thus, what is the implication of this reading of the mall for our notions of publicness and public space?” (Tyndall, 2010, p. 133).

²⁰⁰ *“The notion that parks and public spaces can in many cases increase property values has become a guiding mantra for many city planning officials and park advocates. Critics, however, argue that the economic priorities of developers are inherently incompatible with the non-economic, social, and community value of parks and other public spaces. In the case of the High Line, as a result of the discourse of non-economic community benefits cynically deployed by pro-growth coalitions, the distinction between economic and social priorities has become blurred. Several academic studies and popular accounts have argued that the High Line was the result of a grass roots community initiative that has been co-opted and appropriated by the neoliberal growth machine (Brenner, 2013; Loughran, 2014)” (apud Lang and Julia Rothenberg, 2016, p. 11).*

²⁰¹ Em reportagem do portal de notícias online BBC Brasil, pergunta-se o jornal: “Os *shoppings centers* estão fadados a sumir do mapa americano?” A resposta parece indicar que sim, pois o número de “shoppings fantasmas” nos EUA têm crescido gradativamente a cada ano em diversas cidades e subúrbios desse país: “A crise econômica em várias regiões, principalmente no Meio-Oeste, combinada com uma acelerada ascensão das compras pela internet e com novos modelos de centros urbanos de comércio, empurrou o então aparentemente imbatível shopping center americano para a decadência” (22/12/2014).

Disponível para consulta em:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141219_vert_cul_fim_shopping

Na América Latina, na Ásia e no Oriente Médio, segundo o mesmo portal, a tendência é que o setor dos *shoppings* ainda cresça por vários anos, diferentemente do que tem ocorrido nos EUA: “A *questão da ‘morte dos shoppings’* nos Estados Unidos é recorrente na imprensa local. Dezenas de centros comerciais fecharam as portas na última década, e estima-se que um quarto dos 1,1 mil ‘malls’ existentes no país podem ser extintos nos próximos anos” (10/12/2017). Disponível para consulta em:

<http://www.bbc.com/portuguese/geral-42245404>

²⁰² *“Perhaps this is because Americans do not, for the most part, enter public spaces in pursuit of private ends – not as collective authors of history, but as individual's authors of private lives. (...) American public spaces are designed to serve ‘the public as an aggregate of individuals. These spaces grant the individual access to commodities, experiences, or knowledge of nature and history, but they seldom encourage strangers to approach one another. (...) Most Americans today seem to view public space as a source of entertainment, not as a site of civic duty, political ferment, or social education. They consequently evaluate public spaces against other forms of experience manufactured by the entertainment industry, such as*

transformação, a diversidade e a renovação de públicos realmente diversos, ver (Hopkins, 1990;²⁰³ Goss, 1993 e 1999,²⁰⁴ entre outros).²⁰⁵

Em um estudo sobre as múltiplas formas de interações sociais que ocorrem nos shoppings e em diferentes espaços de consumo de cidades do Reino Unido, Sophie Watson (2009) demonstra como há uma enorme dificuldade por parte dos autores que refletem sobre o tema dos espaços públicos em reconhecer a dimensão “pública” de alguns desses espaços, vistos majoritariamente como meros espaços de consumo. Segundo Watson, o seu estudo de caráter etnográfico em shoppings e mercados do Reino Unido revelou que - ao contrário do argumento generalizado na bibliografia especializada de que os shoppings não podem ser considerados espaços públicos -, em muitos casos, ou melhor, na maior parte dos casos por ela estudados, que esses espaços de consumo funcionavam como importantes espaços de sociabilidade que reuniam públicos, em alguns casos, tão ou mais diversos que muitos espaços públicos tradicionais. Para Sarah Basso (2018), por exemplo, os espaços de consumo e venda de alimentos, a exemplo dos restaurantes, praças de alimentação, tabernas, lanchonetes, mercados etc, apesar de não serem construídos com propósitos diretamente associados à vida pública, na maior parte dos casos, são utilizados como autênticos espaços públicos (Basso, 2018).²⁰⁶ Mesmo assim, argumenta Sophie

movies, television, or the World Wide Web. (...) This has given rise to a galaxy of new semipublic spaces based on shopping and entertainment – the malls, boutiques, festival sites, art centers, cultural districts, heritage zones, entertainment complexes, and sports arenas that are such conspicuous components of the entrepreneurial city” (Light and Smith, 1998, pp. 4-6).

²⁰³ A “paisagem da simulação” presente nos shoppings tem por objetivo, segundo o autor, naturalizar o ato de consumir, ou seja, torná-lo um ato prazeroso e comum na vida das pessoas: *“the success or failure of elsewhere as a spatial strategy depends on exchange and transfer of meanings between patrons and the metonymical and placial icons, a process of iconization or signification requiring co-operation” (Hopkins, 1990, p. 10)*

²⁰⁴ *“The idealized public street is a relatively democratic space with all citizens enjoying access, with participatory entertainment and opportunities for social mixing, and the shopping center re-presents a similarly liberal vision of consumption, in which credit-card citizenship allows all to buy an identity and vicariously experience preferred lifestyles, without principles of exclusion based on accumulated wealth or cultural capital” (Zukin, 1990, p. 41, apud Goss, 1993, p. 26).*

²⁰⁵ *“In this enchanted world, consumption literally creates a world of fairy tale, and we will all live happily ever after” (Goss, 1999, p. 67).*

²⁰⁶ *“We need to consider the food system as a ‘device’ to rethink collective spaces in ways that are innovative and different from the well-known ‘urban gardens’. Food can be recognized as an opportunity to rediscover the value of public space in cities and to start positive processes for the reactivation and regeneration of larger urban areas” (Basso, 2018, p. 111).*

Watson (2009), os espaços de consumo são completamente negligenciados pelos autores que tratam do tema dos espaços públicos, geralmente, antes mesmo que se possa comprovar empiricamente a veracidade dessas hipóteses dedutivas amplamente difundidas (ver Watson, 2009).²⁰⁷

Para a maior parte dos autores aqui comentados estamos, porém, literalmente, “construindo paredes” entre nós mesmos, que impactam diretamente a vida pública e democrática de nossas cidades. A proliferação de espaços comuns privatizados, na opinião de muitos autores, jamais poderá substituir plenamente o dinamismo das ruas e praças: vivas, cosmopolitas, heterogêneas e realmente públicas. Esses espaços seletivos, a exemplo dos shoppings e de tantos outros, são orientados para o consumo e não para a plena sociabilidade, a urbanidade, a cidadania etc. Eles representariam, segundo esse argumento, a materialização da aspiração, por parte das classes médias e das elites, de um estilo de vida isolado, baseado na "evitação" do contato com indivíduos e grupos diversos que vivem (e convivem) nas cosmopolitas e transculturais metrópoles contemporâneas.

4 - As consequências da produção e da gestão privadas dos espaços públicos para a vida pública

Segundo Stephen Schmidt (2004), em diversas cidades do mundo contemporâneo e, mais especificamente nos EUA e em alguns países da Europa, tem crescido o número de espaços públicos tradicionais como praças, parques, calçadas etc. que são produzidos e geridos por agentes e instituições privadas. Fenômeno esse que se traduz, segundo o autor, em graves consequências para a vida pública dessas cidades. Para Schmidt, o principal problema da produção e gestão privadas de espaços públicos tradicionais é que todas as ações e comportamentos que ali têm lugar são altamente controlados, onde a desordem não tem vez e onde os cidadãos são excessivamente regulados por agentes de segurança

²⁰⁷ “The research revealed that markets represented a significant public and social space for different groups in the locality as a site for vibrant social encounters, for social inclusion and the care of others, for ‘rubbing along’ and for mediating differences. The article concludes by arguing that the social encounters and connections found in markets contradict pessimistic accounts of the decline of social association, offering a contrast to the shopping mall and providing the possibility for the inclusion of marginalized groups and for the co-mingling of differences where these are increasingly relegated to more private spheres” (Watson, 2009, p. 1577).

privados e modernos sistemas de vigilância por câmeras de vídeo.²⁰⁸ Mesmo argumento que é defendido por Gregory Smithsimon, para quem as praças geridas por empresas privadas não são utilizadas pelos cidadãos como ocorre nos espaços públicos tradicionais,²⁰⁹ pois os seus desenvolvedores as planejam com o expresso intuito de desencorajar o seu uso e impedir o livre acesso desses espaços, corroendo a publicidade desses lugares que deveriam ser públicos (Smithsimon, 2008).²¹⁰

Em sentido próximo, para Melik, Aalst e Weesep (2009), o envolvimento do setor privado na produção ou remodelação de espaços públicos das cidades holandesas pode torná-los ainda mais homogêneos, na medida em que seu acesso e uso são extremamente controlados.²¹¹ Katherine Hankins e Emily Power (2009), afirmam que o desaparecimento do Estado na produção e gestão dos espaços públicos tende a provocar uma incontornável despolitização desses espaços e de seu público frequentador, fenômeno esse chamado de urbanismo neoliberal.²¹² Németh e Schmidt (2011) argumentam que, além de controlar excessivamente os usos e comportamentos dos utilizadores, os espaços públicos geridos por empresas e instituições privadas excluem os

²⁰⁸ *“Thus, the space functions as an extension of the corporation, exerting a high degree of control over permissible activities”* (Schmidt, 2004, p. 18).

²⁰⁹ *“Developers’ privatizing intentions have had significant effects on public spaces. Since the bonus-plaza program, cities seeking more public space have increasingly turned to public–private partnerships. In the absence of actual democratic control, spaces are most public, most used, and most accessible when control and design of the space is retained by groups with a long institutional history of commitment to public access. (...) The history of city planning regulation of bonus plazas suggests a more varied role for the state when public space is privatized. While in other studies the state has been found to be an agent of privatization, here archival records and regulatory revisions show that planners in local government regularly opposed efforts to create exclusionary designs”* (Smithsimon, 2008, pp. 347-348).

²¹⁰ O argumento de que os espaços públicos produzidos e geridos por agentes e instituições privadas são mais regulados e normatizados que os espaços públicos tradicionais é perfeitamente plausível. O que não podemos deixar de levar em consideração é que todos os espaços públicos urbanos, independentemente de quais sejam, também orientam ações e comportamentos de seus utilizadores. Em outras palavras, não existem espaços públicos cujos usos e comportamentos não sejam normatizados e regulados, trata-se, portanto, de uma característica inerente à existência desses espaços.

²¹¹ *“Although some authors have doubts about the negative impact of private sector involvement, most find that it does restrict access to and use of public space”* (Melik, Aalst e Weesep, 2009, p. 204).

²¹² *“Nonetheless, the disappearance of public spaces makes much less certain the existence of political publics, as social imaginaries have the potential to become depoliticized vis-a-vis the state. The end result is that the state becomes less and less the network or relationship through which urban citizens enable their daily lives to be livable”* (Hankins e Powers, 2009, p. 862).

assim chamados “públicos indesejados”,²¹³ a exemplo da população em situação de rua e dos usuários de drogas, limitando o acesso de públicos diversos.²¹⁴

Para Jeremy Németh (2009), os espaços públicos de propriedade privada (*privately owned public space*) constituem exemplos inquestionáveis do fato de que a publicidade dos “novos” espaços “públicos” não é uma publicidade genuinamente pública, ou seja, que cria a possibilidade de interação social de públicos diversos, públicos que se formam de maneira livre, espontânea e democrática. Com base em um estudo empírico que analisou 163 espaços públicos produzidos por agentes privados em Nova York, Németh afirma que as estratégias de exclusão dos “públicos indesejados” não apenas corroem a publicidade desses espaços, como tendem a reproduzir e propagar diferentes formas de preconceitos, muitas vezes de origem racista, machista, elitista, étnica, classista etc. Sem públicos diversos não há espaços efetivamente públicos (Németh, 2009).²¹⁵

Posições essas que são contestadas por autores como Andrew Kirby (2008); Vallance et al (2017) e Erin E. Toolis (2017), por exemplo, para quem as intervenções urbanísticas ou performáticas de entidades, empresas, propriedades ou pessoas privadas nos espaços

²¹³ “We find that the privately owned public spaces we examined control use, behavior, and access and are less public on this dimension than their publicly owned counterparts. Furthermore, while both publicly and privately owned spaces tend to encourage public use and access equally, managers of privately owned spaces tend to employ additional features that control behavior within those spaces. More specifically, this spatial control is achieved through the use of surveillance, policing, and design features that control how a space is used. These results not only contribute to the wider debate about the creation, use, and management of publicly accessible spaces, but also have specific implications for planners and policy makers concerned with this issue” (Németh e Schmidt, 2011, p. 20).

²¹⁴ Ted Kilian (1998), faz uma crítica à maneira como a maioria dos estudiosos do tema dos espaços públicos leem as noções de “publicidade” (o poder de acesso) e “privacidade” (o poder de exclusão), demonstrando como, na imensa maioria dos casos, operar à luz da dicotomia entre essas duas ideias fundamentais (oposição binária) tende a produzir uma leitura pouco produtiva, pois essas duas categorias são sempre intercambiáveis e, jamais, segundo o argumento do autor, mutuamente excludentes, em suas palavras: “It is impossible to envision a space in which people interact without both exclusion and access as part of its social structure. (...) Public and private are meaningless terms in the absence of social interaction. To be considered ‘public’, streets, squares, and parks must operate under certain rules and exclusions that paradoxically limit their publicity” (Kilian, 1998, pp. 124-125).

(Em tradução livre): “É impossível vislumbrar um espaço em que as pessoas interajam sem que ambos, a exclusão e o acesso, sejam partes de sua estrutura social. (...) Público e privado são termos sem sentido na ausência de interação social. Para ser considerado ‘público’, ruas, praças e parques devem operar sob certas regras e exclusões que paradoxalmente limitam sua publicidade” (Kilian, 1998, pp. 124-125).

²¹⁵ “While these management approaches might also be present in publicly owned parks and plazas, bonus space owners and managers have the a priori ability to exclude certain types of people and certain types of activities, just as they are held to less stringent standards of accountability and oversight” (Németh, 2009, p. 2482).

públicos, não necessariamente, implicariam em relações sociais não cívicas (Kirby, 2008).²¹⁶ Para Suzanne Vallancea et al (2017), através do exemplo de algumas intervenções urbanísticas e projetos de uso temporário que promoveram a revitalização de algumas propriedades legalmente privadas que se converteram, ao menos enquanto as ações duraram, em espaços públicos vibrantes. Segundo esses últimos autores, em um contexto global de críticas generalizadas às formas de intervenção, gestão e produção de espaços públicos por entidades, organizações e pessoas privadas, o exemplo de uma cidade da Nova Zelândia, Christchurch, demonstrou que, em alguns casos, quando a intenção dos agentes privados é promover a cidade como um bem coletivo (público), o resultado final, ao invés da propalada privatização dos espaços públicos, pode se converter exatamente no seu contrário, isto é, na *publicização* dos espaços privados (Vallancea et al, 2017).²¹⁷ Para o psicólogo social Erin E. Toolis (2017), igualmente, apesar do processo de privatização dos espaços públicos das cidades nos EUA ser um fenômeno bastante conhecido e criticado, as ações chamadas de *placemaking* (projetos de colaboração realizados horizontalmente por indivíduos que objetivam melhorar a qualidade de vida nas grandes cidades), quando realizadas por pessoas com

²¹⁶ *"This paper has evaluated some of the claims made concerning the evolution of the city from its traditional morphology that incorporated extensive public spaces, to a newer incarnation that gives greater attention to proliferating private spaces - or as we may usefully describe them, privately-owned public spaces. This transformation has been viewed as an essentially negative phenomenon within several literatures, on the grounds that this is an undermining of citizen rights to assembly and the likelihood of collective action. In this paper, in contrast, the complexities of both public and private space have been explored. (...) Privately-owned public space is different than public space, but not in ways that are often claimed. We should acknowledge that the prototypical formations of the public sphere - the coffee houses and salons of the pre-industrial era - were in reality private spaces (Crang, 2000). Most contemporary private spaces are heterogenous places that are managed rather than controlled, and that employ technologies that are soft rather than hard"* (Kirby, 2008, p. 91).

²¹⁷ *"In contributing to these debates, our research suggests an ontological reconceptualization of what public space 'is' may open up new avenues of political enquiry and action. We conclude that the methodologies of place space production (taking and making) are crucial because they connect specific methods (like temporary use) with more general purposes and meanings. In this way, we suggest that while formal decision-making fora may represent a 'post-political' environment, the city as a non-discursive site of politics proper is very much apparent (...) Temporary use projects celebrating colour, curves, cooperation and curiosity may similarly be considered order-defying, non-totalizing but potentially mobilizing opportunities (...) Quantitatively, if public space is not confined to that owned by the state but, rather, defined by methodology, is it possible that there is much more 'public space' out there to be explored with the right to the city being asserted in multiple sites and venues? Consequently, while we do not underestimate the importance of official public space, we do suggest a need to attend not only to the 'privatization of the public' but also the political potential of the 'public-isation of the private'"* (Vallancea et al, 2017, p. 88-89).

intencionalidades cívicas, tem um grande potencial para politizar os espaços públicos, empoderando os cidadãos, isto é, formando públicos críticos (Toolis, 2017).²¹⁸

Sem desconsiderar o argumento de outros autores que tratam do tema da produção e da gestão privada de espaços públicos em grandes cidades dos EUA, especialmente em relação ao excessivo controle de acesso e uso desses espaços, Heeyeun Yoon & Sumeeta Srinivasan (2015) demonstram, a partir de uma análise da distribuição espacial dos chamados espaços públicos de propriedade privada (*privately owned public spaces*) em Manhattan, New York, como a localização desses espaços na cidade recobre a ausência de espaços públicos tradicionais, produzidos por iniciativa do Estado. Segundo o argumento desses autores, há uma grande demanda por espaços públicos nas grandes cidades americanas e essas parcerias público-privadas de produção e gestão de espaços públicos, quando devidamente fiscalizadas, poderiam vir a suprir essa demanda. Para os autores, se esses espaços fossem desenvolvidos com finalidades de fato públicas, sem os rígidos sistemas de controle de acesso e uso que lhes são característicos, eles cumpririam um importante papel nessas cidades, pois eles estão localizados geograficamente, em Manhattan, exatamente nas áreas com maior déficit de espaços públicos (ver Yoon & Srinivasan, 2015).²¹⁹

5 - A produção desigual da cidade: espaços públicos, gentrificação e o urbanismo neoliberal

Pelo menos desde a década de 1990 e, com grande frequência nos últimos anos, acadêmicos e estudiosos das cidades de todo o mundo vêm se dedicando ao estudo da

²¹⁸ “First, privatization works to constrain who can access and participate in public space, resulting in places that are more exclusive and segregated. Second, the privatization of public space constrains whose stories and histories are represented and told, resulting in places and narratives that are monologic (i.e., singular). Third, privatization constrains what kinds of interactions and behaviors a place can afford, resulting in public spaces that are depoliticized, commodified, and passive. For these reasons, I argue that the process of privatization contributes to the entrenchment of socioeconomic and racial inequality, social alienation, and political disengagement. I conclude by offering placemaking as a way to reclaim public places for public use and discussing future directions for empirical research” (Toolis, 2017, p. 2)

²¹⁹ “For the bonus mechanism to help the city effectively provide public spaces, it is critical that privately owned public spaces should be well situated in locations that lack public spaces provided by public entities, satisfying the demand for such amenities. If adding privately owned public spaces improves the spatial equity in terms of public space provision and corresponds with demand from workers, residents, or visitors, they are potentially useful public amenities, even if some of them are not actively used due to their unwelcoming designs and operations currently” (Yoon e Srinivasan, 2015, p. 360).

renovação, requalificação, reabilitação ou revitalização dos espaços urbanos, em geral, e dos espaços públicos, em particular (Gomes, 2019; Granzow, 2017; Lang & Rothenberg, 2016; Langegger, 2016; Bülent & Batuman, 2015; Fotiadi, 2015; Kennelly & Watt, 2011; Andrade, 2007; Ryan, 2011; Corcoran, 2012; entre outros). Segundo nos conta Pedro Gomes (2019), através do exemplo de uma praça em Lisboa, apesar dessas diferentes formas de intervenções urbanísticas acima listadas possuírem diferenças significativas no que diz respeito aos objetivos e métodos empregados, em todos esses casos, os espaços urbanos e públicos contemplados passam por importantes transformações de âmbito físico e também na forma como esses espaços são apropriados e utilizados pelas populações cidadinas. Esse processo de produção e reprodução dos espaços públicos tem nuances de toda sorte que muitas vezes camuflam os verdadeiros objetivos dessas intervenções, onde interesses privados e públicos se misturam (Gomes, 2019).²²⁰

Conforme argumentam Nicholas Blomley (2004) e Michael Granzow (2017), a teoria urbana crítica vem nos alertando já fazem algumas décadas sobre o caráter elitista e desigual que, em muitos casos (para não dizer na maioria deles), parece nortear aquilo que muitos autores têm chamado de um verdadeiro urbanismo neoliberal. Essas intervenções urbanísticas são postas em prática como parte de um processo global (neoliberal) de privatização e mercantilização dos espaços urbanos e públicos onde o Estado cumpre o papel de promotor oficial das desigualdades, aquilo que Neil Smith (1996) chamou de a cidade revanchista, onde as classes privilegiadas parecem simplesmente ignorar a existência de outros grupos sociais nas cidades e onde o Estado parece estar a serviço dos grupos privilegiados (*ver* Granzow, 2017).²²¹ Para Nicholas

²²⁰ *"The purpose of dissecting the process leading to the Mercado as an isolated event, then, is not to brush off concerns expressed by critical approaches to privatization. Rather, it insists on the importance of analysing the broader policy context and the instruments it puts in place as an additional explanatory factor, beyond a narrow view of the changing role of the local state. The key to understanding the birth of the Mercado is convivial urbanism as a vehicle for the commodification of public spaces and reconfigurations in the city's governance and stakeholder networks"* (Gomes, 2019, p. 11).

²²¹ *"Neoliberal accumulation by dispossession has been characterized by a 'new round of enclosure of the commons' (Harvey, 2003, p. 158) where public or nonowned assets are transferred to private hands, often at the expense of the lower classes. Neil Smith's (1996) writings on the "revanchist city" have also been influential on urban studies of neoliberalism. For Smith, urban revanchism is characterized by the targeting and displacing of marginalized groups; it is a largely white and middle-class backlash that has resulted in the restructuring of public spaces in cities around the world. Defined by privatization, marketization, and securitization, such restructuring has led to what some have called the "end of public space" (Davis, 1992; Mitchell, 1995; Sorkin, 1992). If there has been such an end, it has been a thoroughly uneven one, having*

Blomley, todavia, a forma como muitos geógrafos e outros cientistas sociais abordam essa temática tem sido muitas vezes problemática, pois os autores tendem a recorrer, geralmente, à raciocínios excessivamente dedutivos que, em muitos casos, descontextualizam os fenômenos tornando-os menos complexos do que eles realmente são (Blomley, 2004).²²² Em outras palavras, como bem afirmou Hadi Zamanifard et al (2018), muitos estudos empíricos tendem a reproduzir conclusões tomadas à priori, antes mesmo da realização das pesquisas empíricas (Zamanifard et al, 2018).²²³

Tal como argumentam Steven Lang e Julia Rothenberg, aquilo que o filósofo Henry Lefebvre qualificou como sendo *O Direito à Cidade*, que reconhece a cidade como um bem coletivo onde todos deveriam ter direitos iguais de acesso, propriedade, uso, apropriação e produção, segundo diversos autores, nas cidades contemporâneas, encontra-se mais ameaçado do que nunca (Lang & Rothenberg, 2016). Com base em uma reflexão sobre a produção de um parque sustentável suspenso em uma antiga linha férrea na cidade de Nova York, construído através de parcerias público/privadas, Lang e Rothenberg demonstram como o discurso da sustentabilidade verde foi utilizado de maneira contraditória para legitimar o processo de valorização imobiliária de uma área “degradada” da cidade onde viviam classes sociais menos abastadas que, após o conhecido processo de gentrificação, foram aos poucos sendo obrigadas a se mudarem, em função do alto custo de vida que as intervenções urbanísticas dirigidas ao bairro ensejaram (Lang & Rothenberg, 2016).²²⁴ Como bem afirmam David Saurí, Marc Pares,

particularly negative consequences for cities’ most impoverished residents. My analysis of the revitalization of Galt Gardens contributes to a growing body of work that critically examines urban renewal processes” (Granzow, 2017, p. 2).

²²² *“Perhaps for this reason, defensible space principles remain important to neo-liberal urban governance. I document their significance in relation to attempts to create a ‘Community Greenway’ in inner city Vancouver. Drawing from interviews, I demonstrate that while residents did, indeed, lay claim to public space, they did so in complicated and collectivized ways that depart from the privatized certainties of neoliberal notions of property. Such complications are also echoed in other accounts of defensible space. I conclude by urging geographers to take property more seriously, yet also acknowledge the overlapping and collectivized ways in which people can lay claim to urban space” (Blomley, 2004, p. 614).*

²²³ *“The proposed framework in this paper permitted a systematic analysis of governance in a contested public space in a neoliberal democratic context. The case study did not confirm the assumption in the literature that public space is in decline because of the role of private sector in its governance arrangement (see Kohn, 2004; Madanipour, 2003; Sorkin, 1992)” (Zamanifard et al, 2018, p. 164).*

²²⁴ *“Revitalizing and creating sustainable public spaces without fostering gentrification and displacement has become a critical issue in contemporary urban growth machine struggles. While the High Line has been an inspiration for many plans and projects in New York City and elsewhere, for many people involved in*

e Elena Domene (2009), desde pelo menos 1980 que a sustentabilidade se tornou um conceito fundamental na construção e reforma de parques públicos de todo mundo, inspirados sobretudo do modelo implantado em Barcelona, na Espanha (ver Saurí et al, 2009).²²⁵

É nesse contexto de globalização da gentrificação sob a égide de uma economia-política neoliberal que o antropólogo David Novak (2019) insere sua pesquisa no Japão, nos convidando para prestarmos atenção nos pequenos detalhes da vida cotidiana nos espaços públicos, que nos transporta diretamente para o mundo das pessoas, onde as ações sociais dos agentes em interação revelam os verdadeiros significados da gentrificação (Novak, 2019).²²⁶ Com base em um estudo sobre os espaços públicos de passagem (ruas, calçadas e becos, por exemplo) no bairro de Denver, no Colorado, Sig Langegger afirma que a produção, a reformulação e a regulação de alguns desses logradouros públicos do bairro, em um contexto de rápida valorização imobiliária, produziram uma série de conflitos de uso entre as populações de origem latina que tradicionalmente residiam no bairro e os seus novos utilizadores, os turistas e novos residentes, demonstrando como um discurso cosmopolita foi utilizado para promover os projetos de reurbanização e, simultaneamente, encobrir os “reais” objetivos das intervenções: a valorização imobiliária e o seu correlato processo de gentrificação (Langegger, 2016).²²⁷

Através do exemplo de Istanbul, na Turquia, Bülent Batuman (2015) e Kadir Şahin (2017) afirmam que a globalização do urbanismo neoliberal chegou às cidades orientais. Através do exemplo da Praça Taksim, Batuman afirma que, nela, todos os elementos que a teoria

designing sustainable public spaces it has become a symbol of what not to emulate” (Lang & Rothenberg, 2016, p. 16).

²²⁵ *“Barcelona’s public parks have gone through a remarkable transition since the early 1980s in their approaches to sustainability. A quarter of a century ago the design of public parks loosely followed an idea of integrated sustainability avant la lettre; that is, before the concept of sustainability gained public recognition the city attempted to integrate in a single project both environmental and sociopolitical considerations” (Saurí et al, 2009, p. 23).*

²²⁶ *“I have argued instead for a broad ethnographic attention to the performance of everyday social life in historically marginalized neighborhoods, which reveals the constitutive presence of particular small histories and allows us to glimpse the individual subjects of gentrification, even as they continually transform or vanish” (Novak, 2019, p. 21).*

²²⁷ *“In Highland, a touristic cosmopolitanism implies excitement over and tolerance of difference, rather than the amelioration of injustice, and thus dislocates discussions of rights from the mechanics of gentrification” (Langegger, 2016, p. 15).*

urbana crítica associa ao chamado urbanismo neoliberal contemporâneo podem ser encontrados: a reformulação da praça ao longo das últimas décadas e especialmente após 1990 teve como objetivos fundamentais a inserção desse espaço na lógica mercantilista e elitista do turismo global, que despolutiza os espaços públicos e os transforma em espaços de consumo (Batuman, 2015).²²⁸ Argumento parecido é discutido por Kadir Şahin (2017), também sobre Istanbul, mas que reflete sobre a acentuação da segregação socioespacial que, após os anos 1990, se acentuou nas cidades turcas, impulsionada pelo discurso do medo generalizado da violência urbana, argumento que justificaria o processo de “guetificação” da sociedade turca, privatizando a cidade e seus espaços públicos e promovendo um incontornável “colapso da ágora” (Şahin, 2017).²²⁹

Os estudos de Eva Fotiadi (2015) e de Jelena Obradovic-Wochnik (2018) demonstram, igualmente, como a própria gestão, fiscalização e regulação dos espaços públicos nas cidades contemporâneas parecem atender aos anseios do capitalismo global. Segundo Eva Fotiadi, em Atenas, na Grécia, em um contexto de crise econômica profundo, a repressão policial extremamente violenta por ocasião dos protestos contra as políticas de austeridade impostas pelos organismos europeus aos gregos, se mostraram uma incontestável ferramenta política de contenção das vozes opositoras e da completa corrosão da publicidade nos espaços públicos do centro de Atenas, um dos maiores destinos turísticos da Europa (Fotiadi, 2015).²³⁰ Para a geógrafa Wochnik, apesar das autoridades públicas de Belgrado, capital da Sérvia, se posicionarem oficialmente em

²²⁸ *“I have defined the particular strategy of neoliberal Islamism in producing public space as ‘banal politicization,’ which is a combination of the banalization of urban space (through its commercialization) and the hyper-politicization of architecture serving for self-orientalization”* (Batuman, 2015, p. 22).

²²⁹ *“As everything for the sake of daily life gets uncertain, the notion of freedom ‘late modern individuals’ equals to thing that is limited to their private lives. The deep meaning of ‘freedom and security’ that late modern individual attributes to the gated communities, as a result, comprises a significant reality on behalf of the fall of the agoras and public lives (or the traditional modern city). In this respect, the fact that the public space problem experienced in streets and neighborhoods are on the rise in the metropolitan spaces of Turkey, represent the problems arose as the result of erosion of public sphere and collapse of angoras”* (Şahin, 2017, p. 375).

²³⁰ *“I will argue that since 2008 the continuous presence in urban, public space and especially in the center of Athens, as well as the spectacular mediatization by news media (namely, television, newspapers printed and online), of various forms of disorder and, especially during 2012 and 2013, of the repression of disorder by the police had been instrumentalized by the Greek austerity government in an attempt to enhance and manipulate already existing feelings of precarity and insecurity among the population”* (Fotiadi, 2015, p. 2).

favor da ajuda humanitária aos milhares de refugiados que migraram recentemente para a Europa em busca de melhores condições de vida, na prática, o Estado não mede esforços em tentar expulsar os refugiados dos espaços públicos mais emblemáticos da capital, enviando-os para áreas distantes do centro que ostentam uma visibilidade muito menor frente à opinião pública e à esfera pública local e regional (Wochnik, 2018).²³¹

Para Kennelly e Watt, a Olimpíada de Inverno realizada em Vancouver no Canadá (2010) e a Olimpíada de Londres na Inglaterra (2012), tiveram em comum o fato de que foram extremamente prejudiciais para a vida de jovens em situação de rua que viviam nos espaços públicos dessas cidades, que foram literalmente expulsos pelas autoridades locais para a realização dos grandes eventos (Kennelly e Watt, 2011).²³² Veronica F. Azzi (2017) demonstrou que, para a realização das Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, igualmente, os governos do federal, estadual e municipal brasileiros agiram conjuntamente na condução de um processo sem precedentes de militarização seletiva da cidade, que trouxe consequências muito ruins para a vida pública carioca, especialmente para os moradores das favelas que, sob certo sentido, viram a situação da violência piorar, através de uma lógica de guerra preconizada pelas polícias (militares). O Estado brasileiro dividiu completamente o espaço urbano, fragmentando e sitiando as populações das favelas cada vez mais amedrontadas com os crescentes índices de violência praticadas por organizações criminosas e também pelo próprio Estado, especialmente após a realização dos Jogos Olímpicos (Azzi, 2017).²³³ Assim sendo, afirma X Andrade, através

²³¹ *"This paper examined the spatial and urban politics of the refugee crisis by looking at the ways in which biopolitical and the logic of capitalism intersect in a migration-neoliberalism nexus. Specifically, the paper examined the effects this nexus has on refugee lives and their ability to use city spaces, create networks and obtain aid. The paper showed that states can appear to be supportive of refugees (not being constantly or explicitly xenophobic for instance, or by organising care in refugee camps) whilst at the same time deploying banal or everyday practices aimed at displacing refugees from public and commercial sites, and towards camps - or at least, out of public/investor view"* (Wochnik, 2018, p. 73).

²³² *"We noted that London and Vancouver are cities with both shared and distinct characteristics in terms of historical and present configurations of urban space, youth marginalization and homelessness. While each city is host to two respective Olympic Games, it is likely that the effects on both will be similar in some ways and different in others. Disproportionate policing as a means to 'clean the streets' was certainly a major issue experienced by homeless youth in Vancouver and there are signs that a similar population of youth in London will likewise experience these effects"* (Kennelly e Watt, 2011, p. 777).

²³³ *"This article aims to analyze the increasing militarization of public space in the Brazilian city of Rio de Janeiro, particularly on the eve of the 2016 Olympics (...) I tried to show that, other than being a mere government effort to provide security for the mega sports event as an isolated action, militarization in Brazil today is an integral part of the country's law enforcement which closely relates to current*

do exemplo de Guayaquil no Equador, seria perfeitamente legítimo afirmar que, em muitos casos, as políticas de repressão e regulação dos espaços públicos nas cidades contemporâneas estão “aniquilando” a publicidade dos espaços públicos, um fenômeno global de produção desigual da cidade que “destrói” princípios básicos da cidadania e da democracia (Andrade, 2007).²³⁴

Conforme demonstrado por Mattias Kärholm e Johan Wirdelöv (2019), através de um estudo de caso sobre os espaços públicos de um bairro residencial planejado ocupado por diferentes grupos sociais e culturais na Suécia (1970-2015), a densificação do ambiente construído causado pelo aumento da população que residia no bairro levou à uma descentralização/polarização das formas de uso e apropriação dos espaços públicos. Em um contexto de inserção do planejamento e da governança urbana nos moldes neoliberais do empresariamento urbano que incentivou a ocupação de outras regiões da cidade, argumentam os autores, as áreas mais antigas passaram a ser marginalizadas e estigmatizadas, algo que ocorreu quase que de maneira cíclica e que transformou significativamente a vida pública local (Kärholm & Wirdelöv, 2019).²³⁵ Tal como argumentado por Karen E. Lamb et al (2019), a distribuição desigual de espaços públicos abertos verdes nas cidades da Austrália constitui um dos possíveis indicadores da produção desigual do espaço urbano. Segundo os autores, há uma correlação direta entre a disponibilidade e oferta de espaços públicos abertos verdes (amenidades) e a quantidade de pessoas que praticam esportes e realizam atividades físicas, nesse caso, a própria saúde

understandings of national security in Brazil and its exercise of sovereign control. We can then conclude that even though the Olympics may have in some ways affected and contributed to the increasing violence in the city, militarization in Brazil today constitutes a practice on which Brazil's global aspirations seem to rely and, as such, will not decline in future years” (Azzi, 2017, p. 602).

²³⁴ *“The urban renovation has meant the gradual elimination of public space and the silence that rules in the public sphere points to a parallel tendency. The result is ‘More City’, but less citizenship” (Andrade, 2007, p. 138).*

²³⁵ *“As in many Million Program areas, Norra Fälåden has undergone a process of territorial stigmatization (Wacquant, 2007), peaking during the late 1980s to early 1990s. During this time, the area was appropriated by the local community in an attempt at stigma inversion (Wacquant et al., 2014: 1276) to produce a more positive territorial appropriation and association for the area. Later, the new spirit of the neighbourhood seems to have fragmented as new areas were built, new populations moved in, and many people (but not all) began leading more mobile everyday lives. In this article, we discuss two processes of destigmatization: one that worked with neighbourhood appropriation, and investments in new and more positive associations; whereas the other was a more unplanned process of place detachment, slowly evolving through the relocation of services and a growing neighbourhood independence among a large proportion of the inhabitants” (Kärholm & Wirdelöv, 2019, p. 2).*

das pessoas recebe um evidente componente de classe, uma característica inerente ao planejamento urbano desigual das cidades contemporâneas (Lamb et al, 2019).²³⁶

Segundo Mary Ryan (2011), nos últimos dois ou três séculos, a história das cidades poderia ser contada através de uma permanente luta entre uma dimensão privada e uma dimensão pública da vida urbana. A geografia público/privada das cidades contemporâneas, ao que tudo indica, demonstra que este “embate” está ainda longe de ter um fim (Ryan, 2011).²³⁷ É necessário reconhecer que, conforme argumentam Dicle Kizildere & Francesco Chiodelli (2017), o processo de privatização da vida pública nas cidades contemporâneas, via urbanismo neoliberal, tem adquirido uma força antes inexistente e que não se restringe mais ao mundo ocidental (“desenvolvido”), chegando de maneira sutil aos países de tradição muçulmana como a Turquia, por exemplo (Kizildere & Chiodelli, 2017).²³⁸ Para Mary Corcoran (2012), todavia, com base no exemplo da cidade de Dublin na Irlanda, isso não significa dizer que a guerra foi perdida: os espaços públicos dessa última cidade continuam sendo fundamentais para que questões de interesse público ganhem a visibilidade e a publicidade necessárias para adentrarem o debate político. Assim sendo, segundo essa autora, a construção de uma cidade mais justa e igualitária precisa necessariamente ser baseada na ideia de que a vida pública e a vida

²³⁶ “Public open spaces have broadly been defined as spaces made available in urban environments mainly for public recreation and amenity (Heart Foundation of Australia, 2018). Because public open spaces offer opportunities for people to connect socially, to participate in physical activity, and to reflect and relax (Lee & Maheswaran, 2011; Maas et al., 2009), considerable health research has focused on assessing their health benefits. These benefits include higher levels of physical activity (Coombes et al., 2010; Gong et al., 2014; Kaczynski et al., 2009), better mental health (Beyer et al., 2014; Nutsford et al., 2013), improved quality of life (Sugiyama et al., 2009), and higher cognitive development (Dadvand et al., 2015). However, while many studies show beneficial health effects of public open space (Barnett et al., 2017; Lee & Maheswaran, 2011), some reveal that the evidence is weak or inadequate (de Keijzer et al., 2016; Gascon et al., 2016)” (Lamb et al, 2019, p. 68).

²³⁷ “By now I fear I may have only confused rather than clarified the picture of public and private, but I hope that I have not in the process discouraged historians from undertaking further explorations in this complicated terrain. These investigations may not lead to rigid, distinct, and stable places called public and private, but they do raise fundamental historical questions. They offer abundant incentives to search the physical spaces of the city for understanding of such cherished things as freedom, power, and democracy” (Ryan, 2011, p. 71).

²³⁸ “From this viewpoint, the case of Talimhane, Istanbul, is paradigmatic. An instrument of neoliberal governance of public space, which was born and developed in North America, has recently arisen in Turkey. However, its genesis in Istanbul is rather peculiar. It is not the result of some transfer agent; on the contrary, it emerged mainly on the ‘demand side’” (Kizildere & Chiodelli, 2017).

privada devem ostentar um certo equilíbrio que, por sua vez, nos conduz à existência de sociedades verdadeiramente cidadãs e democráticas (Corcoran, 2012).²³⁹

6 - Violência urbana e os sistemas de vigilância nos espaços públicos

O crescimento da incidência de atividades criminosas e da violência em grandes cidades nas últimas décadas não é um grave problema apenas das cidades brasileiras. Em diferentes países, as causas e consequências do crime e da violência urbana são muito diversas, mas em praticamente todas as grandes metrópoles do mundo, elas afetam muito negativamente, direta ou indiretamente, a vida de milhões de pessoas nos espaços urbanos e, mais especificamente, nos espaços públicos. Tornar as cidades e seus espaços públicos lugares mais “seguros” tornou-se, em um mundo majoritariamente urbano, um enorme desafio em diversos países de todo o planeta.

Conforme argumenta Don Mitchell, em seu livro *The Right to the City: social justice and the fight for public space* (2003) baseado na experiência dos Estados Unidos, a forma como, em muitos casos, se combatem os crimes e a violência nas grandes cidades, especialmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, tem transformado radicalmente a vida pública em muitas cidades estadunidenses. Mitchell argumenta que a maneira como são implementados os “sistemas de segurança” provocam uma inquestionável “corrosão” da publicidade nos espaços públicos,²⁴⁰ especialmente para os assim chamados grupos minoritários como, por exemplo, a população em situação de rua,

²³⁹ “How the city of Dublin - and indeed other cities around Ireland - will evolve in the years to come will be contingent on the core values and principles that underpin citizens' vision for the city. Allotments, community gardens, participatory arts, public libraries, civil society mobilizations and so on will have to move from the margins to the mainstream if we are to make our cities and communities more liveable, more convivial and more sustainable into the future” (Corcoran, 2012, p. 14).

²⁴⁰ “The context for these transformations in New York, as in most American cities, of course, was not the threat of terrorist attack but rather the fear of inappropriate users: the homeless, drug dealers, loitering youth – and, not inconsequentially, political activists protesting in front of city hall, marching in the streets, or rallying in parks and squares” (Mitchell, 2003, p. 2). (...) “For homeless people civil liberties and right to public space have already been all but eliminated in the interests of enhancing the quality of urban life – and the ‘secure’ – for housed residents and visitors” (Mitchell, 2003, p. 4).

que se torna cada vez mais marginalizada e estigmatizada por leis e políticas públicas excludentes.²⁴¹

Anke Blöbaum & Marcel Hunecke (2005), por exemplo, com base na aplicação de um questionário no campus de uma universidade na Alemanha, demonstraram como a “sensação de segurança” nos espaços públicos é um aspecto relevante na escolha dos estilos de vida e das formas de uso desses espaços, levando-se em consideração diferentes públicos e logradouros. Segundo o argumento dos autores, o medo de se tornar uma vítima da violência urbana faz muitas pessoas evitarem o uso de determinados espaços públicos, muitas vezes em horários e dias específicos, corroendo, dessa maneira, a publicidade desses espaços (Blöbaum & Hunecke, 2005).²⁴² Trata-se daquilo que David Purnell (2018) qualificou como sendo um “pânico moral” (*moral panic*), ou seja, o medo generalizado que as elites e as classes médias parecem ostentar em relação ao contato com o outro, com o diferente, especialmente, quando se trata de grupos socialmente vulneráveis e marginalizados, conforme o exemplo das pessoas em situação de rua (Purnell, 2018).²⁴³

²⁴¹ Os próprios crimes e a violência, nos parece óbvio, são os maiores “agentes” de corrosão da publicidade dos espaços públicos em diversas cidades do mundo e, especialmente, no Brasil. O argumento discutido no livro de Don Mitchell não nega, de forma nenhuma, que o problema do crime e da violência urbana seja grave e deva ser combatido; o que o autor demonstra é que, em muitos casos, as políticas públicas de combate ao crime e à violência acabam sendo feitas a partir da marginalização e da estigmatização de determinados grupos, cuja vigilância exclui do convívio nos espaços públicos corroendo, dessa maneira, um princípio básico desses espaços: o livre acesso realmente para todos. Problema esse que é agravado pelo crescimento vertiginoso dos sistemas de vigilância e segurança privados que se espalharam por todo o mundo.

²⁴² “*Personal safety is a crucial factor of lifestyle options, and crime is said to be one of the main problems threatening the quality of urban life (Newport, 2002; Noll, 2000; Park, Curtice, Thomson, Jarvis, & Bromley, 2001). The actual personal safety may differ from the perceived personal safety, but in terms of behavior constraints, it is perceived danger that influences behavior. This causes people to avoid places that they associate with personal risk (Keane, 1998; Riger & Gordon, 1981) and to reduce their personal radius*” (apud Blöbaum & Hunecke, 2005, pp. 465-466).

²⁴³ “*The ‘moral panic’ is not a new phenomenon. Despite the initial desire to foster interaction among all park users. The social elite do not want certain ‘undesirables’ in the parks. The easy thing for policy makers to do is establish a new rule and/or put up a sign stating, ‘no homeless’, ‘no skateboarders’, etc. Politicians feel they have responded to their constituencies and park users consider themselves safer. Both park users and politicians succumb to fear of others as a basis for their moral outcry, but very few people are willing ignore such unsubstantiated fear and say there is minimal danger of being harmed by a homeless group taking residence in public parks*” (Purnell, 2018, p. 532).

Por esse motivo, em diversas grandes cidades do mundo, afirmam Julie Berg (2010) e Lawrence J. Vale (2006), é perceptível o crescimento de um fenômeno relativamente recente: o uso indiscriminado da segurança privada, com suas câmeras de vigilância e agentes treinados (muitas vezes de forma precária) para atuarem na prevenção e no combate de crimes nas cidades (Vale, 2006; ²⁴⁴ Berg, 2010).²⁴⁵ Segundo Lawrence J. Vale (2006), desde a publicação do livro de Oscar Newman *Defensible Space: crime prevention through urban design* (1972), teóricos urbanos de todo o mundo começaram a refletir sobre como as cidades e seus espaços públicos passaram a se adequar ao que Oscar Newman chamou de um design urbano defensivo, a arquitetura do medo, e as suas possíveis consequências para a vida pública (Vale, 2006).²⁴⁶ Segundo Anna Minton (2018), a proposta arquitetônica de Oscar Newman, o design da segurança, foi concebida especificamente para atender aos espaços privados e não públicos, mesmo assim, ele serviu de modelo para inúmeras intervenções urbanísticas mundo afora, com graves consequências para a vida pública (Minton, 2018).²⁴⁷

²⁴⁴ “The gradual incursion of technology into the monitoring of public places has been accompanied by dramatic increases in privatized security. Increasingly, cities have been secured by private police forces supported by corporations or private owners rather than by regular police. To some, this is an invidious ‘privatization of public space.’ The rapid proliferation and global spread of corporate plazas and shopping malls over the last four decades are but the most visible dimensions of these trends” (Vale, 2006, p. 42).

²⁴⁵ “As security governance becomes more innovative, pluralistic and in some respects more effective, as well as spatially intrusive, a hierarchical understanding of policing becomes restrictive particularly when one considers the regulatory systems in place for fluid policing arrangements. Unlike their state counterparts, private security is regulated through a broader range of mechanisms and systems—both embedded as well as external—yet it is clear that these regulatory systems have their gaps and weaknesses. Analyzing the changing mentalities of private security, the engagement with various spaces, as well as the continual convergence between the private and state sectors will perhaps contribute towards the development of an innovative regulatory system to best match the nuances and blurring of the State and non-state, particularly when the ultimate responsibility for governance is not necessarily the State and is often not clear (Burris et al., 2008). This is a task that is vital if new security governance arrangements are to operate within acceptable and equitable frameworks of security provision, particularly in contexts such as South Africa” (Berg, 2010, p. 298).

²⁴⁶ “The response of designers to the challenges of securing public environments demands more attention from the community of researchers who are concerned not only with matters of security, but also with broader social, cultural and political questions about how matters of security are transforming or delimiting public life” (Vale, 2006, p. 38).

²⁴⁷ “The consequence is that Newman’s emphasis on territory and individual ownership, which does not sit easily with communal public housing, is now reflected in high-security residential estates where gates, grilles and forbidding fences have become the norm. Secured by Design guidelines also state that security must be greater in high crime areas – which correlate with poverty – with the result that deprived parts of Britain are taking on an almost militarized feel that is alienating and intimidating. Maryland Point, for

Em cidades afetadas por problemas como o terrorismo, por exemplo, criam-se as assim chamadas “paisagens do medo” nos espaços públicos que, em alguns casos, tornam-se verdadeiras fortificações militares. A estética do medo transforma as cidades e seus espaços públicos em constantes “espaços de vigilância”, onde cada passo dos cidadãos, vistos como potenciais criminosos, são seguidos e monitorados, conforme argumentam Coaffee, O'Hare e Hawkesworth (2009)²⁴⁸ e Kennelly & Watt (2013).²⁴⁹ No México, tal como demonstrado por Diane E. Davis (2012), o crescimento da violência urbana a partir da década de 1990 e a “falência” da política de segurança pública daquele país, principalmente em algumas de suas maiores cidades, fez surgir a partir de 2002 uma política de segurança pública baseada na assim chamada “tolerância zero”, inspirada no modelo de Nova York, à época governada pelo político republicano Rudolph Giuliani.²⁵⁰ A importação desse modelo de segurança, baseado na repressão à priori de todos aqueles que são “potenciais criminosos”, modelo esse que, segundo diversos autores, é hoje amplamente difundido em todo o globo, fez do centro de algumas cidades mexicanas e de seus espaços públicos lugares menos democráticos, na medida em que diversos

example, a housing development in East London that received a Secured by Design National Award, has small windows, reinforced steel doors with full-size iron gates in front, and an aluminium roof” (Minton, 2018, p. 88).

²⁴⁸ *“With specific relation to this article, we would argue that architecture – and the built form more generally – has the capacity to transmit a range of dominant ideologies, potentially illustrating how a particular society is materially inscribed into space (Harvey, 1990; Ellin, 1997). Others too argue that architecture and urban design have the power to order society through environmental determinism, with such embodied experiences often serving to in/exclude particular groups from certain spaces of the city (see, for example, Sennett, 1994). Drawing upon such assertions, and from a security perspective, the built form potentially possesses the power to condition new forms of subjectivity with spatial performances of identity and (in)security becoming linked to how subjects internalize fear” (Coaffee, O'Hare and Hawkesworth, 2009, p. 493).*

²⁴⁹ *“The transformation of public spaces during Olympic Games is an issue of pressing concern. Numerous scholars have noted the manner in which the Olympics have increasingly become a lever to accelerate processes of neoliberal urbanization that lead to the sanitization and de facto of privatization of formerly public spaces, including through policing and security practices (Short 2008; Home and Whannel 2011), while the negative effects on marginalized and impoverished populations within host cities are heightened (COHRE 2007; Porter et al. 2009; Watt 2013). The urban spatial restructuring that has occurred as a direct or indirect result of the 2012 Olympics has meant that East London is experiencing what et al. (2012:278) describes as ‘an intensive process of securitization’. In this ‘rapid response’, we have provided qualitative accounts of how public space and associated securitization processes are experienced by marginalized young people living in the shadow of London 2012 Olympic mega-event” (Kennelly and Watt, 2013).*

²⁵⁰ Diga-se de passagem, modelo esse que, até certo ponto, fracassou em termos de redução dos índices de criminalidade naquela cidade, segundo apontam vários especialistas.

cidadãos se sentiam marginalizados e criminalizados por agentes de segurança públicos e privados treinados para “vigiar” grupos específicos (ver Davis, 2012).²⁵¹

Na cidade suíça de Olten um moderno sistema de câmeras de vigilância (CCTV) foi implantado em uma área conhecida pelas autoridades locais como um “hot spot”, uma região tradicionalmente ocupada pela atividade econômica da prostituição de rua e também pela utilização de outros grupos socialmente marginalizados. Segundo as autoridades locais, o CCTV foi implantado com o intuito de oferecer uma maior “sensação de segurança” aos usuários dos espaços públicos e privados que seriam revitalizados neste setor do centro da cidade. Conforme verificou Francisco R. Klauser (2007) através de entrevistas realizadas no local, o CCTV não representou nenhuma melhora significativa na tal “sensação de segurança” e nos índices de criminalidade, nem para as pessoas envolvidas diretamente com a prática da prostituição e nem mesmo para as pessoas que trabalhavam em outras atividades ou residiam nas proximidades. Na realidade, segundo Klauser, o CCTV criou um espaço de vigilância e controle social constante que dividiu enormemente as opiniões dos diferentes indivíduos e grupos envolvidos. Enquanto algumas pessoas que frequentam o local esporadicamente afirmaram que se sentiam mais protegidas em função das câmeras, outros grupos sociais como as pessoas envolvidas na prática da prostituição se sentiam mais vigiadas, socialmente controladas e, portanto, fortemente marginalizadas, pois, esses cidadãos passaram a ser vistos invariavelmente como potenciais criminosos pelas autoridades locais (Klauser, 2007).²⁵²

7 - A domesticação dos espaços públicos

²⁵¹ *“thus, while the newly renovated downtown spaces remain fundamentally public in theory, in practice it is precisely the diversity of this new spatial environment that sustains the need to impose strict policing measures and surveillance techniques. the result may be less aggregate access to public space than before zero tolerance was introduced. indeed, in the past, when the city was dominated by the humbler classes, fewer upscale citizens dared to venture on its streets, and the police felt less pressure to impose regulations or preemptive measures”* (Davis, 2012, p. 68).

²⁵² *“By showing that CCTV is forgotten very quickly and felt to be somehow unreal against the background of everyday social activities in monitored areas, this approach also stresses that CCTV is very limited as an instrument to revitalize public places of fear (p. 337) Above all, this approach permitted elucidation of the strongly differentiated public perceptions of CCTV, varying between feelings of hopeful consent, deception and ignorance”* (Klauser, 2007, p. 337).

Para alguns autores, como Kumar e Makarova (2008), por exemplo, tem havido nas cidades contemporâneas uma espécie de invasão da vida privada da casa aos espaços públicos tradicionais como praças, calçadas, esquinas, parques etc. Segundo essas autoras, muitas das coisas que fazemos em casa, no domínio privado, como comer, conversar intimamente, expressar emoções etc., têm sido feitas cada vez mais nos espaços públicos. A casa torna-se eminentemente portátil e é possível levá-la conosco para as calçadas, ruas e praças, fenômeno esse que as autoras chamam de uma domesticação do espaço público. Segundo esse ponto de vista, a evolução técnica, desde o automóvel particular até os modernos celulares e laptops, é vista como uma forma de transposição da vida privada para a vida pública, pois os espaços públicos abrigam atualmente uma série de usos que costumávamos associar tipicamente ao ambiente doméstico (Kumar e Makarova, 2008).²⁵³

Tal como demonstraram Mandich & Cuzzocrea (2015), a expressão domesticação possui diversos significados em diferentes disciplinas e tradições acadêmicas. Nos estudos urbanos, argumentam as autoras, a ideia de domesticação é geralmente utilizada para definir o processo através do qual os espaços públicos (ou espaços com acesso “público” e estatuto jurídico privado, como *shoppings*) são “higienizados”, transformados em lugares “seguros” e “homogêneos”, em se tratando de seu público frequentador, ou seja, se refere ao processo de privatização desses espaços (ver Mandich & Cuzzocrea, 2015).²⁵⁴

²⁵³ “The line separating the private life of the home from the public life of politics and work hardened and became less porous. The retreat into the home became one common response (the politicization of everything, as in the totalitarian states, was another). But the home was not left to develop in its own way. It was rapidly invaded by political and commercial forces that made its independence precarious and to a good extent illusory (Lasch 1979; Walzer 1995; Kumar 1997). Subjectively, individuals might feel comfortable and snug in their private dwellings. But much of the life going on there was determined by outside forces over which they had little control. (...) The trend that we have discussed in this article, the taking of the home into the public space, does not really reverse this home-centered movement. If anything, it accentuates it. It is the next logical step. The home now overflows its physical boundaries to colonize increasing tracts of public space. The passions and preoccupations of private life increasingly envelop what had previously been considered public activities. We seem anxious not to leave home behind” (apud Kumar e Makarova, 2008, pp. 339-340).

²⁵⁴ “In this article, we sought to approach the study of the use of the city in family practices through the concept of domestication, which we borrowed from MTS to allow us to include nonintentional appropriations and associations in the manner described by Kärholm (2007). Following Berker’s (2011) employment of the concept to analyze the use of buildings, we suggest that scholars interested in space and culture can suitably apply domestication to the entire variety of the practices embodied in the use of urban space. The concept might prove to be a useful empirical tool to take into account how people concretely adapt to the functions and meanings that shape urban space. Overall, the domestication

Já para Regan Koch e Alan Latham (2012), a noção de domesticação que aparece na maioria dos trabalhos sobre os espaços públicos deve ser ressignificada, na medida em que ela é sempre associada à uma espécie de corrosão da vida pública. Para esses últimos autores, a ideia de domesticação seria mais produtiva quando concebida como parte essencial do processo através do qual as pessoas consideram os espaços públicos urbanos (e públicos) mais “habitáveis”, ou seja, onde elas se sentem mais “confortáveis” e “seguras”, qualidades essas que costumamos associar ao ambiente doméstico, mas que são inerentes também ao uso e à vivência dos espaços públicos (Koch & Latham, 2012).²⁵⁵

8 - A relação entre as noções de esfera pública e espaço público

Para o filósofo Jürgen Habermas, o espaço público é um dos lugares de manifestação empírica da esfera pública, onde pessoas privadas se reúnem enquanto público (sociedade civil) para debater racionalmente (opinião pública) aquilo que poderíamos chamar de bem comum ou interesse público (Habermas, 1984). Segundo a filósofa Hannah Arendt, o espaço público é a arena fundamental do embate político, da convivência entre os livres e diferentes/iguais, o lugar de manifestação, discussão e conciliação do conflito de interesses, os espaços da política (Arendt, 2002, 2007). Tanto na geografia, quanto na filosofia e nas ciências sociais, o conceito de espaço público está longe de ser uma noção consensual.²⁵⁶ Detentor de largo espectro, esse conceito parece abarcar diversos

approach allows us to see how places are produced in the everyday practices of using urban space as built environment and in the interplay between public discourses and everyday family practices” (apud Mandich e Cuzzocrea, 2015, p. 10).

²⁵⁵ *“There is a need to stop viewing domestication as implying a loss of public life. Domestication is more productively understood as a fundamental part of how people come to be at home in cities” (Koch e Latham, 2012, p. 19).*

²⁵⁶ Para uma excelente distinção entre as noções de esfera pública e espaço público e das formas de *publicidade* a elas associadas, ver Carl Cassergard (2014).

significados, trata-se de uma noção polissêmica (ver Goodsell, 2003;²⁵⁷ Mitchell & Staeheli, 2007;²⁵⁸ Parkinson, 2013,²⁵⁹ entre outros).

Entre os geógrafos, conforme demonstraram Lynn Staeheli e Don Mitchell (2007), com base em uma revisão bibliográfica na literatura de língua inglesa, as definições de “espaço público” são bastante diversas, variando de acordo com o propósito das pesquisas, dos marcos teóricos, dos métodos de análise, das visões de mundo dos pesquisadores etc.²⁶⁰

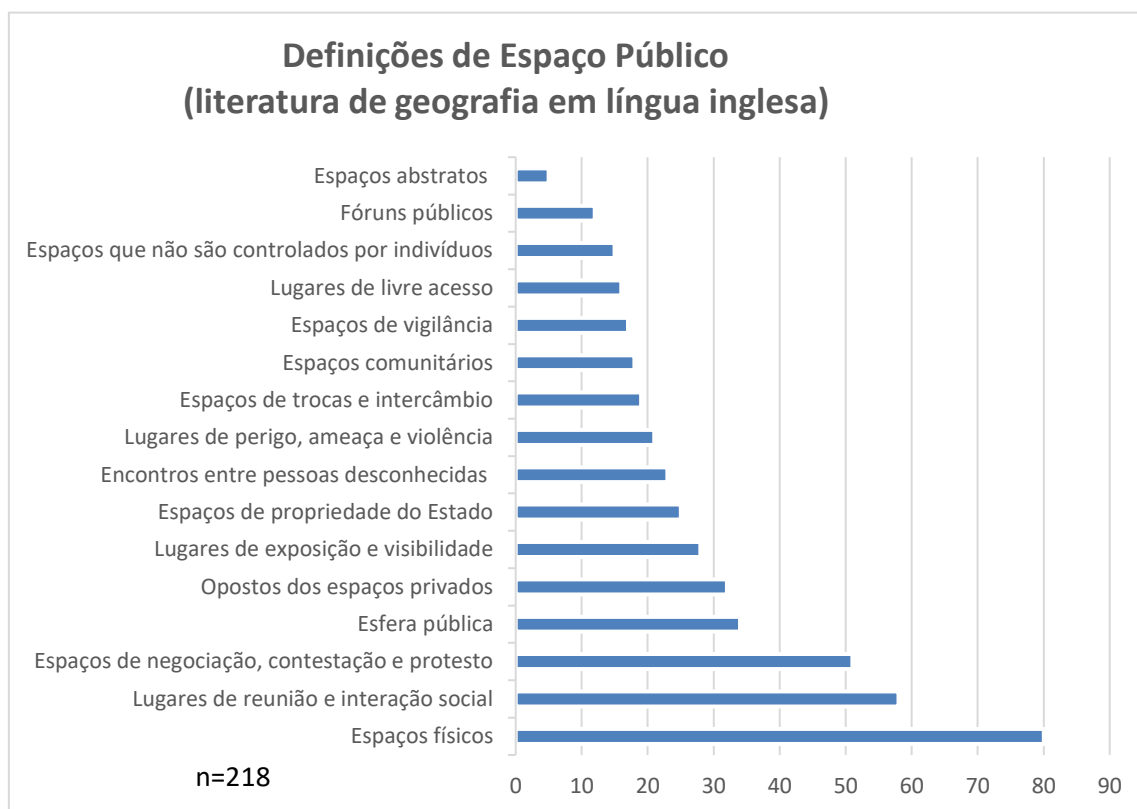
²⁵⁷ *“The term public space is frequently used in academic writing, but its meanings are diverse. Authors in different disciplines employ the term quite differently. The most striking contrast is between those who refer to it as the social realm of unfettered discourse on matters of public concern and those who conceive of it as a physical, public place, such as a town square or urban plaza. At the same time, considerable commonality is found in these uses, suggesting that the term is amenable to a more clarified definition. The features in common are the openness of public space, its importance to democratic life, and perceptions of its degeneration under conditions of modernity”* (Goodsell, 2003, p. 361).

²⁵⁸ *“The meaning of ‘public space’ has become increasingly complex in recent years, as research grounded in diverse theoretical perspectives and personal experiences has burgeoned. Whereas it once may have been unproblematic to equate public space with open or accessible space, this is no longer the case, as a range of questions about what makes a space ‘public’ have been introduced. Similarly, theoretical debates and political action have pried open the meanings of ‘the public’, ‘publicity’, and ‘public-ness’, considerably complicating discourses in normative political theory, critical geography, and other fields”* (Mitchell e Staeheli, 2007, p. 792).

²⁵⁹ *“Battles over public space involve conflicts of values that express themselves in planning policies as well as the built environment. However, the dominant conceptions of public space in planning practice and the academic literature support a limited range of those values. I argue that conceptions based on openness and accessibility play into a particular construction of public life that emphasizes casual interactions and downplays purposive, political ones. Following a conceptual analysis of the public-private distinction, the paper offers a novel, threefold account of public space; argues that democracy requires a particular kind of publicness not recognized by the commonly accepted definition; and deploys a simple content analysis to highlight the conceptual emphases and absences in planning policy in the political heart of London. I argue that some advocates of public space are unwittingly supporting restrictive planning and design practices that limit important kinds of democratic expression”* (Parkinson, 2013, p. 682).

²⁶⁰ *“It is therefore important to understand that, while definitions of public space and publicity vary with different positions and assumptions, usage varies too. People struggling through specific public space controversies, and academics seeking to make sense of those, are often flexible in their usage of ‘public’, ‘public space’, ‘publicity’, and the like, even as that flexibility is necessarily shaped by well-worn discursive channels”* (Mitchell & Staeheli, 2007, p. 807).

Figura 2: Gráfico - Definições do conceito de espaço público em artigos, capítulos e livros escritos por geógrafos em língua inglesa em relação ao número absoluto de aparições, podendo haver múltiplas definições em um mesmo trabalho ²⁶¹



Na maior parte dos casos, quando refletimos sobre a noção de espaço público, estamos lidando com um fenômeno dotado de uma dupla dimensão: o espaço público é, simultaneamente, um conceito físico/material (uma rua, uma calçada, uma praça, um parque, um equipamento etc.) e abstrato (relativo a um conjunto de expressões, manifestações e práticas individuais e coletivas) (Gomes, [2000] 2010). Enquanto espaço físico, sua discussão parece estar mais vinculada às preocupações de ordem prática que são conduzidas, principalmente, no âmbito da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano. Enquanto esfera abstrata, sua discussão parece estar mais ligada à filosofia e à ciência política, que as concebem como parte fundamental da vida política e democrática das cidades (ver Goodsell, 2003; Mitchell & Staeheli, 2007, Gomes, 2010; Parkinson, 2013, entre outros). Conforme nos recomenda Paulo Cesar Gomes, uma leitura

²⁶¹ Fonte: elaboração e tradução nossas, a partir de dados fornecidos por Lynn Staeheli e Don Mitchell (2007, p. 800).

geográfica dos espaços públicos deve unir essas duas dimensões (objetos e ações, morfologias e comportamentos), que devem ser pensadas conjuntamente (Gomes, 2012).

Para o filósofo francês Patrice Vermeren (2008), na filosofia política de Hannah Arendt, as noções de política, democracia e espaços públicos perdem completamente o sentido de existência quando pensadas isoladamente. A conjunção desses três conceitos representa o cerne do pensamento político ocidental desde os filósofos da Antiguidade Clássica e, posteriormente, da contribuição fundamental de filósofos modernos tais como Montesquieu, Hobbes, Locke, Rousseau, Kant, Hegel e Marx, apenas para citar alguns clássicos. Segundo a interpretação de Vermeren, foi Hannah Arendt a filósofa que melhor uniu essas três noções para pensar o mundo moderno, demonstrando como a liberdade, a igualdade e a diversidade constituem, a despeito das inúmeras contradições existentes, alguns dos mais importantes atributos da vida política moderna (Vermeren, 2008). Como bem argumenta Avigail Ferdman (2018), na filosofia política, existem diferentes concepções da noção de “espaço público” e, à luz de diferentes abordagens, afirma o autor, a natureza ou essência do conceito de espaço público ganha contornos distintos, variando, portanto, de pesquisador para pesquisador (Ferdman, 2018).²⁶²

Segundo Patrice Vermeren, a filosofia política de Hannah Arendt, que se concentra na discussão da liberdade como um valor essencial à vida política, oferece poucos subsídios teóricos para um outro valor fundamental da democracia, da cidadania e da vida pública: a equidade. Para Vermeren, desde a contribuição de Karl Marx e de outros grandes pensadores do século XIX, uma série de filósofos políticos contemporâneos vem se concentrando em demonstrar que: sem igualdade não há política, sem equidade não há esfera pública, sem isonomia não há cidadania (eu complementarmente: sem espaços públicos não há sociedades de fato democráticas!). Nesse sentido, pergunta-se Vermeren: em um contexto global de exacerbação das mais diversas formas de desigualdades, de

²⁶² “Conflicts over the character of public spaces and the urban commons are often inevitable in diverse or multi-cultural cities. While this paper aims to show that a liberal approach is too indeterminate with regards to resolving such public space conflicts, the argument is not meant to reject the liberal commitment to toleration and respect for reasonable pluralism. Rather, the paper argues for a more substantive account of pluralism, particularly in public spaces. A perfectionist ethics, that views the good life as a life of developing and exercising our human capacities, is capable of capturing this substantive account of pluralism and provide a framework from which to assess the legitimacy of competing claims on public spaces” (Ferdman, 2018, p. 17).

privatização dos espaços públicos e da vida pública, de restrição dos direitos humanos mais fundamentais, de contenção das liberdades individuais e coletivas, de questionamento das instituições políticas “tradicionais”, de cortes generalizados nos orçamentos público-estatais, de crescimento da polarização social e política etc., será mesmo que podemos dizer que vivemos em sociedades efetivamente democráticas no mundo ocidental contemporâneo? (Vermeren, 2008).²⁶³

Segundo Nancy Fraser (1990), uma condição necessária para a igualdade participativa na esfera pública (na arena pública e no espaço público) dos diversos indivíduos e grupos que a compõe (sociedade civil), é a eliminação ou a drástica redução das desigualdades sociais sistêmicas. Para a autora, isso não significa dizer que todos devem ser exatamente iguais, mas sim que todos devem ter oportunidades, direitos e deveres iguais; em outras palavras, as relações sistemicamente geradas na prática política (e econômica) de dominação e subordinação acabam por descaracterizar a democracia. As desigualdades sociais de diversas naturezas como origem étnica, gênero, classe, renda, etc., tendem a interferir no processo deliberativo da esfera pública, onde os grupos privilegiados acabam sendo os principais beneficiados.²⁶⁴ Nesse sentido, Fraser critica a concepção burguesa

²⁶³ “So can we reinvent democracy? Jacques Rancière would say we do not live in democracies, but rather in oligarchic legally constituted states where the oligarchy’s power is limited by the dual recognition of popular sovereignty and individual freedoms. For these states the economy is the only reality and the task of governments is to allow the unfettered development of the movement of wealth, to limit it and subject it to the people’s interests (Rancière, 2006a). So we ought to consider that democracy is not a specific form of political regime but the mode of politics itself; it is not the form of government that allows oligarchies to rule instead of, and in the name of, the people, nor that form of society which regulates the power of goods. Rather, we should consider that it is equality, not in offering itself as an objective to achieve the community of equals, but in posing equality as a starting premise that is impossible to fix in social institutions but is always subject to the act of verifying it. Then we would have to say that dissensus is the basis of democratic rationality, to separate citizenship and cultural allegiance, political universal and state universal: and so democracy would remain constantly to be reinvented” (Vermeren, 2008, p. 66).

²⁶⁴ “Let me conclude by recapitulating what I believe I have accomplished in this essay. I have shown that the bourgeois conception of the public sphere, as described by Habermas, is not adequate for the critique of the limits of actually existing democracy in late capitalist societies. At one level, my argument undermines the bourgeois conception as a normative ideal. I have shown, first, that an adequate conception of the public sphere requires not merely the bracketing, but rather the elimination, of social inequality. Second, I have shown that a multiplicity of publics is preferable to a single public sphere both in stratified societies and egalitarian societies. Third, I have shown that a tenable conception of the public sphere would countenance not the exclusion, but the inclusion, of interests and issues that bourgeois masculinist ideology labels ‘private’ and treats as inadmissible. Finally, I have shown that a defensible conception would allow both for strong publics and for weak publics and that it would theorize the relations among them. In sum, I have argued against four constitutive assumptions of the bourgeois

de esfera pública descrita por Habermas, que segundo ela e diversos autores, é inadequada por supor que a igualdade de condições e oportunidades não é uma condição necessária para a paridade participativa na esfera pública (ver Fraser, 1990; Deutsche 1992,²⁶⁵ Mitchell, 1997,²⁶⁶ entre outros).

A esfera pública, nos diz Fraser (1990), não é apenas uma arena política abstrata onde os discursos refletem os conflitos de interesses, além disso, ela é também uma arena para a formação e atuação das identidades socioculturais. Daí resulta o fato de que a vida pública igualitária, em sociedades multiculturais e realmente democráticas, não pode considerar a existência de uma única esfera pública abstrata e global, tal como descrita por Habermas, mas sim de múltiplos espaços públicos (ver Light & Smith, 1998; Low & Smith, 2006).²⁶⁷ Nesse sentido, o que Fraser propõe é a possibilidade de combinar a igualdade social, a diversidade cultural e a democracia participativa, em um modelo de esfera pública que possibilite a constituição de uma pluralidade de arenas públicas, nas quais os indivíduos e grupos com diversos valores e retóricas participam como iguais. Para ela, portanto, por definição, uma sociedade que se pretenda realmente democrática,

conception of the public sphere; at the same time, I have identified some corresponding elements of a new, post-bourgeois conception (Fraser, 1990, p. 77).

²⁶⁵ *"Is it possible to speak with assurance of a public space where social groups, even when physically present, are systematically denied a voice? Does anyone 'hold the key' to a public space? What does it mean to relegate groups to a sphere outside the public, to bar admittance to the discursive construction of the public, and, in this way, prohibit participation in the space of public communication? Failure to recognize the homeless as part of the urban public; disregard of the fact that new public spaces and homelessness are both products of redevelopment; the refusal to raise questions about exclusions while invoking the concept of an inclusionary public space: these acts ratify the relations of domination that close the borders of public places no matter how much these areas are touted as 'open and freely accessible to the public for 12 or more hours daily'" (Deutsche, 1992, p. 38).*

²⁶⁶ *"The conception of the citizen as a private person admitted to debate within the public sphere is of central importance in liberal welfare societies. (...) Despite the ideology of equal access, however, numerous scholars have shown how citizenship has been formed historically through various processes of exclusion. These exclusions, which have been based on gender, race and class distinctions, enabled the entrenchment of a new white, bourgeois, male order of 'citizens'" (Mitchell, 1997, p. 173).*

²⁶⁷ *"An understanding of public space is an imperative for understanding the public sphere" (Low and Smith, 2006, p. 6).*

deve ser capaz de incluir uma multiplicidade de públicos na esfera pública e nos espaços públicos, tal como proposto por Hannah Arendt (Fraser, 1990).²⁶⁸

Paul Howel (1993) e Nelson Lee (2009), por exemplo, afirmam que a noção de espaço público desenvolvida por Hannah Arendt é menos abstrata que a noção de esfera pública oferecida por Habermas. Segundo Howel, Arendt considera fundamental, nas sociedades democráticas, a existência de uma variedade de públicos politicamente engajados, onde todos participariam como iguais na esfera pública e nos espaços públicos politicamente ativos (sem deixarem de ser diferentes) (Howel, 1993).²⁶⁹ Mesmo argumento defendido por Nelson Lee (2009), que demonstrou a importância da Praça Tiananmen, em Pequim (na China), durante o movimento de 4 de maio em 1919, para a ação política da sociedade civil organizada. Para Lee, a ação política das pessoas é fundamental para a formação de espaços públicos politicamente ativos (Lee, 2009).²⁷⁰

²⁶⁸ Em um país como o Brasil, marcado histórica e estruturalmente por profundas desigualdades sociais de diversas naturezas, esse debate tem uma importância inquestionável. Para uma discussão detalhada, ver o importante artigo de Nancy Fraser (1990).

²⁶⁹ *“Where Habermas calls this ideal the public sphere, Arendt talks—and I will come to show, significantly—of public space. Now, admittedly, Habermas’s is by far the more sophisticated model, but he has acknowledged, nevertheless, the influence of Arendt’s ‘communicative theory of power’ (Habermas, 1977) as an answer to at least some of the dilemmas that plagued his earlier work. And both Habermas and Arendt seek to specify the conditions under which such ideas of public debate arise and are threatened; both, in fact, as Benhabib (1992c) points out, are engaged in presenting models of public space. The great difference between Arendt and Habermas, however, is that, for Arendt, public space, as distinct from the public sphere, has not lost its geographical significance. Despite the basic similarity of their orientations, Arendt pays much more attention than Habermas to geographical considerations, and over and above this to the virtues of particularity—so much so that I am tempted to call her entire body of work an historical geography of modernity, and one which is ultimately very different from Habermas’s. It is this ‘spatial dimension’, the ‘spatial quality’ of Arendt’s work which points up the noted absence of space in Habermas’s parallel investigation of modernity (Canovan, 1974, page 112; d’Entreves, 1992; Ricoeur, 1983)” (apud Howel, 1993, p. 314).*

²⁷⁰ *“How does the case of the origin of Tiananmen Square bring up to date the discussion on the making of public space? Answering these questions requires that we rethink two visions of the politics of public space: the Habermasian public sphere and the Arendtian public space. The Habermasian public sphere is a realm ‘free from all coercion or the intrusion of force’ in which unimpeded rational-critical debate can be conducted (Montag, 2000, p. 135). It came about with a historically specific bourgeois society, emerged ‘between civil society and the state,’ and was formed by private peoples coming together as a public. Ideally, pure speech in the public sphere counterbalances the state and binds its activity to a system of norms legitimated by public opinion. However, regardless of this normative ideal, Habermas’s public sphere is vulnerable to pressure from the state. (Lee, 2009, p. 39) (...) I now move to the Arendtian concept of public space, which offers a stronger vision of the public by including the concept of collective political action. Arendt defines action as a human being’s exercise of his or her freedom, which is the combination of ‘I will’ and ‘I can’: the will and the ability ‘to take an initiative, to begin, to set something into motion’ (Arendt, 1998, p. 177; Arendt, 1968, p. 160). In the Arendtian scheme of the private/public dichotomy,*

A constituição de uma esfera pública confere ao cidadão o direito à cidade, à utilização do espaço público e vice-versa, ou seja, através de um processo dialético, espaço público e esfera pública constituem um sistema de retroalimentação. Como bem demonstrou Maria Pia Lara (1998), através do exemplo da redemocratização do México nos anos 1990, a cultura pública e as instituições públicas não surgem do nada, de uma hora para outra. Para que ambas possam surgir é necessário que existam espaços públicos onde a sociedade civil possa se constituir enquanto público, com necessidades e interesses plurais que, por sua vez, se transformam em demandas institucionais (Lara, 1998).²⁷¹ Para que esse seja um espaço público politizado, não obstante, é necessário que haja um esforço concentrado de pessoas que prezem pelo bem comum e o interesse público. Tanto para Howel (1993) quanto para Lee (2009), a noção de esfera pública concebida por Habermas, sob certo sentido, restringe ou reduz a ideia de “público” à sua forma institucional, os Estados.²⁷² Hannah Arendt, por sua vez, propõe uma concepção mais abrangente tanto da ideia de “público”, quanto da ideia de “político”; segundo essa acepção, o espaço público é feito e mantido graças à ação de uma pluralidade de pessoas politicamente engajadas na promoção do bem comum (ver Howel, 1993; Lee, 2009).²⁷³

action occurs when someone for whom the necessities of life have been satisfied in the private realm enters the public realm. Action develops fully only when it ‘has created its own worldly space where it can come out of hiding’ (Arendt, 1968, p.169). In this sense, action is the prerequisite for the creation of public space. Whereas Habermas assumes that the public sphere already exists in the ‘natural order’ of the capitalist market, for Arendt, public space results only from people’s action, and is not a given” (Lee, 2009, p. 41).

²⁷¹ *“I have suggested that we should conceive of the transition to democracy as a complex process that links the institutional creation of democratic structures and the emergency of democratic culture with the performative illocutionary actions of groups that straggle for the conquest of the public space. In this perspective, social movements and group actions are viewed not only as organizers or aggregators of specific demands, but also as mediators between state and not-state institutions that create and canalize public representatios” (Lara, 1998, p. 72).*

²⁷² Diga-se de passagem, alguns autores atribuem o atual pessimismo em relação aos espaços públicos justamente a esta redução da ideia de “público” à sua dimensão institucional estatal: nesse caso, a desconfiança generalizada em relação à política institucional que muitos autores compartilham, acaba transbordando para o tema dos espaços públicos.

²⁷³ Carl Cassergard (2014) faz uma excelente distinção entre as noções de esfera pública e espaço público e das formas de publicidade a elas associadas: *“Can we then conclude that ‘public space’ is more suitable as a focal point of a radical politics than the ‘public sphere’? The correct way to put it is surely that public space is not inherently radical, but a crucial and irreducible element in all politics— including that of the public sphere. The public sphere takes place in a variety of spatial settings and mediums, which condition its specific mode of interaction, namely deliberation or public discussion. Public space, however, also exists in forms— such as counterspaces or no-man’s-lands— in which the dimensions of publicness that constitute the public sphere are radicalized to the point that space potentially becomes a locus for questioning the public sphere itself. What goes beyond the regular politics of the public sphere is therefore*

Segundo argumentam Janis Bailey e Kurt Iveson (2000), posto de maneira simplificada, o espaço público pode ser entendido como um meio através do qual a esfera pública é construída, mantida e representada. Em outras palavras, é a partir da interação de uma variedade de públicos coexistindo nos espaços públicos que todas as formas de conflitos e identidades ganham publicidade, se transformam em construções sociais publicamente concebidas, manifestas e debatidas. É com base nesse mesmo mecanismo que as representações sociais são construídas e questionadas. São nos espaços públicos que se constroem diversos valores compartilhados e, simultaneamente, onde se pode contrapor e questionar esses valores, onde públicos e contra-públicos interagem de maneira livre e democrática. Em resumo, segundo esse ponto de vista, sem espaço público não há como existir uma esfera pública, uma esfera de debate público só pode existir enquanto espaço público (Bailey & Iveson, 2000).²⁷⁴

O exemplo discutido por Di Wang (1998) é, nesse sentido, emblemático. Antes do século XX a cidade chinesa de Chengdu não possuía nenhuma instituição de governo local, tratava-se de uma sociedade relativamente “autônoma”. No início do século XX, porém, uma instituição de governo local se estabeleceu, transformando sensivelmente a cidade e os seus espaços urbanos comuns através de diversas intervenções urbanísticas. Apesar das mudanças de ordem física, a característica mais marcante da sociedade civil local, a cultura de rua, que já existia muito antes das instituições políticas locais serem criadas, permaneceu como sendo um traço distintivo fundamental dessa população cidadina. Uma série de novos espaços públicos e comuns foram criados, porém, não foram esses novos espaços públicos que criaram uma “cultura de rua” (pública) nessas pessoas, na verdade,

not so much space itself as acts that use space to unbracket or visibilize inequalities or to construct arenas based on alternative forms of bracketing. Just as the public sphere arises and dissipates depending on discursive practices and their material underpinnings, so a variety of public spaces can emerge, depending on how they are used, that offer a place to live and be heard for those who experience themselves as excluded from the public sphere” (Cassergard, 2014, p. 701).

²⁷⁴ *“From this perspective, the occupation of public space serves a dual purpose for union counterpublics - it provides both a means to make claims on the wider public sphere and an opportunity to forge solidarity between the multiple identities of individual unionists and union supporters. The use of public space for protest must be considered in this dual context. Protest events are not simply events in which unions (or other social movements) occupy public space in order to make a political point. Participants will use such events to negotiate their relationships with each other, even to debate the very political points they wish to make” (Bailey & Iveson, 2000, p. 530).*

o processo se deu ao contrário: foi a cultura pública, enquanto um traço cultural distintivo, que criou a demanda por uma instituição política governamental (ver Wang, 1998).²⁷⁵

Em Nova York, nos Estados Unidos, argumenta John Gilbert McCurdy (2018), pouco antes da Revolução do século XVIII, a disputa pelos espaços públicos e a contestação de certos usos redefiniu a geografia militar das tropas britânicas e americanas ali confrontadas, o que teria alterado a dimensão público/privada do espaço citadino local e acabou por demarcar aqueles que seriam os principais lugares de engajamento cívico que se formariam no futuro: espaços públicos que, a partir de então, deixaram de ser espaços submetidos à lógica militar e passaram a se submeter à lógica cívica (McCurdy, 2018).²⁷⁶ No Nepal, igualmente, segundo nos conta Urmi Sengupta (2018), na transição do regime monarquista para o regime republicano, o tema dos espaços públicos se tornou o centro de um importante debate político, que redefiniu por completo a geografia público-privada da cidade de Kathmandu. O novo modelo político, apesar de ter produzido e reproduzido diferentes formas de desigualdades, acabou por inserir essas questões na esfera pública do “Novo Nepal”, originando um importante debate sobre a importância dos espaços públicos (Sengupta, 2018).²⁷⁷

²⁷⁵ *“The early twentieth century was an important transitional period in the history of Chengdu. The cultural fabric of the era was an inter weaving of old and new, popular and elite, though the traditional and popular still dominated the culture of the streets and other public spaces. There was also a dramatic change in the urban administration of the city. Before the twentieth century, Chengdu did not have a municipal government; the city was a relatively autonomous society organized by the community itself. But beginning early in the twentieth century, Chengdu began to be transformed into a managed society. In the process, although the appearance of the city changed somewhat, the old street culture managed to survive, and traditional street life continued. Under the new order, however, popular culture absorbed many new elements, such as public theaters, public parks, new teahouses, and public exhibitions”* (Wang, 1998, pp. 65-66).

²⁷⁶ *“In sum, the military geography of Revolutionary New York left a lasting impression on the American character. Because of the importance of the public sphere and the military revolution to the eighteenth century, spatial practice changed during and immediately after the Seven Years’ War, creating opportunities for new representations of space to emerge. While theirs was not the only new conception of space, the Sons of Liberty was ultimately the most successful, in part, by challenging the prevailing spatial representations of forts and barracks within the city as innocuous and permanent. As a result, when we contemplate the horrors of the everywhere war—not just far away but on our city streets—we might observe how recent and how innovative the idea is that the city should be a place of peace”* (McCurdy, 2018, p. 635).

²⁷⁷ *“The paper argues that the current public space construct in Kathmandu must be seen as an entanglement of complex, multilayered and multifaceted conditions, where conflicts come naturally into play, leading to contradictions and estrangement of spaces. The incidence of spatial rupturing has intensified during the political transformation from absolute monarchy to republicanism, signifying new*

O exemplo o Japonês, a despeito de suas peculiaridades políticas e culturais constitui, igualmente, um dos mais interessantes demonstrativos da relação entre espaço público, esfera pública e democracia. Tal como demonstraram Paul Waley (2005), Vinayak Bharne (2010) e Hiroshi Okano & Danny Samson (2010), no Japão, o primeiro país não ocidental a adotar a democracia como regime político após a Segunda Guerra, a produção e reformulação dos espaços públicos foi um importante instrumento de democratização da sociedade japonesa, espaços esses que foram concebidos e reformulados com base em princípios completamente distintos daqueles característicos de tempos pretéritos (Waley, 2005)²⁷⁸; diferentemente do que não aconteceu na Rússia, por exemplo, onde esse debate sobre a “democratização” das cidades e da sociedade russa nunca existiu de fato (ver Engel, 2006).²⁷⁹

Nesse sentido, o exemplo japonês é emblemático, pois, o debate acerca da institucionalização da democracia como regime político/social no Japão levou em consideração o fato de que as cidades e os espaços públicos do país precisariam incorporar os elementos básicos que garantiriam o funcionamento democrático da vida pública de seus cidadãos. O que isso significou na prática? Que as cidades japonesas foram repensadas e remodeladas de modo a transformar os “espaços urbanos comuns” em “espaços públicos”, com todos os elementos que lhes são característicos em sociedades democráticas. Segundo esse argumento, somente após a conversão dos espaços urbanos de uso coletivo em autênticos espaços públicos, que a democracia japonesa se consolidou

forms of inequality in the public sphere and an affront to the democratic aspirations of the 'New Nepal'” (Sengupta, 2018, p. 2782).

²⁷⁸ Para Paul Waley (2005), esses novos espaços públicos concebidos no período de democratização da sociedade japonesa eram completamente diferentes, por exemplo, dos parques públicos produzidos no século XIX, no chamado período de modernização das cidades do império japonês: “Parks spoke of an expanded capacity on the part of the public realm to own and make use of land. Increasingly, the 19th-century state had the will as well as the means to exercise sufficient control over society to plan and regulate cities, and public parks issued out of this greater sense of control. Many parks were an expression of municipal pride” (Waley, 2005, p. 3).

²⁷⁹ Na Rússia, segundo nos conta Barbara Engel (2006), após a queda do regime socialista, quando se implantou um regime político “democrático” no país, também houve um grande ímpeto por parte das autoridades políticas em reformular os espaços públicos de algumas das principais cidades do país. Porém, diferentemente do que ocorreu nas cidades japonesas que foram, sob certo sentido, “publicizadas”, as cidades e os espaços públicos da Rússia continuaram sendo vistos como espaços de vigilância e controle social constantes por parte das autoridades governamentais: “Public space was designed in order to control and supervise the life of people. The strong hierarchy and function of public space was expression for the very strong wish of the leadership to control peoples’ life and activities as well as within the industrial working areas” (Engel, 2006, p. 167).

naquela sociedade para além das instâncias de poder institucionalizadas, o que transformou profundamente a cultura pública e política da sociedade japonesa, um fenômeno que desde o fim da Segunda Guerra vem se consolidando nesse país (ver Bharne, 2010 ;²⁸⁰ Okano & Samson, 2010).²⁸¹

Apesar de diversos autores, de diferentes áreas do conhecimento, fazerem apelo à “corrosão” da dimensão política dos espaços públicos nas cidades contemporâneas, a bibliografia que contempla o tema dos espaços públicos tem incontáveis exemplos de estudos empíricos e teóricos que sugerem outras possibilidades interpretativas (Lees, 1994).²⁸² Nesses estudos, a vida pública cotidiana dos espaços públicos aparece como um fenômeno fundamental para a existência de uma esfera pública que se desenvolva fora das instituições políticas do Estado. Nesse contexto, abrangentes teorias políticas se fundem àquelas da vida social cotidiana: a filosofia política de autores como Arendt e Habermas se une aos preceitos das correntes interacionistas de autores como Erving Goffman, por exemplo (Backer et al, 2019).²⁸³

²⁸⁰ *“The intention is to expand the rhetoric of a relatively understudied period of recent Japanese history and reflect more deeply on the forces and meanings of public space as seen in the Japanese city today. Underlying this analysis is the assumption that there is such a thing a ‘democratic space’, a public sphere distinct from the state, for public debate, deliberation, and consensus. Tracing its evolutions and mutations can both help reveal Japan’s cultural cleavages and affirm the reappraisal or negation of its democratic aspirations. The new forms of post-war public space in Japan can therefore be seen as the contested and negotiated terrain of socio-political renewal and cultural identity”* (Bharne, 2010, p. 38).

²⁸¹ *“In response to the fragmentation of individuals brought on by globalization, it is crucial to expand the positioning of the four quadrants of public space, based on cosmopolitanism, in order to establish urban creativity. By examining cases such those listed— cultural urban branding at BMWMINI, and Montreal’s puppet theatre—this paper points to a direction for the building of an urban strategic management system that will expand urban capabilities. Finally, for creative cities, it is important to motivate people for implementing cultural urban branding by achieving a balance among the process of the four public spaces. Design and arts could have integrative functions for attaining this”* (Okano e Samson, 2010, pp. 511-512).

²⁸² *“Sennett and Davis, in effect, deny the possibility of an engaged public life in the contemporary city. For them, the link between public space and active citizenship has been broken; city streets and squares no longer serve as forms for democratic discussions. I disagree. The newspapers are filled with examples of citizens using urban public spaces politically”* (Lees, 1994, p. 444).

²⁸³ *“Interestingly, as Brighenti (2008) notes, political philosophical reflection on the public sphere, such as that of Jurgen Habermas or Hannah Arendt, is almost exclusively focused on the dimension of political participation and deliberative procedures, while micro-sociological, interactionist studies of the public realm are mainly concerned with the cognitive frameworks and registers of interpersonal interaction. Both approaches, the author argues, “miss the spatial and material constraints that constitute the public” (p. 12). In tying these two interests together, we ask how micro- and everyday politics unfold along contested lines of publicness and privacy and whether conceptions of shared space need to be rethought when they*

Alguns destes estudos recentes demonstram como, na maioria dos casos, a dimensão política dos espaços públicos emerge como parte essencial da existência de sociedades democráticas. Conforme argumentam Lars Frers e Lars Meier (2017), por exemplo, os espaços públicos continuam sendo lugares privilegiados para o debate político e público e, mais importante ainda, para a realização de práticas de resistência ao *status quo* político/econômico das sociedades e cidades contemporâneas: “*These practices oppose dominant orders and the rules of established structures*” (Frers & Meier, 2017, p. 124). Como bem argumentam Terri Mannarini, Angel Fedi e Stefania Trippetti (2009), nesse sentido, a qualidade do engajamento cívico dos cidadãos depende também, em alguma medida, da existência e da qualidade dos espaços públicos (Mannarini et al, 2009).²⁸⁴

Segundo Hans-Jörg Trenz & Klaus Eder (2004) e Craig Calboun (1999), a constituição de uma esfera pública europeia (após o advento da União Europeia - UE), talvez não tivesse sido possível se as sociedades dessas diferentes nações que compõe o bloco não compartilhassem determinados valores e práticas. Nesse contexto, afirmam esses autores, os espaços públicos mais emblemáticos de algumas cidades dessas nações, tanto do ponto de vista simbólico, quanto do ponto de vista prático, ofereceram uma importante contribuição: possibilitando à sociedade civil europeia a construção de valores comuns aos cidadãos dessas diferentes nações que compõe o bloco e que convivem democraticamente nos espaços públicos de diversas cidades do continente (ver Calboun, 1999;²⁸⁵ Trenz & Eder, 2004).²⁸⁶ Argumento esse que, sob certo sentido, contrasta com

are compared and contrasted with different articulations in diverse socio-cultural contexts and from intersectional perspectives. Empirical micro-sociological studies indicate how publicness and privacy are negotiated through embodied spatial practices, discursive constructions and the negotiation of access to public space, in relation to questions of visibility/invisibility, intimacy, fear, freedom, belonging, exposure, and recognition. This inevitably leads to a critical discussion of the central assumptions regarding private/public space and its generational, gendered, classed and ‘culturalised’ construction” (Backer et al, 2019, p. 121).

²⁸⁴ “*The vast majority of the practices of public involvement, although they do not give citizens the power to make a decision, constitute a powerful tool for shaping responsible and effective public policies that can change the material circumstances of people’s lives*” (Mannarini et al, 2009).

²⁸⁵ “*Specifically, of its centrality of democracy, I want to argue for the importance of keeping a conception public space, a space of discourse but also the space a within which jural entitlements can be enforced, distinct from both webs and interpersonal relationships and large-scale categories of cultural identities*” (Calboun, 1999, p. 219).

²⁸⁶ “*Our general theoretical proposition is that the more collective actors are contingent on the public, the more we will have processes of collective learning that are the benchmark of democracy. From this, we can expect that type (a), which builds public resonance into the will formation of learning institutions,*

aquele desenvolvido por Marianne Van de Steeg (2002), que simplesmente não mencionou a expressão espaço público nenhuma vez em seu artigo que reflete sobre uma longa lista de pré-condições para a existência de uma esfera pública europeia no processo de formação do bloco europeu (ver Steeg, 2002).²⁸⁷

Conforme demonstrado pelo estudo de Lucy Jackson e Gill Valentine (2017), grupos que protestam acerca de questões relativas à saúde pública no Reino Unido evocam a dimensão performativa do ativismo para debater temas relevantes para os cidadãos desses países. Ao discorrer sobre a importância da “territorialização” e das “práticas territoriais” de alguns grupos de ativistas, as autoras demonstram como a escolha de logradouros públicos específicos e simbólicos para as causas em tela são fundamentais para o sucesso das empreitadas, ou seja, para que as performances ganhem visibilidade ante à opinião pública desses países (Jackson & Valentine, 2017).²⁸⁸ Como bem argumentam Ekaterina Haskins e Justin DeRose (2003), através do exemplo do memorial construído para homenagear as vítimas dos atentados terroristas de 11 de setembro em Nova York, a arte pública e sua contestatória dimensão performática é muito mais do que uma simples intervenção artística (crítica ou não) que ocorre nos espaços públicos. Para que se possa realmente falar em “arte pública” (contestatória ou não), deve haver uma constante interação reflexiva entre a performance que ocorre publicamente e o público, ou seja, um

provides the strongest mechanism for democratization. The democratic function of societal learning is built into the triple contingency of collective actors acting on the public stage. These conditions are classically accomplished in ‘mediatized public spaces’” (Trenz e Eder, 2004, p. 13).

²⁸⁷ *“By focusing on the public discourse that is developed in the media, we can learn about the character of the public sphere within the EU in all its variety and dynamism. Seen from this point of view, it becomes possible to imagine that even though the long list of preconditions is not fulfilled, that which appears to be only public opinion formation on the national level simultaneously generates public opinions on the EU level” (Steeg, 2002, p. 517).*

²⁸⁸ *“While the loss of public space is widely presented as a result of transformed political, economic, and cultural rules (Smith, 1995), studies have also focused on the potential of public space for spontaneous everyday practices and open-ended social encounters (Frers & Meier, 2007; Watson, 2006). (...) The example discussed in this article presents a unique opportunity to explore how the intimately geopolitical is challenged in and through public space, affording the opportunity to assess the way in which acts of resistance, as performances of political, moral, and social ideals, have impact, and are impacted upon, within public space” (apud Jackson and Valentine, 2017, p. 2).*

espaço de debate coproduzido emerge: o público e a arte devem compor o mesmo fórum de debate e reflexão (Haskins e DeRose, 2003;²⁸⁹ Guinard, 2018).²⁹⁰

Nesse sentido, Lars Meier (2017), analisando uma série de narrativas biográficas de trabalhadores urbanos de diversas idades e posições sociais, demonstra como os trabalhadores mais antigos se recordam com nostalgia dos protestos que eram realizados nos espaços públicos de tempos pretéritos que, segundo eles, eram mais acessíveis e/ou menos restritivos: “The memories are of a public space as a place of encounter of a community of solidarity in which the individual could feel safe, as there were no ‘bad people’” (Meier, 2017, p. 7). Imagem essa que corrobora com a impressão dos ativistas mais jovens, para quem as práticas de resistência realizadas nos espaços públicos de hoje são mais vigiadas e menos permissíveis: “The workers consistently put the memories of their past resistance practices in public space in contrast with public space as it is today, which they frequently depict as threatening and restricting their present day uses of public space” (Meier, 2017, p. 8).

Todas as formas de uso e apropriação dos espaços públicos, para além de sua dimensão físico-material (ocupar um ponto do espaço), é também uma forma de uso e apropriação simbólico-política. Para Bülent Batuman (2003), os espaços públicos funcionam como eternas arenas onde tem lugar uma intensa disputa de narrativas simbólicas e políticas, que concorrem e coexistem umas ao lado das outras. Na Turquia, argumenta Batuman, essa disputa de narrativas entre forças “modernizantes” e “conservadoras”, entre o Ocidente e o Oriente, entre o “tradicional” e o “moderno” na esfera pública local reflete, em realidade, uma disputa por espaço, ou melhor, uma disputa pelo espaço público, pela

²⁸⁹ “For a memorial to be genuinely public, then, it must not only occupy a location that is zoned as public but also provide space, that is, a functional public forum for debate among historical subjects (...) Therefore, a more inclusive test for public art may require that the work create a public space where the experience of seeing is not monopolized by a single artistic or political agenda but offers an opportunity for a plurality of responses” (Haskins e DeRose, 2003, pp. 379-380).

²⁹⁰ “The role of the publics and of artists in the public artmaking process is thus re-evaluated. The members of the so-called ‘public’ are expected to be active players in the production of art and become the owners of the project rather than passive recipients of it. The public artists are not producers or owners of artistic projects anymore but initiators of artistic processes. Consequently, public art itself is reconceptualized as a process rather than as a product, and as a social medium instead of a mere aesthetic form. If this type of public art is close to what Lacy (1995) referred to as ‘new genre public art,’ its implementation in South Africa is particularly interesting since it reveals—through its potentialities and its limits—the socio-spatial structures that are shaping South African urban spaces today” (Guinard, 2018, pp. 131-132).

opinião pública, pela esfera pública e pela vida pública (Batuman, 2003).²⁹¹ Como bem demonstrou Sandra Jovchelovitch (2001), em sociedades democráticas, as representações sociais são construções sociais publicamente produzidas através da coexistência das diferenças, da convivência da pluralidade. Para essa última autora, em sociedades democráticas, todas as representações sociais são construídas à luz da interação da diversidade, ou seja, das diferentes narrativas produzidas por todos os indivíduos e grupos que compõe a sociedade civil e que competem e coexistem de maneira livre e democrática, isto é, respeitando os princípios republicanos essenciais: a liberdade, a igualdade e a fraternidade (Jovchelovitch, 2001).²⁹²

Segundo o cientista político John R. Parkinson, em seu influente livro *Democracy and Public Space: the physical sites of democratic performance* (2012), tanto do ponto de vista simbólico quanto do ponto de vista prático, não há como pensar na constituição de regimes políticos republicanos e democráticos sem a existência de espaços públicos, onde é possível construir, transformar e contestar as representações sociais e as demandas individuais e coletivas.²⁹³ Para esse autor, há uma dimensão performática nos regimes políticos democráticos e republicanos (democracias ou repúblicas liberais) que, sem a existência de autênticos espaços públicos que possibilitem à sociedade civil compor públicos diversos, simplesmente não poderiam ser considerados “democráticos” ou

²⁹¹ “Analyzing the spatial genealogy of the student riots in May 1960 in Ankara, the capital city of Turkey, this article investigates the relation between space and identity politics. Besides the social practices it contains, the “publicness” of space is also marked by the meanings and values attributed to the space by various social actors. The political participation of the social groups in public sphere becomes possible through spatial appropriation, which does not only mean the practical occupation of space but also the appropriation of the image of the (public) space” (Batuman, 2003, p. 261).

²⁹² “In this sense, social representations are forms of knowledge structured to handle difference and have close links to the quality of public spaces. Indeed, they are themselves indicators of this quality. Public spaces that allow difference and dissent to coexist, be negotiated and reworked through dialogue and equality of access are, par excellence, the space in which social representations are produced. Totalitarian societies, alternatively, militate against the production of everyday knowledges such as social representations. Representations produced in the bubble of social life, where different worldviews are allowed to propose their project and sustain the claims they make about reality and what the future should be, are potentially dangerous to whoever wants to sustain the supremacy of a single worldview, sure of itself and of the ‘truth’ it proposes” (Jovchelovitch, 2001, p. 6).

²⁹³ “From that starting point, this book argues that democracy depends to a surprising extent on the availability of physical, public space, even in our allegedly digital world. It also argues that in many respects the availability of space for democratic performance is under threat, and that by overlooking the need for such space – or arguing against that need – we run the risk of undermining some important conditions of democracy in the modern world” (Parkinson, 2012, p. 2)

“republicanos”, algo que os cientistas políticos mais ortodoxos dificilmente admitem de maneira clara.²⁹⁴ Os regimes políticos democráticos não constituem apenas diretrizes políticas, institucionais, normativas e administrativas abstratas: a democracia é um sistema político posto em prática por pessoas individual e coletivamente consideradas que vivem conjuntamente socializadas em espaços fisicamente constituídos (Parkinson, 2012).²⁹⁵

Para Parkinson, o conceito de democracia e o conceito de espaço público, apesar de distintos, estão intimamente relacionados. O conceito de espaço público não esgota a ideia de política ou de democracia: o espaço público é uma expressão da existência do fenômeno político e, simultaneamente, uma condição de sua própria existência. Conforme argumenta Parkinson, é necessário fazer aqui uma ressalva: a ideia relativamente abstrata de “política” não pode ou deve ser reduzida à noção de “espaço público” e vice versa; os espaços públicos possuem também uma dimensão sociocultural que, no entanto, não entra em contradição com sua natureza política. Em outras palavras, a dimensão institucional do fenômeno político não esgota o conceito de política (democracia) e, simultaneamente, a vida pública nos espaços públicos não deve ser vista como um fenômeno de ordem exclusivamente político (Parkinson, 2012).²⁹⁶

O conceito de espaço público pode ser entendido, segundo esse argumento, como um subconjunto físico da esfera pública: os arranjos espaciais e comportamentais estão para os espaços públicos, assim como os arranjos institucionais e normativos estão para a esfera pública. Segundo a interpretação de Parkinson, Habermas distinguia com clareza em sua obra uma esfera pública formal (de governo), de uma esfera pública informal

²⁹⁴ *“The idea that democracy depends on physical space in various ways runs counter to the current orthodoxy in democratic theory and wider political science. Issues of physical space are almost entirely off the radar of scholars of politics. Those very few political theorists who use the term ‘public space’ use it interchangeably with ‘public sphere’ or ‘public realm’ (p. 6)”* *The big fault of the political literature is that it has barely noticed physical space, or dismisses its importance too abruptly*” (Parkinson, 2012, pp. 8-9).

²⁹⁵ *“Democracy is not merely the interplay of arguments and reasons in some abstract public sphere but is performed by people, with aims, on stages” (p. 23)* *“This is important because it helps us understand why public space matters to democracy, and why I think political theorists are wrong when they dismiss the value of the physical, giving all their attention to the virtual realms of public engagement”* (Parkinson, 2012, p. 48).

²⁹⁶ *“formal public space is not all there is to politics. At the same time, as Stevens (2007) rightly insists, the purposes of public space are not just political (...) Government is not all there is to politics: politics is not all there is to public life” (p. 86)*

(de cidadãos). Assim sendo, esfera pública (dimensão abstrata) e espaço público (dimensão física) são elementos constituintes de um mesmo fenômeno político: democrático e republicano (ver Parkinson, 2012).²⁹⁷

9 - Democracia, cidadania, sociedade civil, publicidade e a vida cotidiana: o direito de uso dos espaços públicos

Que características um espaço público deve ostentar para que sua publicidade seja plena? A bibliografia a respeito é unânime: livre acesso realmente a todos. Conforme nos orienta Hannah Arendt (2007), nas sociedades democráticas, o espaço público é o lugar de manifestação da diversidade social, cultural e individual, um lugar onde a pluralidade de públicos goza dos direitos e deveres que lhes são outorgados pela cidadania (Somers,

²⁹⁷ “Democracy is an ongoing performance, not a periodic or one-shot affair. I have distinguished between five primary democratic roles that actors play in a democracy: narrating, claiming, deciding, scrutinizing, and representing. All of these five have their own proper stages of action: almost limitless for narrating (but not quite, thanks to norms about safe and unsafe topics); highly visible stages for making public claims; single, dignified stages for decision-making and scrutinizing. Representing takes place in different modes across these four kinds of stages. The concept of democracy is intimately connected with the concept of ‘the public’ in three different ways: the sense of public as that body of people comprising the demos, as that set of issues of common concern, and as that set of things that have collective impacts. These things collectively form the public sphere, and I work throughout with Habermas’s distinctions between a formal public sphere of government; the informal public sphere of free citizens engaging in debate and opinion formation; the economic sphere of private business transactions; the ‘sphere of the intimate’ (using Held’s terms); and the complex transmission (or, indeed, exclusion) mechanisms of governance that include policy networks and discourse coalitions and the impersonal coordination provided by discourses, state institutions, and the capitalist political economy. I use the term ‘public space’ to mean the physical subset of the public sphere, and include in it those spaces that are freely accessible, that use common resources, that have common effects, and are used for the performance of democratic roles. I specifically exclude ownership from my definition, because it does not track actual political practice. I have insisted that such physical spaces matter for the performance of democracy, especially the scrutiny function. One can still have a kind of democracy without physical stages, just as a human being can still function without the use of his or her limbs; however, democratic life becomes a great deal harder without them, and thus I think they are worthy of evaluation and academic scrutiny. I have also argued that when it comes to explaining political behavior, clearly political space is not all there is: ‘place’ matters just as much, and even more, in some settings. Place is defined as the agglomeration of people and practices, symbolic and normative associations, as well as the power relations that drive spatial production and reproduction. There are clearly some settings where it really is ‘space’ that is doing the work, and others where it is all the habits of conventional association. However, there is no contradiction here. The norms and associations, I think, require physical anchor points: you cannot have place without space” (Parkinson, 2012, pp. 87-88).

1993;²⁹⁸ Gomes, 2010 e Kofman, 1995).²⁹⁹ Para Margaret Crawford (1995), os significados excessivamente normativos atribuídos à conceitos como espaço público, esfera pública, democracia e cidadania são continuamente redefinidos na prática através da experiência vivida.³⁰⁰ Don Mitchell, por exemplo, se refere aos espaços públicos como espaços de luta. Para Mitchell (1995, 2003 e 2016), apesar de garantida por lei, a publicidade dos espaços públicos é também uma forma de negociação e, em alguns casos, como no das populações em situação de rua, uma constante luta. Os usos aceitáveis e não aceitáveis, as regras de acesso e todos os tipos de conflitos de interesses que são oriundos da reunião de uma pluralidade de públicos reflete, em realidade, o fato de que, para além dos códigos normativos garantidos por lei, inerentes à existência de qualquer espaço público compartilhado, as negociações e os acordos cotidianos são fundamentais para a existência desses espaços (ver Mitchell, 1995, 2003, 2016; Staeheli & Mitchell, 2008).³⁰¹

O tema das populações em situação de rua nas cidades contemporâneas, aliás, tem sido foco de um interessante e importante debate na bibliografia que reflete sobre o direito de uso dos espaços públicos (Goldie, 2002; Walsh, 2004; Johnsen, 2005; Doherty et al, 2008; Gerrard & Farrugia, 2015; Rennels & Purnell, 2015; são alguns exemplos). A

²⁹⁸ *"If the historical locus of citizenship formation is not in the relationship between the state and capitalism, or confined to those entities normally used to explain social and political development, how should historical sociology refocus its inquiries? My analysis suggests that Research should not be centered only on states and economies, but should include family, community, and associational life (civil society) and political public spheres. These additions transform the stable dichotomy of state and economy into a more theoretically realistic unstable triad that better accounts for the differences in English citizenship formation"* (Somers, 1993, p. 612).

²⁹⁹ Esses três últimos autores citados tratam de diferentes acepções da noção de cidadania, ver (Somers, 1993; Gomes, 2010; Kofman, 1995): *"Citizenship is generally defined as the rights and obligations that accrue to individuals as full members of a community, normally the nation-state. Yet today, although it is still able to attract support as a political organization demarcating and maintaining social and cultural boundaries in many parts of the world, the nation-state is less sovereign than it has ever been the past century, nor is it any longer the vector of development (Hobsbawm, 1990)"* (apud Kofman, 1995, p. 122).

³⁰⁰ *"I argue that this perceived loss is primarily perceptual, derived from extremely narrow and normative definitions of both public and space. In fact, the meaning of concepts such as public, space, democracy, and citizenship are continually being redefined in practice through lived experience. By eliminating the insistence on unity, the desire for fixed categories of time and space, and the rigid concepts of public and private that underlie these narratives of loss, we can begin to recognize a multiplicity of simultaneous public interactions that are restructuring urban space, producing new forms of insurgent citizenship, and revealing new political arenas for democratic action"* (Crawford, 1995, p. 4).

³⁰¹ *"Definitions of public space and 'the public' are not universal and enduring; they are produced rather through constant struggle in the past and in the present. And, in People's Park as in many other places, that struggle continues"* (Mitchell, 1995, p. 121).

cidade de Nova York, argumenta Ryan Devlin (2018), tornou-se um paradigma global em relação ao tema da regulação dos espaços públicos, onde a política de “tolerância zero” foi “vendida” globalmente como caso de sucesso, sem que se explicitassem os inúmeros conflitos existentes entre os atores envolvidos (Devlin, 2018).³⁰² Cassandra Goldie (2002) demonstra, através do exemplo da Austrália, como a regulação excessiva dos espaços públicos por autoridades públicas e privadas e por legislações restritivas acaba criminalizando algumas das necessidades mais essenciais dos seres vivos como dormir, por exemplo.³⁰³ Em sentido próximo, Tamara Walsh (2004) analisa as diferentes formas de exclusão vivenciadas pelas pessoas em situação de rua em um contexto de crescimento da privatização, comercialização e gentrificação dos espaços urbanos nas cidades australianas (Walsh, 2004).³⁰⁴

Mesmo argumento que é defendido por Sarah Johnsen, Paul Cloke e Jon May (2005), para quem as cidades contemporâneas e seus espaços públicos, através de estratégias de “purificação” (*purification*) dos espaços, têm se mostrado cada vez mais hostis para as populações que vivem nas ruas de algumas cidades inglesas.³⁰⁵ Para Joe Doherty et al

³⁰² “The New York model was exported as an example to other cities trying to ‘clean up’ and reassert control over public space in service of redevelopment goals. The assumption underlying the adoption of New York’s standard package of policies—zero tolerance, quality of life policing, surveillance—was that by implementing them, other cities could reproduce New York’s success and create the sorts of ordered and disciplined public spaces that supposedly existed at the geographic source of these ideas. What the history of street vending in New York shows—ironically, given that many cities imported New York’s policies specifically to clear vendors off their streets—is that the assumptions of policy effectiveness and the images of ordered, disciplined public spaces that supported these assumptions were never quite true in the first place. New York, the purported capital of revanchist public space regulation, in fact had a significant amount of trouble controlling its own public spaces, particularly when it came to street vending” (Devlin, 2018, p. 3).

³⁰³ “The criminalization of sleeping in public places in Darwin and the constant patrolling of public places to move people on and fine them in the context of extreme rates of homelessness raises a vexed legal question: if a homeless person is not even allowed to sleep in a public place, do people living in public space have human rights or is public space to be considered a human rights wasteland?” (Goldie, 2002, p. 277).

³⁰⁴ “However, in their definitions of ‘community’, those to whom public spaces are most important — such as homeless people and Indigenous people — have been excluded. The voices of these people are being ignored in debates about the regulation of public space” (Walsh, 2004, p. 81).

³⁰⁵ “This ‘purification’ of public space (Sibley 1995) has occurred on two main fronts. First, recent years have seen a marked proliferation of ordinances designed to criminalize basic street survival strategies (Mitchell 1995, 1997). Second, the ‘strategic armory of the city against the poor’ (Davis 1992: 160) has seen both ever more stringent policing and the introduction of manipulative architectural features (for example, ‘bum proof’ bus seats and sprinkler systems) designed to make it more difficult for homeless

(2008), o crescimento da regulação e de legislações restritivas tem afetado a vida de milhares de pessoas em situação de rua em diversos países da Europa, consolidando a exclusão como uma forma de política pública nos espaços públicos.³⁰⁶ Jessica Gerrard e David Farrugia (2015), afirmam que os encontros cotidianos das populações de rua com outras pessoas nas cidades, apesar de inevitáveis, têm sido mais restritos, em função das mais diversas formas de exclusão e segregação que caracterizam a sociedade e a cidade do espetáculo, no sentido atribuído por Debord (Gerrard & Farrugia, 2015).³⁰⁷

Christopher J. Moss e Kate Moss (2019), afirmam que os espaços públicos da cidade de Manchester, na Inglaterra, são hoje alguns dos mais vigiados logradouros públicos do mundo, um verdadeiro espaço de controle, vigilância e regulação que marginaliza algumas das pessoas socialmente mais vulneráveis da cidade, os sem-teto, sempre vistos como potenciais criminosos pelas autoridades (Moss & Moss, 2019).³⁰⁸ Já Tasha R. Rennels e David F. Purnell (2015) refletem, através de um estudo etnográfico, sobre como os espaços públicos se transformam em espaços domésticos sob o ponto de vista das pessoas em situação de rua e como elas se apropriam destes espaços para sobreviverem

people to occupy key spaces of the central city (see also Soja 2000)" (apud Johnsen, Cloke & May, 2005, p. 2).

³⁰⁶ *"A new 'phase of regulation' (O'Sullivan, 2006; Body-Gendrot, 2000) of public space emerged with the shift from the 'planned' city to the 'entrepreneurial' city (Hall, 2002) - or to what others have labelled the 'post-industrial' city - during the last quarter of the 20th century" (apud Doherty et al, 2008, p. 291).*

³⁰⁷ *"In this paper we explore the interrelationship between these two visual discourses and social practices: the 'lamentable sight' of homelessness on the one hand, and on the spectacle of capital on the other. In doing so, we reflect on the visual, bodily and spatial dimensions of contemporary homelessness, and explore how the 'sight' and 'scene' of homelessness becomes constituted as a 'blemish' on broader social relations in advanced capitalist nations" (Gerrard & Farrugia, 2015, p. 2220).*

³⁰⁸ *"What we have outlined here are what we see as some of the reasons for the historical and contemporary focus on spatial regulation both generally in the United Kingdom and more specifically within the city of Manchester. Whilst there are sometimes good reasons for the control of public spaces—which academics focusing on the control and management of the built environment and attendant measures to reduce crime through environmental design provide important and informative discourses on—our interest is specifically on some of the more negative aspects of this type of control and how this specifically affects some of the most vulnerable people in society currently; the homeless and those who find themselves sleeping rough. It seems to us important to provide an alternative account of this not least because practices of controlling public spaces—for all of the reasons we have outlined—can have severe (and often unrecorded) consequences for the homeless" (Moss & Moss, 2019, p. 8).*

em cidades cada vez mais marcadas pela marginalização e estigmatização desses grupos.³⁰⁹

Conforme demonstraram Setha Low, Dana Taplin e Suzanne Scheld (2005), com base em um estudo que buscava compreender o funcionamento de cinco grandes parques urbanos, a diversidade de públicos, não necessariamente, implica em conflitos de interesses.³¹⁰ Pois, como bem demonstrou Sharon Zukin, o estatuto jurídico não é o que torna um espaço de fato público, mas sim o uso que se faz dele, do grupo ou indivíduo que dele se apropria, sendo a cultura, ou melhor, a diversidade cultural, uma forma de conceber e vivenciar esse espaço (ver Zukin, 1995; 2010).³¹¹ Para Anthony Orum (2009), o espaço público é sempre um espaço negociado entre os habitantes e as autoridades locais. Segundo ele, uma prova disso é o caso dos vendedores ambulantes ilegais que, mesmo sem licença, “negociam” o uso do espaço com as autoridades locais, tal como ocorre no caso por ele descrito em Xangai, na China.³¹² Diga-se de passagem, conforme afirma Sriany Ersina (2018), os diversos conflitos de uso e apropriação que tem lugar nos espaços públicos são componentes fundamentais desses espaços, tendo em vista que eles reúnem pessoas com interesses e expectativas muito diversas; nesse sentido, pode-se

³⁰⁹ *“There has also been an increasing amount of zoning ordinances enforced throughout U.S. cities, which forbid those who are homeless to sleep, eat, sit, beg, or even be in many public spaces for fear that their presence would discourage business (Bickford 2000). Homeless people who violate these ordinances are prone to suffering criminal repercussions, leading to what critics refer to as the ‘criminalization of homelessness’” (Rennels & Purnell, 2015, p. 4).*

³¹⁰ *“An alternative view is to think of culture as an abstract package of values, practices, and lifeways that are employed to survive within a particular environment. Understanding these local beliefs and practices enables one to describe and analyze the everyday life experiences of cultural groups as distinct from one’s own. From this analysis it is possible to appreciate why some cultural groups use public space in one way and why others use it in another. The concept of culture defined in this second mode provides clues to the presence and dynamics of cultural diversity in large urban public spaces” (Low, Taplin & Scheld, 2005, pp. 205-206).*

³¹¹ *“By giving distinctive cultural groups access to the same public space, they incorporate separate visual images and cultural practices into the same public cultures” (Zukin, 1995, pp. 21-22).*

³¹² *“Do people in Shanghai act in public space in the same manner as they do in the West, particularly America, we asked at the outset of this article. We believe that in many ways they do. They socialize together, they exchange political ideas with one another, and they engage in cultural performances together: they use public spaces and they have created a version of public man for themselves. Moreover, in those instances where the local authorities exercise a jurisdiction over public space, as in the parks or the sidewalks occupied by vendors, they do so with a light rather than a heavy hand. Public activities often seem to be the activities in which the local inhabitants and the authorities carry on negotiations with one another over how to use the public space. Even those vendors who do not pay for permits to occupy spaces, for example, are left to sell their wares and make a living” (Orum, 2009, pp. 387-388).*

afirmar: a vida pública não é outra coisa que não a instituição desse grande debate político, publicamente manifesto, publicamente debatido e publicamente conciliado (Ersina, 2018).³¹³

Para Lynn Staeheli e Albert Thompson (1997), o conjunto de indivíduos e grupos que se reúne nos espaços públicos e compõe aquilo que chamamos de “público”, sempre foi e sempre será uma construção contextual (sociocultural, temporal, espacial etc.). Segundo esses autores, a natureza democrática dos espaços públicos não garante, necessariamente, direitos universais de acesso e uso para todos os cidadãos. Há uma dimensão contestatória no uso dos espaços públicos. A cidadania não é apenas um valor compartilhado, ela é também uma construção cotidiana e contextual que, em muitos casos, não tem nada de universal: vide o exemplo dos grupos socialmente marginalizados que, em muitos casos, são literalmente excluídos da vida pública. A vida cotidiana dos espaços públicos, para além de nosso ponto de vista excessivamente normativo, idealizador e romântico, demonstra que se trata efetivamente de espaços de lutas, de contestações, de disputas e de conflitos. Em suas palavras: “it reflects the contested nature of public space and the use of citizenship claims to gain access to that space” (Staeheli & Thompson, 1997, p. 28).³¹⁴

O tema do direito de uso dos espaços públicos tem sido fruto de interessante debate na comunidade acadêmica, especialmente quando se trata do exemplo dos vendedores de rua (ambulantes e fixos), que trabalham em diversos espaços públicos em cidades de todo mundo, mas especialmente na porção sul do globo, onde esse debate tem se intensificado. Segundo Rodrigo Meneses-Reyes e José Caballero-Juárez (2013), o direito de trabalhar nos espaços públicos, que é perfeitamente legítimo, em alguns casos, entra em conflito

³¹³ *“There should be steps to manage the conflict in corridor Losari Beach street as a Public Place. We should start to analyze the conflict by understanding what the differ needs, values, perception, of involved parties which caused the conflict in using or creating the open and accessible public space. Then we determine the management strategy by carefully developing a synergetic approach, compromise, accommodative action, using power approach or leaving the conflict unsolved. When developing criteria for selecting or combining possible alternatives, we have to revisit the conflicting interest. It should also keep in mind principles such us fairness, and efficiency. The selected approach should be negotiated to all parties in conflict before its implementation. Whether through a pilot project or total development. The goal to be achieved remains the some towards more democratic, open and accessible public place”* (Ersina, 2018, p. 170).

³¹⁴ *“struggles over material, public space are central to their efforts to negotiate different conceptualizations of citizenship and membership in a community”* (Staeheli e Thompson, 1997, p. 37).

com outros direitos legalmente constituídos, como caminhar “sem ser incomodado”, por exemplo. Conforme demonstrado pelos autores, em diferentes países as leis e ações que regulam esses usos são bastante diversas e, em muitos casos, acabam redundando na judicialização de questões que, em tese, são políticas, vide os exemplos de países como México, Colômbia e Índia (Reyes & Juárez, 2013).³¹⁵

O caso da capital colombiana, Bogotá, aliás, é emblemático, pois nesta capital as autoridades locais optaram por coibir a informalidade no uso dos espaços públicos pelos vendedores de rua, realocando-os em áreas selecionadas, mercados populares controlados pelo Estado, o que viabilizou um enorme debate na opinião pública daquele país. Para Stacey Hunt (2009), ao proibir o uso dos espaços públicos pelos vendedores, as autoridades locais criaram novas formas de segregação urbana, onde cidadãos legalmente idênticos passaram a ter direitos diferentes.³¹⁶ Mesmo argumento que é defendido por Michael G. Donovan (2008), para quem o combate à informalidade em Bogotá retirou direitos de uso legalmente constituídos dos vendedores de rua, cujas vozes políticas foram silenciadas, invisibilizadas.³¹⁷

Segundo Jonathan Anjaria (2009), em Mumbai na Índia, em um contexto de liberalização da economia e de inserção do país no circuito econômico e turístico global após a década de 1990, além das já existentes políticas públicas de regulação dos espaços públicos marcadas pela influência do paradigma neoliberal no planejamento urbano, algumas entidades da sociedade civil autointituladas “grupos de cidadãos” (*citizens groups*)

³¹⁵ “This article considered how the judicialization of the right to work has played a determinant role in shaping the everyday freedoms and lifestyles of urban city dwellers. We explored a set of judicial experiences that mostly involve conflicts between those who sell on streets and the municipal authorities who have tried to constrain that activity in Mexico, Colombia, and India. Street vendors have been active in the defense and invocation of a specific right that, presumably, has been recognized as universal: the right to work” (Meneses-Reyes and Caballero-Juárez, 2013, p. 381).

³¹⁶ “I have argued that the Colombian state sought to create and regulate public space as a privileged site for citizen participation by removing the threat of ambulant vendors and their ‘culture of informality’. To do this, the state employed spatial technologies of governance such as the recovery of public space and the relocation of street vendors to state-controlled markets. These technologies, in turn, have created new forms of urban segregation and citizen differentiation. These spatial strategies of governance were complemented by teaching vendors to overcome their culture of informality by participating in democratic and market processes determined by the state (Hunt, 2009, pp. 347-348).

³¹⁷ “Throughout these processes, street vendors effectively lost their voice in policy-making and their ability to interface with local politicians” (Donovan, 2008, p. 44).

promoviam, à revelia do Estado, ações de “regulação” e “ordenamento” dos espaços públicos que retiram direitos legalmente constituídos de grupos específicos de cidadãos, nomeadamente, vendedores de rua, pessoas em situação de rua e populações de baixa-renda. Nesse caso, as práticas antidemocráticas de regulação são feitas não apenas pelo Estado, mas também por grupos de “ativistas” que, em realidade, corroem a publicidade desses espaços duplamente: ao excluírem outros cidadãos da vida pública através da marginalização desses grupos e ao corromperem o caráter isonômico da cidadania (Anjaria, 2009).³¹⁸

Jordi Borja (1998) insiste no fato de que o espaço público tem também uma dimensão sociocultural.³¹⁹ É um lugar onde as pessoas se relacionam umas com as outras, um espaço de construção das mais diversas formas de identidades, ou seja, um espaço onde se pode celebrar a experiência da vida urbana, tornando-se, às vezes, a expressão de uma comunidade. Em sentido próximo, argumenta Kelly Campbell (2005), o espaço público é o local por excelência da mediação entre as dimensões públicas e privadas da vida social, isto é, um lugar fundamental para o estabelecimento de interações entre pessoas distintas, porém, nos termos da lei, iguais: “Interaction with and among citizens allows people an opportunity to share their experiences and learn from those of others. This

³¹⁸ *“In particular, this article explores how civic activists in these organizations envision their role in the city, and how their activism attempts to reconfigure the nature of citizenship. For instance, civic activists consider themselves to be the stewards of the city’s streets and sidewalks and wage their battles against what they consider unruly hawkers, a corrupt state, and a complacent middle-class public. Moreover, civic activists render street hawkers’ political claims illegitimate by speaking on behalf of the abstract “citizen” of Mumbai, thus implying that hawkers’ unions speak only on behalf of the vested interests of a single population. In this way, they mobilize a normative notion of civil society in order to exclude the vast segment of city residents who either sell or buy goods on the street. In doing so, the civic activists transform the discourse and practice of politics in the city, so that, ironically, while on one hand using the rhetoric of citizen participation, they in fact undermine the radically heterogeneous forms of democratic political participation the city offers”* (Anjaria, 2009, p. 391).

³¹⁹ *“Public space also has a socio-cultural dimension. It is a place where people relate with each other and a space of identification, of contact between people, of urban animation, and sometimes community expression. The particular dynamics of a city and the behavior of its people can create public spaces that are not legally constituted, or that were not envisaged as such, places that may be open or closed, thoroughfares or spaces one has to go to. It could be an abandoned factory or warehouse or an interstitial space between buildings. Access zones for stations, inter-modal transport points and sometimes land reserved for public works or ecological protection almost always constitute this kind of public space. In all these cases, what defines the nature of the public space is its use and not its legal status”* (Borja, 1998, pp. 2-3).

interaction develops a sense of connection among participants and their communities and governments” (Campbell, 2005, p. 690).

Nos espaços públicos, todas as formas de identidades e alteridades são construídas coletivamente, à luz da reflexividade das interações sociais. O encontro da diversidade que tem lugar nos espaços públicos, ao menos em sociedades democráticas, nos dizem as geógrafas Ruth Butler & Sophia Bowiby (1997) e Hester Parr (1997), possibilita aos indivíduos e grupos que deles participam construir e desconstruir categorias pré-concebidas como as de gênero, raça, etnia, religião, credos, classes etc., criando, simultaneamente, vínculos identitários e o reconhecimento da alteridade como parte essencial da condição humana da diversidade. Nos espaços públicos, onde todas as formas de diversidades deveriam ser celebradas, a acessibilidade universal se torna um dos mais importantes atributos da publicidade, algo particularmente importante no caso específico das pessoas com deficiências físicas (Butler & Bowiby, 1997; ³²⁰ Yılmaz, 2018) ³²¹ e também das pessoas com deficiências mentais (Parr, 1997).³²² Diga-se de passagem, quanto mais acessível for um espaço público, em termos quantitativos e qualitativos, maior será o potencial de sua publicidade, isto é, maior será a sua capacidade de reunir públicos diversos em um mesmo espaço.

A própria dinâmica de uma cidade e o comportamento do seu povo pode criar espaços públicos que não estejam legalmente constituídos e cujo grau de publicidade pode variar

³²⁰ “Accepting that disabled individuals are embodied beings whose identities cannot be disentangled from their impairment, that gendered, racialized, and sexual identities are also embodied identities, and that the experience of embodiment is necessarily social as well as physical, allows a way of linking individual differences without attempting to deny them” (Butler & Bowiby, 1997, p. 431).

³²¹ “The most important item for the disabled people is the possibility of circulation; namely accessibility. American Disabilities Act (ADA) is federal legislation passed in 1990 that prohibits discrimination against people with disabilities (Investopedia.com) defines the accessibility as: “Accessible road, is the road that from a node in the interior of a building to the public space does not include any obstacle and provides continuity”. Accessibility must be the most essential feature of the human centred design in built environment. Everybody must use the built environment independently and equally. Every country must have the goal of providing the usage of built environment in safe and beneficially including the disabled people” (Yılmaz, 2018, pp. 3-4).

³²² “The negotiation of a 'mentally ill' identity is obviously complex and operates on several different levels in many different settings. The geography of ableism holds many similar axes of inclusion, exclusion, freedom, and resistance both for mentally and for physically challenged people. Their critical voices can speak to a new geography of mental health which will hopefully prove itself to be sensitive to issues of identity, multiple oppressions, and diverse strategies of transformation” (Parr, 1997, p. 452).

consideravelmente (Mantey & Kępkowicz, 2018),³²³ espaços que não foram necessariamente previstos enquanto tais (Nguyen, 2019),³²⁴ lugares que podem ser abertos ou fechados, áreas de permanência ou espaços de circulação (White, 1980;³²⁵ Iveson, 2017).³²⁶ Os espaços públicos são muito mais diversos do que nossas mentes científico-normativas costumam conceber, pois eles são também, invariavelmente, construções sociais e contextuais, que muito diferem em termos empíricos de nossas ideias pré-concebidas (Pradelle, 1995).³²⁷

Em todos os casos, conforme demonstrou Jeremy Németh, a publicidade é um fenômeno empírico, simultaneamente, material e imaterial, onde significados são construídos e desconstruídos, manifestos e contestados, transmitidos e questionados (Németh, 2012).³²⁸ Por esse motivo, Patrick Jenlink destaca a necessidade urgente de refletirmos sobre a

³²³ *“Publicness of each place should be instead assessed in the category of being ‘more public for more publics’ (Varna and Tiesdell 2010), as for some people a space will be more public and for others less public. As a result, we deal with a continuum from completely public to completely private space, where in between there are a wide range of hybrid spaces that meet some but not all of the criteria of publicness, and ownership, thought to be one of the most important criteria, seems to be less and less important (Madanipour 2003; Kohn 2004; De Magalhães 2010; Németh and Schmidt 2011)” (apud Mantey & Kępkowicz, 2018, pp. 1-2).*

³²⁴ *“Despite being a space of transit, the Underpass has been transformed into a space that houses a truly vibrant public life made up of a diverse public. The Underpass was never designed with elements of an ideal public space in mind, and yet it is able to realize and fulfil the promise of a public space that is inclusive, representative and fluid in its meanings and norms” (Nguyen, 2019, p. 13).*

³²⁵ *“I end, then, in praise of small spaces. The multiplier effect is tremendous. It is not just the number of people using them, but the larger number who pass by and enjoy them vicariously, or the even larger number who feel better about the city center for knowledge of them. For a city, such places are priceless, whatever the cost. They are built of a set of basics and they are right in front of our noses” (White, 1980, p. 101).*

³²⁶ *“I argue that occupations like the Embassy and more recent occupations bear the hallmarks of a ‘counter-public geography’. That is to say, the process of making space public through insurgent occupation involves a set of spatial dynamics that are specific to people whose particular ways of being public are subordinated and counter-hegemonic” (Iveson, 2017, pp. 539-540).*

³²⁷ *“A distinctly separate social world, confined to very precise places and times, is formed on the basis of this principle of formal equality and anonymity of partners. This space may well be a social fiction, but it does need to be described in its own right. It is this world which, strictly speaking, I call ‘the market’, and not simply the commercial operation around which it takes place. Through the type of relations that people have with one another ‘en faisant leur marche’, every Friday for a few hours in the streets of the old part of town, the actors create a public space. Such is the hypothesis of this study” (Pradelle, 1995, p. 364).*

³²⁸ *“Thus, I would argue, any model of publicness must account for both the material and the conceptual realms, for the physical space itself and the ways in which meanings are transmitted by different social actors. Where might we find such a thing?” (Németh, 2012, p. 814).*

relação entre os conceitos de democracia e de sociedade civil, pois só assim reconheceremos a real importância dos espaços públicos para a existência das sociedades democráticas (Jenlink, 2007).³²⁹ Em outras palavras, refletir sobre os lugares cotidianos da prática democrática e da convivência da sociedade civil (organizada ou não) seria uma forma de transcender os discursos excessivamente normativos que regem as discussões sobre o tema dos espaços públicos (ver Malone, 2002).³³⁰

A democracia é um pré-requisito para a liberdade, a pluralidade e a harmonia social, e o futuro da prática democrática depende da criação de espaços públicos (Bowyer, 2005)³³¹, isto é, de lugares onde a sociedade civil (cidadãos) pode experimentar os valores democráticos cotidianamente, onde podemos aprender a lidar com a ordem e a desordem pública (Staeheli, 2010).³³² O contrato social que rege e possibilita a vida conjunta de indivíduos distintos é uma construção normativa (regulada pelos órgãos competentes do Estado), mas é também uma construção cotidiana que depende do bom senso e dos valores

³²⁹ *“Democracy and civil society each play an integral role in the production of space that is democratic civil society. In turn, democratic civil society will play a critical role in the spatialization of nation-states and institutions as democratic spaces that serve the large project of democratization of a globalizing society”* (Jenlink, 2007, p. 438).

³³⁰ *“Rethinking the role of streets and public spaces as sites of collective culture would enable concepts of democracy and difference to be reconstructed so that diverse identities and cultures could intersect as sites of creative cultural production; places where multiple perspectives can accommodate and support young people as valid and valued producers of social capital”* (Malone, 2002, p. 167).

³³¹ *“Social policy initiatives that actively promote greater interaction between the state and civil society are an increasingly important component in the politics of poverty reduction and the promotion of better health for poor people (...) Peru has introduced a new public space that is designed to incorporate ordinary people into the planning, implementation, administration, management and supervision of public activities”* (Bowyer, 2005, p. 475).

³³² Tal qual demonstrado por Lynn Staeheli (2010), em sociedades democráticas, a forma como os cidadãos concebem e lidam com as ideias de ordem e desordem depende, em larga medida, da experiência vivida que indivíduos e grupos diversos têm nos espaços públicos, ou seja, as interações públicas cumprem um papel pedagógico entre os cidadãos. Em suas palavras: *“The point I wish to make is that disorder and agonism are most easily seen and recognized when they enter publicly accessible spaces and when conflict is expressed, rather than simply experienced. Similarly, the importance of norms in regulating the public and in legitimating particular kinds of behaviors, ideas, and bodies in public are most easily seen at moments of conflict. This is admittedly a particular view of democracy and democratization. It is one in which the activism, debates, and challenges to normalized and institutionalized power that are disruptive in large and small ways are at the heart of democratization, a process that is open-ended, rather than pre-ordained, and is inherently disorderly* (Staeheli, 2010, p. 75).

sociais e culturais dos cidadãos (Staeheli & Thompson, 2007).³³³ As regras morais, éticas, sociais e culturais que viabilizamos nos espaços públicos definem, em diversos casos, os usos aceitáveis e não aceitáveis, tal como demonstram John Dixon, Mark Levine e Rob McAuley (2006), com base em um estudo realizado em cidades da Inglaterra.³³⁴

Terzi e Cédric (2017), nos lembram que a liberdade de ir e vir nas cidades e nos espaços públicos; de interagirmos de forma individual, coletiva e livre nesses espaços; a possibilidade de escolhermos através do voto os gestores da coisa pública, a isonomia, as liberdades de expressão e de imprensa e uma série de outras conquistas das sociedades democráticas no Ocidente, não surgiram de uma hora para outra. O amadurecimento das “instituições” democráticas modernas ocorreu através de um longo e contínuo processo de publicização e democratização das sociedades, que durou vários séculos e que não evoluiu e não evolui de forma linear (Terzi & Cédric, 2017).³³⁵ Como bem argumentou o filósofo James Mensch, esse processo de publicização e democratização que a

³³³ *“Struggles over material, public space are central to their efforts to negotiate differences in defining the boundaries of community and in the meaning of membership. The conflict over the public space on the Hill illustrates these different conceptualizations of citizenship and membership in a community”* (Staeheli & Thompson, 1997).

³³⁴ *“The foregoing analysis has treated ‘street drinking’ as exemplifying a broader class of everyday incivilities that threaten the moral integrity of relations in public spaces. We have also argued that the everyday diagnosis and evaluation of such incivilities is grounded in shared assumptions about the nature and function of public spaces, assumptions that reflect, for example, the desire to maintain a valued place identity, to preserve socio-spatial entitlements, or simply to demarcate public from private behavior. These ideas have been discussed in the context of wider struggles over citizenship and social control—struggles manifest within ‘ideological dilemmas’ (Billig et al., 1988) over the limits of free conduct, the tension between open and closed public spaces, and the attempt to distinguish ‘admissible’ from ‘inadmissible’ publics”* (Dixon, Levine e McAuley, 2006, p. 204).

³³⁵ Para mais detalhes sobre a importante ideia de publicização (*publicization*), ver o interessante artigo de Terzi e Cédric (2017): *“In this paper, we have explored the idea that not all accessible urban spaces and media are or should be automatically considered as public and that not all people entering an accessible urban space and all news made accessible by the media automatically become public. This led us to consider that scholars, rather than assuming the publicity of spaces and spheres they study, should analyze their processes of publicization. Following John Dewey, this process entails not only the joint building of public spaces and public spheres, but also the construction of publics and of public problems. Organized around an inquiry about a specific trouble observed and debated in specific spaces, publicization can lead to political decisions and appointments supported by the values that guide a general opinion. In this regard, publicization is a form of democratic social process anchored in values independent from any universal system, but that can be observed in many human environments, far beyond the borders of the western world in which public space is usually located. Publicization is however rarely conducted to its logical end. Many obstacles prevent spaces from becoming public, people from forming publics and issues from becoming public problems. We suggested three obstacles to publicization that we believe deserve further empirical and theoretical study. Understanding them could help scholars and activists better define the possibilities and limits of the notion of public space”* (Terzi e Cédric, 2017, p. 15).

modernidade fez ressurgir no Ocidente, em muitos casos, se constituiu enquanto tal à luz de enormes contradições que nós ainda não conseguimos equacionar e cujo futuro se encontra em aberto (Mensch, 2007).³³⁶

10 - A importância da morfologia física para o sucesso de utilização dos espaços públicos

Segundo Jacqueline Bejma (2007), a qualidade de um espaço público pode ser mensurada pela quantidade e pela diversidade de públicos que dele se apropria. Em outras palavras, quanto mais diversa (quantitativa e qualitativamente) for a sua ocupação, maior será o sucesso desse espaço público.³³⁷ Esse sucesso não pode jamais ser dissociado de suas características morfológicas. A noção de espaço público é uma categoria polissêmica que, na prática, se refere também a um conjunto de formas físicas: ruas, praças, calçadas, parques, alamedas, largos, esquinas etc., que são algumas das formas urbanas mais conhecidas e utilizadas das cidades. Segundo Sungduck Lee (2018), na teoria urbana, em geral, e no urbanismo, na arquitetura e no planejamento urbano, em particular, há diversas formas de se classificar os diferentes tipos de espaços públicos (Lee, 2018).³³⁸ Para Mark Francis, essas e tantas outras formas urbanas fazem parte do nosso imaginário coletivo em diversas culturas e sociedades, mas apresentam designs e características diferentes em cidades de todo o mundo, que variam em função dos estilos arquitetônicos, das funções a que se prestam, da mentalidade de seus desenvolvedores, da cultura de seus utilizadores

³³⁶ *"In what follows, my approach to these questions will be determined by Arendt's assertion that the being of free activity 'hinges on appearance.' It will thus be a phenomenological account of this freedom, in particular, of the conditions and genesis of its appearing. It will show that what we take as the private realm of 'will and thought' depends on the public space where these faculties manifest themselves. This will have important consequences for how we conceive political life and power"* (Mensch, 2007, p. 32).

³³⁷ *"What is it about a public space that makes people want to be there? Is it the location? Possibly aesthetics makes public spaces desirable. Is there some psychological or sociological factor that makes someone want to occupy a space? Do people seek out other people in a space even when they want to be alone? Furthermore, do people really want to be alone in these spaces or do they hope that some social interaction will occur? This paper will investigate what factors contribute to the successful utilization of public space"* (Bejma, 2007, p. 6).

³³⁸ *"Public space studies have analyzed the physical characteristics of public space as well as the physical context surrounding it in a morphological context. This includes visual and esthetic characteristics, spatial form, plan shapes, and the pattern of urban blocks, streets and buildings around a public space. Many attempts have been made to classify public space according to a range of urban form characteristics"* (Lee, 2018, p. 2).

etc. (Francis, 1989).³³⁹ Quando se transforma a natureza dos espaços públicos, argumenta Clifton Hood (1996), transforma-se simultaneamente a natureza das relações sociais que ali tem lugar (Hood, 1996).³⁴⁰

A localização geográfica, o desenho, a forma, a situação, os tipos de equipamentos (Rishbeth & Rogaly 2018),³⁴¹ o estilo arquitetônico, a estética, a acessibilidade, a paisagem visual (Siber, 2005)³⁴² e sonora (Kang & Zhang, 2010;³⁴³ Arkette, 2004),³⁴⁴ entre outras, são algumas das características morfológicas que os usuários dos espaços públicos costumam levar em consideração antes de optarem por um ou outro logradouro (Koohsari, et al, 2013).³⁴⁵ Essas características físicas, pensadas conjuntamente,

³³⁹ *"The process of making, managing, and changing public places needs to be an open democratic process engaging the ideas and interests of diverse individuals and groups. It is imperative that design and management of public space remain part of public arena. Only then can urban spaces become more fully integrated into our evolving public culture"* (Francis, 1989, p. 169).

³⁴⁰ *"Between 1880 and 1920, the New York City rapid transit system changed resident's relationship with public spaces (...) The result was the emergence of a unique new social experience that had ramification for the definitions of this public space in New York City"* (Hood, 1996, p. 308).

³⁴¹ *"Public space design that facilitates a mix of activities, comfortable for longer-stay users and accommodating a flow for those "just pausing", can provide a broadly inclusive place within an urban locality. Choice of where to sit is important in supporting a personal agency, easing the mostly unspoken practicalities and challenges of proximity to unknown others. We suggest that lived negotiations of care and conviviality are not only shaped by these "material affordances of the built environment" (Degen & Rose, 2012, p. 3278) but importantly enable "counter-memories that challenge normative narratives" (Wilson & Darling, 2016, p. 6)"* (Rishbeth & Rogaly, 2018, p. 296).

³⁴² *"I believe that mass visual communication has never been as complex or as powerful as it is in the current era"* (Siber, 2005, p. 9).

³⁴³ *"The main objective of this study is to identify factors that characterize the soundscape in urban open public spaces through semantic differential analysis [15]. Also considered are ways that people evaluate perceived soundscape, and differences between designers and the general public"* (Kang & Zhang, 2010).

³⁴⁴ *"However, I will argue that sound, especially within the context of the urban environment, is never a neutral phenomenon. Each sound is imbued with its own lexical code: sound as sign, symbol, index; as ostensibly defining a personal territory in the case of the ghetto blaster or car stereo; as creating a portable soundscape in the case of the Walkman"* (Arkette, 2004, p. 160).

³⁴⁵ *"Consequently, it is likely that the importance of environmental factors influencing walking might differ for people who walk and those who do not, and thus new policies in encouraging walking should be developed to target both groups (e.g., physical improvements for people who are already somewhat active and promotion of available infrastructure for those who are not)"* (Koohsari, et all, 2013, p. 723).

originam diferentes paisagens públicas, que são elementos constituintes de qualquer cidade do mundo, tratando-se, pois, de legítimos bens públicos (Ficher, 2004).³⁴⁶

Tigran Haas e Krister Olsson (2013) chamam esse conjunto morfológico de processos estáticos (*static processes*) que, no planejamento urbano, são pensados para abrigarem os assim chamados processos dinâmicos (*dynamic processes*), isto é, o conjunto de usos e apropriações que se espera daquelas morfologias físicas criadas (Haas e Olsson, 2013).³⁴⁷ A interação entre os processos dinâmicos e estáticos, isto é, a prática de uso e apropriação das morfologias físicas por indivíduos e grupos diversos gera novos processos dinâmicos que, ao serem analisados pelos planejadores, podem vir a se transformar em novos processos estáticos que não foram pensados previamente (Ghavampour et al, 2017).³⁴⁸ Em conjunto, portanto, toda a morfologia física dos espaços públicos constitui um elemento chave na mensuração do sucesso desses espaços onde, em muitos casos, pequenas transformações de âmbito físico, como a melhoria dos equipamentos urbanos, da acessibilidade, das áreas de permanência e das vias de circulação etc. tendem a proporcionar um maior uso por parte da população (ver Anderson et al, 2016).³⁴⁹

³⁴⁶ “The University of Minnesota’s College of Architecture and Landscape Architecture sponsored a symposium in October entitled ‘Public Space, Public Good?’ that touched on such questions. Organized by faculty member Kristine Miller, the symposium brought together architects, landscape architects, and urban designers to evaluate the state of public space and the nature of the public good in an era in which both concepts have come into question” (Ficher, 2004, p. 82).

³⁴⁷ “Urban planning and design are distinguished by two distinct sets of processes: dynamic and static. Dynamic processes are characterized by flows of people, their interactions, and the infrastructure arteries that give kinetic energy to the environment. They define the way we look at our spatial landscapes and the manner in which we experience a particular urban condition and context. Static processes are defined by the permanence of their assemblage, that is, creation of stable built forms and shapes—streets, buildings, squares, and open spaces that define the environment in order to provide a stable reference system and structure of performance (Olsson & Haas, 2013). Both of these sets of processes operate and are embroiled within the private and public realms of our cities. They cannot exist without each other, and both permute space, place, and time” (Haas & Olsson, 2013, p. 61).

³⁴⁸ “In compact urban centers, public open space is at a premium with compatibility of design attributes and activities a prerequisite to ensure space is well utilized (Carmona 2010; Cresswell 2009; Dovey 2010). When new spaces are developed or inappropriately used or underutilized spaces are reconfigured, design elements of successful public spaces are incorporated into the designs (Dempsey 2012; Gehl 1987; Lennard and Lennard 1995; Marcus and Francis 1998; Whyte 1980). This replication assumes the frequency and diversity of activities by individuals and groups in successful spaces is an affordance which generalizes to other locations” (Ghavampour et al, 2017, p. 1).

³⁴⁹ “Small-scale, low-cost urban design interventions, involving improvement in quality of local public space, had a positive impact on liveliness and two forms of behavior related to well-being, namely, Taking Notice and Connecting with others. To a lesser extent, there was also an increase in Keep Active behaviors

Não é nenhuma novidade que a quantidade e a qualidade dos espaços públicos variam consideravelmente entre bairros, quarteirões ou distritos que sejam ocupados por diferentes grupos socioeconômicos, populações étnicas e classes sociais, em praticamente todas as cidades do mundo ocidental. Tal como demonstrado por David Crawford et al (2008) em um estudo realizado na cidade de Melbourne, na Austrália, nos bairros nobres (mais favorecidos) há um número proporcional maior de espaços públicos abertos do que aqueles encontrados nos bairros pobres (menos favorecidos) e, além disso, nos bairros nobres, há mais equipamentos urbanos, o mobiliário urbano é mais diversificado, os espaços são mais arborizados etc. (Crawford et al, 2008).³⁵⁰

Segundo Harmen Oppewal e Harry Timmermans (1999), com base em um questionário aplicado em *shoppings centers* sobre a percepção que as pessoas tinham acerca das principais características e qualidades dos espaços públicos, se destacaram, entre outras, as seguintes: o nível de conservação e manutenção do estado físico desses espaços; a diversidade de atividades e funções oferecidas tanto no próprio espaço público, quanto nas edificações e áreas próximas; o grau de publicidade ou privacidade desejado contextualmente pelo frequentador; a distância em relação aos locais de residência e/ou trabalho; a qualidade do ambiente arborizado e a presença de amenidades diversas; o densidade de ocupação dos espaços, ou seja, se os espaços são muito cheios ou muito vazios; a diversidade de equipamentos e o mobiliário urbano, além também do grau de conservação e da “sensação de segurança” que se tem nesses espaços (Oppewal & Timmermans, 1999).³⁵¹

among children. Behavior mapping shows that the public art and seating were among the most successful aspects of improvement” (Anderson et al, 2016, p. 25).

³⁵⁰ *“Compared with POS in lower socioeconomic neighborhoods, POS in the highest socioeconomic neighborhoods had more amenities (e.g. picnic tables and drink fountains) and were more likely to have trees that provided shade, a water feature (e.g. pond, creek), walking and cycling paths, lighting, signage regarding dog access and signage restricting other activities. There were no differences across neighborhoods in the number of playgrounds or the number of recreation facilities (e.g. number of sports catered for on courts and ovals, the presence of other facilities such as athletics tracks, skateboarding facility and swimming pool). This study suggests that POS in high socioeconomic neighborhoods possess more features that are likely to promote physical activity amongst children” (Crawford et al, 2008, p. 889).*

³⁵¹ *“We argued that the conjoint approach seems particularly fit to accommodate this limitation of the data collected from existing centers. We therefore presented an experiment in which the same 10 public space features were manipulated and their effects on perceptions analyzed. The results from this experiment confirm that the pleasantness of public space mostly depends on the level of maintenance of streets, hallways, and buildings and the attractiveness of storefronts. We found, however, that although*

Segundo afirma Marjan Hajjari (2009), além da dimensão física, a própria interação social que tem lugar nesses espaços constitui um dos mais importantes elementos de melhoria da qualidade de vida urbana e daquilo que ele chamou de sustentabilidade social nas grandes cidades. A maior parte das interações sociais que ocorrem nos espaços públicos são momentâneas e efêmeras e, para que elas ocorram, argumenta Sergio Porta (1999), o ambiente físico precisa incorporar determinadas características que possibilitem tais usos (Porta, 1999).³⁵² No mundo contemporâneo, onde a segregação socioespacial é uma característica inerente a praticamente todas as cidades do mundo, os espaços públicos se transformaram em alguns dos poucos espaços nas cidades onde são promovidos encontros sociais com pessoas diversas: “Urban public spaces play significant role as catalyst for social transformation and provide gathering places for various social groups” (Hajjari, 2009, p. 57). Na contramão do que vem argumentando a bibliografia especializada, ao comparar os espaços públicos do Irã (Tehran) com exemplos da Austrália (Melbourne), Hajjari concluiu que, nessas duas cidades, a interação social com pessoas diversas foi considerada a mais importante função que os espaços públicos desempenhavam (Hajjari, 2009).³⁵³

11 - Os espaços públicos concebidos como lugares de celebração da diversidade e da copresença de uma pluralidade de públicos

to a lesser extent, the pleasantness also depends on the extent to which the public space is reserved for pedestrians and the extent to which the center is indoors. Similar to the cross-sectional model, the number of street activities was also significant, as was the amount of greenery. In addition, we found effects of the availability of coffee shops and cafes and of crowdedness. Results with respect to this latter attribute show that people tend to dislike crowded and very uncrowded areas, as moderately uncrowded shopping centers were perceived as most pleasant and very crowded centers were perceived as the least pleasant public space” (Oppewal & Timmermans, 1999, p. 61).

³⁵² *“Most human contact that can be observed in public space are of a low intensity: seeing and watching others, a quick remark on the go, giving or receiving information. But this first step is fundamental to trigger off a variety of interpersonal relationships. A setting that favors optional activities also greatly favors the consolidation of widespread socialization. Whenever a network of social contacts at the lowest level disappears from public space, it cannot be replaced otherwise: a formal invitation, in fact, establishes a more demanding relationship” (Porta, 1999, p. 453).*

³⁵³ *“In this research, the notion of ‘social interaction’ was adopted as the indicator of ‘social sustainability. Urban public spaces such as streets and squares are the main places within which social interaction happen. Given this, urban public spaces are considered as the key elements in creating sustainable urban living space in cities” (Hajjari, 2009, p. 57).*

Conforme argumenta Davina Cooper (1998), quando reconstruímos historicamente a evolução dos espaços públicos, percebemos que nunca houve um momento na história em que a prática cotidiana desses espaços fosse feita sem que houvesse alguma forma de regulação e normatização do tipo de uso ou, como tem ocorrido mais recentemente, do “tipo” de usuário (penso no exemplo das áreas que separam mulheres e homens nos transportes públicos e no exemplo das grades instaladas nas praças para evitarem que pessoas em situação de rua durmam em “suas dependências”).³⁵⁴ Os espaços públicos sempre foram e provavelmente jamais deixarão de ser espaços normatizados e regulados, por um motivo relativamente simples, em sociedades democráticas, as regras e leis são partes constituintes de um pacto social que objetiva, grosso modo, propiciar o convívio entre os livres e diferentes/iguais (Cooper, 1998;³⁵⁵ Melucci & Avritzer, 2000;³⁵⁶ Mickiewicz, 2015).³⁵⁷

Quando comparados com os espaços públicos de tempos pretéritos, os espaços públicos das cidades contemporâneas são frequentados por públicos muito mais diversos. As

³⁵⁴ “Public space is in its broadest sense nothing more than space to which all citizens are granted some legal rights of access. (...) These rights are never absolute. For instance, they are normally limited to the right to occupy public space for a finite time and to engage in certain unavoidable exchanges with environment” (Light & Smith, 1998, p. 3). (Em tradução livre): “O espaço público é, em seu sentido mais amplo, nada mais do que um espaço no qual todos os cidadãos têm direitos legais de acesso. (...) Esses direitos nunca são absolutos. Por exemplo, normalmente limitam-se ao direito de ocupar o espaço público por um tempo limitado e de se engajar em certas trocas inevitáveis com o meio ambiente” (Light & Smith, 1998, p. 3).

³⁵⁵ “I have used the terms open and common space to identify what is usually meant by public space (see Carr et al., 1992). This conventional definition highlights formal openness of access, producing as a consequence the expectation that public space can be accessible. However, in reality, most spaces are constituted through exclusionary practices (Carr et al., 1992:138-58), and almost all arenas defined as public are regulated, even if the identity or class of user is not prescribed a priori. Historically, the creation of formally ‘public’ spaces generated new modes of regulation. (...) Today, activities in urban open spaces remains highly regulated” (apud Cooper, 1998, p. 472).

³⁵⁶ “The concept of a public space involves the idea of a space for face-to-face interaction among citizens that is differentiated from the state. In this space, individuals and groups interact with one another, debate the actions taken by the political authority, argue about the moral adequacy of private conditions of domination, make demands to the political authority and present identities in public” (Melucci e Avritzer, 2000, p. 509).

³⁵⁷ “Perhaps we are asking too much of the contemporary public library. Perhaps the library, as Verschaffel argues, should remain a separate space, one that is semipublic. A space that offers the possibilities and conditions of openness and access but only if certain rules are adhered to. Despite its initial resistance to notions of control, the Grande Bibliothèque’s architecture (if inadvertently) points to the fact that regulating patron behavior still remains integral to the library’s purpose. This does not necessarily need to be understood as something that is restrictive or ultimately undemocratic” (Mickiewicz, 2015, pp. 12-13).

grandes capitais e metrópoles contemporâneas são, em um mundo globalizado, incomparavelmente mais populosas e heterogêneas do que foram no passado. O cosmopolitismo (multiculturalismo) e a convivência cotidiana das mais diferentes formas de diversidades individuais e coletivas (classes, idades, gêneros, origens étnicas, condições sociais, culturas, subculturas, tribos urbanas, estilos de vida, profissões, hábitos, gostos, visões de mundo, religiões, credos, aparências, tipos físicos, estilos, etc.) são marcas registradas de qualquer grande cidade do mundo. Toda essa diversidade de indivíduos e grupos precisa conviver, quer queira quer não, em seus espaços públicos (Thompson, 2002).³⁵⁸

Uma parcela significativa dos autores que trata do tema dos espaços públicos nas cidades de hoje faz apelo à narrativa de “perda” para caracterizar a situação atual (Carmona, 2010;³⁵⁹ Bodnar, 2015;³⁶⁰ Vigneswaran, Iveson & Low, 2017,³⁶¹ entre vários outros).

³⁵⁸ *“Ultimately, I see open space in cities as places to celebrate cultural diversity, to engage with natural processes and to conserve memories. Urban open space must provide a place for the meeting of strangers and a place where one can transcend the crowd and be anonymous or alone. And in all of this, the urban park will continue to serve a central function in society’s self-definition”* (Thompson, 2002, p. 70).

³⁵⁹ *“Most writers on public space issues recognize a general decline in this realm, although the causes and the cures prescribed are often very different. Crudely, the literature demonstrates a dichotomy among critics”* (Carmona, 2010, p. 123).

³⁶⁰ *“By the 1990s the mood of critical urban analysts once again became pessimistic and the end of public space was announced authoritatively. (...) Although Sorkin pleaded for ‘a return to a more authentic urbanity’ (1992: xv) it has not happened; instead authenticity became scrutinized. But public space has not quite disappeared either: its pronounced end became the beginning of an extended debate on the topic just as the proclamation of the end of modernity (or, the advent of postmodernity) prompted a serious examination of modern times passed and categories still used. In fact, it was Sorkin’s volume that started the process by pronouncing death but demonstrating change and co-optation instead, which only became extended in subsequent discussions: what exactly public space is; how its understanding varies by place and culture; why we should lament its perceived disappearance; and what forms the new urbanity epitomized by theme parks is taking”* (Bodnar, 2015, pp. 2090-2091).

³⁶¹ *“Urban public space is once again high on the agenda of social science researchers across disciplines. The reasons for this renewed interest include a range of dramatic events that are redefining its importance as a center for social encounter and interaction, forum for discussion and dissent, interface of virtual and material connections and stage for the reinstatement of democratic practice and resistance in the face of state repression. Beginning with occupations of squares, parks and streets in a global wave of revolutions and demonstrations from the Middle East to Europe, North-America, Africa and the Asia Pacific, public space has been reinstated as the symbolic core of urban life. Equally significant are transformations associated with new mobile media and computing technologies that enable large and diverse groups of people to communicate with each other in order to plan social activities from political uprisings to do-it-yourself housing interventions and other forms of informal urbanism. Public spaces increasingly host violent conflagrations and vigilante policing associated with resurgent nationalisms. At the same time, persistent privatization and securitization in response to perceived threats of financial and national security and the desire for ‘clean’ and ‘safe’ redevelopment to attract elite and middle-class users are*

Geralmente, esses autores se referem à dimensão política da vida pública que, pelo menos desde as reflexões de Arendt, Habermas e Sennett, é vista sob a ótica da “regressão”, da “decadência” e da “crise”: “There is today a widespread feeling that the public sphere is in decline, that rational debate and criticism of the state have deteriorated or disappeared altogether” (Light & Smith, 1998, p. 2).³⁶² Apesar da maioria desses autores fazer referência à apatia política dos cidadãos nos espaços públicos das cidades contemporâneas (o que por si só já seria questionável), quase todos acreditam que esses espaços continuam sendo os lugares fundamentais para o estabelecimento de encontros entre pessoas desconhecidas e diversas, ou seja, da copresença de uma pluralidade de públicos (Goverde, 2002).³⁶³

Em cidades extremamente populosas e densamente ocupadas como na Índia, por exemplo, conforme argumentam Mahyar Arefi e William Meyers (2003), populações étnicas diferentes convivem de forma pacífica nos espaços públicos e, apesar dos rígidos sistemas de castas existentes, a convivência dessas populações nesses espaços significa que, inclusive do ponto de vista político, os espaços públicos continuam sendo fundamentais para a convivência entre pessoas distintas (Arefi & Meyers, 2003).³⁶⁴ Tal como destacado por Kenny Cupers, uma infinidade de identidades culturais, sociais e políticas (individuais e coletivas) são viabilizadas e confrontadas nos espaços públicos que são ocupados por públicos diversos, em inúmeras cidades do mundo (Cupers,

creating sanitized public spaces that increase real estate values rather than enhance civic life. (Vigneswaran, Iveson & Low, 2017, p. 496).

³⁶² (Em tradução livre): “Existe hoje um sentimento generalizado de que a esfera pública está em declínio, que o debate racional e as críticas ao Estado se deterioraram ou desapareceram completamente” (Light & Smith, 1998, p. 2).

³⁶³ *“In my opinion these examples show that the public management is still able to create public spaces which have the potentiality to represent ‘public domain’. According to Hajer and Reijndorp (o.c. 11) a public space is a public domain when the space is valued positively as places of shared experience by people from different backgrounds or with dissimilar interests. It is a positive sign and a pleasure to see that a political, intellectual and professional effort can produce a contra-indication to the hypothesis of Jurgen Habermas and Hannah Arendt that the ‘public sphere’s declining since the age of modernity”* (Goverde, 2002, p. 30).

³⁶⁴ *“The importance of public space has been recognized also in studies of the politics of citizenship, insofar as the public spaces of the city are essential to the workings of city politics. (...) This importance reflects how public space is socially produced, and how in turn it shapes our collective social and political behavior. We share space with strangers; we thereby coexist with people with various religious, political, and cultural practices (Walzer, 1986). Furthermore, the use of public space expresses our deep-seated shared values, as in public festivals, parades, cultural events, and political demonstrations and permits the practice of our democratic rights such as freedom of assembly”* (Arefi and Meyers, 2003, p. 332).

2005).³⁶⁵ Nesse sentido, podemos afirmar: a própria existência de cidades cosmopolitas e transculturais, no Ocidente e no Oriente, nos Hemisférios Norte e Sul, demonstra que devemos olhar com alguma desconfiança e ressalva o discurso que faz apelo à “decadência”, à “regressão”, à “crise” e ao “fim” dos espaços públicos no mundo contemporâneo. Trata-se, pois, a meu ver, de uma leitura insuficiente para compreender a importância dos espaços públicos nas cidades contemporâneas.

Os trabalhos inovadores da geógrafa Gill Valentine sobre a convivência entre estranhos em ambientes urbanos, que, segundo a autora, é um aspecto negligenciado nos estudos sobre o tema dos espaços públicos, não nos deixam mentir: a construção de uma cultura cívica, cosmopolita, multicultural e cidadã, não pode jamais prescindir dos espaços públicos que, por sua própria natureza, são também espaços políticos (Valentine, 2008, 2010, 2015).³⁶⁶ Conforme salientado por Valentine, depois de décadas em que os estudos urbanos se dedicaram a conceber as cidades como lugares da violência, da desigualdade, da segregação, da exploração, etc.: “the city of the twenty-first century is being reimagined as a site of connection (...) the city as a site of difference (...) the place, above all, of living with others” (*apud* Valentine, 2008, p. 324).³⁶⁷ Trata-se da assim chamada *cosmopolitan turn*, que celebra (sem deixar de ser crítica) a incrível diversidade característica de nossas grandes metrópoles atualmente (ver, Schiller, Darieva & Gruner-Domic, 2011; Medina, 2013; Beck, 2002; Young, Diep & Drabble, 2006; entre outros).³⁶⁸

³⁶⁵ “Urban identities are thus in the always unfinished process of a multiplicity of interactions in a space that is contaminated by others and whose outlines are blurred. Identity formation takes place in spaces that are occupied by difference, and that are full of traces of past identities and memories, allowing us to read the city in terms of the presence of uncertain, uncontrolled identities in contested spaces that are in the process of transformation” (Cupers, 2005, p. 737).

³⁶⁶ “Much of the writing that is associated with what might be regarded as a ‘cosmopolitan turn’ in thinking about the city celebrates the potential for the forging of new hybrid cultures and ways of living together with difference but without actually spelling out how this is being, or might be, achieved in practice (Sennett, 1999; Bridge and Watson, 2002). Rather, it is implied that cultural difference will somehow be dissolved by a process of mixing or hybridization of culture in public space (eg, Young, 2002)” (*apud* Valentine, 2008, p. 324).

³⁶⁷ (Em tradução livre): “A cidade do século XXI está sendo reinventada como um local de conexão (...) a cidade como o local da diferença (...) o lugar, acima de todos, para se conviver com os outros” (*apud* Valentine, 2008, p. 324).

³⁶⁸ Falaremos sobre esse tema com mais detalhes nas próximas páginas.

Nas ciências sociais e na geografia, o tema dos encontros e desencontros nos espaços públicos das cidades contemporâneas tem sido cada vez mais estudado. A existência de diferentes *sistemas comportamentais* como a civilidade, a cortesia, a urbanidade, a polidez, a cidadania, o cosmopolitismo e a sociabilidade pública são vistas, sob a ótica desse ponto de vista singular, como inquestionáveis expressões da vivacidade política, social e cultural de nossas cidades e, mais especificamente, de nossos espaços públicos. A imensa maioria das incontáveis formas de interações individuais e coletivas que caracterizam a vida pública compõe um quadro democrático que é, ele próprio, fundante da vida política dos espaços públicos. Não se deve, contudo, conforme nos orienta Gill Valentine, romantizar demasiadamente os encontros citadinos, que não deixam de ser, em muitos casos, apenas fortuitos e efêmeros (Valentine, 2008 e 2015).³⁶⁹ Mas não podemos ignorar, nos dizem Gill Valentine e Louise Waite, tal como fizemos durante décadas, a importância desse debate para a construção de sociedades mais justas, igualitárias e verdadeiramente democráticas (Valentine & Waite, 2010).³⁷⁰

Segundo Elizabeth Chacko, Michelle Lobo e Adele Tay (2016), a ciência geográfica tem muito a contribuir com esse debate, pois, a geografia dos encontros, apesar de ser um tema relativamente novo, tem sido estudado por diversos campos das ciências sociais. Para alguns autores, esses encontros cotidianos com pessoas diversas nos espaços públicos (de diferentes etnias, classes sociais, gêneros, sexos, idades, status etc.), constituem excelentes oportunidades para que se possa construir um senso cosmopolita em nós (Roux e Guillard, 2016).³⁷¹ Outros autores argumentam que a convivência com

³⁶⁹ *“Encounters never take place in a space free from history, material conditions, and power. The danger is that contemporary discourses about cosmopolitanism and new urban citizenship, by celebrating the potential of everyday encounters to produce social transformations, potentially allow the knotty issue of inequalities to slip out of the debate. Yet the informants who participated in my research who had the most cosmopolitan and non-prejudiced attitudes were those who considered their own lives to be full of opportunity and who were most optimistic about their own futures”* (Valentine, 2008, p. 334).

³⁷⁰ *“While some geographers have argued that micro-scale everyday public encounters and interactions (eg mundane friendliness, low levels of sociability) represent a baseline democracy that might be developed (Laurier and Philo 2006; Thrift 2005), others are concerned that spatial proximity on its own is not enough to bring about social transformation (Amin 2002) and might actually breed defensiveness and the bounding of identities and communities (Young 1990)”* (apud Valentine e Waite, 2010, p. 476).

³⁷¹ Dominique Roux e Valérie Guillard (2016) demonstram como a circulação de objetos entre pessoas desconhecidas nos espaços públicos tem um caráter essencialmente cosmopolita, o que propicia aos diversos indivíduos e grupos, mesmo que inconscientemente, diferentes formas de interação social: “we

peças diversas nas ruas, calçadas, praças e outros espaços públicos abertos não originam necessariamente “encontros”, no verdadeiro sentido da palavra, pois há pouca interação social de forte intensidade entre esses indivíduos e grupos de diferentes classes sociais, por exemplo, o que é muito ruim para a construção de valores efetivamente cosmopolitas (Atkinson, 2015).³⁷² Segundo esse argumento, portanto, seria pouco provável que a realização desses encontros efêmeros com pessoas diversas fizesse com que as conhecidas barreiras sociais e culturais desaparecessem (Chacko, Lobo e Tay, 2016).³⁷³

Nesse sentido, o estudo de Michele Lobo (2016) é emblemático. Com base em uma reflexão sobre os encontros de populações diversas nos espaços públicos da cidade de Darwin, na Austrália, que recebeu diferentes ondas migratórias ao longo de sua história e que recentemente tornou-se o destino de pessoas oriundas da África, do sul da Ásia e de vários países do mundo, Lobo demonstrou como os encontros diversos, em alguns casos, criaram uma sensação de empatia e, em outros casos, acirraram ainda mais as diferenças e alteridades. Segundo o argumento dessa autora, apesar de reconhecermos a importância dos encontros diversos nas cidades, é necessário que tenhamos em mente o fato de que as barreiras socioculturais, fundadas em preconceitos irracionais, em muitos casos, constroem verdadeiros muros simbólicos que nem mesmo a proximidade física

show what forms of sociality are in practice observed between strangers: those who dispose of bulky items, those who retrieve them, and in some cases, those who do both” (Roux e Guillard, 2016, p. 2).

³⁷² *“This suggests that the experience of public spaces and institutions in the city by the very wealthy is largely unperturbed and immune from unsightly deprivation or the increasing anger within the social politics of the city. In this sense, the capacity of the wealthy to engage with the city in relatively hidden ways also hides difference and social distress – their spaces, networks and mobilities see the city performing as a kind of plutocratic cloud that renders wealth opaque and the socially marginal an untroubling and distant possibility” (Atkinson, 2016, p. 14).*

³⁷³ *“This feature is informed by contemporary debates on urban sociality that focus on the transformative potential of encounters that unfold in public spaces (Fincher and Iveson 2008; Valentine 2008; Amin 2012). Such insights play a crucial role in exploring how we might live with difference that is unsettling and confronting. Some scholars argue that everyday encounters in public spaces—such as cafes, markets, and public transportation—may inadvertently produce cosmopolitan sensibilities as persons of diverse ethnicities, races, and status mix and interact as they go about their daily lives (Laurier and Philo 2006; Watson 2009). However, others argue that encounters in streets, on sidewalks, and other public places, which only provide chances for fleeting interactions and exchanges, are not likely to result in significantly improved understanding of, or empathy toward, the other, even though the interactions may be civil and politically correct (Valentine 2008; Matejskova and Leitner 2011). Such encounters are, moreover, unlikely to lead to a lowering or disappearance of social and other barriers in the long term (Valentine and Sadgrove 2013)” (apud Chacko, Lobo e Tay, 2016, pp. 157-158).*

consegue romper (Lobo, 2016).³⁷⁴ Nesse contexto, segundo nos conta o geógrafo Gary Bridge (2008), ao estudar os espaços públicos, os geógrafos vêm demonstrando cada vez mais interesse por tradições teóricas até então pouco valorizadas por nós, por exemplo: a *teoria da ação comunicativa* formulada por Habermas e que tem forte influência das teorias oferecidas pelos filósofos do pragmatismo, em geral, e pela obra de John Dewey, em particular (Bridge, 2008).³⁷⁵

Conforme argumenta A.E. Souzis (2014), nós raramente nos damos conta do quão importante são os encontros para o próprio funcionamento das cidades e, mais importante ainda, para a construção de uma vida pública efetivamente plural. Para esse último autor, se nos engajássemos de forma mais livre nos encontros citadinos (psicogeografia), como através da teoria da deriva, por exemplo, tal como propunham os idealizadores da Internacional Situacionista (comentada no primeiro capítulo da tese), talvez reconheceríamos de maneira mais clara que, na cidade e em seus espaços públicos, tudo é mediado pelos encontros (Souzis, 2014).³⁷⁶ Segundo essa perspectiva, a cidade seria esse enorme conjunto de pequenos e grandes encontros, encontros heterogêneos e homogêneos, encontros públicos e privados, encontros efêmeros e duradouros, encontros conflituosos e prazerosos, encontros individuais e coletivos, encontros profissionais e lúdicos, encontros familiares e cosmopolitas etc. Para interpretar esses encontros diversos, nos diz a geógrafa Hester Parr, precisamos utilizar instrumentos metodológicos que nos possibilitem ler, de um lado, a materialidade do fenômeno (os corpos) e, de outro,

³⁷⁴ *"This paper has drawn attention to small playful events in a drop-in open-air café community-garden op-shop space in suburban Darwin. These events animate place by drawing bodies, both human and nonhuman, together through performances and gestures that take bodies by surprise, are immersive, playful, and involve little exchange in terms of useful information"* (Lobo, 2016, p. 172).

³⁷⁵ *"These insights have been developed in thinking about space and the possible communicative spaces of the city (Bridge, 2005). What I seek to do here is push these ideas more explicitly in terms of thinking about claims to validity in communication, the nature of communicative spaces and what these pragmatist insights might do for urban geography and human and physical geography more generally"* (Bridge, 2008, p. 1572).

³⁷⁶ *"More specifically, psychogeography has gained popularity with artists looking to reclaim public space. Many groups inspired by the SI, including the internationally popular street party Reclaim the Streets, and the public art festivals Conflux,¹⁰ in New York, and Provflux,¹¹ in Rhode Island, have conceptualized the city as a rich terrain to explore not only the SI's tactics of chance and play, but also to blur the boundaries between public and private, and to create participatory and process based art"* (Souzis, 2014, p. 194).

os significados (os signos) desses encontros (Parr, 2001).³⁷⁷ Nesse sentido, podemos afirmar juntamente com Michele Lobo: a vida pública das cidades pode e deve ser lida à luz de uma autêntica geografia dos encontros (ver Lobo, 2016).³⁷⁸

A geógrafa Helen F. Wilson (2016), por exemplo, demonstra em seu artigo como o conceito de “encontro” variou consideravelmente ao longo do tempo e em diferentes tradições e modelos teóricos. Conforme argumenta Wilson, a reflexão sobre esse conceito nas ciências sociais e na geografia aparece geralmente associado à outros importantes conceitos e temas, como as noções de “diferença”, “diversidade” e “alteridade”; o que demonstra claramente que o entendimento dessas últimas passa pelo estudo da primeira; em outras palavras, a ideia de encontro nos ajuda a compreender o real significado da diversidade enquanto conceito, valor e prática (Wilson, 2016).

Como se sabe, as distâncias interpessoais nos encontros sociais variam consideravelmente em diferentes culturas, nacionalidades, gêneros, idades, classes sociais, contextos socioespaciais etc. (ver Ozdemir, 2008).³⁷⁹ Nesse sentido, podemos afirmar, as reflexões sobre o conceito e a prática dos encontros nos faz pensar nas ideias de fronteira, diferença, alteridade e, simultaneamente, nas diferentes formas de identidades individuais e coletivas que a vida social nos possibilita, onde a igualdade e a empatia pela diferença

³⁷⁷ *“Observing the social interactions of people with mental-health problems in public space is an undertaking that is particularly oriented around the body. My writing about these bodily moments has construed them as ‘different’, but in part these actions were already different, made so by the reactions of the other users of public space at the time. From such observations I learned that bodies are social entities inscribed with notions of normality, control, and discipline. The supposed naturalness of the body—the movement of arms, legs, facial expression, speech acts—are aspects of corporeality that are fully socially constructed and also geographically differentiated”* (Parr, 2001, p. 160).

³⁷⁸ *“This paper shows that bridging difference becomes less demanding physically and emotionally when bodies and things provoke affects and inspire a shared interest in a common world that is always more than human. Although this world may be understood through modes of thinking that involve representation and reliable stories of truth, such thinking may be limited in exploring playful events and meetings of eruptive energy that animate space by drawing bodies into the flow of life. Playful events that entangle humans, more-than-humans forms of life, and material things are moments when the world is navigated in ways that bring us together rather than drive us apart. Perhaps multiple life worlds begin to be respected and valued through more-than-representational approaches to understanding interracial encounters”* (Lobo, 2016, p. 172).

³⁷⁹ *“Overall comparisons and descriptions provide evidence about cross-cultural, age, and gender differences in interpersonal distance. Pairs in Turkish malls interact more closely than those in U.S. malls; adolescents interacting with other adolescents have the largest interpersonal distance; male–female pairs interact more closely than male–male and female–female pairs in all malls”* (Ozdemir, 2008, p. 227).

são celebradas enquanto valores democráticos fundamentais. Concluindo, a noção de encontro pode englobar diferentes modalidades de relações entre objetos, pessoas, significados, diversidades e identidades; nesse contexto, cabe lembrar: a geografia, definitivamente, tal como argumenta Helen Wilson, tem muito a contribuir com este debate (Wilson, 2016).³⁸⁰

12 - Cosmopolitismo, globalização e espaços públicos: as cosmó(polis) do século XXI e o advento da esfera pública global

Em 1784 o filósofo iluminista Immanuel Kant (1724-1804) escreveu um curto ensaio que se tornou um clássico: *Ideia de uma História Universal com Propósito Cosmopolita*, no qual ele assenta as bases modernas para a reflexão de um tema que, na virada do século XXI, tornou-se fundamental na agenda da geografia, das ciências sociais e da filosofia: o cosmopolitismo.³⁸¹ A suposição fundamental do texto escrito por Kant se baseia na ideia de que em determinado momento da história da humanidade a criação de uma federação universal e cosmopolita de Estados, que assegurasse a paz entre as diferentes nações que convivem no globo terrestre, seria um processo desejável ou, sob certo sentido,

³⁸⁰ “‘Encounter’ is not a marginal interest, but rather sits at the heart of a variety of debates within the discipline. The geographical work reviewed here has concerned encounters with and between all forms of bodies, molecules, plants, sounds, objects, texts, landscapes and matter. In so doing, I have brought together disparate bodies of research that, on first glance, may appear to have little in common. Yet, in bringing this work together and tracing the different ways in which encounters have been deployed, the paper has drawn out some significant connections. These connections demonstrate that ‘encounter’ should not be taken as an empty referent for any form of meeting but is rather laden with value and thus worthy of more conceptual scrutiny than it has received to date. In arguing for a better conceptualization of encounters I have demonstrated what this heightened sensitivity can do for a variety of debates within the discipline, and for thinking more broadly about bodies, borders, forms of relationality, and the redistribution of ethical possibility. In particular, the conceptual work of this paper has placed encounter firmly within the remit of difference and surprise. In short, encounters are meetings where difference is somehow noteworthy. Whilst, historically, encounters have been understood as the coming together of opposing forces, which can be seen in the spatial concepts and binary logics that are deployed in descriptions of encounter, a focus on the doing of encounter reveals an interest in the momentary enactments and rhythms of difference that undermine and contradict essentialist thought. Crucially, I have argued that encounters are not only about the coming together of different bodies but are about meetings that also make (a) difference. This dual focus on the naming of difference and its momentary taking-place not only enables a critical reflection on the different ways in which subjects and objects are formed, remade and given meaning, but also on how extensions of power are both undermined and enacted” (Wilson, 2016, p. 14).

³⁸¹ A tradução para o português do texto de Kant que utilizo como referência foi feita por Artur Mourão e se encontra disponível para download no seguinte endereço eletrônico: <http://www.lusosofia.net/> Como não encontrei a referência correta da tradução, citei o texto como se fosse a versão original de 1784.

indispensável: “O problema da instituição de uma constituição civil perfeita depende, por sua vez, do problema de uma relação externa legal entre os Estados e não pode resolver-se sem esta última” (Kant, 1784, p. 11). Kant fala em uma espécie de constituição civil global, na qual todos os cidadãos do mundo compartilhariam códigos éticos e morais de conduta, isto é, leis e acordos que valeriam para todo o globo, baseadas nos princípios universais da razão: “um estado de cidadania mundial como o seio em que se desenvolverão todas as disposições originárias do gênero humano” (ver Kant, 1784, p. 17).

Segundo Robert Fine (2007), apesar do tema do cosmopolitismo ter sido popularizado por Kant, desde a Antiguidade Clássica, ele era concebido como parte fundamental do pensamento político no estoicismo. No século XIX, o cosmopolitismo foi descrito por Hegel como um tema de grande importância para o pensamento filosófico do Ocidente Moderno. Nesse mesmo século, Marx criticava a desintegração característica dos Estados-nação sob a égide do regime capitalista, advogando uma maior integração dos povos após a realização da emancipação humana ensejada pelo comunismo. Emile Durkheim, igualmente, tratou do tema evocando (ou apenas sonhando com) a existência de uma sociedade global onde as diferentes nações compartilhariam o mundo e não apenas competiriam por ele. Mais recentemente, os trabalhos do sociólogo Ulrich Beck, apenas para citar um exemplo, falam de uma verdadeira “cosmopolitização da realidade”, que seria tributária do fato de que a humanidade enfrenta agora “riscos globais”, isto é, comuns a todas as civilizações do mundo (Fine, 2007, p. IX).³⁸²

Entre os geógrafos, conforme demonstra o *Dictionary of Human Geography* (2009), o tema do cosmopolitismo tem sido fonte de um importante debate na comunidade científica, geralmente, associado ao estudo do fenômeno relativamente recente que

³⁸² “Part of this book takes the form of a critical engagement with what I call the ‘new cosmopolitanism’ within the social sciences. I criticize the new cosmopolitanism not for being cosmopolitan but for not being cosmopolitan enough (...) For me, the appeal of cosmopolitanism has to do with the idea that human beings can belong anywhere, humanity has shared predicaments and we find our community with others in exploring how these predicaments can be faced in common. Cosmopolitan social theory is at its most powerful in addressing the needs of those who are outside or on the margins of the nation (...) If we conceive of modernity as a system of rights, then cosmopolitanism refers to the emergence of new forms of right in the sphere of inter-societal relations. These include international laws, international organizations such as the UN, international courts, global forms of governance, the idea of human rights, declarations and conventions on human rights, and mechanisms for securing peace between nations” (Fine, 2007, pp. X-XI).

usualmente chamamos de globalização. Nesse contexto, geógrafos de todo o mundo se engajaram em pesquisas que trouxeram a escala global novamente para o centro do debate geográfico. De maneira geral, tais pesquisas refletiam sobre o advento das instituições supra-nacionais; a formação e o funcionamento dos blocos econômicos e sociais (intercontinentais e extracontinentais); a urgente necessidade da internacionalização ou globalização dos direitos humanos, reconhecidos como direitos universais; as fundamentais questões ambientais como o aquecimento global provocado pela mudança climática associada às atividades humanas; além do importante tema da formação de uma esfera pública global, a constituição de uma cidadania mundial que a globalização (e a internet) teria possibilitado e que muitos acreditam ser, pelo menos por enquanto, mera utopia (Gregory et al, 2009, pp. 117-118).³⁸³

O precedente aberto pelo advento da globalização impulsionou a produção acadêmica sobre o tema do cosmopolitismo e seus derivados: cientistas das mais diversas áreas do conhecimento passaram a refletir sobre esse tema. O filósofo Kok-Chor Tan (2004), por exemplo, tenta demonstrar como a concepção de uma justiça cosmopolita (*cosmopolitan justice*) que promova a equidade (de diversas naturezas) entre os cidadãos do mundo, não é necessariamente oposta a ideias como o nacionalismo e o patriotismo, geralmente, vistos como entraves à consecução de uma justiça global, moral e eticamente construídas com base em princípios cosmopolitas (Tan, 2004).³⁸⁴ Argumento parecido pode ser encontrado no livro *Questioning Cosmopolitanism* editado por Stan van Hooft e Wim Vandekerckhove (2010), onde vários autores refletem sobre como superar o enorme

³⁸³ "Global citizenship and political action in general has come to be placed at the heart of the cosmopolitan ideal as a necessary adjunct to the process of globalization in economic, social, institutional and cultural life, involving the rise of planetary organization, transnational flows and cross national interdependencies. Global citizenship and global government are seen to be required by the rise of global society" (Gregory et al, 2009, p. 117).

³⁸⁴ "Contemporary accounts of cosmopolitan justice have been criticized for failing to take seriously the ties and commitments of nationalism and patriotism. The criticism can be put in the form of a dilemma: either we reject the cosmopolitan idea of global equality or we deny that nationalist and patriotic commitments are admissible. In this book, I have tried to show that cosmopolitan justice, properly understood, can accommodate, in a nontrivial way, liberal forms of nationalism and patriotic commitments. Cosmopolitan justice does not require a world in which national boundaries and patriotic commitments have to recede and wither away" (Tan, 2004, p. 198).

criticismo que domina as discussões sobre o tema da justiça social global, em particular, e do cosmopolitismo, em geral (Hooft & Vandekerckhove, 2010).³⁸⁵

O livro editado por Gillian Brock & Harry Brighouse (2005) trata, de maneira geral, dos diversos significados atribuídos ao tema do cosmopolitismo, em suas dimensões política e filosófica, demonstrando como esse tipo de reflexão exige de nós um enorme senso interdisciplinar, dada a natureza diversa e complexa do fenômeno da globalização e do cosmopolitismo (Brock & Brighouse, 2005).³⁸⁶ O livro dos cientistas sociais Kavin Kendall, Ian Woodward e Slatko Skrbis (2009) diferencia globalização de cosmopolitismo: segundo o argumento desses autores o cosmopolitismo deve ser visto como um produto da história social e política da civilização humana em sua eterna e muitas vezes difusa marcha rumo à formação de uma sociedade global, que remonta à tempos ancestrais; a globalização, por sua vez, de maneira geral, é vista como um fenômeno recente que interliga em escala global quatro campos distintos, porém, inter-relacionados: a política, a economia, a tecnologia e a cultura. A globalização, nos dizem os autores, é um fenômeno multifacetado, que tem “vencedores” e “perdedores”; uma ambivalência que não se encontra associada à ideia de cosmopolitismo, tendo em vista que esse último é frequentemente entendido, simultaneamente, como um reflexo e um produto da existência da sociedade global (Kendall, Woodward & Skrbis; 2009).³⁸⁷

O filósofo francês Jaques Derrida ([1997] 2005), demonstra de maneira incisiva como o tema do cosmopolitismo é atual e nos ajuda a pensar em termos epistemológicos, teóricos,

³⁸⁵ *“Cosmopolitanism is a multifaceted social movement. It resides in the sensibilities of individuals as well as in the policies and structures of state and non-state institutions. It is at once an ethical commitment and a set of political ideals. It is hoped that by exploring it in both its subjective articulations and institutional expressions we and our fellow authors will have advanced its realization in the contemporary world”* (Hooft e Vandekerckhove, 2010, p. 28).

³⁸⁶ *“Our purpose in commissioning the authors for this volume was to encourage them to work out some of the detail and nuance that a full and viable cosmopolitanism needs to press the debate forward”* (Brock e Brighouse, 2005, p. 4).

³⁸⁷ *“While scholars of globalization are divided on its moral value – some seeing globalization as a corrosive force (e.g. Chossudovsky 1998), others regarding it as a potentially positive means to spread wealth and freedom around the globe (e.g. Hirst and Thompson (1999), who, though skeptical about the reality of globalization, suggest that we could do with more of it), and still others suggesting its effects are mixed, with definite winners and losers (e.g. Stiglitz 2003) – it is hard to find a similar ambivalence about cosmopolitanism. In fact, cosmopolitanism is often understood as the positive face of globalization – a theme that recurs in Anthony Giddens’s work (e.g. Giddens 2000)”* (apud Kendall, Woodward e Skrbis; 2009, p. 2).

metodológicos e, especialmente, em termos práticos (vide o exemplo das migrações em massa que se espalharam por todo o mundo), como pensar na concepção de um sistema de cidadania global, algo até então inédito na história do globo (Derrida, 2005).³⁸⁸ Em seu livro, Costas Douzinas (2007) reafirma a necessidade urgente que temos de globalizar os direitos humanos, torná-los direitos de fato universais, cosmopolitas. Segundo esse último autor, a palavra cosmopolitismo tem suas raízes etimológicas ligadas, de um lado, à *polis* grega, e de outro, à ideia de cosmos, que significa universal; nesse sentido, ao falarmos em cosmopolitismo e das assim chamadas *cosmópolis*, estaremos necessariamente falando de um antigo “projeto”: a construção de um sistema de cidadania e de direitos humanos global, universal, cosmopolita (Douzinas, 2007).³⁸⁹

O livro editado por Magdalena Nowicka e Maria Rovisco (2009), propõe que o cosmopolitismo deixe de ser apenas um “valor” e seja de fato posto em prática. O que isso quer dizer? Precisa sair das mentes dos filósofos (e dos geógrafos) e chegar até os políticos, isto é, transformar-se em ações efetivas que atuem em escala global e convertam cidadãos nacionais em cidadãos globais. Essa mudança de paradigma, segundo essas autoras, jamais será conquistada se não nos engajarmos na construção de valores globais, ou seja, formarmos cidadãos que pensem como terráqueos e que promovam a diversidade,

³⁸⁸ “Where have we received the image of cosmopolitanism from? And what is happening to it? As for this citizen of the world, we do not know what the future holds in store for it. One must ask today whether we can still make a legitimate distinction between the two forms of the metropolis – the City and the State. Moreover, one is seeking to inquire if an International Parliament of Writers can still, as its name seems to suggest, find inspiration in what has been called, for more than twenty centuries now, cosmopolitanism. For is it not the case that cosmopolitanism has something to do either with all the cities or with all the states of the world?” (Derrida, 2005, p. 3).

³⁸⁹ “If cosmopolitanism was an early utopia, the opposition between cosmos and polis has now become the struggle between law and desire, in their widest meaning. Law, the principle of the polis, prescribes what constitutes a reasonable order by accepting and validating some parts of collective life, while banning, excluding others, making them invisible. Law (and rights) links language with things or beings; it nominates what exists and condemns the rest to invisibility and marginal existence. As the formal and dominant decision about existence, law carries huge ontological power. Radical desire, on the other hand, like the cosmos of old, is the longing for what does not exist according to law; for what confronts past catastrophes and incorporates the promise of the future. Following Diogenes, Zeno and the utopian tradition, the ‘cosmopolitanism to come’, this being together of singularities, is constructed here and now with friends, in acts of hospitality, in cities of resistance. This cosmopolis brings together here and now the just polis and the principles of resistance of the cosmos already incarnate in our present cities” (Douzinas, 2007, p. 298).

a pluralidade, a igualdade e a tolerância entre os povos, nações e civilizações (Nowicka e Rovisco, 2009).³⁹⁰

Argumento semelhante pode ser encontrado no livro de Mica Nava (2007), para quem as grandes metrópoles globais como Londres e Nova York, por exemplo, constituem exemplos fundamentais daquilo que hoje chamamos de cidades cosmopolitas, as cosmópolis. Nessas cidades e em tantas outras grandes metrópoles do mundo, todos os seus habitantes precisam cultivar a tolerância com a diversidade, pois nelas, assim como em muitas outras, tudo é mediado pela interação com pessoas muito diversas entre si: o trabalho, o lazer, a política, o consumo, a produção, a vida pública etc. Esse está longe de ser um fenômeno exclusivo das cidades contemporâneas, as cidades sempre foram o locus fundamental de interação da diversidade. O que é novo é o fato de que as cidades hoje são habitadas por grupos muito mais diversos do que eram há 50 anos. As grandes metrópoles globais, as cosmópolis do século XXI são, nesse sentido, lugares fundamentais para a experiência de uma cidadania global, aquilo que Nava chamou de um cosmopolitismo visceral, onde direitos e deveres distribuídos de maneira isonômica atingem os mais diversos grupos sociais equanimemente (etnias, classes, nacionalidades, gêneros, culturas e todas as formas de diversidades) (Nava, 2007).³⁹¹

Para Pheng Cheah (2006), a globalização e o cosmopolitismo nos oferecem a possibilidade de redefinirmos a própria ideia daquilo que chamamos de humanidade, não apenas em termos filosóficos, mas também em termos práticos. Segundo esse autor, os direitos humanos só se tornarão de fato “universais”, quando repensarmos algumas categorias fundamentais como as próprias ideias de humanidade e humanismo, vistos como conceitos e valores essenciais para pensarmos o fenômeno do cosmopolitismo

³⁹⁰ “*Cosmopolitanism in Practice is concerned with cosmopolitanism at two analytical levels: (1) cosmopolitanism as a practice which is apparent in things that people do and say to positively engage with ‘the otherness of the other’ and the oneness of the world; (2) cosmopolitanism as a moral ideal that emphasizes both tolerance towards difference and the possibility of a more just world order*” (Nowicka e Rovisco, 2009, p. 2).

³⁹¹ “*The mood and cityscape of the early twenty-first century that I describe here, that we see as we move through London’s public and private spaces, could not have been imagined by the social scientists fifty years ago. How this happened we are only now beginning to explore. And what life will be like in fifty years we cannot say. But one thing this domestic visceral cosmopolitanism may offer is a new image in the world, a new way of being modern, a supranational national identity, a means by which to counter Britain’s old and new imperial projects*” (Nava, 2007, p. 15).

(Cheah, 2006).³⁹² Nesse sentido, o livro de Philip Leonard é esclarecedor, pois nele o autor demonstra de maneira inquestionável a urgente necessidade de uma ciência efetivamente pós-colonialista, que dê voz aos mais diversos povos que constituem aquilo que chamamos de humanidade. A globalização e o cosmopolitismo, argumenta o autor, representam para a ciência uma oportunidade única para superarmos o característico etnocentrismo científico; em outros termos, para construirmos uma ciência efetivamente cosmopolita (Leonard, 2005).³⁹³

Não é por acaso que, Ulrich Beck e Edgar Grande (2010), chamaram esse novo boom de estudos sobre o cosmopolitismo e a globalização de uma verdadeira guinada cosmopolita (*cosmopolitan turn*).³⁹⁴ Para esses dois autores, as grandes metrópoles globais são, não resta dúvida, os melhores lugares do mundo para estudarmos os verdadeiros significados desses fenômenos. Nessas cidades, aqueles “antigos” valores que fundaram a modernidade (a liberdade, a igualdade e a fraternidade) foram e continuam sendo empiricamente redefinidos à luz do paradigma cosmopolita e sua infinita diversidade. As cidades contemporâneas (e seus espaços públicos), argumentam os autores, sob certo sentido, refundaram a própria modernidade, trazendo consigo novas demandas epistemológicas, teóricas e metodológicas: se quisermos compreender esse novo mundo, precisaremos de novos modelos teóricos e conceituais, em outras palavras, precisamos de

³⁹² *“This book is concerned with the ways in which such discourses of the human, which derive from the humanities, influence, irrigate, and underwrite our understandings of globalization. But more significantly, to the extent that the humanities do not take the humanity of the human being as a given but set as their basic task the inquiry into how humanity is constituted, this book also broaches the unsettling issue of whether the vicissitudes of globalization force us to question these axiomatic discourses of humanity, to radically rethink what it means to be human. In other words, if social-scientific solutions to the problems of globalization have always already pre-comprehended an idea of humanity as the bearer of dignity, freedom, sociability, culture, or political life, and therefore as an ideal project that needs to be actualized, the task and challenge of the humanities today in relation to globalization may be to question this pre-comprehension of the human and, somewhat perversely, even to give it up”* (Cheah, 2006, p. 3).

³⁹³ *“Always between a poststructuralism and a postcolonial theory that do not really exist, these concepts never allow themselves to become monumentalized as a programmatic theory, systematic method, or critical school. Revealing the precarious contingency of thought and signification that must be embraced by cultural critique, these concepts unfold alongside and against each other in a restless sequence of theoretical invention and intervention that allows theory to think national identity in other terms”* (Leonard, 2005, p. 155).

³⁹⁴ *“Consequently, the main theme of this special issue is the necessity of a cosmopolitan turn in social and political theory”* (Beck e Grande, 2010, p. 410)

uma ciência efetivamente cosmopolita (Beck e Grande, 2010),³⁹⁵ incluindo aí as reflexões sobre o tema dos espaços públicos: “Public space theories insist on it being crucially important in democratic politics, but tend to neglect postcolonial situations” (Holzschuch & Thébault, 2015, pp. 1-2).

O mesmo Ulrich Beck perguntava-se alguns anos atrás (2002): quem são os inimigos da sociedade cosmopolita? Para este autor, tais inimigos são: em primeiro lugar, o nacionalismo (ou pelo menos o nacionalismo exacerbado), que tende a refrear a internacionalização da economia, da política, dos meios técnicos e, em última instância, tendem a “isolar” os diversos grupos sociais que vivem nesses diferentes Estados-nação, algo visto como praticamente impossível após o advento da globalização; em segundo lugar, o nascimento daquilo que Beck chamou de o mito da liberdade indivisível, ou seja, a ideia de que a globalização da economia traria consigo, obrigatoriamente, a democracia liberal como parte do pacote chamado sociedade cosmopolita, o que se mostrou uma hipótese equivocada; e o terceiro inimigo seria aquilo que ele chamou de o autoritarismo democrático, isto é, regimes políticos autoritários travestidos de repúblicas democráticas, que se utilizam muitas vezes de discursos nacionalistas (e populistas) para negarem a globalização e seus efeitos. Beck assim conclui o seu sugestivo artigo: “How can cosmopolitan parties become possible and powerful? In the end this question can be answered only where people ask and listen to it – in the space of political experimentation” (Beck, 2002, p. 42).

Eu não hesitaria em afirmar que esses novos espaços de experimentação política (cosmopolitas), conforme advogam diversos outros autores e entusiastas da *cosmopolitan turn*, para além dos espaços políticos propriamente institucionais (penso aqui na ONU), são os espaços públicos das grandes metrópoles do mundo: os únicos lugares que

³⁹⁵ “Thus, cosmopolitical realism basically means the recognition of the legitimate interests of others and their inclusion in the calculation of one’s own interests. In this process, interests become ‘reflexive national interests’ through repeated joint strategies of self-limitation; more precisely, empowerment arises from self-limitation. Ideally, individual and collective goals, both national and global, can be achieved simultaneously. In reality, however, there are often limits and dilemmas of cosmopolitan realpolitik. It is no panacea for all the world’s problems and it by no means always works. In particular, whether a problem has a cosmopolitan solution, depends on the normative and institutional framework, in which decisions have to be taken. Nevertheless, the basic message of cosmopolitan realpolitik is this: The future is open. It depends on decisions we make. The research we do and the conceptual frames we use make a difference” (Beck e Grande, 2010, pp. 437-438).

realmente reúnem pessoas de diversas nacionalidades, grupos culturais e étnicos, classes sociais, matrizes religiosos, gêneros, credos, visões de mundo etc. Esse é o argumento sustentado, por exemplo, pelas autoras Nina Schiller, Tsypylma Darieva e Sandra Gruner-Domic (2011), para quem nas cidades contemporâneas seria perfeitamente legítimo falar na existência de uma sociabilidade cosmopolita (*cosmopolitan sociability*).³⁹⁶ Em grandes metrópoles como em Manchester, na Inglaterra, praticamente todas as formas de interações sociais cotidianas tem como característica fundamental o fato de que elas são realizadas por indivíduos e grupos sociais muito diversos, do ponto de vista das origens étnicas. Isso pode parecer trivial, mas não é. Interagir socialmente com grupos diversos cria em nós certo senso de cidadania que transcende em muito nossas diferenças individuais e coletivas e que, sob certo sentido, questiona aquele velho argumento de que a cidadania foi substituída pelo consumo enquanto forma de interação social prioritária nas cidades contemporâneas (Schiller et al, 2011).³⁹⁷

Se quisermos levar a diante o projeto de uma democracia cosmopolita, de uma cidadania universal, precisamos levantar a bandeira do multiculturalismo e da diversidade, pois só assim poderemos romper com o enorme criticismo de domina essas discussões (Medina, 2013).³⁹⁸ Tal como argumenta o geógrafo Jeff Popke (2007), é para as grandes cidades que devemos olhar, pois foram nelas que o cosmopolitismo se converteu efetivamente em realidade empírica, não se trata mais de mera “conspiração” dos filósofos (Popke, 2007).³⁹⁹ É nesse sentido que Craig Young, Martina Diep e Stephanie Drabble (2006),

³⁹⁶ “We define cosmopolitan sociability as consisting of forms of competence and communication skills that are based on the human capacity to create social relations of inclusiveness and openness to the world. As such cosmopolitan sociability is an ability to find aspects of the shared human experience including aspirations for a better world within or despite what would seem to be divides of culture and belief” (Schiller et al, 2011, pp. 402-403).

³⁹⁷ “In other words, cosmopolitan sociability defines a set of practices in which people are not passive consumers but active participants in the creation of common places (Massey 2005; Leitner et al. 2007). These places are created through people’s meetings, encounters, civic communication and coexistence (apud Schiller et al, 2011, p. 403).

³⁹⁸ “The development of democracy beyond the States through the actualization of cosmopolitan law, would let the appropriate political organization of the international society, so the current transitional process can lead to a world order where our right to peace and to live with dignity prevail over any other consideration. Here is the conceptual relevance of cosmopolitanism, an idea as ancient as contemporary” (Medina, 2013, p. 151).

³⁹⁹ “According to Michael Keith, ‘if the cosmopolitan is to represent a normative vision of the future, the city is to be its empirical realization’ (Keith, 2005: 22), and indeed the cosmopolitan vision has long been

reconhecem Manchester, na Inglaterra, como uma cidade cosmopolita (*cosmopolitan city*). Para esses últimos autores, os projetos de reurbanização que se concretizaram nessa cidade nas últimas décadas e que reformularam parte significativa de seu centro, não apenas os seus espaços públicos, mas especialmente os seus espaços privados, objetivavam criar um cenário urbano “cosmopolita”. Nesse processo, em função de uma série de fatores (inclusive a gentrificação), um complexo cenário urbano se estabeleceu, onde a diversidade foi (re)espacializada, em alguns casos, originando espaços de fato cosmopolitas, especialmente nos espaços públicos; em outros casos, porém, um centro elitista e pouco diverso em termos de mistura social se formou (Young et al, 2006).⁴⁰⁰

Os cosmopolitas encontros realizados entre indivíduos e grupos diversos nos espaços públicos das grandes cidades do globo têm sido foco de um interessante debate nas ciências sociais e na geografia. De maneira geral, tal como argumentado por Elwys De Stefani & Lorenza Mondada (2018), esses autores buscam compreender, à luz de aportes teóricos de autores como Erving Goffman, todas as complexas nuances e minúcias que envolvem os rituais de interação face a fase que tem lugar nos espaços públicos, em suas múltiplas dimensões e escalas de análise, mas com especial destaque para a micro-escala (Stefani & Mondada, 2018).⁴⁰¹ Segundo as geógrafas Gill Valentine & Catherine Harris (2015), por exemplo, as sociedades ocidentais têm se tornado cada vez mais diversas e heterogêneas, entre outras coisas, em função de importantes mudanças ensejadas pelos novos circuitos de migração que a globalização pôs em movimento e, sob certo sentido, possibilitou. Nesse contexto, nas cidades cosmopolitas, os espaços públicos voltaram a ser concebidos pelos geógrafos e cientistas sociais como espaços de encontros. Conforme demonstra o estudo de Valentine e Harris (2015), a regulação que é feita nesses espaços,

associated with the urban experience. It is the city, after all, that serves as the setting for various kinds of global flows and interactions, the ‘evidence’, as it were, of our cosmopolitan condition. We can usefully begin our appraisal of cosmopolitan thinking, therefore, with recent attempts to consider the nature of urban space” (apud Popke, 2007, p. 510).

⁴⁰⁰ “This case study suggests that cosmopolitan forms of regeneration rely on the production of ‘acceptable’ and ‘unacceptable’ forms of difference which are also spatialised within the city. Thus the approach of grounding cosmopolitanism in the urban helps to reveal more of the complexities of the treatment of difference in the contemporary city” (Young et al, 2006, p. 1711).

⁴⁰¹ “In this article we have demonstrated not only the systematicity but also the situatedness and contingency of openings of chance encounters in public space. Our study increases our understanding of how openings of face-to-face encounters are achieved in general and of how individuals organize sudden, accidental encounters in public space” (Stefani & Mondada, 2018, p. 267).

isto é, que delimita aqueles usos e comportamentos considerados “adequados”, tende a se intensificar juntamente com o crescimento de seu público frequentador, o que tem provocado um enorme debate nas esferas públicas locais e nos congressos de geografia que refletem sobre os espaços públicos e, mais especificamente, sobre as práticas de inclusão e exclusão que são viabilizadas nesses verdadeiros espaços de sociabilidade (Valentine e Harris, 2015).⁴⁰²

Em artigo recente, Junjia Ye (2019) celebra esse interesse renovado dos geógrafos pelo tema da coexistência da diversidade nos espaços urbanos e públicos das cidades contemporâneas: aquilo que ela chamou de uma autêntica *diversity-turn* (guinada da diversidade).⁴⁰³ Segundo essa autora, seria possível classificar estes estudos geográficos recentes em dois grandes grupos: aqueles referentes ao tema do copresença e da convivência da diversidade nos espaços urbanos e públicos das cidades;⁴⁰⁴ e aqueles trabalhos que tratam do tema das barreiras e dificuldades de incorporação da diferença e da diversidade nos espaços de convívio cotidianos.⁴⁰⁵ No primeiro grupo de estudos, a coexistência da diversidade nos espaços públicos aparece como sendo o foco fundamental das reflexões, através das seguintes noções: a cidadania; a construção da diferença; o significado da diversidade; as zonas de contato; os espaços de interação; de socialidade e de sociabilidade; os encontros locais-transnacionais; os processos de diversificação das cidades globais; o advento das chamadas cidades mestiças (*mongrel city*); os novos contextos de super diversidade, ultra heterogeneidade e poli pluralidade; as cidades

⁴⁰² “This paper offers new insights into geographical debates about encounters by interrogating people’s accounts of the way they respond to others in everyday interactions. Specifically, it has examined the way that routine encounters with difference are framed by normative expectations about how people should talk and behave in institutional and public environments which are grounded in popular perceptions of the law (legal consciousness) and its assumed consequences, albeit these perceptions do not necessarily have any actual legal basis” (Valentine & Harris, 2015, p. 17).

⁴⁰³ “The growing ‘diversity-turn’ in the social scientific study of the city (...) This excitement about urban diversity is an opportunity for geographers” (Yo, 2019, p. 478).

⁴⁰⁴ “Geographical scholarship on the social and cultural texture of globalizing cities has revealed a proliferating range of ‘contact zones’ shaped by local-transnational encounters, which hinge on a number of registers including nationality, race, religion, language, class, legal status, gender and sexuality” (Yo, 2019, p. 481).

⁴⁰⁵ “This second key strand of work on urban diversity, therefore, highlights the modalities of power that shape the way diversity is organized in particular places, spatializing the politics of diversification” (Yo, 2019, p. 487).

múltiplas (copresença de diversos espaços em um só lugar); o multiculturalismo; a coesão social; o cosmopolitismo, entre outros (Ye, 2019).

No segundo grupo de estudos, ainda segundo Junjia Ye (2019), os geógrafos se mostram mais cautelosos em relação àquilo que alguns chamam de uma romantização exacerbada dos contatos citadinos na contemporaneidade, que são vistos como alguns dos principais indutores da melhora das relações interpessoais e intergrupais de populações diversas; à luz desse ponto de vista, os estudos tentam demonstrar como os encontros citadinos estão inseridos em uma estrutura socioespacial, nesse caso, todas as formas de desigualdades, hierarquias socioculturais; as questões de classe; de renda; de status; de gênero; étnicas e raciais; idade; religião; o machismo; a homofobia; o racismo, todas as formas de preconceitos; a marginalização e a estigmatização de grupos e indivíduos diversos; as relações de poder desiguais, entre vários outros, aparecem como os principais qualificadores dos encontros, ou melhor, dos desencontros na cidade, demonstrando como a proximidade física nem sempre consegue suplantar as estruturas socioespaciais (ver Ye, 2019).⁴⁰⁶

É nesse contexto de reavivamento das reflexões sobre os encontros e desencontros da vida citadina na geografia que se pode inserir o estudo de Roza Tchoukaleyska (2016), que demonstrou como as transformações empreendidas nos espaços públicos de uma cidade na França provocaram um grande debate sobre as memórias e identidades compartilhadas por grupos sociais distintos, os imigrantes e os franceses (Tchoukaleyska,

⁴⁰⁶ “At a moment when urban diversity and coexistence are rapidly gaining momentum in geographical research, it is crucial that geographers are clear and intentional in precisely how we write – indeed, ‘do’ – diversity, and to what ends. I have sought to make sense of the myriad ways that urban diversity has been discussed through a vast range of geographical scholarship. Much of the geography of togetherness with its predominant themes of sociality, encounters and strangerhood has highlighted the importance of micro-encounters in everyday life. In this body of work, distance and proximity between strangers with diverse backgrounds characterize the increasingly hybrid contact zones of cities. Coexistence in shared spaces is argued to generate not only tolerance but conviviality and a form of living with difference without rancour. Another growing strand of work, however, cautions against the romanticization, and often Euro-centric prescription, of coexistence, by addressing the structural context in which these encounters occur (...) Rather than sharing of space as indicative of urban conviviality and shared bonds, there are boundaries and enclosures embedded within these public spaces. Coexistence in a diverse context in this sense is marked relationally by broader structural inequalities, spatial subversion and selective incorporation” (Yo, 2019, pp. 490-491).

2015).⁴⁰⁷ Lucy Jackson, Catherine Harrisb & Gill Valentine (2016), propõe que repensemos algumas categorias fundamentais para a compreensão das cidades cosmopolitas, como a própria ideia que temos em mente quando utilizamos a categoria “estranho” para se referir às pessoas desconhecidas, especialmente em contextos de ultra diversidade, como ocorre nas grandes metrópoles do mundo (Jacksona, Harrisb e Valentine, 2016).⁴⁰⁸ Carina Listerborn (2015), demonstra como a segregação socioespacial na Suécia que diferencia os espaços de concentração de imigrantes das áreas de concentração dos “suecos nativos” torna-se difusa nos espaços públicos, onde essas barreiras físicas e simbólicas perdem parte do seu sentido, dada a natureza cosmopolita das atividades cotidianas realizadas nesses espaços por públicos diversos (Listerborn, 2015).⁴⁰⁹ Michele Lobo (2014), por sua vez, demonstra como o racismo, infelizmente, ainda é um importante delimitador dos encontros citadinos realizados entre os “australianos aborígenes” e os “australianos brancos” nos espaços públicos e comuns da cidade de Darwin, na Austrália (Lobo, 2014).⁴¹⁰

⁴⁰⁷ *“This article examines the links between memory, identity and public space within a French context. As demonstrated in debates over Montpellier’s Plan Cabanes plaza, disputes over whose memories are materially represented in the city – who is viewed as forming local heritage – influences who is recognized as a social and political actor capable of shaping the public sphere” (Tchoukaleyska, 2015, p. 15).*

⁴⁰⁸ *“Our critique thus lies in the discussions of the ‘the stranger’, situated in specific contexts, at specific times, and focusing on particular scales of analyses. these do not understand or explore the inherent complexity of the positionality of ‘stranger’ as a fluid and multiple entity, as becoming, something more-than-human identity or personhood. the papers within this issue thus provide a more holistic and broad approach (and indeed account) of the stranger as both strange and strange encounter. this issue presents a more careful consideration of the stranger, acknowledging different types of encounter with strange and stranger whilst recognizing the importance of fluidity” (Jacksona, Harrisb & Valentine, 2016, p. 10).*

⁴⁰⁹ *“The geography of the veil described by the informants is clearly overlapping the socioeconomic segregation of the city, where areas are defined in terms of being ‘Swedish’ or ‘immigrant areas.’ However, the everyday life activities blur such imagined and real borders and the public spaces become arenas for encounters. The violent encounters these women talk about often occur in places that would not be defined as dangerous or no-go places, rather the opposite. The different kinds of violent acts seem invisible to most citizens, or is just being neglected, as it does not fit into the common understanding of urban violence. The violent acts these women experience are part of an economy of hate, and the subjective, everyday violence therefore needs to be contextualized in relation to symbolic geo-political violence, and in relation to structural and systemic violence, as these different forms of violence are related from the point of view of the Muslim women interviewed. The stories told about violent encounters clearly show the gendered and nationalist framing of the incidents” (Listerborn, 2015, p. 110).*

⁴¹⁰ *“With its focus on a mundane event at a bus interchange in Darwin, this paper has focused on the bodies of three women that are sites of stress in the Australian context. It considered how the event unfolds through attention to what these bodies said, did and felt. I have shown that the potential of racially differentiated bodies to engage in acts of ethical humanism varies when they are sites of stress. I suggest*

13 - Espaços públicos e espaços virtuais: publicidade e as mídias eletrônicas

O século XX foi marcado, entre outras coisas, pela consolidação da sociedade de massa e, por conseguinte, da comunicação de massa. Nesse contexto, uma enorme evolução técnica e científica possibilitou aos seres humanos a criação de novas formas de comunicação que se difundiram por todo o globo e revolucionaram a maneira como nós interagimos socialmente e interpessoalmente: o rádio, o cinema, a televisão, o telégrafo, o telefone, o fax, o celular, o computador, o *smartphone* e, a mais revolucionária de todas, a internet, constituem alguns dos exemplos mais emblemáticos. Em outras palavras, os seres humanos criaram uma espécie de espaço paralelo, que interliga as pessoas umas às outras de maneira muito peculiar, desafiando como nunca ocorrera as noções de tempo e de espaço. Trata-se do advento do assim chamado espaço virtual que, em menor ou maior grau, afetou de maneira inquestionável a forma como nos relacionamos nas cidades e em todos os lugares do mundo. Para o sociólogo Manuel Castells, na era da informação, da unicidade dos sistemas técnico-científico-informacional de que falava Milton Santos (1996) vivemos, pois, em uma sociedade organizada em rede (Castells, 1999).

Como essa revolução nas formas de comunicação e o advento do espaço virtual afetaram a vida pública, a esfera pública e os espaços públicos nas cidades contemporâneas? Nas últimas décadas, não foram poucos os autores que se propuseram a refletir sobre esse questionamento. Nos parágrafos que se seguem descreveremos, em linhas gerais, alguns dos principais elementos que compõe esse complexo e controverso debate. Conforme argumenta o geógrafo Mike Crang (2000), a noção de espaço público pode nos ajudar em muito a refletir sobre esse debate recente. Para esse autor, a ascensão do espaço virtual e, em especial, o advento da internet, significou que a esfera pública de que falava Jürgen Habermas foi especialmente revolucionada: a internet constitui o ápice da evolução da comunicação humana, pois ela possibilitou a existência de novas formas de interações, onde as fronteiras espaciais e temporais não mais constituem entraves efetivos (Craig,

that such approaches perhaps need to be supplemented by looking at the encounter as an event-space that brings together both bodies and things” (Lobo, 2014, p. 726).

2000).⁴¹¹ Infinitas formas de associações e interações entre pessoas e grupos diversos originaram àquilo que muitos chamam de um novo espaço público, um espaço público virtual, que Mike Crang chamou de uma verdadeira *electopolis* (Crang, 2000).⁴¹²

Segundo argumenta Kurt Iveson (2009), todavia, os espaços públicos das cidades são frequentemente vistos como diametralmente opostos aos espaços “públicos” das mídias virtuais: uma diferença fundamental seria aquela que diz respeito ao fato de que os espaços públicos das cidades são lugares em que as interações sociais ocorrem sem mediações, isto é, nenhum objeto, fenômeno ou pessoa funciona como mediador dos encontros citadinos. Nos espaços públicos, a copresença física da diversidade seria completamente diferente daquela “copresença” mediatizada que ocorre nos espaços e mídias virtuais. Nesse sentido, as formas de publicidade que emanam desses dois espaços (o público e o virtual) seriam completamente distintas entre si e, para muitos, até mesmo incompatíveis. Para Kurt Iveson, todavia, essa leitura dominante que toma espaço público e espaço virtual como entes separados deve ser superada, pois ambos constituem modalidades de publicidade que se complementam mutuamente no funcionamento da esfera e da vida pública nas cidades contemporâneas: “By associating urban forms of publicness with unmediated co-presence, both perspectives fail to adequately appreciate the dynamic geographies of public life” (Iveson, 2009, p. 1).⁴¹³

⁴¹¹ “Electronic space interacts with urban space to create heterarchic spaces, which disrupt conventional boundaries (Menser, 1996). The virtual is the multiplication of spaces, and temporalities, in the same place (Stone, 1991). The public space of the virtual city is thus very much the electronic agora not as Al Gore implied in his ‘new Athens’ vision, but in the sense that the agora was the point where the conventional orderings and rules of the classical Greek city broke down” (Craig, 2000, p. 313).

⁴¹² “This sense of public space suggests that the electropolis is not an alternate realm, but offers conjunctures of different forms of Space different electronic, physical, social and political spaces. Running these together produces a fractured public sphere, not one of self-present individuals interacting, but the interactions themselves forming a public space that is necessarily incomplete: a space which is one of singularity not stability, one of partial objects not products, which requires pathic knowledges not of the spatially distinct and temporally homogeneous, but of something experienced in fragments” (Craig, 2000, p. 313).

⁴¹³ “So, to understand the urban dimensions of public address, we need to dispense with the common attachment to ‘unmediated’ forms of publicness in the analysis of cities and public spaces. The city and its streets have no privileged place with respect to the geographies of public address. This does not mean that we should not be concerned with efforts to impose undemocratic restrictions on access to the streets. Rather, it suggests that streets, pages, airwaves and screens offer different kinds of possibilities and constraints for different forms of public address. The task of critical analysis is therefore to understand how these possibilities and constraints are shaped, navigated and contested through the political practices

A maneira como a evolução tecnológica tem influenciado o nosso modo de vida nas cidades não é um tema que podemos chamar de novo, mas com o crescimento da importância dos espaços virtuais no mundo contemporâneo esse debate ganhou novo fôlego nos estudos urbanos. Para Awoniyi Stephen (2016), por exemplo, a digitalização da vida cidadina emerge como um processo que redefine por completo aquela máxima de que nós só existimos em um espaço, o espaço físico. O espaço geográfico é hoje muito mais do que simplesmente o espaço fisicamente constituído, em outras palavras, o espaço virtual é também parte integrante do espaço geográfico (Stephen, 2017).⁴¹⁴ Segundo Lee Humphreys (2010), as redes sociais móveis, em especial aquelas associadas ao uso dos celulares conectados à internet (que hoje são uma realidade incontornável para a imensa maioria das pessoas que vivem nos espaços urbanos do globo) alteraram profundamente a forma como produzimos, circulamos, compartilhamos e debatemos as ideias e informações. Para vários autores, essas novas mídias são vistas como problemáticas para o exercício cotidiano da vida pública nas cidades, para outros autores, porém, as novas mídias constituem um enorme facilitador da vida social e pública, ou seja, elas fariam com que as interações sociais diversas, tão importantes em sociedades democráticas, fossem possíveis sem que houvesse contiguidade espacial no processo interativo (Humphreys, 2010).⁴¹⁵

of different groups who mobilize and combine different kinds of public address. This requires our analytical frameworks to be mobile, rather than declaring some kinds of public space as either privileged or irrelevant” (Iveson, 2009, p. 3).

⁴¹⁴ *“This contribution also made the case that humans are physical beings in a physical world. Space is not just a lifeless container that holds humans. Instead, it is a dynamic participant in the very making of life and the experience of living. Part of the outcome of the integration of space with life has been the explicit and tacit formalization of space-making. Space designers, makers of space, and all those who have the ability to influence the making of space have a moral responsibility toward the community to allow the production of space to emerge within the context of critical discourse. That act will contribute to cultural invigoration and help to stem the impoverishment of lived experience” (Stephen, 2017, p. 326).*

⁴¹⁵ *“I have tried to show how the same technology can be used to both facilitate and avoid sociality in urban public spaces. While some have suggested that mobile communication technologies contribute to blurring the boundaries between public and private (Hoflich, 2006; Puro, 2002; Sheller, 2004; Sheller and Urry, 2003), Lofland’s (1998) concept of ‘parochial’ becomes an alternative lens through which to understand the complexity of privacy and publicness as it relates to urban communication and spatial practices (...) however, temporal and spatial issues certainly still influence communication and interaction. New communication technologies may have changed the spatial and temporal boundaries, but mediated communication is still shaped by locational and sociospatial factors” (apud Humphreys, 2010, pp. 774-775).*

Ainda não sabemos com precisão o quão o advento da internet alterou a relação entre sociedade e Estado e entre espaço virtual e espaço público no mundo contemporâneo; por esse motivo, esses temas têm sido bastante estudados na comunicação social, na ciência política, na geografia e nas ciências sociais, apesar de as respostas serem ainda consideravelmente preliminares, controversas e imprecisas. Na China, por exemplo, tal como argumentam Yongnian Zheng e Guoguang Wu (2005), a internet, apesar de controlada pelo partido comunista chinês, significou uma verdadeira revolução nas formas de interação das populações cidadãs e, especialmente, nas formas de organização política da sociedade civil (Zheng & Wu, 2005).⁴¹⁶ Para Baron e Segerstad (2010), os celulares e os modernos smartphones constituem hoje um modo global de interação social, não há mais diferenças tecnológicas significativas entre os países, no que diz respeito às novas mídias sociais. Essa padronização das formas de comunicação que a globalização trouxe constitui uma das mais importantes revoluções que as tecnologias da informação nos possibilitaram, tendo em vista que agora o mundo pode literalmente se comunicar com base em suportes comuns (Baron e Segerstad, 2010).⁴¹⁷

Para Scott Mcquire (2010) e Andreas Widholm (2015), em contraposição ao discurso dominante que associa o advento das novas mídias eletrônicas (em especial das redes de televisão domésticas) à corrosão da vida pública, um projeto lançado pela primeira vez em 2003 em Manchester, na Inglaterra, e que depois se espalhou por inúmeras cidades do mundo, instalou um telão gigante em um espaço público movimentado da cidade onde eram transmitidos os principais eventos internacionais e locais, notícias, programas de

⁴¹⁶ *“the Internet works to promote information flow, expand public space, and organize collective action (...) the Internet promotes political liberalization, defined as an expansion of individual freedom (...) The Internet can lead to the formation of public cyberspace and thus promotes the development of civil society (...) social groups are able to use the Internet to influence state politics and policy practices (...) Nevertheless, as we have shown, there are successful collective actions via the Internet that social groups used to change old state politics and policy practices. Whether collective actions will succeed largely depends on the interaction strategies between the state and society (...) Although the Internet so far has not been able to bring about democracy to China, it has certainly promoted incremental political liberalization. With the expansion of Internet use and development, the political effects of the Internet will continue to unfold. When political liberalization continues, democratization may not necessarily be an impossible enterprise (Zheng & Wu, 2005, pp. 532-533).*

⁴¹⁷ *“Undoubtedly, mobile-phone practices will continue to evolve. It remains to be seen whether, with time, cultural differences will diminish or persist. The more closely we chart the individual and collective trajectories of mobile phones in diverse cultural settings, the better prepared we become both to design phones that fill our needs and to cope with the unanticipated consequences of mobile telephony (Baron & Segerstad, 2010, p. 32).*

entretenimento, informações de interesse da comunidade local e projetos de arte experimentais; que trouxe resultados inesperados para a população da cidade e para os organizadores do projeto (Mcquire, 2010).⁴¹⁸ Públicos diversos passaram a se reunir com certa frequência nas áreas ao redor do telão para se manterem informados sobre determinados assuntos da esfera pública local e internacional ou mesmo para assistirem a shows e eventos, o que teria causado um impacto positivo para a vida pública local (Widholm, 2015).⁴¹⁹ Argumento esse que, sob certo sentido, contrasta com aquele desenvolvido por Gilles Puel e Valérie Fernandez (2012), para quem a constituição de um sistema socio-técnico baseado na distribuição desigual de pontos com acesso à internet em Beijing na China, os Cybercafés, reforçou (ou apenas reproduziu) a fragmentação urbana das desiguais cidades chinesas (Puel & Fernandez, 2012).⁴²⁰

Com base em uma reflexão sobre a relação entre as salas de edição de jornais televisivos e a cidade (e seus espaços públicos), Scott Rodgers (2014) demonstra como a publicidade jornalística (abstrata) e a publicidade dos espaços públicos (materialista) são, em alguma

⁴¹⁸ *"In this article, I will begin by contextualizing the emergence of these new forms of public viewing in relation to the history of television spectatorship. After describing significant phases in the public deployment of large screens, I will then focus on the most ambitious programme for their use as a civic initiative, the Public Space Broadcasting project launched in the UK in 2003. From this vantage point, I will argue that if large screens are to play a significant role in the revitalization of civic life, there needs to be a more fundamental and far-reaching investigation of their capacity to contribute to rich and complex public spaces through the active construction and reconstruction of shifting and heterogeneous 'publics'"* (Mcquire, 2010, p. 568).

⁴¹⁹ *"As this article suggests, geographical location and structural embedding strategies impinge in distinctive ways on social performances and public reactions to a media event. The open and non-commercial environment provided by the BBC mainly attracted relaxed viewers, whilst the more central position of Hyde Park, with its strong mechanisms of 'spectacle' created a more varied response including a stronger emotional investment, expressive performative behaviours and a higher degree of social interaction between members of the public"* (Widholm, 2015, p. 13).

⁴²⁰ *"The different offerings correspond to a marketing segmentation targeting different geographical areas of the city and therefore contribute to the city's geography. The social groups, among whom there is a strong demand for differentiated urban practices and uses, in turn reinforce the fragmentation movement: geographical and social fragmentation, because it is furthered by forms of social homophily. The socio-spatial fragmentation trend which we have noted in the case of cybercafé's corresponds to a more general but recent territorial differentiation movement in China (Chang, 2006). The social diversity which characterized all districts is becoming less perceptible. The geography of cybercafé's follows the MUD, increasingly separating the rich from the poor as Chen Xiaofeng underscores"* (Puel & Fernandez, 2012).

medida, reflexivas (Rodgers, 2014).⁴²¹ Mesmo argumento que é defendido por Alicia Ferrández Ferrer (2019), que discorre sobre a dificuldade que os grupos socialmente excluídos e marginalizados tem para se tornarem visíveis aos olhos da sociedade nos espaços virtuais, exatamente como ocorre nos espaços públicos (Ferrer, 2019).⁴²² Segundo Virág Molnár (2014), baseada em um estudo sobre a dimensão pública dos *flash mobs* (performances coletivas realizadas nos espaços públicos), como há um aspecto igualmente reflexivo na relação entre o espaço virtual da internet e os espaços públicos, constituindo novas formas de ação coletiva que, em muitos casos, apelam diretamente à vida política e pública em grandes cidades como Nova York, Londres, Berlin, Budapest e Tóquio (Molnár, 2014).⁴²³

Argumento semelhante pode ser encontrado no estudo proposto por Tony Liao e Lee Humphreys (2014), que afirmam que o uso indiscriminado de dispositivos eletrônicos móveis ligados à internet, como os modernos celulares, tablets e laptops, transformou a forma como planejamos e experimentamos os encontros com pessoas conhecidas e desconhecidas nas cidades (Liao & Humphreys, 2014).⁴²⁴ Tal como demonstrado de maneira enfática no interessante artigo de Yao Shen et al (2019), através desses dispositivos, espaço virtual e espaço público parecem constituir um mesmo mundo, onde os encontros e desencontros tornam-se mais “controláveis” sem deixarem, contudo, de

⁴²¹ “My account emphasized the degree to which this process of translation involves the complex interweaving of material and immaterial aspects of form (...) However, the newspaper should be seen here as an expression of the professionalized journalistic field, which despite the hyperbole about “citizen journalism” is quite unlikely to completely disappear. The more general intent of my argument, summarized above, is to emphasize how relational and procedural public spaces are materially shaped through both media production settings and media form” (Rodgers, 2014, pp. 80-81).

⁴²² “The third essential challenge refers to structural changes in the media sector, necessary to secure not only the inclusion of minorities, but also the development of a responsible and independent journalism” (Ferrer, 2019, p. 265).

⁴²³ “Flash mobs thus evidently illustrate that mobile communication technologies have in fact become powerful urban design tools that can effectively shape our experience of urban space and enlarge the urban drama while fostering new forms of sociability and reinventing public space” (Molnár, 2014, p. 56).

⁴²⁴ “Sheller (2012) uses the term ‘mobile medialities’ to describe the various ways mobile technologies are mediating experiences, practices, and creating new and flexible mediated spatiality. While there are structural and pervasive power asymmetries in the creation of physical spaces, we see examples in this study where people are utilizing mobile AR technology to tactically exert their own power on these places. They did this by using the technology to heighten their connections with their surroundings, changing the augmented representation and meaning of places, and questioning people’s authority to construct place” (Liao & Humphreys, 2014, p. 15).

serem espontâneos, especialmente quando ocorrem nos espaços públicos abertos. Segundo esses últimos autores, através de um método inovador, é possível quantificar e qualificar a intensidade da copresença física nos espaços públicos para onde conflui parte significativa da população urbana, os grandes centros, mensurando espacialmente e temporalmente os fluxos interacionais que tem lugar nos espaços públicos centrais, utilizando os registros de check-in das plataformas sociais virtuais realizadas pelas pessoas com seus smartphones georreferenciados (Shen et al, 2019).⁴²⁵

Segundo José van Dijck e Thomas Poell (2015), ainda é cedo para afirmarmos com clareza quais são os reais impactos positivos e negativos que a ascensão dos espaços virtuais tem sobre a organização da vida pública. Dijck e Poell concluem, contudo, de forma preliminar, que a maneira como as nossas atividades culturais, políticas e sociais se entrelaçou aos novos espaços virtuais pode vir a ser problemática, pois, nesse contexto, as relações sociais nos espaços públicos tendem a ser menos espontâneas, na medida em que tudo é mediatizado pelos sistemas técnicos, inclusive os nossos encontros com pessoas desconhecidas, o que tende a ameaçar o caráter democrático dos espaços públicos (Dijck e Poell, 2015).⁴²⁶ As reflexões sobre o impacto do uso indiscriminado dos

⁴²⁵ *“From an urban design perspective, the main scope of this article is the delivery of a framework for quantifying the spatiotemporally changing network-based centrality structures of cities, characterized by their shifting roles of physically connecting local and non-local residents, which are sensed by social media check-in records. This focus is multi-fold. First, it introduces a series of measures to quantify the essential aspects of physical co-presence intensity (the likelihood that different groups of people encounter each other in the same street at the same time). We extract travel diaries of social media users from their geo-referenced check-ins. People are then characterized as “locals” or “non-locals” for every space they visit during different time periods, depending on the frequency and duration with which they used that space. This classification is essential for architectural research and urban studies which aim to clarify the social embodiment of spatial publicness for people’s on-site interactions [15]. We then provide an example of how this framework can be applied to reflect the social potential of every street, using data from Central Shanghai. Our analysis demonstrates hourly changing centrality structures in a typical working day, as illustrated by the dynamic variation in the patterns of physical co-presence intensity. This is then validated using a survey (“gate count”) of people’s movements in the city to test if the aggregated flows of social media users can represent the global variations of overall pedestrian flows. In the models where other static network centralities are identified as regressors, the physical co-presence intensity measures reasonably classify temporal interactions between urban form and function from day to night. Using a clustering algorithm, we further classify the typology of streets according to the modes of people’s face-to-face interactions. Our results provide a sociological understanding of the street hierarchy system. Finally, this article summarizes the findings and discusses the significance of applying the delivered methods for the advancement of knowledge regarding the dynamics of urban morphologies and their social translation over time” (Yao, 2019, pp. 2-3).*

⁴²⁶ *“This tendency is particularly problematic in the current reorganization of publicness, in which social and cultural activity becomes deeply intertwined with the techno-commercial infrastructures of social*

sistemas técnicos de controle e vigilância dos espaços públicos são menos ambíguas: tal como argumenta Francisca Grommé (2016), a literatura especializada é enfática em afirmar que esses sistemas provocam uma corrosão sem precedentes da publicidade que emana dos espaços públicos. Segundo o exemplo proposto por Grommé, os espaços públicos das grandes cidades da Holanda, especialmente nas cidades turísticas, se tornaram de tal modo espaços de vigilância, que a liberdade e a espontaneidade que são características fundamentais da vida pública em sociedades democráticas se encontram agora ameaçadas, o que tem provocado reações de oposição: espaços de resistência à lógica da vigilância urbana se estabeleceram em antigos espaços “marginais”, redefinindo constantemente os itinerários e lugares da vida pública holandesa (Grommé, 2016).⁴²⁷

14 - Gênero, sexualidade e espaços públicos: a visibilidade da diversidade

Nas últimas décadas, segundo nos conta Aleksa Milanović (2017), o tema das chamadas “questões de gênero” tem conquistado cada vez mais espaço no debate acadêmico, tornando-se muito popular. No caso específico dos espaços públicos, as discussões que envolvem o tema do(s) gênero(s) têm sido igualmente frequentes. Segundo Aleksa Milanović, somente após a década de 1990 que o tema dos gêneros e dos espaços públicos de fato se unificaram. Desde então, tem crescido o número de pesquisas que demonstra de maneira enfática o importantíssimo papel dos espaços públicos na construção, reprodução, negociação e contestação das categorias de gênero, sejam elas as categorias heteronormativas (socialmente instituídas como “normais”) ou aquelas que questionam os mecanismos disciplinares, no que diz respeito aos gêneros e à sexualidade. Através de

platforms. By focusing on one part of this configuration, we tend to misinterpret the dynamic forces at play. One-sided interpretations prevent us not only from comprehending how the rise of social platforms threatens the democratic character of public space but also from appreciating the space of agency afforded to citizens and public institutions in actively shaping the platform society” (Dijck e Poell, 2015).

⁴²⁷ *“How spaces of resistance can be provoked by technology introduction is important to understand because technologies are increasingly used in experimental and temporary situations such as pilot studies and mega-events. Such events, in Andrew Barry’s words, become spaces for demonstrating truths ‘otherwise impossible to demonstrate in public by other means’ (2001: 178). Provocation describes how spaces of resistances can form around the introduction of a technology in surveillance practices. It hints at the intensity and visibility of such resistances, as opposed to the invisible everyday resistances described in studies of surveillance (cf. Gilliom and Monahan, 2012). Consequently, provocation thus opens up an agenda in surveillance studies and related fields to examine the varying intensities at which technology might operate in resistances” (Grommé, 2016, pp. 14-15).*

uma reflexão sobre a parada do orgulho LGBTQ+ em Belgrado, na Sérvia, Milanović afirma que a visibilidade da diversidade de possibilidades de gênero nos espaços públicos constitui um importante instrumento de ação política das populações e de questionamento das categorias de gênero e sexualidade socialmente instituídas como dominantes (Milanović, 2017).⁴²⁸

Desde que Nancy Fraser (1990) publicou o seu importante texto no qual criticava duramente a concepção burguesa de esfera pública, o tema do gênero e dos espaços públicos nunca mais se separou. Ao denunciar o caráter machista, patriarcal, classista, elitista, racista etc. da concepção burguesa de esfera pública, Fraser afirmava a urgente necessidade de inserirmos as questões de gênero nos debates sobre a esfera pública e os espaços públicos, demonstrando como essas questões, hoje consideradas fundamentais, receberam pouca ou nenhuma atenção nos estudos de autores pioneiros como Jürgen Habermas e mesmo Hannah Arendt (ver Fraser, 1990). Conforme argumenta Seyla Benhabib (1993), o trabalho de Hannah Arendt (1958), apesar de incorporar alguns temas centrais à teoria feminista como a emancipação feminina e o sufrágio universal e de ser considerado um dos primeiros trabalhos a refletir sobre o par espaços públicos /gênero, a teoria feminista ainda teria muito a contribuir com esse debate (Benhabib, 1993).⁴²⁹

Para Ki Namaste (1996), por exemplo, é perceptível nos últimos anos o aumento da violência contra a população LGBTQ+ (essa sigla ainda não existia quando este artigo foi publicado) nas cidades dos EUA e de todo o mundo (infelizmente, a situação não parece

⁴²⁸ “A need for visibility as well as the rejection to hide one’s identity in a public space represents direct opposition to mechanisms of disciplinary power and an attempt of remaking the space in order for it to be open and available for everybody. One of the goals of the Pride parade is to remind that the public space is not available in the same manner to everybody; hence at gatherings of such type the significance of the visibility of the LGBTQ community is especially stressed. Since I am trying to point out the issues faced by gender and sexual minorities as well as mechanisms of their exclusion from the domain of public space I shall refer to the organization and subsequent cancellation of the Pride parade in Belgrade in 2009 and present it as a short case study which in a colorful way speaks about the attitude the majority of the population has toward the issue of the LGBTQ population using public space in Serbia” (Milanović, 2017, p. 119).

⁴²⁹ “As feminists, we have lacked a critical model which could distinguish between the bureaucratic administration of needs and collective democratic empowerment over them (...) This is the dimension of the political which involves transforming private shame into a public claim, private darkness and blindness into public light and visibility. This kind of politics involves giving ‘each other the world’. In this task of recovering the political, we can do worse than to think with Hannah Arendt against Hannah Arendt” (Benhabib, 1993, pp. 110-111).

ter mudado muito, especialmente no Brasil). Segundo essa autora, a presença da população LGBTQ+ nos espaços públicos se deslocando, fazendo compras, se divertindo, namorando, existindo e, principalmente, resistindo enquanto grupos e enquanto indivíduos, constitui um importante instrumento de empoderamento (essa expressão também não existia) dessas pessoas. Ao mesmo tempo em que a presença pública da população LGBTQ+ nos espaços públicos torna visível as diferenças e a diversidade de possibilidades, ela também deixa essas pessoas mais vulneráveis à violência e à intolerância. Por esse motivo, segundo Namaste, a visibilidade pública constitui, primeiramente, uma prática de resistência, aquilo que ela chamou de *genderbashing*. uma prática de ação política fundamental para a superação do machismo, da homofobia, da violência, do preconceito, da desigualdade etc. (Namaste, 1996).⁴³⁰

Em sentido próximo, o estudo conduzido por Pradeep Chhibber (2002) no norte da Índia associa a relativa falta de interesse político do público feminino e a presença quase inexistente de mulheres no parlamento indiano, entre outras coisas, ao fato de que, em uma sociedade demasiadamente machista e patriarcal como a indiana e tantas outras, muitas mulheres permanecem a maior parte do tempo de suas vidas confinadas nos espaços domésticos, isto é, ausentes dos espaços públicos, da vida pública e da esfera pública. Para Chhibber, essa ausência da vida pública faz com que muitas mulheres indianas simplesmente não “existam” enquanto cidadãs, pois, ao não serem vistas elas acabam sendo “invisibilizadas” enquanto atoras políticas, o que tende a mantê-las em uma situação de “alienação” (Chhibber, 2002).⁴³¹

⁴³⁰ *“I suggest that we name this phenomenon precisely, and organize around the issue of genderbashing. Such a semantic distinction is not meant to disavow the assaults which lesbians, gay men, and bisexuals face. Rather, it is to articulate the ways in which violence affects men, women, and transgenders differently, depending on the public (or private) space occupied. By stipulating ‘genderbashing’, we establish a coalition among transgenders, lesbians, bisexuals, and gay men, and thus recognize that sexual and gender liberation are mutually bound”* (Namaste, 1996, p. 238).

⁴³¹ *“This paper attributes the limited presence of women in legislative bodies to the fact that many women are still confined to the household (...) It is women who have an identity outside the household who are more likely to be politically active (...) While major changes have occurred in the status of women in some parts of the world in recent decades, the role of women continues to be home-centered, thus, excludes public activities and political life (...) Moreover, the impact of home-centered roles for women is not restricted to non-Western countries. The view that “a woman’s place is in the home” prevailed in Western societies well into the twentieth century and, as this article will demonstrate, it still bears significant influence. In so far as such roles, which include the constellation of norms, values, beliefs, attitudes, and*

Na Austrália, segundo o exemplo proposto por Lauren Rosewarne (2006), os outdoors e banners presentes nos espaços públicos, em muitos casos, promovem uma representação sexualizada e machista das mulheres. A publicidade que emana dos espaços públicos abertos é muito diferente daquela publicidade que é associada aos espaços virtuais, como a televisão e a internet, por exemplo, pois na visibilidade dos espaços públicos a exposição individual e coletiva não pode ser evitada, dado que tudo é visível a todos que ali estejam presentes; afinal de contas, não podemos simplesmente “trocar de canal” ou “fechar os anúncios” quando estamos nos espaços públicos abertos. Quando as mulheres são representadas como objetos sexualizados nos espaços públicos, representações e ideias machistas ganham visibilidade. Segundo essa autora, isso demonstra claramente que, se quisermos viver em uma sociedade mais justa e igualitária, as mulheres precisam ocupar os espaços públicos e, sobretudo, questionar essas representações machistas que a publicidade midiática promove, tanto nos espaços públicos abertos, quanto nos espaços virtuais (Rosewarne, 2006).⁴³²

Conforme argumentam Nilay Yavuz & Eric W. Welch (2009) e Vânia Ceccato (2016), a maior parte das pesquisas que versa sobre o medo e a insegurança nos espaços públicos, reflete sobre aqueles grupos vistos como “vulneráveis”, leia-se, mais propensos a sofrerem alguma forma de violência, a exemplo dos idosos, das mulheres, dos grupos de baixa-renda, das pessoas negras etc., demonstrando, de maneira geral, como esses diferentes indivíduos e grupos ostentam “sensações de segurança” e “insegurança” distintas entre si (ver Yavuz & Welch, 2009;⁴³³ Ceccato, 2016).⁴³⁴ Ao inverter a ordem

actions are accepted, they will continue to inhibit women from participating in politics” (Chhibber, 2002, p. 409).

⁴³² *“This paper draws from the disciplines of criminology, architecture, and feminist geography to argue that the continued sexualized portrayal of women in outdoor advertising works to illustrate and contribute to the social inclusion of men and the social exclusion of women in public space. I argue that these portrayals fuel women’s perceptions of fear and offence, and force them to limit their movements. I further suggest that such portrayals function to amplify masculine control of city spaces and reinforce women’s exclusion” (Rosewarne, 2006, p. 67).*

⁴³³ *“This study suggests that, in order to identify safety strategies that could effectively address fear of crime, it is first necessary to pay more attention to the factors that make individuals feel more vulnerable to crime in public space. Vulnerability provides a frame through which it is possible to understand why gender moderates perceptions of fear in public space: women’s and men’s sensitivity to various characteristics of their social and physical environment differ” (Yavuz & Welch, 2009, p. 2508).*

⁴³⁴ *“Although public spaces are thought to be accessible to all, why is it that safety in these places may not be attainable by all? Safety is a function of the way a person perceives it” (Ceccato, 2016, p. 73).*

desses estudos, Kristen Day (2006) pergunta: quem impõe medo nos espaços públicos? As respostas encontradas nas entrevistas por ela realizadas nos EUA reproduziram os velhos estereótipos racistas que associam os negros e latinos ao “perigo”, associação muito comum também nos meios midiáticos. Segundo Kristen Day, no estudo por ela realizado ficou claro como gênero e origem étnica compõe um mesmo quadro, em se tratando do tema do medo nos espaços públicos. Assim sendo, é extremamente urgente que nós encontremos formas de prevenção, superação e combate à violência, ao machismo, à homofobia, ao racismo etc. (Day, 2006).⁴³⁵

No caso das mulheres muçulmanas de origem árabe que vivem no Brooklyn, em Nova York, conforme o exemplo proposto por Asal Mohamadi Johnson e Rebecca Miles (2014), a presença delas nos espaços públicos constitui mais do que uma ação ou prática política, trata-se de uma constante forma de resistência e de superação do racismo, do machismo e da assim chamada “islamofobia”. Nesse contexto multicultural, religião, gênero e etnicidade tornam-se categorias fundamentais ao estudarmos a vida pública e os espaços públicos nos EUA. O simples fato dessas mulheres usarem o véu islâmico nos espaços públicos, isto é, em público, gera reações diversas na sociedade estadunidense, o que tem provocado um enorme debate na esfera pública local e nacional sobre o direito à liberdade de expressão religiosa. Para Johnson e Miles (2014), a visibilidade dessas mulheres nos espaços públicos constitui um importante instrumento de inserção delas na sociedade estadunidense e, mais importante ainda, trata-se de instrumento de contestação dos preconceitos generalizantes, da superação de estereótipos marginalizantes e do combate ao machismo, ao racismo e à xenofobia (Johnson & Miles, 2014).⁴³⁶

⁴³⁵ *“Fear of crime in public space is frequently framed as a ‘women’s’ problem. Women’s fear is, unfortunately, often warranted. The reality of violence against women in US public spaces coexists with the reality that fear often functions to exclude racialized others. It is too simple to portray all women as victims in this equation and all men as aggressors. We must work instead to increase women’s real and perceived safety while acknowledging that women and men occupy a range of positions in these relationships”* (Day, 2006, p. 583).

⁴³⁶ *“In addition, the act of walking in public spaces emerged as a significant spatial practice which links the built environment to social and psychological aspects of space. Through their narratives, participants revealed the importance of presenting a positive, peaceful image of Islam to non-Muslims as they walk in public places, thereby challenging negative stereotypes. In the process they continually must discern how and where to walk in order to protect their reputation and their family’s honor while also connecting with the mainstream of American society”* (Johnson & Miles, 2014, p. 1904).

Esse é o mesmo argumento discutido por Mary Lou O’Neil (2008), com base em um estudo sobre o uso do véu islâmico por mulheres jovens nos espaços públicos e privados de algumas cidades da Turquia que, nos últimos 30 anos, tem sido um tema frequente na esfera pública local. Para O’Neil, o uso do véu islâmico nos espaços públicos tornou-se foco de uma “disputa” entre o modo de vida ocidental e o modo de vida islâmico que, especialmente nas grandes cidades, convivem lado a lado. Interpretações seculares e modernizadoras disputam a preponderância ante esse tema, politizando profundamente o papel que a visibilidade pública dessas mulheres tem ao questionar uma posição ou outra, tanto nos espaços públicos abertos, quanto nos shoppings e universidades turcas (O’Neil, 2008).⁴³⁷

Em artigo recente, Danielle Van Den Heuvel (2019) sugere que repensemos a narrativa hegemônica sobre o advento das cidades modernas que nos é contada nos principais livros de história urbana e que sempre relega às mulheres um papel secundário. O famoso personagem urbano conhecido mundialmente como a melhor representação da vida urbana no século XIX, o *flâneur*, um homem branco de meia idade, é um exemplo incontestável dessa leitura machista e patriarcal que dominou durante séculos a interpretação que fazemos acerca do advento das cidades modernas.⁴³⁸ Conforme destaca essa autora, esse imprescindível revisionismo histórico só tem sido feito muito recentemente nos estudos urbanos, depois que as teorias feministas começaram de fato a ocupar os espaços acadêmicos. A partir dos anos 1990, argumenta Heuvel, uma série de estudos que questionam o papel que é relegado às mulheres na vida pública ao longo da história urbana tem sido publicados, à luz de novas metodologias e teorias, o par

⁴³⁷ “These young women represent a challenge to the way the public sphere has been constituted in Turkey. To this day, much of the public sphere, and in this case universities, continues to be defined as a space that should be free of religious signs, particularly the Islamic headscarf (...). Opening up the terms of secular and religious discourse, these young women have reclaimed the headscarf from reactionary to an article of sensuous beauty and affirmation. In the rhetoric of the clash of civilizations – modernity vs traditionalism – we have lost sight of the complexities of the lives of these young women by reducing them to their headscarves” (O’Neil, 2008, pp. 113-114).

⁴³⁸ “The suggestion is that in the modern city, men were not only more visible in the street but also controlled the conditions under which women could partake in street life. In the modern city, as a consequence, men “owned” the streets. The idea of the *flâneur* and the male dominance of city streets remains a key feature in many of the debates on the nature of historical and contemporary cities, despite its obvious shortcomings” (Heuvel, 2019, pp. 693-694).

gênero(s)/espaços públicos, tem conquistado cada vez mais espaços nos estudos urbanos e críticos (Heuvel, 2019).⁴³⁹

O que esses poucos exemplos aqui comentados tornam evidentes? Que em diversas cidades do mundo, o par gênero/espaço público tornou-se um tema fundamental. Tal como argumenta Jonathan Mitchell (2008), reflexões sobre a publicidade, a visibilidade e a presença pública de diferentes grupos sociais, culturais e políticos nos espaços públicos tem mobilizado cada vez mais atenção de geógrafos e cientistas sociais de todo o mundo.⁴⁴⁰ Nesse contexto, as questões de gênero têm ocupado um lugar de destaque: machismo, feminismo, sexualidade, liberdade de expressão, preconceitos, os desafios da população LGBTQ+, etc. são algumas das principais discussões que envolvem essa temática. Um aspecto que me parece comum a praticamente todos esses estudos é a importância que é dada à copresença da diversidade de gêneros nos espaços públicos: a visibilidade pública das diferenças de gênero é vista como um importante instrumento de politização e de inserção dessa temática na esfera pública e nos espaços de discussão política.

15 - Religião nos espaços públicos: o exemplo do islã

Conforme nos recorda Ali Reza Sadeghi et al (2019), novos e antigos fluxos migratórios se multiplicaram pelo mundo nas últimas duas décadas, por exemplo: ocorreram importantes ondas migratórias de populações islâmicas para grandes cidades da Europa e de diversas partes do mundo. Nessas cidades, o islamismo literalmente foi às ruas: mostrar-se como islâmico nos espaços públicos tornou-se uma importante ferramenta de afirmação política para essas populações. Nesse mundo globalizado, grupos sociais e

⁴³⁹ *“However, in the last two decades significant progress has been made, both through the development of highly transformative methodologies and important changes in focus. The spatial and material turns in the study of history and the increased attention paid to the everyday and the ephemeral have all contributed to a greater awareness of people and phenomena that had previously remained unnoticed (...) In these studies, the complexity of the gendered usage of urban space is a feature that has not only become increasingly prominent but that also contests many of the longstanding assumptions about the gendering of city streets”* (Heuvel, 2019, pp. 694).

⁴⁴⁰ *“This work explores the ways in which contemporary public access to the countryside in England is being subverted by vested interests and the ideological power of private property. By drawing on the detailed analysis of a particular case – the dispute over public access to Vixen Tor in the Dartmoor National Park – I will reflect on how some of the lessons from this state of affairs might relate to the re-emergence of commons as a tool for achieving things in space”* (Mitchell, 2008, p. 353).

culturais muitos diversos vivem nas mesmas cidades e, nesse contexto, o tema da diversidade e da intolerância religiosa tem recebido grande atenção dos estudiosos, especialmente quando se trata da religião islâmica (ver Sadeghi et al, 2019).⁴⁴¹ No presente tópico, faremos uma breve reflexão sobre alguns desses trabalhos.

No ano 2000, um grupo de pesquisadores europeus (franceses e alemães) desenvolveu um projeto multidisciplinar de pesquisa que versava sobre o seguinte tema: o islã no espaço público, com estudos de caso na Turquia, no Irã e em algumas cidades europeias. Esse projeto colaborativo objetivava compreender, segundo nos conta Ludwig Ammann (2002), como diversos migrantes muçulmanos criavam novos públicos (ou contra-públicos) em diversas cidades e como essas pessoas transformavam a composição dos públicos já existentes nos espaços públicos; em outras palavras, eles buscavam saber quais eram as implicações que as práticas religiosas islâmicas teriam para a teorização das esferas públicas e para a prática política e pública dessas pessoas nos espaços públicos, tornando-se um tema fundamental para teóricos de todo o mundo interessados na relação entre espaço público, diversidade étnica e religião (Ammann, 2002).⁴⁴² Na Espanha, por exemplo, tal como argumentam Marian Burchardta e Mar Griera (2018), o debate sobre o uso de trajes islâmicos nos espaços públicos por mulheres muçulmanas tem gerado um enorme debate na esfera pública nacional. Segundo essas últimas autoras, do ponto de vista geográfico, pode-se falar legitimamente na existência de uma *micro-política da burca*. Nesse contexto, a perspectiva espacial se tornou um dos mais

⁴⁴¹ "Religion is one of the main factors in people's private and public lives. In daily life religion can affect lifestyle choices such as those related to selection of food dress, mates, homes, neighborhoods, places of worship, communal gatherings, and community participation (Mazumdar and Mazumdar 2004) (...) Therefore, it is very important to pay attention to open urban spaces today. The determinant of the desirable quality of open urban areas is the presence rate of people coming from different social classes in terms of age, gender, income, religion, etc. Many studies have been carried out on the factors that influence the presence rate of people. This study takes a close look at the role of religion in the presence of people in urban spaces" (Sadeghi et al, 2019, pp. 2-3).

⁴⁴² "More and more Muslims are coming out in public worldwide as Muslims, making religious difference visible through veiling and other micropractices. "Second-wave" Islamism, a social movement that has turned cultural, in this way challenges a public imagined as secular and attempts to redesign the borders between public and private" (Ammann, 2002, p. 277).

importantes instrumentos teórico-analíticos utilizados nas ciências sociais e/ou humanidades (Burchardta & Griera, 2018).⁴⁴³

O estudo proposto por Mohamed Nachi (2016) reflete sobre como a religião islâmica foi construída como um “problema público”, ou seja, como a visibilidade das práticas religiosas nos espaços públicos de algumas cidades da Tunísia, na transição para a democracia entre 2011 e 2014, levou o tema da religião para o centro do debate político naquele país, o que segundo o autor foi fundamental para a transição democrática. Como os “problemas públicos” se tornam “públicos”? Para Nachi, seria praticamente impossível pensar na existência de um regime político democrático sem a existência de autênticos espaços públicos. Segundo esse ponto de vista, os espaços públicos teriam uma função fundamental nas sociedades democráticas: publicizar os fenômenos, isto é, torná-los “problemas públicos”.⁴⁴⁴ E foi exatamente isso o que ocorreu em diversas cidades da Tunísia ao longo do processo de democratização, aquilo que o autor chamou de um “islamismo público”: a transformação da religião em um “problema público” só se tornou possível através da visibilidade das práticas religiosas nos espaços públicos, fazendo com que esses espaços se tornassem mais abertos e inclusivos, isto é, espaços públicos mais democráticos, onde pessoas diversas se sentiam à vontade para manifestarem sua religiosidade em público (Nachi, 2016).⁴⁴⁵

⁴⁴³ *“Drawing on a qualitative empirical research, this article aims to explain the micro-politics of burka conflicts by placing the emphasis on the spatial dimensions of cultural contention. We begin by demonstrating how regulations of face veiling challenge dominant theories on religion and public space. After that, we examine the discursive repertoires and narratives local actors mobilize in framing the controversy. The article ends with a broader reflection on the crucial role of the spatial perspective in shaping discourses on religious diversity locally but also in the European arena”* (Burchardta & Griera, 2018, p. 3).

⁴⁴⁴ *“Whatever the case, it is clear that public spaces and the shaping of public problems are commonplaces, topoi, discourses vital to a democratic regime. It is even difficult to imagine a democracy existing without a genuine public space (...) In contributing to the institution of a differentiated and plural shared world, public spaces also have a part in fashioning a political community where public problems unfold and publics and public opinions are shaped. These spaces are at the heart of democracy; in a certain way they are the sine qua non of democracy. In a minimalist sense, democracy is a political regime ‘characterized by the establishment of a space that mediates between civil society and the State and which, through open debate, promotes the emergence of a public opinion. This space – which does not exist in totalitarian regimes – is the public space”* (Nachi, 2016, p. 4).

⁴⁴⁵ *“other components of political Islam, took over the public space in view of turning Islam into a ‘public problem’ and making it a leitmotif of their political agenda. They did this by sparking a series of debates on society and inciting controversy on the place of religion in Tunisian society. Islam thus became a ‘public*

Segundo Rustin Zarkar (2016), o exemplo iraniano é emblemático nesse sentido: desde a assim chamada Revolução de 1979, quando um regime político fundamentalista islâmico assumiu o poder no Irã, os espaços públicos de algumas cidades se transformaram em centros de uma disputa ideológica entre os antigos e novos regimes. As autoridades locais de algumas dessas cidades promoveram um programa de “embelezamento” que instalou grandes painéis, outdoors, gravuras, estátuas, monumentos etc., com imagens e dizeres favoráveis ao novo regime “político-islâmico” e advogando uma narrativa anti-imperialista e anti-americana, uma forma de tentar apagar o passado das cidades que conviviam de maneira “harmônica” com o modelo de civilização ocidental. Trata-se, pois, de um novo vocabulário visual dos espaços públicos, uma narrativa construída a partir de ícones imagéticos que transformaram enormemente a cultura visual da experiência urbana e pública dessas cidades. Cidades essas que, a partir de então, tornaram-se claramente menos plurais, menos diversas e, portanto, menos democráticas (Zarkar, 2016).⁴⁴⁶

Para Christopher Houston (2001), através do exemplo da Turquia, a “guerra cultural” entre diferentes modelos civilizatórios que a globalização pôs a conviver em diversas cidades do mundo se acentuou nas últimas décadas, nomeadamente, entre um modelo “ocidental” e um modelo “islâmico”. Na Turquia, essa competição de narrativas torna-se clara na vida pública das grandes capitais, onde esses dois modelos parecem disputar o “público”. Os chamados espaços islamizados e os espaços ocidentalizados se encontram justapostos nas cidades, o que algumas vezes cria conflitos de uso e outras vezes cria acordos e práticas de convivência (Houston, 2001).⁴⁴⁷ Segundo as geógrafas Maisa Totry-

problem’; and its visibility in public spaces, an essential element for understanding the transition to democracy between 2011 and 2014. This process enabled public spaces to emerge that were more open and receptive to the deployment and manifestation of religion in its many public guises. This ‘public Islam’ now characterizes the way individual and collective actors appropriate religion to express their religiosity and to define their forms of public commitment. The evolution of ‘public Islam’, which has become increasingly visible in the public sphere, is not specifically Tunisian. It is also characteristic of Islam in public spaces not only in other Muslim societies but also in the Western democracies of Europe” (Nachi, 2016, p. 13).

⁴⁴⁶ *“Iranians work between and across state institutions in order to project various ideas of the public sphere; the artists who work for Astan-e Qods or the municipality are not merely propagandists, but instead active participants in a process of shaping that public sphere. The refashioning of urban space reveals the changing relationship between citizens and the government’s various institutions. We simply cannot continue to interpret Iranian politics in a top-down fashion, without misreading the writing on the wall” (Zarkar, 2016, p. 166-167).*

⁴⁴⁷ *“The specificity of Turkish modernity resides, then, partly in the abrasive contact between the competing civilizing practices of Islamists. Competing civilizing Islamisms take the heat out of the so-called*

Fakhoury & Nurit Alfasi (2018), na Palestina, onde dois regimes civilizatórios competem entre si, os espaços públicos de bairros novos e antigos, ocidentais e orientais, parecem ostentar essa mesma dualidade, onde as diferentes práticas religiosas realizadas em público, isto é, nos espaços públicos, tornam-se expressões desta disputa política e ideológica (Totry-Fakhoury & Alfasi, 2018).⁴⁴⁸

Religião e política se separaram de maneira relativamente clara no mundo ocidental moderno. Praticamente todos os regimes políticos republicanos e democráticos do mundo ocidental são laicos. Essa separação fundamental para a constituição das sociedades modernas, contudo, não ocorreu de forma definitiva em todas as nações do mundo, como em alguns países do Oriente Médio e do norte da África, por exemplo. O problema parece surgir quando regimes político-religiosos fundamentalistas e autoritários querem impor às pessoas um modelo civilizatório (político e religioso) em detrimento de outro, contrariando a diversidade de visões de mundo que, nas repúblicas democráticas, podem e devem conviver. A convivência das diferenças é, sem sombra de dúvidas, um dos mais importantes atributos da vida pública, da esfera pública e dos espaços públicos. Nesse sentido, religião e vida pública podem conviver perfeitamente, desde que as concepções religiosas não sirvam de pretexto para promover o conflito em detrimento da convivência.

16 - Diversidade étnica e espaços públicos: racismo e multiculturalismo

A maior parte dos cientistas sociais que se propõe a refletir sobre o tema da diversidade étnica nas cidades contemporâneas se concentra no estudo dos lugares de reprodução da etnicidade, ou seja, aqueles espaços onde diferentes grupos étnicos se reconhecem e se reproduzem enquanto grupos sociais, culturais e identitários específicos: o bairro, o gueto,

culture wars or clash of civilizations between Islam and the West, especially when that struggle is portrayed as one between a fundamentalist anti-modernism and a liberal modernity” (Houston, 2001, p. 92).

⁴⁴⁸ *“cknowledging the conflicting duality in public spaces is therefore a crucial point for understanding the performance of urban areas in Palestinian towns. This duality reflects the intermediate state in which this society is currently found. The contradictory nature of public space in traditional Muslim societies and in liberal Western ones is linked to various inner conflicts. This study shows that living as a national minority in a modernised Western-oriented environment affects the functioning of public spaces. While there is an expectation that a modernised urbanism would lead to a society which is ‘modern’, the socio-political structure of these towns hardly adapts to changing social and economic values. Primarily, the maintenance of both logics of public space within the existing towns and villages is confusing” (Totry-Fakhoury & Alfasi, 2018, p. 423).*

a favela, o distrito, o quarteirão etc., a exemplo dos clássicos estudos da Escola Sociológica de Chicago. Tal como argumenta Mitchell Duneier (2013), nesses estudos, a segregação socioespacial aparece como sendo o ponto de partida e o ponto de chegada das análises. Em contrapartida, poucos autores se propõem a refletir sobre os espaços onde diferentes grupos étnicos e culturais interagem nas cidades, em outras palavras, como esses diferentes grupos sociais e culturais convivem nos espaços comuns dessas cidades, a exemplo dos espaços públicos onde o cosmopolitismo e o multiculturalismo são celebrados como valores fundamentais. Infelizmente, os espaços públicos, reconhecidos mundialmente como lugares de celebração da diversidade, ainda são relativamente pouco estudados nas ciências sociais e/ou humanidades (Duneier, 2013).⁴⁴⁹

É nesse contexto que se pode inserir o interessante artigo de M. Becerra (2013), que reflete sobre algumas práticas de uso e apropriação de imigrantes mexicanos ilegais nos espaços públicos da cidade de Nova York: jogar futebol em parques públicos, participar de desfiles, passeatas ou mesmo procissões religiosas nas ruas e avenidas da cidade etc. Segundo Becerra, a utilização dos espaços públicos pelos cidadãos de uma comunidade tem um papel simbólico e prático fundamental para o reconhecimento e a delimitação dos direitos e deveres que se associam a essa comunidade de pessoas. É através do uso dos espaços públicos que os diversos cidadãos negociam aqueles comportamentos considerados “adequados” ou “inadequados” e, simultaneamente, se reconhecem enquanto membros de um corpo político. Trata-se, nesse sentido, segundo Becerra, de espaços de contestação do significado de pertencimento e de não pertencimento à uma comunidade de cidadãos, uma comunidade política (Becerra, 2013).

O que acontece quando essas práticas e performances públicas são realizadas por imigrantes ilegais que, na prática, não são considerados membros das comunidades políticas em que residem, isto é, cidadãos? Para M. Bezerra (2013), o simples ato de jogar futebol em um parque público, participar de passeatas, de desfiles ou procissões, independentemente dos conteúdos dessas atividades, possui um forte caráter político.

⁴⁴⁹ “In works like Massey and Denton's *American Apartheid* (1994) and Wilson's *The Truly Disadvantaged* (1987), which emphasize the extent of social isolation and segregation in the United States, interaction suffuses these studies as an imputed variable. These works were never intended to be informative about the actual interactions that occur between and outside such communities as their inhabitants circulate throughout the city, but the influence of demographic images could give the impression that blacks and whites barely interact” (Duneier, 2013, p. 809).

Essas práticas são políticas no sentido de que, ao serem realizadas nos espaços públicos por imigrantes ilegais, elas chamam a atenção da grande mídia, das autoridades públicas locais e dos americanos “nativos”, reivindicando um reconhecimento oficial por parte do Estado, advogando um lugar de pertencimento ao “público”, ou seja, à comunidade política local, exigindo, portanto, que eles sejam reconhecidos legalmente como atores políticos, como cidadãos, mesmo estando em uma situação de ilegalidade (Becerra, 2013).⁴⁵⁰

Segundo o argumento desenvolvido por Marcus Britton (2008), todavia, a proximidade física e o convívio nos espaços públicos não significam necessariamente que diferentes grupos sociais se reconheçam como partes de um só público. Com base em um estudo etnográfico realizado em um bairro residencial ocupado por populações diversas em Chicago, Marcus Britton demonstra, através da observação das formas de uso de uma esquina movimentada que é utilizada por diferentes grupos étnico-raciais, como os estereótipos e preconceitos tendem a interferir no processo interativo de modo a impedir ou limitar as interações sociais intergrupais nos espaços públicos. Segundo Britton, nesse sentido, acessibilidade física, visual e legal, não garantem necessariamente a formação de “públicos coesos”, que se reconheçam enquanto partes componentes de um corpo político, mesmo que todos os agentes envolvidos no processo interativo se reconheçam como cidadãos de uma única comunidade política. Em resumo, enquanto a existência do racismo e de todas as formas de preconceitos irracionais continuarem promovendo aquilo que o autor chamou de uma racialização territorial do espaço público (*territorial racialization of public space*), a vida pública jamais será plena (Britton, 2008).⁴⁵¹

⁴⁵⁰ “Playing soccer in public parks or parading down Madison Avenue are practices that are implicated in the articulation of membership within public space. These practices make clear that the ‘public’ and those included within it are not a given. On the contrary, inclusion as part of the public is constantly negotiated. The practices I examined here speak of access to public space, representations within that space, and appropriation and transformation of that space. In the two cases presented, I emphasized one of these aspects. The experience of Mexican soccer teams as recounted by one of its leaders speaks of the ways access to public space is achieved. Access was part of the process of gaining visibility and recognition; it was a process of moving from a hidden space to one in public view. It was also a movement that led to the official recognition of a group by the state. In granting a permit to allow this practice, the state recognized not only its existence, but gave Mexicans a legitimate place within public parks” (Becerra, 2013, p. 352).

⁴⁵¹ “The article demonstrates that the territorial racialization of public space sometimes results as much from tenuous relations with third parties (e.g., gang members or the police) as from the attitudes toward

Argumento semelhante pode ser encontrado no texto de Kevin M. Kruse (2005), que reflete sobre os espaços públicos da cidade de Atlanta, no estado da Geórgia, EUA, entre 1950 e 1960. Em um contexto de “revolta geral” e de protestos que, entre os anos 50 e 60, sacudiram os Estados Unidos e, em especial, aqueles estados e cidades onde as leis raciais de segregação separavam pretos e brancos, Atlanta surge como um exemplo notável de como o racismo e o preconceito podem persistir por décadas, perpetuando a estrutura socioespacial racista como norma geral em alguns estados dos EUA. O estudo de Kruse demonstrou que, mesmo após o fim das leis de segregação racial, alguns espaços públicos como parques, praças, ruas, campos de golfe, ônibus e esquinas de determinados bairros continuaram sendo ocupadas apenas por grupos raciais específicos, tal qual o exemplo de Atlanta, onde indivíduos e grupos brancos, que não queriam interagir socialmente com pessoas pretas nos espaços públicos, criaram então espaços privados alternativos, onde podiam celebrar aquilo que poderíamos chamar de “privacidade branca” (Kruse, 2008).⁴⁵² Um exemplo semelhante é discutido por Weels, Buckley e Boone (2008), acerca de um campo de golfe em um parque público da cidade de Baltimore, onde o fim da lei de segregação racial, ao invés de finalmente combater o racismo através do convívio cotidiano nos espaços públicos, incentivou a criação de uma estrutura urbana que celebra a privacidade em detrimento da publicidade, separando ainda mais as populações brancas e pretas e contribuindo para a manutenção do racismo como forma prioritária de organização socioespacial em algumas cidades estadunidenses (Weels, 2008).⁴⁵³

intergroup contact held by the individuals directly involved, yet nevertheless limits the frequency and duration of friendly social interactions that cross racial-ethnic boundaries” (Britton, 2008, pp. 443-444).

⁴⁵² *“Focusing on the city of Atlanta in the late 1950s and early 1960s, this article examines the ways in which the desegregation of public spaces, such as golf courses, buses, and parks, helped crystallize two central elements of suburban conservatism—privatization and the “tax revolt.” As such spaces desegregated, white Atlantans fled from them and created private alternatives instead. As they did, they also fought to take their finances with them, staging an early, though often overlooked, tax revolt, rebelling against the use of their taxes to support municipal spaces and services they no longer used. As this article demonstrates, white flight was not merely a physical retreat of whites from the city to the suburbs. Their withdrawal first unfolded in a less literal sense, as they withdrew their support—political, social, and financial—from a city and a society that they believed had already abandoned them” (Kruse, 2008, p. 610).*

⁴⁵³ *“In this article we use original minutes of Baltimore’s Board of Public Park Commissioners (BPPC) meetings, newspapers—including a prominent African American weekly—and other historical sources to explore how access to Carroll Park was shaped by issues of race and ethnicity during the first half of the twentieth century, placing special emphasis on the role the park played in the struggle to desegregate the*

O mesmo problema descrito no parágrafo acima ocorre também na cidade de Durban na África do Sul onde, segundo nos dizem os geógrafos Jeffrey Popke e Richard Ballard (2004), mesmo após o fim do regime de segregação do *apartheid*, continuaram sendo reproduzidas as mesmas formas de interações sociais baseadas em premissas racistas, especialmente em relação aos vendedores de rua nos espaços públicos, que eram tratados de maneira preconceituosa, ao menos simbolicamente, como não-cidadãos (Popke & Ballard, 2004).⁴⁵⁴ É nesse mesmo sentido que as geógrafas Myriam Houssay-Holzschuch e Annika Teppo (2009), inserem sua pesquisa sobre os espaços públicos da Cidade do Cabo, na África do Sul, no contexto do pós-*apartheid*. A bibliografia sobre o tema dos espaços públicos dificilmente atribui aos shopping centers um caráter efetivamente público sendo, portanto, geralmente, conceituados como espaços privados de uso comum, porém, concebidos para o mero consumo individualista. Segundo as evidências empíricas presentes no estudo de Holzschuch e Teppo (2009), todavia, espaços como o Shopping Waterfront, na Cidade do Cabo, são mais do que meros espaços de consumo. Nesse Shopping, parte significativa dos elementos que caracterizam a vida pública, em especial a diversidade de públicos, pode ser encontrada: a visibilidade da diversidade ali reunida, onde diversas identidades socioculturais são confrontadas e debatidas, exatamente como ocorre em um espaço público tradicional, criando acordos e desacordos de convivência. Nesse sentido, em contraposição aos discursos dominantes que falam de uma constante privatização dos espaços públicos, inclusive em diversos países da África (ver Diaw,

city's golf courses.' In a recent article Jennifer Wolch, John Wilson, and Jed Fehrenbach point out that America's urban parks are still coming to terms with a past marked by segregation and racial violence (2005). We hope that our research will provide a better understanding of present-day patterns of park use and, further, that an examination of Carroll Park's past will assist resource managers in their restoration and historical interpretation efforts, both in Baltimore and elsewhere" (Weels, 2008, p. 152).

⁴⁵⁴ *"In this paper, we have examined one particular response to the changing boundaries of space and identity in the city of Durban, one which focuses on street traders as a source of anxiety. Taken together, the narratives about street trade discussed in this paper are emblematic of a particular type of urban imaginary, one that is filtered through modernist understandings of space and identity, and staged in opposition to an Africa which represents the negativity of the absolute other. By transgressing boundaries that previously excluded them from cities, traders have destabilized the familiar order of the city, and in response to the melancholic sense of loss brought on by the dissolution of apartheid certainties, new boundaries are being drawn between the subjects and spaces of the city. Street traders, as the embodiment of urban change, have been reinscribed as the absolute other—chaotic, diseased, and African. This renewed discursive constitution of difference has significant implications, we believe, for South Africa's nascent democracy, in ways both practical and theoretical" (Popke & Ballard, 2004, p. 107).*

2005)⁴⁵⁵, afirmam as autoras, é necessário que se comesse a falar com certa urgência na ideia de “publicização”, ou seja, a transformação de espaços originalmente privados que, ao ostentarem determinadas características dos espaços públicos são, sob certo sentido, “publicizados” (Holzschuch e Teppo, 2009).⁴⁵⁶

O exemplo sul-africano é descrito também por McConnachie e Shackleton (2010). Segundo esses autores, a desigualdade social e racial nas cidades sul-africanas persiste mesmo após o fim do regime de segregação racial, o que fica evidente quando se analisa determinados aspectos da estrutura socioespacial de algumas dessas cidades. Um dos sintomas flagrantes dessa desigualdade pode ser encontrado, por exemplo, na distribuição geográfica desigual de espaços públicos vegetados nas grandes aglomerações citadinas, ocupadas em sua maioria por populações negras e que representam a maior parte da população total e os subúrbios que são ocupados majoritariamente por populações brancas, que representam uma parcela menor da população total; em resumo: a maior parte desses espaços verdes se concentra onde estão localizadas as populações brancas (subúrbios), em detrimento das áreas onde se concentra a maioria da população negra, onde proporcionalmente havia uma concentração muito menor de espaços públicos arborizados (McConnachie & Shackleton, 2010).⁴⁵⁷

⁴⁵⁵ *“It seems to me very possible to talk about the privatization of public space: one can be included in it only by excluding others, depriving them of space, stripping them of any political meaning, reducing them to negative citizens, that is simply making them Foreigners. Excluding them from the community means excluding them from public safety, from the right to be protected by the community’s laws, from the right to be protected as a citizen, a human being, a free creature”* (Diaw, 2005, pp. 33-34).

⁴⁵⁶ *“Upper-class shoppers, street children, and maids in their Sunday best constitute the ‘public’ without which the Waterfront could not exist. This public happens to be multiracial, socially mixed, continuously generating various identities, and testing the boundaries of these particular identities. In this process, social spaces are constantly produced. The Waterfront’s management does not entirely control this public and has to negotiate with it. The recent evolution of the Water front shows a dramatic increase in visitor diversity. Identities are being expressed, tried, and redefined. They are no longer the government’s diktat, but are negotiated through a set of constraints (such as income or social norms – here, whiteness). Despite the various ambivalences that we have pointed out, the Waterfront becomes a place where it is indeed possible to test new social practices: shopping in a select, formerly White space, being a penniless flâneur in a shopping mall, being a parent and not only a racialized other. The diversity of the Waterfront crowd, and the opening of a plurality of uses and perspectives, to use Joseph’s words again, are proofs that, over time, the Waterfront has become an increasingly public place socially. We suggest that this process of private spaces becoming more public should be called publicization* (Holzschuch e Teppo, 2009, p. 372).

⁴⁵⁷ *“The more affluent suburbs, inhabited mainly by whites, have the lowest density of housing and the highest area of green space per capita. Proportionally, they have a similar area under public green space*

Na Colômbia, argumentam Carolina Olarte e Illan Wall (2012), em função da conhecida guerrilha narcotraficante armada que se estabeleceu em diversas regiões daquela nação, milhares de pessoas, parte significativa delas de origem indígena, tiveram que se deslocar das regiões interiores do país para os grandes centros urbanos fugindo da violência. Segundo Olarte e Wall, ao chegarem nos grandes centros urbanos, essas populações totalmente desassistidas e socialmente vulneráveis que não tinham para onde ir começaram a ocupar os espaços públicos das cidades em acampamentos provisórios, especialmente nas praças. Para as autoras, essas ocupações nos espaços públicos, mais do que reivindicar ajuda humanitária, tornavam essas populações visíveis aos olhos do Estado e da própria sociedade civil colombiana. A visibilidade nos espaços públicos politizou a questão dos deslocamentos migratórios que a guerrilha narcotraficante ocasionou, publicizando esse debate, inserindo-o na esfera pública nacional, fazendo com que essas pessoas fossem reconhecidas enquanto cidadãs, seres politicamente e socialmente relevantes (Olarte & Wall, 2012).⁴⁵⁸

Nas cidades do século XXI, argumenta Michael Keith (2004), o multiculturalismo é um fenômeno demograficamente inevitável, contudo, trata-se de um “problema político” ainda sem solução. Apesar do cosmopolitismo ser a ordem nessas grandes metrópoles, o padrão de segregação socioespacial, na maior parte dos casos, tende a relativizar o papel da diversidade de indivíduos e grupos representados nas cidades. Em diversas metrópoles do mundo, as diferentes classes de renda e os diversos grupos étnicos tendem a se concentrar em setores espaciais contíguos dessas cidades. No caso específico das cidades estadunidenses, por exemplo, o modelo de urbanização baseado nas autoestradas e organizadas segundo o princípio da estrutura espacial suburbana, transformou as cidades americanas em verdadeiros mosaicos sociais, onde brancos e pretos, latinos e estadunidenses “nativos” (alguns estadunidenses parecem ignorar o fato de que foram

as to the previously racially defined townships, but because the lower housing density, they have a greater area per person” (McConnachie e Shackleton, 2010, p. 244).

⁴⁵⁸ *“The case of the Parque Tercer Milenio suggests that the occupation and (re)creation of public space is potentially useful for IDPs in a number of senses. Firstly, it generates an immediacy that can be used to win short-term humanitarian support from the state. However, we have suggested that this is only one part of the demand. The demand of visibility itself is more important politically. The IDPs seek to make their very being visible in public space in order to challenge the urban void into which they are increasingly condemned to fall. By inhabiting the public space of the city the IDPs are effectuating a material redefinition of urban space: public space is not an absolutely pre-defined category” (Olarte e Wall, 2012, pp. 334-335).*

uma colônia), especialmente nos estados mais conservadores, não se relacionam ou interagem em suas vidas cotidianas, o que é muito ruim para a vida política e pública desse país. A “racialização da cidade” e, conseqüentemente, dos seus espaços públicos, traz conseqüências muito destrutivas para a vida pública dessas pessoas e lugares. A superação do racismo é, nesse sentido, um fator de transformação fundamental se quisermos realmente construir cidades efetivamente cosmopolitas e, simultaneamente, igualitárias (Keith, 2004).⁴⁵⁹

Em um contexto global de crescimento dos discursos de extrema direita (infelizmente, não apenas discursos) que pregam a intolerância, a xenofobia, o nacionalismo/patriotismo exacerbado, o preconceito e o ódio às minorias, argumentam E. Stanfield e M. Riemsdijk (2019), mesmo em países que celebram (ao menos discursivamente) a imigração e o multiculturalismo como é o caso da Dinamarca, por exemplo, o debate acerca da politização do multiculturalismo torna-se cada vez mais necessário e urgente. Tal como demonstrado no estudo por elas realizado em dois parques da cidade de Copenhagen, onde os discursos populistas de extrema direita também se fazem presentes, a questão da distribuição universal da cidadania dinamarquesa tornou-se um tema fundamental na esfera pública local. O novo dilema que o século XXI trouxe para o mundo ocidental é o fenômeno das migrações de massa que reúnem refugiados geralmente oriundos da África e de Oriente Médio e que fogem de guerras, de governos tirânicos, da pobreza extrema, de terríveis epidemias etc. e se dirigem para a Europa, os EUA e diversas partes do assim chamado mundo desenvolvido. Como equacionar a questão da cidadania nacional que os milhões de recém-chegados demandam é, provavelmente, um dos maiores desafios que esses governos e essas sociedades terão pela frente (Stanfield & Riemsdijk, 2019).⁴⁶⁰

⁴⁵⁹ *“This chapter has suggested that the notion of racialization is helpful in understanding the multicultural metropolis but only contingently so. There is a danger that the term itself implies a much greater sense of certainty than reality delivers. If we take from Simmel the centrality of the flux of the city in challenging the editing processes of rationality we begin to understand the importance of context in structuring processes of identity manufacture and the manner in which racisms construct racial boundaries. Inflected through the spaces of the city, both the creativity of processes of hybridization and creolization and the enduring scars of raciology and pernicious intolerance can be seen as simultaneously realized rather than juxtaposed”* (Keith, 2004, p. 269).

⁴⁶⁰ *“This study situates the development of Superkilen and Mimersparken in a larger discussion of public space and the tensions between multiculturalism and far-right nationalism in Denmark. Who is part of the*

Voltando aos espaços públicos, tal como argumentado pelo geógrafo John Guy Perrem (2018) e pelo sociólogo Jeremy Redlich (2017), através do exemplo do Japão, a ocupação de praças, parques e ruas por imigrantes recém chegados talvez seja o único instrumento de ação política que garante à essas pessoas alguma visibilidade ante a opinião pública, exigindo que as autoridades estatais locais possam reconhecê-las como indivíduos e cidadãos de direito, sendo a difícil tarefa de integração à cultura e ao idioma local um dos mais importantes instrumentos de inserção dessas pessoas na sociedade Japonesa (Perrem, 2018).⁴⁶¹ Nesse sentido, tal como destacou Redlich (2017), o exemplo dos imigrantes sul-africanos em Tóquio é emblemático, pois demonstra como o contato com populações negras nos espaços públicos, relativamente raras no Japão, ajudou a construir e desconstruir a “consciência de raça”, geralmente concebida como uma categoria unificadora que, nos espaços públicos, torna-se também uma construção social e contextualmente constituída enquanto tal, à luz da interação da diversidade (Redlich, 2017).⁴⁶²

Danish “public”? What right do immigrant residents have to shape public space and their neighborhoods? How are the boundaries of Danish national identity policed and contested in public space in Copenhagen? We draw on news articles; public reports from the City of Copenhagen and park designers and developers; participant observation in Superkilen and Mimersparken; and interviews with park designers, neighborhood activists, employees, and residents to answer these questions. Our findings highlight fractures around class and race in the purportedly egalitarian and universalist Danish welfare state. In Superkilen we find an imperfect attempt at representation that largely excluded the voices of immigrants but nonetheless visibly situates them in the city. Mimersparken is a neighborhood park that has been actively shaped by residents but largely ignored by Danish and international media. This paradox highlights a tension in Copenhagen’s multiculturalism: sensationalized visions of immigration are celebrated, but residents of immigrant backgrounds are still stigmatized” (Stanfield & Riemsdijk, 2019, p. 2).

⁴⁶¹ *“The paper seeks to contribute to the need for ‘more research on grounded everyday interactions into (mis)communication’ (Mavroudi, 2010, p. 229) between immigrants and majority population’s urban encounters, and it reflects on some of ‘the scratchiness and bumpiness that lie in the grooves of many encounters with difference’ (Nayak, 2017, p. 291). Research has shown (Leitner, 2012; Noble & Poynting, 2008, p. 2770) that: ‘we need to explore the links between migrant belonging and processes of inclusion and exclusion in terms of the affective dimensions within and across social domains’” (Perrem, 2018, p. 2).*

⁴⁶² *“With recourse to critical race theory and theories of racial performativity, I then detailed how color communities and color consciousness are neither ready made nor self-evident—the reified category of whiteness needs to be created. therefore, while ‘Bioskoop der Nacht’ can certainly be read within the context of the apartheid policies that built the racial categories south african subjects were legally obliged to identify with, it also shows more generally how humans are racially interpellated and performatively constituted as racial subjects through the discourses, social practices, and institutional and public spaces that constitute their everyday lives, the racial categories themselves, however, just like the identities they serve to regulate, are revealed to be fluid, malleable, and vulnerable to reinterpretation and rearticulation, thereby undermining the essentialist logic that race is a naturally unifying category, or that race is something one possesses rather than performs” (Redlich, 2017, p. 210).*

Segundo Tihomir Viderman e Sabine Knierbein (2018), através do exemplo dos espaços públicos que se transformaram em campos de refugiados em Viena, na Áustria, espaços esses que se multiplicaram pela Europa e por diferentes partes do mundo e se transformaram em autênticos espaços de encontros. A despeito da precariedade de muitas dessas instalações provisórias, ativistas sociais, organizações não governamentais e cidadãos, em muitos casos, se mostram mais presentes do que as autoridades governamentais, especialmente em um contexto global de crescimento dos discursos populistas de extrema direita. As ações humanitárias e afetivas realizadas por esses diferentes grupos de pessoas nesses encontros diversos formam um autêntico público que, à revelia do Estado, concedem a esses refugiados aquilo que poderíamos chamar de um verdadeiro regime de cidadania sem soberania, tanto em termos simbólicos quanto em termos práticos (Viderman & Knierbein, 2018).⁴⁶³

17 - Os jovens e os espaços públicos: sociabilidade, regulação e contestação

Diferentes grupos sociais utilizam e se apropriam da cidade e de seus espaços públicos de maneiras muito distintas. A espacialidade da vida social e pública dos jovens e adolescentes, por exemplo, possui características bastante singulares quando comparadas com grupos sociais de outras faixas-etárias, como no caso das crianças, cuja experiência urbana é geralmente mediada pela companhia dos adultos e onde experiência pública constitui, antes de qualquer coisa, uma forma de aprendizado (Visscher & De Bie, 2008).⁴⁶⁴ A relação entre a juventude e os espaços públicos, conforme demonstraremos

⁴⁶³ *“This paper explored an activist engagement in Vienna’s public space, which, in the wake of arrival of a large number of people facing forced migration, has made a meaningful difference. Activists’ affective practices seemed to be central in challenging a prevalent tendency of humanitarian governance structures and the social majority’s tendency to homogenize refugees’ plural identities and backgrounds. Institutional approaches to providing assistance concerned with the quantitative and efficient provision of humanitarian aid tended to deal with refugees as abstract and anonymous figures in the state of exception. This approach centred on sheltering people in the reception centre and in some instances resulted in a policy and institutional practice which were almost cruel towards people in a state of crisis and transition. Affective practices involving refugees, activists, urban design students, teachers and professionals, as well as heterogeneous publics, have extended the imperative of giving urgent assistance to the matters of affective engagement with refugees’ particular histories, memories, cultures and experiences”* (Viderman & Knierbein, 2018, p. 855).

⁴⁶⁴ *“The observation that children are socialized into very different practices of citizenship and community raises the critical question of what kind of society we want to bring children into. Is it a society that*

nesse tópico, é uma associação recorrente na bibliografia especializada no tema dos espaços públicos; no presente tópico, comentaremos alguns desses estudos.

Segundo Mats Lieberg (1995), apesar de termos indícios de que a vida pública nas cidades contemporâneas está em declínio, para os jovens e adolescentes, essa suposição pode ser um tanto quanto problemática.⁴⁶⁵ Se por um lado, pode-se constatar o crescimento no número de espaços fechados e privativos que são utilizados pelos jovens nas cidades contemporâneas como clubes e *shopping centers*, por exemplo, por outro lado, esses grupos específicos fazem uso de diversos espaços públicos nas cidades, geralmente, esses espaços podem ser divididos em duas categorias: os lugares de encontro (entre jovens e entre eles e outros grupos) e os lugares de retração (distantes dos adultos). A espacialidade jovem, segundo nos conta Lieberg (1995), com base em um estudo sobre como os jovens utilizam os espaços públicos em cidades na Suécia, demonstrou que, por um lado, os jovens querem se isolar do mundo dos adultos e, para tal, utilizam geralmente os espaços que não são ocupados por esses grupos, como no caso das quadras poliesportivas localizadas nas bordas das cidades ou em áreas periféricas ao centro; por outro lado, eles também fazem uso de espaços onde podem ver e ser vistos por outros grupos, onde é possível inclusive confrontar e contestar o mundo adulto através de usos muitas vezes conflitantes, esse é o caso dos espaços públicos localizados nas áreas mais centrais das cidades (Lieberg, 1995).⁴⁶⁶

Estudar os jovens a partir de métodos participativos não é uma tarefa muito simples, pois, inserir-se em seu mundo não é fácil. Como dito no parágrafo anterior, os jovens tendem a se constituir em grupos identitários relativamente fechados, restritos aos membros que os compõe. Contudo, tal como propõe Eleanor Jupp (2007), ao adentrar o mundo social dos jovens, muitas questões sobre a forma como produzimos o conhecimento emergem: a velha dicotomia entre conhecimento geral e conhecimento local, por exemplo, perde

recognizes children as true fellow citizens and that offers equal opportunities to all of its citizens? Or is it a society that socializes children with the knowledge that there are important social inequalities for which the borders cannot or should not be crossed?" (Visscher & De Bie, 2008, p. 613).

⁴⁶⁵ A internet ainda era muito restrita na época em que esse artigo foi publicado.

⁴⁶⁶ *"When I described teenagers' ways of appropriating the city, two main categories emerged – places of retreat and places of interaction – that show a connection to the important needs of teens: on one hand, to withdraw from the adult world, to one's own peers; on the other hand, to meet and confront the adult world, to put oneself on display, and to see and be seen"* (Lieberg, 1995, p. 740).

parte de seu sentido original, pois, para estudá-los precisamos relacionar essas duas formas de conhecimento. Nesse contexto, os estudos participativos são fundamentais para que possamos compreender as diferentes nuances envolvidas nas formas de apropriação específicas que esses grupos sociais fazem das cidades e dos espaços públicos, sendo, por esse motivo, um dos métodos mais utilizados pelos autores que refletem sobre esses temas (Jupp, 2007).⁴⁶⁷

Joan Abbott-Chapman e Margaret Robertson (2009) demonstram, por exemplo, com base em um estudo sobre os espaços de preferência dos jovens e adolescentes em uma cidade no estado da Tasmânia, Austrália, que a maneira como os jovens leem as noções de público e privado e a forma como eles utilizam os espaços fechados e abertos (públicos e privados), rompe com a tradicional dicotomia entre usos públicos e usos privados, muito presente na bibliografia especializada. Para esses autores, as formas de uso e apropriação dos jovens nos espaços públicos demonstram que, em muitos casos, a presença nos espaços públicos tem como fundamento a manutenção da privacidade intra-grupal, por outro lado, em outros espaços públicos, a publicidade é celebrada como parte do processo através do qual eles interagem com outros círculos sociais de jovens e com pessoas de outras faixas-etárias; nesse caso, fica claro que as fronteiras entre as noções de público e privado viabilizadas por eles são menos associadas ao estatuto jurídico dos espaços e mais às formas de uso e apropriação que, nesse caso, determinam o grau de privacidade ou publicidade dos espaços preferencialmente utilizados por eles (Abbott-Chapman & Robertson, 2009).⁴⁶⁸

⁴⁶⁷ “In this paper I have therefore deliberately expanded a focus on participation in research to consider other sites of participation, empowerment, and knowledge production for those involved in my research. Of course, crucially, I have also been a participant in their lives, and this too has been a powerfully embodied experience (...) Being present over time, sharing experiences and activities together, like planting potatoes or making paper lanterns, creates its own connections and shared memories” (Jupp, 2007, pp. 2841-2842).

⁴⁶⁸ “The analysis of adolescents’ choices of favourite places in the island state of Tasmania and the reasons given for these choices have provided insights into adolescents’ use of private and public space for recreation. Although “favourite place” is not necessarily the most habituated space, it provides a way into understanding idealised spaces in usage and memory—spaces in which the respondent feels most pleasure and enjoyment (...) This suggests that the dimensions of front/back, inside/outside, and enclosed/open might all usefully be considered when defining the fluid boundaries of private and public spaces, as these describe interlocking properties of space that are perceptual, physical, and normative” (Abbott-Chapman & Robertson, 2009, pp. 430 e 432).

Na cidade de Nova York, tal como argumenta Chihsin Chiu (2009), o uso dos espaços públicos por jovens skatistas revela, entre outras coisas, como a experiência da vida pública é importante para esses grupos enquanto prática de contestação, frente à crescente regulação e controle dos usos “permitidos” e “proibidos” nos *Skate Parks* e, simultaneamente, enquanto prática de celebração das identidades culturais e tribais. O estudo demonstrou que, apesar de Nova York disponibilizar vários espaços destinados à prática do *skateboard* que possuem uma série de regras de uso e regulamentações específicas para esse uso; muitos skatistas preferem utilizar os espaços públicos tradicionais como as ruas, calçadas e praças, argumentando que estes últimos são espaços mais livres para eles praticarem de tal ou qual maneira o esporte, ou melhor, da maneira que eles preferem e não como as autoridades locais sugerem. Segundo Chin, isso revela que a prática do *skateboard* nos espaços concebidos para esse fim (*Skate Parks*) tem mais uma função de celebração dos ritos de identidade específicos dos grupos em questão, uma sociabilidade mais privativa; enquanto o uso das ruas, praças e calçadas pelos skatistas revela uma necessidade de contestação da regulação, que são menos presentes nos espaços de usos múltiplos. Apesar de existirem mais conflitos com outras formas de uso e apropriação nesses espaços públicos menos específicos, uma certa tensão é criada pela diversidade de pessoas e usos que, para os jovens, funciona como prática contestatória (Chiu, 2009).⁴⁶⁹

Não por acaso, conforme enfatiza Donna Marie Brown (2013) a partir de um estudo sobre as formas de uso dos espaços públicos pelos jovens na Escócia, as autoridades públicas locais associam o público jovem diretamente aos chamados comportamentos anti-sociais (incivilidades), o que faz com que aja uma regulação excessiva desses espaços em se tratando dos usos associados ao público jovem, fazendo com que, em alguns casos, eles prefiram evitar determinados espaços públicos, o que acaba corroendo a publicidade desses logradouros. Para Donna Brown, todavia, o uso dos espaços públicos pelos jovens

⁴⁶⁹ “In summary, these interlocking social, cultural, and psychological factors explain why skateboarders persist in their use of public space regardless of skating bans, policing, surveillance, skate-proof designs, and provision of skate parks. The ways skaters use public space reveal something about their social production of space that contains skaters’ unique demands, affections, social relations; a space, in other words, that embodies their perceptions and lived experiences. Even in the face of a high degree of social control from authorities and citizens, skaters continue to appropriate streets, sidewalks, and plazas for self-representation and cultural expression, claiming their right to the city. Skaters’ persistence is also reinforced by the discursive practices of the media and the skateboarding community” (Chiu, 2009, p. 40).

faz com que eles possam reconhecer quais os comportamentos são considerados anti-sociais e quais deles são vistos como positivos. No estudo de Brown, a relação que se estabeleceu entre os jovens e as autoridades locais, geralmente vista como ruim para a experiência dos jovens, já que restringe a liberdade deles, na maior parte dos casos, segundo os próprios jovens, a regulação significou uma possibilidade de aprendizado do convívio com a diversidade. Ao contrário do que geralmente se encontra na bibliografia especializada, que vê a regulação como problemática para os jovens, segundo eles próprios, nesse caso específico, o aprendizado sobre as regras de convivência constituiu um processo fundamental de construção da cidadania e de valores democráticos, que só podem ser assimilados à luz da interação com a diversidade (Brown, 2013).⁴⁷⁰

Na Inglaterra, especialmente após a década de 1990, um importante debate sobre os assim chamados comportamentos anti-sociais (*anti-social behaviour*) ganhou um espaço considerável na esfera pública local. Segundo nos conta Craig Johnstone (2016), esse debate foi tão importante que, alguns anos depois, ele se transformou em um conjunto de leis e normas de uso dos espaços públicos, que aumentaram consideravelmente a regulação desses espaços, geralmente, associando os tais comportamentos anti-sociais à desordem que era supostamente atribuída a grupos específicos de pessoas, nomeadamente, aos jovens, especialmente em se tratando de espaços que são utilizados para a realização de grandes eventos (ver Smith, 2014).⁴⁷¹ Para Johnstone, na Inglaterra, esse aumento exponencial das formas de regulação comportamental dos jovens nos espaços públicos trouxe consequências muito ruins para a vida pública das cidades inglesas, pois, ao restringir sobremaneira a liberdade dos jovens na cidade, a publicidade dos espaços públicos foi completamente corrompida, na maior parte dos casos, em função

⁴⁷⁰ “However, an in-depth investigation into how young people are policed in contemporary public space yields fresh insights, which demonstrate the complexity of how young people’s relationships with public space are mediated through anti-social behavior rhetoric and policing practices (alongside and amidst a range of other factors) (...) As opposed to acting purely as an enforcement agent in the fight against youth anti-social behaviour, this research suggests that the wardens have had a predominantly positive impact on young people’s relationship with the public spaces in their residential areas” (Brown, 2013, pp. 551-552).

⁴⁷¹ “Despite concerns raised about the way event projects override established practices, the evidence presented in this paper suggests that a regulatory ‘state of exception’ is not inevitable” (Smith, 2014, p. 260).

do fato de que os jovens simplesmente excluía os espaços excessivamente regulados da sua vida cotidiana e pública (Johnstone, 2016).⁴⁷²

A maneira como os diversos grupos de jovens e adolescentes veem e vivem nos espaços públicos é influenciada por diferentes fatores. Medo e insegurança, por exemplo, são fatores que influenciam a vida pública de homens e mulheres jovens de maneiras distintas, para Johansson et al (2012), isso fica claro na forma como os jovens homens e mulheres experimentam a vida pública nas cidades suecas. Nos estudos sobre os jovens que utilizam a categoria gênero, as mulheres geralmente reportam que sentem mais medo ao utilizar os espaços públicos do que os homens. Nesses estudos, porém, o elemento gênero aparece como sendo uma categoria fixa, tomada a priori, onde se generalizam as interpretações a partir de determinados parâmetros comuns que, geralmente, trata as mulheres sempre como vulneráveis nos espaços públicos e os homens como fortes, corajosos, protetores e, simultaneamente, como potenciais agressores. Essas interpretações fixas da realidade, segundo afirmam Johansson et al (2012), reproduzem uma imagem machista da sociedade, que nega um fato evidente para muitos pesquisadores: que as questões de gênero são também construções sociais contextuais, que nem sempre são tão evidentes quanto parecem. Essas concepções estereotipadas da realidade tendem a reproduzir as representações do senso comum, sobre as quais as investigações científicas deveriam refletir e não reproduzir, como fazem, em muitos casos, as autoridades responsáveis por regular esses espaços, que agem sempre a partir de estereótipos (Johansson et al, 2012).⁴⁷³

⁴⁷² *"The most regressive elements of pre-2014 ASB governance in England and Wales, many of which have not been diluted by reform, spurred the United Nations Committee on the Rights of the Child (UNCRC) (2010: 66) to express concern "at the restriction imposed on the freedom of movement and peaceful assembly of children" by legislation and technology, with the Committee strongly recommending the UK government reconsider these measures. The Asbo's role in ensnaring young people in the criminal justice system may have been somewhat attenuated by its replacement in the 2014 Act with the Injunction, since breach is no longer a criminal offence. However, the wider concerns raised by the UNCRC, which reinforced those previously expressed by the European Commissioner for Human Rights (GilRobles, 2005), persist. The difference now is that ASB control has become normalised and debate much more muted"* (Johnstone, 2016, p. 724).

⁴⁷³ *"Adolescent girls' and boys' relation to public space is a balance between safety/security and independent mobility. It is a matter of gender equity and needs to take into account both girls' higher levels of fear and boys' higher risk of injury. Measures to improve adolescent safety and security need to address the risks they face when they move through public space, but should do so in a way that does not increase their fears and limit their independent mobility"* (Johansson et al, 2012, p. 84).

Maartje van Lieshout e Noelle Aarts (2008), igualmente, fazem uma crítica à maneira como os cientistas sociais e geógrafos tratam a relação entre os espaços virtuais e os espaços públicos, especialmente quando se trata do público jovem. Geralmente, os espaços virtuais, muito utilizados pelos jovens atualmente, são vistos como prejudiciais à vida pública, pois estaria havendo uma espécie de substituição da vida pública nos espaços públicos pela vida “pública” virtual. Para essas últimas autoras, todavia, esse tipo de interpretação muito recorrente na bibliografia especializada tende simplesmente a reproduzir determinados argumentos sem contextualizá-los corretamente. Tanto para os jovens, que ainda não são propriamente cidadãos por não terem atingido a maior idade, quanto para os imigrantes ilegais, que não são cidadãos por não possuírem documentos legais de registro, o uso recorrente dos espaços virtuais não prejudicou de maneira nenhuma o uso dos espaços públicos, algo visto como fundamental para que essas pessoas pudessem ser reconhecidas como atores políticos relevantes, mesmo não sendo legalmente cidadãos. Debates acerca desses dois grupos, jovens e imigrantes, são muito comuns na esfera pública holandesa, o que demonstra que, para esses indivíduos e grupos, a visibilidade pública tem um enorme poder de publicização, ou seja, de tornar debates de fato públicos e, portanto, políticos (Lieshout e Aarts, 2008).⁴⁷⁴

Na França, argumentam Olivier L’Aoustet e Jean Griffet (2004), durante o século XIX foram construídos diversos parques urbanos amplamente arborizados, apresentando paisagens bucólicas e amenidades que buscavam oferecer aos seus frequentadores passeios tranquilos em meio a ambientes “naturais” cuidadosamente planejados para servirem de refúgio à movimentada vida das cidades grandes francesas. No século XXI, a situação parece ter se transformado. Muitos desses parques receberam diversos equipamentos esportivos como quadras poliesportivas, por exemplo, que induzem à outras formas de uso muito menos “contemplativas” e muito mais “esportivas”, atraindo também novos segmentos do público, especialmente os jovens. O estudo etnográfico de L’Aoustet e Griffet, demonstra como essas mudanças de paradigma observadas nas funções, morfologias físicas e usos desses parques públicos da cidade de Marseille

⁴⁷⁴ *“It is concluded that, despite the current context characterized by a decreasing availability of public space and an increasing use of virtual spaces via new media, public spaces remain important for both groups, especially for fulfilling important social functions such as the construction of identities”* (Lieshout e Aarts, 2008, p. 497).

tiveram um impacto significativo na maneira como os jovens utilizavam os espaços públicos, tendo em vista que são eles os principais utilizadores dos equipamentos esportivos encontrados nos parques. Segundo esses autores, as práticas esportivas e de lazer incentivadas nesses parques constituem algumas das mais importantes atividades de lazer do público jovem e de socialização com “outros públicos” nas cidades francesas atualmente (L’Aoustet e Griffet, 2004).⁴⁷⁵

18 - Desordem pública e espaços públicos: a cidadania insurgente

Os conflitos de uso nos espaços públicos são fenômenos comuns às grandes cidades do mundo. O convívio com pessoas desconhecidas e diversas nesses espaços suscita a necessidade de pensarmos em questões que remetem, direta ou indiretamente, às ideias de ordem e de desordem. Conforme demonstra Lynn A. Staeheli (2010), em sociedades republicanas e democráticas, todas as formas de convívio social dependem do estabelecimento de certos códigos de conduta e comportamento que nos possibilite viver em sociedade: nos espaços públicos, questões que envolvem as noções de ordem pública e desordem pública ganham contornos especiais, pois são ideias fundamentais para a organização da vida pública, do convívio com a diversidade.⁴⁷⁶ Esse eterno embate entre ordem pública e desordem pública, entre comportamentos e formas de uso “adequados” e “não adequados”, “permitidos” e “não permitidos”, “aceitáveis” e “não aceitáveis”, demonstra claramente a natureza política da vida pública nos espaços públicos, onde os conflitos de interesse se tornam evidentes e, simultaneamente, se transformam em acordos (Staeheli, 2010).⁴⁷⁷

⁴⁷⁵ *“The ethnographic descriptions of the park show that this space, initially conceived as a place for rest and relaxation, is now largely consecrated to playing wide and varied sports. The leisure activities—which are physically demanding and largely exceed the sphere of childlike games—complement inner activities such as daydreaming. This diversification of activities leads to a broadening of an aesthetic park’s function. The place is not exclusively a space of peace and tranquility but also affords this kinesthetic experience”* (L’Aoustet e Griffet, 2004, p. 184).

⁴⁷⁶ *“democracy takes on a different definition (...) One definition takes a broadly liberal slant that emphasizes individual autonomy and ability to make choices, and a second, broadly republican definition emphasizes collective deliberation and produces a system for decision-making* (Staeheli, 2010, p. 69).

⁴⁷⁷ *“Many theoretical arguments about democratization emphasize the expansion of ‘the public’ as a key marker of democratization. The public is conceptualized in many different ways, but generally is that group of people recognized as being legitimate participants in political discussion, deliberation, and governing; very often, the public is conceptualized as being the citizenry or polity (...) The public sphere is also*

Para a geógrafa Lynn Staeheli (2010), nesse contexto, a desordem pública tende a ser vista como problemática para a vida pública, pois, os usos que contestam a ordem pública são tidos, geralmente, como antidemocráticos.⁴⁷⁸ Conforme argumenta James Holston (2008), porém, os espaços públicos das cidades contemporâneas (multiculturais, multiétnicos, cosmopolitas, diversos etc.) constituem os cenários fundamentais de questionamento e contestação das normas de convivência social vigentes, trata-se daquilo que ele chamou de os espaços da cidadania insurgente (*spaces of insurgente citizenchip*).⁴⁷⁹ Tanto para Holston (2008) quanto para Staeheli (2010), mais do que simples espaços de convivência e de celebração da ordem pública, os espaços públicos são os mais importantes espaços de experimentação, negociação e, simultaneamente, questionamento e contestação das ordens sociais, políticas e públicas vigentes (ver Holston, 2008 e Staeheli, 2010).

É nesse contexto que podemos inserir a interessante reflexão proposta por Mona Domosh (1998) acerca da “política polida” das mulheres nas ruas de Nova York no século XIX. Segundo essa autora, na contramão do que vem afirmando a bibliografia especializada, os espaços públicos continuam sendo lugares essenciais da vida política.⁴⁸⁰ Para Domosh, a vida cotidiana dos espaços públicos é permeada por aquilo que ela chamou de

conceptualized in many ways (...) but is generally understood to be the forum for discussion and public address (...) The traditional and most visible spaces for public address are the streets, sidewalks, parks, and plazas of cities. These public spaces have been the focus of considerable research, as geographers and others have considered their use in a variety of activities” (Staeheli, 2010, pp. 69, 70 e 71).

⁴⁷⁸ *“I conclude by arguing that, while disorder can undermine the process of democratization by making participation in public life and governing impossible, the erasure or suppression of disorder is an equal threat to democratization. This is because disruption is often a strategy in expanding the field of public address and an important element in broader struggles to expand and reorder the democratic public”* (Staeheli, 2010, p. 68).

⁴⁷⁹ *“What I call the spaces of insurgent citizenship – or insurgent spaces of citizenship, which amounts to the same things. By insurgent, I mean to emphasize the opposition of this spaces of citizenship to the modernist spaces that physically dominates many cities today”* (Holston, 2008, p. 39).

⁴⁸⁰ *“Through an analysis of three select images of street life in mid-nineteenth-century New York City, I provide case studies of how social norms were embodied in the everyday, public actions of people on the streets. I also suggest that those social controls were never completely hegemonic. I argue that socially controlled street spaces could serve as sites of political and social transgressions, but in ways different from those suggested by Sorkin and others. It is only by looking carefully at the often hidden codes of social performance that such slight transgressions can be made apparent. Our recent conceptual frameworks for analyzing the nature of public space seem to direct our attention elsewhere. By providing this analysis of the streets of a nineteenth-century city, I hope to show that the democratic potential of public spaces may still be possible, even in our contemporary ‘theme parks,’ if we direct careful attention toward slight, everyday transgressions”* (Domosh, 1998, p. 210).

uma verdadeira “micropolítica”, onde um conjunto de pequenas “transgressões táticas” atua de modo sistemático na negociação, contestação e transformação das ordens e normas sociais, culturais e políticas vigentes. Segundo esse ponto de vista, o comportamento público, isto é, o conjunto de práticas, ações, gestos e expressões individuais e coletivas que utilizamos como parte fundamental dos ritos de interação públicos, não é um fenômeno normativamente imposto, mas sim contextualmente concebido e contestado como parte essencial da vida pública e política, ou seja, da convivência da diversidade (Domosh, 1998).⁴⁸¹

O estudo recentemente publicado por Kiyoshi Abe (2019), revela um interesse renovado pela teoria crítica dos espaços públicos. Tal como argumenta Abe, passados quase 30 anos do nascimento de um discurso que apontava para o “fim dos espaços públicos”, teóricos de todo o mundo parecem cada vez mais engajados em provar o contrário: que os espaços públicos continuam sendo fundamentais para o exercício da democracia, conforme o exemplo do movimento global de resistência por ele descrito conhecido como *Occupy Wall Street* que sacudiu o mundo ocidental alguns anos atrás e demonstrou a necessidade de revermos alguns argumentos amplamente difundidos na teoria urbana crítica contemporânea acerca dos espaços públicos (Abe, 2019).⁴⁸² Para Claske Dijkema

⁴⁸¹ “Her ‘micropolitics,’ then, was transgressive to the established norms but was evident only in the smallest of ways, and only to those who understood the complex and contextual script of polite performance (...) Broadening our definitions of politics to include a ‘micropolitics’ of complex and contextual agency should direct our attention to the ‘tactics’ that many of us, who cannot afford the emotional and spatial distance required of an oppositional politics, embody in our everyday transgressions” (Domosh, 1998, pp. 223-224).

⁴⁸² “However, as the surprisingly sudden and rapid uprising of the Occupy Wall Street movement has clearly demonstrated, the political conditions of public space are always contested and contradictory in nature. Even in the extreme cases where the democratic potentials of the public seem to be almost erased, there will emerge a moment of opposition and antagonism against the sociopolitical exploitations that are heightened by neoliberal globalization. As some scholars insisting on the political significance of a democratic public have repeatedly claimed, the values of free speech and assembly guaranteed by the US Constitution should not be understood solely as a right of the individual. Rather, it is important to appreciate the collective aspect of ‘the right of the people peaceably to assemble’ (Gitlin, 2013:19) that is inherent in the traditional idea of the First Amendment. In other words, collective assembly among the people surely invigorates politics and fosters democracy. For collective encounters and communications among the public to occur, places where people can gather together to express their opinions to one another are indispensable. For that reason, existing public space has been highly contested, and questions concerning its proper management pose a political controversy that is not easily resolved. As the Occupy movement has vividly demonstrated, how the people can experience, live, and enjoy public space is not predetermined, even though the spectacular guise of the shopping mall seduces us to regard it as a place for private consumption and personal ease. To fully understand what is actually contested by publics and

(2018), igualmente, através de um estudo de caso em uma cidade francesa, os espaços públicos são autênticos espaços de contestação, confrontação e insurgência. Segundo Dijkema, a ocupação dos espaços públicos por grupos de imigrantes através de formas de uso e apropriação diversas, que não são comuns na França e que muitas vezes diferem dos costumes franceses, são exemplos inquestionáveis de como a simples copresença de comportamentos, ações e práticas (divergentes e convergentes) nos espaços públicos é um fenômeno de forte caráter político (Dijkema, 2018).⁴⁸³

Para o historiador Beat Kümin (2005), com base em um estudo sobre a ascensão dos bares e tabernas públicas (*public houses*) do início da Era Moderna na Bavaria, na Alemanha, que eram legalmente vistos como espaços privados de acesso público, porém, se converteram em lugares importantes para o funcionamento da esfera pública local. Ao destacar a função pública dos bares e tabernas da Bavaria, Beat Kümin demonstrou que, apesar desses espaços serem usados prioritariamente como espaços de lazer e consumo de bebidas alcoólicas, eles eram utilizados frequentemente como espaços de contestação das normas comportamentais vigentes. Esses espaços, que eram geralmente associados à “desordem pública”, segundo o argumento de Kümin, eram muito mais do que isso: eram autênticos espaços públicos de encontro, debate e confronto (muitas vezes literalmente) onde se selavam acordos de convivência pública, isto é, acordos cotidianos, onde os comportamentos individuais e coletivo se transformavam em códigos de convivência e vice versa (Kümin, 2005).⁴⁸⁴

what it is they strive to achieve should be the focus of ongoing research on the nexus between public space and politics” (Abe, 2019, p. 371).

⁴⁸³ “To conclude, this article on contested public space in a marginalized social housing neighborhood in France contributes to the academic debate on conflict in, over, and for public space. It has sought to expand the spectrum of case studies beyond the fetishes of the political left, focusing on ‘guerrilla gardening,’ bike-riding and peaceful protests in parks, to include everyday occupations of public space that are considered harmful by other residents. These insurgent claims to space subvert power and challenge established norms and therefore are part of the subalterns’ struggle for citizenship. They have a political meaning and deserve to be heard as such. However, despite becoming visible and making noise, they have not yet become politically audible. Spaces need to be created in which their noise can be turned into voices” (Dijkema, 2018, p. 10).

⁴⁸⁴ “Four general points emerge from this brief survey of drinking and public space in early modern German lands: 1. Apart from regular meals, alcohol was mainly consumed on social and convivial occasions. 2. Public houses provided the most important spatial settings in all confessional and constitutional contexts. 3. A closer examination of drinking establishments and their immediate surroundings illustrates the complex relationship of private and public space in preindustrial Europe. 4. An overall assessment of alcohol consumption yields an ambiguous picture: Both in discourse and in practice, public drinking had

Diga-se de passagem, é notório o crescimento no número de autores que se propõe a refletir sobre os chamados usos “problemáticos” e “indesejados” dos espaços públicos, nomeadamente, o consumo de drogas (lícitas e ilícitas). Kirsten Bell (2013), por exemplo, demonstrou como o ato de fumar cigarros em público tornou-se um tema importante na esfera pública de Vancouver, no Canadá. Para esse autor, desde que a legislação canadense se tornou mais restritiva em relação ao fumo de cigarros em ambientes fechados de uso público ou privado, uma nova territorialidade dos fumantes e não fumantes se estabeleceu nas cidades e, particularmente, nos espaços públicos, um dos poucos lugares onde ainda se autorizava a realização dessa prática. Na esfera pública local, o debate em torno desse tema foi muito interessante, na medida em que viabilizou uma série de questões sobre o conflito entre direitos individuais e coletivos de uso dos espaços públicos, transformando o simples ato de fumar em um objeto de debate político (Bell, 2013).⁴⁸⁵

Na Finlândia, tal como argumentado por Ukka Torronen e Thomas Karlsson (2005), o debate acerca do consumo de bebidas alcoólicas nos espaços públicos também adentrou à esfera pública local. Segundo esses autores, a partir de 1995, as autoridades governamentais finlandesas implantaram uma legislação menos proibitiva, que permitia o consumo de bebidas alcoólicas nos espaços públicos, imaginando que a não-regulação seria uma forma interessante de “educação”, onde a negociação e o bom senso através da experiência cotidiana nos espaços públicos possibilitaria a existência de uma sociedade menos restritiva. Contudo, a desordem pública muitas vezes associada ao ato de consumir bebidas alcoólicas nos espaços públicos acabou sendo moralizada, levando o tema novamente às instâncias de decisão política, que optaram então por regulamentar esses usos (Torronen e Karlsson, 2005).⁴⁸⁶

positive and negative connotations for publicans, patrons, and early modern society as a whole” (Kümin, 2005, p. 22).

⁴⁸⁵ *“My observations in Vancouver’s downtown area suggested that outdoor smokers at a physical remove from bystanders, and who could be actively avoided, were not generally the targets of visible censure. Incidents were more common in interstitial spaces where smokers and not-smokers were forced into closer physical proximity, such as bus stops and sidewalks. However, as several examples illustrate, encounters between smokers and not-smokers often took the form of subtle nonverbal reactions rather than overt verbal reproaches” (Bell, 2013, p. 111).*

⁴⁸⁶ *“We explore in our article how public drinking was defined as a problem of public order and safety by the media and in the Finnish Parliament (...) First, we present an analysis of how in the media public*

Em um contexto político-econômico dominado pelo crescimento de fenômenos como a gentrificação e a privatização dos espaços urbanos e públicos, Mark Jayne, Sarah Holloway e Gill Valentine (2006) nos alertam sobre como as restritivas políticas de regulação dos usos nos espaços públicos têm fragmentado o público consumidor de bebidas alcoólicas em algumas cidades. Aquilo que muitos autores chamam de uma verdadeira cidade neoliberal tende a fragmentar o espaço urbano em pequenos mundos sociais. Tradicionalmente, os bares, tabernas, restaurantes e cafés constituem alguns dos mais importantes lugares para o estabelecimento de encontros diversos nas cidades. No contexto contemporâneo, todavia, segundo esses últimos autores, aqueles antigos espaços onde se reuniam públicos diversos para consumir bebidas alcoólicas estão sendo substituídos por espaços que privilegiam a homogeneidade social em detrimento da heterogeneidade, nesse sentido, despublicizando o ato de consumir bebidas alcoólicas (Jayne, Holloway & Valentine, 2006).⁴⁸⁷

Tal como argumenta o geógrafo Mattias Kärrholm (2007), ao territorializar excessivamente as ações realizadas nos espaços públicos e privados das cidades, as práticas de regulação e restrição originam aquilo que muitos chamam de uma produção desigual do espaço urbano, cujo resultado é uma cidade cada vez mais fragmentada em pequenos mundos, o que é muito ruim para a vida pública e para aquilo que Henry Lefebvre qualificou como sendo o direito à cidade (Kärrholm, 2007).⁴⁸⁸ Isolar a “desordem pública” em lugares específicos não parece ser, nesse sentido, a maneira mais adequada de se debater questões referentes à ordem pública. Pois, para Susanna Schaller

drinking was made a moral concern and a threat to public order and safety. Second, we analyze the ways in which this threat was dealt with during the legislative process of the new Act on Public Order in Finland” (Torronen e Karlsson, 2005, p. 95).

⁴⁸⁷ *“Thus, although bars, cafés and restaurants are recognized as playing a significant role in accounts of gentrification’ and are key urban landmarks, the ambiguousness of drinking and drunkenness has also become highly visible and a symbolically central activity” (Jayne et al, 2006, p. 462).*

⁴⁸⁸ *“The regulation of a place could involve several different, cooperating, or competitive territorial strategies (or other forms of production) set by different organizations, at different scales, and so forth. One might perhaps guess that a place of territorial complexity thus might be laden with territorial conflicts. This might well be the case, but such conflicts are probably more often the result from tendencies of territorial homogenization or hierarchization. The territorial strategy of a park to act as a territory-of-leisure for different groups, ages, and so forth might for example be destabilized by the territorial appropriation of drug users taking over the park. As people stop using the park, the territorial appropriations and associations made by other groups and usages disappear, and complexity decreases” (Kärrholm, 2007, p. 448).*

e Gabriella Modan (2005), os usos considerados “apropriados” e “inapropriados” variam sobremaneira considerando-se diferentes grupos sociais e espaços das cidades. Para essas autoras, há uma geografia da desordem pública que atua de maneira diferenciada na cidade e torna os espaços públicos lugares fundamentais para a contestação do “*status quo público*”, uma eterna disputa entre ordem e desordem públicas que se estabelece entre os diferentes indivíduos e grupos que convivem nos espaços públicos (Schaller e Modan, 2005).⁴⁸⁹

Como bem reconheceu John Michael Roberts (2008), os espaços públicos não são apenas espaços de resistência, protesto e luta de diferentes grupos e movimentos sociais, geralmente, associadas àquilo que chamamos de sociedade civil organizada. Para Roberts, os espaços públicos são também espaços de dissidência, ou seja, espaços onde as pequenas divergências e acordos realizados entre indivíduos e grupos na vida cotidiana ganham expressão pública e, em muitos casos, se transformam em debates políticos. Geralmente, costuma-se associar a dimensão política dos espaços públicos às grandes mobilizações sociais de caráter contestatório (sociedade civil organizada); em contrapartida, pouco se fala da dimensão contestatória (e política) das relações interpessoais e grupais que, assim como as grandes mobilizações, contestam, negociam e transformam as normas e códigos de comportamento vigentes, sem que haja um planejamento prévio ou qualquer forma de organização vertical ou horizontal dos indivíduos e grupos envolvidos, aquilo que Wyatt, Katz e Kim chamaram de conversas políticas ordinárias (Wyatt, Katz e Kim, 2000).⁴⁹⁰ Nesse sentido, podemos afirmar que os espaços públicos são lugares onde a sociedade civil “desorganizada” também se expressa

⁴⁸⁹ “Our findings illustrate that notions of “appropriate” uses of public space, neighborhood revitalization, and citizenship are conditioned by class and ethnic relations. Characteristics such as immigration status, property ownership, class and cultural alignments, and tenure of neighborhood residency influence the ways that individuals want to and are able to assert their claim over neighborhood space” (Schaller e Modan, 2005, p. 395).

⁴⁹⁰ “Regardless of the democratic benefits of purposeful argumentation with ideological opponents or the merits of structured deliberation in formal assemblies, what we term ordinary political conversation within the context of daily life forms the focus of our attention. For it is in this ordinary conversation about politics— which may at times include informal deliberation or spirited argumentation as well as casual discussion—that we, following Tarde, believe democratic culture receives its most concrete realization” (Wyatt, Katz & Kim, 2000, P. 72).

de forma contestatória, transformando-se, pois, em legítimos espaços de dissidência (política) (Roberts, 2008).⁴⁹¹

19 - Os espaços públicos no Brasil: desigualdade socioespacial e a cidadania corrompida

Em 1987, o geógrafo brasileiro Milton Santos publicou um pequeno livro intitulado *O Espaço do Cidadão* (2002) que, apesar de praticamente não mencionar a expressão espaço público ao longo do texto, tratou do tema da cidadania à luz de um ponto de vista geográfico e, sobretudo, crítico, relacionando essa temática ao contexto nacional. Para Milton Santos, a desigualdade social e territorial (socioespacial) brutal que caracteriza o nosso país já há alguns séculos (e que, infelizmente, segue sendo o nosso maior desafio), corrompe de diversas maneiras o nosso sistema político de cidadania. De acordo com Santos, em uma sociedade tão profundamente injusta e desigual como a nossa, o princípio da igualdade que rege a ideia de cidadania perde completamente o sentido original de sua existência. Em outras palavras, em países extremamente desiguais (do ponto de vista geográfico, econômico, social, cultural, de classe, de gênero, de raça etc.), a cidadania não se traduz em um fenômeno universalmente distribuído, tanto em termos sociais quanto em termos territoriais (Santos, 2002).⁴⁹²

A cidadania, argumenta Milton Santos, não é um “título” que se pode distribuir de maneira equânime entre os indivíduos de uma hora para outra, com o simples advento de uma constituição normativa, por exemplo.⁴⁹³ “As formas de distorção da condição de

⁴⁹¹ “The ‘public’ can therefore be theorised as containing a number of ‘counterpublic spheres’ existing in a variety of public spaces ‘where members of subordinated social groups invent and circulate counterdiscourses to formulate oppositional interpretations of their identities, interests, and needs’ (Fraser 1992, 123) against mechanisms of governance and/or types of grievances. Indeed, oppositional identities in different spaces are often formed through and emergent from counterpublics (Asen 2000; Asen and Brouwer 2001). Public spaces of dissent thus constitute various degrees of both dominant and oppositional forces that remain in flux” (Roberts, 2008, p. 656).

⁴⁹² “Mas há cidadania e cidadania. Nos países subdesenvolvidos, de um modo geral, há cidadãos de classes diversas; há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são” (Santos, 2002, p. 24).

⁴⁹³ Enquanto Milton Santos escrevia esse livro, o Brasil estava passando pelo processo de redemocratização, o que implicava a redação de uma nova constituição federal, republicana e democrática, promulgada em 1988 após 24 anos de uma violenta ditadura militar que, desde o golpe de 1964, reprimiu o país com mãos de ferro. É nesse sentido que Santos critica a formação de nosso regime político de cidadania, que foi implementado através de uma simples “canetada”.

cidadão são extremamente numerosas e, em muitos casos, sutis e sofisticadas” (Santos, 2002, p. 91). Um cidadão precisa aprender a ser cidadão, ser consciente do seu papel enquanto indivíduo político e, para tal, é necessário que ele tenha assegurado um conjunto de direitos basilares; nas sociedades capitalistas, todavia: “em lugar do cidadão formou-se um consumidor” (Santos, 2002, p. 25).⁴⁹⁴ Para Milton Santos, a distribuição desigual da cidadania brasileira se expressa claramente em termos de espaço: nas periferias e favelas, onde se concentram a pobreza e a miséria, onde os serviços públicos mais elementares simplesmente não existem, onde as pessoas são privadas de direitos humanos “universais” básicos, será mesmo que podemos falar em cidadania?⁴⁹⁵ “A definição atual da cidadania não escapa a essa regra. É uma cidadania mutilada, subalternizada, muito longe do que, habitualmente, em outros países capitalistas, define o instituto” (Santos, 2002, p. 37).

Para o sociólogo Roberto Damatta, em seu livro *A Casa e a Rua* (1997), na sociedade brasileira, as expressões casa e rua significam mais do que apenas objetos geográficos, elas são também categorias sociológicas.⁴⁹⁶ Geralmente, pelo menos no mundo ocidental, associamos a expressão Casa ao espaço privado e a expressão Rua ao espaço público. No Brasil, essa forma de diferenciação via oposição binária ganha contornos menos precisos. Quando estamos nos espaços públicos, na rua, em muitos casos, nos comportamos como se estivéssemos em casa e, quando adentramos os espaços privados, a casa, nos comportamos como se estivéssemos na rua, no espaço público: “Não somos efetivamente capazes de projetar a casa na rua de modo sistemático e coerente, a não ser quando recriamos no espaço público o mesmo ambiente caseiro e familiar” (Damatta, 1997, p.

⁴⁹⁴ “Ao mesmo tempo em que se dá a expansão urbana, há uma expansão exponencial do consumo, suprimindo-se uma vontade difusa de estabelecer uma democracia real, pela transmutação do quase-cidadão em um consumidor sem defesa: o processo de descidadanização do país foi sistemático e brutal” (Santos, 2002, p. 97).

⁴⁹⁵ “A igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe” (Santos, 2002, p. 144).

⁴⁹⁶ “Casa e rua constituíam uma oposição básica na gramática social brasileira, não estamos aqui diante de um contraste rígido e simples, dado por substâncias invariantes contidas em cada termo, mas frente a um par estrutural que é constituído e constituinte na própria dinâmica de sua relação” (Damatta, 1997, p. 9).

12).⁴⁹⁷ Nossa dificuldade em opor e relacionar essas categorias, a casa e a rua (e o outro mundo), o espaço público e o espaço privado, contudo, segundo Damatta, não impede que reconheçamos aquilo que elas representam, ou pelo menos poderiam ou deveriam representar (Damatta, 1997).⁴⁹⁸

Falando mais especificamente acerca dos espaços públicos, ainda segundo Roberto Damatta, na sociedade brasileira há um discurso generalizado que concebe os espaços públicos como lugares negativos, o espaço público não é necessariamente visto como um espaço de todos, mas sim como um espaço de ninguém, sem dono; uma forma de pensar que pode ser explicada por nosso histórico personalismo, um traço cultural bastante difundido em nossa sociedade. Por esse motivo, tendemos a vê-los como espaços onde há o domínio do perigo, onde o discurso da ordem é tido como autoritário, onde a liberdade não pode ser experimentada em toda sua plenitude, tal qual ocorre na casa, no espaço privado.⁴⁹⁹ Assim sendo, pode-se falar legitimamente em uma inversão de valores. Na nossa sociedade, em diversas ocasiões como as festivas, por exemplo, casa e rua se misturam, tornam-se espaços contíguos, complementares.⁵⁰⁰ Onde espaço público e espaço privado muitas vezes se confundem, pergunta-se Damatta, como pode a cidadania

⁴⁹⁷ “Não há dúvida de que fica cada dia mais complicado viver numa sociedade onde se tem uma cidadania em casa, uma outra no centro religioso e outra ainda – essa tremendamente negativa - na rua” (Damatta, 1997, p. 12).

⁴⁹⁸ “Embora existam muitos brasileiros que falam uma mesma coisa em todos os espaços sociais, o normal - o esperado e o legitimado - é que casa, rua e outro mundo demarquem fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadros de avaliação da existência em todos os membros de nossa sociedade. O comportamento esperado não é uma conduta única nos três espaços, mas diferenciado de acordo com o ponto de vista de cada uma dessas esferas de significação (...) Assim, qualquer evento pode ser sempre ‘lido’ (ou interpretado) por meio do código da casa e da família (que é avesso à mudança e à história, à economia, ao individualismo e ao progresso), pelo código da rua (que está aberto ao legalismo jurídico, ao mercado, à história linear e ao progresso individualista) e por um código do outro mundo (que focaliza a idéia de renúncia do mundo com suas dores e ilusões e, assim fazendo, tenta sintetizar os outros dois). Os três códigos são diferenciados, mas nenhum deles é exclusivo ou hegemônico em teoria” (Damatta, 1997, pp. 33-34).

⁴⁹⁹ “Tudo isso revela gritantemente como o espaço público é perigoso e como tudo que o representa é, em princípio, negativo porque tem um ponto de vista autoritário, impositivo, falho, fundado no descaso e na linguagem da lei que, igualando, subordina e explora” (Damatta, 1997, p. 42).

⁵⁰⁰ “Esses espaços, embora tenham entre si uma relação complexa, não estão separados. Relacionam-se por seus subespaços (praças, adros, mercados, jardins, portos, janelas, cozinhas e varandas)” (Damatta, 1997, p. 43).

estabelecer-se enquanto um valor individual e coletivo? ⁵⁰¹ Em uma sociedade incontestavelmente injusta e desigual como a nossa, afirma Damatta, se estabelece uma cidadania invariavelmente desigual. ⁵⁰² Nesse sentido, cabe a indagação: será que, no Brasil, pode-se falar em uma cidadania universal, ou haveria diferentes cidadanias em diferentes lugares e/ou associadas a grupos e classes sociais distintas? (Damatta, 1997).⁵⁰³

O livro da antropóloga Tereza Caldeira, *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* (2000), descreve o novo padrão de segregação urbana da cidade de São Paulo, que segundo ela, à semelhança do que ocorre em Los Angeles, vem se transformando em uma cidade de muros (Caldeira, 1997; 2000). O argumento defendido pela autora está baseado na ideia de que tem havido nas últimas décadas uma enorme proliferação dos chamados condomínios e loteamentos fechados em São Paulo, cuja consequência imediata seria a segregação cada vez mais ampla das classes médias e altas em espaços privatizados e fechados, enquanto os tradicionais espaços públicos, tão importantes para a constituição das cidades modernas, estariam sendo abandonados e deixados apenas para os pobres. A justificativa utilizada por esses estratos sociais mais abastados para o isolamento social se baseia no discurso da violência, fortemente reproduzido pelo aparato midiático e que associa a rua e o espaço público ao perigo, à insegurança, à imprevisibilidade e à marginalidade: “Na verdade, o medo do crime acaba modificando todos os tipos de interação pública no espaço da cidade (...) São Paulo é hoje uma cidade de muros” (Caldeira, 1997, pp. 158-159).

⁵⁰¹ “se o conceito de cidadania implica, de um lado, a idéia fundamental de indivíduo (e a ideologia do individualismo), e, de outro, regras universais (um sistema de leis que vale para todos em todo e qualquer espaço social), como essa noção é percebida e vivida em sociedade onde a relação desempenha um papel crítico na concepção e na dinâmica da ordem social?” (Damatta, 1997, p. 46).

⁵⁰² “Isso mostra como o papel de cidadão e a noção política de cidadania podem ser diferentemente acoplados em sociedades diferentes e até mesmo num só sistema social. Mas o que o caso brasileiro inegavelmente revela é que a noção de cidadania sofre uma espécie de desvio, seja para baixo, seja para cima, que a impede de assumir integralmente seu significado político universalista e nivelador” (Damatta, 1997, pp. 53-54).

⁵⁰³ “Num sistema onde a palavra de ordem é a relação, podem conviver dimensões e esferas de vida cujos valores são diferentes, embora complementares entre si. Daí a pergunta: será que podemos falar de uma só concepção de cidadania como uma forma hegemônica de participação política, ou temos de necessariamente discutir a hipótese de uma sociedade com múltiplas formas de cidadania, tantas quantas são as esferas de ação que existem em seu meio?” (Damatta, 1997, p. 56).

O livro de Ângelo Serpa, *O Espaço Público na Cidade Contemporânea* (2007), com exemplos retirados de cidades como Salvador, São Paulo e Paris, de maneira geral, reflete sobre o processo de privatização dos espaços públicos e de acentuação da segregação socioespacial nessas cidades. Segundo o argumento do autor, nessas três cidades, é possível notar a influência de processos globais de reestruturação política e econômica que se fazem presentes em projetos de reurbanização de tradicionais espaços públicos como parques e centros históricos, que objetivam inserir esses espaços no mercado de turismo global, ou seja, adequá-los aos padrões (homogêneos) de consumo das classes médias e das elites globais. O autor reflete sobre diferentes formas de apropriações individuais, coletivas e simbólicas desses espaços nessas cidades, demonstrando como em muitos casos: “as leis de mercado, que dominam a esfera dos negócios e do trabalho, penetram também na vida privada dos indivíduos, ‘reunidos’ artificialmente em um ‘espaço público’,” (onde) “a capacidade de julgamento – a razão – tende a transformar-se em consumo” (Serpa, 2007, p. 17).

Andar pelas ruas e calçadas das cidades, afirma Tereza Caldeira, torna-se uma expressão de classe, pois as elites as estão abandonando. A rua, a praça e o centro deixam de ser os principais espaços de sociabilidade pública da cidade, pois sua imprevisibilidade e heterogeneidade socioculturais características não seriam mais dotadas de valor simbólico positivo. As barreiras físicas (muros e cercas elétricas), os sistemas de vigilância (seguranças privados e câmeras de vídeo), os espaços voltados para dentro (de costas para a rua) e a total independência em relação ao resto da cidade, fazem com que os novos “enclaves fortificados” representem uma verdadeira negação da cidade. Nesse sentido, segundo o argumento defendido por Tereza Caldeira, tem havido nas cidades contemporâneas uma espécie de fuga dos espaços públicos por parte das classes médias e das elites, cuja proliferação dos condomínios fechados seria sua maior expressão (ver Caldeira, 1997 e 2000).

Argumento esse que, sob certo sentido, contrasta com aquele desenvolvido por Ângelo Serpa, para quem muitos dos projetos de produção e reurbanização de parques e centros históricos tem sido voltados, exclusivamente ou prioritariamente, para satisfazer os anseios das classes médias e das elites, leia-se, potenciais consumidores do espaço urbano e público: “Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última

instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas” (Serpa, 2007, p. 21). Para Ângelo Serpa, em diversas cidades brasileiras, o lazer e o consumo são os motes principais dos projetos de produção e transformação dos espaços públicos, que tem como públicos alvos fundamentais as classes médias e elites. Modelo esse que, segundo o autor, foi inspirado nos projetos de reurbanização estadunidenses, que hoje se espalharam por todo o mundo capitalista (ver Serpa, 2004 e 2007).

Segundo Fortuna (2002), a atual “crise” dos espaços públicos, no Brasil e em outros países, foi ensejada pela nova lógica cultural que é caracterizada pelo culto à individualidade, à domesticidade, à cultura do movimento e da velocidade. Ângelo Serpa (2004), afirma que a privatização de ruas e acessos em cidades como Salvador restringe o movimento de passantes, canaliza percursos e provoca a desertificação de muitas áreas públicas nas periferias das cidades: “decreta-se (muitas vezes de modo irreversível) a morte dos espaços públicos” (Serpa, 2004, p. 30). Em sentido próximo, para Oscar Sobarzo (2006), os espaços públicos da cidade de Presidente Prudente perderam parte de suas características essenciais e foram substituídos por espaços como *shopping centers*, loteamentos e condomínios fechados. Mesma conclusão a que chega Rogério Leite (2002), tratando do processo de gentrificação de alguns setores específicos da cidade de Recife, que transformaram espaços públicos tradicionais em áreas turísticas, em detrimento do uso das populações “nativas”. Paulo Cesar Gomes (2004), por sua vez, fala de um preocupante recuo da cidadania e, por conseguinte, da democracia, um fenômeno de abrangência global (Gomes, 2004).

Copacabana, uma das mais icônicas e conhecidas praias da cidade do Rio de Janeiro (e do mundo) tem sido fruto de um interessante debate na comunidade científica. Para a maior parte da população carioca e dos cientistas sociais que a descrevem, a praia de Copacabana é um dos logradouros públicos mais democráticos e emblemáticos da cidade (ver Gomes, 2010). Tal como argumenta James Freeman (2002; 2008), porém, a ocupação desse logradouro público é, em realidade, fragmentada em termos de classe, gênero e origem étnica. Segundo argumentam Brian, Godfrey & Arguinzoni (2012), apesar da praia de Copacabana ser frequentada por públicos muito diversos, a espacialidade de sua ocupação não deixa de refletir as enormes desigualdades sociais que caracterizam a sociedade brasileira e carioca.

A generalização destes fenômenos e processos globais, segundo diversos autores, traz consequências graves para as cidades brasileiras, conhecidas mundialmente como algumas das mais desiguais do planeta (Paoli, 1992). No quesito desigualdades, infelizmente, o Brasil é comparável a poucos países no mundo. Apenas para citar um exemplo, segundo o mais recente Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em 9/12/2019, o Brasil é o segundo país que mais concentra renda e patrimônio em todo o planeta, perdendo apenas para o Catar. Em um país marcado histórica e estruturalmente por desigualdades das mais diversas naturezas, o impacto da acentuação do processo de fragmentação socioespacial característico das cidades contemporâneas sobre a esfera pública, a vida pública e os espaços públicos ganha contornos ainda mais problemáticos.

Há uma acentuada tendência de que as relações sociais heterogêneas, fundamentais em sociedades democráticas, tornem-se cada vez mais circunscritas, delimitadas e previsíveis, isto é, enclausuradas em "guetos" social e culturalmente homogêneos (Gomes, 2004 e 2010). Neste novo contexto urbano, a relação que se estabelece com a cidade, com a rua, com o espaço público e, portanto, com a vida e a esfera pública, é de insegurança. A experiência da vida pública, que privilegia a livre circulação nas ruas e calçadas (tanto de pessoas quanto de veículos), os encontros impessoais e anônimos, o lazer público nas calçadas e praças e, principalmente, a possibilidade de manter encontros com diversos estratos da sociedade parece não mais ser a ordem, segundo o argumento defendido pela maior parte dos autores aqui comentados, em cidades como São Paulo, Salvador, Presidente Prudente, Recife e Rio de Janeiro.

20 - Espaços públicos, espaços políticos

Em julho de 2017, no Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IGEO/UFRJ), ocorreu um seminário internacional intitulado *Espaços Públicos, Espaços Políticos*. As apresentações do seminário buscavam refletir, a partir de diferentes perspectivas e exemplos, sobre a dimensão política dos espaços públicos, respondendo ao seguinte questionamento: como, quando e em que circunstâncias os espaços públicos podem ser concebidos como espaços políticos? Alguns meses depois as discussões que ali ocorreram se transformaram em um dossiê temático da revista acadêmica da UFES

Geografafares (Nº 26, 2018) onde foram incorporados, além das apresentações do seminário, artigos escritos por outros especialistas do tema (Ribeiro & Robaina, 2018).

Grosso modo, podemos dizer que a maior parte dos artigos ali reunidos gravitava ao redor de duas perspectivas distintas acerca do estatuto político dos espaços públicos e do próprio conceito de política. A primeira destas abordagens considera a “vida pública”, o uso cotidiano e ordinário desses espaços públicos, um fenômeno de forte significado político (ver Gomes & Ribeiro, 2018; Jiménez & Platas, 2018; Caceres, 2018; Góis, 2018; Machado, 2018; Frias, 2018; Souza, 2018; entre outros). A segunda abordagem afirma que os espaços públicos só se transformam em um fenômeno político esporadicamente, em eventos extraordinários (ver Castro, 2018; Morais, 2018; Azevedo, 2018; Borges, 2018; Filho, 2018; Nunes, 2018; entre outros). Na primeira perspectiva, a vida cotidiana dos espaços públicos, que se expressa naquilo que estamos chamando de sociabilidade pública, é tida como “o horizonte básico daquilo que é visto como a vida política em sociedades democráticas” (Gomes & Ribeiro, 2018, p. 11). Na segunda perspectiva, a política é concebida como “um sistema institucional e operacional de resolução de conflitos de interesses que se materializa em leis e normas de comportamento” (Castro, 2018, p. 14).

Conforme argumentam Gomes e Ribeiro (2018), a literatura especializada no tema dos espaços públicos dificilmente confere ao uso mais ordinário e banal desses espaços um significado político forte. Geralmente, costuma-se dizer que os espaços públicos só se ativam politicamente quando são ocupados temporariamente por grandes mobilizações sociais mais ou menos organizadas, as assim chamadas manifestações políticas (protestos, ocupações, passeatas etc.). Nas últimas décadas, o mundo tem experimentado uma verdadeira “ebulição” política: grandes manifestações de conteúdos e formas muito diversas se multiplicaram pelos espaços públicos de inúmeras cidades dos cinco continentes, reforçando a ideia relativamente usual de que esses espaços só se ativam politicamente quando ocupados por grandes mobilizações extraordinárias (Gomes & Ribeiro, 2018).

Para Iná Elias de Castro, o conceito de espaço público não deve ser confundido com o conceito de espaço político, pois os espaços públicos não possuiriam, segundo esse argumento, uma natureza política e sim sociocultural (Castro, 2018). Conforme argumenta Castro, há duas vertentes principais de pensamento sobre a política: uma mais

próxima da tradição da ciência política, centrada na dimensão institucional do fenômeno político (verticalidades); e outra vertente mais próxima da tradição sociológica, focada nos processos sociais e individuais do fenômeno político (horizontalidades).⁵⁰⁴ A existência dessas duas abordagens nos ajudaria a compreender uma diferença fundamental entre as noções de espaço público e espaço político: “as relações moldadas pela sociabilidade no primeiro e aquelas definidas pela política no segundo” (Castro, 2018, p. 17). Para essa autora, teria havido uma confusão entre as noções de esfera pública (espaço abstrato de fluxos comunicacionais) e espaço público (espaço material das interações sociais) em função daquilo que ela chamou de um “artifício de tradução” da obra original de Jürgen Habermas (1962), que teria atribuído um caráter deliberativo ao conceito de espaço público, o qual Habermas não teria mencionado em sua obra (Castro, 2018).⁵⁰⁵

Ao observar a vida cotidiana dos espaços públicos, todavia, é possível perceber um conjunto de rituais e regras de convívio que regulamenta a copresença de pessoas diversas em um mesmo espaço que, ao longo do tempo, tem o potencial de transformar as normas politicamente vigentes através da visibilidade das ações e práticas que tem lugar nesses espaços. Em outras palavras, as negociações e os embates, os conflitos e os acordos realizados entre diversos indivíduos e grupos reunidos nos espaços públicos diariamente transformam essas ações e práticas cotidianas em demandas políticas. Essas regras e rituais de interação e convivência, que se expressam claramente naquilo que chamamos de sociabilidade pública, podem ser considerados, nesse sentido, verdadeiros “debates políticos”: formas de apresentação, atitudes e comportamentos que muitas vezes passam despercebidos na vida pública cotidiana, ao serem reproduzidos ou contestados nos espaços públicos com todas as propriedades que lhes são inerentes, constituem formas de

⁵⁰⁴ “Grosso modo, temos duas matrizes do pensamento sobre a política. A primeira mais frequente na ciência política, mas também na sociologia analítica e empírica de Max Weber, focada nas relações institucionais de poder e a segunda, mais importante nas correntes sociológicas especulativas, centrada nos fenômenos sociais e mais voltada para as ações individuais de onde emergem esses fenômenos (Bronner e Géhin, 2017, p. 75). Esta última tem influenciado fortemente a geografia humana, e não apenas em sua vertente crítica” (Castro, 2018, pp. 14-15).

⁵⁰⁵ “A tradução equivocada da esfera pública de Habermas para espaço público ampliou as possibilidades intelectuais do conceito ao custo de torná-lo uma quase ficção, um modelo abstrato do ideal republicano da cidadania, da democracia, do debate público em torno dos conflitos de interesses” (Castro, 2018, p. 30) Para mais informações sobre o conceito espaço político, ver (Castro, 2005; Castro 2012).

interação essencialmente políticas (ver Gomes, 2010; Gomes, 2012; Gomes & Ribeiro, 2018).⁵⁰⁶

Paulo Cesar Gomes oferece uma resposta geográfica para essa problemática em seu livro *A Condição Urbana* ([2000] 2010), onde a própria cidade é concebida como um fenômeno, simultaneamente, político, sociocultural e espacial: “a ordem espacial da cidade, isto é, sua disposição física unida à sua dinâmica comportamental, são os elementos fundadores da condição urbana” (Gomes, 2010, pp. 15-16). Segundo esse ponto de vista, a cidade é muito mais do que apenas um espaço físico-material, um conjunto de edificações e morfologias urbanas. Ela é mais também do que um mero aglomerado de pessoas vivendo juntas sob algum nível de contiguidade espacial.⁵⁰⁷ Segundo argumenta Paulo Cesar Gomes, é possível interpretar a ordem espacial da cidade, suas formas e seus conteúdos, seus objetos e suas ações, suas morfologias e seus comportamentos, à luz de duas noções que são baseadas em diferentes formas de relação da sociedade com o espaço: o *nomoespaço*, que reflete uma associação de tipo contratual de natureza política-espacial; e o *genoespaço*, que reflete uma associação de tipo identitária de natureza sociocultural-espacial (ver Gomes, 2010, pp. 25-125).⁵⁰⁸

⁵⁰⁶ “Concebendo a política desta forma, a vida cotidiana nos espaços públicos, sobretudo nesses que possuem grande visibilidade e centralidade, constituem o horizonte básico daquilo que é visto como a vida política em sociedades democráticas (...) Todos os dias, os espaços públicos abrigam ações que poderiam ser vistas como verdadeiras manifestações políticas: formas de apresentação, comportamentos, atitudes que tem potencial reivindicativo, transgressor e de questionamento de valores e de regras. Ao se manifestar produzem formas de adesão e de conflito, ou seja, um diálogo a respeito da possibilidade de se incorporar ou não essas ações. Em outros termos, um diálogo político” (Gomes e Ribeiro, 2018, p. 11).

⁵⁰⁷ “A cidade não pode, pois, ser concebida como uma forma que se produz simplesmente pela contiguidade das moradias ou pelo simples adensamento de população; ela é antes de qualquer coisa, um tipo de associação entre as pessoas, associação esta que é uma forma física e um conteúdo (...) A cidade é uma forma necessária a um certo gênero de associação humana, e suas mudanças morfológicas são condições para que esta associação se transforme. Assim uma análise geográfica do espaço urbano deve imperativamente ser nutrida da disposição locacional dos objetos espaciais confrontados com o comportamento social que aí tem lugar” (Gomes, 2010, pp. 19-20).

⁵⁰⁸ “Esses dois tipos descritos correspondem a duas formas de-ser-no-espaço e são simultaneamente duas formas de ser do espaço. Na primeira, o espaço é uma condição para a ordem formal; ele se constitui na verdade em um classificador das coisas e das ações que nele se passam, e a forma de organizá-lo ou produzi-lo é solidária à forma da organização e da reprodução social e vice-versa. A segunda estabelece uma relação ontológica entre um grupo e o local, ou melhor, uma identidade ontologicamente fundada em um local” (Gomes, 2010, pp. 79-80)

À luz da noção de nomoespaço, argumenta Gomes, emerge uma ordem espacial de caráter político e normativo. Nesse caso, a relação espaço-sociedade é mediada pelo Estado, que diferencia espaços e delimita práticas, isto é, cria limites comportamentais e espaciais: a divisão entre espaços públicos e espaços privados constitui um dos exemplos mais evidentes dessa forma de diferenciação socioespacial da cidade.⁵⁰⁹ Em outras palavras, o nomoespaço é um reflexo das relações contratuais criadas pelo Estado, onde a cidade é classificada e ordenada segundo os princípios normativos vigentes.⁵¹⁰ O nomoespaço cria, portanto, um espaço diferenciado de atuação para as leis, instituindo e delimitando socialmente e espacialmente diferentes formas de controle, vigilância, classificação, formalização, direitos, deveres, práticas, comportamentos etc. Conforme demonstra Gomes, no mundo moderno (ocidental), o nomoespaço é fundado com base em valores tais como a isonomia, a igualdade, o individualismo, o racionalismo etc., e onde o espaço é concebido de forma abstrata, geométrica e universalista (ver Gomes, 2010, pp. 40-59). “De fato, esse tipo de espaço é a base que funda uma sociedade de contrato. O nomoespaço é assim uma condição necessária para que se configure a ideia de um pacto social de tipo contratual. Diferentes pactos dão origem a diferentes composições espaciais” (Gomes, 2010, p. 40).

Se olharmos para a cidade à luz da noção de genoespço, em contrapartida, perceberemos a existência de outra forma de relação da sociedade com o espaço, onde aquilo que qualifica a diversidade territorial são as relações de identidade estabelecidas entre grupos sociais específicos (comunidades) e o espaço: “O discurso que funda a identidade comunitária é o da diferença” (Gomes, 2010, p. 60). Tal diferenciação ocorre através da acentuação de determinados traços distintivos associados a grupos específicos que os

⁵⁰⁹ “A esse tipo de relação social com o território demos o nome de nomoespaço, ou seja, uma extensão física, limitada, instituída e regida pela lei. Trata-se de um espaço definido por uma associação de indivíduos, unidos pelos laços de solidariedade e de interesses comuns e próprios, e pela aceitação e aplicação de certos princípios logicamente justificados” (Gomes, 2010, p. 37).

⁵¹⁰ “Este nomoespaço é assim construído de maneira a exprimir relações formais de pertencimento, mas sobretudo de ordenamento. Assim, cada instituição social dispõe de sua área de controle e vigilância, as práticas sociais são regulamentadas no espaço, e os signos de delimitação territorial são inequívocos. As interdições e a coerção são sempre matéria de comunicação e sinalização territorial, ou, em outras palavras, o espaço é internamente qualificado por uma regulamentação formal e uma visibilidade explícita de suas normas e fronteiras. Os relacionamentos tendem a ser impessoais e regulares dentro dos limites das diferentes esferas socioterritoriais. Dessa maneira, há marcos territoriais que delimitam esferas de práticas regulares, e eles são, simultaneamente, a condição para que essas práticas existam e o reflexo delas” (Gomes, 2010, p. 40).

distinguiriam de outros grupos que habitam as cidades, isto é, as relações de solidariedade são baseadas em uma pretensa homogeneidade das características selecionadas que se concentram e se reproduzem em uma determinada porção territorial.⁵¹¹ Segundo esse argumento, essa identidade grupal só pode se desenvolver através do estabelecimento de uma fronteira espacial que define os limites desse domínio identitário: “A identidade comunitária está assim sempre relacionada a uma identidade territorial” (Gomes, 2010, p. 62). No genoespço, portanto, essas diferentes características identitárias e relações de pertencimento de caráter sociocultural aparecem como as qualificadoras essenciais da ordem espacial: “O particularismo de cada grupo ou segmento se funda sobre um lugar que lhe é próprio e único, nesse caso, a identidade social é perfeitamente igual à identidade territorial” (Gomes, 2010, p. 67).⁵¹²

21 - A sociabilidade pública entendida como um código comportamental de convivência de natureza política-espacial-interacional

Ao longo dos dois primeiros capítulos desta tese traçamos um panorama geral da bibliografia produzida sobre o tema dos espaços públicos. De maneira geral, poderíamos classificar essa extensa bibliografia em duas perspectivas principais: um ponto de vista *pessimista* e um ponto de vista *otimista*. A primeira perspectiva, o ponto de vista pessimista, faz apelo às ideias de “regressão”, “decadência” e “crise” para descrever a situação dos espaços públicos nas cidades contemporâneas. A segunda perspectiva, o ponto de vista otimista, por outro lado, reafirma a importância dos espaços públicos nas sociedades e cidades contemporâneas. Na presente tese, sem desconsiderar a primeira perspectiva, gostaríamos de dialogar com o ponto de vista otimista, oferecendo, pois, novas possibilidades interpretativas. No final desse segundo capítulo e nos próximos, propomos uma visão alternativa à essa leitura pessimista que se tornou hegemônica na literatura especializada. Em outros termos: através do estudo geográfico da sociabilidade

⁵¹¹ “A unidade pode ser construída por meio de traços étnicos, familiares, culturais, históricos, morfológicos, comportamentais ou alguns desses considerados simultaneamente. Indiferentemente, o que esses elementos vão legitimar é uma identidade comum e própria” (Gomes, 2010, p. 60).

⁵¹² “São estas diferenças e suas vivências sobre o espaço, baseadas em critérios variados de afinidades, que tentaremos mostrar que estão no núcleo dessa ideia de genoespço” (Gomes, 2010, p. 67).

pública, pretendemos demonstrar ao leitor o papel fundamental que os espaços públicos desempenham para a existência das sociedades republicanas e democráticas.

O mundo é hoje uma grande cidade. Segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgadas após a revisão do relatório *World Urbanization Prospectsem* em 2018, ultrapassamos o impressionante número de 7 bilhões de humanos, com 54% desse universo vivendo em cidades. Considerando-se a escala global, a população urbana passou de 746 milhões em 1950 para 3,9 bilhões em 2014. Projeções recentes indicam que até 2050 a população urbana global deve superar a impressionante marca de 6 bilhões de pessoas, com parte substantiva desse montante vivendo em “megacidades”, aglomerados urbanos com mais de 10 milhões de habitantes. O famoso e já centenário ensaio publicado pelo sociólogo estadunidense Robert E. Park, que caracteriza a cidade como um importante laboratório para a investigação do comportamento humano, nunca esteve tão atual: “hoje, o mundo inteiro ou vive na cidade ou está a caminho da cidade; então, se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo” (*apud* Becker, 1996, p. 180).

Em praticamente todas as cidades do mundo ocidental, ou pelo menos onde predominam regimes político-sociais republicanos e democráticos, os espaços públicos abertos (ruas, praças, largos, calçadas, parques, esquinas, áreas centrais, alamedas etc.) constituem parte significativa do espaço urbano. Em contraste com o que ocorre nos espaços privados, os logradouros públicos são lugares de encontro dos mais diversos estratos sociais. Todas as ações e comportamentos que tem lugar nos espaços públicos ganham uma visibilidade de tipo especial, uma visibilidade pública. Nesses espaços, as pessoas se reconhecem e se representam enquanto indivíduos, grupos sociais e cidadãos. Nos espaços públicos, as identidades e diferenças individuais e coletivas se manifestam (ou deveriam se manifestar) de forma livre, através da interação social de todos que ali se reúnem enquanto público. Nessa reunião plural de indivíduos e grupos onde todos possuem, a priori, interesses muito diversos, os conflitos e os acordos são inevitáveis: para além dos códigos normativos que regulamentam a vida de todos os cidadãos em todos os lugares (as leis), a vida cotidiana desses espaços é permeada por aquilo que poderíamos chamar de um verdadeiro “debate político” (Gomes, 2010 [2000]).

Dada a enorme profusão de significados e definições que o conceito de espaço público ostenta na bibliografia especializada, Paulo Cesar Gomes (2012) propõe: ao invés de

recorremos mais uma vez à sedutora tentação de formular uma definição precisa do conceito, que falemos de suas principais propriedades e características. Começamos por aquilo que o espaço público não é: 1) o espaço público não é o simples oposto do espaço privado; 2) também não é apenas o seu estatuto jurídico que o qualifica enquanto tal; 3) nem mesmo a forma de acesso livre e universal é suficiente para lhe caracterizar como espaço público. Segundo Gomes, aquilo que lhe confere o atributo da publicidade é exatamente a sua essência política: “espaços públicos correspondem a dimensão espacial da política em sociedades democráticas ou republicanas” (Gomes, 2012, p. 24).

Ainda segundo Gomes (2012), enquanto espaço físico, o espaço público pode ser uma rua, uma praça, uma calçada, uma esquina, um largo, uma praia, um parque etc., as formas e funções desses espaços podem ser muito diversas, o importante nesse caso é que eles reúnam algumas características essenciais: a visibilidade; a copresença da diversidade e as regras de convivência. Para se viver em sociedade, coabitar uma cidade, compartilhar um espaço público, é necessário que estabeleçamos algumas “normas” de conduta e convivência que nos possibilite conciliar nossos interesses e expectativas diversas, isto é, precisamos desenvolver um comportamento socialmente e democraticamente concebido, a civilidade.⁵¹³ Esse comportamento público, se assim podemos chamá-lo, é condicionante e condicionado pela existência dos espaços públicos:⁵¹⁴ “Trata-se, assim, de um espaço que se define como uma forma-conteúdo, nesse caso específico, daquilo que denominamos como público” (Gomes, 2012, p. 29).⁵¹⁵ O princípio fundamental que decorre da natureza contratual dos espaços públicos é o que chamamos de cidadania, a única identidade plena dos espaços públicos. Ela corresponde, nesse sentido, ao ordenamento espacial do pacto social que funda a democracia: “Consequentemente, esse

⁵¹³ “Assim, afinidades particulares, estatutos sociais, identidades grupais, ou qualquer outra preferência devem se submeter às regras da coabitação, ou, em uma palavra, à civilidade. A civilidade é o comportamento esperado nesse tipo de espaço, é a maneira de ser nesse espaço” (Gomes, 2012, p. 29).

⁵¹⁴ “Os termos, aliás, que orientam nosso comportamento não deixam dúvida sobre a sua matriz espacial: civilidade, urbanidade, polidez, todos eles falam dessas condutas formais e ritualizadas, referenciadas a um espaço urbano que regula as trocas cotidianas entre as diferentes pessoas que dividem esses espaços” (Gomes, 2012, p. 29).

⁵¹⁵ “Qualquer que seja o ponto de vista, é necessário perceber que as variadas interpretações sobre as dinâmicas com lugar no espaço público falam essencialmente das condições concretas das democracias. Para a geografia, o espaço público, nesse sentido, é sempre um objeto central na discussão do espaço e da política ou do espaço político, e a contribuição do geógrafo pode ser justamente a de unir nessa discussão a forma material à esfera abstrata da ação política” (Gomes, 2012, p. 37).

espaço pode ser visto como o território da lei democrática, seu lócus” (Gomes, 2012, p. 29).⁵¹⁶

No presente estudo, gostaríamos, pois, de reconhecer o espaço público como um lugar fundamental para o exercício daquilo que o filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel (2006 [1917]) chamou de sociabilidade, entendida como uma forma específica de associação ou interação entre indivíduos e grupos, na qual o principal objetivo ou finalidade do ato interacional é a própria interação social em si.⁵¹⁷ Segundo argumenta Georg Simmel, existem infinitas formas de interação social, ou seja, os indivíduos e grupos podem se associar uns em relação aos outros de maneiras muito diversas. Quando essas formas de interações sociais se desprendem de suas finalidades objetivas,⁵¹⁸ quando indivíduos e grupos se reúnem com o expresso intuito de socializar, de interagir socialmente, elas recebem o nome de sociabilidade: "Aquilo que de resto é apenas forma de interação torna-se seu conteúdo mais significativo” (Simmel, 2006, p. 76). Conforme nos ensina Simmel, a única natureza ou essência propriamente humana é aquela que diz

⁵¹⁶ *“Por isso, podemos observar que as cidades sempre se exprimem a partir de uma complexa rede de valorização de seus espaços públicos. Os grandes lugares de mistura e catarização da vida urbana favorecem o encontro e a comunicação e produzem uma espécie de resumo da diversidade socioespacial da população. Nesses lugares privilegiados, organiza-se uma espécie de cena pública (...) tudo aquilo que contiver significação nas trocas comunicacionais são elementos que constituem o discurso nessa cena pública (...) múltiplas trocas sociais espacializadas (...) Em suma, as manifestações da vida social nos espaços públicos são maneiras de ser nesses espaços, capazes, portanto, de unir uma dimensão física de copresença e uma dimensão mais abstrata de comunicação social. Por isso, nunca é demais insistir: o espaço público pode ser visto simultaneamente como lugar material e imaterial”* (Gomes, 2012, pp. 26-27).

⁵¹⁷ *“Essas formas adquirem então, puramente por si mesmas e por esse estímulo que delas irradia a partir dessa liberação, uma vida própria, um exercício livre de todos os conteúdos materiais; esse é justamente o fenômeno da sociabilidade.” (...) “para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar juntamente socializado” (...) “o ‘impulso à sociabilidade’, em sua pura efetividade, se desvencilha das realidades da vida social e do mero processo de sociação como valor e como felicidade, e constitui assim o que chamamos de ‘sociabilidade’ [Geselligkeit] em sentido rigoroso”* (Simmel, 2006, p. 64).

⁵¹⁸ Faz-se necessário distinguir estes dois importantes conceitos presentes na obra de Simmel, forma e conteúdo. Simmel chama de conteúdo, o impulso, o interesse, a finalidade, a tendência, o condicionamento psíquico, o objetivo, ou a justificativa de uma dada reunião de indivíduos ou grupos sociais (fins econômicos, políticos, culturais etc.). Simmel chama de forma, a maneira, a “morfologia”, o tipo, ou seja, o formato de uma dada reunião de indivíduos ou grupos (partidos políticos, agremiações, a família etc.) (Simmel, 2006, p. 60).

respeito ao fato de que todos nós somos, incondicionalmente, seres sociáveis, afeitos à vida em sociedade (Simmel, 2006).⁵¹⁹

Segundo o dicionário Houaiss, a expressão sociabilidade significa: 1) “característica do que é sociável”; 2) “o prazer de levar a vida em comum, inclinação a viver em companhia de outros”; 3) “domínio e exercício das regras da boa convivência; civilidade, afabilidade, urbanidade”. Na língua portuguesa, a expressão sociabilidade deriva da palavra francesa *sociabilité* que, segundo o mesmo dicionário, significa “aptidão para viver em sociedade”, “qualidade de uma pessoa sociável”. É interessante notar que, nas três definições propostas pelo dicionário Houaiss do verbete sociabilidade, aparecem subentendidas três dimensões que julgamos essenciais para o estudo da sociabilidade pública: uma dimensão interacional, uma dimensão espacial e uma dimensão política. Na primeira definição - “característica do que é sociável” - o aspecto interacional é destacado; na segunda definição - “o prazer de levar a vida em comum, inclinação a viver em companhia de outros” - o aspecto espacial ganha relevo; na terceira definição - “domínio e exercício das regras da boa convivência; civilidade, afabilidade, urbanidade” - o componente político recebe destaque.

No senso comum, geralmente, costuma-se utilizar a expressão sociabilidade de maneira genérica para designar qualquer tipo ou forma de interação social. Em termos conceituais, todavia, tal expressão ostenta um significado mais restrito. Segundo a definição de Georg Simmel, a sociabilidade não deve ser vista como um sinônimo de interação social, pois trata-se de uma forma de relação social específica: “A sociabilidade não tem propósitos objetivos, nem conteúdos, nem resultados exteriores, ela depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre. Seu alvo não é nada além do sucesso do momento sociável e, quando muito, da lembrança dele” (Simmel, 1983, p.170). Entre os geógrafos, o tema da sociabilidade é ainda pouquíssimo estudado. Com exceção de algumas poucas contribuições geográficas recentes (Felix de Souza, 2014; Gomes e Ribeiro, 2020; por

⁵¹⁹ “A própria sociedade, em geral, significa a interação entre indivíduos. Essa interação surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades. Instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre, com os outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros.” (...) “Essas interações significam que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades formam uma unidade – mais exatamente uma ‘sociedade’”. (Simmel, 2006, pp. 59-60).

exemplo), tradicionalmente, esse tema recebeu mais atenção de filósofos, psicólogos sociais, sociólogos e antropólogos. Mas mesmo entre esses últimos, o conceito de sociabilidade dificilmente aparece como sendo o objeto central de reflexão. Na maior parte dos casos, tal conceito é utilizado de maneira instrumental e genérica associado, geralmente, ao estudo da vida cotidiana em contextos sociais, culturais e geográficos diversos.

Nos estudos sociológicos, argumenta Cláudia Rezende (2001), a sociabilidade se refere, de maneira geral, a situações lúdicas em que há conagração e confraternização entre as pessoas: visitas, encontros, festas, reuniões etc., que possibilitam trocas afetivas e comunicações sociais que extrapolam o círculo familiar. Para Heitor Frúgoli, através da sociabilidade, da interação social desprentensiva de indivíduos e grupos diversos, afirmam-se valores, reforçam-se determinadas relações, produzem-se acordos, constroem-se identidades e, simultaneamente, afirmam-se diferenças, criam-se conflitos, cristalizam-se alteridades (Frúgoli, 2007). Segundo o antropólogo Gilberto Velho, o conceito de sociabilidade em Georg Simmel é tão preciso que mais parece um tipo-ideal, no sentido atribuído por Marx Weber. Ao longo do tempo, argumenta Velho (2001), esse conceito passou a ostentar outras conotações e significados. Os estudos etnográficos, por exemplo, que refletem sobre a vida cotidiana de indivíduos e grupos diversos, que descrevem as pessoas em interação precisam lidar, quer queiram quer não, com o fenômeno da sociabilidade, da interação desprentensiva entre indivíduos e grupos.

Conforme o argumento desenvolvido no interessante livro de Daniel Gordon (2017), *Citizens without sovereignty: equality and sociability in french thought, 1670-1789*, a palavra francesa *sociabilité* apareceu no vocabulário francês a partir do início do século XVIII como reflexo de um período marcado por profundas transformações sociais e políticas na Europa, tornando-se uma palavra-chave na literatura e na filosofia francesa. O debate ao redor das ideias de autores como Thomas Hobbes sobre a existência de uma suposta natureza “antissocial” nos humanos amplificou uma série de discussões acerca da vida social na França. Segundo Gordon, no final do século XVII e início do século XVIII, por mais estranho que possa parecer, foram os escritores absolutistas os primeiros a

insistir no fato de que a sociabilidade, essa forma despreziosa de interação social, era uma característica essencial da espécie humana (Gordan, 2017).⁵²⁰

Com o objetivo de refutar as ideias de autores como Thomas Hobbes e, mais especificamente, o argumento de que a “lei natural” deve ser concebida como um eterno “estado de guerra”, escritores iluministas como o pioneiro filósofo alemão Samuel Von Pufendorf (1632 – 1694), por exemplo, introduziram novos significados ao conceito sociabilidade.⁵²¹ Os escritos de Pufendorf se tornaram populares para um amplo público no século XVIII na França, através de uma série de edições das traduções de seus trabalhos que circularam entre 1706 e 1734 naquele país. As palavras francesas *sociable* e *sociabilité* aparecem recorrentemente nesses trabalhos como traduções das palavras latinas *socialitas*, *socialis* e *sociabilis*. Segundo Daniel Gordan, as traduções para o francês dos trabalhos de Pufendorf foram fundamentais para a introdução e popularização da expressão *sociabilité* na literatura e na filosofia francesa do século XVIII (Gordan, 2017).⁵²²

⁵²⁰ “The arguments of Hobbes about humans' lack of a sociable disposition stimulated other discussions throughout Europe about the natural suitability of human nature for collective living. It was in the context of these discussions that the language of sociability first gained currency in France. Paradoxical as it may seem, absolutist writers were the first to deploy this language in France and to insist that sociability was an inherent property of the human species” (Gordan, 2017, p. 56)

⁵²¹ “The Enlightenment, in this context, may be viewed as the process through which sociability was defined not as a latent feature of human nature but as an active and operating principle of human life. The philosophy of Samuel Pufendorf was important in this process. When Delamare quoted a portion of Seneca's *De Beneficia* on the subject of human interdependence, he was probably thinking of this German natural lawyer who, as Richard Tuck observes, was “the most famous political philosopher of his day. In his *De Jure Natura e et Gentium* (*The Law of Nature and Nations*, 1672), Pufendorf had quoted the same portion of Seneca's work. He had also used the Latin term *socialitas* in discussing the human need for fellowship. It seems likely that Delamare, who cited Pufendorf frequently in other contexts, coined the term *sociabilite* in order to provide a French equivalent for the Latin word. But even though Delamare appropriated Pufendorf references and vocabulary, he integrated them into his own absolutist thought and ignored some of the basic postulates of the German theorist. For Pufendorf had fashioned his own concept of *socialitas* so as to refute Hobbes's argument that the state of nature was a state of war. He treated sociability as an operative force in human psychology and suggested the possibility that society was a self-sustaining entity. Pufendorf became familiar to a broad audience in eighteenth-century France through Barbeyrac's French translation of Pufendorf *De Jure Naturae et Gentium*. Barbeyrac's translation, which included extensive laudatory notes, ran through five editions between 1706 and 1734. The French words *sociable* and *sociabilite* abound as translations of *socialitas*, *socialis*, and *sociabilis*, and it is probable that Barbeyrac's edition of Pufendorf book did more than any other text to inject the language of sociability into eighteenth-century French philosophy” (Gordan, 2017, pp. 61-62).

⁵²² “Pufendorf became familiar to a broad audience in eighteenth-century France through Barbeyrac's French translation of Pufendorf's *De Jure Natura e et Gentium*. Barbeyrac's translation, which included

Ainda segundo Daniel Gordan, a concepção absolutista de “ordem” baseava-se na ideia de que a conquista da paz e da felicidade na vida em sociedade dependia necessariamente da existência de uma força coercitiva “exterior” (a “polícia”, o exercício do poder real, o Estado), que regulamentaria e organizaria todas as formas de interações sociais. A concepção iluminista de “ordem”, todavia, vista como um produto da polidez, vislumbrava a existência de uma sociedade na qual a soberania, o poder dos reis ou das autoridades centrais, era essencialmente “desnecessário”. O indivíduo “polido”, “racional”, que faz uso da “civildade” para se relacionar com os outros, é um indivíduo que não precisa ser coagido para se comportar “corretamente”, pois, conforme argumentavam os filósofos, ele sabia encontrar a “felicidade” na “reciprocidade”. Sociabilidade significava, portanto, no sentido atribuído pelos filósofos iluministas franceses, “autopolicamento”, ou seja, a capacidade dos indivíduos de se relacionarem com pessoas diversas para satisfazerem seus interesses individuais e coletivos sem que haja necessariamente alguma forma de intermediação que seja “exterior” aos agentes em interação, eis aquilo que hoje usualmente chamamos de sociedade civil (Gordan, 2017).⁵²³

Como bem argumentou o teórico italiano Norberto Bobbio (2007), de maneira geral, chamamos de sociedade civil aquele conjunto de relações sociais que indivíduos e grupos diversos estabelecem entre si fora das instâncias do Estado.⁵²⁴ Apesar de suas múltiplas acepções, essa noção é geralmente utilizada para distinguir uma esfera política (Estado) de uma esfera não-política (sociedade civil).⁵²⁵ A partir da reflexão de

extensive laudatory notes, ran through five editions between 1706 and 1734. The French words sociable and sociabilite abound as translations of socialitas, socialis, and sociabilis, and it is probable that Barbeyrac's edition of Pufendorfs book did more than any other text to inject the language of sociability into eighteenth-century French philosophy” (Gordan, 2017, p. 62).

⁵²³ *“The Enlightenment conception of society as a product of politeness allowed one to imagine a sphere in which sovereignty was superfluous. The ‘polite’ or ‘polished’ individual (l’homme poli, l’homme police) was the individual who did not need to be coerced in order to be content, because he knew how to find happiness in reciprocity. Sociability thus meant self-police” (Gordan, 2017, pp. 72-73).*

⁵²⁴ *“Na linguagem política de hoje, a expressão ‘sociedade civil’ é geralmente empregada como um dos termos da grande dicotomia sociedade civil/Estado. O que quer dizer que não se pode determinar seu significado e delimitar sua extensão senão redefinindo simultaneamente o termo ‘Estado’ e delimitando a sua extensão. Negativamente, por ‘sociedade civil’ entende-se a esfera das relações sociais não reguladas pelo Estado, entendido restritivamente e quase sempre também polemicamente como o conjunto dos aparatos que num sistema social organizado exercem o poder coativo” (Bobbio, 2007, p. 33)*

⁵²⁵ *“Exatamente porque a expressão ‘sociedade civil’ em seu significado oitocentista e hodierno nasceu da contraposição (ignorada pela tradição) entre uma esfera política e uma esfera não política (...) sociedade*

pensadores como Adam Ferguson e outros escritores escoceses, um novo significado foi introduzido ao conceito: sociedade civil significava para esses autores sociedade civilizada (polida).⁵²⁶ Ao utilizar o termo *société civile* o filósofo iluminista Rousseau, igualmente, entendia *civile* como “civilizado”. Apesar da conotação negativa atribuída por Rousseau à expressão, não havia uma oposição clara entre as ideias de sociedade política e sociedade civilizada em sua obra (Bobbio, 2007).⁵²⁷

Segundo Norberto Bobbio, o significado preponderante da expressão (pelo menos até Hegel) adveio daquela definição mais antiga (aristotélica) que não diferenciava a noção de sociedade civil (sociedade política) da noção de Estado (Bobbio, 2007).⁵²⁸ A situação parece ter mudado a partir dos trabalhos de Hegel que introduziu um novo significado ao conceito: segundo esse ponto de vista, a existência da sociedade civil deve ser vista como uma condição essencial do processo através do qual se forma um Estado.⁵²⁹ A partir de então, apesar de existirem interpretações concorrentes, sociedade civil e Estado não eram mais entendidos nem como sinônimos, nem como antônimos, mas sim como fenômenos

civil como conjunto de relações não reguladas pelo Estado, e portanto como tudo aquilo que sobra uma vez bem delimitado a âmbito no qual se exerce o poder estatal” (Bobbio, 2007, p. 34).

⁵²⁶ “Com Ferguson e os escoceses, ‘sociedade civil’ ganha ainda um outro significado: *civilis* não é mais adjetivo de *civitas* mas de *civilitas*. Sociedade civil significa sociedade civilizada (Smith de fato emprega o adjetivo *civilized*’), que encontra um quase sinônimo em *polished*” (Bobbio, 2007, p. 47).

⁵²⁷ “Este estado de corrupção Rousseau chama de *société civile*, atribuindo claramente ao adjetivo *civite* o significado de ‘civilizado’, embora a ele imprimindo uma conotação axiologicamente negativa, que diferencia a sua posição com respeito à ‘civilização’ da posição da maior parte dos escritores da época e, em geral, da ideologia iluminista do progresso. Porém, como na maior parte dos escritores em que sociedade civil tem o significado principal de sociedade política não está excluído também o significado de sociedade civilizada, em Rousseau o significado prevalente de sociedade civil como sociedade civilizada não exclui que esta sociedade seja também, em embrião, uma sociedade política diferente do estado de natureza” (Bobbio, 2007, p. 48).

⁵²⁸ “A digressão histórica mostrou a variedade de significados, inclusive entre si contrastantes, com os quais foi usada a expressão ‘sociedade civil’. Resumindo, o significado predominante foi o de sociedade política ou Estado, usado, porém, em diversos contextos conforme a sociedade civil ou política tenha sido diferenciada da sociedade doméstica, da sociedade natural, da sociedade religiosa” (Bobbio, 2007, p. 49).

⁵²⁹ “Uma história completamente diversa começa com Hegel, para o qual pela primeira vez a sociedade civil não compreende mais o Estado na sua globalidade, mas representa apenas um momento no processo de formação do Estado” (Bobbio, 2007, p. 49).

mutuamente dependentes para o funcionamento do sistema político republicano e democrático, posto em prática na modernidade (Bobbio, 2007).⁵³⁰

Para Richard Boyd (2006), a civilidade, em sociedades republicanas e democráticas, é geralmente entendida como um comportamento público democraticamente concebido através da interação social da sociedade civil publicamente reunida. A acepção do conceito variou de maneira substantiva ao longo do tempo e em diferentes tradições teóricas, ostentando significados muitas vezes ambíguos e até mesmo concorrentes.⁵³¹ Grosso modo, há duas interpretações principais: a primeira acepção reduz a ideia de civilidade às boas maneiras, isto é, as formalidades, códigos e normas de comportamento socialmente instituídas nas interações face a face (cortesia, polidez), variando enormemente de uma cultura para outra; a segunda acepção da civilidade se refere ao senso de pertencimento à uma comunidade política, isto é, o reconhecimento mútuo dos direitos e deveres individuais e coletivos que as pessoas compartilham como membros de uma comunidade política (igualdade cívica).⁵³² Richard Boyd propõe que pensemos na civilidade como um híbrido entre essas duas conotações. Para esse autor, interagir socialmente de maneira polida, cortês, educada (civil) com outros cidadãos que compõe

⁵³⁰ *“Estes dois processos representam bem as duas figuras do cidadão participante e do cidadão protegido que estão em conflito entre si às vezes na mesma pessoa: do cidadão que através da participação ativa exige sempre maior proteção do Estado e através da exigência de proteção reforça aquele mesmo Estado do qual gostaria de se assenhorear e que, ao contrário, acaba por se tornar seu patrão. Sob este aspecto, sociedade e Estado atuam como dois momentos necessários, separados mas contíguos, distintos mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e em sua articulação interna”* (Bobbio, 2007, pp. 51-52).

⁵³¹ *“Is civility ultimately a private or a public virtue? Should civility be understood in terms of the social behaviours and interactions of everyday life, what we more commonly refer to as manners or courtesy, or as just another synonym for political life, as its etymology alone might suggest? Is civility necessarily a conservative or élitist disposition connected with the preservation of inequality and the status quo, as critics have alleged, or rather is there a way to see civility as more democratic, critical and imminently inclusive?”* (Boyd, 2006, p. 864).

⁵³² *“Two distinct connotations of civility have sparked confusion. The first reduces civility to the manners, politeness, courtesies or other formalities of face-to-face interactions in everyday life. In this view, to be ‘civil’ is to speak or interact with others in ways that are mannerly, respectful or sociable (...) By contrast, the second meaning of civility denotes a sense of standing or membership in the political community with its attendant rights and responsibility. This sense of the term civility is most evident in formulations like ‘civil rights’ or ‘civil disobedience’, where the modifier ‘civil’ refers to the condition of being a member of a political community”* (Boyd, 2006, p. 864).

uma mesma comunidade política é uma condição essencial para o exercício cotidiano da vida pública e política nas sociedades democráticas (Boyd, 2006).⁵³³

Conforme argumenta Richard Boyd, no século XIX, o conceito de civilidade passou a ostentar um significado extremamente negativo, pois ele foi utilizado como parte das ideologias colonialista e evolucionista, que dividiam as sociedades em diferentes “estágios civilizatórios”, dessa maneira, coibindo a heterogeneidade e reprimindo a diversidade de possibilidades comportamentais como parte do projeto de dominação dos povos não europeus. Em contrapartida, em sociedades de massa, como nas grandes cidades, especialmente a partir do século XIX quando a população das metrópoles se diversificou quantitativa e qualitativamente alimentadas por novas ondas migratórias, a civilidade passou a cumprir uma função fundamental: ela tornava possível a vida social em cidades cosmopolitas, onde pessoas infinitamente diversas entre si, com expectativas e interesses igualmente diversos, convivem conjuntamente socializadas enquanto partes constituintes de um mesmo corpo social e político, satisfazendo suas necessidades individuais e coletivas.⁵³⁴ Nesse contexto, a civilidade ganhou a conotação de um comportamento público essencialmente pluralista e democrático, que permitiu à sociedade civil cada vez mais diversa em termos socioculturais conviver nos espaços urbanos e públicos das grandes metrópoles (Boyd, 2006).⁵³⁵

Segundo o argumento desenvolvido no livro de Stefan-Ludwig Hoffmann (2010), o cientista político estadunidense Robert Putnam, inspirado na teoria política que Alex de Tocqueville formulou para interpretar o nascimento da República ou democracia

⁵³³ *“Regardless of the stipulations of the law, a sense that we are all part of one moral collectivity or public can only exist when we are in the habit of treating one another in ways that observe the formal conditions of civility. Respect for these formal conditions is communicative. The practice of civility generates a sense of inclusivity and moral equality, both in ourselves and for others (...) At the margins, these rules are functionally necessary as the minimal condition for social and political life”* (Boyd, 2006, p. 865).

⁵³⁴ *“That is to say that pluralism and civility go hand-in-hand (...) Urban life is a palimpsest of identities and traditions. Where cultural diversity is amplified by close physical proximity, some social norm is required in order for diverse populations to live side-by-side in mutual peace and accommodation”* (Boyd, 2006, pp. 870).

⁵³⁵ *“In conclusion, then, this essay is intended as an invitation to consider more explicitly civility’s importance for urban life and contemporary democratic theory. By raising these questions about civility’s nature, sources and cultivation, we are in a better position to understand its function in contemporary urban society and to distinguish its considerable moral virtues from its lamentable historical abuses”* (Boyd, 2006, p. 876).

estadunidense, dizia que a formação de uma sociedade civil não dependia apenas da capacidade dos indivíduos de obedecerem ao poder central ou da busca pela satisfação de interesses individuais e coletivos; mas sim daquilo que Tocqueville chamava de “virtude cívica”. Segundo esse ponto de vista, sem virtude cívica não há como existir uma sociedade civil. Essa virtude cívica só pode se desenvolver, na prática, através da interação social dos cidadãos uns com os outros, do convívio nas cidades, da sociabilidade nos espaços públicos (Hoffmann, 2010).⁵³⁶

Conforme argumentavam os pensadores liberais da política, há uma estreita conexão entre o “melhoramento moral” dos indivíduos e grupos e os códigos de “civildade” vigentes nas sociedades que eles compõem.⁵³⁷ Segundo esse ponto de vista, para que esses indivíduos e grupos possam continuar estabelecendo entre si códigos de conduta “civilizados”, seria necessário que eles praticassem e aperfeiçoassem a assim chamada “arte da associação” que, por sua vez, deveria se desenvolver proporcionalmente e paralelamente ao aumento da igualdade de oportunidades e condições (me refiro à dimensão econômica), um sistema de retroalimentação dialético.⁵³⁸ Assim sendo, quanto mais os cidadãos praticarem a “arte da associação”, mais eles desenvolverão esse senso de civildade. Em outras palavras, quanto mais os cidadãos, através da sociabilidade, compartilharem esses códigos de “civildade”, mais “civil” será esta sociedade e mais “civilizados” serão os indivíduos que as compõe (Hoffmann, 2010).⁵³⁹

⁵³⁶ *“At stake, according to Putnam, is the very foundation of American civil society and American democracy. Drawing on the political theory of Alexis de Tocqueville, Putnam argues that civil society is founded neither on the readiness of individuals to obey their government nor on the calculated pursuit of economic self-interest, but on civic virtue. Without civic virtue, there is no civil society - that is the fundamental premise of this political theory - and civic virtue unfolds only through the interaction of citizens with one another, through their sociability”* (Hoffmann, 2010, p. 1)

⁵³⁷ *“There is, in other words, a profound connection between the 'moral improvement' of individuals and the 'civility' of the society they constitute. 'Among the laws that rule human society'”* (Hoffmann, 2010, p. 2).

⁵³⁸ *“In order that the man remain civilized or become so, the art of association must be developed and perfected among them in the same ratio as equality of conditions increases”* (Hoffmann, 2010, p. 2)

⁵³⁹ *“The less citizens practice the 'art of association', the more 'uncivil' society becomes. Tocqueville employed an apocalyptic image to illustrate what a democratic society would look like when it no longer secured its political foundations through the sociability of its citizens”* (Hoffmann, 2010, p. 2)

Segundo Stefan Hoffmann, o cientista político Robert Putnam reformulou alguns dos postulados teóricos de Tocqueville à luz da seguinte premissa: “In civil society, an apparently apolitical sociability has a political dimension” (Hoffmann, 2010, p. 2), propondo assim uma nova abordagem para a teoria política, centrada no estudo das relações individuais, interpessoais e coletivas de constituição da sociedade civil, concebida como um fenômeno essencialmente político. Através do estudo da sociabilidade e dos códigos de civilidade que dela emanam, estar-se-ia refletindo, pois, sobre a dimensão social do fenômeno político e, simultaneamente, sobre a dimensão política da vida social.⁵⁴⁰ Segundo esse ponto de vista singular, a sociabilidade dos cidadãos aparece como sendo uma das mais importantes formatadoras dos códigos de convivência. É nesse sentido que se pode afirmar que as diferentes formas de sociabilidade, através do estabelecimento dos códigos de civilidade, nos conduzem à uma conduta “civilizada”, isto é, uma relação social de caráter político (Hoffmann, 2010).⁵⁴¹

Para que a sociedade civil possa se constituir enquanto tal e atuar como uma espécie de fiscalizadora das instituições políticas, via esfera pública, é necessário que ela possa se desenvolver em algum espaço social fisicamente constituído, onde os cidadãos possam se reunir e interagir socialmente de maneira livre. Como bem argumentou Stefan Hoffmann, a formação de uma cultura cívica nas principais capitais europeias do século XIX só se tornou possível quando foram criados diversos “espaços públicos” que possibilitaram à sociedade civil reunir-se publicamente e, através da sociabilidade, construir códigos de convivência “civilizados”. Entre esses “novos” espaços de sociabilidade (pública) estavam os museus, os teatros, os salões, os zoológicos, os parques, os passeios, os festivais, entre vários outros. Todos esses espaços tinham como

⁵⁴⁰ "Putnam (...) reformulate Tocqueville's argument as follows: In civil society, an apparently apolitical sociability has a political dimension. 'The new political science', with Tocqueville want to establish as the 'basic science of civil society', was supposed to be concern primarily with the 'art of association', that is, with sociability. For Tocqueville, the progress of all other sciences was dependent of this on the basic science" (Hoffmann, 2010, p. 2)

⁵⁴¹ "This sociability of citizens was supposed to raise their 'civility', or in nineteenth-century parlance, 'their humanity', 'their morals', and 'their Bildung'. 'the exercise of virtue' and 'civic association' appeared to be intimately connected. Through their participation in associations, joiners raised an explicitly moral-political claim: 'civilizing' oneself through interaction with others was supposed to produce a civic sense and, beyond this, a cosmopolitan sense (...) "'The art of association' was not only supposed to produce better citizens and man. This art itself was supposed the be accessible only to those deemed capable of civility" (Hoffmann, 2010, p. 4)

característica fundamental o fato de que eles propiciavam aos seus frequentadores formas livres e igualitárias de interação, onde se formavam e transformavam, através da sociabilidade, os códigos de convivência cotidianos (Hoffmann, 2010).⁵⁴²

Na interseção desses dois conceitos, espaço público e sociabilidade, encontra-se a noção de *sociabilidade pública*, que poderia ser entendida como um sistema comportamental diretamente associado às trocas individuais e coletivas que ocorrem cotidianamente em diversos espaços públicos de qualquer cidade. Todas as vezes que utilizamos os espaços públicos abertos (ruas, calçadas, praças, parques etc.), estamos em constante interação com pessoas desconhecidas. Em outras palavras, nos espaços públicos, tudo o que fazemos (ações, comportamentos, gestos, práticas, atividades, presenças etc.) é mediado pelas interações sociais. Nos espaços públicos, onde pessoas distintas se reúnem, onde interesses diversos “competem” e “compartilham” o mesmo espaço, entra em cena aquilo que o filósofo Georg Simmel chamou de *jogo da sociedade*: um conjunto de “normas” que, sob certo sentido, delimita e condiciona os comportamentos, as ações e as práticas dos “jogadores”, isto é, das pessoas em interação (Simmel, 2006).⁵⁴³

É através desse ponto de vista singular que Georg Simmel afirma que há uma natureza necessariamente democrática no rito da sociabilidade. Inspirado no princípio kantiano de que todos os direitos e deveres dependem de uma justa medida das liberdades em coexistência, a isonomia, Simmel afirma que só se pode satisfazer o “impulso sociável” dos indivíduos e grupos quando todos os agentes envolvidos no processo de interação compartilham determinados códigos de convivência, isto é, os diversos interesses e expectativas secundários que concorrem no processo interativo devem satisfazer a todos os participantes que compõe o público: “cada qual deve satisfazer esse impulso à medida

⁵⁴² “The vision of ‘civilizing’ the self through sociability required a social space within civil society, space that was separate from that society but that could exert an influence on it. It appears to be a characteristic of nineteenth-century civic culture that such spaces were created within society, a second world beyond everyday life where men could enjoy sociability, friendship, and moral improvement. Within these spaces, society experience itself as society: civic values and virtues were practiced and displayed. This is true of other sociable spaces of the nineteenth-century as well, such as museums, theaters, salons, zoos, parks, promenades, festival, baths, and spas. All of these spaces, were structurally similar” (Hoffmann, 2010, p. 179).

⁵⁴³ “Esse contexto dá a entender que, na sociabilidade, está compreendido tudo o que já pode se definir com base na forma sociológica do jogo: sobretudo o próprio jogo, que, na sociabilidade de todas as épocas, assume um amplo espaço. Como já indiquei anteriormente, a expressão ‘jogo da sociedade’ possui um significado profundo” (Simmel, 2006, p. 72).

que for compatível com a satisfação do mesmo impulso nos outros” (Simmel, 2006, p. 69).⁵⁴⁴

Quando grupos e indivíduos muito diversos entre si interagem socialmente de maneira livre, espontânea e regular nos espaços públicos, compartilhando os mesmos espaços, esse caráter democrático da sociabilidade de que fala Simmel emerge com clareza. Para evitar que os conflitos de interesse, que são inerentes à vida social de pessoas diversas (indivíduos e grupos), tornem as relações sociais insuportáveis, os indivíduos e grupos em interação precisam participar daquilo ele chamou de um “jogo de faz-de-conta”: “faz-se de conta que todos são iguais, e, ao mesmo tempo, faz-de-conta que cada um é especialmente honrado” (Simmel, 2006, p. 71). Na sociabilidade, argumenta Simmel, um modelo sociologicamente ideal é contextualmente criado (enquanto geógrafo, eu diria socio-espacialmente criado), onde a diversidade individual e coletiva, ao menos enquanto o rito da sociabilidade durar, é relativizada para que todos possam interagir como iguais (Simmel, 2006).⁵⁴⁵ Essa exclusão momentânea das personalidades individuais que é característica do fenômeno da sociabilidade, contudo, não deve ser caracterizada como se fosse ela uma relação social mentirosa ou falsificada: “O ‘faz-de-conta’ não é uma mentira, assim como não o são o jogo e a arte, com todos os seus desvios da realidade” (Simmel, 2006, p. 71).⁵⁴⁶

⁵⁴⁴ “Assim como a lei kantiana é inteiramente democrática, esse princípio também mostra a estrutura democrática de toda sociabilidade. Esse caráter democrático só pode ser realizado no interior de um estrato social – já que, muitas vezes, uma sociabilidade entre membros de diferentes estratos sociais se torna algo contraditório e constrangedor. A igualdade, como vimos, resulta da eliminação, por um lado, do que é inteiramente pessoal, e por outro lado, do que é inteiramente material, ou seja, daquilo que a sociabilidade encontra previamente como seu material e do qual se despe em sua condição de sociabilidade” (Simmel, 2006, p. 69),

⁵⁴⁵ “Surge aqui uma estrutura sociológica bastante peculiar. Na sociabilidade não entram o que as personalidades possuem em termos de significações objetivas, significações que tem seu centro fora do círculo de ação; riqueza, posição social, erudição, fama, capacidades excepcionais e méritos individuais não desempenham qualquer papel na sociabilidade. Quando o fazem, não passam de uma leve nuance daquela imaterialidade com a qual apenas à realidade é permitido penetrar o artifício social da sociabilidade” (Simmel, 2006, pp. 66-67).

⁵⁴⁶ “A democracia da sociabilidade, mesmo entre aqueles socialmente iguais, é um jogo de cena. A sociabilidade cria, caso se queira, um mundo sociologicamente ideal: nela, a alegria do indivíduo está totalmente ligada à felicidade dos outros. Aqui, ninguém pode em princípio encontrar sua satisfação à custa de sentimentos alheios totalmente opostos aos seus. Essa possibilidade é excluída por várias outras formas sociais que não a sociabilidade” (Simmel, 2006, p. 69).

Trata-se de aquilo que Simmel chamou de um *jogo de cena*, onde todos compartilham o mesmo direito à interação, ou seja, cria-se um cenário artificial, porém, real, contextualmente, socialmente e espacialmente definido enquanto tal para que as relações sociais sejam efetivamente realizadas entre pessoas com expectativas e interesses diversos.⁵⁴⁷ Para criar esse cenário “artificialmente democrático”, os indivíduos em interação precisam, portanto, necessariamente, utilizar um vocabulário comportamental comum, pois, se todos se comportassem de maneira aleatória conforme as paixões individuais, a vida social se converteria num caos absoluto. Por esse motivo, criamos determinados padrões comportamentais que se transformam ao longo do tempo e que diferem de maneira significativa em culturas ou sociedades distintas.⁵⁴⁸ No mundo ocidental, como bem reconheceu Georg Simmel, a cortesia se transformou em um desses delimitadores comportamentais essenciais da vida social, em geral, e pública, em particular: “um comportamento específico da sociabilidade é a cortesia, com a qual o forte e o extraordinário não somente se igualam aos mais fracos, como também agem como se o fraco fosse o mais valoroso e superior” (Simmel, 2006, pp. 70-71).⁵⁴⁹

Um dos argumentos que defendemos nessa tese é o de que a sociabilidade pública pode ser concebida como um grande sistema de comportamentos, aquilo que estou chamando neste trabalho de um *código comportamental de convivência de natureza política-espacial-interacional*, isto é, um sistema comportamental que é tributário de uma matriz socioespacial, o espaço público. Esse grande sistema de comportamentos, a sociabilidade pública, pode ser lido como um conjunto indissociável de outros códigos comportamentais que se tornaram essenciais na vida política e pública do mundo moderno, especialmente nas sociedades republicanas e democráticas: a cortesia, a

⁵⁴⁷ “No entanto, esse mundo da sociabilidade, o único em que é possível haver uma democracia sem atritos entre iguais, é um mundo artificial, construído a partir de seres que desejam produzir exclusivamente entre si mesmos essa interação pura que não seja desequilibrada por nenhuma tensão material” (Simmel, 2006, p. 70).

⁵⁴⁸ Ninguém melhor do que o sociólogo e historiador Norbert Elias descreveu como essas mudanças nos padrões comportamentais foram lentamente germinadas na sociedade ocidental, tal como demonstramos no primeiro capítulo da tese.

⁵⁴⁹ “À medida que, abstraída da sociação pela arte e pelo jogo, a sociabilidade demanda o tipo mais puro, claro e atraente de interação, aquela que se dá entre iguais. Pela sua natureza, ela precisa criar seres humanos que se desapegam de seus conteúdos objetivos e que, assim, modificam o seu significado interno e externo para se tornarem sociavelmente iguais. Cada qual só pode obter para si os valores da sociabilidade se os outros com quem interage também os obtenham” (Simmel, 2006, p. 71).

civilidade, a polidez, a urbanidade, a cidadania e o cosmopolitismo, que conformam uma forma de ser e de estar no/do espaço público.

Gostaríamos agora de tecer alguns brevíssimos comentários sobre a influente obra *O Processo Civilizador* (1939), do sociólogo Norbert Elias. Conforme comentado na introdução do primeiro capítulo da tese (p. 26), sob certo sentido, Norbert Elias propõe um olhar diferenciado acerca do processo de formação dos Estados Modernos, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, oferecendo um importante contraponto aos argumentos defendidos por Jürgen Habermas, Hannah Arendt e, especialmente, Richard Sennett, acerca do processo de “regressão”, “decadência” e “crise” da vida pública, da esfera pública e dos espaços públicos que a modernidade teria ensejado. Em linhas gerais, Norbert Elias demonstra como o longo do processo de formação dos Estados Modernos foi acompanhado por uma mudança comportamental da sociedade europeia, que estabilizou novos códigos comportamentais de convivência (cortesia, civilidade e civilização): trata-se, pois, daquilo que o autor qualificou como sendo um processo civilizador (ver Elias, 1994, Vols. 1 e 2).

Conforme demonstramos no primeiro capítulo da tese, Norbert Elias argumentava que o surgimento desses códigos comportamentais era oriundo de uma nova ordem social, de uma complexificação da divisão social do trabalho e do crescimento das redes de interdependência humana que as principais cidades e capitais europeias estavam experimentando na transição da Idade Média para a Idade Moderna. Não há como dissociar, nesse sentido, a estabilização desses novos códigos sociais de conduta ao “renascimento” das cidades que a modernidade propiciou. Qual teria sido o papel dos espaços públicos, enquanto lugares que reúnem uma diversidade de públicos, na criação, transformação e estabilização desses novos códigos de convivência?

Norbert Elias atribui às sociedades aristocráticas das cortes europeias um papel preponderante na construção e na transformação desses códigos comportamentais. É justamente essa preponderância que Elias confere à aristocracia das cortes europeias nesse “processo civilizador”, que eu gostaria de questionar nesse trabalho. Uma das hipóteses centrais dessa tese é de que os espaços públicos foram e continuam sendo lugares fundamentais para a formação e a formatação desses códigos comportamentais de convivência. Na obra de Norbert Elias, porém, a expressão “espaço público” não aparece

nenhuma vez no texto. Gostaríamos de vislumbrar algumas possibilidades para essa ausência: a primeira diz respeito ao fato de que a obra *O Processo Civilizador* (1939) foi publicada quase vinte anos antes das obras *A Condição Humana* (1958), de Hannah Arendt, e *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962), de Jürgen Habermas, autores usualmente reconhecidos como os maiores responsáveis pela arquitetura conceitual do tema dos espaços públicos; uma outra possibilidade é aquela que diz respeito ao fato de que o interesse fundamental de reflexão de Norbert Elias nesse livro, assim como em outros, são as cortes aristocráticas, tema do qual esse autor se ocupou várias vezes ao longo de sua longa carreira acadêmica; a terceira e última hipótese que eu gostaria de comentar se refere ao fato de que Elias dedica especial atenção às assim chamadas “normas de etiqueta”, ou seja, uma das preocupações fundamentais de Elias nesse livro era de descrever as transformações daquilo que poderíamos chamar de “estética comportamental”.

Na presente tese, gostaríamos, pois, de oferecer novas possibilidades interpretativas: concebendo os espaços públicos como lugares essenciais para a construção e a transformação desse sistema de comportamentos. A sociabilidade pública, esse código comportamental de convivência de natureza política-espacial-interacional, segundo o argumento defendido aqui, é um produto de séculos de amadurecimento da vida pública, em geral, e das diversas formas de interações sociais nos espaços públicos, em particular: um processo de formatação comportamental ininterrupto e inacabado, que sempre esteve e sempre estará sujeito às transformações em curso nas sociedades. Segundo esse ponto de vista, conforme dito anteriormente, a sociabilidade pública pode ser concebida como um conjunto indissociável de outros códigos comportamentais que, tal como argumentamos, tornaram-se essenciais às sociedades republicanas e democráticas.

Figura 3: Tabela - Definições em português do dicionário Houaiss das expressões cortesia, polidez, civilidade, urbanidade, cosmopolitismo e cidadania.

Definições em português do Dicionário Houaiss		
Palavra	Século	Definição atual

Cortesia	XIII	1) atributo, característica do que se apresenta de modo cortês; 2) civilidade, educação no trato com outrem, amabilidade, polidez; 3) gesto, dito delicado, educado; 4) cumprimento respeitoso em que se reverencia uma pessoa considerada especial, mesura, vênia; 5) pequeno regalo ou oferta oferecido a alguém como prova de amabilidade e atenção.
Polidez	XVI	1) caráter ou qualidade do que é polido; 2) atitude gentil, cortesia, civilidade; 3) característica do discurso, que indica cortesia, gentileza, civilidade etc., do locutor (autêntica ou não), e que se expressa especialmente nas formas de tratamento, em expressões que atenuam o tom autoritário do imperativo (como por gentileza, por favor, se me permite etc.) e outras fórmulas de etiqueta linguística.
Civilidade	XVI	1) conjunto de formalidades, de palavras e atos que os cidadãos adotam entre si para demonstrar mútuo respeito e consideração; boas maneiras, cortesia, polidez; 2) o fato e a maneira de observar essas formalidades.
Urbanidade	XVII	1) qualidade ou condição de ser urbano; 2) conjunto de formalidades e procedimentos que demonstram boas maneiras e respeito entre os cidadãos; afabilidade, civilidade, cortesia.
Cosmopolitismo	XIX	1) princípio, característica, atributo do que é cosmopolita; 2) princípio, atitude de cosmopolita ('aquele que se porta como cidadão'); 3) afeição, interesse por tudo o que provém de ou que caracteriza os grandes centros urbanos; 4) no cinismo e estoicismo da antiga Grécia, a verdadeira natureza humana, cujo pertencimento à humanidade - a cidadania mundial - supera qualquer vinculação a um Estado específico; 5) no iluminismo, especialmente em sua

		vertente kantiana, dissolução das fronteiras nacionais que caracteriza a culminância do desenvolvimento histórico da humanidade, decorrência de uma racionalidade plena e da pacificação nas relações humanas.
Cidadania	XIX	1) qualidade ou condição de cidadão; 2) condição ou dignidade de quem recebe o título honorífico de cidadão; 3) condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha no gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política.

Nos espaços públicos abertos de qualquer cidade do mundo republicano e democrático, diariamente, um grande encontro público acontece. Por motivos variados, indivíduos e grupos diversos, de maneira espontânea e livre, se reúnem e compartilham os mesmos espaços públicos cotidianamente. Todas as ações, comportamentos e atividades que são realizadas nesses espaços por essas pessoas, conforme argumentado anteriormente, são mediadas pelas interações sociais. Para os indivíduos e grupos que compõe esse público, a própria reunião diversa constitui um atrativo fundamental; em outras palavras, o ajuntamento se transforma em um grande espetáculo, um espetáculo público. Para que esse “encontro marcado” da diversidade possa acontecer, é necessário que existam lugares propícios ao seu estabelecimento. Como bem demonstram Paulo Cesar Gomes, Letícia Ribeiro e diversos autores, o lugar onde esses encontros públicos acontecem se transforma, pois, em um elemento-chave na compreensão dos significados e sentidos desse processo de coexistência espacial que chamamos de sociabilidade pública (Gomes & Ribeiro, 2020).⁵⁵⁰

⁵⁵⁰ “Estamos chamando esse encontro marcado de sociabilidade pública e percebemos rapidamente que o lugar onde ele ocorre é um elemento básico para compreendermos o sentido do que ali está se passando, o encontro social e suas dinâmicas. Isso quer dizer que esse lugar participa diretamente na significação desse tipo de sociabilidade e conhecer melhor como são esses lugares e suas dinâmicas, suas coreografias, implica conhecer os fundamentos de alguns dos mais importantes rituais de interação pública. Dissemos pública pois há infinitas formas de sociabilidade que regulam nossas maneiras de interagir com pessoas em diferentes ambientes, em diferentes momentos e circunstâncias. Estamos considerando aqui apenas aquelas formas de trocas ocorridas em locais públicos entre indivíduos que, em princípio, não se conhecem, mas se reúnem em locais de exposição pública, locais investidos da aptidão para promover o encontro social sob a forma de uma coexistência espacial entre diferentes e desconhecidos. Tudo isso será mais analisado, justificado e delimitado adiante, por enquanto podemos dizer que nosso ponto de partida é espacial uma vez que estamos supondo, como geógrafos que somos, que esse elemento seja um fundamento primário nessa dinâmica da sociabilidade” (Gomes & Ribeiro, 2020, p. 6).

Conforme demonstraremos de forma mais contundente nos próximos capítulos, esse código comportamental de convivência de natureza política-espacial-interacional, a sociabilidade pública (cortesia, polidez, civilidade, urbanidade, cidadania e cosmopolitismo), tem uma evidente e relativamente negligenciada dimensão espacial. Nos espaços públicos, há aquilo que poderíamos chamar de uma ordem espacial da sociabilidade pública que, sob certo sentido, possibilita, qualifica e condiciona a existência dessas formas de interações. Em outras palavras, para que esses indivíduos e grupos diversos possam interagir socialmente nos espaços públicos, é necessário que existam determinadas ordens ou arranjos espaciais que, à luz dos princípios da publicidade, da cidadania, da república e da democracia, delimitem, condicionem, organizem ou orientem os indivíduos e grupos em interação. É a existência desta ordem espacial da sociabilidade pública que pretendemos tornar evidente nos próximos capítulos.

Capítulo III

**Sociabilidade pública e
geografia: uma discussão
teórico-metodológico-
conceitual**

1 - Introdução

O presente capítulo trata dos aspectos teóricos, metodológicos e conceituais desta pesquisa, buscando responder o seguinte questionamento: como nós geógrafos podemos abordar o tema dos espaços públicos, em geral, e da sociabilidade pública, em particular, à luz de um ponto de vista geográfico? Anteriormente, porém, convidamos o leitor para uma breve e esclarecedora reflexão sobre a própria ciência geográfica, algumas de suas teorias, métodos e conceitos. Buscamos demonstrar, mais especificamente, como alguns procedimentos metodológicos largamente utilizados pelos geógrafos, a observação direta, a descrição do mundo empírico, a criação e a interpretação de imagens, conformam aquilo que poderíamos chamar de um “quadro geográfico” (Gomes, 2017), isto é, uma estratégia metodológica que nos possibilita interpretar a ordem espacial dos fenômenos e, nesta pesquisa, particularmente, a espacialidade das interações sociais nos espaços públicos.⁵⁵¹

Como diria o geógrafo Milton Santos, o espaço geográfico é um objeto de investigação científica extremamente complexo, pois ele reúne fenômenos de naturezas singularmente diversas, porém, intimamente conectadas: um conjunto de formas, funções, processos e estruturas (Santos, 1985). Santos (1996) propõe que nós pensemos no espaço geográfico como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação” (Santos, 1996, p. 63), onde fixos e fluxos interagem regularmente e compõe uma mesma unidade, o espaço, uma espécie de híbrido de suas formas e conteúdos. Para esse autor, uma das coisas que singulariza a geografia como uma ciência autônoma é exatamente essa maneira específica de abordar os temas, caracterizada pela indissociabilidade entre as ações e os objetos. No espaço geográfico, argumenta Santos, os sistemas de ações e de objetos se transformam continuamente: novas funções originam novas formas e novas formas implicam novas funções.⁵⁵² O espaço geográfico é, nesse sentido, uma forma-conteúdo

⁵⁵¹ O presente capítulo é uma releitura dos principais marcos teóricos, metodológicos e conceituais que utilizei em minha dissertação de mestrado. Como o meu objeto fundamental de reflexão continua sendo o mesmo, a sociabilidade pública, não houve mudanças significativas na abordagem teórico-metodológico-conceitual. Por esse motivo, proponho neste tópico, simultaneamente, um resumo e uma complexificação daquelas reflexões, ver (Felix de Souza, 2014).

⁵⁵² “É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função” (Santos, 1996, p. 96).

mutante, sempre em constante movimento, cabendo a nós geógrafos interpretarmos essa complexa evolução (Santos, 1996).⁵⁵³

Em uma grande cidade, por exemplo, as dimensões política (conflitos, regras, instituições etc.), econômica (produção, consumo, circulação etc.), sociocultural (estruturas socioculturais, modelos de sociabilidade, sistemas de significação, hábitos, identidades etc.), histórica (memórias, costumes, tradições, rugosidades, patrimônios, heranças etc.), geográfica (formas, morfologias, estruturas, distâncias, localizações, arranjos, ordenamentos, organizações, hierarquias, situações etc.), entre outras, compõe um mesmo “quadro” (Gomes, 2017). Sua organização espacial é, simultaneamente, fragmentada e articulada (Corrêa, 1997). Por esse motivo, para estudarmos as cidades (o sistema urbano, suas organizações espaciais internas, seus espaços públicos), precisamos desenvolver um olhar interdisciplinar que nos possibilite abordá-las à luz de diferentes enfoques e patamares analíticos, isto é, escalas fenomênicas distintas, porém, complementares (Castro, 1995 e 2014); para podermos assim tornar inteligíveis os múltiplos sentidos e significados da localização e da espacialidade dos fenômenos (Gomes, 1998).

O geógrafo Paulo Cesar da Costa Gomes nos transporta diretamente para o mundo empírico ao afirmar que, para estudarmos o espaço geográfico e, mais especificamente, os espaços públicos, precisamos relacionar as dimensões morfológica e comportamental. Nessa perspectiva, o espaço é concebido como expressão, meio e condição de existência das relações sociais. Todas as ações, práticas e comportamentos individuais e coletivos das sociedades humanas, ao serem realizadas no mundo físico-material, dependem de uma certa disposição espacial que qualifica, condiciona e organiza as relações sociais. Em outras palavras, a ordem espacial dos fenômenos é uma condição fundadora das ações sociais. É justamente esta ordem espacial, ou seja, a lógica de disposição das morfologias e comportamentos (ações e objetos; formas e conteúdos), que os geógrafos buscam explicar, analisar, compreender, interpretar e descrever em suas pesquisas (Gomes, 2017).

⁵⁵³ “A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (Santos, 1996, p. 83).

2 - Os quadros geográficos concebidos como conformadores epistemológicos: o trabalho de campo e a geografia

Observar, explorar, sentir, escutar, ver, tocar e interagir para poder descrever, compreender, analisar, interpretar e explicar os fenômenos. Seria difícil encontrar na atualidade um geógrafo que negaria a importância da obtenção de dados primários e da realização dos trabalhos de campo para a constituição da ciência geográfica. No passado, conforme se observa na obra de diversos autores clássicos da assim chamada geografia científica, a pesquisa de campo era o principal meio a partir do qual se produziam dados primários (Humboldt, [1845-1862] 1875).⁵⁵⁴ Em outras palavras, a coleta de dados e informações *in loco*, em campo, se estabilizou na ciência geográfica como uma das mais importantes ferramentas metodológicas da disciplina. Mas de onde vem essa tradição de estudos? Para responder a essa pergunta, no presente tópico, propomos um diálogo com alguns autores e obras clássicas da geografia, conferindo especial atenção para as abordagens metodológicas utilizadas.

Não é por acaso que, mais recentemente, diversos autores tenham feito referência ao assim chamado *olhar geográfico*, isto é, uma forma particular de observar e de refletir sobre os fenômenos que, em alguma medida, reconheceria a geografia como uma ciência de observação (Gomes, 1996, 2012, 2013; 2017; Zelinsky, 2001; Rose, 2001 e 2003; Driver, 2000 e 2003; Cosgrove, 2008; Claval, 2011; entre outros). Para Felix Driver, esse é um atributo próprio e peculiar da disciplina: "Thinking about what to observe and how to observe indeed, the status of observation itself has long been integral to the theory and practice of geographical knowledge" (*apud* Driver, 2003, p. 227). Conforme argumentado por Gillian Rose, porém, apesar de reconhecermos a importância da "visualidade" para nossa disciplina: "'the visual' hasn't been analysed in any sustained way in relation to geography as an academic discipline (...) We just don't know how, exactly, geography is a visual discipline" (Rose, 2003, pp. 212-213).

⁵⁵⁴ Alexander Von Humboldt e Carl Ritter são usualmente apresentados como os dois "pais" da geografia científica. Porém, conforme se observa na obra *Geografia Comparada* ([1859] 1875), o trabalho mais importante realizado por Carl Ritter, a maior parte dos dados por ele analisados era proveniente de fontes secundárias; por esse motivo, não o citei nesse parágrafo.

Segundo o importante dicionário de geografia humana *Dictionary of Human Geography* (2009, p. 251), a expressão trabalho de campo (*field-work* ou *fieldwork*) se refere, de maneira geral, a uma forma de obtenção de dados primários (quantitativos e qualitativos) caracterizada pelo envolvimento direto do pesquisador com o objeto ou fenômeno a ser estudado no mundo físico-material, isto é, em campo.⁵⁵⁵ Conforme dito anteriormente, enquanto método para obtenção de dados empíricos, sua importância para a constituição da geografia como campo do saber científico dificilmente seria negada, dada sua utilização sistemática ao longo de toda a história da disciplina por geógrafos de diversas escolas nacionais e matizes epistemológicos, teóricos, metodológicos e filosóficos (ver Livinstone, 1992; Gomes, 1996; Stoddard, 1982; Lounsbury & Aldrich, 1986).

Desde tempos primórdios os geógrafos se mostram encantados com a observação da diversidade de fenômenos que conforma aquilo que chamamos de espaço geográfico, ou seja, o mundo. Mas esse não é, e nem poderia ser, um atributo específico, exclusivo dos geógrafos. Sob certo sentido, poderíamos dizer que a curiosidade acerca da diversidade do mundo é um atributo comum a praticamente todos os humanos. Essa curiosidade, muito provavelmente, fora um dos fatores condicionantes para que nós o "conquistássemos" por inteiro: tal como hoje se pode constatar, há poucas áreas no mundo que poderíamos chamar de intocadas pelos humanos (Livinstone, 1992, Zelinsky, 2001).

Na ciência geográfica, conforme argumentou Felix Driver, a expressão trabalho de campo é tão familiar ao nosso vocabulário, que raramente refletimos sobre o lugar que eles ocupam na imaginação coletiva de nossa disciplina. Em outras palavras, apesar das dimensões metodológicas e éticas das pesquisas de campo estarem hoje no centro das preocupações de diversos cientistas sociais, em geral, e dos geógrafos, em particular, temos dedicado surpreendentemente pouca atenção às características eminentemente geográficas do trabalho de campo e de sua longa história na disciplina: "fieldwork has generally not been treated as a subject worthy of historical inquiry in itself" (Driver, 2000, p. 267).

⁵⁵⁵ Há uma enorme bibliografia sobre o tema dos trabalhos de campo na geografia, porém, a imersa maioria desses estudos se refere ao mesmo enquanto um recurso pedagógico e não de pesquisa. Nesta tese, particularmente, nos concentramos no trabalho de campo enquanto técnica de pesquisa, tema esse que, surpreendentemente, ainda é pouco discutido em nossa disciplina.

É possível contar a história da geografia de muitas maneiras distintas, mas não há muitas divergências entre os estudiosos e historiadores desta ciência quanto aos nomes que, ainda na Antiguidade Clássica (*ancient geography*) teriam fundado, simultaneamente, uma abordagem geográfica, cosmográfica e cosmológica: Estrabão e Ptolomeu (ver Wright, [1926] 2001; Livingstone, 1992; Gomes, 1996; Capel, [1978] 2001 e 2016; entre outros). Segundo a corrente de pensamento conhecida como estoicismo, um conjunto bastante diverso de pensadores, de onde saiu Estrabão e a maior parte dos geógrafos da Antiguidade Clássica, todos os fenômenos que ocorrem no planeta Terra estão de algum modo ligados à totalidade do universo, à unidade geral do Cosmos. É nesse sentido que os cosmógrafos faziam referência à existência de uma “ordem” que seria sensível ao aparato cognitivo humano, isto é, poderia ser conhecida, descrita e explicada à luz de uma linguagem racional. Ptolomeu, outro proeminente filósofo/geógrafo da Antiguidade Clássica, propunha em seus influentes tratados a criação de uma imagem da Terra, em cuja contemplação possibilitaria aos humanos conhecê-la (Gomes, 2017).

Segundo esses filósofos clássicos, o melhor método para se estudar a Ordem que governa o universo e o Planeta Terra seria a contemplação: "o olhar que observa com sabedoria e cuidado é capaz de desvendar a ordem do mundo. Esse olhar irá procurar no desenho das formas, nas conexões entre elas, a coesão fundamental entre todos os fenômenos" (Gomes, 2012, p. 3). Conforme argumenta o geógrafo Denis Cosgrove, desde a Antiguidade Clássica, a cosmografia e a cosmologia vêm se dedicando a produzir e sintetizar aquelas que seriam as possibilidades e limitações de uma descrição/explicação lógica do universo físico-material. Após a modernidade, nos diz Cosgrove, uma nova divisão do trabalho científico se estabeleceu, delimitando aqueles que seriam os três campos fundamentais da tradição cosmológica: a cosmografia descreveria todo sistema do universo geocêntrico; a corografia descreveria as diferentes partes ou seções que compõe o planeta Terra; e à geografia caberia a responsabilidade de descrever todos os fenômenos que atuam em conjunto na superfície terrestre, como os climas, os mares, o relevo, a geologia, a vegetação, as culturas, as cidades, as populações etc. (Cosgrove, 2008, pp. 17-19).⁵⁵⁶

⁵⁵⁶ É interessante perceber que nessas três subdivisões propostas adotou-se o termo grafia (registro/descrição) e não logia (estudo/explicação). Na prática, isso significa dizer que, no primeiro caso (descrição/registro), a imagem/representação/apresentação dos fenômenos ocupa um lugar de destaque

Os tratados de Ptolomeu e Estrabão foram traduzidos para o Latim e publicados mais ou menos por volta do século XIV, tornando-se influências decisivas para a maior parte das “descrições geográficas” e “representações cartográficas” que seriam promovidas pelo menos até o século XVI e fornecendo as bases da cartografia e da geografia modernas (Wright, 2001).⁵⁵⁷ Segundo nos conta Horácio Capel (2016), desde a Antiguidade Clássica, a geografia lida com esses dois modelos distintos: matemático e histórico.⁵⁵⁸ Um dos primeiros tratados de geografia dos tempos modernos a incorporar e renovar a tradição cosmológica, cosmográfica, corográfica e geográfica de Ptolomeu e Estrabão foi a obra *Geographia Generalis* do geógrafo alemão Benhard Varenius, publicada originalmente em 1650 e dividida em duas partes: uma geografia geral (universal), que estudava a Terra como um todo articulado; e uma geografia especial (particular), que estudava as diferentes regiões que compõe o globo; essa última, por sua vez, era ainda dividida em corografia (áreas muito extensas) e topografia (áreas pouco extensas). Para Capel, essa nova divisão do trabalho geográfico que a modernidade trouxe consigo, geral e regional, se tornaria uma marca definitiva desta ciência pelo menos até o século XX (Capel, 2016).⁵⁵⁹

No período que ficou conhecido como a Era das Grandes Navegações (séc. XV até o início do séc. XVII), Cristóvão Colombo, por exemplo, foi um leitor dedicado dos

na pesquisa. No segundo caso (estudo/explicação), buscar-se-ia muito mais um encadeamento lógico de proposições e ideias coerentes entre si. Segundo Paulo Cesar Gomes, nesse sentido, o trabalho da cosmografia, da corografia e da geografia seria exatamente o de produzir, respectivamente, uma imagem do Universo, das diferentes partes que compõe o planeta e dos fenômenos que atuam na superfície terrestre. Em outras palavras, para se entender a Ordem que governa o universo e o mundo, precisava-se recorrer em alguma medida à sua imagem/representação (ver Gomes, 2017).

⁵⁵⁷ “Ptolemy's geography until the latter part of the sixteenth century was used as a source for geographical descriptions and as a basis for maps of contemporary world, Nevertheless, it was partly to the classical revival of the Renaissance that we may trace the origins of modern research in the history of geography” (Wright, [1926] 2001, p. 27).

⁵⁵⁸ “La geografía es una ciencia que tiene desde hace dos milenios y medio una doble dimensión, matemática e histórica. Podríamos añadir: una en la línea de Ptolomeo, y otra en el sentido griego de historia, es decir, como ‘narración’ o ‘investigación’, tal como aparece ya desde época griega en la Historia de Herodoto y en la Geografía del romano Estrabón (Capel, 2016, p. 8).

⁵⁵⁹ “En esa misma obra Varenius dividía la geografía en General y Especial, o en Universal y Particular, la primera considerando la Tierra en su conjunto, y la segunda cada una de sus regiones, con dos ramas, a su vez: la corografía, para las descripciones de las áreas extensas, y la topografía, para la descripción detallada de las más reducidas. La división entre general y regional fue característica de esta ciencia hasta el siglo XX, aunque adquiriría matices diversos según las épocas y los autores” (Capel, 2016, p. 8).

tratados de Ptolomeu. No século XVI, Abraham Ortelius concebeu o clássico atlas *Theatrum Orbis Terrarum* (1570), também chamado de o Atlas do Renascimento e considerado por muitos o primeiro atlas moderno, pois incorporou à tradição da Antiguidade Clássica os novos preceitos da cartografia moderna (Livingstone, 1992).⁵⁶⁰ Para Capel, no contexto das grandes navegações, a geografia recuperou para si aquela antiga missão Ptolomaica de produzir uma imagem atualizada do mundo que incorporasse, de um lado, a expansão do ecúmeno, a “descoberta” de novos continentes e terras longínquas e; de outro lado, os novos marcos cartográficos e descritivos, como por exemplo a passagem do sistema geocêntrico de Ptolomeu para o sistema heliocêntrico de Copérnico (ver Livingstone, 1992; Capel, 2016).⁵⁶¹

Segundo David Livingstone, após o Iluminismo (séc. XVII até o séc. XVIII), as obras daqueles que são considerados os dois “pais” da geografia científica, os geógrafos/naturalistas prussianos Alexander Von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859), constituíram duas influências decisivas para geografia que seria produzida ao longo de todo o século XIX: em especial as obras *O Cosmos* (1845-1862) de Humboldt e a *Geografia Comparada* (1859) de Ritter. Como se sabe, entre os escritores iluministas que mais influenciaram as obras de Humboldt e Ritter estava o filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804) que, durante cerca de quarenta anos (1756-1796), ofertou um concorrido curso de Geografia na Universidade de Königsberg, atual Alemanha.⁵⁶² Para David Livingstone, do ponto de vista epistemológico, à luz da diferenciação dos modelos racionalista e empirista, a contribuição fundamental de Kant

⁵⁶⁰ “It has been described as ‘The Atlas of the Renaissance’ because it embodied the ‘spirit of free inquiry that characterized the age’. Liberated from almost all lingering traces of the Ptolomaic cosmology, it has long been said to have heralded a new cartographic era in which every effort would be made to ‘found the knowledge of the earth not on the writings of the ancients but on first-hand information and scientific investigation” (Livingstone, 1992, p. 52).

⁵⁶¹ “La geografía contribuyó de forma decisiva a la creación y difusión de la nueva imagen del mundo. El conocimiento de las nuevas tierras obligó a construir una nueva imagen cartográfica y descriptiva de la Tierra” (Capel, 2016, p. 9).

⁵⁶² Não cabe aqui retomar as inúmeras contribuições de Kant para as ciências, em geral, e para a geografia, em particular. Em seu livro “Quadros Geográficos” (2017), o geógrafo Paulo Cesar Gomes propõe uma inovadora leitura sobre as ideias de Kant e sobre como essas ideias influenciaram a ciência geográfica (ver Gomes, 2017).

para a geografia foi ter percebido que esta ciência ostentava algumas características específicas em relação aos outros campos disciplinares (Livingstone, 1992).⁵⁶³

Em sua monumental obra de cinco volumes *O Cosmos* (1875), o geógrafo/naturalista Alexander Von Humboldt nos dizia que um observador bem treinado poderia descobrir, à luz dos conhecimentos científicos existentes (razão), da observação e da descrição detalhada da natureza (método empirista), “as leis que regem a física do mundo”, isto é, a imagem do Cosmos.⁵⁶⁴ A contemplação da natureza, nos diz Humboldt, sob a ótica da razão (ciência), revela a unidade da diversidade, a interdependência e a conexão mútua de todos os fenômenos que ela compõe: “*El resultado mas importante de un estudio racional de la naturaleza es recoger la unidad y la armonía en esta inmensa acumulación de cosas y de fuerzas*” (Humboldt, 1875, p. 4). A observação metódica, cuidadosa, direcionada, objetiva, racional e limitada (parcial) revela a existência, nas palavras de Humboldt, de diferentes “quadros da natureza”, onde a diversidade de fenômenos que compõe o globo se insere em um conjunto ordenado, geograficamente localizado, que organiza o “Caos” da dispersão infinita da diversidade (Humboldt, 1875).⁵⁶⁵ Não por acaso, os conceitos geográficos essenciais: a paisagem, a região, o espaço, o território, o lugar, a área, o meio, o ambiente, o sítio, a situação, a localização, o sistema, a hierarquia, a rede, o arranjo, a organização, a ordem etc.; constituem valiosos instrumentos teóricos das ciências modernas.

⁵⁶³ “*The cognitive content of Kant’s geography was conditioned substantially by his understanding of the conceptual territory it occupied within the structure of the sciences. For him a fundamental distinction was to be drawn between the rational sciences and the empirical sciences (...) More significant, I think, was Kant’s conception of the role of geography could play in human Knowledge more generally, for he believed it provided a vehicle for unifying understanding of the world*” (Livingstone, 1992, p. 114).

⁵⁶⁴ “*Interrogar los anales de la historia es seguir esta senda misteriosa sobre la cual la imájen del Cosmos, revelada primitivamente al sentido interior como un vago presentimiento de la armonía y del orden en el Universo, se oferece hoy al espíritu como el fruto de largas y serias observaciones*” (Humboldt, 1875, p. 3).

⁵⁶⁵ Essa maneira de descrever a clássica obra *O Cosmos* de Humboldt é tributária, em grande medida, da leitura do livro “Quadros Geográficos” (Gomes, 2017). Como o meu primeiro contato com a tradução da obra original de Humboldt aconteceu depois de 2017, quando já havia lido o livro do professor Paulo Cesar, minha leitura dessa obra ficou, sob certo sentido, “contaminada” pela proposta do livro de Gomes. A ideia dos “Quadros Geográficos” é tão potente que é praticamente impossível ler os textos clássicos da geografia sem fazer referência à essa ideia. Tal como se pode observar no trecho abaixo selecionado na obra de Humboldt: “*De aquí resulta que en la esfera de la ciencia como en la de la poesía y la pintura de paisaje, la descripción de los parajes y los cuadros que hablan á la imagi ración tienen tanta mayor verdad y vida, cuanto mas determinados están sus rasgos característicos*” (Humboldt, 1875, pp. 12-13).

Em sua crítica ao empirismo característico da geografia (pré-científica) que vinha sendo praticada pelo menos desde o Renascimento, Humboldt dizia que a simples descrição baseada em um modelo indutivo não bastava: “El objeto particular de esta obra es el de combatir los errores que toman su origen en un vicioso empirismo y en imperfectas inducciones” (Humboldt, 1875, pp. 20-21). Para Humboldt, a Revolução Científica, ou pelo menos os trabalhos de Bacon, Descartes, Newton, Kant, Comte, entre outros, conduziram a ciência a um patamar mais ambicioso: o da razão.⁵⁶⁶ A simples observação e descrição, baseadas em critérios pouco evidentes, não poderiam ser consideradas “científicas”. A observação e a descrição, praticadas inúmeras vezes por Humboldt em suas famosas expedições, eram treinadas pela lente da razão, baseadas em critérios estritamente demarcados, isto é, ancoradas no método científico (Humboldt, 1875).⁵⁶⁷

Segundo Alexander Humboldt, fora Pitágoras o primeiro a utilizar a expressão Cosmos, para se referir à Ordem que governa o Universo.⁵⁶⁸ Mas foi o uso helênico da expressão, ou seja, posterior aos pitagóricos e atribuída de maneira equivocada à Aristóteles, que de fato influenciou sua *descrição física do mundo*.⁵⁶⁹ Em suas palavras: “La descripción física del mundo ofrece el cuadro de lo que coexiste en el espacio, de la acción simultánea de las fuerzas naturales y de los fenómenos que estas producen” (Humboldt, 1875, pp.

⁵⁶⁶ “Este empirismo, triste herencia de siglos anteriores, mantienen invariablemente sus axiomas. Es arrogante como todo lo que es limitado; en tanto que la física fundada en la ciencia, duda porque trata de profundizar, separa lo que es cierto de lo que es simplemente probable, y perfecciona sin cesar las teorías extendiendo el círculo de sus observaciones” (Humboldt, 1875, p. 20).

⁵⁶⁷ “No se trata en este ensayo de la física del mundo, de reducir el conjunto de los fenómenos sensibles á un pequeño número de principios abstractos, sin más base que la razón pura. La física del mundo que yo intento esponer, no tiene la pretensión de elevarse á las peligrosas abstracciones de una ciencia meramente racional de la naturaleza; es una geografía física reunida á la descripción de los espacios celestes y de los cuerpos que llenan esos espacios. Estraño á las profundidades de la filosofía puramente especulativa, mi ensayo sobre el Cosmos es la contemplación del Universo, fundada en un empirismo razonado; es decir, sobre el conjunto de hechos registrados por la ciencia y sometidos á las operaciones del entendimiento que compara y combina” (Humboldt, 1875, p. 39).

⁵⁶⁸ “fué Pitágoras el primero que se sirvió de la palabra Cosmos para designar el orden que reina en el Universo, y el Universo ó el mundo mismo” (Humboldt, 1875, p. 70).

⁵⁶⁹ “En mi obra, la palabra Cosmos está tomada como la prescriben el uso helénic, posterior á Pitágoras, y la definición muy exacta dada en el Tratado del mundo que falsamente se há atribuído á Aristóteles; es el conjunto del cielo y de la tierra, la universalidad de las cosas que componen el mundo sensible (...) Es probable que la introducción de este término técnico en el idioma del Lacio, la importación de un equivalente de la palabra Cosmos, en su doble significación, se deba á Ennio (28), partidario de la escuela itálica, traductor de los filosofemas pitagóricos compuestos por Epicarno ó por alguno de sus adeptos” (Humboldt, 1875, pp. 70-71).

71-72). Para Humboldt (e os naturalistas), a observação direta e a descrição detalhada do mundo empírico seriam os únicos métodos capazes de produzir classificações e generalizações via indução, tratava-se daquilo que ele chamava de “leis empíricas” (Humboldt, 1875).⁵⁷⁰

Em sua mais importante obra, *Geografía Comparada* (1865), o geógrafo Carl Ritter, o primeiro acadêmico a ocupar uma cátedra de Geografia em uma universidade europeia (Universidade de Berlim), concebia a geografia como uma ciência de síntese (comparativa). Diferentemente de outros ramos especializados da ciência que lidam com objetos de investigação relativamente autônomos, como a climatologia e a geologia, por exemplo, a geografia discorre sobre fenômenos consideravelmente diversos entre si (o clima, a geologia, a botânica etc.), contudo, à luz de um ponto de vista que poderíamos qualificar como antropocêntrico, que destaca a conectividade e interdependência dos fenômenos que coexistem na superfície terrestre e os relaciona às civilizações humanas: “We have to look at the earth in its present relations, and as the home of the man” (Ritter, [1859] 1865, p. 35).⁵⁷¹

Referindo-se de forma respeitosa aos geógrafos da Antiguidade Clássica, Ritter busca legitimar o seu método comparativo citando Estrabão e sua perspectiva corográfica, que comparava e diferenciava diversas porções do globo em termos de seus ambientes físico/naturais e de seus diferentes povos, culturas, sociedades ou civilizações.⁵⁷² Assim como Humboldt, todavia, Ritter também concebia o planeta terra como um todo unificado, cujas diferentes partes funcionam de modo coordenado e harmônico, um

⁵⁷⁰ “Al acto de la observación directa sucede, aunque muy tarde, el deseo de experimentar, es decir, de producir fenómenos bajo condiciones determinadas (...) Los resultados debidos á la observación ó al experimento, conducen, por medio del análisis y la inducción, al descubrimiento de leyes empíricas” (Humboldt, 1875, pp. 76-77).

⁵⁷¹ “What may in the largest and most general sense be called the superficies of the Earth (...) the atmosphere, water, and the solid ground (...) Man, in fact all organisms, live by contact with all three of these forms (...) Mineralogy and geology make us acquainted with all the qualities and all the elements of the soil, not in there relation to man, but regarded in themselves. Geography, deals with the conflict of all these bodies, their relations to each other, their mutual action and reaction (...) Thus, geography has it own province clearly defined, and uses all this and studies it in relation to the organic world, and to man foremost of all” (Ritter, 1865, p. 34).

⁵⁷² “Yet the contrast between the land world and the water world did not escape Strabo’s keen glances, and he hints at it effects on man” (Ritter, 1865, p. 46).

organismo interdependente, sempre em constante movimento. Por esse motivo, nos diz Carl Ritter, nos estudos geográficos, não podemos estudar os diversos fenômenos que o planeta reúne e organiza isoladamente, pois, no mundo empírico, tudo está de algum modo conectado, isto é, as partes e o todo compõem, nas palavras de Ritter, um só “organismo” (ver Ritter, [1859] 1865).⁵⁷³

Conforme argumenta Horácio Capel, ao final do século XIX, as obras de Alexander Von Humboldt e Carl Ritter tornaram-se referências fundamentais para as próximas gerações de geógrafos que estariam por vir, especialmente depois que a disciplina geográfica foi introduzida nos programas pedagógicos das escolas primárias e secundárias, o que estimulou enormemente o processo de institucionalização da disciplina e a criação de novas cátedras de geografia nas principais universidades europeias (Capel, 2001).⁵⁷⁴ A influência de Ritter e Humboldt é evidente, por exemplo, nas obras daqueles que são considerados os dois “pais” da geografia humana: o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904) e o geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918).

No texto de Friedrich Ratzel intitulado *Antropogeografia*, publicado originalmente em 1882, o autor afirma que um dos mais antigos propósitos da geografia seria compreender um clássico problema filosófico: a relação que se estabeleceu ao longo da história entre a humanidade e o mundo, entre o homem e o ambiente, entre a cultura e a natureza ou, como ele próprio preferia, entre “o teatro dos acontecimentos e a história”.⁵⁷⁵ Do ponto de vista metodológico, ao fundar um novo ramo da ciência, uma geografia dos humanos (antropogeografia), Ratzel propunha que se adotasse os mesmos métodos de pesquisa que haviam consagrado a geografia até então, o método empirista das ciências naturais, o que faria da geografia dos humanos uma ciência essencialmente descritiva. O método descritivo proposto por Ratzel, todavia, não poderia se limitar ao mero registro dos

⁵⁷³ “The earth is, therefore, as was stated in the introduction, a unit, an organism of itself: it has its own law of development, its own cosmical life; it can be studied in no one of its parts and at no special epoch of its history. The past and the future, the near and the remote, are all blended in a system of mutual interdependence, and must be looked at together” (Ritter, 1865, p. 64).

⁵⁷⁴ “The essential factor that leads to the institutionalization of geography and the appearance of the scientific community of geographers is the presence of this science in primary and secondary education by the middle of the nineteenth century” (Capel, 2001, p. 75).

⁵⁷⁵ “Bem, a nossa ciência deve estudar a Terra ligada como está ao homem e, portanto, não pode separar esse estudo da vida humana, tampouco da vida vegetal e animal” (Ratzel, [1882] 1990, p. 32).

fenômenos, pois, dessa maneira, a geografia não seria considerada uma ciência, aos moldes da Revolução Científica, em geral, e do positivismo, em particular (Ratzel, [1882] 1990).⁵⁷⁶

Conforme argumenta Ratzel, a descrição, quando acompanhada da classificação e da comparação, permite que se registre não apenas os objetos e fenômenos isoladamente considerados, mas sim como esses objetos e fenômenos se relacionam com todos os outros elementos que o cercam. Na prática, Ratzel estava tentando dizer que, ao descrever, classificar e comparar os diversos grupos humanos existentes no globo, não se deve separá-los de sua base territorial, isto é, do conjunto de elementos com os quais esses grupos humanos se relacionam em determinadas porções do planeta. O contrário também é verdadeiro, ou seja, não se deve descrever, classificar e comparar os diversos ambientes que compõe o globo em separado da vida humana que o anima. A influência do trabalho de Ritter na obra de Ratzel é evidente, especialmente quando ele afirmava que a geografia, apesar de ser uma ciência essencialmente descritiva, poderia usar o método comparativo como uma forma de se afastar do empirismo característico de outros tempos.⁵⁷⁷ Para Ratzel, portanto, apesar da geografia dos humanos refletir sobre os mesmos fenômenos que outras disciplinas, o método comparativo empregado pelos geógrafos poderia ser considerado uma de suas marcas distintivas (ver Ratzel, [1882] 1990).⁵⁷⁸

Em uma obra póstuma publicada em 1922, intitulada *Princípios de Geografia Humana*, que se tornou uma espécie de manual de geografia humana na França, o geógrafo Paul Vidal De La Blache dizia que, desde a Antiguidade Clássica, a diversidade de fenômenos e regiões que compõe o globo constitui o objeto fundamental de reflexão dos geógrafos. Em outras palavras, se concordamos com o fato de que o mundo constitui uma totalidade,

⁵⁷⁶ “Não é uma falha para uma ciência ser descritiva, desde que ela não se limite exclusivamente ao trabalho da descrição, já que nesse caso a ciência não atingiria seus objetivos supremos” (Ratzel, [1882] 1990, p. 94).

⁵⁷⁷ “Se é verdade que o geógrafo tem os olhos voltados constantemente para toda a Terra e está sempre pronto a passar das considerações de um fenômeno singular à consideração de uma série de fenômenos, isto é, do procedimento analítico ao sintético, esta disposição todavia não significa a renúncia ao método dedutivo, mas simplesmente que usa como recurso um segundo procedimento do qual a geografia pode, em alguns casos, tirar proveito” (Ratzel, [1882] 1990, p. 96).

⁵⁷⁸ “Tendência natural a ampliar seu ângulo de visão, a realizar uma observação que eu diria hologeica, isto é, que abarca toda a Terra (...) a geografia do homem é essencialmente unitária, enquanto a etnografia é essencialmente separadora” (Ratzel, [1882] 1990, p. 97).

que é composto por diferentes partes que funcionam de maneira relativamente coordenada e harmônica, caberia aos geógrafos tornar esse complexo funcionamento inteligível (Vidal De La Blache, [1921] 1954). Segundo La Blache, para se estudar o caráter distintivo das partes (as regiões) que compõe o todo (o globo), do ponto de vista metodológico, os geógrafos precisariam estabilizar um conjunto de critérios para a observação e a descrição da fisionomia das paisagens, isto é, circunscrever e delimitar os aspectos visíveis das regiões. Não por acaso, em diferentes obras de La Blache, as descrições regionais ocupavam parte significativa das páginas, tratava-se em realidade de um grande manual de observação onde os mais diversos elementos humanos e não-humanos eram registrados e relacionados com enorme rigor e erudição (Vidal De La Blache, [1921] 1954).

É justamente esse olhar voltado para o funcionamento coordenado das partes em relação ao todo e vice versa, isto é, a ideia de unidade, aquilo que Vidal De La Blache e diversos geógrafos da modernidade consideravam uma das especificidades da reflexão geográfica: “A concepção da Terra como um todo, cujas partes estão coordenadas e no qual os fenômenos se encadeiam e obedecem às leis gerais de que derivam os casos particulares” (Vidal De La Blache, [1921] 1954, p. 30). Segundo esse autor, os assim chamados *atos de geografia humana* não podem ser estudados isoladamente, ou seja, sem que se leve em consideração o conjunto terrestre no qual eles estão inseridos. Os seres humanos, ao se distribuírem por todo o planeta terra, de algum modo, tornam-se partes constituintes dos ambientes em que se estabeleceram, delimitando, construindo e alterando as regiões naturais, deixando suas marcas expressas nas paisagens, transformando-se em agentes modeladores do planeta e, portanto, convertendo-se em um objeto de investigação geográfica (ver Vidal De La Blache, [1921] 1954).

Alguns anos antes, Jean Brunhes, um conhecido discípulo de Vidal De La Blache, publicou a importante obra *Geografia Humana* (1910), consagrando essa expressão primeiramente na geografia francesa e posteriormente em escala global. Assim como La Blache, Jean Brunhes concebia a geografia como uma ciência de observação, ancorada em um método empirista (positivismo). Segundo esse autor, a superfície terrestre, onde os fenômenos humanos e naturais se encontram superpostos, é um objeto fundamental de reflexão geográfica, “o teatro de observação dos geógrafos: é o domínio, por excelência, da Geografia” (Brunhes, [1910] 1962, p. 26). Para se estudar essa complexa confluência

de fenômenos, nos diz Brunhes, os geógrafos precisam estabelecer e aplicar um rigoroso método de observação, que evidenciaria a ordem de conexão entre eles. “O conjunto de todos esses fatos de que participa a atividade humana é um grupo verdadeiramente especial de fenômenos superficiais: ao estudo dessa categoria de fenômenos geográficos, damos o nome de Geografia Humana” (Brunhes, [1910] 1962, p. 27).

Para Jean Brunhes e diversos outros autores, as ideias de conectividade, unidade, superposição, reunião, sinergia e conexão, constituem elementos essenciais do método geográfico de observação.⁵⁷⁹ Conforme sugeria a “doutrina” positivista, a geografia científica não buscava apenas descrever os fenômenos, para além disso, era preciso classificá-los, compará-los e explicá-los: se antes nos contentávamos com a ideia de descrição do planeta terra, agora falamos na geografia como uma ciência que busca explicar e não apenas registrar ou inventariar.⁵⁸⁰ “Observar, classificar, explicar os efeitos diretos das forças atuantes e os efeitos complexos destas forças associadas. (...) O dom da observação, que é indispensável, não basta mais” (Brunhes, [1910] 1962, pp. 42 e 44).

O geógrafo estadunidense Carl Sauer, em seu clássico texto *A Morfologia da Paisagem* (1925), foi categórico ao afirmar que caberia à geografia humana o estudo da paisagem, leia-se, os aspectos visíveis da região, a fisionomia de parcelas delimitadas do planeta. Conforme argumentava Sauer, desde a Antiguidade Clássica, mas especialmente a partir dos trabalhos de Estrabão, os geógrafos se prestam a refletir sobre a diversidade de

⁵⁷⁹ “Não nos podemos contentar com a observação de um fato em si, ou de uma série isolada de fatos; depois dessa observação inicial, trata-se de recolocar a série no conjunto natural, no conjunto complexo dos fatos em meio aos quais ela se produziu e desenvolveu; é preciso procurar como ela se prende às séries de fatos que as cercam, em que medida os determinou, e, reciprocamente, em 51 que medida ela sofreu a sua influência. (...) Nosso trabalho adquire razão de ser por causa do grande princípio geográfico de conexão: os homens, como os vegetais e os animais, estão intimamente ligados a um certo número de fenômenos. (...) Assim, então, o menor estudo geográfico – se pretende ser completo – não se pode restringir a observar fatos isolados; não há sobre a crosta terrestre compartimentos estanques; pode haver divisões, mas não há cercas” (Brunhes, [1910] 1962, pp. 32,35 e 37).

⁵⁸⁰ “Em que consiste o espírito geográfico? Quem é geógrafo sabe abrir os olhos e ver. Não vê quem quer. Em matéria de geografia física como em matéria de geografia humana, a aprendizagem, à visão das coisas positivas das realidades da superfície da terra, será o primeiro estágio e não o mais fácil. Como consequência, o método geográfico, em todos os domínios onde pode ser empregado, é um método que dá sempre a primazia de lugar e interesse ao estudo exato, preciso, do que existe hoje em dia (...) É preciso substituir uma retórica vazia pela observação minuciosa e pela análise. (...) Todo povo, toda população humana cobre a superfície terrestre com esses sinais visíveis que revelam sua presença, refletem sua maneira de ser e sua capacidade de ação, deixam interpretar e compreender seu passado, e até permitem, as vezes, adivinhar seu próximo futuro” (Brunhes, [1910] 1962, pp. 427 e 451).

paisagens que compõe o globo. Quando diferentes grupos humanos (culturas) se estabelecem em determinadas parcelas do planeta, as paisagens “naturais” se convertem em paisagens “culturais”, pois elas resguardariam em seus aspectos visíveis os resquícios da ação modeladora das culturas humanas que as forjaram: "A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado" (Sauer, [1925] 1998, p. 58).

A paisagem, argumentava Sauer, desde tempos remotos, é reconhecida pelos geógrafos como a base sob a qual se assenta a reflexão corográfica e corológica. Para esse autor, todos os fenômenos que compõe uma paisagem são interdependentes, isto é, eles não estão apenas reunidos em uma determinada região, mais do que isso, eles estão intimamente interconectados. Cada paisagem revela, aos olhos bem treinados dos geógrafos, uma unidade associativa de fenômenos que, por sua vez, se conecta à outras paisagens e, portanto, estabelece novas relações de conexão.⁵⁸¹ Para estudar as paisagens, Sauer desenvolveu aquilo que ele chamou de um método morfológico (indutivo), no qual a observação e a descrição empíricas ocupavam um lugar de destaque.⁵⁸² A descrição, o registro, a apresentação e a sistematização constituem métodos-chave desta ciência desde tempos remotos, mesmo assim, reclamava Sauer, ainda refletimos pouco sobre eles: "Se a geografia é para ser sistemática e não idiossincrática, deve haver uma concordância crescente no que diz respeito aos itens de observação. Particularmente, isso deveria significar um esquema descritivo geral a ser seguido na pesquisa de campo" (Sauer, [1925] 1998, p. 40).

Em seu livro *The Nature of Geography* (1939), o geógrafo estadunidense Richard Hartshorne se queixava da falta de consenso que, durante séculos, dominou as discussões sobre a natureza, o escopo e os métodos da ciência geográfica. Segundo esse autor, a diversidade de fenômenos com os quais a geografia lida faz dela uma ciência de tipo especial. Afinal de contas, a geografia é uma ciência sistemática, preocupada com a

⁵⁸¹ "A geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso na área, em fatos de base física, e fatos da cultura humana" (Sauer, [1925] 1998, p. 29).

⁵⁸² "O estudo geográfico ainda começa assim. A descrição de fatos observados origina, por alguma ordem predeterminada, um agrupamento preliminar do material" (Sauer, [1925] 1998, p. 36).

formulação de leis gerais (modelo nomotético), ou uma ciência regional, preocupada em descrever e diferenciar áreas (modelo idiográfico)? Ao propor uma reflexão sobre a evolução dos métodos geográficos e, particularmente, à luz das contribuições de Kant, Humboldt e, sobretudo, Hettner, Hartshorne tenta conciliar em seu influente livro a existência desses dois modelos na ciência geográfica (Hartshorne, [1939] 1951).⁵⁸³ Apesar de Hartshorne claramente se identificar mais com a perspectiva regional do que com o ponto de vista sistemático, ele considerava que ambos os modelos, apesar de distintos, eram complementares e não mutuamente excludentes (ver Hartshorne, [1966] 1969).⁵⁸⁴

Posição essa que foi questionada por Fred Schaefer em seu famoso e controverso artigo *Exceptionalism in Geography* (1953). Segundo Schaefer, o debate metodológico, fundamental ao campo das ciências, foi objeto de muita controvérsia entre os geógrafos ao longo da história da disciplina. Para esse autor, desde os trabalhos fundamentais de Humboldt e Ritter, que fundaram aquilo que chamamos usualmente de geografia científica e que adotou o modelo das ciências naturais, a disciplina geográfica havia progredido muito pouco do ponto de vista metodológico, especialmente quando comparada às humanidades e/ou ciências sociais, nomeadamente, a economia e seus

⁵⁸³ Hartshorne assim conclui o seu livro: “*Finally, if one agrees that both regional and systematic studies are included as essential parts of geography, we may perhaps dismiss any question of relative importance as irrelevant. For systematic geography, regional studies provide, not merely a source of detailed factual information that otherwise would hardly be available, but they also indicate problems of relationships that might easily be overlooked in systematic geography, and they provide the final testing ground for the generic concepts and principles of systematic geography. On the other hand, it is even more obvious that progress in interpretation of the interrelated phenomena of regional geography is constantly dependent on the development of such universals by systematic studies (...) While regional geography alone, without systematic geography, is incomplete, it remains geographic; systematic geography without regional geography cannot fulfill the full function of geography and easily falls out of geography (...) We may assume, therefore, that there is plenty of work to be done in the of geography by both methods of approach. It is not for any student specializing in either approach to speak with scorn or condescension of those who are working in the other. ‘Differences of approach’, as Kroeber suggests, ‘are probably at bottom largely dependent on differences of interest in individuals’ [116, 569], Paraphrasing his statement further, we may conclude that it is perfectly legitimate to confine one’s interest to the specific approach of systematic geography, or to the integrating approach of regional geography, or to use alternately one or the other according to occasion. But sympathetic tolerance is intrinsically desirable and certainly advantageous to understanding: to scientia*” (Hartshorne, 1951, pp. 458-459).

⁵⁸⁴ “*O propósito específico da geografia consiste em buscar a compreensão do caráter variável das áreas, em termos de todos os aspectos inter-relacionados, que constituem, em sua expressão de conjunto, exatamente esse caráter variável (...) a geografia tem por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da terra*” (Hartshorne, [1966] 1969, p. 26).

“complexos” modelos estatísticos. Schaefer atribuía esse “atraso” relativo da geografia em relação às outras ciências aquilo que ele chamou de excepcionalismo na geografia, isto é, a ideia inicialmente formulada pelo filósofo Immanuel Kant de que a geografia (espaço/descrição) e a história (tempo/narrativa) eram ciências distintas das chamadas ciências sistemáticas (física, matemática, astronomia etc.), pois elas eram essencialmente ciências descritivas (empíricas) (Schaefer, 1953).⁵⁸⁵

Ao criticar durante a perspectiva de Kant, a quem chamou de um “geógrafo pobre” quando comparado a Benhard Varenius (Schaefer, 1953, p. 232), por exemplo, Schaefer dizia que o ponto de vista kantiano teria “condenado” a geografia e a história ao eterno empirismo. Segundo Schaefer, autores como Hettner e Hartshorne, por exemplo, adotaram essa mesma postura sem maiores questionamentos: “The impact of exceptionalism on geography has been profound” (Schaefer, 1953, p. 242). Nesse sentido, Schaefer argumentava que se a geografia não acompanhasse o progresso metodológico que as outras ciências haviam alcançado, leia-se, a capacidade de produzir modelos explicativos através da formulação de leis gerais, ela correria o sério risco de perder o status de “ciência”. Em suas palavras “I am not so optimistic in case geography should reject the search for laws, exalt its regional aspects for its own sake and thus limit itself more and more to mere description” (Schaefer, 1953, p. 249).⁵⁸⁶

Para tentar organizar coerentemente a história do pensamento geográfico do ponto de vista epistemológico, como bem argumentou Ron Johnston ([1978] 2001), não foram poucos os autores que, a despeito de suas conhecidas limitações, tentaram aplicar o modelo de transformação das ideias científicas, popularmente conhecido como “Paradigma de Kuhn” (1962), à ciência geográfica. A ideia fundamental desse modelo é relativamente simples: as ciências passam por momentos de maior estabilidade dos marcos epistemológicos, teóricos e metodológicos, os paradigmas, e por momentos de rupturas drásticas desses marcos gerais, as revoluções (Johnston ([1978] 2001). Segundo

⁵⁸⁵ “We have seen that there is a whole group of ideas which are variations of a common theme: geography is quite different from all the other sciences, methodologically unique, as it were. Influential and persistent as this position is in its several variations, it deserves a name of its own. I shall call it exceptionalism, and for the moment, inquire into some of its historical roots” (Schaefer, 1953, p. 231).

⁵⁸⁶ “In this event the systematic geographer will have to move much closer and eventually attach himself to the systematic sciences” (Schaefer, 1953, p. 249).

Johnston, porém, esse modelo acaba simplificando algo que, no mundo real, é mais complexo. Melhor do que falar em “revoluções”, seria falar em “evoluções”, isto é, ideias científicas muitas vezes vistas como opostas ou divergentes podem conviver em diferentes comunidades ou “escolas” científicas em determinados momentos. Os cientistas não são entidades metafísicas que pairam acima da sociedade, há diversas variáveis que interferem diretamente na produção das ideias no ambiente acadêmico que o modelo de Kuhn não leva em consideração.⁵⁸⁷ A ideia de que há “revoluções” no campo das ideias, que supostamente esgotam os modelos científicos vigentes anteriormente, não é tão simples quanto possa parecer (ver Johnston, [1978] 2001).

Tal como argumenta Paulo Cesar Gomes, a ciência geográfica já foi concebida de muitas maneiras distintas: ciência empirista; ciência racionalista; ciência fenomenológica; ciência natural; ciência de síntese; ciência da superfície terrestre, ciência da relação humanos/natureza; ciência historicista; ciência quantitativa; ciência burguesa; ciência crítica, ciência social; ciência humanista, ciência híbrida etc. etc. etc. (Gomes, 1998). Com o objetivo de superar as leituras simplistas que dizem respeito à evolução das ideias na história do pensamento geográfico, em seu livro *Quadros Geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar*, Gomes propõe uma resposta original para uma antiga pergunta: O que é a geografia? Ao invés de recorrer mais uma vez ao encadeamento cronológico linear de sucessão dos diferentes modelos científicos na geografia, à luz de uma reflexão propriamente epistemológica,⁵⁸⁸ o autor defende, com maestria, o argumento de que a “Geografia é uma forma de pensar”, procurando destacar o que existe de comum entre as diversas abordagens geográficas produzidas em diferentes períodos históricos e contextos científicos (Gomes, 2017).⁵⁸⁹

⁵⁸⁷ “Furthermore, although Kuhn’s concept of a paradigm is in part sociological, it pays little attention to the nature of conflict within an academic discipline, and how such conflict, notably that between generations socialized into different schools of thought (paradigm?) (...) the present essay offers an alternative model” (Johnston, 2001, p. 50).

⁵⁸⁸ “Do ponto de vista estritamente historiográfico, não há novidades e descobertas, mas há uma forma nova de interpretação daquilo que é conhecido como a história disciplinar e de alguns dos seus grandes nomes. Por isso, a discussão trazida se pretende claramente epistemológica” (Gomes, 2017, p. 142).

⁵⁸⁹ A etimologia da palavra Geografia possui três acepções principais: 1) a geografia é uma forma de sensibilidade espacial, a capacidade de situar coisas no espaço; 2) a geografia é também uma forma de inteligência, um conjunto de conhecimentos espaciais; 3) a geografia pode ser concebida ainda como um ramo do conhecimento preocupado em compreender/explicar/interpretar/descrever a ordem por trás da

A história da ciência geográfica nos é apresentada, geralmente, como uma sucessão cronológica de diferentes “paradigmas científicos” (marcos teórico-metodológicos) que, à luz de oposições binárias, corresponderiam à alternância cíclica de dois modelos principais: o nomotético, oriundo da tradição cosmológica presente na obra de Ptolomeu (modelo matemático/cartográfico); e o idiográfico, originário da tradição cosmográfica preconizada por Estrabão (modelo histórico/descritivo). Segundo essa versão da história das ideias, essa oposição epistemológica binária teria determinado os recortes teóricos, temáticos e metodológicos da geografia que seria praticada ao longo da modernidade. Como bem demonstrou Paulo Cesar Gomes (1996), porém, os geógrafos da modernidade sempre ostentaram certa dualidade epistemológica em suas pesquisas, buscando de algum modo agrupar esses dois pontos de vista essenciais: o modelo nomotético (leis gerais cosmográficas) e o modelo idiográfico (descrições regionais corográficas) (Gomes, 1996).⁵⁹⁰ À luz da ideia dos Quadros Geográficos, Paulo Cesar Gomes questiona de maneira eloquente essa versão reducionista da história das ideias, em geral, e da ciência geográfica, em particular (Gomes, 2017).⁵⁹¹

Paulo Cesar Gomes identifica, ainda na Antiguidade Clássica, um grupo multiforme de filósofos e pensadores, o estoicos, que compartilhava, do ponto de vista das ideias, um conjunto de cinco princípios fundamentais que, segundo o autor, constituem os alicerces essenciais do pensamento geográfico, as ideias de: unidade (todo); conexão global

dispersão das coisas no espaço e; por último, Gomes propõe uma quarta acepção, “a Geografia é também uma forma autônoma de estruturar o pensamento, um forma original de pensar” (Gomes, 2017, p. 21).

⁵⁹⁰ “É então possível afirmar que existia já nessas tentativas de integração uma maneira de conceber a geografia como uma relação entre a organização geral do mundo e sua imagem, de um lado, e a fisionomia particular de algumas de suas partes, de outro” (Gomes, 1996, p. 130).

⁵⁹¹ “Ao olhar sobre esse ângulo, os trabalhos de Estrabão e de Ptolomeu são perfeitamente semelhantes, embora cada um tenha se dedicado mais especialmente a uma parcela do trabalho da apresentação do mundo, ou seja, Ptolomeu voltado à expressão geométrica dessa apresentação e Estrabão à diversidade sistemática das partes que compõe a unidade. A leitura atenta dos dois demonstra fartamente, entretanto, que não há contradição na concepção do projeto da Geografia (...) As consequências disso são grandes, sobretudo para a estabilizada história da Geografia que, por comodidade ou preguiça, se acomodou com a apresentação desses dois autores como vértices de duas concorrentes tradições da Geografia (...) Esses dois autores foram capturados completamente pela visão dicotômica que pretendeu ser a versão definitiva da disciplina (...) Esse olhar retrospecto contaminado por querelas e disputas que são muito posteriores impediu que vissemos nesses dois autores a possibilidade de participarem de um mesmo conjunto de autores e obras (...) Evidentemente, entre Ptolomeu e Estrabão, a Terra deixou de ser uma ilha cercada pelo Mar Oceano, e o mundo foi prolongado por terras desconhecidas, mas o projeto de construir um sistema ordenado de apresentação da Terra conhecida, um quadro, era muito próximo e tinha um nome: Geografia” (Gomes, 2017, pp. 78, 79 e 80).

(interdependência e interligação); estruturas sistêmicas (o todo é a conexão das partes); contemplação (observação racional); e harmonia (organização ordenada).⁵⁹² Segundo esse ponto de vista, a Geografia, desde tempos remotos, baseada nos princípios acima elencados, se proporia a produzir uma cosmovisão: ela busca apresentar, descrever, classificar, analisar, compreender, interpretar e explicar a ordem que conforma a diversidade, a lógica ou a coerência da dispersão das coisas no mundo; em poucas palavras, a sua ordem espacial. Nesse contexto: “O veículo do conhecimento é a contemplação, formada pela observação atenta da diversidade aliado ao arguto raciocínio que procura, por trás da aparente feição do caos, uma ordem cósmica” (Gomes, 2017, p. 65).⁵⁹³

Como bem demonstra Paulo Cesar Gomes, esses princípios basilares que, desde a Antiguidade Clássica até os dias atuais, constituem os pilares essenciais da produção do conhecimento geográfico, estabeleceram um conjunto de parâmetros comuns para esta disciplina, estando presentes nas obras de autores fundamentais deste ramo do conhecimento, tais como: Estrabão; Ptolomeu; Kant; Humboldt e La Blache; autores da Geografia Clássica comumente apresentados como representantes de uma geografia “ultrapassada”. Segundo argumenta Gomes, porém, essa leitura simplista deve ser superada: as obras desses autores clássicos têm muito mais coisas em comum com a geografia praticada atualmente do que se poderia imaginar, a começar pelo fato de que todas elas se propõem a *apresentar o mundo* à luz dos “*quadros geográficos*”, leia-se, sistemas de informações geográficas que tem como fundamento essencial a localização

⁵⁹² “O estoicismo, como outras correntes do pensamento, coloca questões sobre a ordem que estrutura o mundo, sobre os instrumentos que detemos para conhecê-los (...) Por isso, o estoicismo se pronuncia por três campos: o da física, o da lógica e o da moral. A unidade entre elas é dada pela ordem racional, uma espécie de substância que reúne essas três esferas em um mesmo conjunto. Assim, a racionalidade que permite a compreensão está também materializada naquilo que observamos e procuramos compreender. Essa racionalidade que produz todas as coisas, que produz o mundo, recebe o nome de Cosmos. Se a unidade é o primeiro postulado do estoicismo, o grande desafio é pensar a diversidade do mundo, seres, formas, manifestações e ver nesse espetáculo variado um encadeamento, uma ordem” (Gomes, 2017, pp. 64-65).

⁵⁹³ “A contemplação é capaz de apreender a ordem cósmica, que não apenas nos aparece como um raciocínio, mas também gera uma imagem. Desenhar o mundo é tarefa que pressupõe uma anterior ideia de ordenação. Aliás, a palavra Mundo, como tradução do Cosmos grego, indica esse significado de coisas ordenadas em um espaço, o todo, o conjunto de todas as coisas” (Gomes, 2017, p. 66).

espacial dos fenômenos, objetos e ações.⁵⁹⁴ Nesse contexto, a observação direta, a descrição do mundo empírico, a criação e a interpretação de imagens (desenhos, figuras, fotografias, cartogramas, croquis, mapas, tabelas, gráficos etc.), constituem elementos essenciais da produção do conhecimento, ou melhor, na *composição dos quadros geográficos* (Gomes, 2017).⁵⁹⁵

Feitas essas considerações epistemológicas mais gerais acerca da ciência geográfica, gostaríamos agora de voltar nossa atenção para aquele que é considerado por muitos uma das mais tradicionais técnicas de pesquisa desta ciência: o trabalho de campo. Como se sabe, à luz de diferentes perspectivas, os trabalhos de campo foram diversamente valorizados pelos geógrafos. Tal como proposto por Perla Zusman (2011), por exemplo, seria possível identificar quatro concepções distintas de trabalho de campo associadas a diferentes formas de conceber a geografia que, segundo a autora, convivem e se sobrepõem umas em relação às outras: a primeira teria surgido quando a geografia se converteu em um conjunto de conhecimentos úteis ao estabelecimento dos Estados-nação e dos impérios colonialistas europeus; a segunda concepção teria surgido quando a geografia se consolidou como uma ciência acadêmica e o trabalho de campo passou ser visto como um método fundamental na disciplina; a terceira concepção seria aquela associada à ascensão da chamada fase radical ou crítica da geografia, onde o trabalho de campo passou por uma ressignificação e as vozes das sociedades excluídas, até então pouco valorizadas, passam a participar ativamente da produção do conhecimento; a quarta e última concepção do trabalho de campo seria aquela que se aproxima do método

⁵⁹⁴ “Denominamos esse conjunto, o artefato gráfico e os procedimentos que a ele se associam de quadro geográfico” (Gomes, 2017, p. 81).

⁵⁹⁵ “Quando dizemos que a Geografia é a ciência que analisa e interpreta a ordem espacial das coisas, pessoas e fenômenos, somos, às vezes, julgados severamente como se restringíssemos o campo de atuação dessa disciplina. Tudo se passa como se a análise fundada na localização não fosse suficiente para estabelecer um ramo científico consistente e relevante. É que, dito assim, ‘a ordem espacial do mundo’ pode parecer simples, mas de fato não o é. Explicar por que as coisas estão ali onde estão, por que são diferentes quando aparecem em outras localizações, explicar graus de proximidade e de distância, a posição, a forma e o tamanho envolve um raciocínio bastante sofisticado. (...) Agora vejam a ousadia, sugerimos não apenas que essa preocupação sobre os sistemas de localização funciona como um dado preliminar e fundador, sendo o objeto central da disciplina, mas também acrescentamos que isso compõe uma forma de pensar (...) O quadro geográfico, essa forma de pensar, não é um propriedade dos geógrafos, uma ferramenta que nos pertence. É uma maneira de organizar o pensamento (...) Pretendemos afirmar que, sempre que esses quadros, fundados na localização, são utilizados como instrumentos do raciocínio, há nisso uma forma geográfica de pensar (...) A Geografia é também uma forma de pensar” (Gomes, 2017, pp. 144-146).

etnográfico, produto de um diálogo estabelecido entre a geografia, a antropologia e a sociologia, especialmente na geografia humanista e na nova geografia cultural, onde o trabalho de campo é visto como o método por excelência da disciplina e o conhecimento local passa ser valorizado também como conhecimento científico (Zusman, 2011).

Segundo o controverso argumento desenvolvido por Rundstrom e Kenzer (1989), com base em uma revisão bibliográfica nos três maiores periódicos científicos de geografia dos EUA, os geógrafos humanos, especialmente após a segunda metade da década de 1970, vêm fazendo cada vez menos uso dos trabalhos de campo para propor suas hipóteses e teorias.⁵⁹⁶ Conforme exemplificado pelos autores no contexto estadunidense, durante a primeira metade do século XX, a AAG (*American Association of Geographers*) sempre incentivou os geógrafos a fazerem uso de métodos e pesquisas empíricas, com destaque para informações levantadas em campo (Rundstrom e Kenzer, 1989).⁵⁹⁷

Para Rundstrom e Kenzer, porém, após a década de 1950, quando os geógrafos estadunidenses começaram a demonstrar maior interesse pela nascente revolução quantitativa e seus modelos estatísticos e matemáticos abstratos, geógrafos "físicos" e "humanos" se engajaram na formulação de um método que fosse comum aos dois campos fundamentais da disciplina. Essa unidade no método, porém, não teve o mesmo impacto no uso do trabalho de campo pelos diferentes profissionais geógrafos ("físicos" e "humanos"). Enquanto o progresso da geografia física esteve naquele momento mais firmemente ancorado em pesquisas empíricas e na obtenção de dados primários em trabalhos de campo, os geógrafos humanos passaram a se engajar mais em teorias, métodos e modelos estatísticos e matemáticos baseados principalmente em fontes de

⁵⁹⁶ Para David Wilson (1990), Rundstrom e Kenzer exageraram em seu prognóstico, tendo em vista que sua pesquisa não englobava periódicos especializados. Segundo esse autor, associar a queda no número de estudos baseados na obtenção de dados primários e na realização de trabalhos de campo ao advento da chamada *spatial science* pode parecer enganoso, já que nesse mesmo período há a ascensão, por exemplo, dos chamados movimentos regionalistas que através de uma teoria social crítica deram nova vida aos estudos e trabalhos de campo na disciplina: "*Rundstrom and Kenzer's position of irreversible fieldwork decline therefore is a false prognosis*" (Wilson, 1990, p. 221). Não obstante, para Rundstrom e Kenzer (1990), a crítica proposta por Wilson não deveria ser levada a sério, pois ela não estaria assentada em argumentos factíveis e não faria referência ao real propósito do artigo original (ver Rundstrom e Kenzer 1990).

⁵⁹⁷ Para uma interessante discussão acerca das origens da tradição do trabalho de campo na geografia produzida nos Estados Unidos, ver Kent Mathewson (2001).

dados secundárias, recorrendo cada vez menos ao trabalho de campo como método prioritário de pesquisa e produção de dados (Rundstrom e Kenzer, 1989).⁵⁹⁸

A despeito das polêmicas que envolvem o tema, o importante periódico *The Geographical Review* (2001) propôs uma interessante reflexão sobre o estatuto do trabalho de campo na geografia contemporânea, que gostaríamos de comentar brevemente nas próximas páginas. Segundo Dydia Delyser e Paul Starrs, por exemplo, a diminuição no número de pesquisas de campo na geografia deve ser relativizada, especialmente em relação à geografia humana. Perguntam-se os autores: por que falar sobre o trabalho de campo é importante para a nossa disciplina? A resposta parece unânime: "we spend comparatively little time learning about or talking about doing fieldwork" (Delyser & Starrs, 2001, p. vi).⁵⁹⁹

Para James Duncan e Nancy Duncan (2001), o interesse dos geógrafos por teorias mais abrangentes e generalizantes que se verificou na disciplina após as décadas de 1960 e 1970, em parte, ajuda a explicar a diminuição relativa no número de estudos baseados em dados primários obtidos em campo na geografia humana. Contudo, diversos geógrafos contemporâneos parecem engajados em contrapor essa suposta tendência. Segundo esses autores, "grandes teorias" e as pesquisas de campo não devem ser vistas como opostas, como se fossem mutuamente excludentes. Em realidade, toda "grande teoria" é, por sua própria natureza, generalizante. Assim sendo, ao menos teoricamente, dependendo do tipo de questão a que se dedica responder a pesquisa, os trabalhos de campo podem ou não se mostrarem necessários. O fato é que, determinados aspectos da "realidade" só se transformam em dados científicos com base na realização de entrevistas, de pesquisa

⁵⁹⁸ "Although quantitative human geographers were primarily concerned with abstract theory development, many of the earlier spatial analysis papers published in major geography journals, were based on fieldwork. This pattern changed by the middle of 1970. Continued progress in spatial analysis was marked by theoretical developments relying on preexisting data. Primary data became superfluous. Ackerman (1965, 61) already considerate fieldwork a mere chore, only occasionally necessary to validate the analytic, theoretical work of spatial science. James and Mather (1977, 458) noted that some human geographers questioned whether fieldwork was still a necessary part of the discipline" (apud Rundstrom e Kenzer, 1989, p. 296).

⁵⁹⁹ "Fieldwork is a process of investigation, vital for learning and key to the triumphal survivor of humans on this planet. That applies whether the physical or human earth is involved. Fieldwork is often the face of geography that the general public sees, if the public ever comes to think about geography - and the events of the last months of 2001 are reminder enough of just how central geography should be, how it should matter to everyone, with fieldwork most important of all" (Delyser & Starrs, 2001, p. vii).

participativa e de metodologias qualitativas que, confrontadas ou não com dados quantitativos, tornam evidentes os conflitos, as interconexões e os sintomas que emergem dos atos aparentemente insignificantes: determinados aspectos relacionados às questões de classe, gênero, idade, etnia, visões de mundo, sexualidade, lugar e ocupação, por exemplo, só se tornam inteligíveis quando promovemos pesquisas de campo (Duncan & Duncan, 2001).⁶⁰⁰

Conforme nos recorda Yi-Fu Tuan (2001), na geografia humanista, particularmente, onde a expressão *experiência* torna-se uma noção chave, o trabalho de campo é sem sombra de dúvidas um recurso fundamental para a produção do conhecimento. Há formas extremamente variadas de experimentação do espaço e, somente através da experiência vivida dos diversos indivíduos e grupos no/do/com o espaço, que os cientistas sociais podem acessar o conhecimento "local". Para os humanistas, portanto, a vida nada mais é do que um longo e contínuo trabalho de campo, um conjunto de experiências vividas acumuladas, que só se tornam inteligíveis quando acessadas *in loco*, isto é, em campo Tuan (2001). "Humanists, as I conceive them, have lived in different societies. They are variously trained; they have diverse skills and points of departure. But, in one way or another, they can all be said to savor life. And they may all agree that the unsavored life is not worth living" (Tuan, 2001, p. 45).

No contexto brasileiro, mais especificamente, costuma-se associar a tradição das pesquisas de campo à influência da chamada escola francesa de geografia, dado que diversos geógrafos franceses aqui se estabeleceram para lecionar nas nascentes cadeiras de geografia, tal como ocorrera com Pierre Deffontaines que, ainda na década de 1930, ajudou a formar as primeiras gerações de geógrafos brasileiros.⁶⁰¹ Outra contribuição

⁶⁰⁰ "We choose our theoretical orientation and develop substantive theoretical concepts on pragmatic grounds. We ask how theory sensitizes us to data at hand, and the data help us rethink theoretical concepts. Does this lead to better understanding of the particular social situation we are researching? We do not want to exemplify theories generated elsewhere. We prefer to refine, revise, and possibly replace theoretical concepts according to our current empirical findings. Although our theories may lead us to see our data in a new light, we hope never to impose theory that is resistant to our data" (Duncan & Duncan, 2001, p. 403).

⁶⁰¹ O apressado dos geógrafos franceses pelos métodos de observação empírica é bastante conhecido. Jean Brunhes, por exemplo, propôs o seguinte questionamento no já longínquo ano de 1910: "Em que consiste o espírito geográfico? Quem é geógrafo sabe abrir os olhos e ver. Não vê quem quer. Em matéria de Geografia Física, como em matéria de Geografia Humana, a aprendizagem, à visão das coisas positivas

fundamental para a tradição dos trabalhos de campo na geografia brasileira fora dada pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) que, durante décadas, assim como nos EUA, incentivou os geógrafos brasileiros a conceberem os trabalhos de campo como ferramentas metodológicas fundamentais em suas pesquisas e congressos (Alentejano & Rocha-Leão, 2006).

A situação parece ter mudado, contudo, após a década de 1960 quando se começa assimilar, de um lado, a hegemonia da chamada geografia teórico-quantitativa (*Spatial Science*) com seus modelos estatístico/matemáticos, os novos sistemas de informação geográfica e as tecnologias da informação, consideradas técnicas de pesquisa “mais” adequadas que os trabalhos de campo para se estudar determinados aspectos do espaço geográfico e, de outro lado, pelo movimento inicial da geografia crítica ou radical que, ao se opor ao empirismo característico da geografia tradicional ou clássica e a “neutralidade” ou “imparcialidade” associada a *Spatial Science*, teria incentivado os geógrafos brasileiros a concentrar seus esforços nas formulações teóricas. Tal como argumenta Suertegaray (2002), nesse sentido, diferentes perspectivas filosóficas, epistemológicas e teóricas demandam métodos e técnicas de pesquisa igualmente diversas e isto vale também para a importância que é dada aos trabalhos de campo (Alentejano & Rocha-Leão, 2006).⁶⁰²

Segundo Wilbur Zelinsky (2001), há formas infinitamente variadas de realizarmos os trabalhos de campo, contudo, de maneira geral, podemos agrupá-las em três tipos-ideais: o primeiro tipo é o mais comum e consiste nos estudos em que o trabalho de campo é apresentado com uma agenda fixa, isto é, modelada por um supervisor que seleciona os objetos, fenômenos e aspectos a serem observados no "mundo real". A curiosidade do pesquisador é, nesse caso, restrita aos itens previamente selecionados, ou seja, as

das realidades da superfície da terra, será o primeiro estágio e não o mais fácil” (Brunhes, [1910] 1962, p. 416). Quase um século depois, assim disse Paul Claval “*a Geografia é uma ciência da observação. Aquele que a pratica ama andar, olhar ao redor, cheirar os odores e sentir a atmosfera; é também um homem de contato, sempre pronto a interrogar as pessoas e a escutá-las*” (Claval, 2011, p. 61).

⁶⁰² “*No positivismo o campo é externo ao sujeito e portador da verdade, consistindo o trabalho de campo essencialmente na descrição desta. Já no neopositivismo o campo também é realidade empírica, externa ao sujeito, mas construção deste através do pensamento, sendo, portanto, o campo a rigor desnecessário. Por sua vez, no método dialético o campo é extensão do sujeito, numa interação dialética, práxis, enfim. Por outro lado, na fenomenologia o campo é a expressão das diferentes leituras de mundo, portanto indissociável do sujeito e na hermenêutica o campo interage com o sujeito* (Suertegaray, 2002 apud Alentejano & Rocha-Leão, 2006, p. 60).

informações são colhidas de acordo com uma fórmula pré-determinada. O segundo e o terceiro tipos de trabalho de campo se referem, de maneira geral, à elaboração de métodos de campo e de coleta de dados originais e/ou adaptados para resolver situações e questões específicas das pesquisas. Nesse caso, o pesquisador deve explorar todos os meios disponíveis para preencher as lacunas incluindo no estudo dados documentais, estatísticos, análise de mapas, novas observações de campo, entrevistas etc. (Zelinsky (2001).

Uma preocupação recorrente dos geógrafos na atualidade se refere às implicações éticas, morais e políticas do uso do trabalho de campo como ferramenta metodológica, isto é, aquilo que tem sido chamado de a política do trabalho de campo (*politics of fieldwork*). Quando fazemos, por exemplo, estudos de longa duração em áreas e culturas distantes ou mesmo em nosso "quintal", devemos nos perguntar: como nos posicionar enquanto pesquisadores? Em que medida a nossa visão de mundo molda as nossas pesquisas e interesses científicos? Como nos relacionar com nossos objetos de pesquisa em campo? Enquanto pesquisadores, como devemos nos posicionar em relação às questões de gênero, status social, classe, etnia, cultura, idade, relações de poder etc.? Como romper com a tradicional distância requerida pela suposta objetividade, parcialidade e neutralidade associadas às “doutrinas” científicas positivista e racionalista, por exemplo? (Sundberg, 2003).⁶⁰³

Quando fazemos nossos trabalhos de campo, argumenta Stan Stevens (2001), estabelecemos um compromisso com os objetos e sujeitos pesquisados que não é apenas científico, mas é também, sobretudo, um compromisso político, social e pessoal. Devemos nos empenhar ao máximo para fazermos pesquisas cuidadosas e de alta qualidade; respeitar o conteúdo original de nossas descrições; sermos cautelosos para não expormos os sujeitos pesquisados; honestos intelectual e pessoalmente com os objetos de nossas investigações; dar o devido crédito aos nossos "informantes"; pensar sobre as possíveis consequências positivas e negativas que a publicação dos nossos estudos pode

⁶⁰³ "However, little attention is dedicated to discussing the politics of fieldwork—the power relations that constitute researcher and 'objects of research,' as well as the geopolitical relations that create the very conditions that enable fieldwork (...) This requires acknowledging, but also accepting and taking responsibility for, the production of knowledge that is always selective and partial. It also entails a commitment to subverting, rather than reproducing inequality" (Sundberg, 2003, p. 180 e p. 188).

trazer aos sujeitos, objetos e fenômenos estudados; certificarmo-nos de que os resultados finais (publicações) de nossas pesquisas chegarão até as áreas e pessoas estudadas etc.. Para Stevens, então, precisamos, de um lado, celebrar o trabalho de campo como parte fundamental da produção de conhecimento geográfico e, de outro, reconhecer a responsabilidade que eles nos impelem (Stevens, 2001).⁶⁰⁴

Ralph Sanders afirma que apesar da óbvia importância que os trabalhos de campo têm para constituição da ciência geográfica, é possível reconhecer algumas limitações e problemas na forma como conduzimos nossas pesquisas de campo. Segundo essa autora, é necessário que nós problematizemos e superemos três disjunções (separações) comuns à realização de nossas pesquisas: entre o campo e a vida cotidiana; entre quem somos no campo e quem somos em casa; e entre a prática científica e a natureza extremamente pessoal que estabelecemos com as pessoas nos trabalhos de campo que realizamos: "These three disjunctures (...) are interlinked, concomitant elements of the practice of qualitative fieldwork. We who go into the field to do research must confront them and eventually resolve them" (Sanders, 2001, p. 94). Nesse sentido, afirma Karen Till (2001), a divisão campo/lar (*field/home*) sempre foi e sempre será apenas uma abstração, isto é, uma forma de nós pesquisadores separarmos coisas que no "mundo real" estão juntas, separação essa que deve ser, sempre que possível, devidamente problematizada (Till, 2001).⁶⁰⁵

Considerar o trabalho de campo um método central na disciplina não significa dizer que outras formas de obtenção de dados são piores, desnecessárias ou prescindíveis. De maneira geral, podemos inclusive afirmar o contrário, isto é, quando possível, os dados

⁶⁰⁴ "To me, fieldwork is the heart of geography. I consider it the most magical, essential, and challenging part of being a geographer. Fieldwork is the ultimate mode of geographical exploration. It renews and deepens our direct experience of the planet and its diversity of lands, life, and cultures, immeasurably enriching the understanding of the world that is geography's core pursuit and responsibility. Fieldwork takes us beyond current frontiers of knowledge and preconception, enabling firsthand discoveries that no amount of theorizing or study of preexisting accounts or maps could ever reveal. Without fieldwork, geography is secondhand reporting and armchair analysis, losing much of its involvement with the world, its original insight, its authority, its contributions for addressing local and global issues, and its reason for being" (Stevens, 2001, p. 66).

⁶⁰⁵ "Home and the field are unstable categories that are designated by research conventions, the academy, and researchers in particular ways. By moving between ever changing homes/fields and social relations, the researcher must acknowledge that research spaces are always hybrid; they are complex social spaces of dislocation" (Till, 2001, p 46).

obtidos em campo devem ser combinados com outras formas de dados, de modo a se produzir um estudo de caráter *híbrido* que, por sua própria natureza, é mais completo e rico em possibilidades interpretativas (ver, Raitz, 2001; Routledge, 2001; Pulsipher, 2001). Na pesquisa realizada por Karl Raitz, por exemplo, a combinação de diferentes métodos fora fundamental para o sucesso da empreitada (Raitz, 2001).⁶⁰⁶ O mesmo pode ser dito em relação ao trabalho de Paul Routledge (2001), para quem as chamadas metodologias colaborativas ajudam a superar as hierarquias existentes entre o discurso científico, que se pretende superior, e o discurso popular, visto como menos importante (Routledge, 2001).⁶⁰⁷

Posição essa que é ratificada por Lydia Pulsipher, em relação às perspectivas pós-colonialistas, que integram saberes múltiplos e transculturais: "These days one hears a great deal of talk about postcolonial sensitivities in academic fieldwork (...) to seek methods in the field that are inclusive of local people, local values, and local goals" (Pulsipher, 2001, pp. 140-141); e por Cindi Katz, em relação às geografias feministas e anti-racistas, que lidam com questões étnicas/raciais, de gênero, de status, de posição social, de poder, etc. no processo interativo que se estabelece entre os pesquisadores e os pesquisados.: "I am always a gendered, historically constituted social and political actor who works as a social scientist and teacher. I am always, everywhere, in 'the field'" (Katz, 1994, p. 72).

Na geografia, conforme argumentou John Eyles (1988), os métodos qualitativos tem uma enorme tradição, mas apenas com desenvolvimento da chamada *geografia interpretativa*, isto é, especialmente após a segunda metade da década de 1970 quando a geografia humana passou a ser reconhecida como uma ciência social, que seu uso voltou a ser frequente entre os geógrafos. De maneira geral, ainda segundo Eyles, a geografia interpretativa busca responder o seguinte questionamento: "Indeed in many ways, a major

⁶⁰⁶ "Successful fieldwork may rely on combining these three information forms—personal observation and interpretation, oral tradition, and archival documents—so that one may triangulate among them in pursuit of etiological accuracy and consistency" (Raitz, 2001, p. 122).

⁶⁰⁷ "Why speak up for collaborative methodologies? They involve a deconstruction of state/elite discourse and practices. Critical theories can be placed in journals, conferences, classrooms, and activist writings. As readily and significantly, though, they offer material engagement, participation in networks beyond those of the academy. Reality is lived instead of serving as an abstract object for study" (Routledge, 2001, p. 116).

task which interpretative methods try to address is, how can social reality be represented or described?" (Eyles, 1988, p. 3). Nesta perspectiva, as teorias são baseadas nas observações que são feitas de "parcelas da realidade", isto é, "theory is conceived not in terms of logical deductions but relations between observed phenomena" (Eyles, 1988, p. 4). Em sentido próximo, David Smith (1988) dizia que, em uma ciência que se pretende interpretativa, a hermenêutica e a fenomenologia são orientações filosóficas de suma importância, o que não significa dizer que outras correntes filosóficas sejam desnecessárias. Resumidamente, poderíamos dizer que os significados oriundos da experiência e interação de indivíduos e grupos uns com os outros no/do/com o espaço são o foco fundamental de reflexão da geografia humana interpretativa, diferentemente do que ocorrera em paradigmas científicos anteriores (Smith, 1988).⁶⁰⁸

Conforme argumentam Claire Dwyer e Melanie Limb (2001), a escolha pela utilização de metodologias qualitativas reflete, em realidade, uma preocupação com a legitimidade do conhecimento produzido, que deixa de ser um domínio exclusivo do pesquisador (cientista) e passa a ser um *conhecimento relacional*, isto é, formas de conhecimento não dominantes entraram definitivamente na agenda das pesquisas geográficas (Dwyer & Limb, 2001).⁶⁰⁹ O envolvimento direto do pesquisador com objeto a ser pesquisado é, nesse caso, parte fundamental da produção do conhecimento. O grau de envolvimento entre os pesquisadores e os pesquisados varia de acordo com os objetivos fundamentais de cada pesquisa (ver Eyles, 1988).⁶¹⁰ Metodologias qualitativas são, nesse sentido,

⁶⁰⁸ "An interpretative geography has been informed by sources quite different from those on which the quantitative model-building (empiricist or positivist) was built. Economics has been displaced by sociology (and in particular interpretative sociology) and anthropology (especially its ethnographic tradition), as major influences on the geographical practice (...) Having dwelt on method, in both a philosophical and technical sense, it is as well also to recognize that interpretative human geography places the field in a central and integral position in contemporary social inquiry" (Smith, 1988, p. 262 e p. 266).

⁶⁰⁹ "Qualitative methodologies are characterized by a relational construction of knowledge between researcher and research subjects and emphasis is placed upon both developing empathy between researcher and researched as well as focusing upon the reflexivity of the research encounter" (Dwyer & Limb, 2001, p. 7).

⁶¹⁰ Geralmente, pode-se falar em quatro tipos-ideais de pesquisa participativa, tal como nos orienta John Eyles: "ranging from complete participant in which the observation role is concealed; participant-as-observer, in which the relationship between the researcher and others is defined by de research (see Burgess, 1982); observer-as-participant, in which the distinctiveness of researcher's role is made clear from outset; and complete observer, in which there is no contact between researcher and researched. Most participant observation falls into the middle two categories, the separation of which in practice may be difficult" (grifos meus, apud Eyles, 1988, p. 9).

segundo Susan Smith, estratégias de encontros, de interação entre os pesquisadores e suas pesquisas e, nesse contexto, a expressão *reflexividade* torna-se uma noção central na disciplina (Smith, 2001).⁶¹¹

Tal como demonstramos ao longo desse tópico do trabalho, a observação direta, a descrição, a criação e a interpretação de modelos de apresentação do mundo (imagens) constituem elementos essenciais daquilo que usualmente chamamos de um olhar geográfico, “que seria um importante formador ou conformador epistemológico para os geógrafos” (Gomes, 2012, p. 6). Segundo Paulo Cesar Gomes, ao propormos nossas pesquisas de campo, precisamos levar em consideração aqueles que poderiam ser considerados os três elementos básicos da observação geográfica: o ponto de vista, isto é, a localização e a posição no espaço a partir da qual o observador pode visualizar o elemento descrito; a composição, ou seja, o enquadramento de um conjunto de elementos solidários entre si; e a exposição, leia-se, a posição de exterioridade dos elementos que se expõe ao olhar do observador (Gomes, 2013). Afinal de contas, é o nosso olhar que guia a compreensão dos fenômenos que estudamos, ou vice-versa? Para Paulo Cesar e Letícia Parente, nós geógrafos precisamos, sempre que possível, aprimorar o nosso olhar, isto é, formatar e renovar os protocolos metodológicos de observação, que nos possibilite “ver” e não apenas “olhar” (Gomes & Ribeiro, 2013).

Nesse sentido, para estudar os espaços públicos, Paulo Cesar Gomes desenvolveu aquilo que poderíamos chamar de um conceito metodológico, *o cenário*, um instrumento analítico que nos possibilita abordar diferentes temas de pesquisa à luz de um ponto de vista geográfico, unindo as dimensões física e comportamental que, tomadas conjuntamente, produzem sentidos e significações (Gomes, 2001; 2008).⁶¹² Ao longo de

⁶¹¹ "This all helps us to understand some of the essential differences between qualitative and quantitative approaches; between positivistic, realist, scientific models of enquiry, on the one hand, and the humanistic, interpretative traditions, on the other. It does not help much in making the decision between ethnographic or interview-based methods; between case study or focus-group research, and so on. But it does, nevertheless, imply that using any of these is about having made important set of choices" (Smith, 2001, p. 25).

⁶¹² "Um olhar geográfico sobre o espaço público deve ser capaz de identificar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o gênero de práticas sociais que aí se desenvolvem (...) o espaço torna-se assim um conjunto indissociável de formas e de práticas sociais" (Gomes, 2001, p. 95). "A vida pública é cenarização. (...) "A cidade sob o ponto de vista defendido aqui é composta por um corpo social, submetido a certas regras de coabitação, estabelecido sobre um espaço que condiciona e qualifica as ações sociais e,

toda a história do pensamento geográfico, nós geógrafos procuramos um objeto de estudos que nos fosse peculiar, isto é, que nos distinguisse de outros campos do saber científico. Como bem argumentou Paulo Cesar Gomes, a ideia dos “quadros geográficos”, essa forma específica de abordar os temas de pesquisa, de formular questões e de “enquadrar” os fenômenos, objetos, ações, pessoas, ideias etc., pode ser concebida como uma importante conformadora epistemológica da ciência geográfica: “essa noção de quadro foi fundamental para a Geografia como um todo, na maneira de pensá-la, de construí-la e de apresentá-la” (Gomes, 2017, p. 55).⁶¹³

3 - A cidade descrita como um complexo sistema de interações: a perspectiva interacionista e suas possibilidades para a geografia

Podemos conceituar uma cidade de muitas maneiras distintas e, ao longo da história, não foram poucos aqueles que se propuseram a fazê-lo. Se consideramos apenas os últimos dois séculos (XIX e XX), como bem demonstrou o geógrafo Pedro de Almeida Vasconcelos: filósofos, geógrafos, historiadores, antropólogos, sociólogos, arquitetos, urbanistas, planejadores urbanos, economistas, entre tantos outros, se ocuparam desse tema, proporcionando um crescimento vertiginoso da literatura especializada e diversificando enormemente os horizontes conceituais e as perspectivas de pesquisa sobre o fenômeno urbano (ver Vasconcelos, 1999). No presente tópico, propomos ao leitor uma breve reflexão acerca de uma dessas abordagens, a *perspectiva interacionista*. Buscamos demonstrar, mais especificamente, à luz de um debate entre sociólogos e geógrafos, como esta abordagem poderia ser útil à reflexão geográfica, em geral, e à nossa pesquisa, em particular.

finalmente, é essa esfera da significação que dá sentido e atribui valores aos objetos e às ações que aí tem lugar. Chamaremos esse conjunto de ações e objetos emanados dessas três esferas – política, espacial e da significação – ‘cenário’. (...) Lugares, sentidos e práticas sociais têm que ser pensados juntos” (Gomes, 2008, p. 12).

⁶¹³ *“Queremos dar um passo adiante e mostrar que essa linguagem visual tem nos ‘quadros geográficos’ uma forma original, comprometida antes com as possibilidades de explicação daquilo que descreve, e não apenas com a sua exemplificação ou ilustração. Trata-se assim mais do que simplesmente o uso de uma linguagem ou de instrumentos gráficos, é propriamente uma forma visual de pensar. O instrumento que ele nos propõe é o quadro. Desenhamos um quadro geográfico para pensar o jogo de posições entre os fenômenos, para examinar a possibilidade de conexões causais entre eles, para colocar elementos diversos e variados em suas respectivas localizações e, sobre um mesmo plano, organizamos dados sob a forma de um sistema de informações para poder pensá-los. Desenhamos ideias. Desenhamos para ver”* (Gomes, 2017, p. 60).

Gostaria de começar esse tópico tecendo alguns breves comentários sobre como surgiu o meu interesse pela perspectiva interacionista. Quando eu ainda estava me graduando no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, buscando ampliar os meus horizontes intelectuais, cursei algumas disciplinas em outros departamentos: história, sociologia e antropologia. Uma destas disciplinas discorria sobre a obra do filósofo e sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918). Sob certo sentido, poderíamos dizer que a leitura da sociologia formal de Simmel mudou um pouco a forma como eu olhava para as sociedades, em geral, e para as cidades, em particular. A partir de então, a ideia de que, nas cidades/sociedades urbanas, praticamente tudo é mediado pelas interações sociais e interpessoais, influenciou sobremaneira a minha leitura acerca deste objeto de investigação científica. Em outras palavras: eu percebi que a cidade poderia ser concebida como um complexo e estruturado sistema de interações, ideia que não mais abandonei.⁶¹⁴

Segundo argumenta Michael H. Jacobsen (2017), há diferentes versões da perspectiva interacionista, porém, em todos os casos, elas se baseiam em cinco fontes de influência fundamentais: 1) os filósofos gregos clássicos, particularmente as obras de Heráclito e Aristóteles; 2) o iluminismo escocês e os filósofos morais, com destaque para autores como Adam Smith, Adam Ferguson, Frances Hutcheson e David Hume; 3) a teoria social alemã, em especial as obras de Marx Weber e Georg Simmel; 4) a assim chamada filosofia pragmática, mais especificamente, os autores William James, Charles Peirce, John Dewey e George Herbert Mead e; 5) a sociologia urbana de Chicago, da primeira geração, por autores como Robert Park, William Thomas, Louis Wirth, Robert Faris, Ernest Burgess, Albion Small e; de uma segunda geração, por autores como Herbert Blumer e Erving Goffman (ver Jacobsen, 2017, pp. 1-24).⁶¹⁵ Neste trabalho,

⁶¹⁴ Não estamos dizendo com isso que essa é a única ou a melhor perspectiva para se estudar as cidades. Como dissemos anteriormente, essa é apenas uma entre muitas abordagens possíveis; trata-se, portanto, de uma preferência pessoal para a realização desta pesquisa.

⁶¹⁵ *“So, although interactionism is generally regarded as an intellectual product of twentieth century – and particularly American – social thought and democratic currents, it is possible to trace embryonic beginnings long before that. There are thus many different direct and indirect, acknowledged and unacknowledged, important and more peripheral, influences and sources of inspiration for and intellectual roots of sociological interactionism. I believe particularly five cornerstones should be and indeed are frequently mentioned in existing literature: (1) classical Greek philosophy, (2) the Scottish Enlightenment and moral philosophers, (3) German social theory and particularly the Verstehen/Geisteswissenschaften*

particularmente, estamos interessados nos seguintes autores e conceitos: Georg Simmel (sociedade), Robert Park (mosaico urbano) e Erving Goffman (situação de interação).⁶¹⁶

Segundo o filósofo e sociólogo Georg Simmel, o conceito de sociedade, à luz da perspectiva da sociologia formal, poderia ser resumido em uma expressão, interação social: "a sociedade, cuja vida se realiza num fluxo incessante, significa sempre que os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si e pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros" (Simmel, 2006, p. 17). No entender de Georg Simmel, todas as sociedades, sejam elas quais forem, compõem diferentes modalidades de interações interpessoais e intergrupais; em outros termos, as diversas formas de interações realizadas entre indivíduos e grupos que vivem conjuntamente socializados constituem o combustível essencial de toda a vida social. A interdependência e a influência mútua de todos em relação a todos origina uma complexa unidade, a sociedade, onde indivíduos e grupos satisfazem (ou pelo menos poderiam satisfazer) suas necessidades individuais e coletivas (ver Simmel, 2006).⁶¹⁷

Robert Erza Park costumava dizer que as cidades são verdadeiros laboratórios para a investigação do comportamento humano/social, e que todas elas, apesar de serem únicas e muito diversas entre si, ostentavam algumas características comuns.⁶¹⁸ Tendo a cidade

tradition that in sociology was advanced by the likes of Max Weber and Georg Simmel, (4) American pragmatist philosophy and (5) early Chicago sociology" (Jacobsen, 2017, p. 5).

⁶¹⁶ Esta escolha não é meramente casual: um traço comum a esses três sociólogos, Simmel, Park e Goffman, diz respeito ao fato de todos eles têm uma enorme sensibilidade espacial/geográfica para lidar com diferentes temas de pesquisa. Como diria o sociólogo Heitor Frúgoli, esses autores produziram uma "concepção espacializada do social e, reciprocamente, socializada do espaço" (Frúgoli, 2007, pp.17-18).

⁶¹⁷ O historiador e sociólogo Norbert Elias, apesar de não fazer muitas menções à obra de Georg Simmel em seu livro *A Sociedade dos Indivíduos*, desenvolveu o argumento de que a interdependência funcional/social é a característica mais importante das sociedades humanas. Em suas palavras: "*Há, entre essas pessoas, uma ligação funcional preexistente que não é apenas somatória (...) Todas essas funções interdependentes, as de diretor da fábrica ou mecânico, dona-de-casa, amigo ou pai, são funções que uma pessoa exerce para outras, um indivíduo para outros indivíduos. Mas cada uma dessas funções está relacionada com terceiros; depende das funções deles tanto quanto eles dependem dela (...) Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras (...) E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, que chamamos 'sociedade'. Ela representa um tipo especial de esfera. Suas estruturas são o que denominamos 'estruturas sociais'. E, ao falarmos em 'leis sociais' ou 'regularidades sociais', não nos referimos a outra coisa senão isto: às leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas"* (Ver Elias, 1994, pp. 22-23).

⁶¹⁸ "*A cidade, e especialmente a grande cidade, onde mais do que em qualquer outro lugar as relações humanas tendem a ser impessoais e racionais, definidas em termos de interesse e em termos de dinheiro,*

de Chicago como objeto de estudos, cidade essa que, desde o início do século XX, atraiu diferentes ondas migratórias, Park dizia que os rigorosos métodos de observação empírica empregados em estudos realizados por antropólogos como, por exemplo, Franz Boas e Robert Lowie para estudar os povos isolados, deveriam ser utilizados com igual rigor no estudo das cidades. Sob certo sentido, poderíamos afirmar que Park e os ecólogos urbanos de Chicago estavam interessados em compreender como populações étnicas e grupos culturais tão diversos entre si “competiam” e “compartilhavam” os mesmos espaços na cidade, formando um complexo mosaico urbano, sempre em constante movimento de transformação (Park, [1916] 1973).⁶¹⁹

O sociólogo canadense Erving Goffman, de uma geração posterior aos primeiros sociólogos urbanos da Universidade de Chicago, juntamente com Ervest Hughes e Herbert Blumer, distantes das metáforas naturalistas que, simultaneamente, consagraram e desgastaram os assim chamados ecólogos clássicos, resgatou, renovou e diversificou a tradição interacionista. Daí surgiram duas vertentes principais dessa perspectiva: a microsociologia, preconizada por Erving Goffman; e o interacionismo simbólico, sob a liderança de Herbert Blumer. Segundo Isaac Joseph, fora essa segunda geração de sociólogos urbanos que formatou o conceito de definição da situação, criado por um dos primeiros professores do departamento de sociologia de Chicago, William Isaac Thomas, para descrever a experiência de adaptação dos imigrantes recém-chegados na cidade; e que deu lugar ao fundamental conceito de situação de interação, ideia que marcaria toda a trajetória intelectual de Ervest Hughes e Herbert Blumer, mas especialmente o trabalho de Erving Goffman (Joseph, 2000).

Erving Goffman desenvolveu um olhar muito particular sobre as cidades (e seus espaços públicos). Assim como Simmel e Park, a cidade era vista por Goffman como um complexo dispositivo socioespacial de interações. Todos os espaços da cidade têm algum papel na organização daquilo que ele chamou de *Ordem Interacional*: “My concern over

é num sentido bem real um laboratório para a investigação do comportamento coletivo” (Park, 1973, p. 45).

⁶¹⁹ “(a cidade) é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos - tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição” (Park, 1973, p. 26).

the years has been to promote acceptance of this face-to-face domain as an analytically viable one—a domain which might be titled, for want of any happy name, the interaction order, a domain whose preferred method of study is microanalysis (Goffman, 1983, p. 3). Se observarmos a vida cotidiana das cidades, rapidamente perceberemos um vai e vem contínuo, cíclico, de pessoas indo de um lugar para outro: de casa para o trabalho; do trabalho para o supermercado; do supermercado para um espaço recreativo; do espaço recreativo para casa; de casa para a loja de departamentos; da loja de departamentos para a academia de ginástica; da academia de ginástica para a Universidade; da Universidade para o parque público, do parque público para casa e assim sucessivamente; trata-se pois, de um rito socialmente e espacialmente estruturado (Goffman, 1983).⁶²⁰

As ruas, estradas, avenidas, calçadas etc. constituem espaços de ligação e exposição dessa massa de pessoas que convive no ambiente urbano e satisfaz suas necessidades individuais e coletivas em sua vida cotidiana. Cada um desses espaços que compõe a cidade propicia diversas *situações de interação*, associadas a diferentes funções que, na vida urbana, se complementam: “I have mentioned direct connections between social structures and the interaction order not because of having anything new or principled to say about them, but only to establish the appropriate contrast for those interface effects that are most commonly considered” (Goffman, 1983, p. 9). Tal como argumentado por Goffman, há uma conexão pouco aludida entre a ordem interacional e as estruturas socioespaciais nas quais as diferentes situações de interação estão inseridas: “The general formulation I have suggested of the relation between the interaction order and the structural ones allows one (I hope) to proceed constructively” (Goffman, 1983, p. 12).

Segundo Isaac Joseph, a contribuição mais importante da perspectiva interacionista para as ciências humanas e sociais foi ter demonstrado de maneira categórica a existência de um novo campo de estudos que foi durante muito tempo negligenciado, *a situação de interação*, que se situa entre os dois clássicos objetos de investigação científica da sociologia, a sociedade (o grupo, a classe, a população) e o indivíduo (ator, agente, sujeito). Do ponto de vista metodológico, ela se diferencia sobremaneira do “holismo” (estruturalismo e materialismo histórico, por exemplo) e do assim chamado

⁶²⁰ Os exemplos são meus.

“individualismo metodológico” (psicologia social, por exemplo); trata-se, pois, do *situacionismo metodológico* (Joseph, 2000).

Conforme argumenta Isaac Joseph, esta abordagem não exclui as outras perspectivas, ao contrário disso, ela demonstra de maneira clara que, na vida social, urbana e pública, as estruturas socioespaciais não determinam todos os aspectos da vida em sociedade e nem vice e versa.⁶²¹ Sob certo sentido, poderíamos dizer que a ordem interacional, ao mesmo tempo em que produz e reproduz as estruturas, oferece as possibilidades para a sua transformação. "Escarnecendo dos construtores de paradigmas, ele (Erving Goffman) constituiu, à margem da sociologia das estruturas, um léxico descritivo e analítico centrado em um princípio: não negligenciar a situação, não tratá-la como a 'prima pobre' da sociologia" (Joseph, 2000, p. 12).

Os geógrafos Derek Gregory e John Urry, na introdução do livro *Social Relations and Spatial Structures* (1985), demonstram como a geografia humana e a sociologia alternaram momentos de intensa colaboração e de profunda separação.⁶²² Apesar desses dois campos do saber científico guardarem importantes diferenças nas abordagens propostas por seus proponentes, a separação entre teoria social e geografia humana (crítica), por exemplo, especialmente após a década de 1970, passou a ser amplamente questionada, tanto pelos geógrafos, quanto pelos sociólogos. À luz dessas críticas, o espaço deixou de ser visto como um epifenômeno, isto é, uma simples expressão das estruturas sociais e vice versa.⁶²³ O sucesso da *Teoria da Estruturação* proposta por

⁶²¹ "Entre a ordem estrutural e a ordem da interação existe uma 'articulação' imprecisa. Em outras palavras - e essa é uma definição que, à falta de outras, pertence ao campo da microssociologia - certos elementos do sistema de atividades situadas estão 'subordinados' ao sistema de status e de relações estruturais, mas nem todos" (Joseph, 2000, p. 8).

⁶²² Em fins do século XIX, tanto a geografia humana quanto a sociologia se institucionalizaram enquanto tais à luz do guarda-chuva das ciências naturais, vide a geografia humana preconizada por Paul Vidal de la Blache e a morfologia social proposta por Emile Durkheim, por exemplo. Em contrapartida, entre os precursores da assim chamada Location Theory, como Von Thünen e Alfred Weber, por exemplo, os processos sociais e os processos espaciais, sob certo sentido, resguardavam certo grau de autonomia, isto é, as estruturas espaciais eram vistas como tributárias de uma ordem geométrica e não necessariamente social (ver Gregory & Urry, 1985).

⁶²³ "Space was seen as somehow epiphenomenal, as a 'codification' or a 'reflection' of human intentionality or social structure. This meant that any explanation of spatial organization - in so far as one was called for at all - had to be sought within what remained a primarily aspatial or, as some commentators would prefer, 'compositional' social theory" (Gregory & Urry, 1985, p. 2).

Anthony Giddens nos anos 80 teria dinamitado de uma vez por todas as fronteiras existentes entre os processos sociais (sociologia) e os processos espaciais (geografia).⁶²⁴ Em outros termos, à luz dessa perspectiva, que foi fortemente influenciada pela perspectiva interacionista, as estruturas espaciais deixaram de ser concebidas como simples reflexos das relações sociais (ver Gregory & Urry, 1985).⁶²⁵

Como bem notaram os geógrafos Peter Jackson e Susan Smith (1984), do ponto de vista epistemológico, a perspectiva interacionista reúne influências do empirismo, do positivismo, do pragmatismo, do humanismo etc. Em termos metodológicos, a perspectiva interacionista elevou o estudo do cotidiano da experiência individual e coletiva da vida social e urbana, especialmente através do resgate da tradição etnográfica, a um novo patamar: “The fruits of interactionist theory include a range of perceptive, insightful descriptions of the rich and dynamic texture of people’s daily lives” (Jackson e Smith, 1984, p. 82). Do ponto de vista teórico, a abordagem interacionista demonstra, mais uma vez, que espaço e sociedade não podem ser separados nas investigações científicas, especialmente nas pesquisas geográficas, pois, no espaço geográfico tudo está, de algum modo, conectado. As estruturas sociais são sempre construídas e desconstruídas socialmente, porém, em um mundo físico-material; por esse motivo, seria preferível concebê-las como estruturas socioespaciais.⁶²⁶ Tal como demonstrado por Peter Jackson e Susan Smith, a ciência geográfica tem, certamente, uma enorme contribuição a oferecer a este campo de estudos (Jackson e Smith, 1984).

Uma das possíveis contribuições geográficas que gostaríamos relacionar à perspectiva interacionista é aquela tributária da chamada *Locational School in Geography* (ver

⁶²⁴ “But more recently the interpenetration of these polar positions within theories of ‘structuration’ has assumed a new prominence, and with it has come a return to the concrete which marks a major renaissance of the interconnections between social relations and spatial structures as a central focus for scientific inquiry” (Gregory & Urry, 1985, p. 3).

⁶²⁵ “As a result of these changes, spatial structure is now seen not merely as an arena in which social life unfolds, but rather as a medium through which social relations are produced and reproduced. It is in this sense, perhaps, that human geography and sociology can be said to confront a common (if scarcely classical) ‘problem of order’” (Gregory & Urry, 1985, p. 3).

⁶²⁶ “Clearly, in an interactionist approach to place, social and spatial elements cannot be divorced. The importance of this combination was recognized by Park, but lost to a subsequent generation of ‘spatial scientists. Moreover, according to this view, neither the structure of space, nor that society, is given” (Jackson e Smith, 1984, p. 83).

Ullman, 1941 e 1980; Haggett, 1971; Haggett & Chorley, 1972). Mais especificamente, o conceito de *sistema urbano* (Berry, 1964; Simmons; 1980), que adaptamos para esta pesquisa. Segundo argumenta Jim Simmons, na geografia, o conceito de sistema urbano é tributário de três fontes principais de influência: a geografia regional; os estudos sobre as redes urbanas e aqueles oriundos da economia regional. Os primeiros a utilizarem essa expressão (*Urban System*) nos estudos urbanos foram os autores Duncan; Lieberman; Duncan & Winsborough em 1960; alguns anos depois, fora Brian Berry o primeiro a introduzir o tema da *Teoria Geral dos Sistemas* na geografia urbana, com base em uma série de estudos teóricos e empíricos que buscavam organizar funcionalmente e geograficamente as regiões metropolitanas estadunidenses, ancorado em modelos estatísticos e matemáticos (ver Simmons; 1980).⁶²⁷

O geógrafo estadunidense Brian Berry, em seu pioneiro texto intitulado *Cities as Systems Within Systems of Cities* (1964),⁶²⁸ afirma que o conceito de sistema urbano, do ponto de vista de um modelo de representação,⁶²⁹ tal qual em outros campos de pesquisa que utilizam a Teoria Geral dos Sistemas como princípio explicativo, se refere a uma ideia relativamente simples: um conjunto de partes ou unidades interdependentes em constante interação, que pode ser estudado em diferentes escalas de análise e onde são identificados diversos subsistemas.⁶³⁰ Apesar de reconhecer várias possibilidades de adaptação das teorias sistêmicas para o estudo das cidades, Brian Berry afirmava que a dimensão econômica seria uma esfera privilegiada em relação às demais: “For systems of cities, the most immediate environment is the socio-economy of which they are a part” (Berry, 1964, p. 161). É justamente este reducionismo economicista associado à ideia de sistema urbano

⁶²⁷ “The concept of an ‘urban system’ derives from regional geography, traditional macro-scale urban analysis, and regional economics. The terminology was initially used by Duncan et al. (1960) as part of their efforts to impose a functional organization on the United States metropolitan areas. Berry (1964) introduced General Systems Theory to urban geography in his study of the empirical regularities in regional and national urban places” (Simmons; 1980, pp. 135-136).

⁶²⁸ *Cidades como Sistemas Dentro do Sistema de Cidades* (1964), em tradução livre.

⁶²⁹ “The symbolic models of interest are those which provide idealized representations of properly formulated and verified scientific theories relating to cities and sets of cities perceived as spatial systems” (Berry, 1964, p. 147).

⁶³⁰ “So be it in the urban field. It is clear that cities may be considered as systems-entities comprising interacting, interdependent parts. They may be studied at a variety of levels, structural, functional, and dynamic, and they may be partitioned into a variety subsystems” (Berry, 1964, p. 160).

uma das coisas que gostaríamos de questionar nesta pesquisa. Primeiramente, porém, apresentaremos alguns dos marcos teóricos gerais que influenciaram a perspectiva sistêmica na geografia urbana, para então, no tópico seguinte, tratar das hipóteses concernentes à pesquisa empírica que realizamos.

4 - Estudando as redes e sistemas urbanos: a contribuição da teoria das localidades centrais ⁶³¹

Em uma definição simples, o conceito de rede (*network*), conforme sugere a grande maioria dos dicionários, pode ser entendido como um conjunto de pontos, nós ou vértices interconectados entre si por linhas, vias ou caminhos que originam um sistema matricial (*graphs*). Os exemplos empíricos de redes são enormemente variados e vão desde redes “naturais” (fluvial, teias de aranhas, sistemas de raízes das árvores etc.) até redes “sociais” (Facebook, torcidas de futebol organizadas, grupos de identidade diversos etc.). Apesar de apresentarem conteúdos muito diversos, em todos os exemplos citados estamos diante de um fenômeno caracterizado por uma mesma estrutura de funcionamento. Do ponto de vista conceitual, em uma definição ainda mais sintética, trata-se de "a meshed fabric of intersecting lines and interstices" (ver Haggett & Chorley, 1972, pp. 3-5).

Conforme argumentado por Roberto Lobato Corrêa, nem toda rede pode ser considerada como uma rede geográfica. Segundo essa perspectiva, para que uma rede qualquer possa ser chamada de geográfica, ela precisaria ostentar duas características fundamentais: espacialidade e natureza social. As redes geográficas seriam, nesse sentido, "redes sociais espacializadas", elas são sociais porque são construções humanas e são espacializadas porque são expressas em localizações geográficas qualificadas. Para Corrêa, a rede geográfica, entendida como um tipo particular de rede, pode ser definida da seguinte maneira: "o conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos" (Corrêa, 2011, p. 1).

⁶³¹ Uma versão resumida (preliminar) desse tópico foi publicada por mim em 2015, junto aos dados da minha dissertação de mestrado. Porém, como eu não havia incorporado essa discussão ao texto final da dissertação defendida em 2014, e senti a necessidade dessa reflexão para a publicação daquela pesquisa sob a forma de artigo; estou reproduzindo aqui, com algumas modificações, o texto completo que, à época, não pode ser publicado em função do escopo mais limitado daquela proposta (ver Felix de Souza, 2015).

Essa concepção antropocêntrica da geografia que sempre coloca os humanos em primeiro plano tem sido amplamente questionada mais recentemente. Tendo a concordar com esse questionamento; afinal de contas, definitivamente, não é a especificidade da existência humana que confere ao mundo a sua “geograficidade”! Todas as redes, sejam elas quais forem, tanto do ponto de vista empírico quanto do ponto de vista teórico, constitui um sistema que interconecta unidades menores; por esse motivo, concordamos com a definição oferecida por Kansky (1963, p. 1), que concebe as redes, em termos geográficos, como sendo "a set of geographic locations interconnected in a system by a number of routes" (*apud* Haggett & Chorley, 1972, p. 5).

Segundo Corrêa, os exemplos de redes geográficas são, igualmente, muito diversos: as redes ferroviárias, as bancárias, de partidos políticos, dos diversos órgãos do Estado, de grandes corporações etc. Mas talvez a rede mais significativa e complexa entre elas seja a rede urbana, uma rede que sintetiza boa parte das demais redes geográficas. A constituição das primeiras redes urbanas de que se tem notícia, ao menos na civilização ocidental, remonta ao período da Antiguidade Clássica e, mais especificamente, ao sistema político-econômico das cidades-estados Greco-Romanas. Durante os últimos séculos e, mais especificamente, após o período que marca a passagem do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, temos assistido a um progressivo e intenso processo de urbanização do mundo. Nesse contexto, a rede urbana passou a ser o principal meio através do qual a produção, a circulação e o consumo se realizaram concretamente. Desde então, as redes urbanas se tornaram objetos fundamentais de reflexão não apenas de geógrafos, mas também de sociólogos, economistas, planejadores urbanos, arquitetos, urbanistas etc. Em uma definição sintética, podemos pensar nas redes urbanas como sendo um "conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si" (Corrêa, 1988a, p. 107).

Segundo nos contam Peter Haggett e Richard Chorley, em seu livro *Network Analysis in Geography*, o tema das redes urbanas tem como precursores os estudos clássicos de Euler sobre a cidade prussiana de Königsberg, publicado originalmente em 1736, e de Cayley, publicado originalmente em 1879. Contudo, é o trabalho de König de 1936 intitulado *Theorie der endlichen und unendlichen Graphen*, que constitui uma das primeiras tentativas de sistematização do conceito à luz da perspectiva topológica e da teoria dos grafos (Haggett & Chorley, 1972, pp. 3-7). De acordo com Corrêa, o tema das redes tem

sido abordado pelos geógrafos a partir de diferentes vias que não são, de forma alguma, mutuamente excludentes, dentre elas, destacam-se as seguintes: à diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relação entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e as relações entre cidade e região. Conforme destaca esse último autor, a noção de rede nem sempre aparece explicitamente nos trabalhos clássicos, porém, em praticamente todos, encontra-se implícita (Corrêa, 1988a, p. 108).

Dentre os mais numerosos e significativos estudos realizados sobre o tema das redes ou sistemas urbanos, estão aqueles dedicados à localização, distribuição e organização das cidades, núcleos ou centros urbanos. Segundo nos conta Edward Ullman, uma das primeiras e mais importantes contribuições teóricas já fornecidas a esse respeito foi feita pelo geógrafo alemão Von Thünen em seu clássico estudo intitulado *Der isolierte Staat*, publicado originalmente em 1826, onde "he postulated an entirely uniform land surface and showed that under ideal conditions a city would develop in the center of this land area and concentric rings of land use would develop around the central city" (Ullman, 1941, p. 1). Ainda segundo Ullman, outra contribuição importante foi aquela fornecida em 1841 por Kohl, que estudou a relação existente entre as cidades e os ambientes naturais e culturais, dando particular atenção à influência que as vias de transporte exerciam na localização dos centros urbanos; mesmo argumento que foi sustentado por Cooley em 1894, que percebeu algum nível de relação causal entre a existência das redes ferroviárias a formação e o desenvolvimento dos núcleos urbanos centrais (ver Ullman, 1941, pp. 1-2).

Para o geógrafo britânico Peter Haggett, a chamada *Locational School in Geography* tinha como pressuposto básico a ideia de que caberia à geografia, fundamentalmente, o estudo acerca da lógica por detrás da localização espacial dos fenômenos. Nessa concepção, a geografia seria uma espécie de *distributional science*, uma ideia que é fortemente ancorada na proposição de Marthe (1877), que descreveu a geografia como sendo a ciência que se preocuparia em estudar as localizações geográficas (*'the where of things'*), o que justificaria a forte dependência desta ciência de conceitos oriundos da geometria e da matemática topológica (Haggett, 1965, pp. 12-13). Nesse contexto, além do clássico estudo de Von Thünen sobre a localização das atividades agrícolas, devemos mencionar ainda aquele realizado por Alfred Weber sobre a localização industrial,

originalmente publicado em 1909 (ver Haggett, 1971, p. 13; Christaller, 1966, pp. 6-7; Ullman, 1941, pp. 1-2 e Berry, 1965, p. 3).

Segundo diversos historiadores urbanos e teóricos das cidades, na Era Moderna, a constituição efetiva de uma rede (ou sistema) de centros de distribuição de bens e serviços teve início, ainda que embrionariamente, no século XVI, quando o capitalismo se expandiu de forma mais clara por toda a Europa. A partir desse momento, a cidade torna-se o lugar fundamental de desenvolvimento da divisão social e territorial do trabalho (Mumford, 1985 e Benevolo, 1982). É nesse contexto de amplas mudanças que, segundo nos conta Keli Bessa, a diferenciação/hierarquização dos centros ou núcleos urbanos foi descrita por franceses como o banqueiro Richard Cantillon em 1755; Jean Louis Reynaud, um engenheiro de minas que em 1841 elaborou um sistema geral de cidades organizadas segundo um padrão hexagonal; e posteriormente pela contribuição do engenheiro ferroviário León Lalanne, que também percebeu a organização de padrões hierárquicos diferenciados dos centros urbanos franceses. Além desses pioneiros, deve-se fazer menção ainda a um grupo de sociólogos rurais estadunidenses, com destaque para Charles J. Galpin e J. H. Kolb; além de alguns planejadores urbanos ingleses, como Charles B. Fawcett, por exemplo. Já o interesse dos geógrafos pelo tema da hierarquia urbana só foi realmente despertado, de acordo com Bessa, a partir das décadas de 1920 e 1930, com os estudos empreendidos por autores como Robert Dickinson, Vaino Auer e Walter Christaller (ver Bessa, 2012).

Certamente, o trabalho mais conhecido e influente acerca do tema da hierarquia urbana foi aquele produzido pelo geógrafo alemão Walter Christaller. Ainda na introdução do clássico *Central Places in Southern Germany* (1933), Christaller faz algumas observações muito interessantes. Segundo ele, em uma mesma região era possível observar a existência de centros urbanos de tamanhos variados e associados a funções diferentes, o que lhe suscitou o famoso questionamento: "Are there laws which determine the number, sizes, and distribution of towns?" (Christaller, [1933] 1966, p. 1).⁶³² Para responder a esse questionamento fundamental, Christaller retoma os trabalhos de uma série de autores que o precederam, conferindo especial destaque para as obras de Johann

⁶³² Em tradução livre: "Há leis que determinam o número, o tamanho e a distribuição de cidades?" (Christaller, 1966, p. 1).

Georg Kohl, Von Thünen e Alfred Weber que, segundo ele, proporcionaram, embrionariamente, a confecção de uma "theory of location of the urban trades and institutions" (Christaller, 1966, p.7).⁶³³

Walter Christaller observou que o processo de centralização (*centralization*) de algumas atividades específicas em determinados setores das cidades, era uma forma de organização espacial comum a diferentes sociedades. Ou seja, a cristalização de um contingente populacional ao redor de um lugar central (*central place*) que concentra as principais atividades administrativas, políticas e econômicas de uma dada comunidade/região, era vista por ele como um processo elementar de organização de diversas cidades ao redor do mundo, o que o levou a considerar que: "The chief profession - or characteristic - of a town is to be the center of a region" (Christaller, 1966, p.16).⁶³⁴ O processo de centralização de determinadas atividades (sociais, econômicas, políticas, administrativas etc.) deu origem, nesse sentido, aos chamados lugares centrais (*central places*), aos quais pode ser atribuído um princípio de organização espacial/funcional hierárquico (Christaller, 1966).⁶³⁵

Até Christaller, os pesquisadores interessados em mensurar a importância de um dado núcleo central ou de uma cidade qualquer, adotavam, geralmente, um dos seguintes critérios: enquanto uns utilizavam o critério do tamanho da população que se dirigia até aquela área para fazer uso dos bens e serviços ali oferecidos; outros preferiam utilizar o critério do tamanho em área que aquela população, polarizada pelo núcleo central em questão, ocupava, isto é, o alcance espacial da demanda dos bens e serviços ali oferecidos. Segundo Christaller, porém, a melhor maneira de se mensurar a importância de um dado núcleo central seria através de uma combinação de vários critérios, que determinaria não apenas a importância de um núcleo central para sua hinterlândia, mas também a sua

⁶³³ Em tradução livre: "uma teoria da localização do comércio e das instituições urbanas" (Christaller, 1966, p.7).

⁶³⁴ Em tradução livre: "o papel mais importante – ou característico – de uma cidade é ser o centro de uma região" (Christaller, 1966, p.16).

⁶³⁵ "Those places which have central functions that extend over a larger region, in which other central places of less importance exist, are called central places of higher order. Those which have only local central importance for the immediate vicinity are called, correspondingly, central places of lower and of the lowest order. Smaller places which usually have no central importance and which exercise fewer central functions are called auxiliary central places" (Christaller, 1966, p. 17).

posição hierárquica em relação aos outros núcleos centrais que compõe esse sistema urbano. Essa importância seria derivada, em princípio, do tipo de bens e serviços que essa área central produz e distribui, quando comparada com aqueles oferecidos pelos demais núcleos urbanos: "But in an exact sense, it is not the place, or even the settlement, which is central. Centrality refers less to the merely spatial central location than to the central function in a more abstract sense" (Christaller, 1966, p. 19). É nesse sentido que Christaller distingue os bens e serviços que são oferecidos nos lugares centrais de ordem superior (*higher order*), daqueles bens e serviços associados aos lugares centrais de ordem inferior (*low order*) (Christaller, 1966).⁶³⁶

Ainda segundo Christaller, a região para o qual um lugar central exerce centralidade recebe o nome de região complementar (*complementary region*) ou simplesmente área de influência. O tamanho da região complementar, conforme comentado anteriormente, é geralmente definido pelos tipos de bens e serviços que são oferecidos no lugar central em questão: "We shall call the complementary region of a central place of a higher order the complementary region of a higher order, and the complementary region of a central place of a lower order the complementary region of a lower order" (Christaller, 1966, p. 21).⁶³⁷ Segundo esse critério, quanto maior for a distância percorrida pela população dispersa ao redor de um núcleo central para aquisição de um bem ou serviço oferecido naquela área, maior será a centralidade do lugar central em tela (Christaller, 1966, pp. 22).

Resumidamente, podemos dizer que a ideia fundamental desta teoria é de que há na rede urbana o estabelecimento de um sistema hierárquico entre os centros e subcentros que o compõe, organizados segundo um padrão espacial relacionado à disponibilidade de bens e serviços. Os geógrafos, normalmente, caracterizam uma localidade central como sendo um ponto de concentração e irradiação de fluxos comerciais, financeiros, sociais, administrativos, de pessoas, de ideias etc. Nesta perspectiva, a centralidade é vista como uma espécie de medida do grau de importância de uma dada área para um determinado

⁶³⁶ "Furthermore, we may distinguish between central goods of a higher order which are produced and offered at central places of a higher order, and central goods of a lower order which are produced and offered at central places of lower order (but also at all places of a higher order" (Christaller, 1966, p. 19).

⁶³⁷ (Em tradução livre): "Nós chamaremos a região complementar de um lugar central de ordem superior de região complementar de ordem superior, e a região complementar de um lugar central de ordem inferior de região complementar de ordem inferior" (Christaller, 1966, p. 21).

público, sendo expressa pela magnitude dos bens e serviços oferecidos e por sua área de influência. Conforme enfatiza Roberto Lobato Corrêa, é necessário cuidado para que não se extrapole o alcance explicativo dessa teoria. Todas as teorias se referem a fenômenos histórica e socialmente produzidos, estando sempre sujeitas, portanto, às transformações em curso (ver Corrêa, 1997, pp. 15-36).

De acordo com Brian Berry e Allen Pred, o interesse pela Teoria dos Lugares Centrais formulada por Walter Christaller na década de 30 demorou ainda alguns anos para ser verdadeiramente despertado. Somente após a segunda metade da década de 60 que algumas reflexões sistemáticas sobre esse tema começaram efetivamente a serem feitas, sobretudo no EUA. Uma das primeiras reflexões em língua inglesa que incorporaram as ideias de Christaller foi feita por Edward Ullman em seu clássico texto *Theory of Locational for Cities*, publicado originalmente em 1941. A primeira tradução significativa para o inglês do texto original completo fora feita apenas em 1966 sendo, a partir de então, amplamente difundida pelo mundo (Berry & Pred, 1965, p. 3).

Segundo Luiz Augusto Ablas, desde a contribuição fundamental fornecida por Christaller, vários trabalhos foram escritos sobre o tema. Talvez um dos primeiros e mais lembrados exemplos tenha sido o estudo realizado por August Lösch intitulado *The Economics of Location*, publicado originalmente em alemão em 1939 e em inglês em 1954. Segundo Ablas, de maneira geral, podemos dizer que a contribuição fundamental do livro de Lösch foi ter percebido, observando a distribuição espacial das indústrias, que a formação das aglomerações humanas seria o resultado conjunto da localização individual de pessoas e das firmas que tenderiam a se aglomerar em alguns setores específicos do espaço (Ablas, 1982, p. 64). Já no final da década de 60, Martin Beckmann, partindo dos argumentos desenvolvidos por Lösch, apresenta outra contribuição importante em seu livro *Location Theory*, de 1968. Segundo Ablas, Beckmann parte de uma teoria da localização tendo como objetivo fundamental demonstrar que a organização final das redes de cidades seria também o resultado de decisões individuais de localização dos múltiplos agentes envolvidos (Ablas, 1982, p. 84).

Outra contribuição seminal foi oferecida por Brian Berry e William Garrison em 1958, no qual os autores ratificam a importância da ideia de alcance espacial de um produto ou serviço e refletem sobre a influência que a variável densidade demográfica teria sobre a localização do comércio varejista. Eles demonstraram que, nas áreas caracterizadas por

baixas densidades demográficas, o comércio varejista não se expandia tanto como ocorria nas áreas caracterizadas por altas densidades, mesmo que essas primeiras ostentassem áreas de influência maiores (Corrêa, 2000).⁶³⁸

Conforme destacado por Brian Berry, Allen Pred e também pelo próprio Christaller, a teoria dos lugares centrais foi formulada como uma teoria dedutiva geral que tinha por objetivo explicar o tamanho (*size*), o número (*number*) e a distribuição (*distribution*) dos núcleos urbanos (*towns*), partindo da hipótese de que haveria algum princípio ordenador que lhe governaria. Para Berry e Pred, todavia, apesar da importância desta teoria para a descrição, interpretação, compreensão e explicação de determinadas aspectos ou fenômenos característicos das redes ou sistemas urbanos, ela não esteve imune às críticas: em função de sua grande influência nos estudos urbanos, muitos foram os autores que, corretamente, demonstraram os limites de validade desta teoria (ver Berry & Pred, 1965).⁶³⁹

No Brasil, algumas importantes contribuições sobre o tema das redes urbanas, em geral, e da teoria das localidades centrais, em particular, foram feitas, primeiramente, por Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig e, posteriormente, por Milton Santos (1958) com sua tese de doutorado sobre as zonas de influência comercial da Bahia; Lysia Bernardes (1964) com seu estudo sobre a região de influência da cidade do Rio de Janeiro e por Roberto Lobato Corrêa com uma série de estudos sobre a rede urbana brasileira; isso sem mencionar os diversos estudos realizados pelo IBGE relativos ao conjunto do território

⁶³⁸ Para Roberto Lobato Corrêa, a principal contribuição fornecida por Brian Berry, "*reside no modelo no qual a estrutura comercial da grande cidade é caracterizada por três componentes básicos: uma hierarquia de centros comerciais, alinhamentos ou eixos comerciais e, como ampliação às propostas anteriores, setores funcionais especializados*" (Berry, 1963 *apud* Corrêa, 2000, p. 11).

⁶³⁹ "*Christaller's models have, of course, been criticized. Two common types of criticism are a) that central place theory is not a general theory of location for all cities, but must be supplemented by theories applying, for example, to industrial cities, and b) that the patterns of hexagonal trade areas in the ideal model illustrating the principle of marketing are not found in reality. Both of these criticisms are readily acceptable. Rather than being a general theory of cities, central place theory is a theory of location of tertiary activity. It is more limited than Christaller originally thought because other principles of urbanism are needed, yet more general because it also applies within cities. It goes without saying that no one expects an ideal case to be found anywhere in the real world*" (Berry & Pred, 1965, pp. 5-6).

nacional e das incontáveis teses, dissertações e artigos já produzidos sobre o tema no Brasil (Corrêa, 2000, p. 10).⁶⁴⁰

5 - O sistema de espaços públicos: a centralidade pública

Tal como argumentado nos primeiros capítulos desta tese, o conceito de espaço público, apesar polissêmico, denota a existência de um fenômeno caracterizado por uma dupla dimensão: trata-se de um objeto fisicamente constituído (praças, parques, calçadas, ruas, morfologias, equipamentos etc.) e de um conjunto de relações sociais (interações, práticas, comportamentos, apropriações, usos, manifestações etc.) (Gomes, [2000] 2010). Segundo Jürgen Habermas, o espaço público é um dos lugares de manifestação empírica da esfera pública, onde pessoas privadas se reúnem enquanto público para debater questões de interesse público (Habermas, 1984). Para Hannah Arendt, o espaço público é a arena fundamental do embate político, da convivência entre os livres e diferentes e, portanto, o lugar de manifestação, discussão e conciliação do conflito de interesses (Arendt, 2002). Aqui, em particular, estamos interessados em unir essas duas esferas, objetos e ações, formas e conteúdos, morfologias e comportamentos que, à luz de um ponto de vista geográfico, devem ser pensadas conjuntamente (Gomes, 2012).

Ao falarmos em espaços públicos, inevitavelmente, nos vem em mente sua tradicional dimensão política. Neste trabalho, particularmente, além dessa evidente esfera política, queremos valorizar duas outras importantes características desses espaços: sua dimensão interacional e sua dimensão espacial. Trata-se, pois, de reconhecer o espaço público como um lugar fundamental para o exercício da sociabilidade (Simmel, 2006), um conjunto de formas de interações sociais específicas, derivadas do encontro de pessoas diversas em logradouros públicos, isto é, em lugares de exposição pública (Gomes, 2010). Nos espaços públicos, cotidianamente, um grande “encontro marcado” parece ocorrer: pessoas muito diversas entre si optam por realizar uma série de atividades acompanhadas

⁶⁴⁰ Para uma discussão sobre algumas características específicas das redes urbanas brasileiras, ver (Corrêa, 1988b).

de pessoas desconhecidas, onde tudo é mediado por diferentes formas de interação que caracterizam um processo de coexistência espacial (Gomes e Ribeiro, 2020).⁶⁴¹

Ao realizarmos nosso estudo empírico, partimos da seguinte hipótese: os diversos espaços públicos existentes nas cidades compõem um sistema articulado em cuja distribuição da publicidade, o atributo daquilo que é público, não é homogênea. Em outros termos, à luz de uma reflexão baseada em dados empíricos de fonte primária, pretendemos refletir sobre três coisas: 1) a existência desse sistema articulado de espaços públicos; 2) a distribuição heterogênea da publicidade e; 3) a espacialidade da sociabilidade pública. Com nossos dados, foi possível analisar o funcionamento desse sistema em três escalas geográficas distintas: a escala intra-urbana (cidade do Rio de Janeiro); a escala local (bairro da Tijuca); e a escala micro (praças do bairro). Enquanto geógrafos que somos, nosso interesse fundamental se dirige para a espacialidade dos fenômenos; nesse sentido, em poucas palavras: propomos uma geografia da sociabilidade pública.⁶⁴²

Uma característica notória da bibliografia especializada no tema das redes ou sistemas urbanos diz respeito ao fato de que na maioria dos trabalhos os espaços públicos livres ou abertos são simplesmente ignorados na composição dos modelos explicativos e representativos, tanto do ponto de vista teórico-conceitual (qualitativo), quanto do ponto de vista empírico (quantitativo), isto é, enquanto objetos físicos que compõe o espaço urbano. Os espaços públicos de permanência e de circulação: praças, parques, alamedas, largos, esquinas, áreas centrais, espaços vegetados, canteiros, jardins, praias, calçadas, ruas, avenidas, estradas, autoestradas, trilhas etc., constituem parte significativa do espaço físico de qualquer cidade do mundo. Por que, então, geralmente, os espaços públicos são sub-representados nesses modelos explicativos e de representação na bibliografia

⁶⁴¹ *“Estamos chamando esse encontro marcado de sociabilidade pública e percebemos rapidamente que o lugar onde ele ocorre é um elemento básico para compreendermos o sentido do que ali está se passando, o encontro social e suas dinâmicas (...) Dissemos pública pois há infinitas formas de sociabilidade que regulam nossas maneiras de interagir com pessoas em diferentes ambientes, em diferentes momentos e circunstâncias. Estamos considerando aqui apenas aquelas formas de trocas ocorridas em locais públicos entre indivíduos que, em princípio, não se conhecem, mas se reúnem em locais de exposição pública, locais investidos da aptidão para promover o encontro social sob a forma de uma coexistência espacial entre diferentes e desconhecidos”* (Gomes & Ribeiro, 2020, p. 6).

⁶⁴² *“Queremos apenas afirmar que há um interesse inequívoco da geografia nesse tema uma vez que para nós, geógrafos, devemos partir dos espaços, devemos observá-los, descrevê-los, conhecê-los. O interesse que guia essa matéria, a unidade de análise, são os lugares antes de serem as outras variáveis que atuam nas interações sociais públicas”* (Gomes & Ribeiro, 2020, p. 10).

especializada? Seria possível vislumbrar várias hipóteses para essa indagação; conforme comentado anteriormente, de maneira geral, podemos dizer que uma das possíveis respostas diz respeito ao fato de que o debate sobre o tema as redes e sistemas urbanos foi marcado por certo economicismo que, apenas recentemente, tem sido mais amplamente questionado.

Nesse contexto, cabe a pergunta: seria possível falar em um sistema articulado de espaços públicos? Na arquitetura, no urbanismo e no planejamento urbano, atualmente, essa é uma categoria bastante difundida, utilizada quase que de generalizada (para não dizer banal); porém, na maioria dos casos, não há uma formulação teórica mais aprofundada sobre o tema. Nos influentes estudos de Jane Jacobs (*Death and Life in Great American Cities*, 1961) e William Whyte (*The Social Life of Small Urban Space*, 1980), por exemplo, a expressão espaço público aparece pouquíssimas vezes e não há absolutamente nenhuma discussão conceitual sobre o tema, mesmo que ambos os autores façam referência, ainda que de maneira indireta, tanto à ideia de espaço público, quanto à ideia de sistema urbano. Geralmente, arquitetos, urbanistas e planejadores se concentram em demonstrar em seus modelos de representação que os diversos espaços públicos livres e/ou abertos se conectam uns aos outros através da malha urbana, isto é, das vias de comunicação ou circulação que interligam os diferentes setores das cidades. Tendo em vista o caráter técnico de muitos desses trabalhos, os espaços públicos são geralmente descritos como meros objetos físicos, isto é, como partes constituintes da infraestrutura urbana: suas dimensões política, sociológica, antropológica, simbólica etc., são postas em segundo plano.

Na ciência geográfica, mais especificamente, desde a ascensão da *Spatial Science* nos anos 60 e, particularmente, dos trabalhos de geógrafos como Brian Berry e diversos autores alinhados ao positivismo lógico, que foram os primeiros a incorporar a ideia de sistema urbano na geografia, o tema dos espaços públicos não recebeu praticamente nenhuma atenção (ver Berry, 1964; Simmons, 1980). Nos anos 70, quando a geografia crítica ou radical ganhou importância, especialmente à luz da perspectiva marxista, como no conhecido livro do geógrafo britânico David Harvey *Social Justice and the City* ([1973] 1988), onde a cidade é concebida como um complexo e desigual sistema, assim como na maior parte dos estudos urbanos anteriores à década de 90, os espaços públicos foram praticamente ignorados. O mesmo pode ser dito em relação ao influente livro *La*

Question Urbaine ([1972] 1983) do sociólogo espanhol Manuel Castells que trata, entre outras coisas, da distribuição desigual dos sistemas de infraestrutura urbana nas cidades capitalistas (marxismo estruturalista); e do conhecido livro *Le Droit à la Ville* ([1968] 2000] do filósofo francês Henri Lefebvre, onde o autor concebe o sistema urbano como um bem coletivo que, nas cidades capitalistas, onde impera a desigualdade, torna-se um privilégio de poucos. Em todos esses exemplos a expressão espaço público praticamente não aparece nos textos.

Com o presente estudo, buscamos preencher essa lacuna; para tal, adaptamos alguns conceitos básicos da *Teoria das Localidades Centrais* para o estudo dos espaços públicos. Não se trata, pois, de uma aplicação fidedigna desta teoria à escala intraurbana, com todas as implicações metodológicas que essa tarefa nos exigiria, tal como fizeram, dentre outros: Hans Carol em *Hierarchy of Central Place Functions Within the City* (1960); A. K. Dutt em seu *Intra-City Hierarchy of Central Places: Calcutta as a Case Study* (1969) e Warn, A. e Daniels, P. com o artigo *Spatial Aspects of an Intrametropolitan Central Place Hierarchy* (1979) (*apud* Berry & Pred, 1965). Nesta tese, mais especificamente, trata-se da adaptação de alguns conceitos fundamentais como *centralidade, área de influência e lugar central*, tal como definidos por Walter Christaller e tantos outros autores. Com isso, esperamos propor uma reflexão geográfica acerca do tema dos espaços públicos, em geral, e da sociabilidade pública, em particular.

De maneira geral, podemos dizer que a ideia de lugar, localidade ou núcleo central (*city/tower*) se refere à uma área de convergência de fluxos de pessoas, objetos, informações, ideias, bens, produtos, serviços etc. Conforme argumenta Charles Colby (1933), nas cidades modernas, as formas e localizações urbanas estão sempre em constante movimento de transformação, cabendo a nós geógrafos interpretarmos esse complexo e ininterrupto processo de mudança. Segundo Colby, há diversas variáveis que interferem nesse processo de transformação, mas existem dois tipos de processos que são particularmente importantes: as forças centrípetas e as forças centrífugas.⁶⁴³ A formação

⁶⁴³ "The modern city is a dynamic organism constantly in process of evolution. This evolution involves both a modification of long-established functions and the addition of new functions. Such functional developments call for new functional forms, for modification of forms previously established, and for extensions of, and realignments of, the urban pattern. Apparently, these developments of function, form, and pattern are governed by a definite although as yet imperfectly recognized set of forces. Among these forces, two groups stand out prominently. The first group is made up of the centrifugal forces which impel

das localidades centrais, por exemplo, apesar de ostentar características específicas em diversas cidades, é derivada da atuação das assim chamadas forças centrípetas, leia-se, um conjunto de variáveis que influenciam a escolha pela localização funcional central de determinadas atividades, objetos, serviços, bens etc. nas cidades (Colby, 1933).⁶⁴⁴

O processo de centralização das funções ou atividades urbanas nas localidades centrais, tal como argumentado por Roderick D. McKenzie, aparece como sendo “um efeito da tendência dos seres humanos a afluir para determinadas localizações para satisfazer interesses comuns específicos, (...) é uma forma temporal de concentração, uma ação alternada de forças centrífugas e forças centrípetas” (Em tradução livre, Mckenzie, 1974, p. 63). Conforme argumentado anteriormente, para Roberto Lobato Corrêa, do ponto de vista conceitual, a centralidade pode ser entendida como uma espécie de medida do nível de importância de uma atividade ou função para um determinado público, ou seja, quanto maior a área polarizada por uma atividade, função ou lugar, maior será a sua centralidade, leia-se, a capacidade de atrair fluxos, pessoas, objetos, fenômenos, ideias etc. Trata-se, pois, nesse sentido, de uma organização espacial/funcional hierárquica (Corrêa, 1997).

Se concordarmos com o fato de que os espaços públicos também estão inseridos no sistema urbano, por analogia, podemos dizer que a sociabilidade pública também se organiza espacialmente à luz de uma ordem hierárquica de localidades, leia-se, os espaços ou logradouros públicos que compõe uma mesma cidade ou sistema de cidades. Por motivos variados, alguns espaços públicos se transformam naquilo que poderíamos chamar de lugares centrais para a sociabilidade pública, ou seja, se convertem em localidades que atraem grande número e diversidade de pessoas que ali se reúnem com o objetivo de realizar várias atividades e, sobretudo, interagir socialmente com indivíduos e grupos diversos. Em praticamente todas as cidades do mundo, pode-se afirmar que os indivíduos e grupos que as habitam conferem valores e significados distintos aos espaços públicos por eles frequentados. Faz parte da vida na cidade, nós sempre escolhemos entre

functions to migrate from the central zone of a city towards, or actually to or beyond, its periphery, while the second includes powerful centripetal forces which hold certain functions in the central zone, and attract others to it” (Colby, 1933, p. 1).

⁶⁴⁴ *“This study led to the conclusion that the centrifugal forces are made up of a combination of uprooting impulses in the central zone and attractive qualities of the periphery, while the centripetal forces focus on the central zone and make that zone the center of gravity for the entire urbanized area” (Colby, 1933, p. 1).*

um número restrito de possibilidades, aqueles espaços públicos que mais nos agradam: que reúnem públicos mais ou menos heterogêneos, que ostentam determinadas características físico-morfológicas, que possibilitam a realização de atividades diversas e assim sucessivamente.

Para que possamos conceber um espaço público como uma localidade central para a sociabilidade, isto é, uma área ou logradouro que atrai um público diverso com o objetivo de interagir socialmente, ele precisa ostentar três características principais: 1) *a diversidade quantitativa/qualitativa do público*, ou seja, o seu público frequentador precisa ser maior e mais heterogêneo do que aquele encontrado em outros logradouros que compõe o mesmo sistema de espaços públicos no qual ele está inserido; 2) *a regularidade e/ou frequência*, isto é, a ocupação desses espaços não pode ser oriunda apenas de eventos ou ocasiões extraordinárias, levando-se em consideração determinados intervalos de tempo e; 3) *o tamanho da área de influência*, ou seja, esse espaço público deve polarizar uma região maior do que aquela de outros logradouros que compõe o mesmo sistema de espaços públicos. Assim sendo, em poucas palavras, podemos dizer que quanto maior a área de influência e o tamanho e a diversidade socioespacial do seu público frequentador, maior será o grau de publicidade do espaço público em questão, no que se refere ao fenômeno da sociabilidade (ver Felix de Souza, 2014 e 2015).

Se concordamos com o geógrafo Paulo Cesar Gomes, ou seja, se dissermos que aquilo que qualifica um espaço como público é justamente a capacidade desse espaço de instituir um debate político/público, leia-se, um processo de coexistência espacial entre pessoas e grupos diversos entre si (Gomes [2000] 2010; 2012; 2018), seria perfeitamente legítimo refletir sobre a existência de um sistema hierárquico de espaços públicos, que possui uma dinâmica de funcionamento relativamente própria, que não está fora do sistema urbano, mas que ostenta algumas características específicas. Em resumo, quanto maior e mais heterogêneo for o público frequentador de um determinado espaço público e quanto maior for o tamanho de sua área de influência, ao menos em tese, maior será a complexidade deste processo de convivência político/pública, isto é, maior será o grau ou gradiente de publicidade deste espaço público; trata-se, pois, nesse sentido, de um sistema de espaços públicos que é ordenado segundo um padrão espacial hierárquico, em cuja distribuição da publicidade é heterogênea e a sociabilidade constitui um fenômeno unificador.

6 - Do sistema de espaços públicos às suas organizações espaciais internas

Tendo em vista o fato de que estamos propondo uma reflexão que leva em consideração diferentes escalas geográficas e analíticas, é um importante que tenhamos em mente a importância do debate acerca das escalas analíticas. Segundo Iná Elias de Castro, o conceito de escala é um instrumento analítico essencial da ciência geográfica, pois é a partir dessa noção que diferentes objetos de investigação se tornam inteligíveis, isto é, é a escala geográfica que confere visibilidade à uma determinada parcela ou dimensão da realidade fenomênica: “todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise considerada mais apropriada” (Castro, 2014, p. 90). Trata-se, pois, de uma abstração, de um constructo intelectual que torna os fenômenos visíveis em determinados patamares analíticos. Quando alternamos a escala, mudamos a natureza do fenômeno analisado, as variáveis envolvidas são outras, não havendo hierarquia entre diferentes escalas, ou seja, todos os fenômenos estudados são sempre igualmente complexos (Castro, 1995 e 2014).⁶⁴⁵

Como dissemos antes, à luz de nossos dados empíricos, propomos uma reflexão multiescalar: 1) na escala intraurbana, cidade do Rio de Janeiro, a partir da aplicação de entrevistas e questionários com frequentadores das três maiores praças da Tijuca, demonstraremos a existência de um sistema de espaços públicos, ou seja, quais são os espaços públicos mais utilizados na escala da cidade pelos diferentes indivíduos e grupos indagados nas praças tijucanas; 2) na escala local, bairro da Tijuca, com base em nossas observações de campo e nas entrevistas e questionários aplicados, propomos uma geografia da publicidade, isto é, demonstraremos como as praças localizadas no bairro da Tijuca possuem diferentes graus de publicidade e; 3) na microescala, praças do bairro, refletiremos sobre a espacialidade da sociabilidade pública, a ordem espacial dos comportamentos e morfologias, ou seja, com base em nossos manuais de observação,

⁶⁴⁵ “1. A escala não existe, o que existe é o fenômeno; 2. A escala é uma estratégia intelectual para abordar o real; 3. A escala como medida é uma abstração ou convenção; 4. A escolha da escala define o que é significativo no fenômeno, o que terá visibilidade; 5. Quando a escala muda, as variáveis significativas do fenômeno mudam; 6. As variáveis explicativas para fenômenos numa escala não são transferíveis, seja para o mesmo fenômeno ou para outro, em outra escala; 7. Não há hierarquias entre escalas, cada escala revela um conjunto de causalidades específicas; 8. A microescala não é menos complexa do que a macroescala” (Castro, 2014, p. 92).

analisamos geograficamente os comportamentos das pessoas e grupos em relação às morfologias físicas.

7 - Os conceitos empíricos: os elementos polarizadores e as unidades morfo-comportamentais

Como já refletimos conceitualmente sobre a noção de sistema de espaços públicos e sobre a ideia da centralidade pública, refletiremos agora sobre os conceitos que criamos para tornar inteligível a espacialidade da sociabilidade pública nas praças tijuicanas. Enquanto o geógrafo Alexander Von Humboldt falava em “leis empíricas”, no presente tópico, gostaríamos de desenvolver a ideia de “conceitos empíricos”. Não entraremos aqui naquela antiga discussão filosófica do dilema epistemológico kantiano: é a experiência que precede o conceito, ou é o conceito que precede a experiência? Em outros termos, é a nossa experiência no mundo empírico que molda os conceitos que utilizamos para refletir sobre ele, ou vice e versa? Seguindo a formulação da filósofa Hannah Ginsborg, concebemos a ideia de conceitos empíricos como mais uma tentativa de conciliar essas duas possibilidades (Ginsborg, 2006). No presente tópico, apresentaremos ao leitor dois conceitos geográficos que formulei para descrever e interpretar a espacialidade da sociabilidade nos espaços públicos, à luz de minhas observações do mundo empírico: trata-se da noção de elementos polarizadores e da ideia de unidades morfo-comportamentais.

Em minha dissertação de mestrado intitulada *Lapa: um lugar central para a sociabilidade noturna* (2014), com base em observações de campo, desenvolvi aquilo que estou chamando de alguns conceitos empíricos para descrever e interpretar a ordem espacial do fenômeno da sociabilidade nos espaços públicos no Bairro da Lapa, cidade do Rio de Janeiro. Naquela oportunidade, nos diversos trabalhos de campo que realizei, percebi a existência de alguns padrões espaciais de distribuição das aglomerações de indivíduos e grupos nos espaços públicos do bairro. Notei que essas pessoas circulavam e se concentravam em trechos ou pontos bastante específicos, ou seja, havia algumas áreas mais densamente ocupadas do que outras, configurando o que poderíamos chamar de diferentes áreas de concentração e/ou aglomeração de pessoas e, ao redor delas, havia áreas caracterizadas por uma maior dispersão e áreas vazias ou muito pouco ocupadas; todas interligadas por zonas de circulação, deslocamento ou trajetórias de pessoas.

Resumidamente, havia áreas de concentração, dispersão, vazios e áreas de circulação de pessoas (ver Felix de Souza, 2014; Felix de Souza & Campos, 2020).

No presente estudo propomos uma complexificação dessas ideias. Podemos dizer que cada um desses diferentes pontos de concentração reúne determinadas características que, de alguma maneira, atrai essas pessoas a esses lugares. Em outras palavras, para que um ponto no espaço possa se converter em uma área de convergência de fluxos de pessoas, é necessário que ele seja detentor de um conjunto de características que lhe confira uma força de atração. A partir de agora, chamaremos de *elementos polarizadores* esse conjunto de interesses e necessidades individuais e coletivas que atrai e reúne diferentes públicos de indivíduos e grupos em determinadas áreas, as *unidades morfo-comportamentais*, isto é, localizações geográficas precisas que ostentam diversas formas, tamanhos, funções e usos e que unificam um conjunto de morfologias físicas (equipamentos, mobiliário, objetos etc.) e comportamentos individuais e coletivos (diferentes públicos, formas de uso, tipos de apropriação etc.). Em resumo: os elementos polarizadores constituem as forças de atração e as unidades morfo-comportamentais são as localizações geográficas que reúnem determinadas morfologias físicas e comportamentos individuais e coletivos. Os nomes podem parecer estranhos, mas as ideias são simples e se mostraram muito úteis para interpretar a ordem espacial da sociabilidade pública nas praças tijuquinas, à luz de um ponto de vista geográfico. No próximo capítulo, quando apresentarmos exemplos concretos, essas ideias certamente ficarão menos obscuras.

8 - Uma geografia da sociabilidade pública

"A fixidez espacial de um objeto de interesse provoca determinadas formas de relação que se agrupam entorno dele" (Simmel, 2013, p. 85). Como bem notou o filósofo e sociólogo fundador da sociologia formal, Georg Simmel, o espaço, pode ser concebido como um organizador das relações sociais, trata-se de uma dimensão de estudos fundamental para entendermos determinados objetos de investigação científica. Em se tratando do tema da sociabilidade pública, não resta dúvidas: a geografia tem algo a dizer! Todas as formas de interações face a face existentes, sejam elas quais forem, dependem de uma certa disposição, arranjo, organização ou ordem espacial para que se realizem. Para que as interações face a face possam se converter em sociabilidade, isto é, indivíduos e grupos que se reúnem com o exposto intuito de interagir socialmente, as pessoas

precisam, invariavelmente, se encontrar: escolher onde e quando esses encontros ocorrerão, entre diversas possibilidades que o sistema de espaços públicos pode oferecer.

Dependendo do tipo de encontro público que essas pessoas desejem experimentar, elas deverão escolher entre um ou outro espaço público. Por exemplo, se essas pessoas quiserem experimentar uma sensação mais cosmopolita e heterogênea, caracterizada como uma reunião muito diversa de pessoas, elas precisarão escolher um espaço público que ostente uma enorme capacidade de atração de públicos diversos. Como se sabe, nem todos os espaços públicos existentes nas cidades apresentam essas características. Por motivos variados, alguns espaços públicos se convertem em espaços privilegiados para o estabelecimento de encontros com pessoas diversas, enquanto outros resguardam uma escala de atratividade menor. Em outras palavras, há alguns espaços públicos que ostentam graus de publicidade maiores do que outros, pois eles conseguem atrair públicos muito diversos e de lugares muito distantes.

Pensemos em uma tipologia simples que diferencie o grau de publicidade dos diversos espaços públicos que compõe o sistema da escala intraurbana de uma cidade qualquer: 1) espaços públicos de primeira ordem, escala de atratividade nacional e internacional (área de influência: a cidade, a região metropolitana, outros municípios, estados e nações); 2) espaços públicos de segunda ordem, escala de atratividade regional (área de influência: um conjunto de bairros, ou regiões) e; 3) espaços públicos de terceira ordem, escala de atratividade local (área de influência: o bairro, o quarteirão, as ruas). Nessa tipologia hipotética, o sistema de espaços públicos ostenta uma hierarquia funcional e espacial baseada em diferentes graus de publicidade, a centralidade pública.

Por analogia, podemos utilizar esse mesmo raciocínio para descrevermos, interpretarmos, compreendermos, analisarmos e explicarmos a distribuição heterogênea da publicidade em diversas escalas geográficas. Eis a nossa proposta nessa pesquisa: adaptar o esquema teórico básico que apresentamos ao longo desse capítulo para a escala do bairro da Tijuca. Mais especificamente, pretendemos demonstrar como o fenômeno da sociabilidade pública se organiza espacialmente no sistema de praças do bairro, em sua relação com o sistema de espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro. Ao descrevermos minuciosamente todas as praças do bairro da Tijuca, à luz de nossas observações de campo, propomos ao leitor aquilo que estamos chamando de uma geografia da sociabilidade pública.

9 - Os trabalhos de campo e os instrumentos metodológicos desta pesquisa

A distribuição das ações e objetos, comportamentos e morfologias físicas, atividades e equipamentos urbanos e das formas de interação social nos espaços públicos não é aleatória, isto é, há uma lógica na ordem espacial deste fenômeno que é a sociabilidade pública. Cabe a nós, enquanto geógrafos, tornar esta espacialidade inteligível. Para tal, adaptamos nesta pesquisa alguns instrumentos metodológicos concebidos pelo Grupo de Pesquisa Território e Cidadania: trata-se de uma espécie de guia descritivo, que nos possibilita destacar a espacialidade das formas de ocupação, interação e sociabilidade nos espaços públicos.⁶⁴⁶ Com estes instrumentos metodológicos buscar-se-á saber, de maneira geral, quatro coisas: *quem interage, como interage, quando interage e, sobretudo, onde interage?*

1. Questionário fechado: descreve o perfil sociodemográfico dos frequentadores e o grau de centralidade dos espaços públicos pesquisados; (dado quantitativo)
2. Entrevista estruturada: descreve as diferentes formas de uso, apropriação e vivência dos frequentadores, ou seja, como as pessoas utilizam esses espaços públicos, o que leva as atraem nestes espaços, como as pessoas se classificam, que imagem elas constroem umas das outras, como elas interagem socialmente etc. (dado qualitativo)
3. Manual de observação: descreve as diferentes formas de interação de indivíduos e grupos em sua relação com as morfologias físicas (códigos de conduta, de vestimenta, de comunicação etc., associados às diversas unidades morfológicas e comportamentais) (observação direta: dado quantitativo/qualitativo)

Com estes instrumentos esperamos responder algumas questões que nos parecem fundamentais:

1. O que leva as pessoas a irem a esses espaços públicos?
2. O que essas pessoas costumam fazer quando vão a esses espaços?
3. Quem é o seu público frequentador?

⁶⁴⁶ Disponíveis para consulta em anexo.

4. Como as pessoas se classificam, isto é, que "imagem" elas constroem umas das outras?
5. Podem ser observadas territorialidades e/ou territorializações nestas formas de ocupação?
6. Há conflitos de uso?
7. Como as atividades, os equipamentos e as pessoas se organizam em termos de espaço?
8. Que fatores ou parâmetros regulam esta disposição física das morfologias e dos comportamentos?
9. Qual a escala de atratividade (grau de publicidade) desses espaços públicos?
10. Quais são os seus diferentes *elementos polarizadores* e suas respectivas *unidades morfo-comportamentais*?
11. Qual a dinâmica de funcionamento desses espaços em termos temporais, seus ritmos de uso?
12. Como estão distribuídos os equipamentos públicos (morfologias), qual a sua relação com os usos (comportamentos) e que significados podemos extrair da relação estabelecida entre as morfologias físicas e os comportamentos individuais e coletivos?

Com a ajuda de alguns membros do Grupo de Pesquisa Território e Cidadania, graduandos e pós-graduandos, realizamos um total de 17 trabalhos de campo nas 29 praças existentes no bairro da Tijuca, em diferentes períodos da semana (dias de semana e fins de semana), em três momentos do dia (manhã, tarde e noite). Nestes trabalhos de campo foram aplicados cerca de 650 questionários (fechados), 45 entrevistas (estruturadas), 180 manuais de observação, além da captura de aproximadamente 3000 fotos e dezenas de vídeos, completando assim o quadro descritivo. Uma vez colhidos, os dados foram sistematizados, analisados e interpretados à luz de um ponto de vista geográfico. Tabelas, gráficos, mosaicos, fotos, nuvens de palavras, mapas, croquis e entrevistas selecionadas foram os principais recursos adotados para a exposição dos resultados, leia-se, para a composição de um quadro geográfico da sociabilidade pública das praças tijuicanas.

Figura 4: Tabela - coleta de dados dos trabalhos de campo

Coleta de dados dos Trabalhos de Campo		
Data	Praças	Dados
10/01/2018 Dia de Semana	Praça Comandante Xavier de Brito	Manuais de observação; questionários; entrevistas; fotos e vídeos
18/01/2018 Fim de Semana	Praça Comandante Xavier de Brito	Manuais de observação; questionários; entrevistas; fotos e vídeos
23/07/2018 Dia de semana	Praças 1-5 (Largo da Usina; Praça Professor Pinheiro Guimarães Ordem 3ª; Praça Bela; Praça Professor Godim Neto; Praça Tabatinga)	Manuais de observação e fotos
25/07/2018 Dia de semana	Praças 6-10 (Praça Hans Klussman dos bichos; Praça Gabriel Soares; Praça Barão de Corumbá; Praça São Charbel; Praça Lamartine Babo)	Manuais de observação e fotos
26/07/2018 Dia de semana	Praças 11-15 (Praça Inonimada MC Donald's; Praça Celso Rocha Miranda; Praça Luís Lã Saigne; Praça Vanhargem; Praça Hilda)	Manuais de observação e fotos
15/08/2018 Dia de semana	Praças 16-22 (Praça Dulce; Largo São Maron; Praça Carlos Paoleira; Praça São Francisco Xavier; Praça Irmãos Gonsalves Xavier; Praça Ziembinski; Praça Paulo Emílio Costa Leite)	Manuais de observação e fotos

22/08/2018 Dia de semana	Praças 23-26 (Praça Doutor Álvaro Bragança; Praça Manoel Coelho Mendes; Praça da Medalha Milagrosa; Praça Euzébio de Oliveira);	Manuais de observação e fotos
01/09/2018 Fim de semana	Praças 1-5 (Largo da Usina; Praça professor Pinheiro Guimarães Ordem 3ª; Praça Bela; Praça Professor Godim Neto; Praça Tabatinga)	Manuais de observação e fotos
02/09/2018 Fim de semana	Praças 6-10 (Praça Hans Klussman dos bichos; Praça Gabriel Soares; Praça Barão de Corumbá; Praça São Charbel; Praça Lamartine Babo)	Manuais de observação e fotos
08/09/2018 Fim de semana	Praças 11-15 (Praça Inonimada MC Donald's; Praça Celso Rocha Miranda; Praça Luís Lã Saigne; Praça Vanhargem; Praça Hilda)	Manuais de observação e fotos
09/09/2018 Fim de semana	Praças 16-22 (Praça Dulce; Largo São Maron; Praça Carlos Paoleira; Praça São Francisco Xavier; Praça Irmãos Gonsalves Xavier; Praça Ziembinski; Praça Paulo Emílio Costa Leite);	Manuais de observação e fotos
07/11/2018 Dia de semana	Praça Afonso Pena	Manuais de observação; questionários; fotos e vídeos
11/11/2018 Fim de semana	Praça Afonso Pena	Manuais de observação; questionários; entrevistas; fotos e vídeos
14/11/2018 Dia de semana	Praça Saens Peña	Manuais de observação; questionários; fotos e vídeos
22/11/2018 Dia de semana	Praça Comandante Xavier de Brito	Manuais de observação; questionários; fotos e vídeos

28/11/2018 Dia de semana	Praça Comandante Xavier de Brito	Manuais de observação; questionários; fotos e vídeos
15/12/2018 Fim de semana	Praça Saens Peña	Manuais de observação; questionários; fotos e vídeos

Capítulo IV

Sociabilidade pública nas praças tijucanas

1 - Introdução

O presente capítulo trata do nosso estudo de caso empírico: a sociabilidade pública das praças do bairro da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro. Gostaria de começar esse capítulo respondendo uma questão que me parece fundamental e que diz respeito à escolha do nosso recorte espacial, o bairro da Tijuca. Afinal de contas, por que esse bairro? Enquanto conceito, o bairro é uma unidade de área que pode ser individualizada levando-se em consideração diversos critérios: urbanísticos, político-administrativos, paisagísticos, funcionais, socioculturais, simbólicos, populacionais, locacionais, geográficos etc. Para o Estado, o bairro é uma das mais elementares unidades político-administrativas e de planejamento. Para a sociedade civil, os habitantes de um bairro residencial, por exemplo, o bairro é a vizinhança imediata, a comunidade, as relações sociais de proximidade, os símbolos e vínculos identitários compartilhados que se unificam em determinadas localizações geográficas etc. Trata-se, portanto, simultaneamente, de uma unidade simbólica e de uma unidade técnica (Soares, 1959; Teixeira e Machado, 1986).

A ideia de promover esse estudo surgiu da leitura de um trabalho anterior, realizado pela geógrafa Amanda Fernandes de Carvalho em sua monografia de conclusão do curso de bacharelado em geografia da UFRJ. Amanda Fernandes de Carvalho, que também integra o Grupo de Pesquisa Território e Cidadania, propôs um interessante estudo sobre o sistema de praças do bairro da Tijuca, enfocando aspectos de ordem quantitativa sobre as diferentes morfologias físicas e os tipos de uso e ocupação das praças do bairro (Carvalho 2016).⁶⁴⁷ O presente trabalho pretende ser, simultaneamente, um complemento e uma complexificação dessa proposta inicial, porém, fazendo uso de outros tipos de dados.

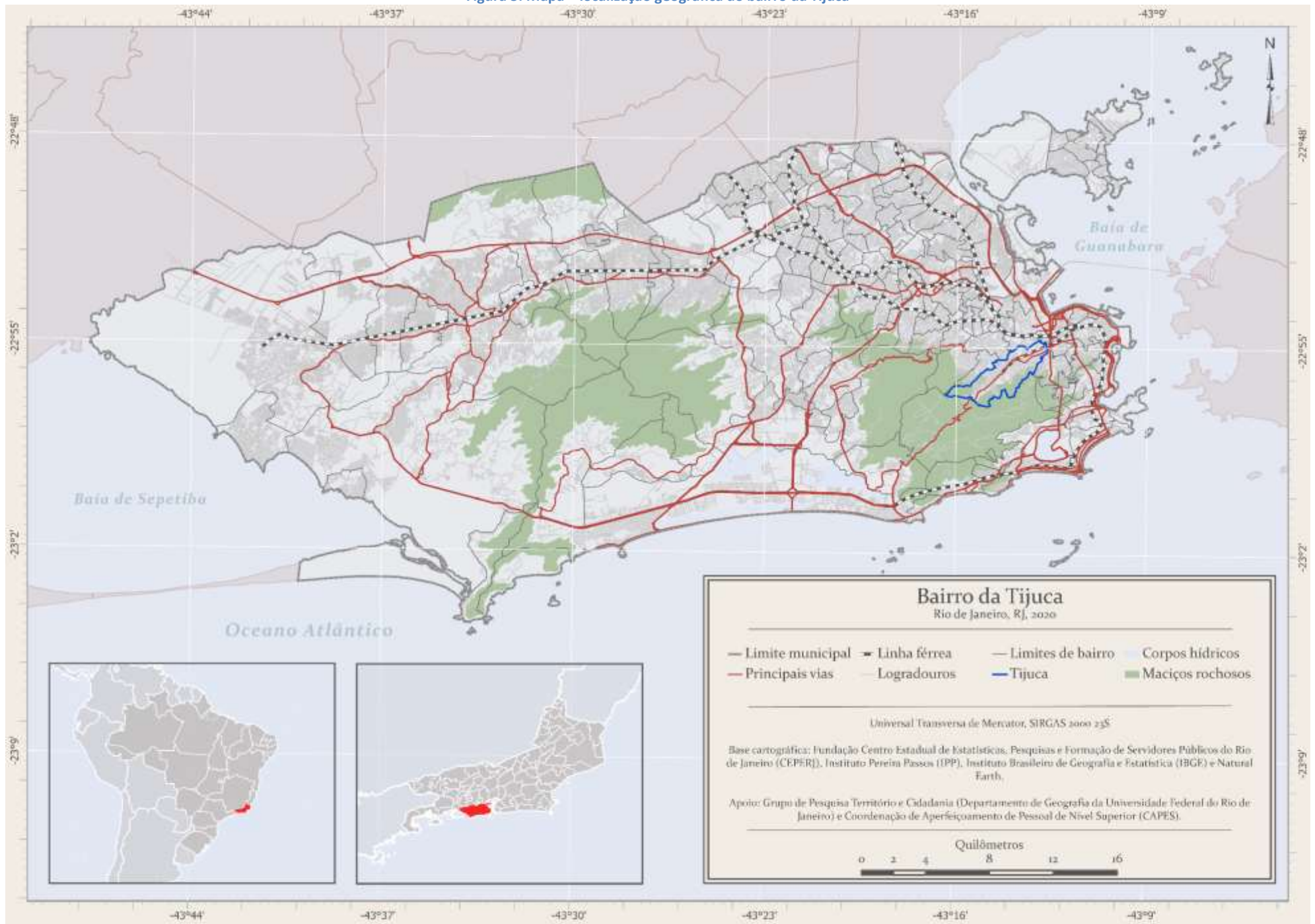
A Tijuca é um tradicional bairro residencial da Zona Norte do Rio de Janeiro, um dos mais antigos da cidade. A literatura que versa sobre o bairro é categórica ao afirmar, em tom nostálgico, que a sua história se confunde com a história da própria cidade. Segundo o último censo realizado pelo IBGE em 2010, o bairro conta hoje com uma população total de aproximadamente 170.000 pessoas. Há mais de 30 anos, sou um desses residentes, um tijucano típico: quando criança, frequentava os famosos cinemas da Praça Saens Peña,

⁶⁴⁷ Uma versão preliminar da monografia de conclusão de curso de Amanda Fernandes Carvalho foi publicada nos anais de um evento de geografia realizado em 2016, disponível para consulta em: <https://www.agb.org.br/wpcontent/uploads/2018/06/Amanda-Fernandes-de-Carvalho.pdf>

lanchava no Café Palheta e andava a cavalo na Praça Comandante Xavier de Brito, popularmente conhecida como a Praça dos Cavalinhos. Faz parte da minha memória afetiva, desde muito jovem celebro a vida pública tijuca, isto é, o conjunto das relações sociais que tem lugar nos espaços públicos do bairro, em especial, nas suas praças. Conforme veremos nas páginas que se seguem, eu não sou o único! Esse é, certamente, o principal motivo para a escolha do recorte espacial desta pesquisa: a pujante vida pública que sempre caracterizou a Tijuca e que, a meu ver, continua sendo uma característica marcante do bairro e da própria cidade do Rio de Janeiro.

Começaremos este capítulo apresentando o bairro da Tijuca, a constituição do seu espaço geográfico: sua história, seu sítio, seus habitantes, seus costumes, suas especificidades etc. Em seguida, convido o leitor para uma espécie de tour iconográfico, um percurso imagético comentado pelas 29 praças da Tijuca, desde a Usina até o Estácio, trata-se de uma espécie de quadro geográfico das praças tijuucas; em seguida, concentraremos nossa atenção nas três maiores praças do bairro, apresentando e analisando nossos dados empíricos de fonte primária (manuais de observação, questionários e entrevistas). Em poucas palavras: propomos uma reflexão sobre a espacialidade da sociabilidade pública das praças tijuucas em sua relação com o sistema de espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 5: Mapa – localização geográfica do bairro da Tijuca



2 - Apresentando o bairro da Tijuca

O nome Tijuca, muito antes de remeter ao bairro, deriva da palavra *ty-iuc* de origem indígena, mais especificamente Tupi, que significava líquido podre, lama, charco, pântano, brejo, atoleiro, lameiro. Inicialmente, associava-se a palavra Tijuca à Baixada da Tijuca, uma área alagadiça de baixa altitude que hoje abriga os bairros de Jacarepaguá e da Barra da Tijuca. Em um segundo momento, o nome Tijuca passou a nomear a Serra Carioca, também conhecida como Serra da Tijuca, atual Alto da Boa Vista, que abriga algumas das maiores montanhas dessa região e a famosa Floresta da Tijuca, localizada no Parque Nacional da Tijuca. Posteriormente, Tijuca passou a se referir também aos vales que se estendiam pela outra vertente da Serra Carioca, Vale do Andaraí Pequeno e Vale do Andaraí Grande, que hoje engloba os bairros que compõe a região administrativa da Grande Tijuca, composta pelos bairros da Tijuca, Praça da Bandeira, Alto da Boa Vista, Grajaú, Andaraí, Vila Isabel e Maracanã; bairros esses que, sob certo sentido, tem uma história comum (Cardoso et al, 1984; Santos, Leite & Franca, 2003; Rose & Aguiar, 2004).⁶⁴⁸

Antes do processo de urbanização, tanto os vales quanto a baixada e as montanhas da Tijuca eram consideradas áreas de difícil acesso pelas diversas etnias autóctones que aqui viviam, os “índios”, que ocupavam preferencialmente as baixadas litorâneas e as planícies fluviais dos rios que desembocavam na atual Baía de Guanabara. A partir do século XVI, quando teve início a “ocupação” (expropriação) do território nacional por outras populações no processo de colonização do Brasil pela coroa portuguesa, as terras que abrangiam a baixada, a serra e o vale tijucanos e toda a região que se estende do atual bairro do Catumbi até Inhaúma foram doadas para os padres jesuítas da Companhia de Jesus, pelo então capitão-mor da cidade, Estácio de Sá, com o nome de Sesmaria de Iguaçu (Cardoso et al, 1984; Rose & Aguiar, 2004).

Os padres ali estabelecidos rapidamente empreenderam um lucrativo negócio à época: construíram três importantes engenhos de açúcar (Engenho Velho, Engenho Novo e São

⁶⁴⁸ “É como se fosse assim: um nome que passeou. O nome Tijuca começou bem longe, bem baixo (lá ficou sendo Barra, e veio caminhando, subindo as montanhas (lá ficou sendo Serra), para depois vir descendo pelo Vale do Andaraí Pequeno até o Engenho Velho. Como se fosse um líquido, ou uma grande mancha, cobrindo todo o bairro com seu nome, do Alto da Boa Vista até a Rua Haddock Lobo, que é onde começa a sua história” (Cardoso et al, 1984, p. 27).

Cristóvão), se estabelecendo inicialmente na área que atualmente é ocupada pela Rua São Francisco Xavier, construindo ali uma igreja, algumas vias de circulação e uma série de outras edificações que, aos poucos, se expandiram para outros trechos dessa área. Para possibilitar os seus empreendimentos, utilizando a mão de obra de índios catequizados e escravos negros de origem africana, a cobertura vegetal original foi parcialmente suprimida; os cursos de alguns importantes rios foram alterados, canalizados ou represados,⁶⁴⁹ os pântanos e charcos foram sendo progressivamente aterrados, permitindo assim o estabelecimento de plantações de cana e de outros cultivos, além da criação de rebanhos que atendesse a demanda dos seus novos residentes: pessoas que ali se instalavam em troca de pagamentos oferecidos pelos jesuítas para promover a ocupação da área (Cardoso et al, 1984; Abreu, 1997; Santos, Leite & Franca, 2003; Rose & Aguiar, 2004).

Em 1759, quando a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil e suas terras foram transformadas em “bens públicos”, a estrutura territorial/fundiária dessa região foi completamente modificada: a enorme área que ocupava a Sesmaria de Iguazu (e os três ou dois engenhos de açúcar nela contidos)⁶⁵⁰ foi leiloada, fragmentando-se em centenas de propriedades rurais, onde foram criadas fazendas e chácaras por famílias brasileiras e estrangeiras de alto poder aquisitivo que buscavam se estabelecer em áreas mais distantes do centro da cidade, onde as condições muitas vezes precárias de urbanização e o acentuado adensamento populacional fazia proliferar temidas epidemias (Cardoso et al, 1984; Abreu, 1997; Santos, Leite & Franca, 2003; Rose & Aguiar, 2004).

Conforme dito antes, a área que hoje abrange o atual bairro da Tijuca já ostentou outros nomes. Durante o século XVIII, toda essa região ao redor do atual bairro era conhecida como Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho; posteriormente, no século XIX., ela foi subdividida em Andaraí Grande, Andaraí Pequeno, Aldeia Campista, Fábrica de Chitas e Vila Isabel, sendo o Andaraí Pequeno a área hoje ocupada pelo bairro

⁶⁴⁹ Os três rios mais importantes da Tijuca são: o Maracanã, o Trapicheiro e o Joana.

⁶⁵⁰ Lili Rose e Nelson Aguiar (2004) falam na instalação de apenas dois engenhos de açúcar na região, enquanto outros autores falam em três engenhos (Cardoso et al, 1984).

da Tijuca, desde o Estácio até o início da serra que leva ao Alto da Boa Vista (Cardoso et al, 1984; Santos, Leite & Franca, 2003; Rose & Aguiar, 2004).

Em função de sua exuberante floresta nativa de Mata Atlântica, de seus rios, cachoeiras e cascatas, de suas belas paisagens e de sua temperatura mais amena, a Tijuca sempre encantou viajantes e visitantes. Pelo menos desde o século XVIII há registros de passeios e excursões que levam à região da Tijuca, tanto à serra quanto aos vales. Montados a cavalo, em carruagens movidas por tração animal, ou mesmo a pé, naturalistas, empresários, comerciantes, membros da corte e da administração pública, poetas, escritores, aristocratas, pintores, artistas, viajantes estrangeiros e nacionais, entre outros, visitavam as terras tijucanas para apreciar suas belezas naturais bucólicas.⁶⁵¹ No início do século XIX, tendo em vista a fertilidade de seus solos, de seu relevo montanhoso com temperaturas mais amenas e favorável ao cultivo de café, muitas pessoas compraram terras nessa região e ali fixaram residência (Cardoso et al, 1984; Rose & Aguiar, 2004).

Abastadas famílias francesas, holandesas, portuguesas e brasileiras, além de membros da corte como o conde de Bonfim e o barão do Bom Retiro, por exemplo, adquiram fazendas nas proximidades do atual Parque Nacional da Tijuca, popularmente conhecido como Floresta da Tijuca. Nessa nova fase de ocupação, associada à cultura do café, a Floresta de Mata Atlântica que ocorria em toda a Serra Carioca e que já havia sido parcialmente desmatada pelos jesuítas foi praticamente devastada.⁶⁵² Nesse contexto, os mananciais de água potável e as nascentes de importantes rios foram particularmente afetadas, causando diversos problemas de abastecimento hídrico para a população da cidade do Rio de Janeiro, então capital do império, o que levou o imperador Dom Pedro II a desapropriar aquelas terras e começar o processo de reflorestamento dessa região. Entre 1861 e 1874, com a ajuda de apenas seis escravos: Maria, Leopoldo, Eleutério, Constantino, Manuel e Mateus, além de 22 trabalhadores assalariados que chegaram posteriormente, o Major Manoel Gomes Archer, o primeiro responsável pelo parque que hoje abriga a Floresta da

⁶⁵¹ “Antes era a floresta, pois nem existia o bairro, que atraía gente de toda a cidade e estrangeiros. A própria Imperatriz D. Leopoldina frequentava o local onde gostava de recolher orquídeas. Foi num desses passeios que o Imperador D. Pedro I descobriu uma fonte de águas férreas, muito procurada posteriormente. O lazer na Tijuca era, então, privilégio de poucos, que lá iam com suas carruagens” (Cardoso et al, 1984, p. 119).

⁶⁵² “E foi o café, justamente, o fenômeno que possibilitou uma ocupação mais intensiva da Tijuca (...) Foi na Tijuca onde o café mais prosperou” (Cardoso et al, 1984, p. 56).

Tijuca, deu início ao processo de reflorestamento, replantando árvores de inúmeras espécies nativas e exóticas (Cardoso et al, 1984; Rose & Aguiar, 2004).⁶⁵³

Desde fins do século XIX, asilos, hotéis, solares, colégios e pensões se multiplicavam pela região da Tijuca, atraídos por suas belezas naturais, mas especialmente pela melhoria da acessibilidade ao bairro, um dos mais próximos da região central da cidade.⁶⁵⁴ Conforme aponta a literatura especializada, o processo de urbanização da Tijuca se intensificou realmente a partir de 1820, quando se instalou a Fábrica das Chitas em terrenos das chácaras do barão de Bonfim, que impulsionou a construção de novas vias de circulação ao redor do Largo da Fábrica das Chitas, atual Praça Saens Peña que, àquela altura, era apenas um largo sem edificações formado pelo encontro da Estrada do Andaraí Pequeno (atual Rua Conde de Bonfim) com a Travessa do Andaraí (atual Rua Desembargador Izidro) (Cardoso et al, 1984; Rose & Aguiar, 2004).⁶⁵⁵

Desde o início do século XIX até mais ou menos 1870, com algumas exceções, a estrutura fundiária da Tijuca pouco se transformou, sendo marcada pela preponderância das propriedades de caráter rural, que abrigavam chácaras, sítios e fazendas. Outro importante indutor da acentuação do processo de urbanização da região da Tijuca foi a introdução, em 1853, da linha de “omnibus” da Companhia de Carris da Tijuca que foi puxada por burros até 1862, quando a tração animal foi substituída por locomotivas a vapor, ligando a Tijuca ao centro da cidade e funcionando até 1866, quando encerrou suas atividades: “Foi na Tijuca que trafegaram os primeiros bondes da América do Sul” (Cardoso et al, 1984, p. 71). Em 1898 outra novidade foi introduzida no bairro, a primeira linha férrea que utilizava a eletricidade como fonte energética da cidade, tratava-se da Estrada de

⁶⁵³ Importantes paisagistas como o francês Augusto Glaziou (final do séc. XIX) e Roberto Burle Marx (meados do séc. XX) concretizaram marcantes projetos de embelezamento paisagístico da Floresta da Tijuca, transformada em parque em 1961 (ver Rose & Aguiar, 2004, p. 28).

⁶⁵⁴ *“O desenvolvimento do transporte, o clima agradável e a localização privilegiada fizeram da Tijuca e de suas montanhas uma região muito apropriada para a instalação de hotéis (...) O bairro desempenhou e ainda desempenha papel importante na vida educacional do Rio de Janeiro. Numerosos colégios particulares e públicos estão relacionados ao prestígio da educação na cidade”* (Rose & Aguiar, 2004, p. 43)

⁶⁵⁵ *“Dessa época até as primeiras décadas do século XX podiam ser encontradas diversas fábricas na Tijuca, muitas delas consideradas de grande porte (...) Percebia-se neste período (fins do século XIX) grande diversificação de tipos de indústrias no bairro: tecidos (de algodão e lã), rapé, cigarros, cervejas, laticínios, conservas, gelo, papel e papelão”* (Cardoso et al, 1984, p.84).

Ferro da Tijuca, que era alimentada por uma usina térmica instalada em uma área no sopé da serra (atual Alto da Boa Vista) que passou a se chamar Usina (Cardoso et al, 1984; Rose & Aguiar, 2004).⁶⁵⁶

Entre 1870 e 1890 houve uma verdadeira explosão demográfica na cidade do Rio de Janeiro que praticamente duplicou a população do bairro da Tijuca.⁶⁵⁷ A partir de então, em função do crescimento da demanda por novas moradias, escolas, hospitais, estradas, comércio, transportes, entre vários outros, acentuou-se o processo de urbanização da cidade, mas especialmente da Tijuca e de outros bairros que se localizavam nas proximidades do centro, trazendo consigo uma série de melhorias na infraestrutura urbana.⁶⁵⁸ Nesse momento, aquele grande número de chácaras, sítios e fazendas que antes predominavam na paisagem da região se tornaram cada vez mais raras, sendo aos poucos substituídas por diversos loteamentos que se transformaram em edificações de caráter predominantemente residencial como casas de vilas, por exemplo, o que fez com que várias ruas e avenidas fossem abertas, melhorando consideravelmente a circulação interna do bairro e criando algumas praças, a exemplo da Praça Hilda nas proximidades da Saens Peña e da Praça Barão de Corumbá nas imediações da Muda (Cardoso et al, 1984).⁶⁵⁹

Entre os anos de 1880 e 1920, Laranjeiras, Botafogo e Tijuca se consolidaram como alguns dos mais importantes bairros residenciais da cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista que o núcleo central da cidade havia se transformado em um centro de comércio e serviços cada vez mais especializado, transformando os bairros que cercam a região

⁶⁵⁶ *“Os veículos, puxados a burro, a vapor e, mais tarde, à energia elétrica revolucionaram os costumes da época e contribuíram para o desenvolvimento dos bairros, melhorando, conseqüentemente, a vida da população”* (Rose & Aguiar, 2004, p. 38).

⁶⁵⁷ *“No período censitário seguinte 1890/1906, a Freguesia do Engenho Velho foi a que sofreu o maior aumento absoluto de população: mais de 50.000 novos moradores. (...) Tanto é assim que de 1.429 prédios existentes na freguesia em 1870, chega-se a 4.287 prédios em 1890 e alcança, em 1906, a cifra de 10.548 unidades residenciais”* (Cardoso et al, 1984, pp. 75-76).

⁶⁵⁸ *“O conjunto de melhorias urbanas que se seguiram à implantação desse meio de transporte coletivo, como água-encanada, esgoto, iluminação, gás-encanado, etc., trouxeram para a Tijuca e adjacências uma perspectiva inédita de desenvolvimento, aumentando a valorização de suas terras e estimulando seus proprietários a negociá-las através de loteamentos”* (Cardoso et al, 1984, p. 75).

⁶⁵⁹ *“Em ato contínuo e, principalmente, graças à atuação dos proprietários de terras que repartem suas chácaras, a Tijuca vai transformando sua paisagem, consolidando-se definitivamente como bairro e, ao longo da primeira metade deste século (XX), se transformará no centro de toda a zona norte”* (Cardoso et al, 1984, p. 75).

central em importantes zonas de expansão urbana, nesse caso, porém, atendendo à demanda por novas moradias, isto é, transformando-se em bairros predominantemente residenciais.⁶⁶⁰ Na Tijuca, esse processo de urbanização se acelerou rapidamente: da área que abrange o atual bairro do Estácio, chegou até o estabelecimento dos jesuítas, onde hoje se localiza a Praça São Francisco Xavier; via Estrada do Andaraí Pequeno chegou à Praça Saens Peña, mais ou menos no centro geográfico do bairro; seguindo a atual Rua Conde de Bonfim que corta o bairro longitudinalmente em direção ao Alto da Boa Vista, chegou até a Rua Uruguai e nas localidades conhecidas como Muda e Usina, na outra extremidade do bairro (Cardoso et al, 1984).⁶⁶¹

Em fins do século XIX e início do século XX surgem as primeiras favelas do Rio de Janeiro, geralmente, localizadas em áreas pouco cobiçadas pelos grandes empreendimentos imobiliários como, por exemplo, em algumas montanhas e encostas características do relevo acidentado da cidade. Nesse momento, na região central do Rio de Janeiro, onde surgiram as primeiras favelas da cidade, parte significativa da população mais pobre vivia nos chamados cortiços e casas de cômodo, isto é, antigas residências de alto padrão que foram subdivididas em unidades menores (cômodos) que abrigavam diversas famílias de baixa renda. Porém, como muitas dessas construções não ostentavam condições urbanísticas, sanitárias e de habitação adequadas e o centro da cidade estava passando por um processo de renovação urbana, esse tipo de habitação foi proibido e várias construções com essas características foram desapropriadas e demolidas, e a população que nelas residia foi removida e obrigada a se mudar para outros lugares. A solução encontrada por essa população desfavorecida para poder continuar morando próxima ao centro, onde estava concentrada a maior parte dos empregos, foi então ocupar as encostas e montanhas que o circundavam (Cardoso et al, 1984; Abreu, 1987).

⁶⁶⁰ *“Como consequência imediata do aumento da população criaram-se melhoramentos na Tijuca que permitiram sua maior expansão. No período de 1920 a 1924 foram realizadas diversas obras de canalização dos rios e instalação de rede de captação de águas pluviais (...) Como a Tijuca, os outros bairros residenciais da cidade expandiram-se de tal modo que, em 1937, a legislação vigente proibia a implantação de indústrias tanto na Zona Norte quanto na Zona Sul” (Cardoso et al, 1984, p. 100 e 102).*

⁶⁶¹ *“Num curto período de tempo multiplicaram-se as edificações como um todo. A densificação da área deu-se mais acentuadamente no trecho entre o Largo da Segunda feira e a Praça Saens Peña, e na Rua Uruguai” (Cardoso et al, 1984, p. 103).*

Tendo em vista que essas áreas não eram cobiçadas pelas grandes construtoras, praticamente todas as edificações foram sendo levantadas aos poucos, via autoconstrução, em condições habitacionais e urbanísticas rudimentares, sem nenhum tipo de assistência do Estado. Na Tijuca, que tem seu sítio localizado em um imenso vale, a ocupação das encostas foi estimulada pelos próprios “proprietários” das terras que viram na oferta de alugueis e vendas de imóveis e terrenos para a população de baixa renda uma possibilidade de aferir lucros, tal qual ocorreu no Borel e no Salgueiro, por exemplo. A população que compunha essas recém formadas favelas era composta majoritariamente por trabalhadores e trabalhadoras como marinheiros, soldados do exército, guardas municipais, varredores de rua, vendedores de frutas, operários, lavadeiras, empregadas domésticas entre vários outros, muitos dos quais negros e em situação de vulnerabilidade, isto é, sobrevivendo em condições de vida precárias, onde os direitos humanos mais fundamentais simplesmente inexistem (Cardoso et al, 1984).

Infelizmente, a situação pouco mudou desde então. O Estado continua se eximindo do seu papel de garantidor de direitos, especialmente quando se trata da população das favelas, onde se concentra a maior parte da população negra da cidade, revelando o caráter racista, classista e elitista da segregação residencial carioca, leia-se, de suas estruturas socioespaciais desiguais. Apesar de alguns poucos avanços terem ocorrido nas últimas décadas, as condições de vida na maior parte dessas comunidades ainda são precárias. Desde os anos 1980, quando a população das favelas cresceu sobremaneira, muitas dessas áreas foram territorializadas por organizações criminosas que, aproveitando-se da ausência do Estado, dominaram essas localidades submetendo sua população à níveis inaceitáveis de violência. Nesse contexto, os “cidadãos” (sem direitos) das favelas são duplamente oprimidos e violentados: primeiramente, pelo próprio Estado que, além de não garantir direitos à essa população, através de seu braço armado, a polícia (militar) que mais mata e morre no mundo, age com enorme violência nessas comunidades para supostamente “combater a violência”, vitimando milhares de pessoas que vivem nessas áreas anualmente; em segundo lugar, pelas organizações criminosas, narcotraficantes varejistas e grupos de milicianos paramilitares, que controlam a maior parte desses territórios com mãos-de-ferro, submetendo os seus moradores às suas próprias leis, isto é, às leis do crime.

Segundo o último censo realizado (2010), estima-se que a região da Grande Tijuca, que engloba os bairros da Tijuca, Praça da Bandeira, Alto da Boa Vista, Grajaú, Andaraí, Vila Isabel e Maracanã conte com uma população total de cerca de 367.000 pessoas, sendo cerca de 13% desse montante composto por pessoas que residem nas 29 favelas que se distribuem pela região (Santos, Leite & Franca, 2003). Atualmente, há nas proximidades da Tijuca cerca de 17 favelas, entre as maiores e mais antigas estão: Salgueiro (1901); Formiga (1911); Borel (1921); Bananal (1921); Turano (1928); Casa Branca (1931); Liberdade (1931); Chacrinha (1941); Coréia (1946); Morro do Cruz (1950); Indiana (1965); Chácara do Céu (sem informação); Pedacão do Céu (sem informação); algumas delas estão entre as mais antigas da cidade, como as favelas do Salgueiro, Borel e Formiga, que surgiram ainda nas primeiras décadas do século XX (Cardoso et al, 1984).⁶⁶²

A composição social de todo o bairro foi aos poucos sendo modificada, especialmente a partir da década de 1930, quando a população mais abastada que ali residia começou a se transferir para bairros que estavam se valorizando em função de sua localização costeira, que acabara de cair no gosto das elites da cidade, a exemplo dos bairros do Flamengo, Botafogo e Copacabana, que experimentaram um rápido processo de urbanização/verticalização após os anos 50, quando foram construídos novos túneis e vias de circulação que ligavam o Centro, a Zona Norte e a Zona Sul da cidade. A partir de então, a população da Tijuca passou a ser composta majoritariamente por extratos de renda média no “asfalto”: funcionários públicos, militares, comerciantes, profissionais liberais, entre outros; e por uma população de menor renda em suas “favelas”. O seu passado aristocrático, porém, não deixou de lhe conferir o status de “bairro de elite”, o que acabava atraindo parte da classe média da cidade, constituindo-se em um importante elemento de identidade para os seus residentes (Cardoso et al, 1984).⁶⁶³

⁶⁶² Minha ideia inicial era incluir na pesquisa empírica alguns espaços públicos de quatro grandes favelas do bairro da Tijuca: Borel, Formiga, Casa Branca e Salgueiro. Porém, já no primeiro trabalho de campo que realizei na comunidade do Borel, fui rispidamente repreendido ao tentar capturar algumas fotos. Por esse motivo, optei por não mais promover trabalhos de campo em áreas dominadas por facções criminosas.

⁶⁶³ “Nesta época, já há na cidade uma diferenciação entre Zona Norte e Zona Sul. Enquanto os novos bairros de classe média da Zona Sul foram valorizados pela sua localização na orla marítima, a Tijuca para destacar-se também dos demais bairros da Zona Norte e procura atualizar seu passado aristocrático,

No início do século XX, um outro elemento importante para a construção da identidade tijuicana começou a ser introduzido no bairro: a multiplicação dos cinemas de rua. O primeiro de todos, ao que tudo indica, se estabeleceu em 1908 na Rua Haddock Lobo; posteriormente, na mesma rua, vieram a se localizar o Cinematographo Pathé, o Velo, o Haddock Lobo, o Avenida, o Cinema Madri e, no Largo da Segunda Feira, o Cinema Central. Na Praça Saens Peña, a partir da década de 20, começaram a se instalar também uma série de cinemas de rua nas proximidades da praça, o que lhe conferiu o signo de “Cinelândia da Tijuca”: os primeiros foram o Tijuquinha, o América e o Carioca; nos anos 40 vieram o Olinda e o Metro; na década de 50, surgiram o Eskie, o Art-Palácio e o Britânica; nos anos 70, a praça Saens Peña e seu entorno contava com 12 cinemas, “dois a mais do que a Cinelândia”, como costumavam dizer orgulhosos os moradores do bairro. Além dos cinemas, alguns estúdios cinematográficos como o Estúdio Omega Filme, o Brasil Vox Filme, este último comprado pela famosa Companhia Cinematográfica Herbert Richers, além de estúdios da Rede Globo e da Atlântida Cinematográfica, que produziram vários filmes (Cardoso et al, 1984; Rose & Aguiar, 2004).

Não apenas os cinemas caracterizavam o lazer tijuicano, a música também sempre fez parte de sua rica história. A efervescência cultural e musical era uma notória característica das favelas do bairro: poetas, artistas, músicos e sambistas famosos moravam nessas comunidades. Nesse contexto, nas favelas, nasceram algumas das mais tradicionais escolas de samba da cidade: no Morro do Salgueiro surgiu a Acadêmicos do Salgueiro; no Morro da Formiga surgiu a Império da Tijuca e no Morro do Borel surgiu a Unidos da Tijuca (Cardoso et al, 1984). Soma-se a isso o fato de que, no começo do século XX, se instalaram na Tijuca algumas conhecidas casas de espetáculos musicais, circos, teatros, bares e botequins, fazendo do bairro um “ambiente musical” e “festivo” (Cardoso et al, 1984; Rose & Aguiar, 2004).

Alguns músicos/tijucanos ou tijucanos/músicos notáveis se apresentavam nas imediações do bairro: Cadete, Baiano, o grupo Os Geraldos, Maria Lima, Ascendina Leite; grupos como o Flor do Tempo e o Bando de Tangarás surgiram na Tijuca, esse último grupo reunindo nomes como Noel Rosa e João de Barro, mesmo que nenhum dos seus

diferenciando-se dos dois extremos. Os valores tradicionais e conservadores passaram a ser incorporados pelos moradores” (Cardoso et al, 1984, p. 113).

componentes tivesse nascido no bairro; o compositor Lamartine Babo que compôs o hino do clube de futebol América também residia na Tijuca; não poderíamos deixar de mencionar os famosos Erasmo Carlos, Roberto Carlos, Tim Maia, Jorge Benjor e Wanderléia, que sempre se reuniam no Divino Bar, onde foi concebida a Jovem Guarda; na Rua Dezoito de Outubro, o tecladista Hélio Celso recebia diversos músicos para *jam sessions*, incluindo nomes como Sarah Vaughan; em um sobrado da Rua Jaceguai, nomes como Ivan Lins, Gonzaguinha e Cesar Costa Filho iniciaram o conhecido Movimento Artístico Universitário; por último, devemos citar os grandes sambistas e compositores Aldir Blanc e Moacyr Luz que fundaram o bloco Nem Muda Nem Sai de Cima, no Bar da Dona Maria na Rua Garibaldi (Rose & Aguiar, 2004).

A Tijuca também ficou notabilizada por sua grande concentração de clubes e associações que, ainda no início do século XX, se multiplicaram em seus domínios, constituindo parte importante da identidade local. Estima-se em mais de 20 o número de clubes e associações que já existiram no bairro, muitos deles ainda em funcionamento: os dois primeiros a se instalarem ali foram o Clube da Tijuca e o Clube do Engenho Velho; posteriormente, foram criados o Clube América, o Tijuca Tênis Clube, o Club Municipal, a Associação Atlético Banco do Brasil, o Clube Montanha, o Clube Liga Libanesa, o Clube Monte Sinai e o Country Club da Tijuca constituem alguns exemplos. Nesses clubes, atrações como corridas de cavalo e atividades como o ciclismo, o minigolfe, o futebol, o tênis, o atletismo, o xadrez, a natação, o flerte e a paquera, entre várias outras eram realizadas por pessoas que buscavam formas de entretenimento, lazer e socialidade restritas à círculos sociais mais exclusivos (Rose & Aguiar, 2004).⁶⁶⁴

Desde meados do século XIX, o bairro da Tijuca se estabeleceu como um importante polo educacional na cidade do Rio de Janeiro, concentrando grande quantidade de colégios e escolas tradicionais, públicos e privados, religiosos e laicos, em seu território. Um dos primeiros foi o Instituto São Vicente de Paulo, inaugurado em 1853, ainda com o nome de Asilo Francês. Desde então, o número de estabelecimentos cresceu de tal maneira que seria difícil enumerá-los, citemos alguns exemplos: Escola Municipal Orsina da Fonseca

⁶⁶⁴ “A partir do final da década de 50, a ‘vida noturna’ da cidade concentra-se na Zona Sul: primeiro em Copacabana e depois em Ipanema e Leblon. Aos poucos, os tijuicanos passam a procurar outras opções de lazer naqueles bairros, como antes o faziam no centro” (Cardoso et al, 1984, p. 127).

(1877); o Instituto de Educação (1880); o primeiro Colégio Don Pedro II (1884); o primeiro Colégio Militar (1889); Instituto Isabel (1891); Colégio Santos Anjos (1893); Sacré-Coeur de Jésus (1905); Colégio Batista Shepard (1908); Colégio Regina Coeli (1909); Escola Municipal Menezes Vieira (1913); Colégio Maria Raythe (1914); Instituto La-Fayette (1916); Colégio Batista Brasileiro (1921); Escola Municipal Francisco Cabrita (1922); Escola Municipal Soares Pereira (1926); Colégio Marista São José (1932); Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, o Cap-UERJ (1957); entre outros. Boa parte desses colégios ainda está em funcionamento, consolidando a Tijuca como um importante centro educacional nesta cidade (Rose & Aguiar, 2004).

Nas primeiras décadas do século XX, dizia-se que o bairro da Tijuca tinha uma “vocação industrial”. Além da famosa Fábrica das Chitas, instalada em 1820 na atual Praça Saens Pe a, diversos empreendimentos industriais se localizaram no bairro, produzindo tecidos, chapéus, rap , cigarros, cerveja, laticínios, conservas, gelo, papel, entre outras: a fábrica de rap  Areia Preta; a fábrica de papel Müller; a Fábrica de Fumos e Rapé de Borel e Cia; a fábrica de cigarros Souza Cruz; a Imperial Fábrica de Rapé Paulo Cordeiro; a fábrica de bebidas da Brahma; a fábrica de bebidas Underberg, entre outras. Contudo, quando os empreendimentos industriais foram proibidos de se localizarem nos bairros residenciais, foi o setor do comércio que acabou se destacando. Na Praça Saens Pe a, por exemplo, ainda nas primeiras décadas do século XX, estavam instaladas algumas das mais tradicionais e importantes lojas e casas comerciais do bairro: como a Farmácia Granado (1928); a Panificadora Fidalga (1933) e o Café Palheta (1953), fazendo dessa área um importante entreposto comercial (Rose & Aguiar, 2004).

Outra característica marcante do bairro da Tijuca diz respeito ao grande número de templos e hospitais religiosos que ali se concentraram ao longo da história. Entre os mais antigos templos religiosos desse bairro estão a Igreja São Francisco Xavier do Engenho Velho, com aproximadamente duzentos anos de existência e a Igreja Nossa Senhora da Concei o, antiga Matriz do Andaraí Pequeno, fundada em 1892. Além dessas mais antigas, destacam-se: Basílica de Santa Teresinha (1926); Igreja de São Sebast o dos Frades Capuchinhos (1930); Igreja Nossa Senhora do Líbano (1930); Matriz dos Sagrados Cora es (1936); Igreja de São Camilo (1958); Lar Espírita Irmã Zarabatana (1944); Templo Sidon (início séc. XX); Igreja Batista (1952); isso sem falar na prolifera o de templos evangélicos nas últimas décadas. No que diz respeito aos

hospitais e casas de saúde, destacam-se: Hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (1933); Hospital Evangélico do Rio de Janeiro (1912);⁶⁶⁵ Hospital Universitário Graffée-Guinle (1920); Hospital São Vicente de Paulo (1930); Casa de Saúde Santa Therezinha (1945), entre outros (Rose & Aguiar, 2004).

Conforme comentado anteriormente, a partir das décadas de 30, 40 e 50 do séc. XX, em função do crescimento e valorização de outras regiões da cidade, em especial da Zona Sul, muitos tijucanos se mudaram para bairros mais “chics” como Copacabana e Ipanema, por exemplo, com o argumento de que esses bairros ofereciam mais amenidades (a orla marítima) e mais possibilidades do ponto de vista do comércio, dos serviços, do lazer e do entretenimento. Porém, mesmo perdendo parte de sua população para os bairros da Zona Sul, a Tijuca continuava sendo um bairro residencial atrativo, especialmente para os moradores de outros bairros da Zona Norte e do subúrbio carioca. Entre 1945 e 1960, cresceu exponencialmente o número e a importância de empresas ligadas à construção civil na cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a Tijuca, o bairro mais valorizado da Zona Norte àquela altura, teve o primeiro grande *boom* de construção de prédios com 3 e 4 andares, consideradas habitações de maior status pela população cidadina. Como restavam poucas áreas ociosas nos bairros residenciais mais tradicionais da cidade para a construção de habitações familiares individualizadas, a solução encontrada pelas construtoras nas décadas seguintes foi então a verticalização do ambiente construído (Cardoso et al, 1984).⁶⁶⁶

Após a década de 1940, em função do maior adensamento populacional de diversos bairros residenciais, da popularização dos automóveis individuais e coletivos e do conseqüente aumento do fluxo de veículos que transitavam pelo núcleo central, dificultando o seu acesso, houve uma descentralização dos setores de comércio e serviços no Rio de Janeiro. Bairros como Copacabana, Tijuca, Méier e Madureira, por exemplo, experimentaram um acréscimo populacional expressivo nesse momento, o que criava

⁶⁶⁵ Onde eu nasci em 1986.

⁶⁶⁶ “A abertura dos túneis Santa Bárbara e Rebolças, na década de 60, aumentou a acessibilidade ao bairro. Intensificou-se o fluxo de tráfego e a verticalização principalmente nos eixos de transporte e arredores da Praça Saens Peña. A partir dos anos 60, modifica-se o perfil da Tijuca pela presença cada vez mais acentuada de prédios altos que predominam sobre as antigas construções” (Cardoso et al, 1984, p. 135).

uma demanda maior por atividades do setor terciário. Nesse contexto, na Tijuca e, mais especificamente, nas proximidades da Praça Saens Peña, se estabeleceu um importante subcentro de comércio e serviços. Nos anos 60, quando o processo de verticalização do espaço construído atingiu um novo patamar, o mercado consumidor da Tijuca e de outros bairros próximos se expandiu consideravelmente, o que fez multiplicar ainda mais o número de estabelecimentos comerciais e de serviços ao redor da praça (Cardoso et al, 1984).⁶⁶⁷

A Praça Saens Peña, considerada por muitos “o Coração da Tijuca” é, sem sombra de dúvidas, uma das mais icônicas praças de toda a cidade. Em qualquer livro que se proponha a contar a história da Tijuca, o capítulo mais importante tem que ser dedicado à “Praça”, como nós tijuicanos carinhosamente a chamamos. Inaugurada em 30 de abril de 1911, essa praça passou por inúmeras transformações, a ponto de a história do bairro e a história dessa praça se confundirem. Em 1947, por exemplo, quando a área que circunda a Praça Saens Peña começou a se consolidar como um subcentro de comércio e serviços de escala regional, foram realizadas obras de reforma que alteraram o seu traçado paisagístico original, instalando um lago com chafariz em seu centro. A partir dos anos 60, além dos 14 cinemas distribuídos ao redor da praça, uma série de lojas famosas, que antes só eram vistas pelas ruas do centro da cidade, passaram a se instalar nas suas imediações, consolidando o entorno da Praça Saens Peña como uma espécie de núcleo central da Tijuca e dos seus bairros vizinhos: “Compreende-se por ‘coração da Tijuca’ não somente o núcleo pulsante e principal centro desse bairro, mas de toda a Grande Tijuca” (Cardoso, Vaz & Aizen, 2004, p. 81).⁶⁶⁸

Nos anos de 1970, apesar do crescimento populacional, da acentuação do processo de verticalização do ambiente construído e da diversificação do subcentro de comércio e

⁶⁶⁷ “Desde o início do século, o pequeno comércio da Tijuca apresentava uma certa concentração no Largo da Fábrica, hoje Praça Saens Peña. Depois de inaugurada a praça, em 1911, o local passou a atrair os moradores das vizinhanças enquanto área de lazer. Mas foi a partir dos anos 40 que a Saens Peña, com seus modernos cinemas, passou a atrair a população residente nos bairros próximos como Andaraí, Vila Isabel, Rio Comprido, e mais tarde de alguns subúrbios” (Cardoso et al, 1984, p. 138).

⁶⁶⁸ As novas lojas e salas vieram abrigar atividades que satisfiziam uma demanda não apenas da população residente no bairro, mas também de outros bairros da Zona Norte, pessoas que não precisavam mais ir ao centro para esses fins (...) a vitalidade e a atratividade do lugar faziam com que a população tijuicana se identificasse com o seu bairro e se orgulhasse dele” (Cardoso, Vaz & Aizen, 2004, p. 84).

serviços, a situação começou a se modificar; por exemplo, vários cinemas fecharam as portas, anunciando as novas transformações que estariam por vir. Entre 1976 e 1982, ocorreram as obras para a instalação de uma estação de metrô na Praça Saens Peña, que causaria muitos transtornos para a população e os comerciantes do bairro em função do barulho, dos engarrafamentos constantes, da sujeira, do tumulto, da interrupção do tráfego de pedestres etc. Por um lado, os moradores e comerciantes estavam animados com a nova opção de transporte coletivo que melhoraria em muito a acessibilidade ao bairro, por outro lado, porém, os problemas causados pela obra fizeram alguns comerciantes fecharem as portas. Em 1982, quando o metrô foi inaugurado, a Praça Saens Peña ganhou um novo traçado que a deixou ainda maior, transformando a continuação da Rua Desembargador Izidro que cortava a praça em uma via exclusiva para pedestres. Nesse novo espaço, porém, a maior parte das imponentes árvores que ali existia foi cortada e não mais replantada, consolidando a área ao redor da praça como um corredor de tráfego de automóveis e pedestres (Cardoso, Vaz & Aizen, 2004).

Na década de 1990, novas mudanças se verificaram nas imediações da Praça Saens Peña. Os cinemas de rua, que desde o início do século XX caracterizavam a praça como um centro de lazer, desapareceram quase que por completo da Tijuca e de outros bairros, sendo substituídos por agências bancárias e igrejas. Em parte, isso se deu em função da inauguração de um novo conceito de centro comercial, os *shoppings*, que se instalaram na Grande Tijuca e concentraram uma série de lojas, redes e marcas famosas em seu interior. Nesse contexto, muitas lojas de rua tradicionais que fizeram parte da história do bairro fecharam as portas, sendo substituídas por grandes redes de lojas que já existiam em outras áreas da cidade e no resto do mundo: “A praça, perdendo grande parte de suas atrações de lazer, perdeu muito de sua centralidade” (Cardoso, Vaz & Aizen, 2004, p. 85).⁶⁶⁹

Com a abertura de novos *shoppings* como o Tijuca *Off-Shopping* e o *Shopping Tijuca* nas proximidades da Praça Saens Peña e o *Shopping Iguatemi* em Vila Isabel; uma série de atividades que antes era realizada nas tradicionais lojas de rua da “praça”, como dito

⁶⁶⁹ “Tanto na Saens Peña, quanto nas suas proximidades, desapareceram não apenas as lojas cujos nomes acentuavam a identidade local (...) Dessa maneira, o espírito do lugar e a própria identidade da praça foram desaparecendo, pois seus elementos emblemáticos e tipicamente tijucanos já não existiam mais” (Cardoso, Vaz & Aizen, 2004, p. 85).

antes, foram transferidas para o interior dos shoppings, que ofereciam possibilidades mais palatáveis ao consumo, com um ambiente climatizado e longe da crescente violência urbana que assolava a cidade do Rio de Janeiro na década de 1990, modificando sobremaneira o padrão de consumo da população carioca, em geral, e dos tijuicanos em particular. Com a implantação do Programa Rio-Cidade pela prefeitura municipal (década de 1990), que previa uma série de intervenções nos espaços públicos da cidade, a Praça Saens Peña foi inteiramente reurbanizada com a instalação de novos equipamentos urbanos, a exemplo de um pequeno parque infantil com diversos brinquedos e da troca de quase todas as peças do mobiliário urbano, com destaque para a introdução de diversos assentos e mesas ao redor da área central da praça. O chafariz e o lago receberam um novo projeto paisagístico, que isolou o seu núcleo central da alameda de circulação que a circundava; soma-se a isso a instalação de uma grande grade verde que cercava todo o núcleo da praça (Cardoso, Vaz & Aizen, 2004, p. 85).⁶⁷⁰

Paradoxalmente, as diversas transformações pelas quais passou a Praça Saens Peña e seus arredores com o objetivo de resgatar sua antiga centralidade causaram um efeito contrário. Se em décadas passadas, tanto nos dias de semana quanto nos fins de semana (manhã, tarde e noite), o movimento de pedestres e transeuntes na Praça Saens Peña era constante em função da atratividade exercida por seus cinemas, confeitarias, cafés, farmácias, sorveterias, sapatarias, diversas outras lojas de rua e galerias tradicionais; com a chegada dos *shoppings*, a maioria desses estabelecimentos não suportou a concorrência e fechou as portas, transformando a icônica Praça Saens Peña em um simples lugar de passagem (Cardoso, Vaz & Aizen, 2004).⁶⁷¹

⁶⁷⁰ “Apesar dos vários melhoramentos realizados, surgiram também críticas. Observa-se que, com o alargamento da pista, reforçou-se ainda mais o sentido de corredor de passagem da rua Conde de Bonfim, como que separando um lado do outro da praça, e, dessa maneira, contribuindo para a perda gradativa da vitalidade que havia no local. Do mesmo modo, a grade que cerca a praça passou a ser vista por algumas pessoas como uma barreira que desestimula a passagem por dentro da praça. Ironicamente, apesar de as intervenções buscarem a revitalização dos centros de bairros, na praça Saens Peña permaneceu uma tendência de redução do seu potencial de vigor e animação” (Cardoso, Vaz & Aizen, 2004, p. 87).

⁶⁷¹ “Hoje a visão da praça aos domingos é quase melancólica. Há pouquíssima gente nas ruas, pois o comércio está fechado. (...) Durante o dia, ainda há movimentação garantida pela própria praça, onde há brinquedos para crianças e mesas de jogos, usualmente aproveitadas por pessoas idosas para o seu lazer. À noite, a praça é mais deserta: as lojas permanecem fechadas, as vitrines – antes iluminadas e atraentes aos olhos curiosos de todo tipo de gente – estão vazias, com suas luzes apagadas, quando não protegidas

Ao desaparecem os tradicionais atrativos que circundavam a Saens Peña, a própria praça (o espaço público) que fica localizada em seu centro perdeu sua anterior vitalidade. Mesmo as várias obras de reurbanização que se sucederam ao longo do tempo não foram suficientes para trazer de volta a centralidade da praça. A proliferação de pessoas em situação de rua vivendo em condições de vulnerabilidade social nos espaços públicos do bairro, especialmente para os seus habitantes mais antigos, conservadores, nostálgicos e, em alguns casos, preconceituosos, cria uma “sensação de insegurança”: “Dessa maneira, a praça vai ficando deserta (...) Sua vitalidade foi transferida, sua centralidade, esvaziada, sua identidade, diluída” (Cardoso, Vaz & Aizen, 2004, p. 88).

Na cidade do Rio de Janeiro, os espaços públicos mais tradicionais (praças, parques, largos, esquinas, calçadas, ruas etc.), em função do crescimento da violência urbana, são continuamente associados ao perigo e ao crime, o que faz com que esses espaços percam sua funcionalidade essencial: atrair públicos, promover a convivência democrática entre os cidadãos. “Esse processo descaracteriza as praças, torna desagradáveis os ambientes externos, o que – aliado ao fechamento e gradeamento das praças e parques – acentua o esvaziamento e a decadência do espaço livre público, marco essencial de qualquer cidade” (Cardoso, Vaz & Aizen, 2004, p. 88).

A Tijuca é o único bairro da cidade do Rio de Janeiro cuja própria toponímia designa os seus habitantes, os tijuicanos (Cardoso et al, 1984; Rose & Aguiar, 2004). Ser tijuicano é muito mais do que simplesmente morar na Tijuca: é compartilhar uma série de vínculos identitários que sempre fez parte da imaginação coletiva dos moradores do bairro.⁶⁷² Todos os elementos que descrevi brevemente neste tópico compõem essa trama

por grossas placas de ferro. Esse ambiente hostil e vazio provoca nos(as) residentes mais antigos(as) a nostalgia de outros tempos, os tempos da ‘Cinelândia’ e do ‘coração da Tijuca’” (Cardoso, Vaz & Aizen, 2004, pp. 87-88).

⁶⁷² “Único bairro do Rio de Janeiro com um epíteto – tijuicano. Tradicional, amigo, saudosista, estas são as primeiras palavras utilizadas quando se quer definir um típico tijuicano. Ele nunca fala que é da Zona Norte, definitivamente não faz parte da Zona Sul e adora a Barra da Tijuca, na Zona Oeste. Coisa de tijuicano! Conhece os vizinhos e comerciantes há anos, a casa onde foi batizado, participa de encontros de ex-alunos, caminha na Praça Xavier de Brito, aprende a dirigir nas curvas do Alto da Boa Vista, adora a Floresta da Tijuca, lembra com saudade dos cinemas de rua, muda para a Barra da Tijuca, mas continua procurando pretexto para poder passear na Tijuca. Porque, nós, os tijuicanos, “libertos” das amarras concretas do espaço geográfico, nela permanecemos por toda a vida, onde quer que estejamos” (Rose & Aguiar, 2004, p. 81).

simbólico-identitária. Neste trabalho, particularmente, gostaria de introduzir mais um ingrediente nesse caldeirão: a sociabilidade pública das praças tijuicanas. Trata-se, a meu ver, conforme demonstraremos nas páginas que seguem, de um traço distintivo fundamental da identidade carioca, em geral, e da tijuicana, em particular: a pujante vida pública que tem lugar em seus espaços públicos e, mais especificamente, em suas praças.

3 - Um tour iconográfico pelas praças da Tijuca

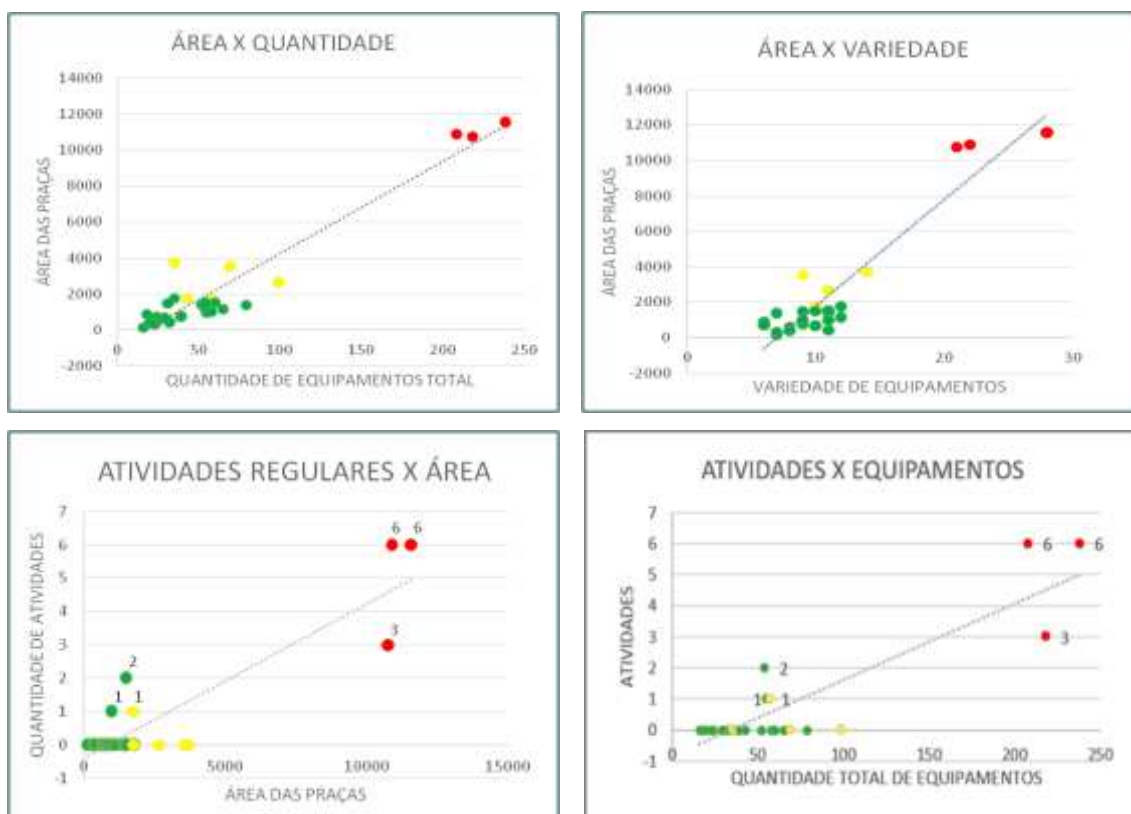
No tópico que se segue proponho ao leitor uma visita guiada pelas 29 praças que se distribuem por toda a extensão do bairro da Tijuca. Começaremos, porém, com uma breve discussão sobre os resultados de uma pesquisa anterior, que este tópico pretende complementar. O trabalho realizado por Amanda Fernandes de Carvalho, intitulado “Das muitas praças que uma praça é: contribuição para o estudo de um sistema de espaços públicos no Rio de Janeiro”, conforme dito antes, foi um importante ponto de partida para a realização deste estudo. Em sua pesquisa, Amanda descreveu as praças do bairro da Tijuca como unidades componentes de um mesmo sistema de espaços públicos. Para tal, a autora coletou, quantificou e analisou um conjunto de dados que privilegiava três dimensões de análise: morfologias (equipamentos, tamanho, forma etc.), atividades (padrões de uso e apropriação) e situação (acessibilidade, entorno e localização). A partir do cruzamento dos dados coletados, Amanda propôs uma tipologia que classificava as 29 praças do bairro em três grupos: grandes, médias e pequenas; tipologia essa que adotamos nessa pesquisa (Carvalho, 2016).

De maneira geral, o estudo de Amanda Fernandes demonstrou como as praças analisadas ostentavam “funções diferenciadas” no interior do bairro: por exemplo, a Praça Saens Peña, dada sua localização e situação geográficas, apresenta formas de apropriação muito associadas ao uso do solo do seu entorno imediato (comércio, trabalho, mobilidade etc.); enquanto a Praça Afonso Pena ostenta formas de uso associadas especialmente à função residencial que caracteriza o seu entorno imediato (lazer, prática de esportes, uso recreativo etc.) (Carvalho, 2016). Conforme demonstraremos nas páginas que se seguem, apesar das 29 praças da Tijuca oferecerem um conjunto relativamente parecido de equipamentos públicos, foram observadas diferenças nas formas de uso e ocupação nelas presentes.

Figura 6: Mapa - localização das praças tijuicanas organizadas segundo uma tipologia de tamanhos



Figura 7: Gráficos - área das praças/quantidade de equipamentos; área das praças/variedade de equipamentos; atividades regulares/área das praças; atividades/equipamentos ⁶⁷³



Conforme comentado anteriormente, nos inúmeros trabalhos de campo realizados, levantamos algumas informações que julgamos essenciais para o estudo geográfico da sociabilidade pública das praças tijucanas. Nesses trabalhos de campo, realizados em diferentes dias da semana (fins de semana e dias da semana) e períodos do dia (manhã, tarde e noite), capturei cerca de 3000 fotografias e anotei tudo aquilo que acontecia nas 29 praças do bairro em duas cadernetas de campo que foram inteiramente preenchidas. Nas páginas que se seguem, com base em tabelas e mosaicos fotográficos, apresentaremos ao leitor uma seleção dessas fotos e informações coletadas em campo.

⁶⁷³ Fonte: (Carvalho, 2016, pp. 4, 5 e 6). Foram feitas modificações no nome de algumas praças, o que não alterou os dados e resultados da pesquisa realizada pela autora.

Figura 8: Mosaico de fotografias - Largo da Usina



Largo da Usina	
Localização	Considerando-se as duas vias que cortam todo o bairro da Tijuca longitudinalmente no eixo norte/sul (Rua Conde de Bonfim e Avenida Heitor Beltrão), pode-se afirmar que o largo se localiza na porção extremo norte do bairro, em uma área conhecida como Usina, no encontro da Rua Conde de Bonfim com a Rua São Miguel, na base da serra que compõe o Alto da Boa Vista e o Morro do Catrambí.
Situação	O largo se situa ao lado de um terminal de ônibus e de um ponto de taxistas e motociclistas, no encontro de duas importantes ruas do bairro, no sopé de uma região montanhosa.
Forma e características do sítio	O largo possui uma forma retangular e descontínua, com relevo acidentado que divide a área em três níveis altimétricos, apresentando revestimento de concreto em toda a sua extensão, além de pequenos canteiros de terra batida por onde se distribuem algumas árvores e plantas.
Tamanho	Pequena.
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso misto, residencial/comércio e serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 - Bancos; 2 – Mesas com assentos; 3 – Brinquedos infantis 4 – Aparelhos de ginástica e musculação; 5 – Academia da terceira idade; 6 – Quiosque de alimentação; 7 – áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Realização de atividades físicas; espera; descanso, contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; consumo de alimentos e bebidas (quiosque); lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; fumar cigarros ou maconha; passeios com animais de estimação; realização de jogos nas mesas; presença de amenidades (árvores e canteiros); corta-caminho ligando diferentes setores; passeios; flerte, namoro, paquera etc.
Descrição geral: ritmos de uso, atividades e especificidades	Trata-se de um largo na divisa das localidades da Usina, do Catrambí e do Alto da Boa Vista. Por se localizar em um dos limites geográficos do bairro, onde existe um terminal de ônibus, há uma grande circulação de pedestres que residem nas proximidades da praça e nas áreas montanhosas que a cercam nos três períodos do dia (manhã, tarde e noite), mas com maior intensidade nos dias de semana do que nos fins de semana (sábado e domingo). Essas pessoas, de diversas faixas etárias, geralmente, se deslocam utilizando uma via central que passa no interior da praça e funciona como corta-caminhos. Como a praça se encontra no início da subida para o Morro do Catrambí e do Alto da Boa Vista, ao seu lado há um ponto de táxi e de motos que funciona como uma importante área de concentração de pessoas que se sentam nas mesas e bancos da praça para esperarem sua vez nos transportes. Durante o período noturno entra em funcionamento um quiosque que vende lanches e bebidas, onde as pessoas conversam e consomem nas dependências da praça, utilizando bancos e mesas. Como há uma área um pouco menos visível que as demais, onde estão localizados alguns equipamentos de musculação, no período noturno, um indivíduo foi visto fumando maconha sozinho nessa área da praça.

Figura 10: Mosaico de fotografias - Praça Professor Pinheiro Guimarães



Praça Professor Pinheiro Guimarães	
Localização	A praça se localiza no encontro da Rua Conde de Bonfim com a Rua Embaixador Ramon Carcano, na porção norte do bairro da Tijuca.
Situação	A praça se situa entre um pequeno rio e um hospital, próximo de uma grande favela, Casa Branca, paralela à Rua Conde Bonfim.
Forma e características do sítio	A praça apresenta a forma geométrica de um grande arco alongado, com um desnível altímetro de cerca de 10 metros entre a Rua Conde de Bonfim e o rio que corre logo abaixo, paralelamente à praça e à rua. A praça conta com inúmeras árvores e canteiros gramados, com caminhos e escadas de concreto.
Tamanho	Média (3.543,05 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso misto, residencial/comércio e serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 - mesas com assentos; 3 – escadas; 4 – quiosque de alimentação; 5 – áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário (especialmente as lixeiras e mesas); consumo de alimentos e bebidas (quiosque); escutar música (fone de ouvido); lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; fumar cigarros ou maconha; passeios com animais de estimação; realização de jogos nas mesas; presença de amenidades (árvores e canteiros); corta-caminho ligando diferentes setores; passeios; flerte ou namoro; realização de rituais religiosos (oferendas de religiões de matriz afro-brasileira).
Descrição geral: ritmos de uso, atividades e especificidades	Trata-se de uma praça em que, em função de sua localização e situação, ao lado de um grande hospital e de uma favela, pedestres circulam tanto pelos seus caminhos interiores quanto pelas ruas e calçadas que a rodeiam. Como há muitas árvores na praça, as áreas sombreadas constituem um importante atrativo para pessoas que se deslocam por essa área e optam por uma pausa. Os diversos bancos, mesas e escadas que se distribuem pela praça são ocupados por pessoas e atividades diversas, por exemplo: quatro homens adultos que se reúnem em uma mesa sombreada por uma grande árvore jogam baralho em um dia de semana pela manhã; ao seu lado, em outra mesa, uma mulher jovem e sozinha escuta música com um fone de ouvidos; em outro banco, uma mulher adulta em situação de rua dorme em uma área também sombreada; em outra mesa, uma mulher adulta e dois homens adultos conversam; pessoas passam a todo instante levando consigo seus animais de estimação e utilizando as dependências da praça; no período da tarde, quando o movimento de pessoas é menor, uma mulher adulta e dois homens adultos tomam açaí em uma das mesas, enquanto um casal de adultos observa seu filho andando de skate em outra mesa; ao anoitecer, o número de pessoas circulando ao redor da praça é ainda menor, porém, em seu interior, um casal de adolescentes namora em um dos bancos menos visíveis da praça; em outra mesa, três homens adultos fumam maconha e conversam, além de um homem e uma mulher que conversam em um dos bancos. Essa mesma dinâmica de funcionamento foi observada também no fim de semana, com algumas diferenças: no período da tarde, por exemplo, um quiosque que vende bebidas e comidas começa a funcionar e instala algumas mesas e cadeiras de plástico na praça, atraindo algumas pessoas; no período noturno o número de pessoas circulando diminui, mas ainda há algumas pessoas circulando e utilizando as dependências da praça.

Figura 12: Mosaico de fotografias - Praça Bela

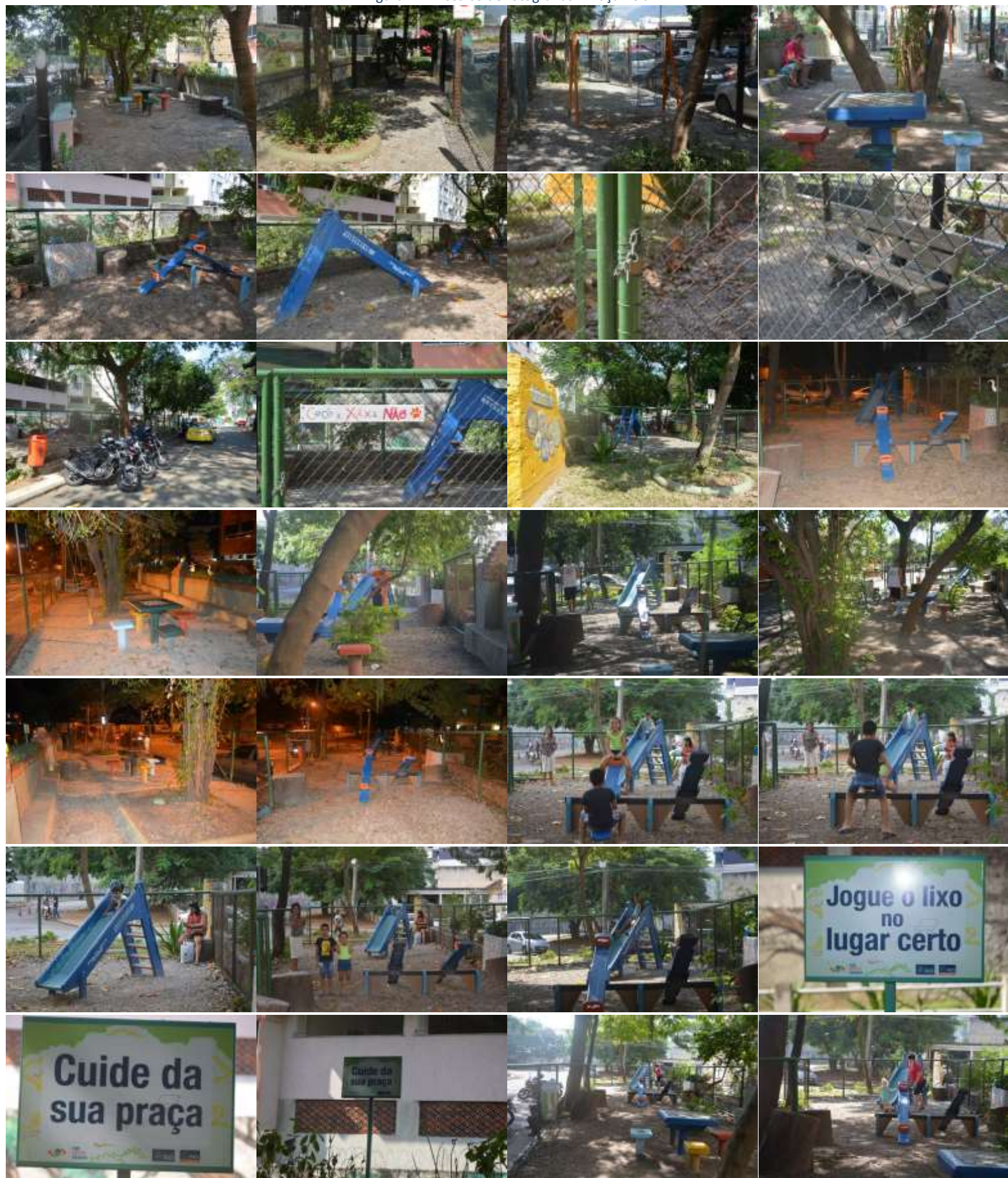


Figura 13: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Bela

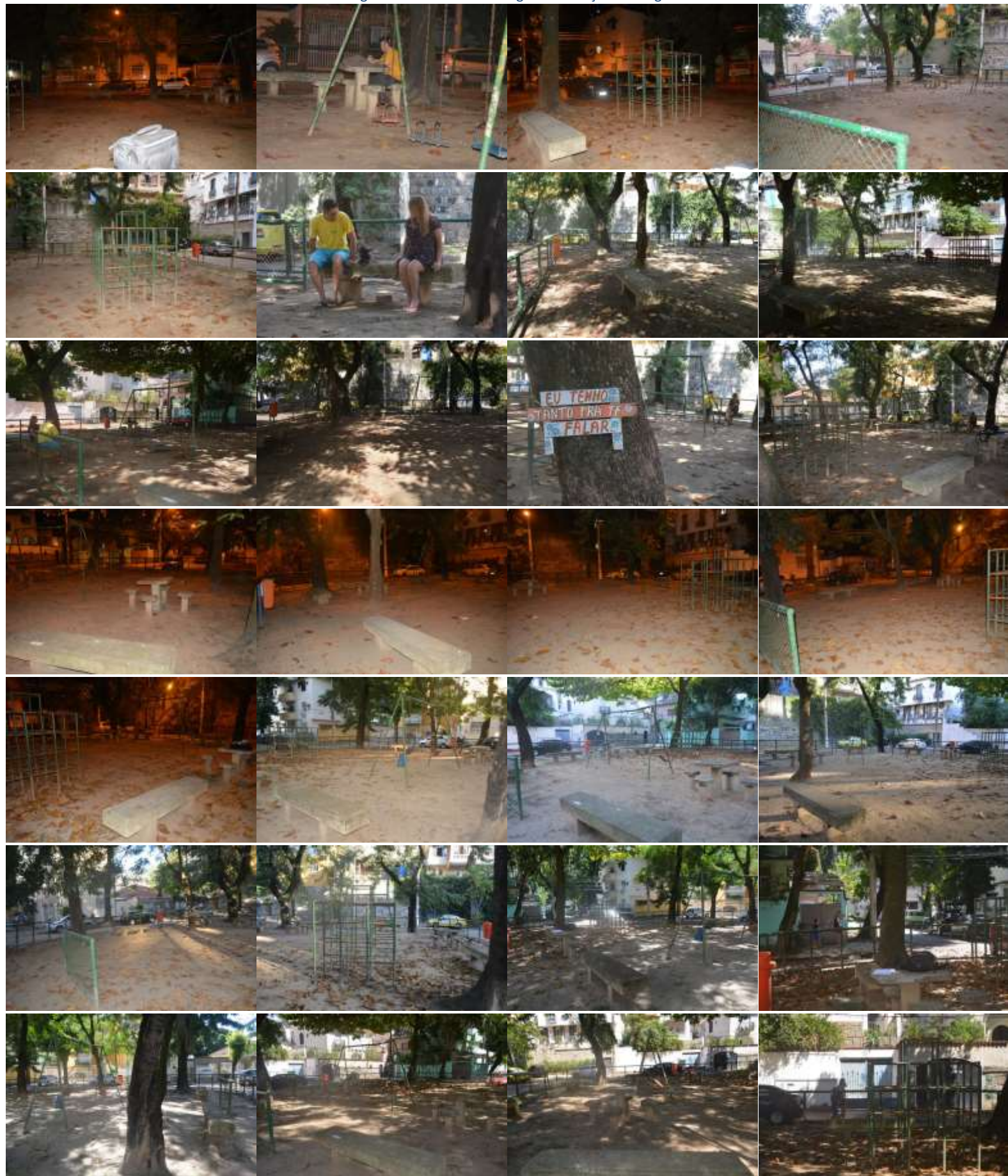
Praça Bela	
Localização	A praça se localiza no encontro da Avenida Maracanã com a Rua Marechal Trompowski, na porção centro/norte do bairro da Tijuca, em uma localidade conhecida como Muda.
Situação	A praça se situa em frente à um ponto de mototáxi e um ponto de taxistas, que ficam bem próximos da favela Casa Branca, ao lado do Rio Maracanã
Forma e características do sítio	A praça apresenta uma forma geométrica retangular, porém bem estreita e toda plana, recoberta com piso de pedras britas soltas.
Tamanho	Pequena.
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso misto, residencial/comércio e serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 - mesas com assentos; 3 – brinquedos infantis; 4 – áreas de circulação
Elementos Polarizadores	Utilização dos equipamentos e do mobiliário; lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; presença de amenidades (árvores e canteiros).
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça muito pequena com alguns poucos brinquedos, mesas com assentos e bancos. Toda a extensão da praça é cercada por uma grade com cerca de dois metros de altura, segundo informações de alguns usuários, a praça fica fechada com uma corrente e um cadeado no período noturno e é aberta diariamente pela manhã por residentes próximos. Nos dias de semana, o movimento de pessoas é maior durante o período da manhã e no fim da tarde, como dito antes, à noite a praça é fechada a partir de determinado horário. Homens e mulheres, adultos e idosos foram observados levando seus filhos e netos para brincar nos equipamentos da praça, geralmente, os adultos conversam enquanto os filhos se divertem juntos. No fim de semana a dinâmica é bastante parecida, a praça não fica continuamente ocupada como ocorre em outros logradouros, mas de tempos em tempos, adultos e idosos aparecem com crianças para utilizar os equipamentos e o mobiliário, permanecendo por algum tempo na praça. O ponto de mototáxis que geralmente leva as pessoas até a comunidade da Casa Branca garante um movimento contínuo ao longo do dia, tanto nos dias de semana quanto nos fins de semana, o que acaba funcionando como atrativo para as crianças enquanto seus pais esperam pela condução. Há várias placas indicando as formas de uso adequadas, tudo muito colorido e agradável ao olhar das crianças.

Figura 14: Mosaico de fotografias - Largo Professor Godim Neto



Largo Professor Godim Neto	
Localização	A praça se localiza no encontro de três ruas: Rua São Miguel, Rua Marechal Trompowski e Avenida Maracanã, na porção centro/norte do bairro, em uma localidade conhecida como Muda.
Situação	A praça se situa no cruzamento de três ruas bastante movimentadas.
Forma e características do sítio	A praça apresenta uma forma geométrica quadrangular, toda plana, recoberta com piso de terra batida.
Tamanho	Pequena (322,57 m ²).
Uso do solo no entorno	Toda a área que circunda a praça é formada por casas e edifícios residenciais, não observei a presença de estabelecimentos comerciais e nem de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 - brinquedos infantis; 3 – áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; presença de amenidades (árvores e canteiros); passeios com animais de estimação.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça pequena, cercada por ruas de muito movimento, o fluxo de automóveis é intenso e constante. Toda a praça é cercada por árvores nas bordas, o que garante sombras em toda a sua extensão. Como se trata de uma área exclusivamente residencial, várias pessoas circulam pelas calçadas próximas, porém, a imensa maioria delas não para na praça. Quando crianças passam pela praça, em alguns casos, elas brincam rapidamente em alguns dos brinquedos e depois vão embora com os adultos. Pela manhã, em um dia de semana, duas meninas foram vistas brincando no balanço; no período da tarde, o movimento de pessoas circulando pelas calçadas é pequeno, com exceção de algumas pessoas que levam seus cachorros para passear e outras em seu vai e vem cotidiano, a praça fica a maior parte do tempo sem usuários; no período noturno o movimento ao redor da praça diminui consideravelmente e ela fica completamente vazia. Nos fins de semana o movimento de veículos e pedestres é menor, diminuindo ainda mais o número de frequentadores da praça.

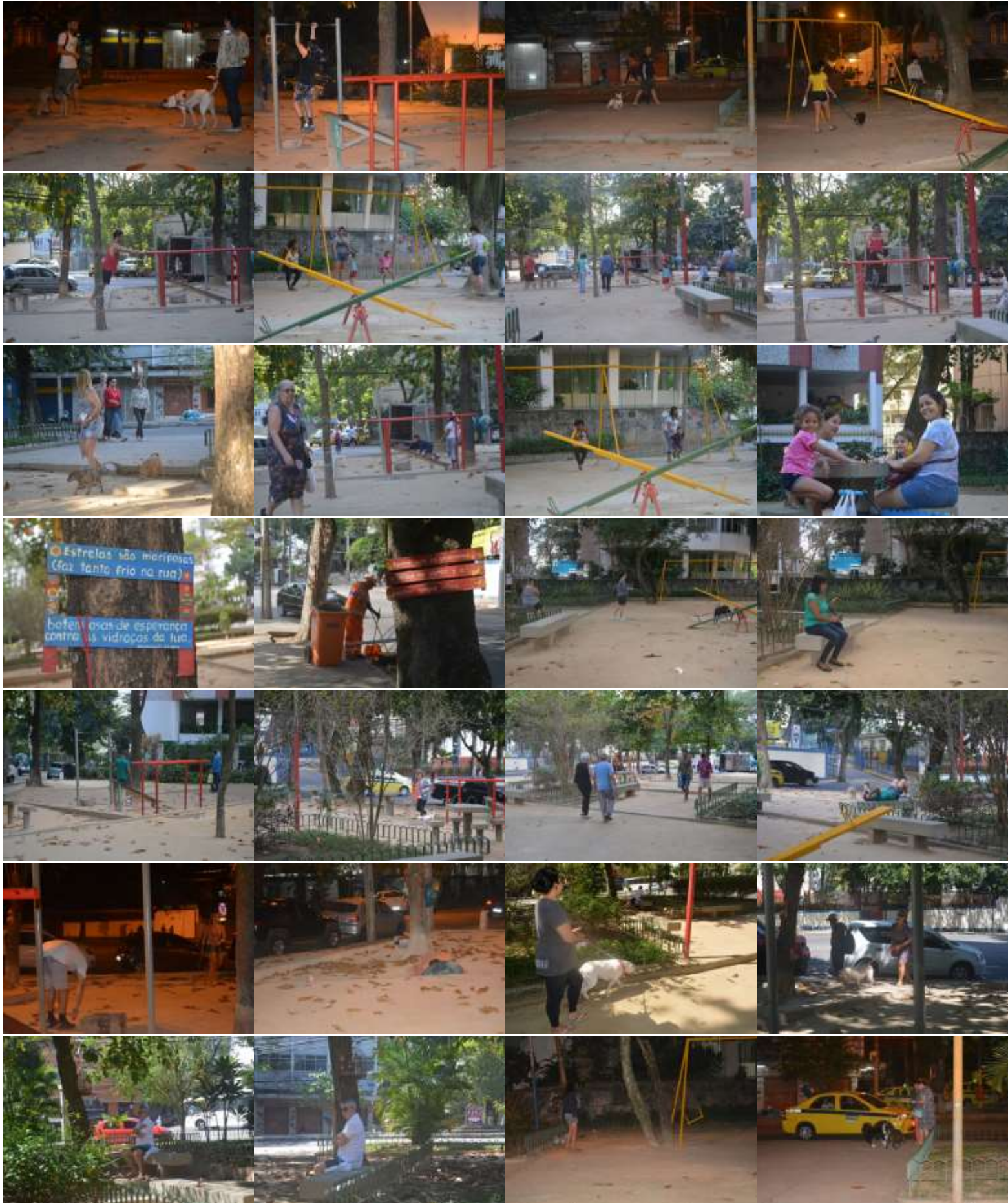
Figura 16: Mosaico de fotografias - Praça Tabatinga



Praça Tabatinga	
Localização	A praça se localiza em uma rua sem saída no final da Rua Tobias Moscoso, na porção centro/norte do bairro, em uma localidade conhecida como Muda.
Situação	A praça se situa em uma rua sem saída, cercada por casas e pequenos edifícios em uma área muito calma e tranquila do bairro.
Forma e características do sítio	A praça apresenta uma forma geométrica quadrangular, toda plana, recoberta com piso de terra batida e cercada por uma grade com cerca de 1,5 m de altura.
Tamanho	Pequena (414,89 m ²).
Uso do solo no entorno	Toda a área que circunda a praça é formada por casas e edifícios residenciais, não observei a presença de estabelecimentos comerciais e nem de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 – mesas com assentos; 3 - brinquedos infantis; 4 - áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; escutar música; lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; presença de amenidades (árvores e canteiros); passeios com animais de estimação; namoro, flerte e paquera etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça pequena, relativamente escondida, por se localizar em uma rua residencial sem saída do interior do bairro, distante das vias principais. Toda a praça é cercada por uma grade de pouco mais de 1 metro de altura e tem um portão, porém, ele fica sempre aberto. Todas as ruas próximas são exclusivamente residenciais e a maior parte das edificações são casas e prédios pequenos. As ruas que a circundam são muito tranquilas, com pouco movimento de pedestres e de carros. Tanto nos dias de semana quanto nos fins de semana quase não pude observar frequentadores: em uma das visitas encontrei um homem adulto e uma mulher adulta sentados em um dos bancos da praça conversando e observando um cachorro, segundo esses usuários, a praça é frequentada por poucas pessoas, geralmente, pelos moradores das casas e edifícios das redondezas, especialmente com crianças para brincar e animais de estimação para passear; no fim de semana havia um homem jovem escutando música sozinho sentado em um banco na praça; à noite ela fica bem vazia e, as vezes, é utilizada por casais que aproveitam a relativa “privacidade” que a praça possibilita

Praça Hans Klussman	
Localização	A praça se localiza no final da Rua Saboia Lima, uma rua sem saída, na porção centro/norte do bairro.
Situação	A praça se situa em uma região montanhosa ocupada por um remanescente de Mata Atlântica, ao final de uma rua sem saída.
Forma e características do sítio	A praça apresenta uma forma irregular, tem um pequeno desnível altimétrico entre uma ponta e outra e é recoberta com piso de terra batida, cercada por uma exuberante floresta.
Tamanho	Média (2.666,66 m ²).
Uso do solo no entorno	Toda a área que circunda a praça é formada por casas e edifícios residenciais, não há estabelecimentos comerciais e nem de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 – escadas de acesso ao riacho; 3 - brinquedos infantis; 4 – coreto; 5 - estátuas dos bichos; 6 áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; escutar música; lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; presença de amenidades (árvores e canteiros); passeios com animais de estimação; namoro, flerte e paquera etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça com uma extensão mediana, situada ao final de uma ladeira relativamente íngreme, com várias casas de alto padrão e alguns poucos prédios pequenos, também de alto padrão. No início da Rua Saboia Lima há uma cancela que controla a subida e a descida dos veículos que acessam a rua. Ao chegar ao final da rua o eventual visitante irá se deparar com uma cena pouco usual: uma praça recoberta com grandes esculturas de concreto, muito coloridas com representações de diversos animais, algumas delas com brinquedos instalados. Como a praça fica em um lugar relativamente escondido, muitas pessoas não a conhecem. Ela atrai muitos ciclistas e pessoas que querem apreciar sua exuberante floresta de Mata Atlântica e um pequeno riacho que corre ao lado da praça. Durante a manhã uma mulher com dois cães apareceu na praça com um saco cheio de bananas que foram depositadas ao lado do riacho. Pouco tempo depois, um verdadeiro espetáculo aconteceu: diversos macacos (eu contei mais de 15) começaram a surgir de todos os lados e se alimentaram durante cerca de 40 minutos, encantando a todos os sortudos visitantes que chegavam. Segundo a mulher que trouxe as bananas, isso ocorre pelo menos duas vezes por semana. Como se trata de uma área relativamente “privativa” e “romântica” (segundo os usuários), vários casais foram vistos utilizando as áreas menos visíveis para namorar. Tanto nos dias de semana quanto nos fins de semana, vários pessoas trouxeram crianças para brincar na praça, o movimento de visitantes parece ser constante no período da manhã e da tarde: casais com seus filhos, casais de namorados, ciclistas, corredores e esportistas, pessoas levando seus animais de estimação para passear e amantes da natureza são o público prioritário. No período noturno não observei a presença de nenhum visitante, a não ser um homem adulto que, aparentemente, é responsável por manter a praça limpa e “segura” à noite (serviço privado).

Figura 20: Mosaico de fotografias - Praça Gabriel Soares



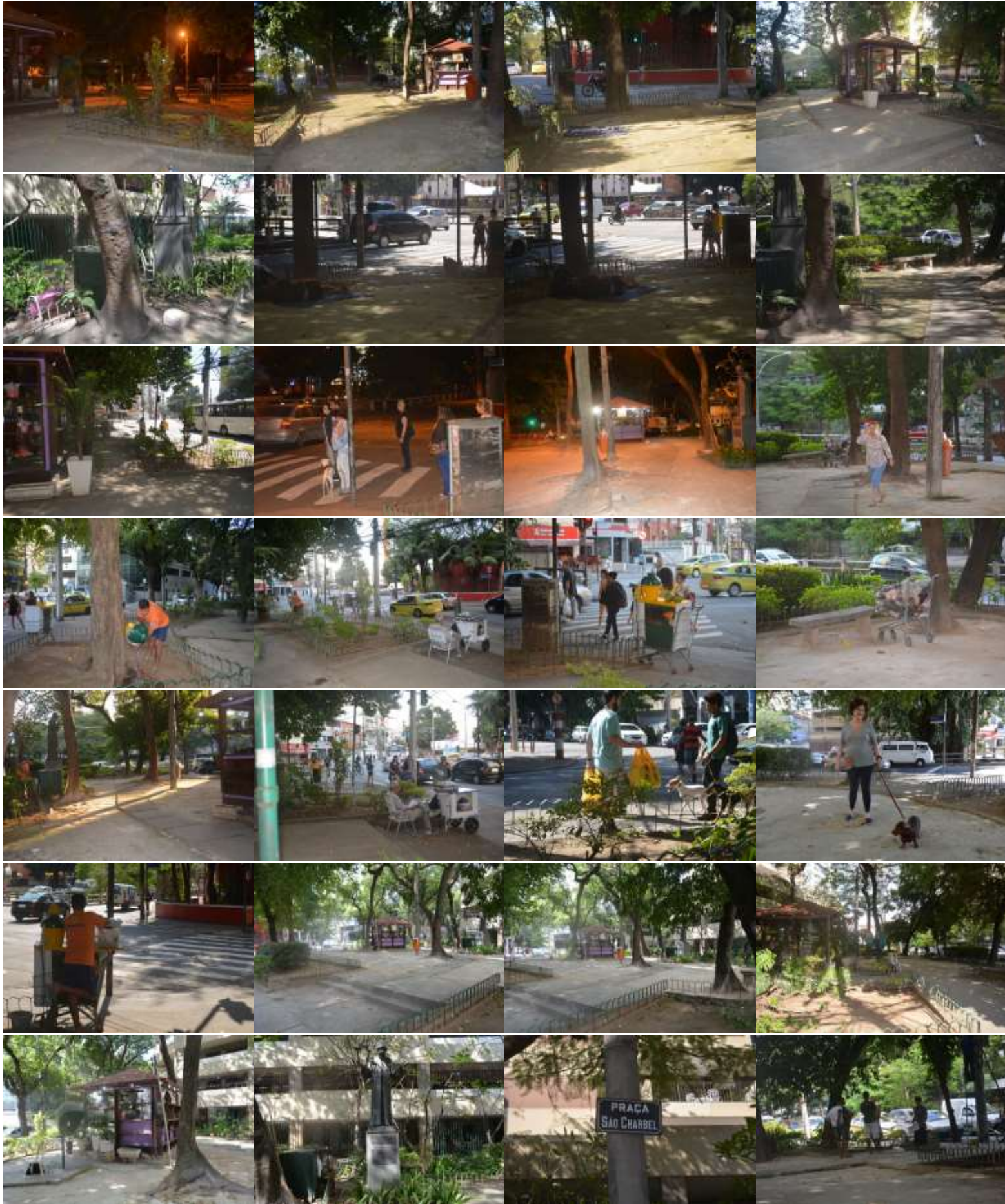
Praça Gabriel Soares	
Localização	A praça se localiza no encontro das ruas Desembargador Izidro e José Higino, na porção centro/norte do bairro.
Situação	A praça se situa em uma movimentada esquina, tem um terminal de uma linha de ônibus ao seu lado e uma tradicional escola de grande porte à frente. O Rio Trapicheiro, já canalizado, corre abaixo dessa área.
Forma e características do sítio	A praça apresenta a forma de um arco, com alguns desníveis altimétricos em suas diferentes partes, sendo recoberta com piso de terra batida, por onde se distribuem várias árvores e canteiros.
Tamanho	Pequena (1.011,8 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso misto, residencial/comércio e serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 - brinquedos infantis; 3 – mesas com assentos; 4 - aparelhos de musculação; 5 – áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Realização de atividades físicas; espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; fumar cigarros ou maconha; passeios com animais de estimação; realização de jogos nas mesas; presença de amenidades (árvores e canteiros); corta-caminho ligando diferentes setores; passeios; flerte, namoro etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma pequena praça, localizada em um cruzamento de ruas muito movimentadas. Certamente, a característica mais marcante da praça é o grande número de pessoas que a atravessa, cuja área interna funciona como uma continuação natural da calçada. As pessoas que circulam pela praça são bastante diversas entre si, considerando-se a variável faixa-etária e as formas de uso e apropriação são igualmente diversas: muitas levam seus cachorros para passear, uma verdadeira passarela canina; idosos levam seus pássaros em gaiolas e penduram nas árvores da praça; homens e mulheres adultos e idosos levam seus filhos e netos para brincarem nos brinquedos; homens e mulheres conversam nas mesas; tanto individualmente quanto em grupo, pessoas se exercitam nas dependências da praça; homens praticam musculação nas barras e paralelas; grupos de jovens estudantes se reúnem antes e depois das aulas na praça; uma mulher adulta em situação de rua utiliza as dependências da praça durante o dia e dorme nela durante a noite etc. Nos fins de semana o movimento de transeuntes é menor, porém, o movimento na praça é considerável, inclusive nos períodos noturnos, que apresenta uma ótima iluminação. Uma senhora me contou que essa praça fica lotada de flores roxas de uma árvore que floresce várias vezes ao ano, o Ipê roxo. Segundo essa mesma senhora, passava uma linha de bondes por essa praça há muitos anos, sendo possível avistar alguns trilhos. Há várias placas com poemas instaladas nas árvores, com lindos dizeres. Não podemos deixar de mencionar o Rio Trapicheiro, um dos mais famosos da Tijuca que é canalizado e passa logo abaixo da praça.

Figura 22: Mosaico de fotografias - Praça Barão de Corumbá



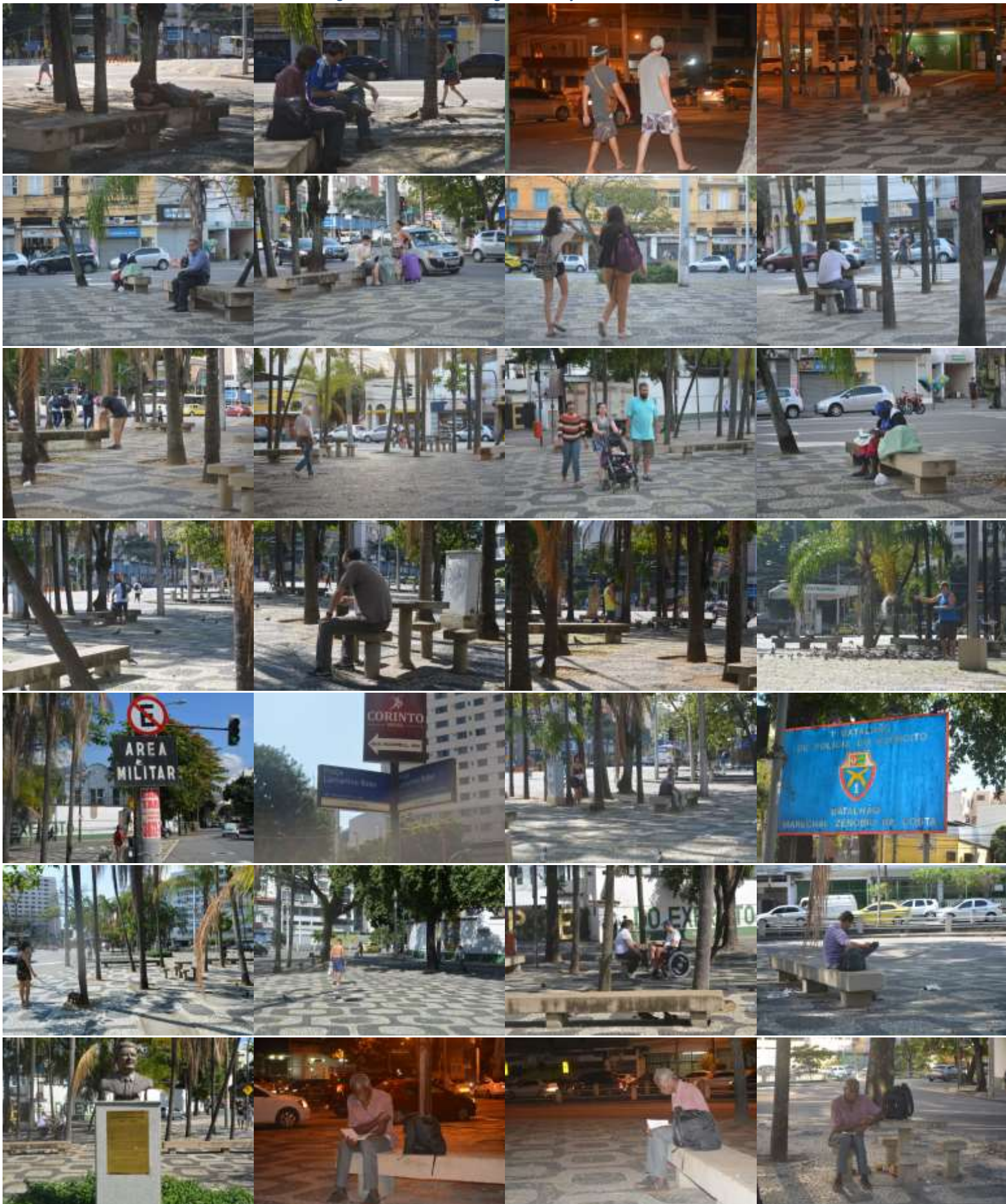
Praça Barão de Corumbá	
Localização	A praça se localiza no encontro das ruas Visconde de Cabo Frio e Andrade Neves, na porção central/norte do bairro.
Situação	A praça se situa em uma rotatória formada pelo encontro de duas ruas; ao lado de uma Igreja Batista.
Forma e características do sítio	A praça apresenta uma forma circular, com alguns desníveis altimétricos entre as bordas e o centro, sendo recoberta com piso de terra batida, por onde se distribuem alguns canteiros e uma árvore.
Tamanho	Pequena (711,99 m ²).
Uso do solo no entorno	Toda a área que circunda a praça é formada por edifícios residenciais, não observei a presença de estabelecimentos comerciais e nem de serviços, com exceção da Igreja.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 - mesas com assentos, 3 - áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Realização de atividades físicas; espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; fumar cigarros ou maconha; passeios com animais de estimação; presença de amenidades (árvore e canteiros); corta-caminho ligando diferentes setores; passeios; flerte, namoro etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça pequena, localizada no centro de uma rotatória de veículos. Pessoas atravessam a praça a todo instante, algumas delas param e se sentam nos bancos ou mesas por alguns instantes para falarem ao celular, descansar ou simplesmente pensar na vida, alguns levam seus cachorros para passear, enquanto os animais se divertem, os donos conversam. Uma característica marcante dessa praça é que muitas pessoas utilizam as ruas que a cercam para a prática de corridas, por esse motivo, grupos organizados começaram a surgir e, de tempos em tempos, organizam eventos reunindo várias famílias uniformizadas na praça durante cerca de 2 horas. Todos os dias (dias de semana e fins de semana) tanto no período matutino quanto no período da tarde, mas especialmente no período noturno, várias pessoas foram vistas correndo e se exercitando nas ruas que a cercam, individualmente ou em grupo, muitas vezes atravessando a praça correndo, outras vezes descansando ou se alongando na praça.

Figura 24: Mosaico de fotografias - Praça São Charbel



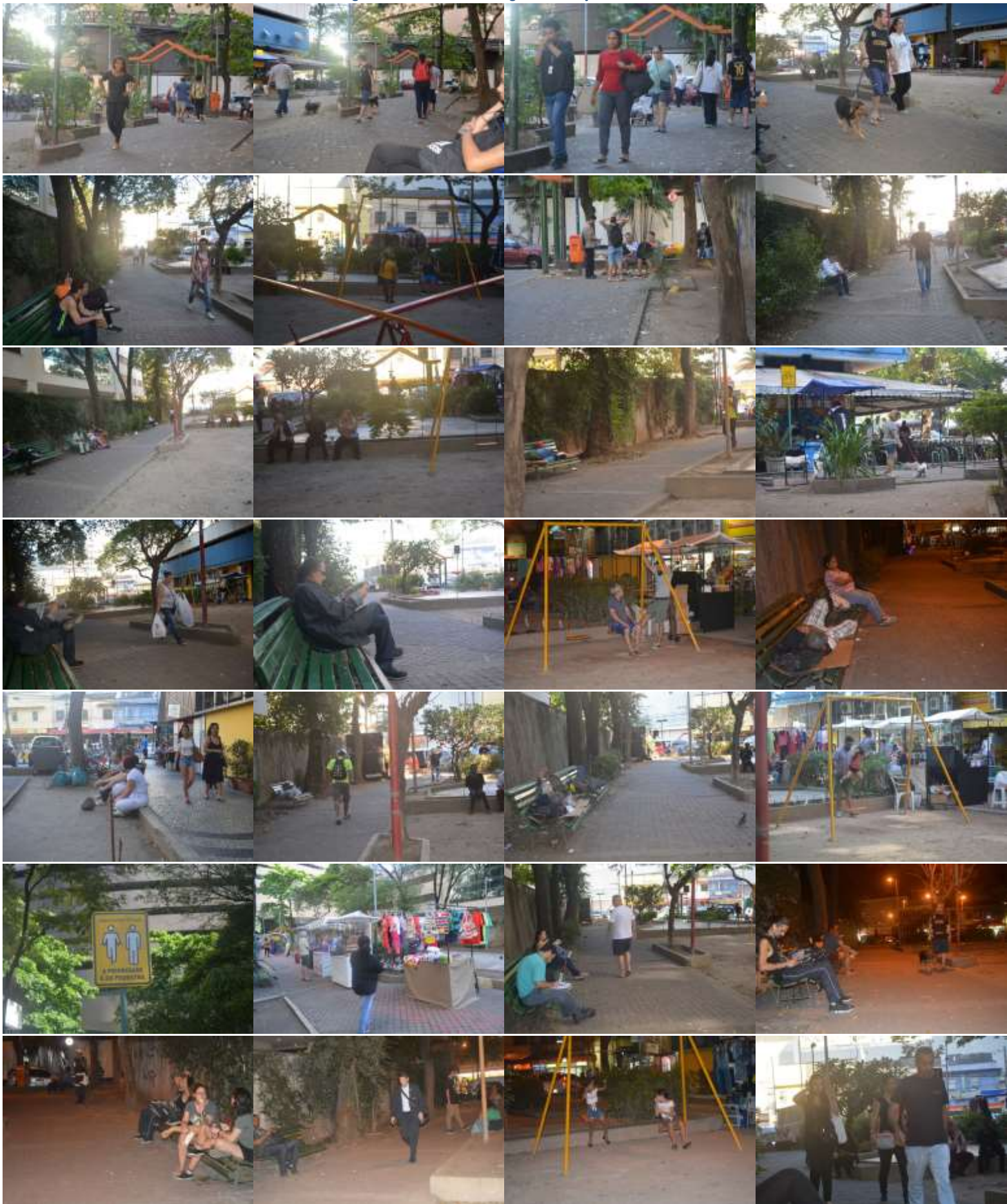
Praça São Charbel	
Localização	A praça se localiza no encontro da Avenida Maracanã com a Rua José Higino, na porção centro/norte do bairro.
Situação	A praça se situa em uma esquina bem movimentada, ao lado do Corpo de Bombeiros, de um enorme supermercado e de um hospital ortopédico.
Forma e características do sítio	A praça apresenta uma forma quadrada, com revestimento de terra batida, por onde se distribuem algumas árvores e canteiros.
Tamanho	Pequena (672,64 m ²).
Uso do solo no e	Predominantemente residencial com trechos de uso misto, residencial/comércio e serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 – quiosque de flores, 3 - áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; passeios com animais de estimação; presença de amenidades (árvore e canteiros); cortacaminho ligando diferentes setores etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça pequena, situada em uma esquina muito movimentada, tanto por veículos nas ruas, quanto por pedestres nas calçadas. Em função disso, essa é uma área privilegiada para que vendedores de rua (ambulantes e fixos) vendam seus produtos. Por exemplo, quatro homens jovens que vendem produtos no sinal da Avenida Maracanã que corre paralela à praça, utilizam as dependências da praça para conversarem enquanto descansam durante alguns minutos; do outro lado da praça, na calçada da esquina, dois vendedores fixos instalam seus equipamentos na borda da praça para venderem água de coco e sorvetes, Pessoas circulam pelas dependências da praça periodicamente, sozinhas ou em grupo, indo e vindo do trabalho, se dirigindo ao supermercado, levando seus animais de estimação para passear, inclusive no período noturno, pelo menos até o fim do horário comercial. Nos fins de semana o movimento diminui consideravelmente, mesmo assim pessoas continuam circulando na esquina e usando as dependências da praça para circulação e paradas rápidas, especialmente com animais de estimação.

Figura 26: Mosaico de fotografias - Praça Lamartine Babo



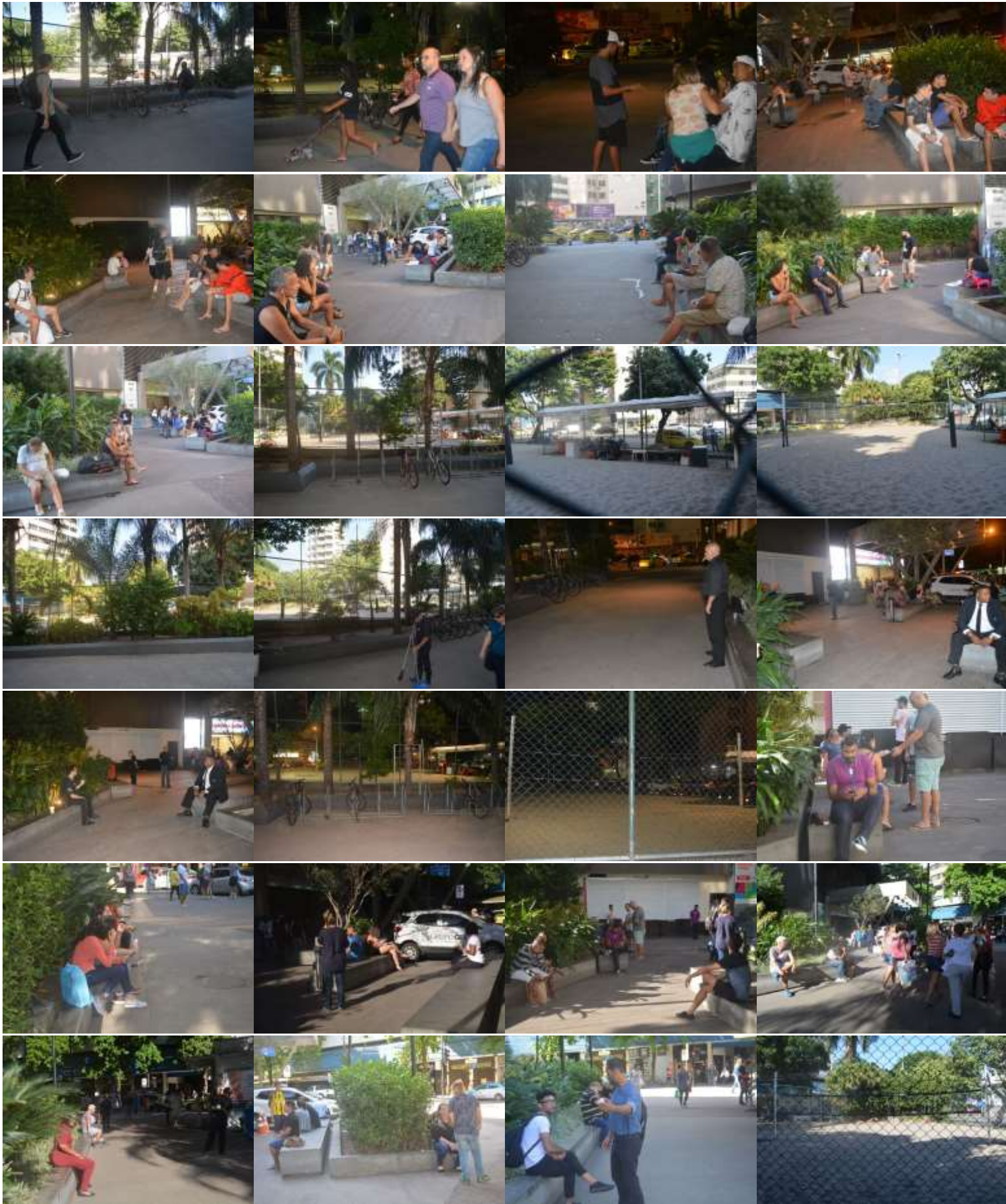
Praça Lamartine Babo	
Localização	A praça se localiza no encontro da Avenida Maracanã com a Rua Barão de Mesquita, na porção central do bairro.
Situação	A praça se situa na esquina de duas importantes ruas do bairro, ao lado de uma enorme área militar (PE - batalhão do exército), trata-se de uma área de ligação com o bairro de Vila Isabel, ao lado de um grande posto de combustíveis.
Forma e características do sítio	A praça apresenta uma forma triangular, com revestimento de pedras portuguesas e alguns canteiros com palmeiras, sendo toda plana.
Tamanho	Pequena (1391,6 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com trechos de uso misto, residencial/comércio e serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 – mesas, 3 - áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; passeios com animais de estimação; presença de amenidades (árvores e canteiros); cortacaminho ligando diferentes setores etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça pequena, mas nem tanto, com uma extensa área plana por onde se distribuem alguns bancos e mesas, algumas sombreadas por árvores. O fluxo de transeuntes é contínuo, muitos passam direto sem parar, alguns param para descansar ou se abrigar momentaneamente do sol, um senhor em uma cadeira de rodas divide uma mesa com seu acompanhante; logo ao lado um idoso lê um jornal em um dos bancos; do outro lado da praça, outro homem idoso alimenta alguns pombos e duas mulheres levam seus cães para passear; em outro momento, uma mulher apoia suas compras em um dos bancos para descansar antes de continuar o seu deslocamento; ao seu lado uma mulher aparentemente em situação de rua (ela ficou durante todo o dia e a noite na praça) escreve ou desenha algo em um caderno, sentada em um dos bancos. O fluxo de pessoas é grande tanto nos fins de semana quanto nos dias de semana, porém, um pouco maior nos dias de semana, especialmente durante o horário comercial, tendo em vista que essa é uma área próxima ao núcleo de comércio e serviços do bairro. No período noturno o movimento diminui um pouco, ainda assim é consideravelmente alto, tanto nos dias de semana quanto nos fins de semana. As pessoas passam em duplas, em trios, sozinhas, em família, com amigos, são pessoas de todas as faixas etárias e tipos-sociais. Pessoas em situação de rua foram vistas em praticamente todos os dias de observação, elas descansam nos bancos, leem livros, escrevem ou desenharam, dividindo espaço com outros frequentadores.

Figura 28: Mosaico de fotografias - Praça Inonimada



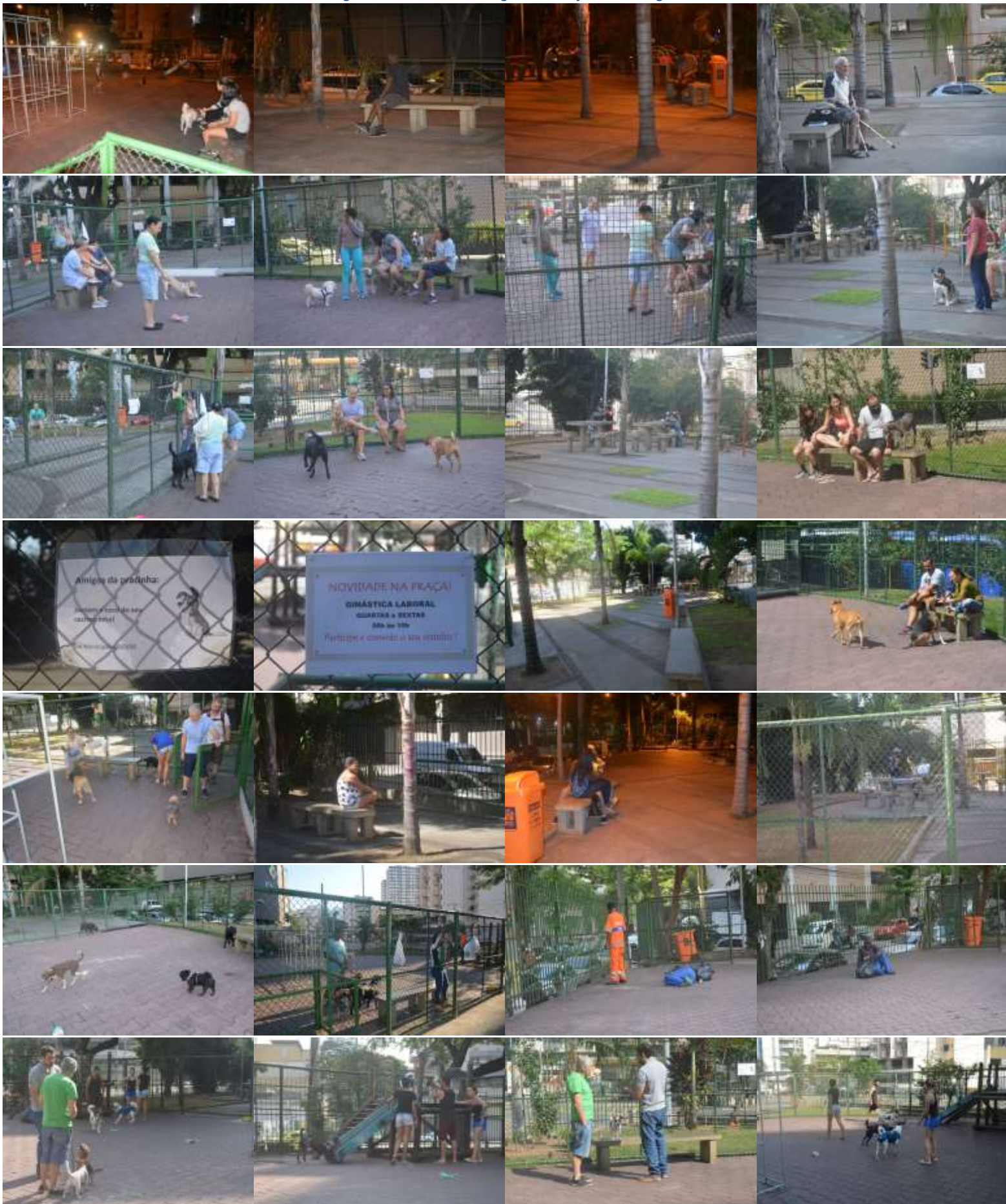
Praça Inonimada	
Localização	A praça se localiza entre a Rua Barão de Mesquita e a Rua Engenheiro Cravo Peixoto, na porção central do bairro.
Situação	A praça se situa em frente a um grande shopping (Shopping Tijuca), ao lado de uma conhecida rede de lanchonetes (MC Donalds) e de um supermercado (Mundial).
Forma e características do sítio	A praça apresenta uma forma geométrica retangular, é totalmente plana e toda pavimentada com concreto e alguns canteiros por onde se distribuem algumas árvores.
Tamanho	Média (3716,98 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente comercial e de serviços, com alguns edifícios residenciais.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 – parque infantil; 3 - áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; passeios com animais de estimação; presença de amenidades (árvores e canteiros); cortacaminho ligando diferentes setores, comércio de rua etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça localizada em uma área comercial muito movimentada do bairro, há vários restaurantes, lanchonetes, mercados, galerias, estabelecimentos comerciais e de serviços. A própria praça constitui uma importante via de acesso para várias galerias e um grande shopping. O movimento de pessoas na praça é enorme: muitas delas utilizam a praça apenas como rota de passagem, mas parte significativa das pessoas para por alguns instantes nas dependências da praça para se sentar em um dos seus bancos e dar uma conferida nas mensagens do celular, ler um jornal, comer ou beber algo, levar seus cães para passear, brincar nos equipamentos infantis ou simplesmente descansar, tal qual fazem alguns homens e mulheres em situação de rua, alguns dormindo no chão, outros nos bancos da praça. Na rua ao lado, as calçadas são tomadas por mesas e cadeiras de restaurantes e lanchonetes, o movimento é constante nessa rua e na via que corta a praça durante praticamente todos os horários do dia, mas especialmente na hora do almoço e no fim da tarde, quando muitas pessoas que trabalham ou frequentam as redondezas da praça ali se reúnem. Há várias barracas de comércio de rua dispostas pela praça, que funcionam durante todo o horário comercial e onde diversas pessoas param, observam e consomem. A maior parte das pessoas permanece durante um curto período na praça, ou seja, o seu público se renova constantemente, pois o movimento de transeuntes é realmente muito expressivo, trata-se de uma verdadeira passarela de pessoas as mais diversas possíveis. Nos fins de semana o movimento na praça diminui um pouco, porém, ainda é muito expressivo, especialmente durante o horário comercial. O número de pessoas em situação de rua nessa praça é bastante significativo, aparentemente trata-se de uma área muito utilizada por essas pessoas durante todo o dia, mas especialmente à noite, quando muitos dormem nas suas dependências.

Figura 30: Mosaico de fotografias - Praça Celso Rocha Miranda



Praça Celso Rocha Miranda	
Localização	A praça se localiza no encontro da Avenida Maracanã com a Rua Engenheiro Cravo Peixoto, na porção central do bairro.
Situação	A praça se situa em frente à um grande shopping (Shopping Tijuca) e diversas galerias comerciais e de serviços.
Forma e características do sítio	A praça apresenta uma forma geométrica retangular, toda ela coberta com areia de praia e cercada por algumas árvores e canteiros.
Tamanho	Pequena (1.488,76 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente comercial e de serviços, com alguns edifícios residenciais.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 – quadra poliesportiva; 3 – áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; realização de atividades físicas, utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; presença de amenidades (árvores e canteiros) etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça que, em realidade, é uma quadra poliesportiva que fica a maior parte do tempo fechada, pois há uma grade muito alta que cerca toda a praça e cujo portão fica trancado. Em frente à quadra, onde se localiza o Shopping Tijuca, há um conjunto de bancos e canteiros do shopping que forma uma interessante área de estar, onde funcionários e frequentadores do shopping se reúnem. Nessa área dos bancos e canteiros o movimento de pessoas é constante, em grupo ou individualmente, várias pessoas permanecem durante algum tempo sentadas conversando, olhando o celular, fumando cigarros, observando o movimento, comendo algo, descansando etc. O bicicletário que fica na calçada da praça também é bastante utilizado, a todo instante há pessoas retirando ou prendendo suas bicicletas. Tanto nos fins de semana, quanto nos dias de semana, enquanto o shopping fica aberto, há movimento nos bancos, porém, na quadra poliesportiva não encontrei frequentadores em nenhuma visita, apesar de já ter visto essa quadra sendo utilizada em outras ocasiões.

Figura 32: Mosaico de fotografias - Praça Luís Lã Saigne



Praça Luís Lã Saigne	
Localização	A praça se localiza no encontro da Avenida Maracanã com a Rua Engenheiro Cravo Peixoto, na porção central do bairro.
Situação	A praça se situa ao lado de um grande shopping (Shopping Tijuca) e alguns edifícios residenciais.
Forma e características morfológicas	A praça apresenta uma forma geométrica triangular, ela fica cerca de um metro acima do nível da calçada, toda a área da praça é cercada por uma grande cerca.
Tamanho	Pequena (1.531,94 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente comercial e de serviços, com alguns edifícios residenciais.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Parque de cachorros; 2 – mesas e assentos; 3 – bancos; 4 - áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário (especialmente as lixeiras e mesas); escutar música (fone de ouvido); lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; fumar cigarros ou maconha; passeios com animais de estimação; realização de jogos nas mesas; presença de amenidades (árvores e canteiros); passeios; flerte ou namoro etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça que, assim como as anteriormente descritas, fica localizada ao lado do Shopping Tijuca, porém, diferentemente das demais, o público frequentador da praça é formado não por usuários do shopping (eles também utilizam a praça, mas em número menor), e sim por pessoas que moram em enormes prédios residenciais que se localizam ao lado da praça. A área mais densamente ocupada dessa pequena praça é o parque de cachorros, o movimento de pessoas chegando e saindo com seus cães é grande e constante. Crianças, idosos e adultos levam seus animais de estimação para se divertirem nos equipamentos da praça e, enquanto eles correm e brincam, urinam e defecam, bebem água e se alimentam, seus donos conversam sobre diversos temas. Conforme observado, esse movimento é tão frequente na praça que boa parte dos seus utilizadores conhecem uns aos outros, pois vão à praça nos mesmos horários, havendo inclusive uma organização que, periodicamente, realiza eventos conjuntos na praça envolvendo atividades ligadas aos animais. Ao lado dessa área destinada aos animais de estimação há um conjunto de mesas e bancos que são geralmente utilizados por outros frequentadores: casais de namorados, pessoas fumando maconha ou cigarros, funcionários ou utilizadores do shopping descansando ou mesmo pessoas em situação de rua que, especialmente no período noturno, utilizam as dependências da praça. Não observei diferenças substantivas no movimento de frequentadores entre os fins de semana e os dias de semana, porém, no período noturno, o movimento diminui consideravelmente, mesmo assim há pessoas que frequentam a praça, tanto com seus animais de estimação, quanto sozinhas ou em grupos para realizarem outras atividades.

Figura 34: Mosaico de fotografias - Praça Vanhagem



Praça Vanhargem	
Localização	A praça se localiza no encontro da Avenida Maracanã com a Rua Felipe Camarão, na porção central do bairro.
Situação	A praça se situa ao lado do Rio Maracanã, ao lado de um polo gastronômico, uma área conhecida pela alta concentração de bares e restaurantes.
Forma e características morfológicas	A praça apresenta uma forma geométrica irregular, possui uma grande área plana por onde se distribuem uma série de equipamentos e praticamente nenhuma amenidade (árvores, plantas ou corpos de água)
Tamanho	Média.
Uso do solo no entorno	Uso misto, predominantemente comercial e de serviços, com alguns edifícios residenciais.
Unidades morfo-comportamentais	1 –Academia da terceira idade; 2 – pista de patins, bicicletas e skates; 3 – coreto com mesas e assentos; 4 – parque infantil; 5 – bancos de madeira; 6- áreas de circulação; 7 – bancos de concreto; 8 – áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; consumo de alimentos e bebidas (vendedores de rua e bares e restaurantes); lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; fumar cigarros; passeios com animais de estimação; realização de jogos nas mesas; corta-caminho ligando diferentes setores; passeios; flerte ou namoro, propaganda e publicidade etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça de porte médio com vários equipamentos distribuídos em diferentes áreas: em um dia de semana pela manhã, por exemplo, no parquinho, mais de 10 crianças estão acompanhadas por cerca de 7 adultos que conversam entre si e brincam junto com as crianças em vários brinquedos; na pista de patins, 3 crianças jogam futebol enquanto seus pais observam do lado de fora de um grande círculo delimitado; no coreto com mesas, um homem em situação de rua descansa em uma das mesas; na academia da terceira idade, cerca de 10 idosos se exercitam e conversam entre si; em uma estrutura de madeira onde se concentram bancos, idosos, crianças e adultos se encontram sentados de frente uns para os outros, o mesmo vale para a outra área onde se concentram bancos de concreto, onde idosos e jovens dividem espaço. Como não há árvores, nos horários mais quentes, em função do forte sol e da falta de sombras, as áreas mais quentes são desocupadas e as áreas sombreadas recebem mais pessoas. No período da tarde, depois que o sol fica mais fraco, os frequentadores voltam a lotar a praça novamente, movimento que se prolonga até cerca de 21:00 da noite, quando o número de frequentadores na praça diminui, enquanto o movimento dos bares e restaurantes que a cercam fica mais intenso. Nos fins de semana, vários equipamentos como pularulas e outros brinquedos pagos são instalados na praça, aumentando ainda mais o movimento de crianças e adultos durante todo o dia, o que acaba atraindo também vendedores ambulantes e fixos que vendem comidas e brinquedos. A Praça Vanhargem é, depois das três maiores praças da Tijuca, a praça mais movimentada do bairro, em todos os dias e horários visitados a praça estava cheia de pessoas.

Figura 36: Mosaico de fotografias - Praça Hilda



Figura 37: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça Hilda

Praça Hilda	
Localização	A praça se localiza no encontro da Rua Deputado Soares Filho com a Rua Pareto, na porção central do bairro.
Situação	A praça se situa ao lado de um estacionamento e de vários prédios residenciais.
Forma e características morfológicas	A minúscula praça apresenta uma forma geométrica irregular, é plana e tem piso de concreto.
Tamanho	Pequena (138,32 m ²)
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso comercial e de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 –Mesa com assentos; 2 – bancos e 3 - áreas de circulação
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; fumar cigarros; passeios com animais de estimação; realização de jogos nas mesas; corta-caminho ligando diferentes setores; passeios; flerte ou namoro, propaganda e publicidade etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se da menor praça de todo o bairro, com apenas uma mesa com assentos e dois bancos. Pela manhã, em um dia de semana, 4 homens adultos jogam baralho entusiasticamente na mesa da praça, enquanto um homem se encontra deitado em um dos bancos olhando o celular; no período da tarde, ninguém foi visto; à noite, porém, um casal fumando maconha e conversando interagiu comigo e se mostraram interessados na pesquisa. No fim de semana pela manhã um homem em situação de rua foi visto sentado em um dos bancos mexendo em seus pertences e fumando um cigarro que encontrou no chão. Essa é uma área bem tranquila do bairro, não há muito movimento de pedestres e nem de veículos, os frequentadores permanecem em geral por pouco tempo na praça, indo ou voltando para suas residências nas proximidades.

Figura 38: Mosaico de fotografias - Praça Dulce



Praça Dulce	
Localização	A praça se localiza no encontro da Rua Dulce com a Rua General Marcelino, na porção centro-sul do bairro.
Situação	A praça se situa ao lado de um grande rochedo (área de proteção ambiental) cercada por vários prédios residenciais, quase no fim de uma rua sem saída, ao lado de uma cabine de segurança privada.
Forma e características morfológicas	A praça apresenta uma forma geométrica irregular, é plana, tem piso de terra batida e é toda cercada por uma grade com cerca de 1 metro de altura, tendo apenas uma pequena árvore no interior e algumas árvores que cercam a praça.
Tamanho	Pequena (427,35 m ²).
Uso do solo no entorno	Toda a área que circunda a praça é formada por casas e edifícios residenciais, não há estabelecimentos comerciais e nem de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 –Coreto com mesas e assentos; 2 – bancos; 3 – parque infantil e 4 – áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; fumar cigarros ou maconha; consumo de bebidas (coreto); passeios com animais de estimação; realização de jogos nas mesas; passeios; flerte ou namoro; presença de amenidades; escutar música etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma pequena praça localizada em uma região muito tranquila do bairro, o movimento de veículos é bem limitado. A todo instante passam pessoas do lado de fora da praça, muitos indo ou vindo do trabalho, se exercitando, levando seus animais de estimação para passear, para fazer compras etc. Na praça, tanto nos dias de semana quanto nos fins de semana, o número de frequentadores encontrados pouco variou. No período matutino, mães, pais, avôs e avós levam suas crianças pra brincar nos diversos equipamentos presentes na praça, há inclusive vários brinquedos infantis que, muito provavelmente, foram comprados pelos frequentadores que os deixam na praça, como carrinhos e bonecas, por exemplo; enquanto as crianças brincam, os pais sempre conversam entre si ou observam seus celulares; além de idosos que ali se reúnem para pegar sol e conversar. À tarde, alguns estudantes (jovens e adolescentes) de escolas que se localizam nas proximidades tem o costume de frequentar a praça, geralmente ficam conversando e escutando música nas mesas e assentos do coreto; seguranças privados que ficam ao lado da praça em uma cabine foram observados utilizando as dependências da praça para descansarem na troca de turno; no período noturno, alguns jovens e adolescentes utilizam as dependências da praça para consumirem bebidas alcoólicas e fumar cigarros ou maconha, escutando música e conversando no coreto (tanto nos dias de semana quanto no fim de semana), ficando ao lado de adultos que levam seus bebês e crianças para passearem na praça; um homem adulto também foi observado estudando e lendo nas mesas da praça, no período noturno.

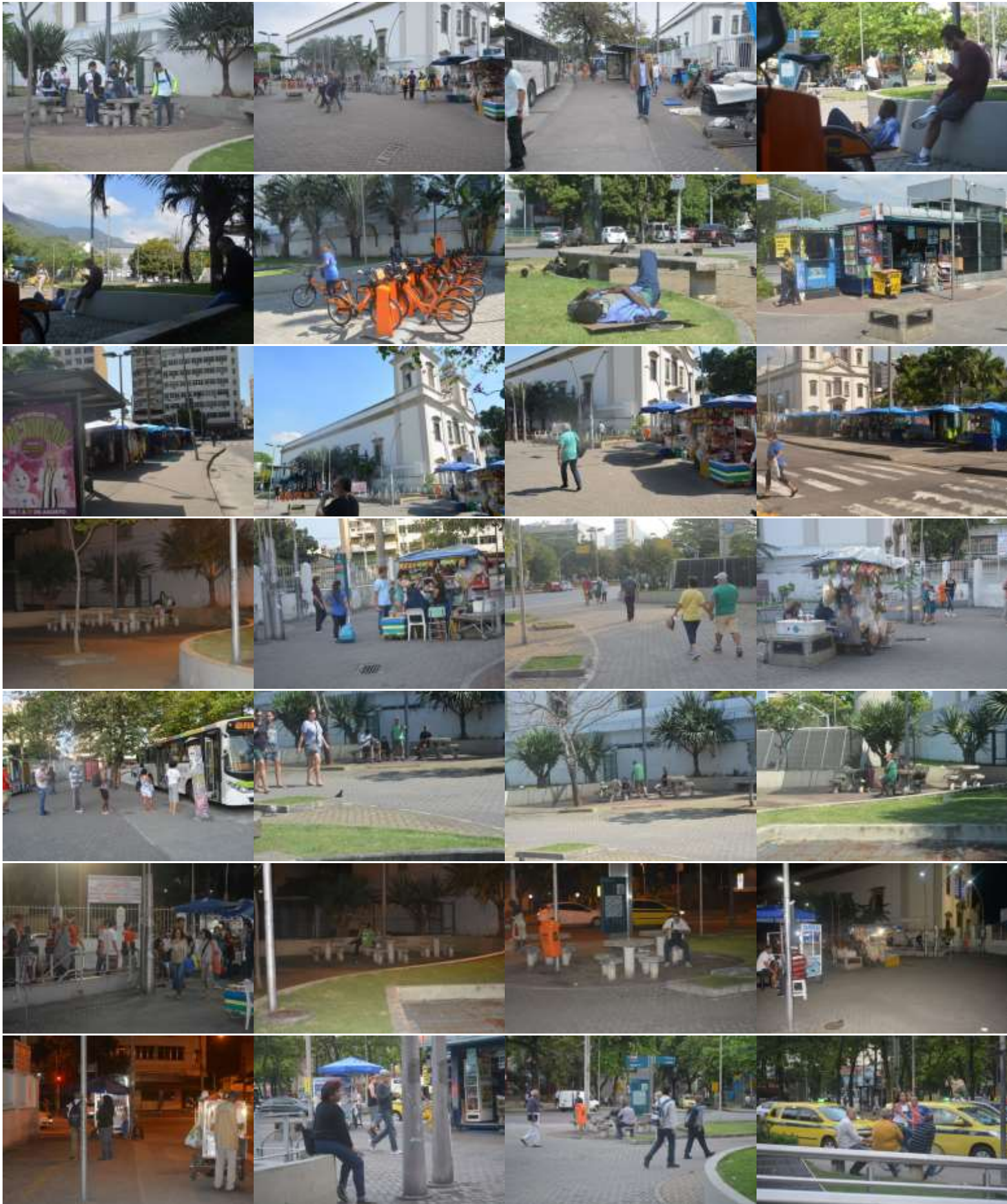
Largo São Maron	
Localização	O largo se localiza no encontro da Rua São Francisco Xavier com a Avenida Heitor Beltrão e a Rua Doutor Satamini, na porção centro-sul do bairro.
Situação	O largo se situa entre três ruas muito movimentadas, acima do Rio Trapicheiros (canalizado) e de uma linha de metrô.
Forma e características morfológicas	O largo apresenta uma forma geométrica retangular, é plana, tem piso de paralelepípedos, algumas árvores e canteiros de grama.
Tamanho	Pequena (878,02 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso comercial e de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos e 2 – áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; passeios com animais de estimação; realização de jogos nas mesas; passeios; presença de amenidades etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de um pequeno largo de passagem, situado entre ruas muito movimentadas, onde há poucos equipamentos. Presença de um monumento (estátua) e de sinalizações do sistema de metrô. Como há várias árvores, toda a área do largo é sombreada o que acaba propiciando pequenas paradas das pessoas que circulam pela área da praça para descansar e se abrigar do sol. Trata-se, fundamentalmente, de um largo de passagem. Tanto no fim de semana quanto nos dias de semana o movimento de pessoas que param é pequeno, a maior parte das pessoas apenas circula pelo largo, propiciando um movimento frequente. Idosos foram vistos sentados descansando, catadores de resíduos sólidos deixam alguns de seus pertences em um respiradouro do metrô que se localiza na praça; no período noturno, um carro da polícia costuma ficar parado no interior do largo, assegurando a segurança de quem passa. No fim de semana, o movimento de pessoas e veículos diminui consideravelmente, o mesmo pode ser dito em relação ao período noturno, quando pedestres circulam em menor número.

Figura 42: Mosaico de fotografias - Praça Carlos Paoleira



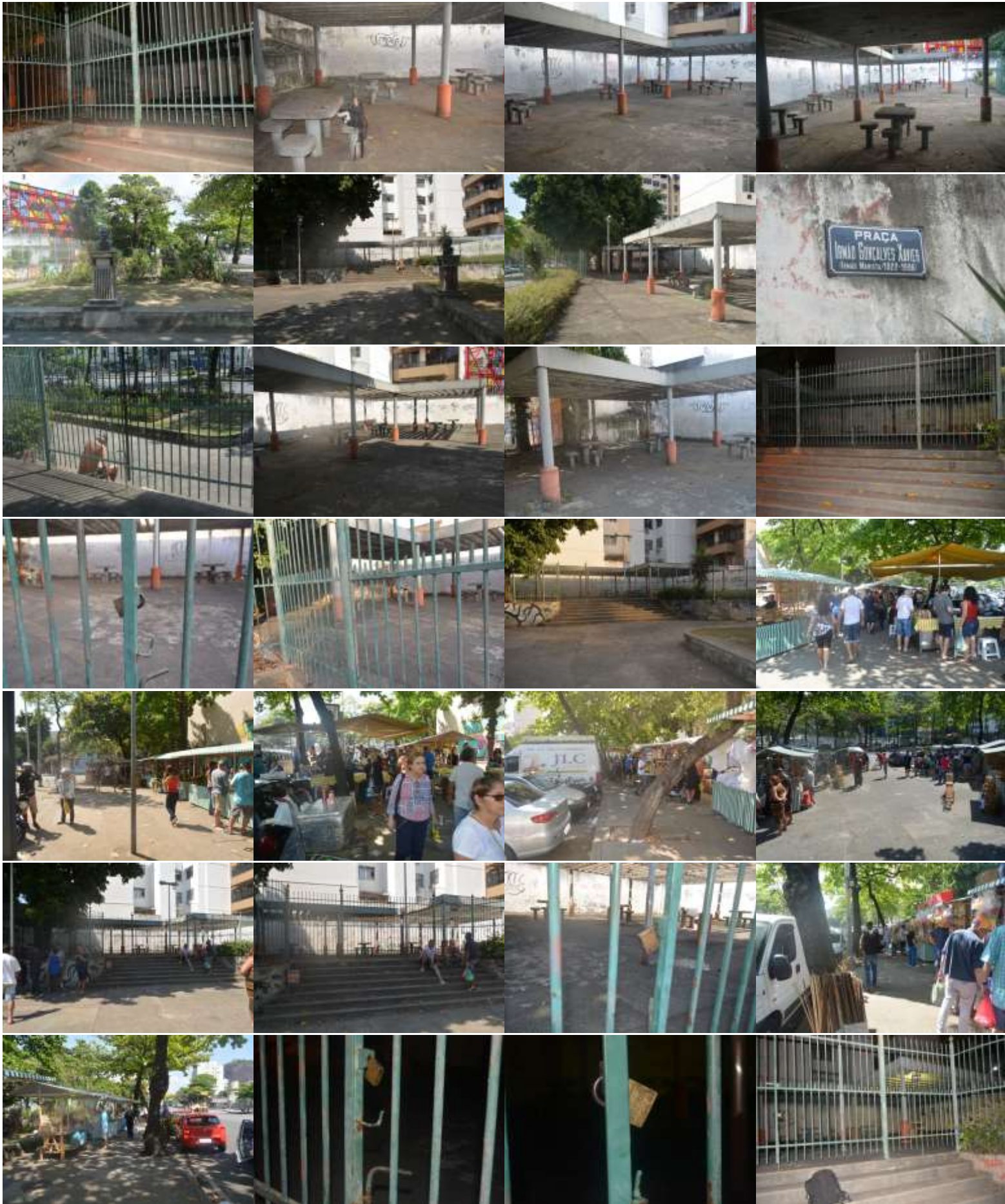
Praça Carlos Paoleira	
Localização	A praça se localiza no encontro da Avenida Heitor Beltrão e a Rua São Francisco Xavier, na porção centro-sul do bairro.
Situação	A praça se situa ao lado de uma estação de metrô, de uma grande igreja católica e de um ponto de ônibus.
Forma e características morfológicas	A praça apresenta uma forma geométrica triangular, é toda plana, tem piso de concreto e alguns canteiros com árvores que propiciam áreas sombreadas.
Tamanho	Pequena (1413,75 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso comercial e de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 – mesas com assentos; 3 – livraria (sebo de rua); 4 – quiosque de flores; 5 – banheiro público; 6 – ponto de ônibus; 7 - áreas de circulação; 8 – barracas de comida.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; consumo de alimentos e bebidas (vendedores de rua); consumo de livros; consumo de flores; conversas entre os usuários; fumar cigarros ou maconha; passeios com animais de estimação; presença de amenidades (árvores e canteiros); corta-caminho ligando diferentes setores; passeios; flerte, namoro, paquera; espera por transportes; leitura de livros; escutar música etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça consideravelmente movimentada, pois se localiza ao lado de um importante ponto de ônibus e de uma estação de metrô. Muitas pessoas se deslocam pela praça circulando entre os modais de transporte. As mesas e bancos são bastante utilizados por todos os tipos de pessoas, por exemplo: em um dia de semana pela manhã, funcionários de uma empresa conversam e organizam o dia de trabalho sentados nas mesas (5 homens e 4 mulheres adultas); em outra mesa, um idoso expõe alguns livros; ao seu lado, um casal conversa; em outro banco um idoso senta para comer um petisco que é ali vendido; ao lado da livraria um homem lê um livro; à tarde, um grupo de adolescentes conversa e canta, um deles toca uma gaita de mão; em outra mesa, um idoso escreve algo em um papel; um deficiente físico idoso dorme em um dos bancos; no período noturno, quando fecham a livraria de rua (sebo) e o quiosque de flores, o movimento de pessoas é menor, mas ainda é bastante considerável; vendedores de comidas e bebidas instalam seus equipamentos na praça e vendem seus produtos para os pedestres que se concentram no ponto de ônibus. No fim de semana, o movimento de pessoas circulando é um pouco menor, mesmo assim bastante significativo; em uma das mesas um casal escuta música em uma caixinha de som e, ao seu lado, um homem adulto aparentemente embriagado fuma um cigarro de maconha sem nenhum constrangimento, chamando a atenção dos pedestres que passam; à tarde o movimento era menor e ainda menos significativo no período noturno, quando apenas o ponto de ônibus concentra algumas pessoas.

Figura 44: Mosaico de fotografias - Praça São Francisco Xavier



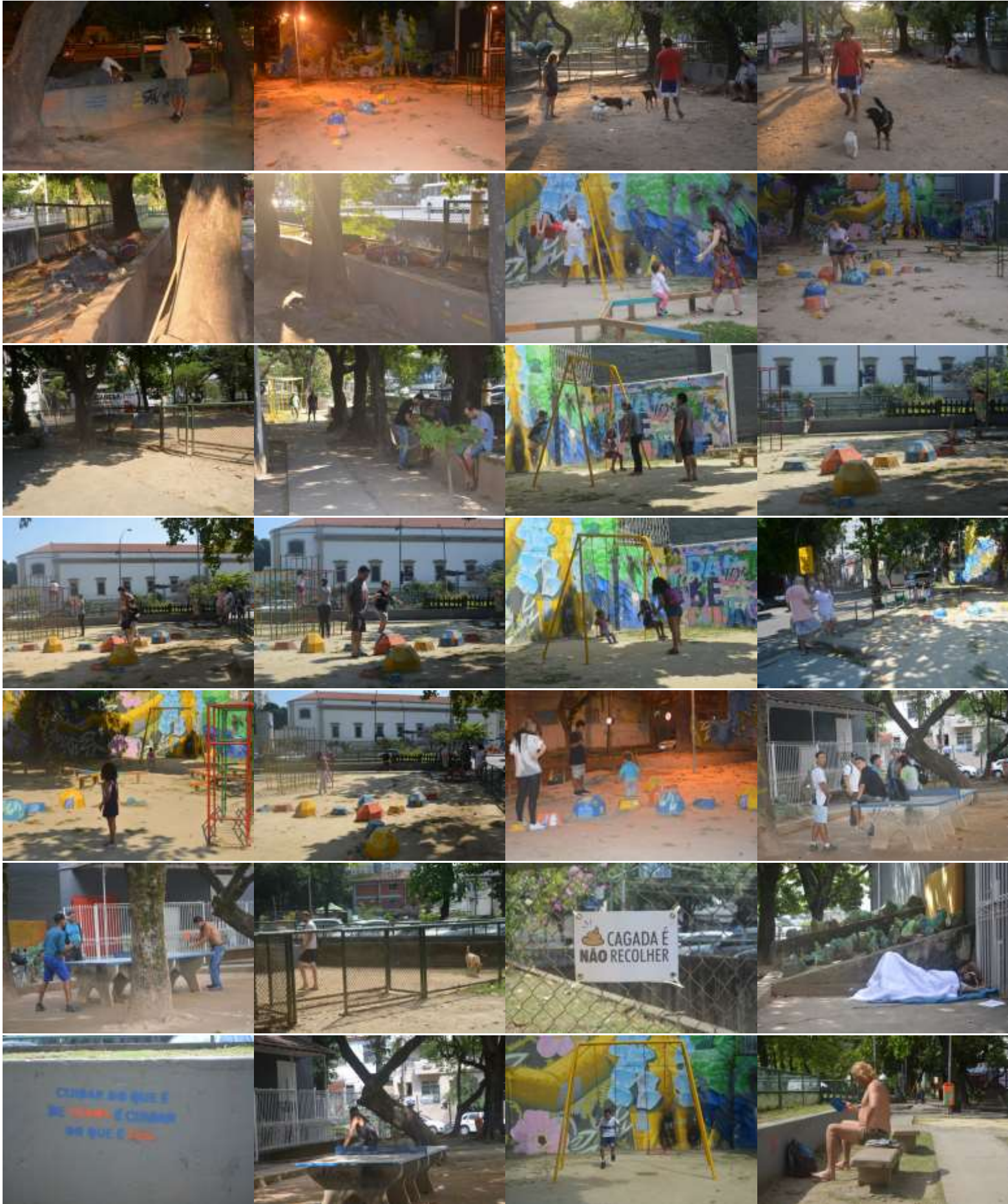
Praça São Francisco Xavier	
Localização	A praça se localiza entre a Avenida Heitor Beltrão e a Rua São Francisco Xavier, na porção centro-sul do bairro.
Situação	A praça se situa ao lado de uma estação de metrô, de uma grande igreja católica e de um ponto de ônibus.
Forma e características morfológicas	A praça apresenta uma forma geométrica irregular, é toda plana, tem piso de concreto e alguns canteiros com árvores que propiciam áreas sombreadas.
Tamanho	Pequena.
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso comercial e de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 – mesas com assentos; 3 – chaveiro; 4 – barracas comércio de rua; 5 – ponto de ônibus; 6 - áreas de circulação; 7 – bicicletário; 8 - banca de jornal.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; consumo de alimentos e bebidas (vendedores de rua); consumo de roupas; conversas entre os usuários; fumar cigarros; passeios com animais de estimação; presença de amenidades (árvores e canteiros); corta-caminho ligando diferentes setores; passeios; flerte, namoro, paquera; espera por transportes; escutar música etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça muito movimentada em função da presença de um importante terminal de ônibus e de uma estação de metrô, que alternam momentos de movimento muito intenso com momentos de menor movimento. Nas mesas e bancos, algumas pessoas em situação de rua se encontram deitadas e sentadas se alimentando; pessoas retiram e devolvem bicicletas no bicicletário a todo instante; outros sentam nas proximidades do metrô para olharem o celular antes de descerem até a estação; o movimento cíclico de pessoas circulando em função dos modais de transporte faz com que alguns taxistas esperem por clientes na praça, sentados em um dos bancos abrigados pela sombra de árvores; há grande quantidade de barracas de comércio de rua que vendem roupas, acessórios, comidas e bebidas, além de uma banca de jornal bem movimentada; grupos de estudantes também têm o costume de permanecer na praça utilizando as mesas e bancos; no período noturno, as barracas de roupas e acessórios são desinstaladas e as de alimentação permanecem em seus respectivos locais, aproveitando o movimento que ainda é intenso, mesmo que menor do que aquele observado nos períodos anteriores. No fim de semana, há um número bem menor de barracas instaladas, apenas aquelas de comidas e bebidas; o movimento é menor do que aquele observado nos dias de semana, porém, durante a manhã e à tarde ainda é considerável; à noite esse movimento fica mais reduzido, mesmo assim há pessoas circulando, apesar de nenhuma delas permanecer na praça por muito tempo.

Figura 46: Mosaico de fotografias - Praça Irmãos Gonçalves Xavier



Praça Irmãos Gonçalves Xavier	
Localização	A praça se localiza na Avenida Heitor Beltrão, na porção centro-sul do bairro.
Situação	A praça se situa próxima à uma estação de metrô, um ponto de ônibus e uma grande igreja católica, nas proximidades de um teatro.
Forma e características morfológicas	A praça apresenta uma forma geométrica retangular, é toda plana e cercada por uma grande grade, além de possuir duas estruturas de concreto que garantem sombreamento em quase toda a área da praça que também tem piso de concreto, estando um pouco acima do nível da calçada, sendo ligada por alguns poucos degraus de escadas. Uma grande árvore se situa ao lado dessa praça, também propiciando sombra.
Tamanho	Pequena (1492,99 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso comercial e de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 – mesas com assentos e 3 - áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça pouco convidativa, especialmente em função do fato de que ela permanece trancada a maior parte do tempo. Não encontrei nenhum usuário nas dependências da praça em nenhum dos dias em que os trabalhos de campo foram realizados. Eu só consegui entrar na praça uma única vez em que os portões estavam abertos pela manhã, mesmo assim, nesse mesmo dia, no período da tarde, ela já estava trancada novamente com um grande cadeado no portão. Ao que parece, os responsáveis por trancar o portão da praça, geralmente pessoas que residem nas redondezas, preferem que a praça fique trancada durante praticamente todos os dias e horários, um exemplo de privatização dos espaços públicos. No fim de semana, uma grande feira acontece em frente à praça, concentrando enorme número de pessoas na calçada, porém, ninguém fica dentro da praça, pois ela permaneceu trancada durante todo aquele dia, havia apenas alguns homens adultos sentados na escada que dá acesso à praça.

Figura 48: Mosaico de fotografias - Praça Ziembinsk



Praça Ziembinski	
Localização	A praça se localiza no encontro da Avenida Heitor Beltrão com a Rua Pereira Barreto, na porção centro-sul do bairro.
Situação	A praça se situa em frente à um grande teatro, em uma movimentada avenida.
Forma e características morfológicas	A praça apresenta uma forma geométrica irregular e descontínua, é toda plana, tem piso de terra batida e algumas áreas de circulação de concreto, que ligam duas diferentes partes da praça. Há várias árvores que propiciam áreas sombreadas e relativamente “privativas”.
Tamanho	Pequena (1147,87 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso comercial e de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 – mesas com assentos; 3 – parque infantil; 4 – canteiros; 5 - parque de cachorros; 6 - mesa de ping-pong; 7 – áreas de circulação...
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; passeios com animais de estimação; presença de amenidades (árvores e canteiros); cortacaminho ligando diferentes setores; passeios; flerte, namoro, paquera; escutar música; fumar maconha ou cigarros etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça que pode ser dividida em duas áreas que são interligadas por uma via de circulação. Na primeira parte da praça ficam os brinquedos infantis, na segunda parte ficam uma mesa de ping-pong e alguns canteiros, além de um parque de cachorros cercado por uma grade. Tanto nos fins de semana quanto nos dias de semana, diversas pessoas foram encontradas utilizando as dependências e equipamentos da praça; o movimento me pareceu relativamente parecido em todos os dias visitados, porém, o número de pessoas que utiliza a praça é menor durante a noite. No parque infantil, a todo instante chegam crianças e bebês levados por seus pais, avós, tios etc., enquanto elas brincam, em alguns casos os adultos conversam entre si, em outros casos os adultos interagem apenas com as crianças. No parque de cachorros, o movimento também é considerável em todos os períodos do dia e, assim como ocorre no parque infantil, enquanto os animais brincam e circulam, os seus donos conversam entre si, conferem as mensagens no celular ou escutam música com fones de ouvidos. Nessa outra parte da praça, onde estão as árvores e a mesa de ping-pong e o parque de cachorros, pessoas em situação de rua foram vistas deitadas descansando nas áreas sombreadas; alguns jovens e adultos se divertem jogando na mesa e fumando maconha; em outros horários, crianças e adolescentes com uniformes escolares, que estudam e/ou residem nas proximidades, foram vistos escutando música e conversando freneticamente; à noite, o movimento de pessoas é menor no parque infantil, porém, essa parte da praça que propicia uma área mais privativa e pouca iluminada concentra alguns casais e jovens que fumam maconha; o mesmo pode ser dito em relação ao parque de cachorros, que também concentra um bom número de pessoas e animais. Nessa parte mais privativa da praça tive alguns problemas para tirar fotos, pois os casais e pessoas fumando maconha não queriam ser registrados e me pediram para apagá-las.

Figura 50: Mosaico de fotografias - Praça Paulo Emílio da Costa Leite



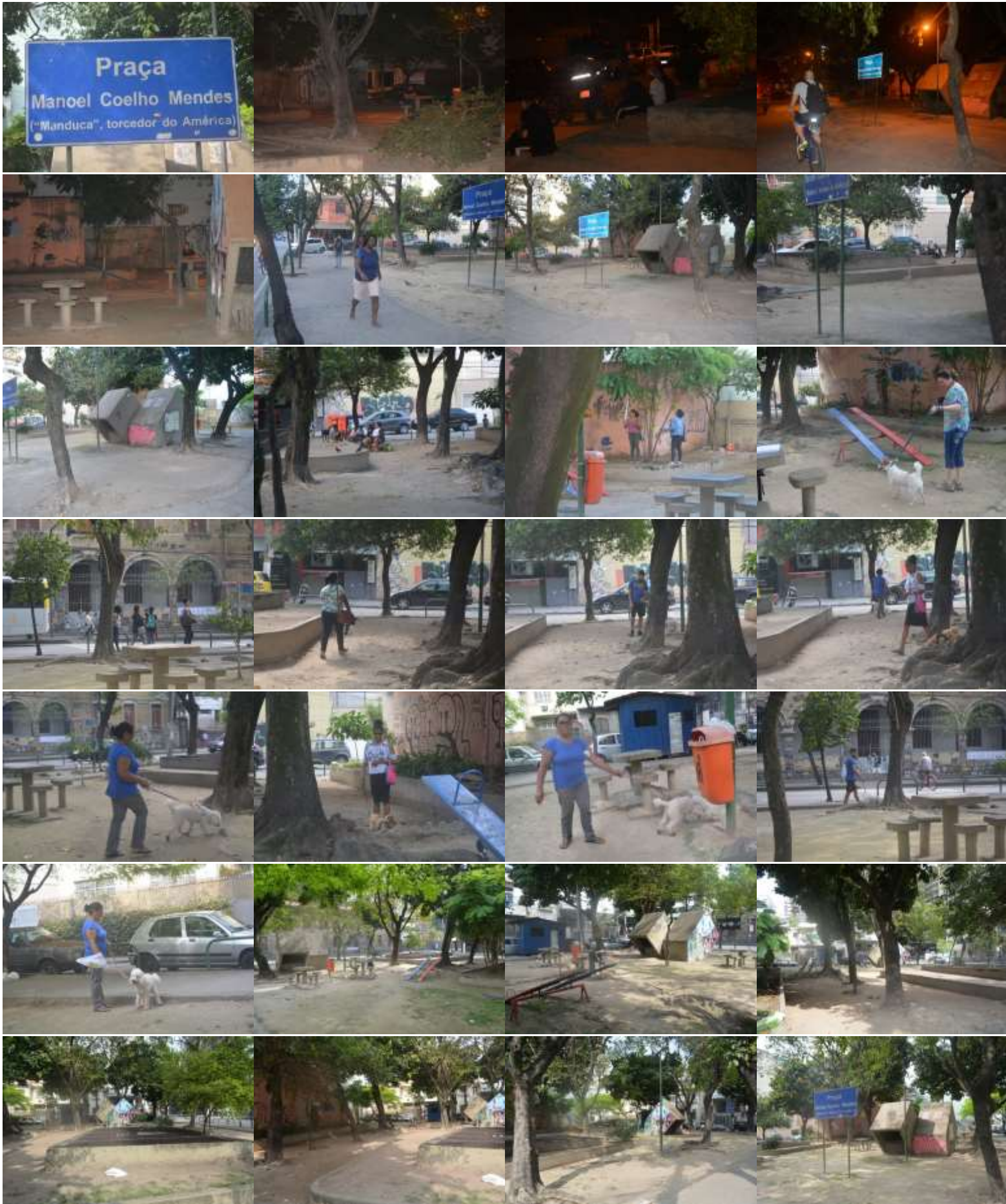
Praça Paulo Emílio Costa Leite	
Localização	A praça se localiza no encontro da Avenida Heitor Beltrão com a Rua Alzira Brandão, na porção centro-sul do bairro.
Situação	A praça se situa ao lado de um teatro e de um rio canalizado, em uma movimentada avenida.
Forma e características morfológicas	A praça apresenta uma forma geométrica retangular e descontínua, é toda plana, tem piso gramado na primeira parte e piso de concreto na segunda, com algumas poucas árvores nas suas extremidades. Uma característica que chama a atenção é a presença de um colorido painel de grafites que se estende por quase toda a extensão da praça.
Tamanho	Média (1751,15 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso comercial e de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 – mesas com assentos; 3 – parque infantil; 4 – canteiros; 5 – aparelhos de musculação; 6 – quiosque de lanches; 7 – áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; passeios com animais de estimação; presença de amenidades (árvores e canteiros); cortacaminho ligando diferentes setores; passeios; flerte, namoro, paquera; escutar música; fumar maconha ou cigarros; cozinhar (pessoas em situação de rua); consumo de bebidas e comidas etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça que, assim como a anterior, pode ser dividida em duas áreas que são interligadas por vias de circulação: na primeira parte da praça ficam os brinquedos infantis, algumas mesas com assentos e os aparelhos de ginástica e musculação; na segunda parte ficam algumas mesas com assentos, alguns bancos e um grande quiosque que vende lanches. O número de pessoas que utiliza a praça me pareceu relativamente constante nos diferentes dias visitados (dia de semana e fim de semana). Na primeira parte da praça, que tem um grande painel de grafites e piso de grama, várias pessoas foram vistas levando seus animais de estimação para passear; pessoas em situação de rua também foram vistas em quase todos os dias visitados, em um desses dias me chamou a atenção o fato de que um homem adulto fazia uma fogueira e cozinava algo ao lado de dois jovens sentados fumando maconha; como não há muitas áreas sombreadas onde estão os bancos e mesas, poucas pessoas foram vistas sentadas na praça. No outro lado dessa praça, no período da tarde e da noite, um quiosque de lanches entra em funcionamento e as pessoas utilizam os bancos e mesas para consumirem bebidas e comidas que compram no quiosque, essa área concentra a maior parte das pessoas que utiliza a praça, especialmente no período noturno. Muitas pessoas que utilizam as dependências da praça o fazem apenas com o intuito de se descolar, pois ela funciona como uma continuação natural de uma calçada, porém, várias pessoas param e se sentam para descansar rapidamente e continuar os seus deslocamentos logo depois. Pessoas em situação de rua costumam dormir nas dependências dessa praça, tanto durante o dia, quanto durante a noite.

Figura 52: Mosaico de fotografias - Praça Doutor Álvaro Bragança



Praça Doutor Álvaro Bragança	
Localização	A praça se localiza no encontro da Rua Silva Ramos com a Rua Afonso Pena, na porção sul do bairro.
Situação	A praça se situa próxima à um importante hospital público, no cruzamento de duas ruas movimentadas.
Forma e características morfológicas	A praça apresenta uma forma geométrica irregular, relevo plano, com piso de terra batida e um grande canteiro, onde se localizam algumas árvores.
Tamanho	Pequena (600,79 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso comercial e de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Bancos; 2 – parque infantil; 3 – canteiros e 4 – áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; passeios com animais de estimação; presença de amenidades (árvores e canteiros); corta-caminho ligando diferentes setores; passeios; flerte, namoro, paquera; escutar música; fumar maconha ou cigarros; satisfazer necessidades fisiológicas (urinar e defecar, pessoas em situação de rua); corta-caminhos ligando diferentes setores etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça muito utilizada como corta-caminhos, tendo em vista que ela se situa entre duas calçadas cercadas por edifícios residenciais, o movimento de transeuntes é constante, sendo especialmente regulado pela presença de dois sinais de trânsito que alternam momentos cíclicos de parada e circulação de pessoas. Como a praça propicia uma possível interrupção no tráfego de pedestres, a maior parte das pessoas que utiliza a praça o faz de maneira rápida, algo que foi observado tanto no fim de semana quanto no dia de semana, apesar do movimento no fim de semana ser menor do que nos dias de semana: pela manhã, uma mulher adulta que se deslocava parou para fumar um cigarro sentada em um dos bancos disponíveis; um homem adulto com duas crianças parou rapidamente na praça para que as crianças brincassem no balanço enquanto o adulto esperava o sinal de trânsito fechar; logo depois, um grupo de três estudantes passou e parou para brincar nos brinquedos; no período da tarde o movimento de passantes continua intenso, especialmente nas calçadas que circundam a praça, algumas dessas pessoas atravessam o interior da praça; no período noturno o movimento é menor, porém, há pessoas circulando. Como há um grande canteiro ao lado da praça, uma pessoa em situação de rua montou um pequeno acampamento abrigado do sol embaixo de algumas árvores, em um dia à noite uma cena inusitada ocorreu: enquanto um pai brincava com seus filhos no balanço, uma pessoa aparentemente em situação de rua chegou de maneira discreta se sentou no canteiro para defecar, sem que chamasse a atenção de outros frequentadores (com exceção de mim kkk, conforme o registro fotográfico).

Figura 54: Mosaico de fotografias - Praça Manoel Coelho Mendes



Praça Manoel Coelho Mendes	
Localização	A praça se localiza no encontro de três ruas: Doutor Satamini, Almirante Galvão e Domício da Gama, na porção sul do bairro.
Situação	A praça se situa em frente à uma faculdade e ao lado de uma pizzaria, entre duas pequenas ruas de pouco movimento e uma terceira via que é bastante movimentada.
Forma e características morfológicas	A praça apresenta uma forma geométrica retangular, relevo plano, com piso de terra batida e um canteiro por onde se distribuem algumas árvores. Há um pequeno monumento e um respiradouro do metrô na praça.
Tamanho	Pequena (763,03 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso comercial e de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Mesas com assentos; 2 – parque infantil; 3 – canteiro; 4 – áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; passeios com animais de estimação; presença de amenidades (árvores e canteiros); corta-caminho ligando diferentes setores; caminhadas; corta-caminhos ligando diferentes setores; colheita de frutas etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça cujo movimento de transeuntes é maior na calçada da Rua Doutor Satamini, em frente à praça. Uma das características que mais me chamou a atenção foi o fato de que nos três períodos do dia, parte significativa dos usuários da praça estava levando seus animais de estimação para passear, em um dia de semana pela manhã, por exemplo, em um período de apenas 10 minutos, 4 pessoas utilizaram a praça com esse fim; à tarde, duas mulheres foram fotografadas recolhendo frutinhas (aparentemente siringuelas) em uma árvore do canteiro, compartilhando a praça com um homem e uma mulher em situação de rua que estavam acompanhados de seu cachorro de estimação e conversavam sentados em cima de um respiradouro do metrô; à noite, um homem se encontrava sozinho sentado em uma das mesas observando o movimento; funcionários de uma pizzaria que fica ao lado da praça, duas mulheres e dois homens adultos, se sentaram na calçada para conversar e alguns deles fumavam cigarros, enquanto isso, outra mulher falava ao celular em uma das mesas.

Figura 56: Mosaico de fotografias - Praça da Medalha Milagrosa

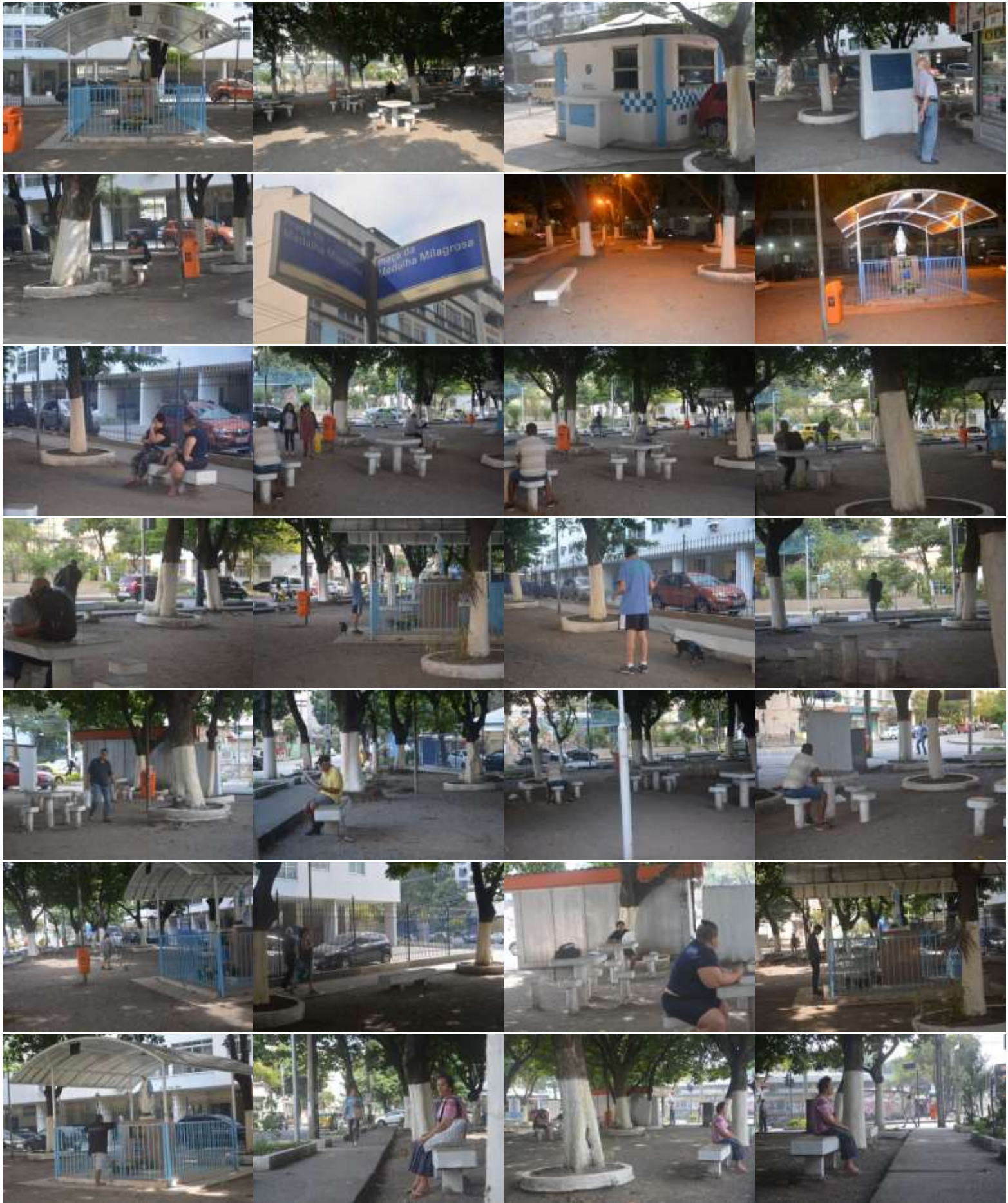
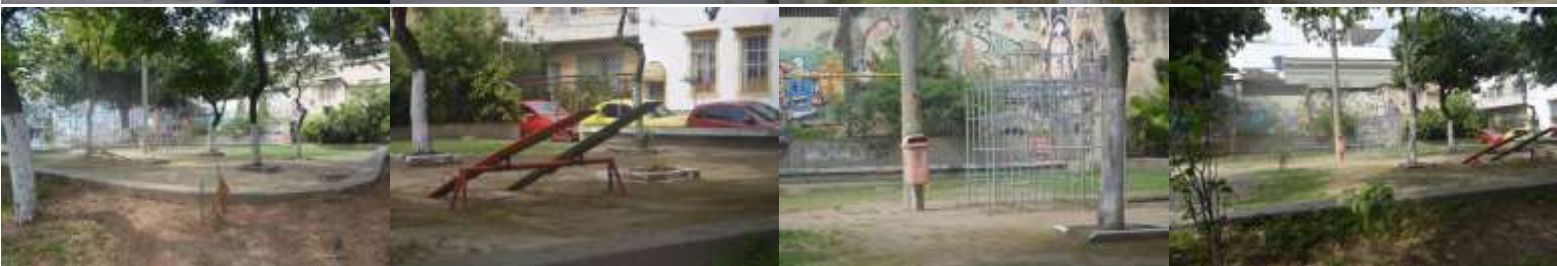


Figura 57: Tabela - descrição dos manuais de observação da Praça da Medalha Milagrosa

Praça da Medalha Milagrosa	
Localização	A praça se localiza no encontro da Rua Doutor Satamini com a Rua do Matoso, na porção sul do bairro.
Situação	A praça se situa em frente à um grande bloco de edifícios residenciais e ao lado de uma faculdade e um hospital.
Forma e características morfológicas	A praça apresenta uma forma geométrica retangular, relevo plano, com piso de terra batida e alguns canteiros por onde se distribuem árvores, que garantem sombra em praticamente toda a extensão da praça, que conta também com um monumento religioso.
Tamanho	Média (1.755,1 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso comercial e de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Mesas com assentos; 2 – bancos; 3 – canteiros; 4 – banca de jornal; 5 - áreas de circulação; 6 – monumento religioso.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; passeios com animais de estimação; presença de amenidades (árvores e canteiros); cortacaminho ligando diferentes setores; caminhadas; flerte, namoro, paquera; realização de rituais religiosos; presença de amenidades; leitura de jornais e revistas fumar cigarros etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça bem sombreada com alguns equipamentos que propiciam paradas rápidas e outras mais demoradas, como a presença de uma banca de jornais e de um monumento religioso. A maior parte das pessoas circulando utiliza a calçada que fica em frente à praça, mesmo assim vários pedestres utilizam a área da praça, vejamos alguns exemplos: pela manhã, uma mulher adulta se encontra sentada em uma das mesas, enquanto isso, outra mulher idosa sentada em um dos bancos observa o movimento de transeuntes que passa na calçada em frente à praça e, próximo à ela, um homem parou em frente ao altar religioso e começou a rezar de olhos fechados, em seguida, uma outra mulher parou e também se comunicou com a santa; ao lado deles um homem sentado em um outro banco observava tudo fumando um cigarro; à tarde, um homem adulto utiliza os bancos como apoio para as sacolas de compras, enquanto um outro homem idoso lê um jornal em um dos bancos e um homem adulto que levava um cachorro para passear e parou no altar para rezar; além de duas mulheres adultas que conversavam em outro banco; no período noturno, um casal jovem namorava em uma das mesas com as pernas cruzadas ao lado de um homem adulto que parou para se comunicar com a santa rapidamente.

Figura 58: Mosaico de fotografias - Praça Euzébio de Oliveira



Praça Euzébio de Oliveira	
Localização	A praça se localiza no encontro da Rua Doutor Satamini, a Rua do Matoso e a Rua São Vicente, na porção sul do bairro.
Situação	A praça se situa próxima à um hospital e uma faculdade.
Forma e características morfológicas	A praça apresenta uma forma geométrica retangular, relevo plano, com piso de concreto na quadra poliesportiva e piso de grama no parque infantil, onde há alguns canteiros com árvores que garantem algumas áreas sombreadas.
Tamanho	Média (1766,4 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com alguns poucos trechos de uso comercial e de serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 – Quadra poliesportiva; 2 – bancos; 3 – canteiros; 4 – parque infantil; 5 - áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Espera; descanso; contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; conversas entre os usuários; passeios com animais de estimação; presença de amenidades (árvores e canteiros); cortacaminho ligando diferentes setores; caminhadas; flerte, namoro, paqueras; presença de amenidades; fumar cigarros ou maconha; realização de jogos na quadra poliesportiva etc.
Descrição das formas e ritmos de uso e suas especificidades	Trata-se de uma praça onde a maior parte dos usuários se concentra em uma quadra poliesportiva, que é ocupada especialmente por jovens e adolescentes que estudam em colégios das redondezas: pela manhã havia 10 homens jovens e adultos jogando futebol na quadra e mais 8 homens jovens e adultos sentados na arquibancada conversando, alguns sentados e outros em pé, alguns deles fumando maconha, assim que fotografei rapidamente fui indagado por um adolescente que veio até mim de bicicleta, quando mostrei as fotos ele foi embora; à tarde, o número de pessoas na quadra também era significativo, cerca de 14 jovens e adultos, todos homens, jogam futebol, enquanto 2 ou 3 homens adultos, aparentemente em situação de rua, estavam deitados abrigados em uma sombra; na outra área da praça, onde está o parque infantil, havia algumas crianças brincando nos brinquedos com seus pais; à noite, não havia ninguém jogando dentro da quadra, mas havia uns 5 ou 6 homens, jovens e adultos que gritaram algo quando eu fotografei o que me fez ir embora. Pessoas em situação de rua costumam utilizar as dependências da praça para dormirem e descansarem ao longo do dia e da noite.

Figura 60: Mosaico de fotografias - Praça Afonso Pena



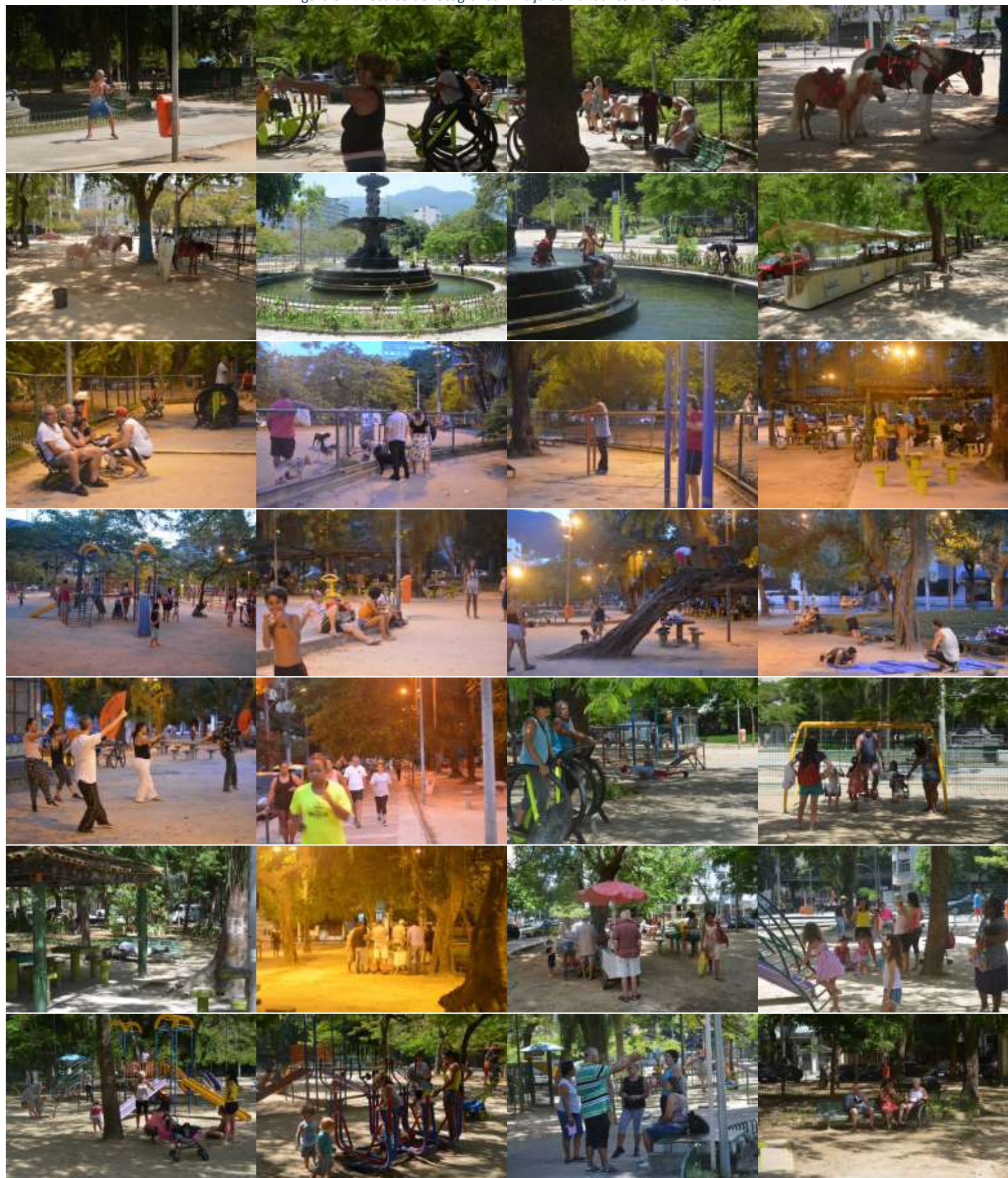
Praça Afonso Pena	
Localização	A praça se localiza no encontro de quatro ruas: Rua Doutor Satamini, Rua Campos Sales, Rua Martins Pena e Rua Afonso Pena, na porção centro-sul do bairro.
Situação	A praça se situa ao lado de uma estação de metrô e de um movimentado ponto de ônibus, em frente à um supermercado, próxima à várias escolas, restaurantes, bares e edifícios residenciais.
Forma e características do sítio	A praça apresenta uma forma geométrica quadrangular, dividida em dois níveis altimétricos, mais alta nas bordas e mais baixa no centro. Tem piso de concreto em quase toda a sua extensão, com exceção de algumas áreas gramadas entre as bordas e o centro, além do parque infantil, que conta com piso de terra batida. Há vários canteiros por onde se distribuem diversas árvores, especialmente ao redor das bordas da praça.
Tamanho	Grande (1.1566,16 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial com vários trechos de uso misto, residencial/comércio e serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 - Bancos; 2 – mesas com assentos; 3 – parque infantil (gradeado); 4 – parque infantil (aberto); 5 - parcão dos cachorros; 6 – coreto (mesas e assentos); 7 - aparelhos de ginástica e musculação; 8 – academia da terceira idade; 9 - áreas de circulação; 10 – monumento Tim Maia; 11 – quadra poliesportiva; 12 - pista de corrida e caminhada.
Elementos Polarizadores	Realização de atividades físicas; espera; descanso, contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; venda e consumo de alimentos e bebidas (quiosque); lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; fumar cigarros ou maconha; passeios com animais de estimação; realização de jogos nas mesas; presença de amenidades (árvores e canteiros); corta-caminho ligando diferentes setores; passeios; flerte, namoro, paquera; feira de roupas e alimentos; realização/participação de eventos musicais e teatrais etc.
Descrição geral: ritmos de uso, atividades e especificidades	Trata-se de uma das três maiores e mais importantes praças do bairro da Tijuca, que concentra muitos usuários em praticamente todos os dias (dias de semana e fins de semana) e horários (manhã, tarde e noite). Em função de diversas variáveis, como tamanho, diversidade de equipamentos, localização e situação, que garantem boas condições de acessibilidade, trata-se de uma das praças com maior número de frequentadores de todo o bairro. Em todas as diferentes unidades morfo-comportamentais há atividades sendo realizadas por pessoas muito diversas entre si, tanto nos dias de semana quanto nos fins de semana, o número de frequentadores é maior entre 09:00 – 12:00, no período da manhã, entre 14:00-17:00, no período da tarde e entre 18:00-21:00, no período noturno. Descreremos as três maiores praças com mais detalhes no próximo tópico do capítulo.

Figura 62: Mosaico de fotografias - Praça Saens Peña



Praça Saens Peña	
Localização	A praça se localiza no encontro da Rua Conde de Bonfim com a Rua General Roca, na porção central do bairro.
Situação	A praça se situa ao lado de uma estação de metrô e de dois movimentados pontos de ônibus, sendo cercada por edifícios comerciais/serviços e residenciais.
Forma e características do sítio	A praça apresenta uma forma geométrica triangular, é toda plana, em piso de concreto em quase toda a sua extensão, com exceção de alguns canteiros, por onde se distribuem árvores e plantas. Presença de um grande lago artificial com chafariz em seu centro.
Tamanho	Grande (1.0890,2 m ²).
Uso do solo no entorno	Predominantemente de uso comercial/serviços, com vários trechos de uso misto, residencial/comércio e serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 - Bancos; 2 – mesas com assentos; 3 – parque infantil; 4 – coreto (mesas e assentos); 5 – academia da terceira idade; 6 – feira; 7 – áreas de circulação
Elementos Polarizadores	Realização de atividades físicas; espera; descanso, contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; venda e consumo de alimentos e bebidas (quiosque); lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; fumar cigarros ou maconha; passeios com animais de estimação; realização de jogos nas mesas; presença de amenidades (árvores e canteiros); corta-caminho ligando diferentes setores; passeios; flerte; namoro; venda e consumo de roupas e acessórios; realização/participação de eventos musicais e teatrais; realização /participação em ações de cidadania promovidas pela prefeitura municipal; protestos e ocupações etc.
Descrição geral: ritmos de uso, atividades e especificidades	<p>Trata-se de uma das três maiores e mais importantes praças do bairro da Tijuca, que concentra muitos usuários em praticamente todos os dias (dias de semana e fins de semana) e horários (manhã, tarde e noite). Em função de diversas variáveis, como tamanho, diversidade de equipamentos, localização e situação, que garantem boas condições de acessibilidade, trata-se de uma das praças com maior número de frequentadores de todo o bairro. Em todas as unidades morfo-comportamentais há atividades sendo realizadas por pessoas muito diversas entre si, tanto nos dias de semana quanto nos fins de semana, o número de frequentadores é maior entre 09:00 – 12:00, no período da manhã, entre 14:00-17:00, no período da tarde e entre 18:00-21:00, no período noturno.</p> <p>Descreremos as três maiores praças com mais detalhes no próximo tópico do capítulo.</p>

Figura 64: Mosaico de fotografias - Praça Comandante Xavier de Brito



Praça Comandante Xavier de Brito	
Localização	A praça se localiza no encontro da Avenida Maracanã com as ruas Doutor Otávio Kelly, Oliveira da Silva e Pinto Guedes, na porção centro-norte do bairro.
Situação	A praça se situa ao lado de um grande colégio, de uma delegacia de polícia, de um posto de gasolina, sendo cercada por edifícios residenciais.
Forma e características do sítio	A praça apresenta uma forma irregular, é toda plana, tem piso de terra batida em alguns trechos, canteiros gramados e piso de concreto em determinados locais. Há várias árvores distribuídas por toda a extensão da praça e um grande chafariz em seu centro.
Tamanho	Grande (1.0753,58 m ²)
Uso do solo no entorno	Predominantemente residencial, com alguns poucos trechos de uso misto, residencial/comércio e serviços.
Unidades morfo-comportamentais	1 - Bancos; 2 – mesas com assentos; 3 – parque infantil; 4 – coreto (mesas e assentos); 5 – academia da terceira idade; 6 – aparelhos de ginástica e musculação; 7 – pista de corrida e caminhada; 8 – parcaos dos cachorros; 9 – pista de bocha, 10 – teatro infantil; 11 - áreas de circulação.
Elementos Polarizadores	Realização de atividades físicas; espera; descanso, contemplação; utilização dos equipamentos e do mobiliário; venda e consumo de alimentos e bebidas (vendedores ambulantes e fixos); lazer e entretenimento infantil; conversas entre os usuários; fumar cigarros ou maconha; passeios com animais de estimação; realização de jogos nas mesas; presença de amenidades (árvores e canteiros); corta-caminho ligando diferentes setores; passeios; flerte; namoro; venda e consumo de roupas e acessórios; realização/participação de eventos musicais e teatrais; jogar bocha etc.
Descrição geral: ritmos de uso, atividades e especificidades	Trata-se de uma das três maiores e mais importantes praças do bairro da Tijuca, que concentra muitos usuários em praticamente todos os dias (dias de semana e fins de semana) e horários (manhã, tarde e noite). Em função de diversas variáveis, como tamanho, diversidade de equipamentos, localização e situação, que garantem boas condições de acessibilidade, trata-se de uma das praças com maior número de frequentadores de todo o bairro. Em todas as diferentes unidades morfo-comportamentais há atividades sendo realizadas por pessoas muito diversas entre si, tanto nos dias de semana quanto nos fins de semana, o número de frequentadores é maior entre 09:00 – 12:00, no período da manhã, entre 14:00-17:00, no período da tarde e entre 18:00-21:00, no período noturno. Descreremos as três maiores praças com mais detalhes no próximo tópico do capítulo.

PRAÇA XAVIER DE BRITO

croqui esquemático



Figura 71: Nuvem de palavras - elementos polarizadores Praça Comandante Xavier de Brito ⁶⁷⁹

Elementos Polarizadores Praça Comandante Xavier de Brito



n=242

⁶⁷⁸ Fonte: elaboração de Amanda Fernandes de Carvalho e Andre Felix de Souza.

⁶⁷⁹ Fonte: elaboração própria a partir da aplicação de questionários.

No presente tópico, concentraremos nossa atenção nos dados empíricos de fonte primária obtidos nos trabalhos de campo realizados em três praças do bairro da Tijuca, onde foram aplicados diversos manuais de observação, questionários e entrevistas e cujos resultados serão apresentados e comentados nas páginas que se seguem. Para a exposição dos resultados foram elaborados gráficos, nuvens de palavras, mosaicos fotográficos, croquis e mapas.

Tal qual comentado anteriormente, as praças Afonso Pena, Saens Peña e Comandante Xavier de Brito constituem três das maiores e mais importantes do bairro da Tijuca. Relembremos algumas informações importantes: a Praça Afonso Pena, localizada na porção centro/sul do bairro, se situa em uma área cujo uso do solo é predominantemente residencial, mas onde há também alguns estabelecimentos comerciais ou de serviços; a Praça Saens Peña, localizada na porção central do bairro, tem como característica mais marcante o fato de que o uso do solo no seu entorno imediato é predominantemente comercial e de serviços, muitos restaurantes, farmácias, lojas de departamento, shoppings, galerias, consultórios médicos e odontológicos, cartórios, lanchonetes etc., que dividem espaço com vários edifícios residenciais e uso misto; já a Praça Comandante Xavier de Brito, localizada na porção centro/norte do bairro, assim como a Praça Afonso Pena, tem como característica essencial o fato de que o seu entorno imediato é predominantemente residencial, com alguns trechos de uso misto.

Essas pessoas utilizam essas praças com o objetivo de satisfazerem necessidades e interesses individuais e coletivos que funcionam como verdadeiras “forças de atração” para públicos diversos; neste trabalho, particularmente, chamaremos essas forças de atração de *elementos polarizadores*.⁶⁸⁰ Esses diversos elementos polarizadores emanam

⁶⁸⁰ Através da aplicação de cerca 655 questionários nas três maiores praças do bairro com a pergunta “o que você veio fazer nesse espaço público hoje?”, foi possível classificar essas forças de atração em um conjunto de 35 categorias, os elementos polarizadores: 1 - Praticar exercícios físicos; 2 - Caminhada, corrida, alongamento; 3 - Ginástica na academia 3ª idade; 4 – Musculação; 5 - Andar de bicicleta, skate, patins; 6 - Andar a cavalo, pônei, cabrito; 7 - Jogos de bola; 8 - Passar o tempo, distrair-se, contemplar, pensar na vida; 9 - Observar as pessoas, ver o movimento, interagir socialmente; 10 - Dar uma volta, passear, se movimentar; 11 - Deslocar-se, circular, cortar caminhos, passagem; 12 - Conversar, jogar conversa fora, bater um papo; 13 - Descansar, relaxar, parar um pouco, sentar; 14 - Escrever, anotar, estudar, ler; 15 - Pegar sol, sombras, respirar ar puro, contato com a natureza e animais; 16 - Divertir-se, entreter-se, brincar; 17 – Esperar; 18 - Encontrar, acompanhar ou conversar com pessoas conhecidas; 19 - Realizar ou participar de manifestações ou protestos; 20 - Realizar ou participar de atividades culturais ou sociais; 21 - Jogar cartas, damas, jogos eletrônicos; 22 – Trabalhar; 23 - Trabalhar (cuidar de animais); 24 - Trabalhar (cuidar de idosos); 25 - Trabalhar (cuidar de crianças); 26 - Trabalhar (panfletagem); 27 -

de diferentes áreas dessas três praças, que chamaremos nesse trabalho de *unidades morfo-comportamentais*, isto é, localizações geográficas precisas que reúnem determinadas características morfológicas e comportamentais. Nas três maiores praças do bairro foram identificadas, respectivamente, onze unidades morfo-comportamentais nas praças Afonso Pena e Comandante Xavier de Brito e seis na Praça Saens Peña. Nos parágrafos que se seguem, com base em exemplos concretos descritos nos diversos trabalhos de campo realizados, comentaremos algumas diferenças e semelhanças encontradas nas formas de uso e apropriação desses espaços, destacando a espacialidade dos ritos de interação social que compõe aquilo que estamos chamando de uma geografia da socialidade pública.

A maior parte das unidades morfo-comportamentais encontradas nas praças tijuquinas possui delimitações geográficas bem delineadas, geralmente, são áreas contíguas com demarcações espaciais bem visíveis que diferenciam, sinalizam e orientam os cidadãos acerca das formas de uso prioritárias. Essas demarcações espaciais, que diferenciam as unidades morfo-comportamentais, apresentam diversas formas de delimitação: diferenças nos tipos de revestimento do solo; a presença de cercas ou grades que delimitam áreas; a concentração de determinados tipos de equipamentos; a presença ou ausência de coberturas ou telhados; a distribuição/disposição de diferentes objetos e peças do mobiliário urbano; convenções sociais etc.. Na maior parte dos casos, trata-se de uma espacialidade que diferencia usos com base em uma relação de “interioridade” e “exterioridade” dos tipos de usos e das formas de sociabilidade.

Trabalhar (comércio de rua); 28 - Flertar, namorar, paquerar; 29 - Fumar cigarros ou maconha; 30 - Doar alimentos, animais ou roupas; 31 - Observar ou consumir produtos e serviços nas feiras, camelôs e eventos; 32 - Consumir alimentos e bebidas; 33 - Trazer crianças para brincar/passear/se divertir; 34 - Trazer idosos para passear; 35 - Passear com animais de estimação.

Figura 72: Mosaico de fotografias - bancos e assentos



A primeira unidade morfo-comportamental que eu gostaria de descrever/comparar é uma das poucas que ostenta um padrão espacial descontínuo: trata-se das áreas onde se distribuem/concentram os diferentes tipos de bancos e assentos. Nas três maiores praças estudadas, usualmente, os bancos e assentos se localizam em dois setores prioritários: nas áreas de circulação e nas zonas de transição entre diferentes espaços das praças. Nos dois casos em questão, a presença dos bancos e assentos possibilita aos eventuais frequentadores uma interrupção no tráfego de pedestres, um ponto de observação privilegiado, uma oportunidade para conversar com pessoas conhecidas ou desconhecidas, uma parada para descansar e pensar na vida etc. Comparando-se os principais elementos polarizadores das três maiores praças do bairro, é possível notar como as unidades morfo-comportamentais dos bancos e assentos constituem atrativos fundamentais nas três praças, mas especialmente nas praças Afonso Pena e Saens Peña, onde atividades como pegar sol e descansar depois do almoço, por exemplo, foram amplamente documentadas nos trabalhos de campo.

Quando os frequentadores foram indagados sobre o que estavam fazendo naqueles pontos específicos em que eles se encontravam, os bancos e assentos, essas pessoas assim respondiam: “vendo o movimento”; “sentada descansando”; “tô esperando a hora passar para pegar a filha no colégio”; “vim ao CINE procurar emprego e parei aqui”; “sentado esperando uma pessoa”; “dando uma maçã para a filha”; “esperando, admirando a paisagem”; “vim relaxar um pouco, tirar a hora do almoço”; “ouvindo música”; “conversando com a namorada”; “mexendo no celular”; “tava sentado aqui observando o movimento, as pessoas, sou muito observador”; “esperando o horário para ir ao médico”; “batendo papo”; “fumando um cigarro, sentado”; “trocando uma ideia”; “porra nenhuma”; “fazendo a caminhada diária e parei aqui um pouco”; “fazendo hora pra esperar o filho sair do curso de desenho”; “vim encontrar um pessoal aqui pra fazer umas compras”; “olhando a natureza”; “vim pegar uma bolsa aqui perto, eu trabalho aqui perto e venho direto”; “olhando as redes sociais”; “tô descansando aqui depois das compras no mercado”; etc.

Figura 73: Mosaico de fotografias - mesas com assentos



Na Praça Afonso Pena e na Praça Comandante Xavier de Brito, além das mesas presentes nos coretos, muito utilizadas para a prática de jogos, há mesas com assentos distribuídas por outras áreas que originam unidades morfo-comportamentais, assim como as anteriormente descritas, de caráter descontínuo. Na Praça Afonso Pena, essas mesas com assentos são distribuídas em quatro áreas nas arestas da praça, enquanto na Praça Comandante Xavier de Brito as mesas com assentos se distribuem pelas áreas de circulação, onde indivíduos ou grupos, conhecidos e desconhecidos, sentam, descansam, conversam, leem jornais ou revistas, observam o movimento de pessoas, olham as

mensagens no celular, pegam sol, esperam a hora passar, marcam encontros com pessoas conhecidas para conversar, consomem alimentos ou bebidas etc.

Quando indagados sobre o que estavam fazendo nessa unidade morfo-comportamental, os frequentadores assim respondiam: “fui no trabalho e parei aqui para estudar”; “encontrar uma tia”; “abrindo uma água descansando”; “fumando um cigarro, sentado”; “nada, aqui sentado com eles”; “sentando para se distrair”; “tomando uma coca-cola e conversando”; “sentei aqui pro cachorro descansar e tô aqui observando as pessoas, o movimento”; “Sentada observando o idoso”; “vendo o WhatsApp, sentada descansando”; “sentado aqui conversando”; “fiz um lanche no shopping, sentei aqui”; “sentado, olhando o movimento e relaxando”; “escrevendo”; “tentando conectar-se à internet”; “sentados conversando”; “sentada olhando a paisagem, curtindo a paisagem e curtindo o calor”; “marcando um tempo antes de ir pra escola”; “tô de passagem e parei aqui para descansar”; “sentado tomando um ar”; “fazendo palavra cruzada sentado esperando”; “estudando xadrez”; “tô esperando o horário para entrar no serviço”; “vim me encontrar com uma pessoa para sair”; “tomando água de coco”; “descansando e pensando na vida”; “sentado olhando o movimento e relaxando”; etc.

Figura 74: Mosaico de fotografias - parques infantis



Os parques infantis, igualmente, são unidades morfo-comportamentais muito importantes nas três maiores praças tijuicanas: tanto na Praça Afonso Pena, quanto na Praça Comandante Xavier de Brito, o elemento polarizador mais citado foi “trazer as crianças para brincar/passear/se divertir”, constituindo, pois, um dos mais importantes atrativos dessas praças.⁶⁸¹ Os diversos equipamentos infantis que se concentram nessas áreas das praças, brinquedos como gangorras, balanços, escaldadores, escorregas, etc. atraem públicos com interesses específicos: o lazer infantil. Na grande maioria dos casos as crianças são acompanhadas por adultos (pais, mães, tios e tias, avós, avós etc.); enquanto as crianças interagem umas com as outras e se divertem nos brinquedos, os adultos observam, brincam e tomam conta delas, geralmente, interagindo socialmente com outros adultos e crianças e conversando sobre temas diversos.

Quando perguntados sobre o que estavam fazendo naqueles pontos específicos nas três praças (parques infantis), os frequentadores respondiam: *“assistindo o neto brincar”*; *“vindo do colégio e passei para brincar rapidinho”*; *“cuidando da criança”*; *“olhando as crianças que estão brincando”*; *“brincando com meu neto no parque”*; *“filmando eles brincando”*; *“acompanhando a criança”*; *“tava vendo o celular sentada aqui olhando as crianças”*; *“jogando futebol com eles e sentei na gangorra”*; *“pensando na vida e olhando o filho”*; *“sentado, observando o filho brincar”*; *“escalando o escalador (brinquedo)”*; *“sentado descansando, olhando a criança”*; *“vendo os filhotinhos”*; *“batendo papo”*; *“passeando com a criança (cuidadora de crianças)”*; *“sentado olhando as crianças e passeando com o cachorro”*; *“conversando e vendo ela brincar”*; *“jogando bola com o filho”*; *“assistindo ele brincar”*; *“brincando e observando o filho brincar”*; *“nada, pensando na vida olhando a criança”*; *“tomando conta da filha”*; *“jogando bola com a criança”*; *“tava usando os brinquedos”*; *“fazendo bolo de chocolate com areia (brincando)”*; etc.

⁶⁸¹ É importante fazermos aqui uma ressalva de caráter metodológico: nas três maiores praças estudadas os parques infantis se mostraram algumas das áreas mais acessíveis para a aplicação de questionários e entrevistas, pois concentrava muitas pessoas por um tempo relativamente longo, o que facilitava muito o meu trabalho como pesquisador. Por esse motivo, esse dado específico pode ter sido um pouco superdimensionado. Não obstante, tenho certeza de que isso não interferiu nos resultados da pesquisa, pois essas áreas eram, de fato, em diversos momentos, aquelas que atraíam o maior número de frequentadores, especialmente nas praças Afonso Pena e Comandante Xavier de Brito, conforme evidenciam os dados.

Figura 75: Mosaico de fotografias – coretos



Nas três maiores praças em questão há outra unidade morfo-comportamental importante para determinados públicos, os coretos: áreas cobertas com telhados que abrigam um conjunto de mesas com assentos que comportam usos específicos, geralmente, adultos e idosos, em sua grande maioria homens, que jogam e apostam em jogos de cartas. Por se tratar de uma das únicas áreas cobertas dessas três praças, longe do sol ou da chuva, os coretos são muito utilizados por pessoas que querem se abrigar do tempo momentaneamente, por pessoas em situação de rua que preferem dormir ou descansar em áreas cobertas, ou mesmo por pessoas que querem consumir algum alimento ou bebida nas mesas, onde também há alguns vendedores ambulantes que vendem seus produtos. Durante o fim da noite e de madrugada, jovens e adolescentes costumam se reunir nos coretos para conversarem, fumarem cigarros ou maconha, namorarem, escutarem música, consumirem bebidas, interagirem socialmente etc.⁶⁸²

⁶⁸² É curioso notar como, nas três maiores praças observadas, mas também em outras praças, a prática de determinadas atividades ilícitas como as apostas em jogos de cartas e o consumo de substâncias entorpecentes como a maconha, por exemplo, ambas atividades consideradas ilegais do ponto de vista normativo, na grande maioria dos casos, são realizadas nos coretos, geralmente, as únicas áreas cobertas dessas praças.

Quando os frequentadores foram indagados sobre o que estavam fazendo naqueles pontos específicos das praças (coretos), eles assim responderam: *“esperando os amigos para jogar”*; *“sentado olhando o jogo de baralho”*; *“comendo um salgado e fumando um cigarro”*; *“tirando hora do almoço e vendo notícias no celular”*; *“trabalhando vendendo (ambulante)”*; *“sentando, esperando os amigos”*; *“sentado conversando com um conhecido”*; *“fumando um (maconha) e jogando sueca”*; *“vendo os amigos jogando”*; *“fumando um (maconha), jogando um jogo, se distraindo”*; *“sentada tomando um iogurte e comendo um biscoito, enquanto espero”*; *“conversando comendo um sanduíche”*; *“sentado descansando depois da caminhada, tava assistindo uma série no celular”*; *“relaxando sentado, conversando, marcar um dez”*; etc.

Figura 76: Mosaico de fotografias - parques de cachorros



Nas três maiores praças estudadas foram observadas muitas pessoas levando seus animais de estimação para passear, constituindo esse um importante elemento polarizador dessas praças. Na Praça Afonso Pena e na Praça Comandante Xavier de Brito, diga-se de passagem, há áreas destinadas exclusivamente para esse fim, tratando-se, pois, de uma unidade morfo-comportamental muito utilizada nessas duas praças, popularmente conhecidas como “parcão dos cachorros”. Em geral, são áreas cercadas por grandes grades com portões de acesso, onde pessoas as mais diversas possíveis se reúnem com seus animais de estimação. Enquanto os animais correm, latem, brigam, urinam e defecam, os seus respectivos donos, além de brincarem, conversam bastante entre si.

Dependendo do horário, o número de pessoas e animais concentrados nessas áreas é enorme, originando, literalmente, um espaço de interação socio-animal.

Quando assim indagados: o que você está fazendo nesse ponto específico em que estamos agora? Os frequentadores dos parques de cachorros responderam: *“contemplar a praça, as pessoas e os cachorros”*; *“conversando e interagindo com os outros donos”*; *“conversando e ajudando a arrumar a festa de aniversário de um dos cachorros”*; *“passeando com o cachorro”*; *“observando o cachorro, enquanto fuma um cigarro”*; *“brincando com o cachorro”*; *“tomando conta do cachorro”*; *“olhando a praça e o cachorro brincar”*; *“sentado pensando na vida, lembrando dos bons tempos”*; *“conversando e interagindo com os outros donos de cachorros”*; *“brincando com os cachorros, fazendo eles socializarem”*; *“curtindo o passeio com os cachorros”*; *“brincando com os cachorros, dando água, dando esporro”*; *“conversando com outra dona de cachorro”*; *“esperando os cachorros brincarem”*; *“ouvindo música e tomando conta do cachorro”*; etc.

Figura 77: Mosaico de fotografias - academias da terceira idade



As academias da terceira idade são unidades morfo-comportamentais que, assim como algumas outras, atraem públicos específicos com interesses específicos: nesse caso, geralmente, adultos e idosos que se exercitam nos equipamentos de ginástica ali

concentrados. Nas três praças estudadas, especialmente no horário da manhã, havia programações específicas destinadas ao público idoso, onde professores e instrutores oferecem aulas gratuitas e que fazem muito sucesso entre o público de idade mais avançada: eles fazem exercícios físicos, dançam, imitam coreografias e se divertem muito. Quase todos os dias esse encontro marcado de idosos e adultos acontece: enquanto se exercitam, eles conversam e sorriem muito, interagindo socialmente com outras pessoas, em sua grande maioria, pessoas que se encontram quase que diariamente nessas praças. Quando os frequentadores das academias da 3ª idade foram indagados sobre o que estavam fazendo naqueles pontos específicos em que eles se encontravam, eles responderam: *“me exercitando no aparelho”*; *“fazendo exercício para a perna na academia da 3ª idade”*; *“me exercitando”*; *“malhando, fazendo uma ginástica”*; *“malhando perna”*; *“usar os aparelhos de academia e faço ginástica toda manhã com um instrutor”*; etc.

Figura 78: Mosaico de fotografias – equipamentos de musculação



Nas praças Afonso Pena e Comandante Xavier de Brito há ainda uma área destinada especificamente à prática de musculação dos membros superiores, trata-se de uma unidade morfo-comportamental que reúne alguns poucos equipamentos como barras e paralelas. Nessas duas praças essa unidade morfo-comportamental ostenta algumas especificidades, como o seu público frequentador mais usual, que é composto geralmente

por homens jovens e adultos, que praticam exercícios aeróbicos, mais especificamente, musculação dos membros superiores.⁶⁸³

Enquanto fazem barras, flexões, paralelas e abdominais essas pessoas conversam, gesticulam, riem, fazem piadas, falam de futebol, política, escutam música, se hidratam etc. Alguns frequentadores dessa unidade morfo-comportamental, inclusive, me relataram que malham em horários específicos, pois sabem que encontrarão pessoas conhecidas para conversarem enquanto se exercitam. Quando indagados sobre o que estavam fazendo naqueles pontos específicos, os frequentadores responderam: “malhando e escutando música”; “exercitando os membros superior”; “estou malhando”; “fazendo barra”; “malhando no aparelho”; “fazendo barra e flexão e vou caminhar também”; “malhando aqui”; etc.

Figura 79: Mosaico de fotografias - pistas de corrida e caminhada



Diga-se de passagem, as praças Afonso Pena e Comandante Xavier de Brito são muito utilizadas para a prática de exercícios físicos. Uma unidade morfo-comportamental bastante utilizada nessas duas praças é a pista de corrida e caminhada, uma área que circunda essas duas praças por completo. Assim como as demais, essa unidade morfo-comportamental reúne públicos específicos para realizar atividades específicas: a maior parte das pessoas corre ou caminha com roupas leves, na maioria dos casos, sozinhas, em

⁶⁸³ É óbvio que mulheres também praticam exercícios aeróbicos para os membros superiores, mas nas praças, geralmente, as barras e paralelas são frequentadas majoritariamente por pessoas do sexo masculino, mesmo assim, mulheres também foram vistas fazendo uso desses equipamentos em algumas ocasiões.

duplas ou trios, tanto homens quanto mulheres, jovens e adultos, preferencialmente, mas também há idosos.

Enquanto correm ou caminham muitos escutam música com fones de ouvido, outros conversam com suas duplas ou trios, alternando momentos de maior velocidade e menor velocidade, tal qual observado, aqueles que caminham conversam mais do que aqueles que correm. Quando perguntados: o que você está fazendo nesse ponto específico em que estamos agora? Os frequentadores responderam: “*estava caminhando*”; “*tava descansando da corrida*”; “*caminhando*”; “*correr e me exercitar*”; “*vim me exercitar, correr e usar os equipamentos*”; “*fazer um exercício e dar uma caminhada*”; “*fazendo a caminhada diária (...)*”; etc.

Figura 80: Mosaico de fotografias - quadra poliesportiva; pista de bocha; tai chi chuan; crossfit; capoeira



Nas três maiores praças do bairro há ainda algumas unidades morfo-comportamentais específicas em cada praça: na Praça Afonso Pena há uma quadra poliesportiva, muito frequentada por crianças e adolescentes onde é possível praticar esportes com bola, como

basquete, futebol, vôlei etc.; na Praça Comandante Xavier de Brito há também uma pista de bocha, que é pouco frequentada atualmente, mas que ainda sim reúne um público formado majoritariamente por homens idosos de tempos em tempos. Não poderíamos deixar de mencionar também a utilização das áreas abertas dessas praças para a realização de esportes “coletivos” específicos em determinados dias e horários, tais como crossfit, capoeira e tai chi chuan que, além de reunirem os praticantes, geralmente, reúnem também pequenas plateias.

Figura 81: Mosaico de fotografias - quiosque de flores; banca de jornal; estações de metrô; pontos de ônibus e bicicletários



Nas praças Afonso Pena e Saens Peña há alguns estabelecimentos comerciais privados: respectivamente, um quiosque de flores que comercializa arranjos, vasos, plantas e flores e uma grande banca de jornal, que vende jornais, revistas e acessórios. É importante ressaltarmos que, nessas duas praças, há também dois modais de transporte muito movimentados: uma estação de metrô e um terminal ou ponto de ônibus; em ambos os

casos, nas duas praças em questão, o movimento de transeuntes circulando com o objetivo de acessar esses modais é bastante significativo, o que acaba atraindo também um grande número de vendedores ambulantes.

Cabe mencionar ainda a presença de grandes bicicletários nas três maiores praças do bairro, um serviço privado conhecido como Bike Rio que aluga bicicletas por tempos determinados e que atrai também diversos frequentadores para essas praças. Quando perguntados o que estavam fazendo naqueles pontos específicos (quiosque de flores, banca de jornal e bicicletários), os frequentadores responderam: *“tava passando e resolvi parar pra ler o jornal”*; *“tava lendo o jornal”*; *“(…) às vezes leio o jornal”*; *“lendo o jornal”*; *“acessar o metrô”*; *“esperar minha filha que está vindo do metrô”*; *“pegar ônibus para casa”*; *“pegar o ônibus para ir embora”*; *“esperando o ônibus”*; *“pegar a bicicleta no bike rio”*; etc.

Figura 82: Mosaico de fotografias – amenidades



Nas três praças em questão, diversos frequentadores fizeram referência ao fato de que a presença de determinados elementos da natureza tais como areia, terra, árvores, flores, arbustos, gramíneas e corpos d'água (chafariz na Praça Comandante Xavier de Brito e o lago artificial da Praça Saens Peña), além é claro da própria escassez de edificações, constituem importantes atrativos dessas praças. Na Praça Afonso Pena, por exemplo, o elemento polarizador “pegar sol, sombras, respirar ar puro, contato com a natureza e animais”, foi um dos mais citados entre os frequentadores. Nas praças Saens Peña e Comandante Xavier de Brito, respectivamente, quando há água no lago artificial e no chafariz, algumas crianças costumam mergulhar e brincar nessas instalações, especialmente nos dias mais quentes do ano; em alguns casos, pessoas em situação de rua também utilizam esses equipamentos hídricos para se limparem, tomarem banho ou mesmo se refrescarem.

Quando perguntados o que estavam fazendo naqueles pontos específicos das praças, os frequentadores responderam: *“sentada à sombra para não pegar sol”*; *“se escondendo do sol”*; *“pegando sol”*; *“pegar sol por causa da vitamina D”*; *“pegar sol, ar, ver gente”*; *“parada na sombra aguardando um amigo”*; *“descansando na sombra”*; *“tomar sol, ver as flores”*; *“descansando na sombra, esperando as crianças”*; *“tomando conta da filha na sombra”*; *“(…) observando a fonte”*; *“(…) sentado aqui fazendo nada pegando um vento na sombra”*; *“olhando a natureza”*; *“se refrescando perto do chafariz”*; *“escutar o barulho da água do chafariz”*; *“(…) pegar um ar livre”*; *“relaxar, pegar um ar”*; *“vim pegar um ar, bater um papo com os amigos”*; *“trazer ele para dar uma volta, pegar um ar livre”* *“passear e ver pessoas, paisagem e bichos”* etc.

Figura 83: Mosaico de fotografias - feiras livres e comércio de rua



Nas três praças em questão, diariamente, o comércio de rua (vendedores ambulantes e fixos) atrai frequentadores diversos, que consomem bebidas, alimentos, roupas e acessórios nas instalações das praças. Em determinados dias e horários ocorrem também diferentes feiras livres: na Praça Saens Peña, tanto nos fins de semana quanto nos dias de semana, uma grande feira distribui barracas ao redor de toda a praça que comercializa produtos diversos tais como roupas, bijuterias, acessórios etc., reunindo diversas pessoas que circulam, observam e consomem; nas praças Afonso Pena e Comandante Xavier de Brito, igualmente, a instalação de feiras livres nas dependências da praça, que ocorre de tempos em tempos, especialmente nos fins de semana, atrai muitos frequentadores que consomem produtos diversos como alimentos orgânicos, na Praça Comandante Xavier de Brito; e roupas, acessórios e objetos diversos, na Praça Afonso Pena.

Quando perguntados o que estavam fazendo naqueles pontos específicos, os frequentadores responderam: *“esperando os pais comprarem na feira”*; *“trabalhar na feira orgânica”*; *“trazer o cachorro e comprar na feira”*; *“ia comprar uma bolsa na feira mas não encontrei”*; *“trazer a filha para brincar; venho também para a feira orgânica as vezes”*; *“passear, me distrair, ver a feira orgânica, a interação mesmo”*; *“(…) visitar a feira orgânica e usar os aparelhos”*; *“ver a feira orgânica”*; *“tomando uma água de coco (…)”*; *“aguardando a namorada que está comprando”*; *“esperar a amiga comprar algo pra comer”*; *“comprar uma sandália e parei aqui”*;

Figura 84: Mosaico de fotografias - brinquedos privados, cavalos, pôneis e doação de animais



Conforme dito antes, em diferentes dias da semana, períodos do dia, situações e contextos específicos, essas unidades morfo-comportamentais podem ser “refuncionalizadas”. Nos fins de semana, nas praças Comandante Xavier de Brito e Afonso Pena, por exemplo, são instalados brinquedos privados com ingressos pagos nas áreas abertas dessas praças, geralmente, nas zonas de circulação que existem entre as unidades morfo-comportamentais, tais como camas elásticas, piscinas de bola, carrinhos elétricos, entre outros. Na Praça Comandante Xavier de Brito, também nos fins de semana, diversos cavalos, pôneis e cabritos servem ao entretenimento infantil, através da montaria ou de passeios em charretes, que renderam o apelido de “Praça dos Cavalinhos” à esta praça. Em diferentes ocasiões, nessas mesmas praças, feiras destinadas à adoção de animais de estimação foram realizadas, reunindo diversos frequentadores.

Vejamos o que diziam alguns dos entrevistados quando perguntados o que estavam fazendo nesses pontos das praças: “olhando a neta no pula-pula”; “trazer os filhos para brincar no pula-pula, parquinho e nos cavalos”; “olhando as crianças no pula-pula (...)”; “trabalhar pula-pula”; “cuidando dos carrinhos”; “trabalhar, vendendo brinquedos”; “tirando foto dos animais”; “trazer os filhos para brincar no pula-pula,

parquinho e nos cavalos”; “andar de cavalo”; “andar de cavalo com a filha (...);
“doação de cachorrinhos”; “doar filhotes de cachorros”; etc.

Figura 85: Mosaico de fotografias - pessoas em situação de rua



Pessoas em situação de rua, igualmente, costumam utilizar as dependências dessas três praças fazendo uso de determinadas unidades morfo-comportamentais. Essas pessoas, muitas das quais em situação de vulnerabilidade social, segundo me disseram alguns entrevistados, se reúnem nessas três praças, tanto nos dias de semana quanto nos fins de semana, assim como todos os outros frequentadores, para satisfazerem determinados interesses e necessidades: proximidade de banheiros, a presença de pessoas ou instituições que distribuem alimentos e donativos, a presença de agentes públicos, o movimento de transeuntes, a “sensação de segurança”, entre vários outros. O uso mais comum observado nos trabalhos de campo por esse público específico foi a utilização de equipamentos como os bancos e mesas para dormirem ou descansarem abrigados do tempo, dividindo o espaço com os outros frequentadores.

Figura 86: Mosaico de fotografias - oficina de teatro



Em alguns fins de semana, nas praças Comandante Xavier de Brito e Afonso Pena, são realizados eventos culturais, teatrais e musicais: na Praça Afonso Pena, uma grande oficina de teatro realiza apresentações cênicas e formaturas de cursos de teatro no centro da praça, na área conhecida como “Monumento Tim Maia”, com muita música e atrações diversas; o mesmo pode ser dito em relação ao teatro infantil de marionetes que funciona na Praça Comandante Xavier de Brito que, com intervalos de tempo regulares, promove apresentações destinadas ao público infantil que reúne, além das crianças, que geralmente são acompanhadas de adultos, pequenas plateias.

Figura 87: mosaico de fotografias - protesto político e manifestação pró-saúde pública



As unidades morfo-comportamentais são refuncionalizadas também quando são realizados eventos extraordinários nessas praças, vejamos alguns exemplos observados em campo: na Praça Saens Peña, em duas ocasiões distintas, foram realizados protestos

políticos nas dependências da praça, um deles ao longo de várias horas que concentrou grande número de pessoas, com a presença de grandes faixas, cartazes, distribuição de panfletos, música, cantos de protesto e contendo reivindicações com depoimentos e falas dos manifestantes em microfones amplificadas; e o segundo, mais rapidamente, através da circulação de pessoas com faixas e cartazes contendo reivindicações concernentes à saúde pública.

Figura 88: Mosaico de fotografias - ações sociais/cidadania e apresentação musical



Na Praça Saens Peña, em um fim de semana ensolarado, um grande evento de ações de cidadania foi promovido, oferecendo inúmeros serviços de estética, de saúde pública, de regularização de documentos, de apoio psicológico, de serviços sociais, além de apresentações musicais (banda da polícia militar) etc. Tendo em vista o fato de que a Praça Saens Peña reúne muitas pessoas em situação de rua, conforme me informaram alguns agentes públicos responsáveis pela organização do evento, essas ações acontecem de tempos em tempos nessa praça com o objetivo de atender, especialmente, à população em situação de vulnerabilidade social, ofertando serviços diversos que atraem também públicos mais amplos, leia-se, pessoas que residem ou trabalham nas redondezas.

Cada uma dessas diferentes unidades morfo-comportamentais possibilita ao seu público frequentador experienciar diversas “situações de interação”. Todas essas atividades, realizadas em diferentes áreas dessas praças, são mediadas por aquilo que estamos chamando de sociabilidade pública, isto é, diferentes formas de interação social que se estabelecem entre indivíduos e grupos diversos reunidos nos espaços públicos. A sociabilidade pública constitui, pois, a meu ver, um dos mais importantes atrativos dessas praças: indivíduos e grupos realizam esse verdadeiro encontro da diversidade com o expresso intuito de interagir socialmente, pois, tal qual argumentava o filósofo Georg Simmel, a sociabilidade possui autonomia em relação aos seus conteúdos e finalidades. Nas páginas que se seguem, apresentaremos, respectivamente, os dados referentes aos questionários e entrevistas realizadas em campo.

Figura 89: Gráfico - sexo dos frequentadores das praças tijucanas ⁶⁸⁴

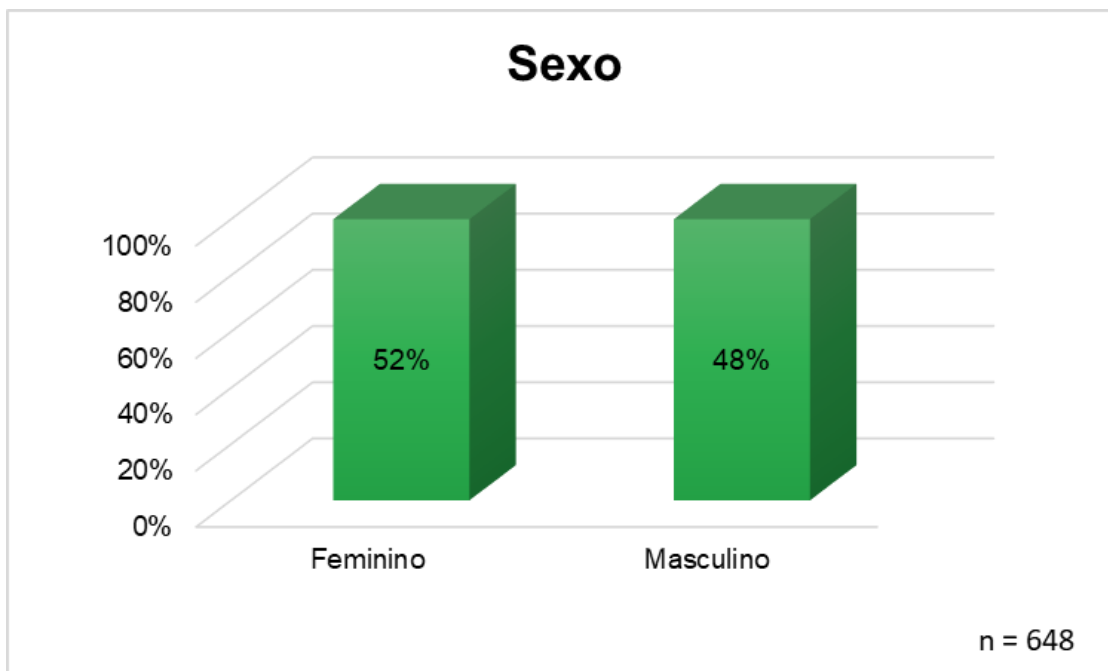
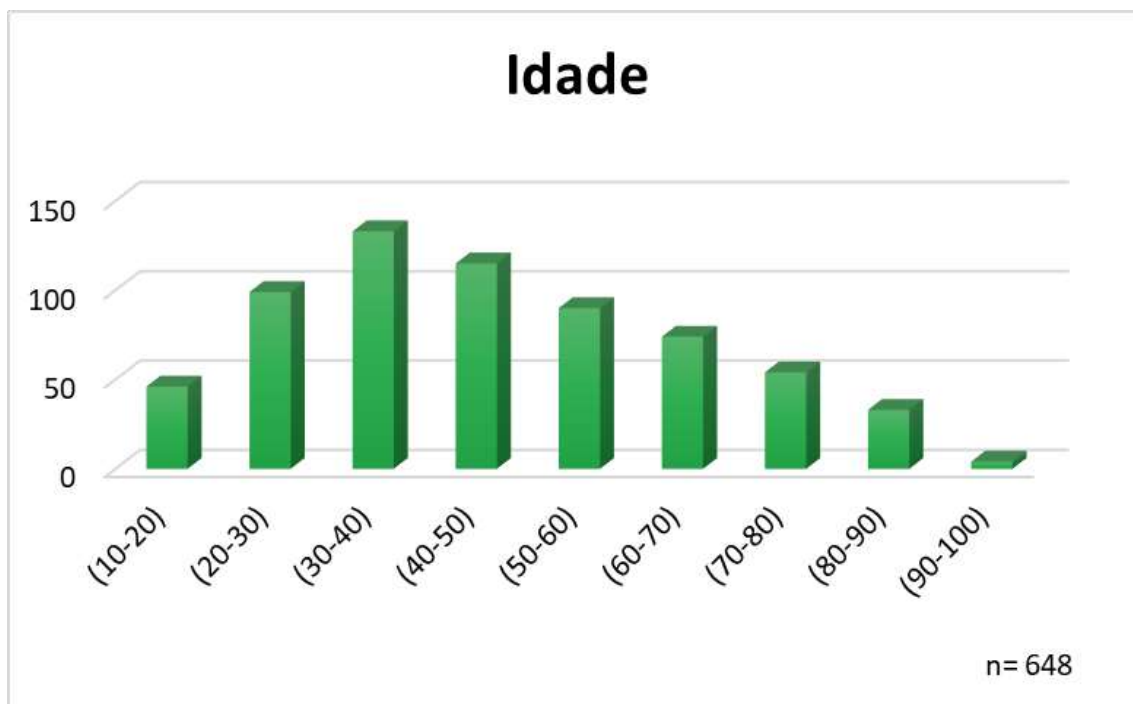


Figura 90: Gráfico - idade dos frequentadores das praças tijucanas ⁶⁸⁵



⁶⁸⁴ Fonte: elaboração própria a partir da aplicação de questionários.

⁶⁸⁵ Fonte: elaboração própria a partir da aplicação de questionários.

Figura 91: Gráfico - frequência de uso das praças tijuicanas⁶⁸⁶

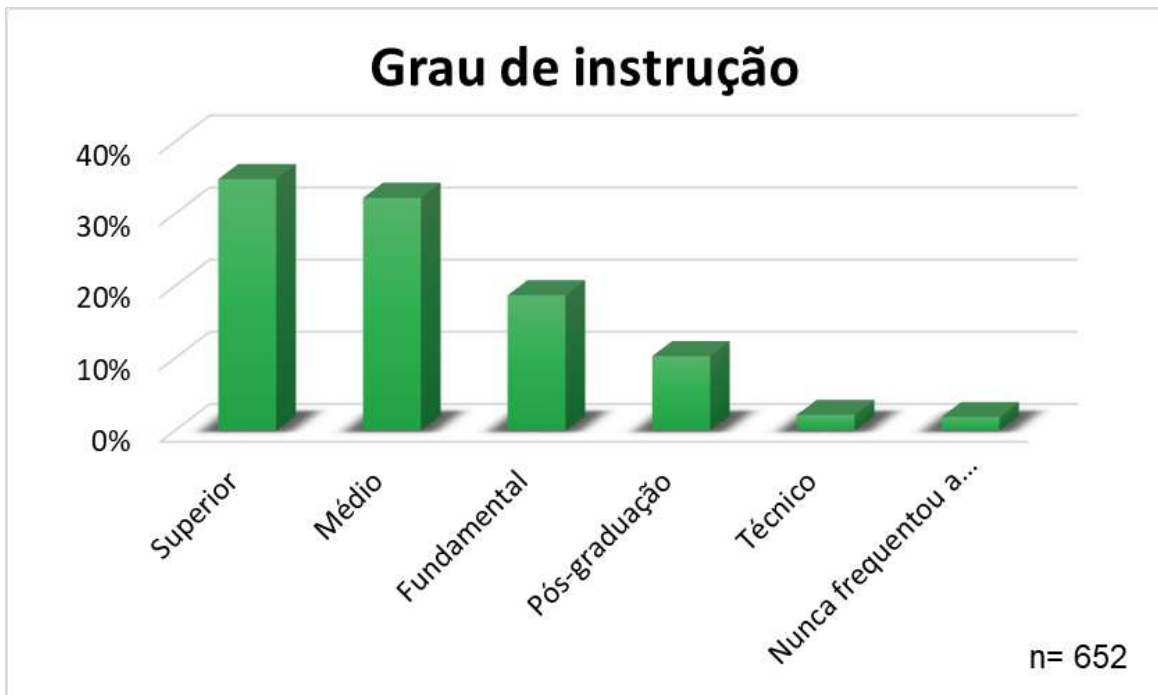


Figura 92: Gráfico - ocupação principal dos frequentadores das praças tijuicanas⁶⁸⁷



⁶⁸⁶ Fonte: elaboração própria a partir da aplicação de questionários.

⁶⁸⁷ Fonte: elaboração própria a partir da aplicação de questionários.

Figura 93: Gráfico - frequência de uso das praças tijuicanas ⁶⁸⁸

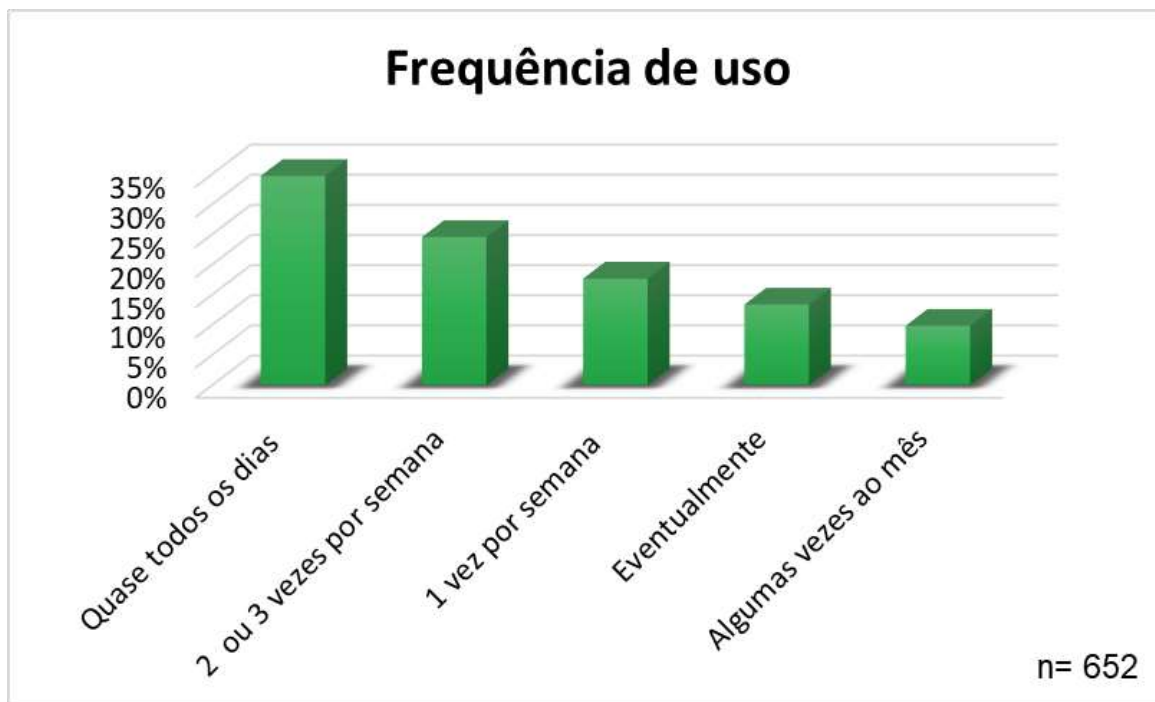
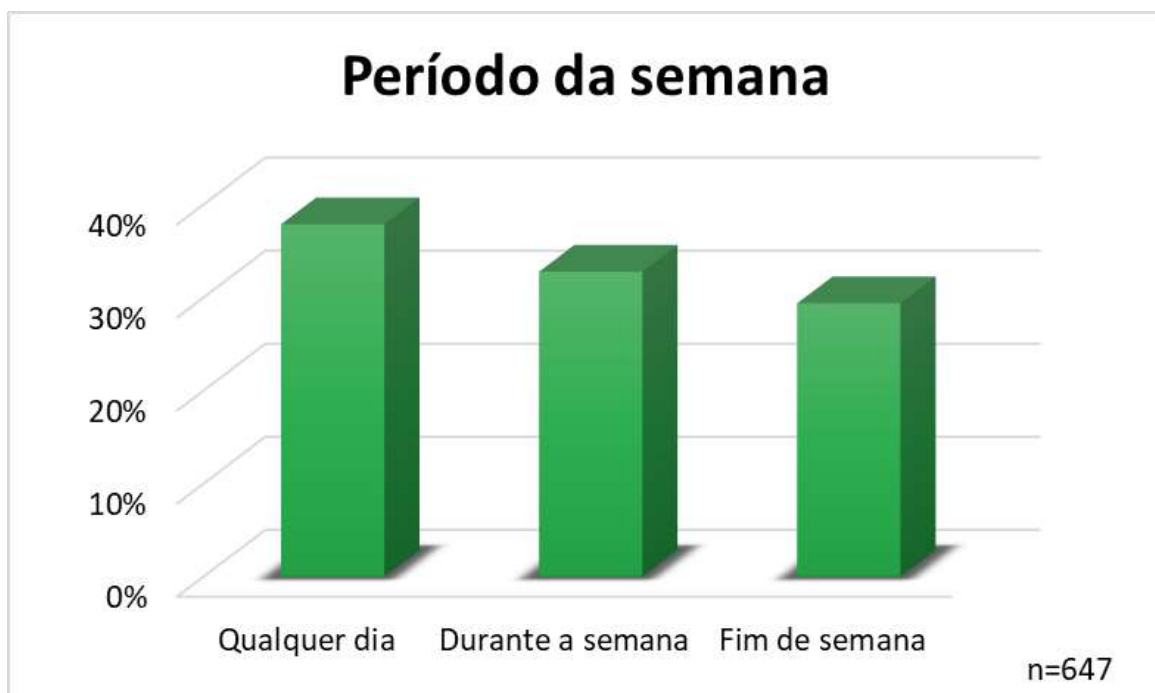


Figura 94: Gráfico - período da semana em que os frequentadores utilizam as praças ⁶⁸⁹



⁶⁸⁸ Fonte: elaboração própria a partir da aplicação de questionários.

⁶⁸⁹ Fonte: elaboração própria a partir da aplicação de questionários.

Os quatro primeiros gráficos fazem referência aos dados sociodemográficos de nossa amostra aleatória de frequentadores das praças tijucanas: o primeiro gráfico (sexo) se refere ao número de homens (48%) e mulheres (52%) que participou da pesquisa; o segundo gráfico (idade) demonstra como a nossa amostra foi composta por frequentadores de diversas faixas etárias, com predomínio de pessoas entre 20 e 60 anos de idade; o terceiro gráfico faz referência aos diferentes graus de instrução dos frequentadores, demonstrando como a maior parte das pessoas indagadas tinha o segundo ou terceiro graus completos; o quarto gráfico (ocupação principal) demonstra como a amostra de frequentadores também era diversa no que diz respeito aos tipos de ocupação, emprego e remuneração.

Além dessas informações mais gerais, os frequentadores foram indagados sobre o número de vezes que costumam utilizar os espaços públicos, considerando-se determinados intervalos de tempo (frequência de uso): 33% dos entrevistados afirmaram que costumam utilizar os espaços públicos praticamente todos os dias e 27% deles disseram que os utilizam entre duas e três vezes por semana, isto é, mais da metade frequentadores das praças tijucanas faz uso regular de diferentes espaços públicos. O sexto gráfico dessa série se refere ao período da semana em que os frequentadores costumam utilizar esses espaços, os resultados demonstraram que a maior parte das pessoas utiliza os espaços públicos tanto nos dias de semana quanto nos fins de semana (37%), enquanto o restante dos frequentadores os utiliza especificamente nos dias de semana ou fins de semana. Nas páginas que seguem, apresentaremos, pois, os dados referentes às entrevistas realizadas nas praças em questão.

Figura 95: Gráfico - você tem o costume de visitar diferentes espaços públicos do seu bairro e/ou da cidade do Rio de Janeiro? ⁶⁹⁰

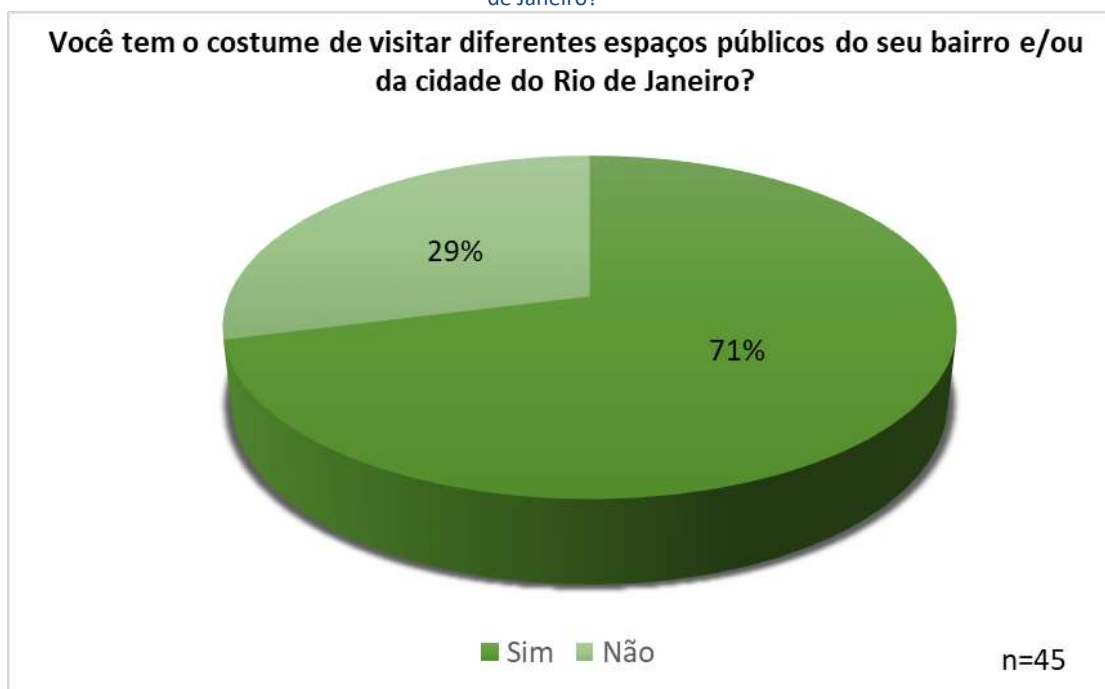
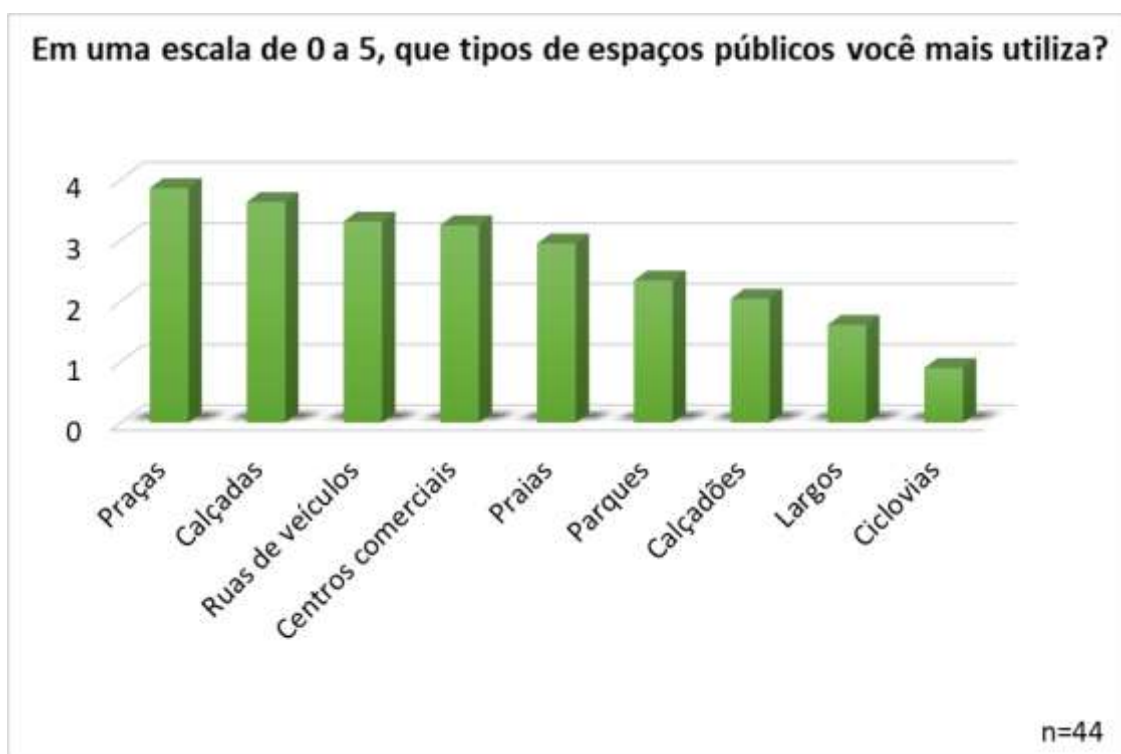


Figura 96: Gráfico - em uma escala de 0 a 5, que números você associaria aos seguintes espaços públicos⁶⁹¹



⁶⁹⁰ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

⁶⁹¹ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

Além dos cerca de 655 questionários aplicados nas três maiores praças do bairro, foram realizadas também 45 entrevistas estruturadas com os frequentadores dessas praças, composta por 15 perguntas de âmbito mais geral sobre a opinião deles acerca de questões referentes ao tema dos espaços públicos.⁶⁹² A primeira pergunta, simples e objetiva, buscava saber qual a porcentagem de pessoas que costumava frequentar diferentes espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro: 71% dos entrevistados disseram que frequentam diversos espaços públicos na cidade, enquanto 29% deles afirmaram que não costumavam frequentar muitos espaços públicos na cidade, na maioria dos casos, por fazerem uso apenas daqueles mais próximos aos seus bairros de residência: *“frequento geralmente próximo à residência”*; *“normalmente só esse, onde está sendo realizada a entrevista”*; *“sempre são os mesmos”*; *“só frequento aqui mesmo”*; etc.

O segundo gráfico, referente à segunda pergunta, indagava os frequentadores acerca dos tipos de espaços públicos que eles mais utilizavam, atribuindo um valor em uma escala de 0 a 5, em que 5 representa a maior frequência de uso, 1 a menor frequência de uso e 0 a não utilização: as praças (3,86), calçadas (3,63), ruas de veículos (3,31) e centros comerciais (3,25) obtiveram as maiores médias, constituindo, pois, os tipos de espaços públicos mais utilizados; as praias (2,95); parques (2,34); calçadas (2,04); largos (1,61) e ciclovias (0,9) aparecem logo em seguida, com médias um pouco inferiores. Esse gráfico, sob certo sentido, confirma os dados do gráfico anterior, na medida em que demonstra que os espaços públicos utilizados com maior frequência são aqueles próximos aos locais de residência dos entrevistados, tendo em vista que as praças e calçadas são os espaços públicos mais comuns nos bairros residenciais da cidade. Merece destaque ainda as altas médias atribuídas às praias e parques, que demonstra o apreço dos cariocas, em geral, e dos tijucanos, em particular, pelo “contato com a natureza” nos espaços públicos abertos da cidade.

⁶⁹² A maior parte dessas entrevistas foi realizada nas praças Comandante Xavier de Brito e Afonso Pena.

Figura 97: Nuvem de palavras - quando você vai a esses espaços públicos o que você costuma fazer, que atividades você costuma realizar? ⁶⁹³

Quando você vai a esses espaços públicos o que você costuma fazer, que atividades você costuma realizar?



Figura 98: Nuvem de palavras - o que você acha que te atrai nesses espaços? privados? ⁶⁹⁴

O que você acha que te atrai nesses espaços? Ou seja, que características específicas os espaços públicos têm que fazem você se dirigir a eles em detrimento de outros espaços como, por exemplo, espaços privados?



⁶⁹³ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

⁶⁹⁴ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

A terceira dessas perguntas indagava os entrevistados sobre as principais atividades que eles costumam realizar nos diversos espaços públicos que frequentavam. Entre as atividades mais citadas estavam aquelas associadas a prática de exercícios físicos, tais como caminhar e andar de bicicleta, além daquelas atividades de caráter mais “lúdico”, como o entretenimento infantil ou mesmo conversar com outras pessoas, vejamos alguns exemplos de respostas: *“leitura, conversas e contemplação”*; *“caminhar, beber uma cerveja”*; *“ando bastante, faço caminhada, relaxo um pouco”*; *“costumo ficar sentado relaxando e conversando”*; *“andar de patins, bicicleta, bola, correr, trazer as crianças para brincar”*; *“venho pra trabalhar”*; *“tomar sol, caminhar, pegar um banho de mar, desfrutar do ambiente livre”*; *“trabalho ou lazer”*; *“fumar um, refletir, desestressar”*; *“não faço nada”*; *nenhum, fico parado, sentado”*; *“eu vou trabalhar, vou passear com meu filho, vou comprar alguma coisa... geralmente é isso”*; *“eu gosto mais de sentar com alguém e bater papo”*; *“comer, conversar, relaxar, brincar”*; etc.

A quarta pergunta indagava os frequentadores acerca das características que mais os atraíam aos espaços públicos, entre as características mais citadas, destacam-se as seguintes: a escassez de construções e edifícios; a presença de amenidades (ar livre/puro, natureza, beleza do lugar); além de atividades como caminhadas e conversas. Em suas palavras: *“o ar livre, muito maravilhoso você poder desfrutar do sol e das pessoas, a diversidade, as coisas que acontecem, essa praça, por exemplo, acontece o teatrinho”*; *“é bonito, é tranquilo, é sossegado, a gente pode respirar, relaxar, é fresquinho”*; *“escassez de construção mais as questões de natureza”*; *nos parques é o ambiente natural, nas praças são os brinquedos das crianças”*; *“uma oportunidade de trabalho”*; *“a liberdade de qualquer um transitar, estarem bem conservados e o ar livre”*; *“o fato de que aqui é um espaço pro cachorro, tem equipamentos para isso”*; *“ver um pouco de gente, distrair um pouco a mente”*; *“eu prefiro o ar livre, eu não gosto de shopping, de lugar fechado, gosto de estar na rua e fazer as coisas, e gosto de lugares pertos, aqui posso encontrar pessoas, pode socializar”*; *“[a presença de] pessoas diferentes”*; *“gratuidade, heterogeneidade de pessoas, é um espaço aberto”*; *“o convívio com a natureza e a convivência social com vários tipos de pessoas que vêm de lugares diferentes”*; etc.

Figura 99: Gráfico - você acha que esses espaços públicos são frequentados por todos os "tipos" de pessoas? ⁶⁹⁵

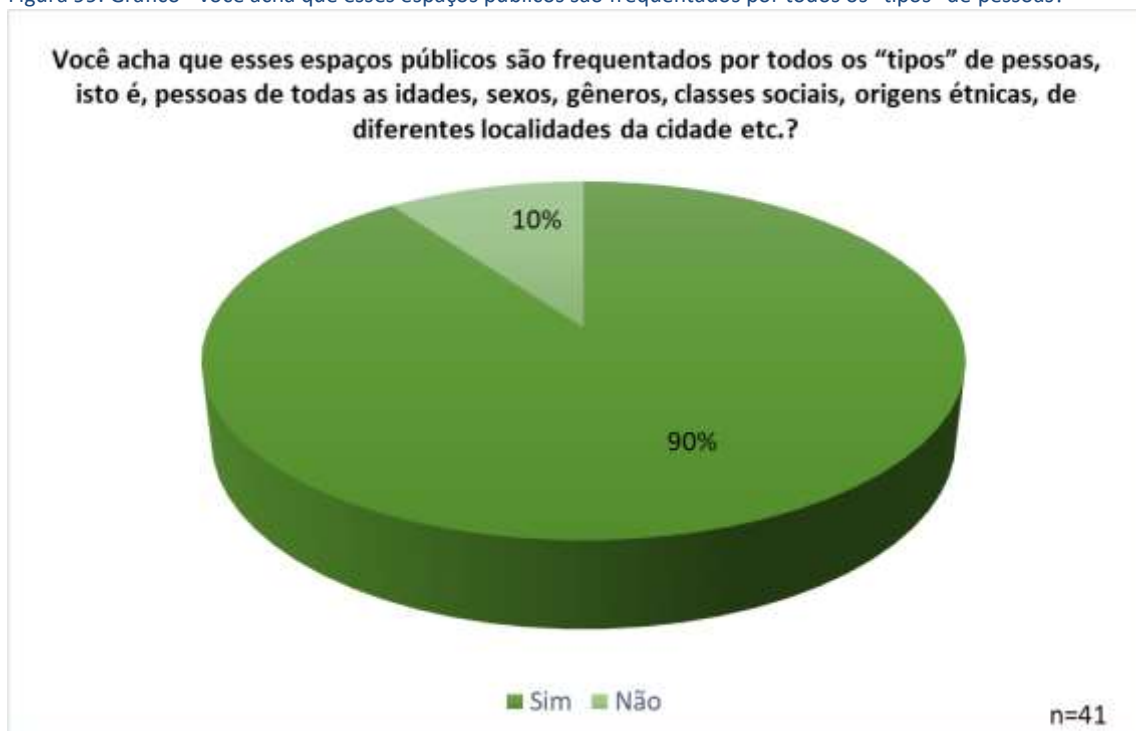
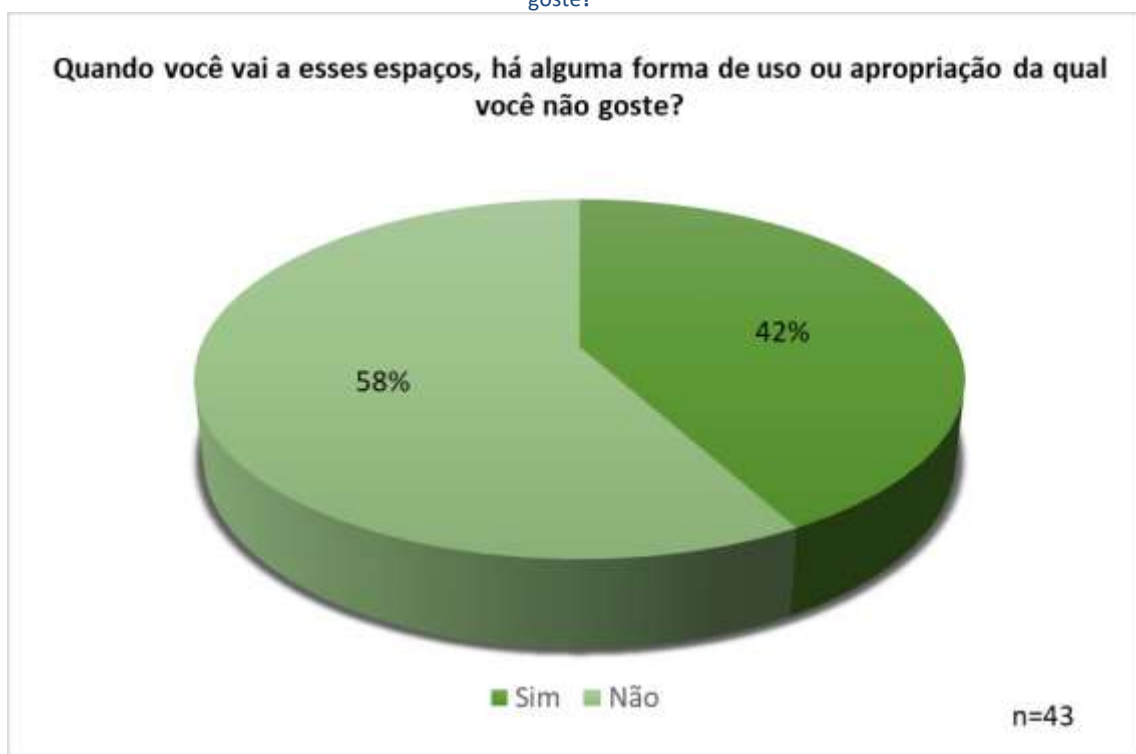


Figura 100: Gráfico - quando você vai a esses espaços, há alguma forma de uso ou apropriação da qual você não goste? ⁶⁹⁶



⁶⁹⁵ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

⁶⁹⁶ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

A quinta questão perguntava aos entrevistados se eles achavam que o público frequentador dos espaços públicos era diverso, levando-se em consideração diferentes critérios de diferenciação: 90% dos entrevistados consideravam que sim, que os espaços públicos são frequentados por todos os “tipos” de pessoas. Dois desses entrevistados fizeram ressalvas: *“dependendo do bairro, cada um tem um tipo”*; *“aqui sim, mas depende, acho que não é todos os lugares”*; segundo esses entrevistados, dependendo do lugar, da localização ou da situação dos espaços públicos, o seu público frequentador poderá ser mais ou menos diverso.

A sexta pergunta da entrevista indagava os frequentadores acerca das formas de uso ou apropriação das quais eles não gostavam: a maioria dos entrevistados, 58%, afirmou que nenhuma forma de uso/apropriação incomodava; enquanto 42 % deles disseram que se incomodavam com algumas coisas, vejamos alguns exemplos: *“quando alguém coloca um som muito excessivo, como um som potente em um carro, quando passam do limite normal de sonoridade”*; *“não cuidarem dos locais, sujar, jogar lixo, danificar aparelhos, bancos, os parquinhos das crianças, as vezes tem um adulto brincando que não é compatível”*; *“nada me incomoda”*; *“especificamente da praça aqui eu não gosto dos cavalos, o problema não é nem na hora, é depois com o cheiro, mas de maneira geral nenhum uso me incomoda”*; *“às vezes tem pessoas que não sabe utilizar, tipo não saber usar direito os brinquedos”*; *“os malucos fumando maconha ali, por exemplo, mas não me incomoda”*; *“existe o mal uso, não tem muita educação”*; *“a falta de educação dos usuários, especialmente em relação a jogar lixo no chão”*; *“muito difícil, dificilmente você vê uma coisa de que não goste, a não ser que te atrapalhe”*; *“se eu for falar, muita coisa, não dá nem pra falar”*; *“não gosto de ver as crianças destruindo os aparelhos dos idosos”*; *“sim, quando eu me sinto insegura”*; *“sim, tem muita, por exemplo, os flanelinhas, os pedintes”*; etc.

Figura 101: Gráfico - a presença de algum “tipo” de frequentador te incomoda? ⁶⁹⁷

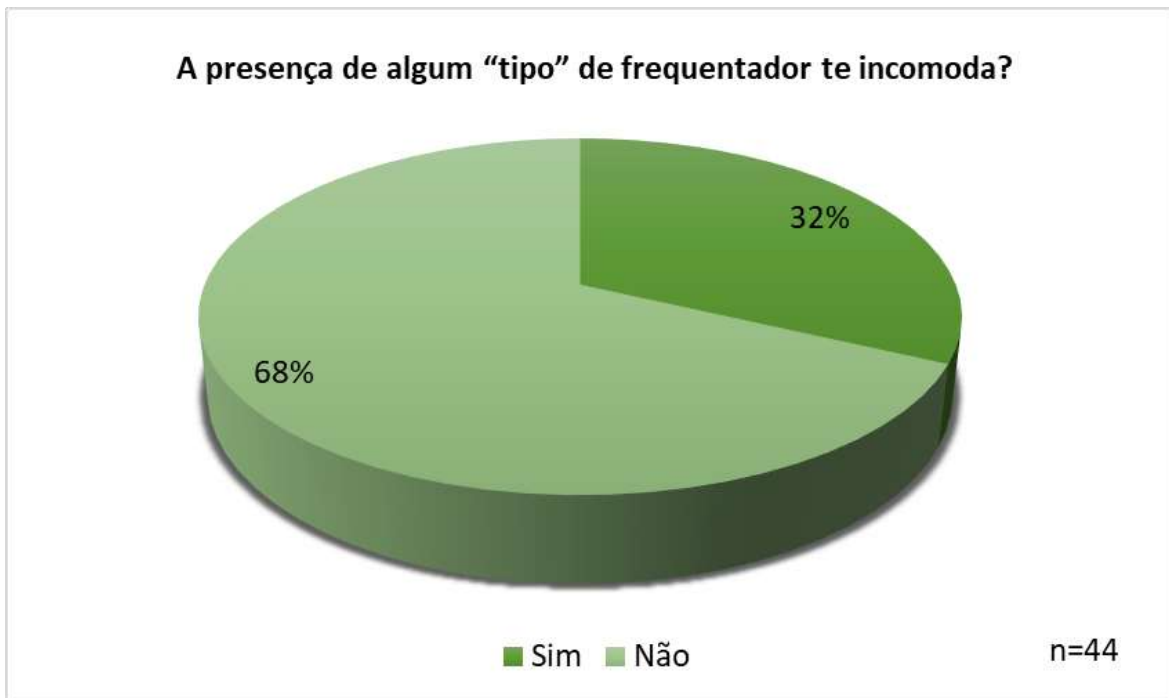
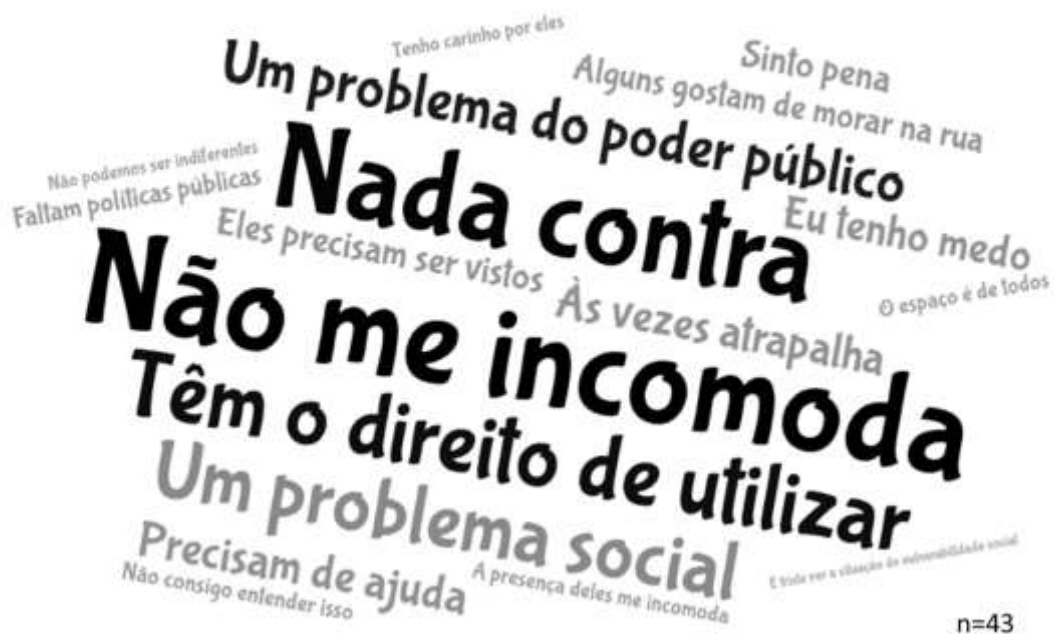


Figura 102: Nuvem de palavras - o que você pensa em relação à população em situação de rua que frequenta os espaços públicos ⁶⁹⁸

O que você pensa em relação à população em situação de rua que frequenta os espaços públicos?



⁶⁹⁷ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

⁶⁹⁸ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

A sétima questão perguntava se algum “tipo” de frequentador os incomodava: 68% dos entrevistados disseram que não e 32% que sim, vejamos como algumas pessoas justificaram suas respostas: *“não, desde que não me incomode”*; *“as pessoas que não é de bem, que não têm um bom caráter, que vem pra poder bagunçar, seja adulto, ou criança ou adolescente”*; *“sim, um exemplo, a gente entende o social da cidade numa forma geral, mas tem moradores de rua que as vezes tem idosos e crianças e incomoda um pouco, mas não assim discriminando”*; *“não, é público, não é?”*; *“pelo menos aonde eu vou não tem problema de ‘crackudo’ não, mas se tiver muito fica ruim”*; *“o frequentador que se coloca no espaço buscando proveito próprio sem saber dividir”*; *“usuários de maconha perto de crianças”*; *“não, só isso que acabei de falar, mas é o uso, não a pessoa”*; *“dependendo do lugar, sim”*; *“pessoas de rua”*; *“não, só se for pessoa que dorme na praça, mas isso aí não tenho mais visto”*; *“não, só alguns ‘pivetinhos’ e pedintes que encham o saco de vez em quando”*; *“o frequentador não me incomoda, mas sim os usos impróprios”*; *“sim, os flanelinhas, os pedintes”*; *“pessoas mal educadas, que falam alto, que fumam onde não devem fumar”*; *“mendigos que gostam de dormir na praça me incomodam”*; etc.

A oitava pergunta indagava os frequentadores acerca da população em situação de rua que frequenta os espaços públicos: a maior parte das pessoas entrevistadas disse que a presença da população em situação de rua “não incomodava”, outra parcela afirmou “não ser contra a presença deles”, enquanto outros disseram que o uso dos espaços públicos é um direito assegurado e que a questão da vulnerabilidade social em que essa população em geral se encontra é um problema do poder público: *“são pessoas que precisam obviamente de ajuda (...)”*; *“eles têm o direito ao ar livre que nem eu”*; *“tem direito, é ser humano, nada a ver não”*; *“acho que não devia ter gente assim na rua (...)”*; *“(...) é o que tu mais vê nas ruas, nas praças, nas calçadas mesmo a noite, um monte de gente dormindo, é complicado isso daí”*; *“(...) alguns estão mal cheirosos e acaba atrapalhando”*; *“não incomoda, os daqui são até conhecidos e até os que eu não conheço nunca me causaram nenhum transtorno”*; *“no local público todos tem o direito de usar”*; *“(...) eles tem que ser vistos”*; *“acredito que eles têm o direito de usar, mas não de se deitar nos bancos e dormir, quando eles estão bêbados, drogados, eles têm o direito de usar adequadamente”*; *“eu tenho medo, temo pelo meu filho (...)”*; *“tem gente que não tem oportunidade, mas infelizmente tem outras pessoas que gostam de morar na rua”*; etc.

Figura 103: Nuvem de palavras - o que você pensa em relação ao comércio de rua (ambulantes e fixos) nos espaços públicos ⁶⁹⁹

O que você pensa em relação ao comércio de rua (ambulantes e fixos) que utilizam os espaços públicos?



n=43

Figura 104: Gráfico - você costuma frequentar feiras livres que são realizadas nos espaços públicos? ⁷⁰⁰



⁶⁹⁹ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

⁷⁰⁰ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

A nona questão perguntava a opinião dos frequentadores sobre o comércio de rua: a maioria dos entrevistados afirmou não ser contra a presença de vendedores ambulantes e fixos nos espaços públicos; outros disseram se tratar de uma atividade econômica como tantas outras, porém, muitos disseram que é necessário algum ordenamento público, especialmente por se tratar de parte daquilo que usualmente chamamos de “economia informal”. Vejamos algumas respostas: *“eu acho um absurdo, tem que ter um ordenamento, a ordem pública parece que sumiu, porque realmente atrapalha justamente o básico que é o ir e vir e então você compete com as pessoas. Não é contra, acho que tem espaço para todo mundo, o Brasil é enorme, as cidades sendo bem planejadas, mas assim realmente a coisa está fora do controle”*; *“quando eles estão no caminho eles atrapalham, precisar ver um espaço pra eles, organizado”*; *“acho muito bacana”*; *“não me incomoda, se tiverem dentro das regras”*; *“é a cara do Rio, faz parte da cidade”*; *“é um reflexo da crise”*; *“detesto”*; *“tão trabalhando, é um serviço”*; *“eu acho que todo mundo tem o direito de sobreviver”*; *“eu gosto, eu convivo”*; *“não tenho nada contra”*; *“não tenho problemas”*; *“de modo geral não me incomoda, só às vezes a quantidade”*; *“eu acho que quando não é excessivo é ótimo”*; etc.

A décima pergunta buscava saber que porcentagem de frequentadores tinha o costume de frequentar feiras livres, tão comuns na cidade do Rio de Janeiro, consideradas por muitos parte da cultura local: a maioria das pessoas, 73%, disse que sim, que costuma frequentá-las, enquanto 27% dos entrevistados disseram que não. Essas duas últimas perguntas demonstram que os espaços públicos, para além das dimensões política, sociocultural etc., tem também uma dimensão econômica que deve ser levada em consideração, especialmente nas cidades ao sul do globo, onde o assim chamado comércio de rua é parte constituinte da vida pública.

Figura 105: Gráfico - você considera os espaços públicos lugares “seguros” para se frequentar? ⁷⁰¹

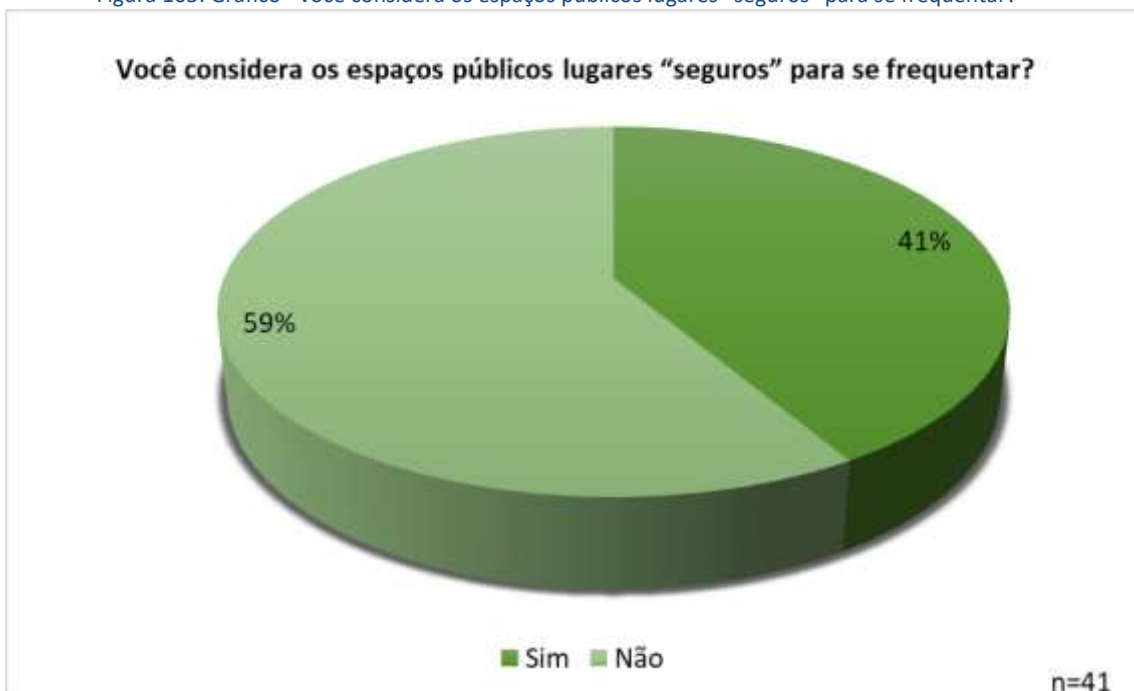


Figura 106: Nuvem de palavras - o que você pensa em relação à presença ostensiva de agentes de segurança pública e/ou privados nos espaços públicos? ⁷⁰²

O que você pensa em relação à presença ostensiva de agentes de segurança pública e/ou privados nos espaços públicos?



⁷⁰¹ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

⁷⁰² Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

A décima primeira questão perguntou aos frequentadores se eles se sentiam “seguros” quando estavam nos espaços públicos: a maioria dos entrevistados, 59%, disse que não se sentia segura nesses espaços, enquanto 41% dos entrevistados disseram que sim, que se sentiam seguros nos espaços públicos. Esse dado reflete, em alguma medida, aquilo que fica evidente nas respostas dos entrevistados, isto é, o receio que muitas pessoas têm se tornarem vítimas da violência urbana: *“considero, por incrível que pareça, mas acho que sou um pouco fora da média”*; *“não, em determinado horário, a noite principalmente, não tem segurança”*; *“não, nada aqui é seguro, falta polícia”*; *“esse aqui eu considero que sim, outros não, principalmente quando é pouco frequentado”*; *“comigo nada aconteceu”*; *“inteiramente seguros não, muitos relatos de assalto”*; *“já fui abordado no Parque Madureira duas vezes, então tem que tomar cuidado”*; *“mais ou menos, depende da hora, a frequência muda com a hora, de noite fica muito deserto”*; *“de certa forma é, tem policiamento”*; *“hoje em dia tá tão perigoso que só estar sentado aqui que acontece algo, um assalto, um tiroteio, a violência urbana em geral”*; *“mais ou menos, os ‘pivetes’ são perigosos, principalmente na Saens Peña, é o que mais tem”*; *“relativamente, não pelo espaço, mas sim por ser no Rio de Janeiro”*; *“Rio de Janeiro nenhum lugar é seguro”*; etc.

A décima segunda indagava a opinião dos frequentadores acerca da presença ostensiva de agentes de segurança pública e/ou privada nos espaços públicos: apesar de existirem várias vozes discordantes, a maioria dos frequentadores é favorável à presença de agentes de segurança nos espaços públicos, pois, supostamente, isso ajudaria a coibir eventuais crimes e melhoraria a assim chamada “sensação de segurança”: *“eu acho necessário um mínimo de controle na cidade que a gente tá vivendo, por exemplo uma guarda municipal, acho que seria uma questão pra sensação de segurança, pra ordem pública mesmo, mas não o exército”*; *“se ele não estiver com o fuzil apontado pra gente é ótimo e normalmente isso acontece”*; *“seria ideal, não digo 24 horas, mas até um certo horário que é para as pessoas usufruírem daquilo ali”*; *“ajuda, se os caras tiverem educação”*; *“Péssimo”*; *“é controverso, mas é um mal necessário”*; *“não significa segurança (...)”*; *“certo, pra coibir roubos e tal”*; *“acho horrível, funciona como repressão”*; *“falta muita segurança”*; *“é muito bom, ótimo”*; *“me sinto ameaçada, porque eles não são treinados, pode ter bala perdida, tiroteio”*; *“acho ineficiente”*; *“acho bom, (...), principalmente os guardas municipais”*; *“sou a favor, tem que ter”*; *“acho que não adianta nada (...)”*; *“não tenho problema nenhum”*; etc.

Figura 107: Gráfico - em uma escala de 0 a 5, qual a importância dos espaços públicos para a existência das seguintes atividades? ⁷⁰³

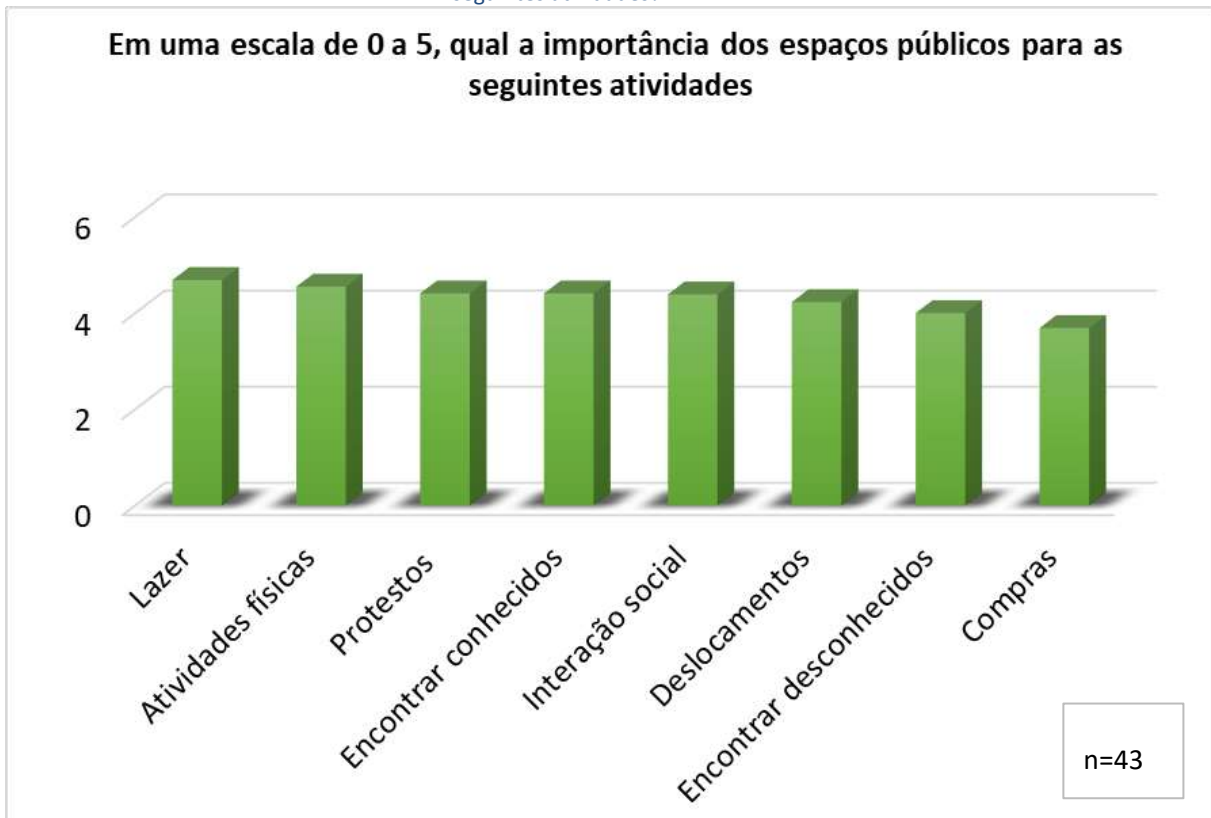


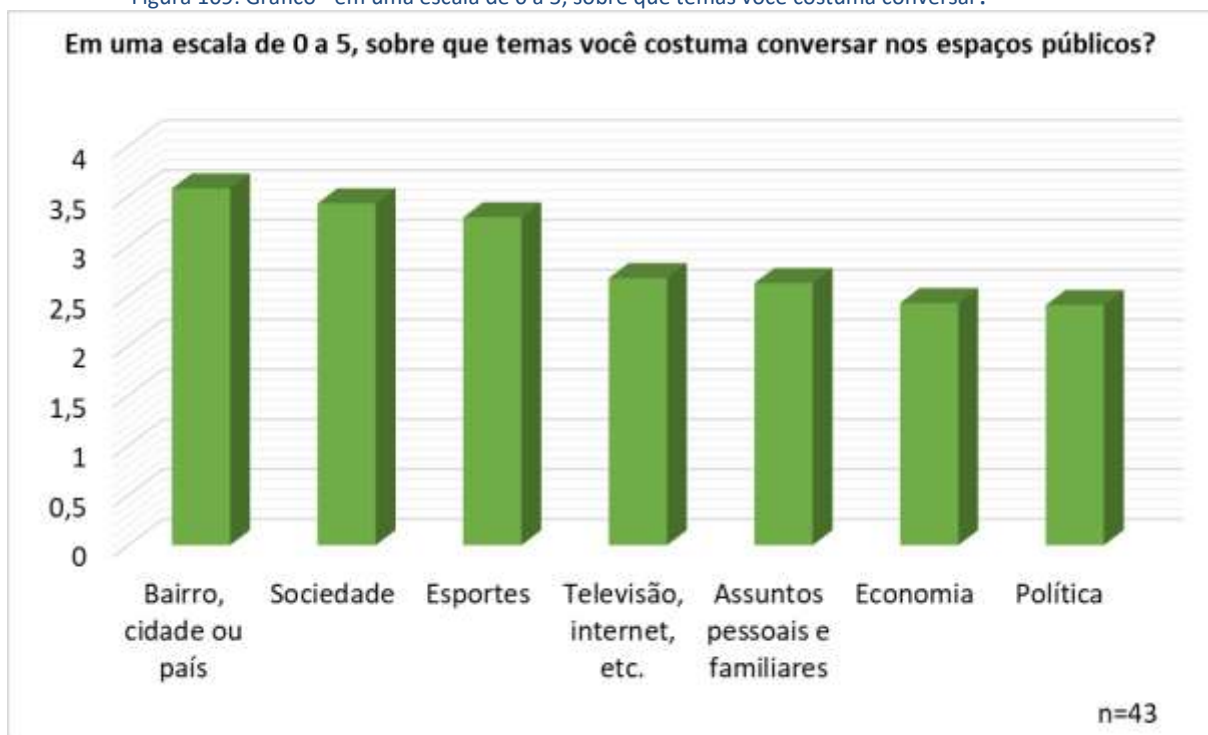
Figura 108: Gráfico - você tem o costume de conversar com outras pessoas (conhecidas e/ou desconhecidas) quando vai aos espaços públicos? ⁷⁰⁴



⁷⁰³ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

⁷⁰⁴ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

Figura 109: Gráfico - em uma escala de 0 a 5, sobre que temas você costuma conversar? ⁷⁰⁵



A décimo terceira questão perguntava aos frequentadores, em uma escala de 0 a 5, qual a importância dos espaços públicos para determinadas atividades. Quase todas as atividades obtiveram médias superiores a quatro: lazer (4,69), prática de atividades físicas (4,55); protestos (4,41); encontrar pessoas conhecidas (4,41); interação social (4,39); deslocamentos (4,23); encontrar desconhecidos (4); fazer compras (3,69). A décima quarta, perguntava aos frequentadores se eles tinham o costume de conversar com outras pessoas quando iam aos espaços públicos: as respostas surpreenderam, 100% dos entrevistados disseram que sim, que costumavam conversar com outras pessoas quando iam aos espaços públicos. A última questão, a décima quinta, indagava os frequentadores acerca dos temas mais comuns nas conversas, atribuindo um valor em uma escala de 0 a 5 a determinados assuntos: os temas relacionados ao bairro, à cidade ou ao país (3,58), seguidos por assuntos relacionados à sociedade (3,43) e aos esportes (3,29); obtiveram as maiores médias; assuntos relacionados à televisão, internet, imprensa etc. (2,68); pessoais e familiares (2,63); economia (2,43) e política institucional (2,41), apresentaram médias um pouco menores.

⁷⁰⁵ Fonte: elaboração própria a partir da realização de entrevistas estruturadas.

Figura 110: Mapa – área de influência da Praça Afonso Pena

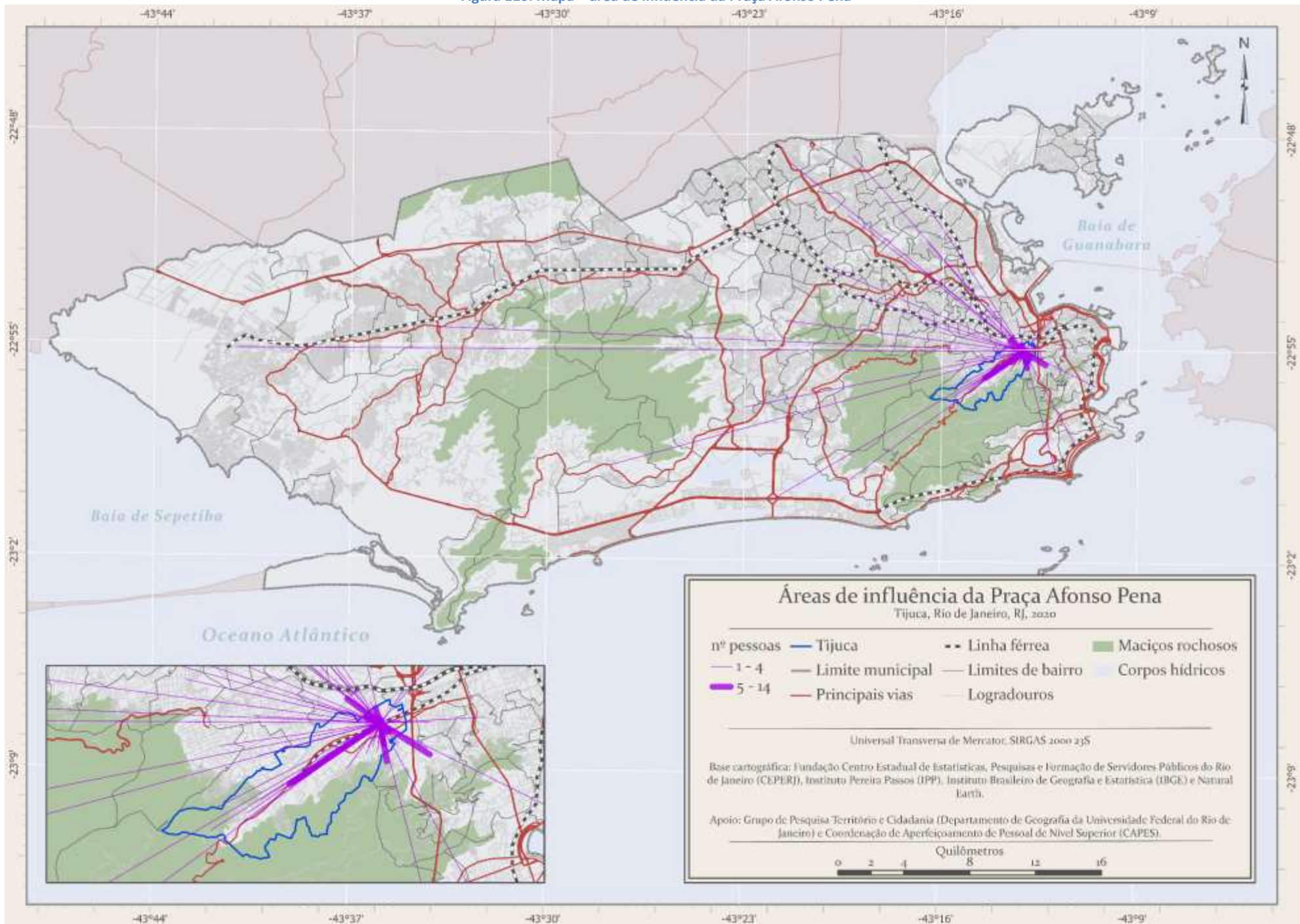


Figura 111: Mapa – área de influência da Praça Saens Peña

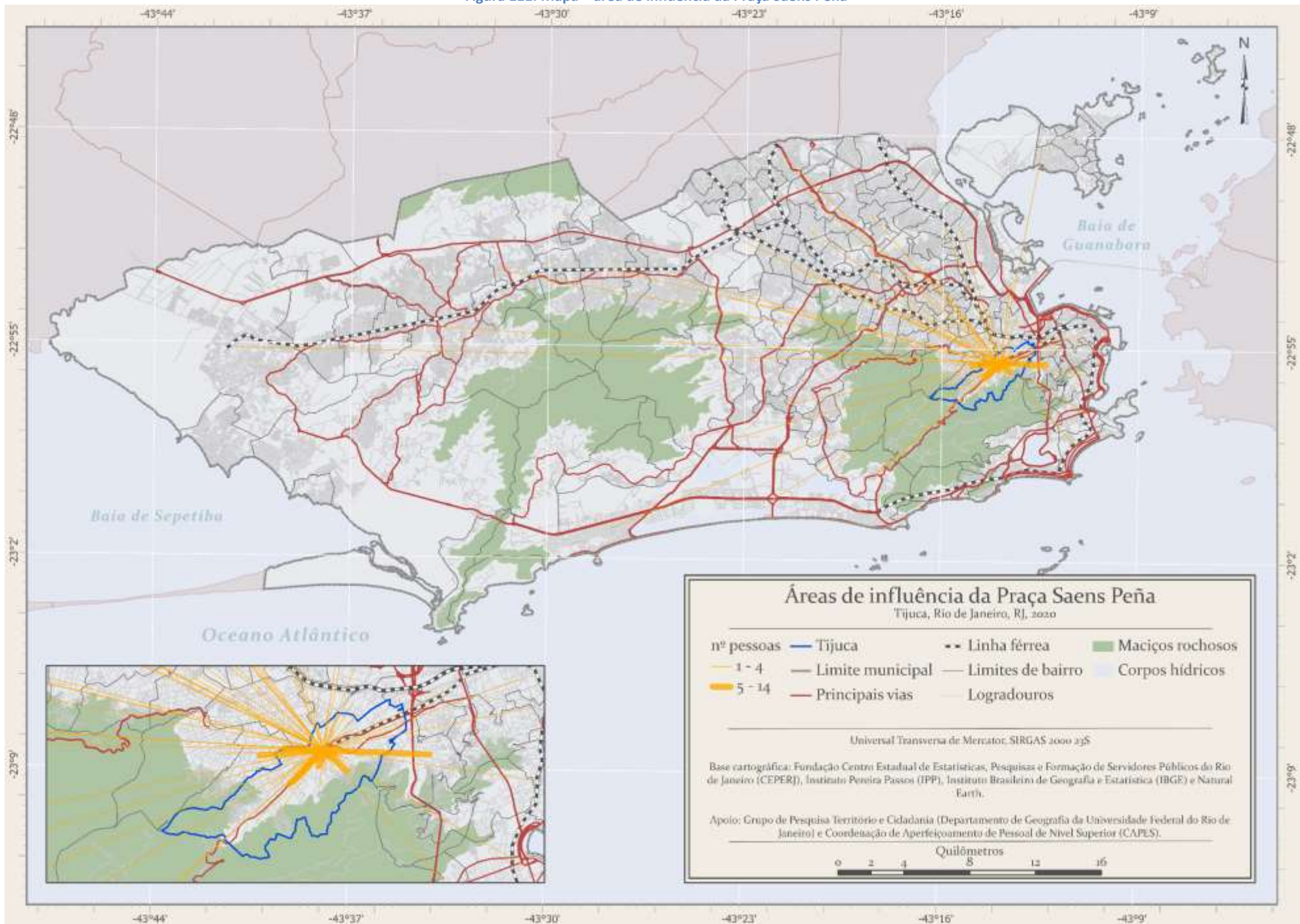
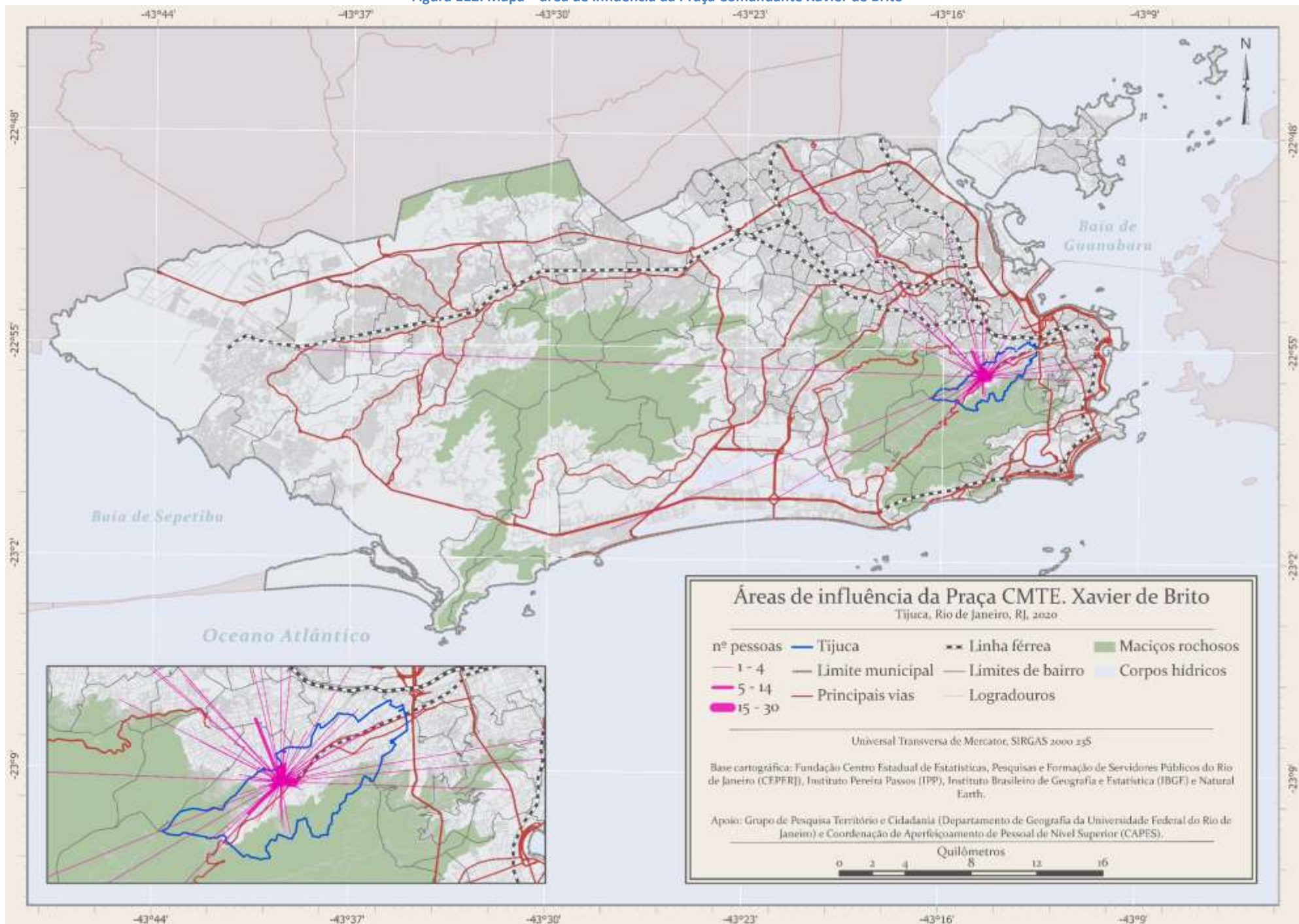


Figura 112: Mapa – área de influência da Praça Comandante Xavier de Brito



5 – Os graus de publicidade: as áreas de influência das praças da Tijuca

Figura 113: Tabela – proporção de residentes e não residentes do bairro da Tijuca que frequenta as praças do bairro

Lugar de residência	Praça Afonso Pena (n=213)	Praça Saens Peña (n=199)	Praça Comandante Xavier de Brito (n=238)
Outros bairros	43%	57%	26%
Tijuca	57%	43%	74%

Tal como argumentamos no terceiro capítulo da presente tese, um dos critérios que pode ser utilizado para se mensurar o grau de publicidade de um determinado espaço público, em relação ao sistema de espaços públicos que ele compõe, é com base no tamanho da sua área de influência; trata-se, pois, daquilo que estamos chamando de centralidade pública. Conforme demonstrado nos três mapas acima (pp. 466, 467 e 468), que destacam as respectivas áreas de influência (rua ou bairro de residência dos frequentadores) das três maiores praças do bairro, cada uma dessas praças atrai públicos relativamente diferentes entre si. Nessas três praças, o público é composto tanto por pessoas que residem nas ruas, quarteirões e favelas próximas, quanto por pessoas que residem em outros bairros, em muitos casos, que trabalham ou fazem uso do subcentro de comércio e serviços que se localiza no entorno da Praça Saens Peña. Não por acaso, a Praça Saens Peña, tal qual observado no mapa e no quadro acima, é a única das três maiores praças da Tijuca em que a maioria dos frequentadores não reside no próprio bairro.

Se levarmos em consideração a tipologia que propus no terceiro capítulo para diferenciar os graus de publicidade dos diversos espaços públicos que compõe o sistema da escala intraurbana de uma cidade qualquer: 1) espaços públicos de primeira ordem, escala de atratividade nacional e internacional (área de influência: a cidade, a região metropolitana, outros municípios, estados e nações); 2) espaços públicos de segunda ordem, escala de atratividade regional (área de influência: um conjunto de quarteirões, bairros, ou regiões) e; 3) espaços públicos de terceira ordem, escala de atratividade local (área de influência: o bairro, o quarteirão, as ruas); poderíamos dizer, à luz dos tamanhos das áreas de influência das três maiores praças do bairro, que a Praça Afonso Pena e a Praça Comandante Xavier de Brito são espaços públicos de terceira ordem, enquanto a Praça Saens Peña poderia ser concebida como um espaço público de segunda ordem.

Nesse sentido, considerando-se especificamente o critério do tamanho da área de influência da Praça Saens Peña, seria possível afirmar que ela exerce primazia em relação às demais praças, atraindo pessoas de todo o bairro e, direta ou indiretamente, de outros bairros da cidade (escala de atratividade regional), ou seja, reunindo públicos socioespacialmente mais diversos do que aqueles encontrados nas outras praças do bairro, mesmo que o número de frequentadores das outras duas praças seja maior, do ponto de vista quantitativo. Conforme demonstramos no mapa de localização das praças da Tijuca, organizadas segundo uma tipologia de tamanhos (p.362), as três maiores praças do bairro estão situadas em áreas bem servidas por diferentes modais de transporte (rodoviário e metroviário). Porém, nas praças Saens Peña e Afonso Pena, esses modais se localizam muito próximos à praça, favorecendo sua acessibilidade quando comparada à Praça Comandante Xavier de Brito, onde 74% do público é formado por pessoas que residem nas ruas e favelas próximas à praça.

Diga-se de passagem, nas três praças em questão, esse é um aspecto que merece ser comentado: a presença expressiva de pessoas que residem em diferentes favelas da Tijuca, tais como Salgueiro, Borel, Formiga, Casa Branca, Turano, Morro do Cruz etc., fazendo uso das praças do bairro. Nesses espaços públicos, o caráter fragmentário das desiguais estruturas socioespaciais que caracterizam as grandes metrópoles brasileiras, em geral, e a cidade do Rio de Janeiro, em particular, que separa a “favela” do “asfalto”, é atenuado ou relativizado, pois, nas praças do bairro, todos compõem o mesmo público, participam dos mesmos ritos interação, realizando atividades diversas, mas em um inquestionável processo de coexistência socioespacial. Como demonstrado antes, os interesses dos indivíduos e grupos que se reúnem nesses lugares são muito diversos, porém, nos espaços públicos, tudo é mediado pelas interações (despretensiosas) com pessoas diversas; em outras palavras, a sociabilidade pública constitui, não resta dúvidas, um fenômeno unificador.

Figura 114: Mapa - sistema de espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro que polariza o bairro da Tijuca

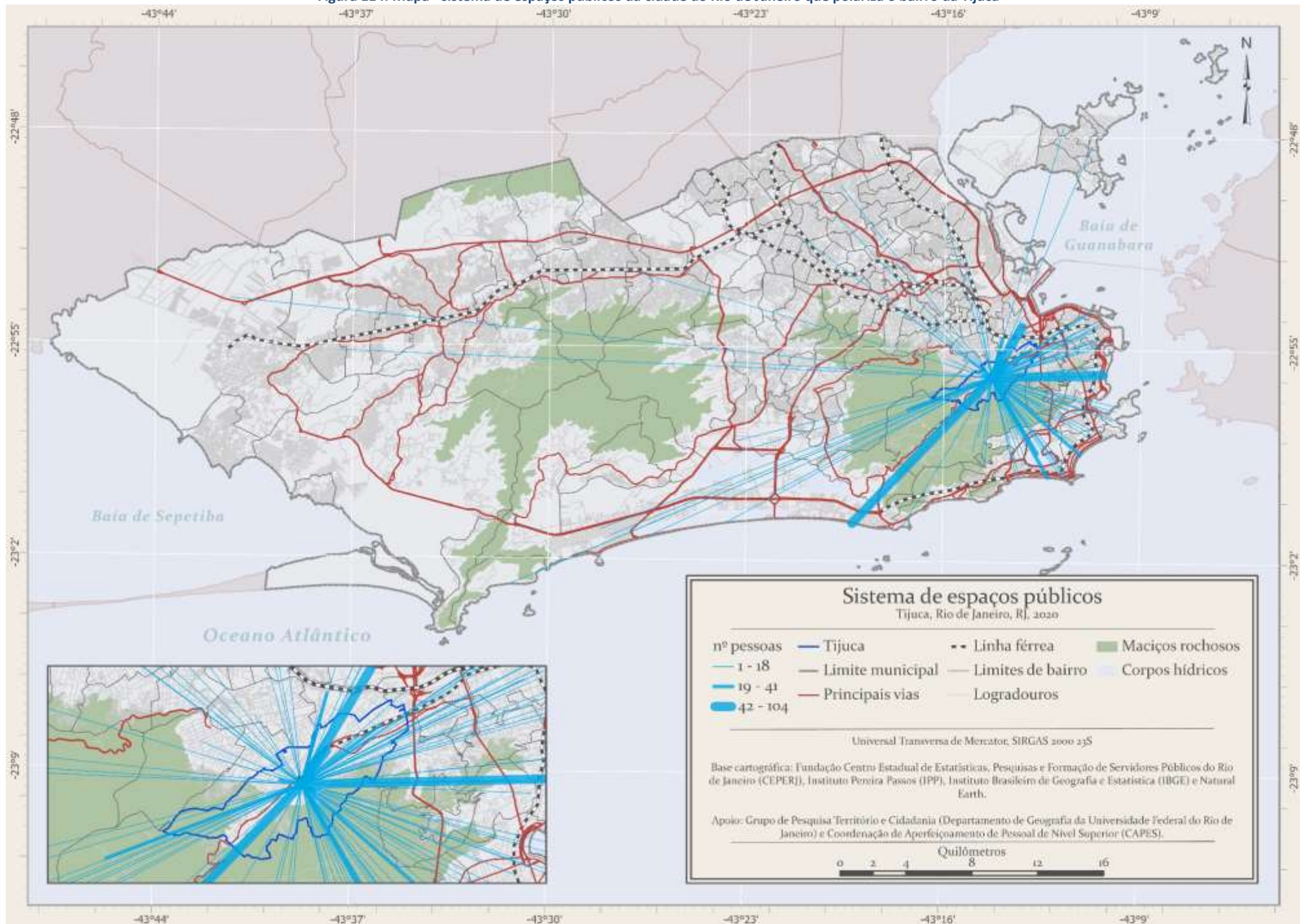


Figura 115: Tabela - espaços públicos mais frequentados pelos utilizadores das praças do bairro da Tijuca

Espaços públicos mais frequentados pelos utilizadores das praças do bairro da Tijuca (n=612)	Número de menções	Espaços públicos mais frequentados pelos utilizadores das praças do bairro da Tijuca (n=612)	Número de menções
Quinta da Boa Vista	104	Praça Onze	6
Aterro do Flamengo	83	Praça Paris	6
Praia da Barra da Tijuca	68	Praia da Urca	6
Praça Saens Peña	59	Boulevard Olímpico	5
Lagoa Rodrigo de Freitas	41	Praça Afonso Viseu	5
Parque Nacional da Tijuca	40	Praça da Bandeira	5
Praia de Ipanema	40	Praça Jardim do Méier	5
Praia de Copacabana	38	Praça Niterói	5
Praça Comandante Xavier de Brito	38	Praia do Flamengo	5
Praça Afonso Pena	35	Praia Vermelha	5
Praça Vanhagem	27	Palácio do Catete	4
Complexo do Maracanã	20	Praça Hans Klussman	4
Praia do Leme	18	Campo de Santana	3
Praia do Leblon	15	CCBB	3
Praia do Arpoador	14	Feira de São Cristóvão	3
Praça Mauá	13	Estrada das Paineiras	3
Praça Condessa Paulo de Frontim	12	Praça Cinelândia	3
Jardim Botânico	11	Praça General Osório	3
Parque Lage	10	Praça Luís Lã Saigne	3
Praça Edmundo Rêgo	10	Praça São Francisco Xavier	3
Praia do Recreio dos Bandeirantes	9	Aterro do Cocotá	2
Arcos da Lapa	7	Cachoeira do Horto	2
Parque Madureira	7	Calçadão de Copacabana	2
Praça Barão de Drumond	7	Cristo Redentor	2
Parque dos Patins	6	Largo da Carioca	2
Parque Guinle	6	Praça Antero de Quental	2
Praça Barão de Corumbá	2	Praça São Salvador	2
Praça Corumbá	2	Praça Tiradentes	2

Figura 115: Tabela - espaços públicos mais frequentados pelos utilizadores das praças do bairro da Tijuca

Praça São Perpétuo	2	Praça XV	2
Praça Nobel	2	Praia da Joatinga	2
Praia de Grumari	2	Museu de Arte Moderna	1
Praia de Botafogo	2	Museu do Amanhã	1
Largo do Machado	1	Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro	1
Largo São Francisco da Prainha	1	Orla Conde	1
Morro da Urca	1	Parcão Lagoa Rodrigo de Freitas	1
Museu da República	1	Parque da Cidade	1
Alto da Boa Vista	1	Parque do Cantagalo	1
Arco do Telles	1	Parque Estadual da Chacrinha	1
Baixo botafogo	1	Parque Garota de Ipanema	1
Biblioteca Nacional	1	Parque Olímpico	1
Bondinho Pão de Açúcar	1	Parque Recanto do Trovador	1
Bosque da Barra	1	Pedra do Sal	1
Centro	1	Praça Agripino Grieco	1
Centro de Referência da Música Carioca	1	Praça Burle Marx - Rio2	1
Cidade das Crianças Leonel Brizola	1	Praça Carioca	1
Complexo do Engenhão	1	Praça Carlos Gardel	1
Corredor Esportivo	1	Praça Compositor Mauro Duarte	1
Humaitá	1	Praça da República	1
Jardim de Alá	1	Praça Drault Ernanny	1
Jardim do Museu de Arte Moderna	1	Praça das Nações	1
Largo da Segunda Feira	1	Praça de Heliópolis	1
Largo da Taquara	1	Praça Coelho Neto	1
Praça Sibelius	1	Praça Santa Emiliania - IAPI	1
Praça Professor Darcy Pereira	1	Praça Tabatinga	1
Praça Edmundo Bittencourt	1	Praça Ziembinski	1
Praça Gabriel Soares	1	Praça Ferreira Souto	1
Praça Garota de Ipanema	1	Praça Darcy Ribeiro	1

Figura 115: Tabela - espaços públicos mais frequentados pelos utilizadores das praças do bairro da Tijuca

Praça Guilherme da Silveira	1	Praia da Macumba	1
Praça Milton Campos	1	Praia da Reserva	1
Praça Monte Caseros	1	Prainha	1
Praça Nossa Senhora da Paz	1	Rua Uruguaiana	1
Praça Paulo de Társo Celestino	1	Sambódromo	1
Praça Professor Pinheiro Guimarães	1	Vila Olímpica da Mangueira	1
Praça Senador Salgado Filho	1	Vista Chinesa	1

6 - Um sistema de espaços públicos na cidade do Rio de Janeiro

Em nossos trabalhos de campo, perguntamos aos frequentadores das praças Afonso Pena, Saens Peña e Comandante Xavier de Brito que outros espaços públicos eles costumavam frequentar no bairro e na cidade. Com estes dados em mãos foi possível confeccionar o mapa do sistema de espaços da cidade do Rio de Janeiro que polariza o bairro da Tijuca (p. 471). Esse mapa demonstra, entre outras coisas, como o subsistema de praças do bairro da Tijuca está interconectado ao sistema de espaços públicos da cidade do Rio de Janeiro. Porém, diferentemente de outros estudos urbanos que fazem menção à ideia de sistema de espaços públicos, geralmente, para demonstrar a interconectividade da malha urbana que interliga os diversos espaços públicos das cidades, ou seja, referindo-se especificamente à dimensão físico-material da interconectividade dos sistemas urbanos; no presente estudo, demos um passo adiante: demonstramos como esse sistema de espaços públicos se encontra interconectado não apenas pela malha urbana, mas também do ponto de vista das relações sociais, isto é, dos seus públicos frequentadores.

Isoladamente falando, o espaço público que mais exerce atração entre os frequentadores das praças tijucanas é Quinta da Boa Vista, um parque municipal localizado na Zona Norte da cidade, nas proximidades do bairro da Tijuca, uma enorme área aberta cercada por muitas árvores, gramados, canteiros e corpos d'água. O Aterro do Flamengo, outro grande parque com muitas árvores, canteiros, gramados, pistas de corrida e equipamentos esportivos, localizado na Zona Sul da cidade, na orla do bairro do Flamengo, foi o segundo espaço público mais citado. O terceiro espaço público mais mencionado pelos frequentadores das praças tijucanas foi a praia da Barra da Tijuca, localizada na Zona Oeste da cidade, uma enorme faixa de areia que se estende por vários quilômetros que é muito popular entre o público tijucano. Como era de se imaginar, a Praça Saens Peña aparece em quarto lugar entre os espaços públicos mais frequentados pelos tijucanos, sob certo sentido, confirmando a primazia exercida por esse espaço público em relação às outras praças do bairro.

A Lagoa Rodrigo de Freitas e o Parque Nacional da Tijuca aparecem logo em seguida, demonstrando o apreço que os cariocas e os tijucanos têm pelo contato com a natureza na vida pública. Isso ajuda a explicar também o fato de que, tomadas em conjunto, as diversas praias da cidade constituem os espaços públicos que mais exercem atração entre

frequentadores das praças tijuicanas (226 menções), com destaque para as praias da Barra da Tijuca, Ipanema, Copacabana, Leme, Leblon e Arpoador, que aparecem entre as mais citadas. Como dito antes, muitos desses espaços públicos, especialmente os mais citados, poderiam ser concebidos como verdadeiros lugares centrais para a socialidade pública, pois eles exercem atração sob públicos muito diversos, de toda a cidade, a região metropolitana, o estado, em alguns casos, os espaços públicos mais famosos, exercem atração inclusive em âmbito nacional e internacional, constituindo-se, pois, segundo a tipologia que propomos, em espaços públicos de primeira ordem, que exercem primazia em relação ao sistema de espaços públicos que eles compõe. Assim sendo, conforme dito antes, podemos afirmar que, quanto maior a área de influência e o tamanho e a diversidade socioespacial do seu público frequentador, maior será o grau de publicidade do espaço público em questão, no que se refere ao fenômeno da sociabilidade.

Considerações finais: o fim dos espaços públicos?

*“O otimista é um tolo. O pessimista, um chato.
Bom mesmo é ser um realista esperançoso.”*

Ariano Suassuna

A assim chamada *tese do fim dos espaços públicos* (*the end of public spaces thesis*), que se baseia em alguns aspectos específicos da experiência urbana estadunidense, a meu ver, não pode ser lida como um fenômeno generalizado. O discurso que aponta para a “regressão”, a “decadência”, a “crise” e o “fim” dos espaços públicos nas cidades contemporâneas não se assenta em argumentos suficientemente fortes e precisos para uma conclusão tão drástica e pessimista. É necessário reconhecer que, em muitos casos, trata-se de uma perspectiva excessivamente normativa e que não reconhece outras possibilidades interpretativas. Será que seria logicamente coerente afirmar que, em diversas cidades dos cinco continentes, os espaços públicos perderam o sentido de sua existência? Parece-me que não. Trata-se de uma leitura teórica dedutiva onde, em muitos casos, os estudos empíricos são utilizados como meras confirmações de um ponto de vista selecionado à priori, que não reconhece a natureza mutável das sociedades (no tempo e no espaço) e, por extensão, das categorias e conceitos que nós utilizamos para interpretá-las.

Parece-me óbvio que, nas cidades contemporâneas, os espaços públicos não funcionam exatamente como acontecia na *ágora* grega (Antiguidade Clássica), ou como nos cafés e salões da França e da Inglaterra do final do século XVII e início do século XVIII (Idade Moderna). Construir uma narrativa evolutiva de perda dos espaços públicos, nostálgica e idealista, pode não ser o melhor caminho para descrever e interpretar a situação atual. Será que temos comprovações empíricas suficientes para afirmarmos de maneira categórica que os espaços públicos das cidades contemporâneas foram substituídos pelos *shoppings centers*, parques temáticos, condomínios fechados, centros empresariais etc.? Que a população das grandes cidades deixou realmente de frequentar os seus espaços públicos mais tradicionais, a exemplo das áreas centrais, calçadas, parques, praças, alamedas, bulevares, largos, esquinas, praias etc.? Que a administração e a gestão dos espaços públicos estão nas mãos de indivíduos, empresas e propriedades privadas? Que os espaços públicos deixaram de ser utilizados como espaços políticos e de encontro entre os livres e diferentes/iguais? Resumidamente, será que podemos realmente dizer que as

características associadas às chamadas cidades pós-modernas se generalizaram em cidades de todo o mundo?

Sem desconsiderar esse ponto de vista, que de fato deve ser debatido; gostaria de propor, pois, conforme já sugerido por alguns autores, a substituição da expressão *fim* com sentido de finitude, pela expressão *fins* com sentido de finalidades. Constatar a multiplicidade de novos usos e finalidades, ao invés de decretar a “regressão”, a “decadência”, a “crise” e o “fim” dos espaços públicos seria, a meu ver, mais produtivo. Na medida em que, anunciar o “fim” dos espaços públicos, definitivamente, não facilitaria a construção de valores cívicos, republicanos, democráticos e, pior ainda, reconhecera que o individualismo, a segregação e a desigualdade são os únicos fenômenos e instrumentos empíricos e teóricos que podemos utilizar para estudarmos as cidades contemporâneas; o que pode ser considerado, a meu ver, algo questionável.

Foi nas grandes cidades da sociedade moderna, que os espaços públicos ganharam importância novamente na civilização ocidental. Para alguns autores, nas cidades modernas, a vida pública e o consumo pareciam conviver plenamente. Porém, a igualdade e a liberdade, que sempre foram imagens fortemente associadas às cidades do início da Idade Moderna nunca se concretizaram plenamente. Tendo a concordar, nesse sentido, com o argumento do teórico francês Bruno Latour para quem, sob diversos sentidos, jamais fomos modernos (Latour, 1994). Nunca existiu uma sociedade/cidade plenamente livre, igualitária e fraterna, da mesma maneira que nunca existiu um sistema político/social que incorporasse os valores republicanos e democráticos de maneira universal, o que não significa dizer que esses valores deixaram de ser essenciais. Tal qual argumentam diversos estudiosos dos espaços públicos, ao eliminar o nosso desejo pela elaboração de categorias fixas no tempo e no espaço, ou seja, conceitos rígidos e excessivamente normativos das noções de público e privado, que estão por trás da maioria dos estudos que fazem apelo à narrativa da “retração” para descrever, interpretar, compreender e explicar a situação atual dos espaços públicos, muito provavelmente, reconheceremos a fundamental importância desses espaços para a construção de sociedades que se pretendam realmente republicanas e democráticas.

A interpretação que grande parte dos autores compartilha acerca das recentes transformações ocorridas em diversas cidades e espaços públicos de todo o mundo, sob certo sentido, nega os princípios e valores que, ao menos em termos simbólicos, mesmo

que à luz de inúmeras contradições, organizaram a constituição das sociedades republicanas e democráticas: a liberdade, a igualdade e a fraternidade; ou seja, tais fenômenos seriam expressões de sociedades que ostentariam valores opostos àqueles que costumamos associar às democracias e repúblicas modernas. Tal qual demonstramos ao longo desta tese, a própria existência da sociabilidade pública, esse código comportamental de convivência de natureza política-espacial-interacional, um sistema de comportamentos que tem raízes ancoradas em princípios tais como a cortesia, a civilidade, a polidez, a urbanidade, o cosmopolitismo e a cidadania, que se tornaram essenciais às sociedades republicanas e democráticas após a modernidade e que regem parte significativa de nossa vida pública, demonstra claramente a vivacidade política, sociocultural e geográfica dos espaços públicos nas cidades contemporâneas.

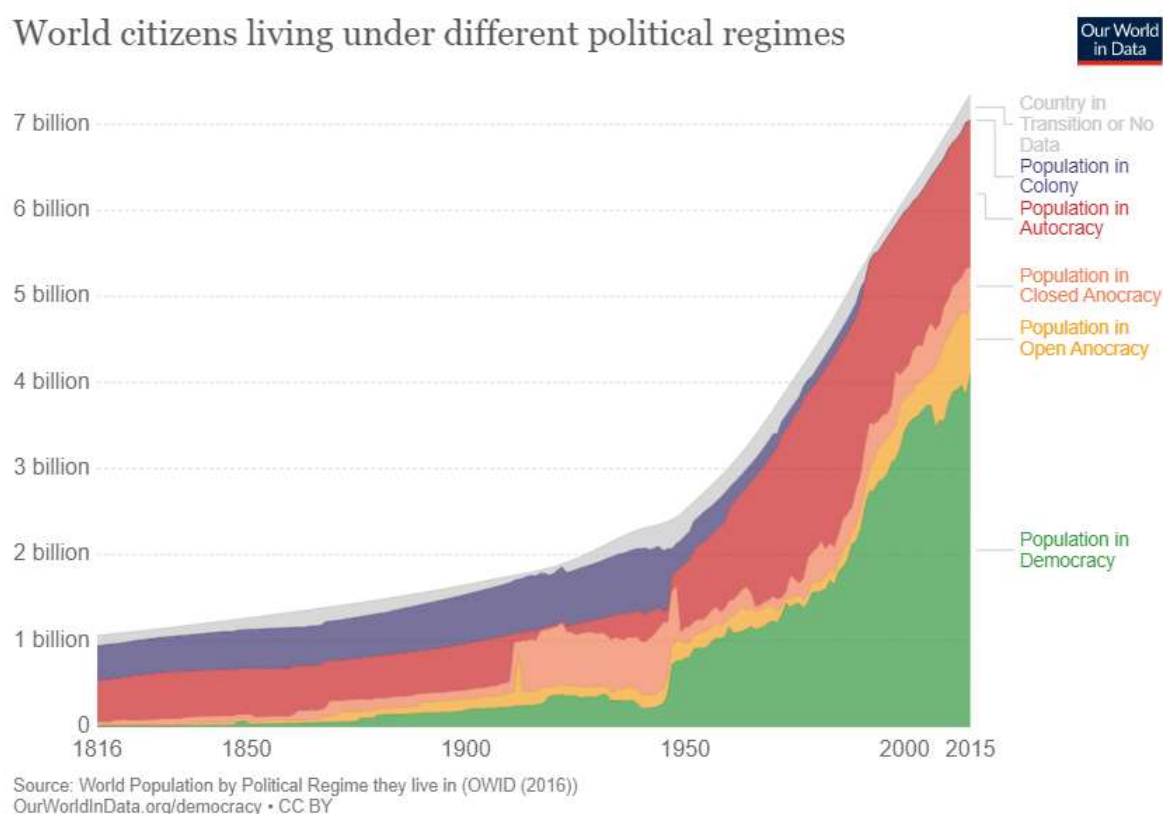
Em nosso estudo de caso empírico, a partir da realização de diversos trabalhos de campo, da aplicação de inúmeros manuais de observação, entrevistas e questionários nas praças do bairro da Tijuca, foi possível demonstrar: 1) na escala intraurbana, cidade do Rio de Janeiro, a existência de um sistema hierárquico de espaços públicos; 2) na escala local, bairro da Tijuca, propomos uma geografia da publicidade, isto é, demonstramos como as 29 praças localizadas na Tijuca apresentavam “diferentes funções” no interior do bairro, compondo um subsistema, e como as três maiores praças desse subsistema ostentavam diferentes graus de publicidade (áreas de influência); 3) na microescala das praças do bairro, à luz dos conceitos empíricos que criamos para esta pesquisa, propomos uma geografia da sociabilidade pública, ou seja, descrevemos a ordem espacial das diferentes formas de interação social que tem lugar nas praças tijucanas. Em poucas palavras: esperamos ter demonstrado ao leitor a existência de um sistema de espaços públicos que é ordenado segundo um padrão espacial hierárquico, em cuja distribuição da publicidade é heterogênea e onde a sociabilidade pública constitui um fenômeno unificador.

É importante fazermos agora alguns esclarecimentos: a crítica que estamos fazendo a tese do fim dos espaços públicos não se refere ao conteúdo dos argumentos que são viabilizados por esses autores, isoladamente considerados ou tomados em conjunto, mas sim à forma como esses argumentos são utilizados para compor uma narrativa evolutiva de “retração” da vida pública. As desigualdades de todas as naturezas; a privatização dos espaços públicos; os cortes nos orçamentos públicos; as diversas formas de violências; a alienação política; o individualismo; o machismo; o racismo; a homofobia; a xenofobia;

a transfobia etc.; os preconceitos irracionais; todas as formas de exclusão, marginalização e criminalização de indivíduos e grupos; as intolerâncias (étnica, racial, religiosa, social, cultural, política etc.); a espetacularização das cidades; a segregação socioespacial; a militarização dos espaços urbanos; a construção dos sistemas de vigilância citadinos; as violações dos direitos humanos; as diversas formas de corrupção da cidadania; entre muitos outros, são alguns dos inúmeros e inquestionáveis problemas que caracterizam as sociedades e cidades contemporâneas. Problemas esses que, certamente, precisam ser enfrentados de forma mais contundente se pretendemos construir sociedades efetivamente republicanas e democráticas e, conseqüentemente, cidades que sejam realmente livres, igualitárias, fraternas e diversas.

Um dos pressupostos fundamentais da tese do fim dos espaços públicos se baseia na hipótese de que a “regressão”, a “decadência” e a “crise” desses espaços nas cidades contemporâneas constituiriam expressões de uma crise da própria modernidade e, conseqüentemente, dos regimes republicanos e democráticos que com ela renasceram: diga-se de passagem, sistemas político-sociais que hoje recobrem a maior parte do globo. Em uma pesquisa bibliográfica recente, realizada com as palavras-chave *democracy + crisis*, foi possível encontrar mais de 20 livros que discorriam especificamente sobre esse tema, um debate que tem se aprofundado na comunidade acadêmica, nos parlamentos/congressos e nos espaços públicos de reunião da sociedade civil, trazendo consigo a seguinte questão: qual será o futuro das repúblicas democráticas liberais?

Figura 116: Gráfico - população global vivendo sob diferentes regimes políticos ⁷⁰⁶



Certamente eu não tenho a resposta para a pergunta há pouco formulada, porém, o gráfico acima exposto talvez ofereça algumas pistas: se a tendência dos dois últimos séculos for mantida, o número de pessoas vivendo sob regimes político-sociais republicanos e democráticos no globo continuará crescendo; tendência essa que, me desculpem os críticos e os pessimistas, não parece que sofrerá mudanças drásticas nos próximos períodos. Depois do longo caminho percorrido até aqui, esperamos ter convencido o leitor sobre a importância dos espaços públicos para a existência das sociedades republicanas e democráticas.

⁷⁰⁶ Fonte: Jornal El País (acessado em 23/07/2020).
https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/08/internacional/1546947578_370903.html

Referências bibliográficas

- ABASA, Mona. **Shopping malls, consumer culture and the reshaping of public space in Egypt**. Theory, Culture and Society. London, Vol. 18, N° 97, pp. 97-122, 2001.
- ABDALA, Bruno & NUNES, Juliana. **Participação social e governança territorial: os desafios e as contradições de novos espaços políticos a partir da análise do colegiado territorial do Vale do Paranã, Goiás**. Geografares, Vol. 1, N° 26, pp. 254-279, 2018.
- ABE, Kiyoshi. **Surveillance and public space**. In: DEFLEM, Mathieu (Ed). The Handbook of Social Control, John Wiley & Sons Ltd. Chapter 26, pp. 361-373, 2019.
- ABLAS, Antônio. **A teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas**. São Paulo. Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982.
- ALENTEJANO & ROCHA-LEÃO. **Trabalho de campo: uma ferramenta essencial ou um instrumento banalizado?** Boletim Paulista de Geografia, N° 84, pp. 51-68, 2006.
- ANDREW, Smith. **‘Borrowing’ public space to stage major events: the Greenwich Park controversy**. Urban Studies Journal, Vol. 51, N° 2, pp. 247–263, 2014.
- ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, IPLANRIO, 3ª Edição, 1997.
- AMMANN, Ludwig. **Islam in public space**. Public Culture, Vol. 14, N° 1, pp. 277–279, 2002.
- ANDERSON, Jamie et al. **Lively social space, well-being activity, and urban design: findings from a low-cost community-led public space intervention**. Environment and Behavior, Vol. 49, N° 6, pp. 685-716, 2016.
- ANDRADE, X. **“More city,” less citizenship: urban renovation and the annihilation of public space**. In: Fernando Carrión M. & Lisa M. Hanley (Edit.). Urban Regeneration and Revitalization in the Americas: Toward a Stable State. Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, D.C, pp. 106-141, 2007.
- ANJARIA, Jonathan. **Guardians of the bourgeois city: citizenship, public space, and middle-class activism in Mumbai**. City & Community, Vol. 8, N° 4, pp. 391-406, 2009.
- ATKINSON, Rowland. **Limited exposure: social concealment, mobility and engagement with public space by the super-rich in London**. Environment and Planning A, Vol. 0, N° 0, pp. 1–16, 2015.
- AREFI, Mahyar & MEYERS, William. **What is public about public space: the case of Visakhapatnam, India**. Cities, Great Britain, Vol. 20, N° 5, pp. 331–339, 2003.
- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 351 p., 2007.
- _____. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 240 p., 2002.

- ARKETTE, Sophie. **Sounds like city.** Theory, Culture & Society, Vol. 2, Nº 1, pp. 159–168, 2004.
- ARISTÓTELES. **A política.** Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 321 p., 2000.
- AZEVEDO, Daniel. **Modelos de democracia e espaços políticos: o caso da democracia participativa.** Geografares, Vol. 1, Nº 26, pp., 2018.
- AZZY, Veronica. **Security for show? The militarisation of public space in light of the 2016 Rio Olympic Games.** Contexto Internacional, Vol. 39, Nº 3, 2017.
- BAILEY, Janis & IVESON, Kurt. **“The parliaments call them thugs”: public space, identity and union protest.** The Journal of Industrial Relations, Vol. 42, Nº 4, pp. 517-534, 2000.
- BARON, Naomi & SEGERSTAD, Ylva. **Cross-cultural patterns in mobile-phone use: public space and reachability in Sweden, the USA and Japan.** New Media & Society, Vol. 12, Nº 1, pp. 13–34, 2010.
- BASSO, Sara. **Rethinking public space through food processes: research proposal for a ‘public city’.** Urbani izziv, Vol. 29, supplement, pp. 109-123, 2018.
- BATUMAN, Bülent. **“Everywhere is taksim”: the politics of public space from nation-building to neoliberal islamism and beyond.** Journal of Urban History, Vol. 0, pp. 1–27, 2015.
- BECERRA, M. **Performing belonging in public space: mexican migrants in New York City.** Politics & Society Vol. 42, Nº 3, pp. 331–357, 2014.
- BECK, Ulrich. **The cosmopolitan society and its enemies.** Theory, Culture & Society, London, Vol. 19, Nº 1–2, pp. 17–44, 2002.
- BECK, Ulrich & GRANDE, Edgar. **Varieties of second modernity: the cosmopolitan turn in social and political theory and research.** The British Journal of Sociology, Vol. 61, Nº 3, pp. 409-443, 2010.
- BECKER, Howard. **Conferência: a Escola de Chicago.** Mana, Estudos de Antropologia Social, Rio de Janeiro. PPGAS-MN UFRJ, pp 177-188, 1996.
- BEJMA, Jackeline. **What factors contribute to the successful utilization of public space?** DePaul University, Research Seminar Ruth Gannon-Cook, July 30, pp. 1-26, 2007.
- BELL, Kirsten. **Where there’s smoke there’s fire: outdoor smoking bans and claims to public space.** Contemporary Drug Problems 40/Spring, pp. 99-128, 2013.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 729 p., 1983.
- BENHABIB, Seyla. **Feminist theory and Hannah Arendt’s concept of public space.** History of the human sciences, Sage, London, Newbury Park and New Delhi, Vol. 6, Nº 2, pp. 97-114, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Paris, capital do século XIX.** In: Sociologia. Org. e Trad. Flávio R.Kothe. São Paulo: Ática, pp.29-43, 1985.

BERENSTEIN, Paola. **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade.** In: Internacional Situacionista. Paola Berentein Jacques (orgn.), Estela dos Santos Abreu (tradução). Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003

BERG, Julie. **Seeing like private security: evolving mentalities of public space protection in South Africa.** Criminology & Criminal Justice, Vol. 10, Nº 3, pp. 287–301, 2010.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.

BERRY, Brian. **Cities as systems within systems of cities.** Regional Science, Vol. 13, Nº 13, pp. 147-163, 1964.

BERRY, Brian & PRED, Allen. **Central places studies: a bibliography of theory and applications.** Regional Science Research Institute. G.P.O. Philadelphia, 1965.

BESSA, Kelly. **Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais.** GeoTextos, vol. 8, n. 1, 147-165, 2012.

BHARNE, Vinayak. **Manifesting democracy public space and the search for identity in Post-War Japan.** Journal of Architectural Education, Vol. 0, pp. 38–50, 2010.

BLÖBAUM, Anke & HUNECKE, Marcel. **Perceived danger in urban public space: the impacts of physical features and personal factors.** Environment and Behavior, Vol. 37 Nº 4, pp. 465-486, 2005.

BLOMLEY, Nicholas. **Un-real estate: proprietary space and public gardening.** Antipode, Vol. 36, Nº 4, pp. 614–641, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política.** Traduzido por Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Paz e Terra, 14ª Ed., p. 173., 2007.

BODDY, Trevor. **Underground and overhead: building the analogous city.** In: SORKIN, Michael (Ed.) Variations on a theme park: the new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang, pp. 123-153, 1992.

BODNAR, Judit. **Reclaiming public space.** Urban Studies, Vol. 52, Nº 12, pp. 2090–2104, 2015.

BORGES, Sérgio. **Espaço político e tensão democrática: os protestos recentes e a potência política das ruas.** Geografares, Vol. 1, Nº 26, pp., 2018

BORJA, Jordi. **Citizenship and public space.** Published in Various Authors. Real city, ideal city. Signification and function in modern space. Urbanitats, Barcelona, Nº. 7, pp. 1-12, 1998.

BOWYER, Tim. **Public space, inequality and health: interaction and Social Welfare in rural Peru.** International Relations, Vol 19, Nº 4, pp. 475–492, 2005.

BOYD, Richard. **'The value of civility?'**. *Urban Studies*, Vol. 43, N° 5-6, pp. 863–878, 2006.

BOYER, Christine. **Cities for sale: merchandising history at South Street Seaport**. In: SORKIN, Michael (Ed.) *Variations on a theme park: the new American city and the end of public space*. New York: Hill and Wang, pp. 181-204, 1992.

BUTLER, Ruth & BOWIBY Sophia. **Bodies and spaces: an exploration of disabled people's experiences of public space**. *Environment and Planning I: Society and Space*, Vol. 15, pp. 411-433, 1997.

BURCHARDT, Marian & GRIERA, Mar Griera. **To see or not to see: explaining intolerance against the "burqa" in European public space**. *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 0, pp. 1-19, 2018.

BRIDGE, Gary. **City senses: on the radical possibilities of pragmatism in geography**. *Geoforum*, Vol. 39, pp. 1570–1584, 2008.

BRITTON, Marcus. **"My regular spot" race and territory in urban public space**. *Journal of Contemporary Ethnography*, Vol. 37 N° 4, pp. 442-468, 2008.

BROCK, Gillian & BRIGHOUSE, Harry. **The political philosophy of cosmopolitanism**. Cambridge University Press, 262 p., 2005.

BROWN, Donna. **Young people, anti-social behaviour and public space: the role of community wardens in policing the 'ASBO Generation'**. *Urban Studies Journal*, Vol. 50, N° 3, pp. 538–555, 2013.

BRUNHES, Jean. **Geografia humana**. Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura, 1962

BYERS, Jack. **The privatization of downtown public space: the emerging grade-separated city in North America**. *Journal of Planning Education and Research*, Vol. 17, pp. 189-205, 1998.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/Edusp, 400 p., 2000.

_____. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. *Novos Estudos, CEBRAP*, N° 47, pp. 155-176, 1997.

CALHOUN, Craig. **Nationalism, political community, and the representation of society: or, why felling at home is not a substitute for public space**. *European Journal of Social Theory*, Vol. 2, N° 2, pp. 217-231, 1999.

CAMPBELL, Kelly. **Theorizing the authentic: identity, engagement, and public space**. *Administration & Society*, Vol. 36, N° 6, pp. 688-705, 2005.

CACERES, Carlos. **Nuevos usos espaciales en las estaciones ferroviarias de alta velocidad**. *Geografías*, Vol. 1, N° 26, pp. 86-105, 2018.

CAPEL, Horácio. **Institutionalization of geography and strategies of change**. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. (ed.). *Human Geography: an essential anthology*. Blackwell Publishers, Oxford, pp. 66-94, 2001.

_____. **Filosofia y ciencia en la geografía, siglos XVI-XXI.** Investigaciones Geográficas, Boletín, N° 89, Instituto de Geografía, UNAM, México, pp. 5-22, 2016.

CARDOSO, Elizabeth et al. **Tijuca.** Pelo Grupo de Pesquisa em Habitação e Uso do Solo Urbano-PUR-UFRJ; Marcelo Braga Vasconcellos, ilustrações. Rio de Janeiro, Index, João Fortes Engenharia, 148 p., 1984.

CARMONA, Matthew. **Contemporary public space: critique and classification, part one: critique.** Journal of Urban Design, Vol. 15, N° 1, pp. 123-148, 2010.

CARVALHO, Amanda. **Das muitas praças que uma praça é: contribuição para o estudo de um sistema de espaços públicos no Rio de Janeiro.** In: Anais do XXIII Encontro Nacional de Geógrafos – A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia, São Luís, MA, pp. 1-8, 2016.

CASSEGARD, Carl. **Contestation and bracketing: the relation between public space and the public sphere.** Environment and Planning D: Society and Space, Vol. 32, pp. 689-703, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

_____. **Os elementos da estrutura urbana.** In: CASTELLS, Manuel. A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Coleção Pensamento Crítico, n. 48), pp. 201-294, 2001.

CASTRO, Iná. **O problema da escala.** In: Geografia Conceitos e Temas. CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo & Correa, Roberto (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Escala e pesquisa na geografia. Problema ou solução?** Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Vol. 4, N° 1, pp. 87-100, 2014

_____. **Espaços públicos como espaços políticos: o que isso quer dizer?** Geografares, Vol. 1, N° 26, pp. 12-33, 2018.

_____. **O espaço político: limites e possibilidades do conceito.** In: CASTRO, I; GOMES, P. & CORRÊA, R. Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 43-72. 2012.

GOMES, Paulo & Ribeiro, Leticia (Orgs.). **Introdução.** In: GOMES, P. & Ribeiro, L. Formas da sociabilidade: uma geografia dos espaços públicos no Rio de Janeiro. Inédito, 2020.

CECCATO, Vania. **Public space and the situational conditions of crime and fear.** International Criminal Justice Review, Vol. 26, N° 2, pp. 69-79, 2016.

CHACKO, Elizabeth; LOBO, Michele & TAY, Adeline. **Animating place: exploring encounters in diverse city.** Geographical Review, Vol. 106, N° 2, pp. 157-162, 2016.

- CHAPMAN, Joan & ROBERTSON, Margaret. **Adolescents' favorite places: redefining the boundaries between private and public space.** *Space and Culture*, Vol. 12, Nº 4, pp. 419–434, 2009.
- CHEAH, Pheng. **Inhuman conditions on cosmopolitanism and human rights.** Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press. 321 p., 2006.
- CHHIBBER, Pradeep. **Why are some women politically active? The household, public space, and political participation in India.** *International Journal of Comparative Sociology*, Vol 43, Nº 3-5, pp. 409-429, 2002.
- CHIU, Chihsin. **Contestation and conformity street and park skateboarding in New York city public space.** *Space and Culture*, Vol. 12, Nº 1, pp. 25-42, 2009.
- CHOAY, François. **O reino do urbano e a morte da cidade.** São Paulo, Proj. História, 1999.
- CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern Germany.** Prentice-Hall/Englewood Cliffs, 230p, 1966.
- CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia.** Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- COAFFEE, Jon; O'HARE, Paul & HAWKESWORTH, Marian. **The visibility of (in)security: the aesthetics of planning urban defenses against terrorism.** *Security Dialogue*, Vol. 40, pp. 489-511, 2009.
- CORCORAN, Mary. **Society, space and the public realm: beyond gated individualism.** *Irish Journal of Sociology*, Vol. 20, Nº 1. pp. 1-18, 2012.
- COOPER, Davina. **Regard between strangers: diversity, equality and the reconstruction of public space.** *Critical Social Policy*, Vol.18, Nº 4, pp. 465-492; 1998.
- COLBY, Charles. **Centrifugal and centripetal forces in urban geography.** *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 23, Nº 1, pp. 1-20, 1933.
- COLLINS, Tim. **Cultural geographies in practice: interventions in the rust belt: the art and ecology of post-industrial public space.** *Ecumene*, Vol. 7, Nº 4, pp. 461-467, 2000.
- CORRÊA, Roberto. **O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica.** *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Vol. 50, Nº 2, pp. 107-124, 1988a.
- _____. **A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos.** *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, Vol. 50, Nº 2, pp. 61-83, 1988b.
- _____. **Espaço: um conceito chave da geografia.** In: Castro, I. Gomes, P. & Corrêa, R. (orgs.). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.
- _____. **Trajetórias geográficas.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- _____. **Repensando a teoria das localidades centrais.** In: *Trajetórias Geográficas*. - Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Comércio e espaço: uma retrospectiva e algumas questões.** UFRJ. Instituto de Geociências. Departamento de Geografia. Textos LAGET, Série Pesquisa e Ensino, Nº 2, 2000.

_____. **Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente.** Revista Cidades. Vol. 9, Nº 16, pp. 199-218, 2011.

COSGROVE, Dennis. **Geography and vision: seeing, imagining, and representing the world.** New York: I.B.Tauris & Co Ltd, 2008.

CRANG, Mike. **Public space, urban space and electronic space: would the real city please stand up?** Urban Studies, Vol. 37, Nº 2, pp. 301-317. 2000.

CRAWFORD, David et al. **Do features of public open spaces vary according to neighborhood socio-economic status?** Health & Place, Vol. 14, pp. 889–893, 2008.

CRAWFORD, Margaret. **The world in a shopping mall.** In: SORKIN, Michael (Ed.) Variations on a theme park: the new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang, pp. 3-30, 1992.

_____. **Contesting the public realm: struggles over public space in Los Angeles.** Journal of Architectural Education., Vol. 49, Nº. 1, pp. 4-9, 1995.

CUPERS, Kenny. **Towards a nomadic geography: rethinking space and identity for the potentials of progressive politics in the contemporary city.** International Journal of Urban and Regional Research, Vol. 29, Nº 4, pp. 729–739, 2005.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil.** 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 123 p. 1997.

DAVIDSON, Ronald & ENTREKIN, Nicholas. **The Los Angeles coast as a public space.** The Geographical Review, Vol. 95, Nº 4, pp. 578-593, 2005.

DAVIS, Diane. **Zero-tolerance policing, stealth real estate development, and the transformation of public space: evidence from Mexico City.** Latin American Perspectives, Vol. 40, Nº 2, pp. 53-76, 2013.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles.** Tradução de Renato Aguiar. São Paulo: Scritta, 378 p., 1993.

_____. **Fortress Los Angeles: the militarization of urban space.** In: SORKIN, Michael (Ed.) Variations on a theme park: the new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang, pp. 154-180, 1992.

DAY, Kristen. **Being feared: masculinity and race in public space.** Environment and Planning A, Vol. 38, pp 569 – 586, 2006.

DEAR, Michael. **The postmodern urban condition.** California: Blackwell Publishing, 337 p., 2000.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Tradução em português. www.terravista.pt/IlhadoMel/1540 Fonte Digital base. Digitalização da edição em PDF originária de: www.geocities.com/projetoperiferia , 2003.

DE BACKER, Mattias; DIJKEMA, Claske, HÖRSCHELMANN, Kathrin. **Preface: the everyday politics of public space.** *Space and Culture*, Vol. 0, pp. 1-13, 2019.

DELYSER, Dydia. & STARRS, Paul. **Doing field work: editor's introduction.** *The Geographical Review*, Vol. 91, Nº 1-2, pp. iv-viii, 2001.

DEL RIO, Vicente. **Considerações sobre o desenho da cidade pós-moderna.** In: *Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR: Recife*, Vol. 1, pp. 685-714, 1997.

DERRIDA, Jacques. **On cosmopolitanism and forgiveness.** London and New York: Routledge, 60 p., 2005.

DE STEFANI, Elwys, & MONDADA, Lorenza. **Encounters in public space: how acquainted versus unacquainted persons establish social and spatial arrangements.** *Research on Language and Social Interaction*, Vol. 51, Nº 3, pp. 248–270, 2018.

DEUTSCHE, Rosalyn. **Art and public space: questions of democracy.** *Social Text*, Duke University Press, Nº 33, pp. 34-53, 1992.

DEVLIN, Ryan. **Global best practice or regulating fiction? Street vending, zero tolerance and conflicts over public space in New York, 1980–2000.** *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 0, pp. 1-16, 2018.

DUNCAN, James. & DUNCAN, Nancy. **Theory in the field.** *The Geographical Review* Vol. 91, Nº 1-2, pp. 399-406, 2001.

DIAMANT, Aminata. **New contours of public space in Africa.** *Diogenes*, Vol. 206, pp. 29–36, 2005.

DIJKEMA, Claske. **“If you can’t hear me, I will show you”:** insurgent claims to public space in a marginalized social housing neighborhood in France. *Space and Culture*, Vol. 0, pp. 1–13, 2018

DIXON, John; LEVINE, Mark & MCAULEY, Rob. **Locating impropriety: street drinking, moral order, and the ideological dilemma of public space.** *Political Psychology*, Vol. 27, Nº 2, pp. 187-206, 2006.

DOHERTY, Joe et al. **Homelessness and exclusion: regulating public space in european cities.** *Surveillance & Society*, Vol. 5, Nº 3, pp. 290-314, 2008.

DOMOSH, Mona. **Those gorgeous incongruities’: polite politics and public space on the streets of nineteenth-century New York city.** *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 88, Nº 2, pp. 209-226, 1998.

DONAVAN, Michael. **Informal cities and the contestation of public space: the case of Bogotá’s street vendors, 1988–2003.** *Urban Studies*, Vol. 45, Nº 1, pp. 29–51, 2008.

DOUZINAS, Costas. **Human rights and empire the political philosophy of cosmopolitanism.** Routledge-Cavendish is an imprint of the Taylor & Francis Group, 323 p., 2007.

DIJICK, José and POELL, Thomas. **Social media and the transformation of public space.** *Social Media and the Transformation of Public Space. Social Media + Society*, pp. 1–5, 2015.

DRIVER, Felix. **Editorial: field-work in geography.** Transactions of the Institute of British Geographers, Nº 25, pp. 267–268, 2000.

_____. **On geography as a visual discipline.** Editorial Board of Antipode, 2003.

DUNEIER, Mitchell. **Elijah Anderson on race relations and public space: beyond the primacy of the street.** Contemporary Sociology, Vol. 42, Nº 6, pp. 809, 814, 2013.

DWYER, Claire. & LIMB, Melanie. **Introduction: doing qualitative research in geography.** In: DWYER, C. & LIMB, M. (edit.) Qualitative Methodologies for Geographers: issues and debates. Co-published in the United States of America by Oxford University Press inc., 198 Madison Avenue, New York, pp. 1-22, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador Vol. I: uma história dos costumes.** Tradução de Ruy Junomann. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2ª Ed., 1994.

_____. **O processo civilizador Vol. II: formação do Estado e civilização.** Tradução de Ruy Junomann. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2ª Ed., 1994.

_____. **A sociedade dos indivíduos.** Organizado por Michael Schroter; tradução, Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ENGEL, Barbara. **Public space in the Blue Cities in Russia.** Progress in Planning, Vol. 66, pp.147–239, 2006.

ERKAN, Z. **Public spaces of post-industrial and their changing roles (1).** METU JFA, Vol. 24, Nº 1, pp. 115-137, 2007.

ERSINA, Sriany. **Urban corridor as a public space. Case study: Corridor Pantai Losari Street, Makassar city.** National Academic Journal of Architecture, Vol. 5, Nº 2, pp. 166-171, 2018.

EYLES, John. **Interpreting the geographical world: qualitative approaches in geographical research.** In: EYLES, J & SMITH, D (edit.). Qualitative Methods in Human Geography. Copyright by Polity Press in association with Basil Blackwell, Cambridge, Oxford, UK, pp. 1-16, 1988.

FELIX DE SOUZA, Andre. **Lapa: um lugar central para a sociabilidade noturna.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

_____. **Lapa: da sociabilidade na cidade para a sociabilidade da cidade.** Espaço Aberto, Vol.5, Nº 2, pp. 61-78, 2015.

_____. **Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão.** Geografares, Vol. 1, Nº 26, pp. 182-213, 2018.

FELIX DE SOUZA, Andre & CAMPOS, Igor. **A sociabilidade como jogo e o espaço público como arena.** In: GOMES, Paulo & RIBEIRO, Letícia (Org.). Formas da socialidade: uma geografia dos espaços públicos no Rio de Janeiro, p. 190, 2020.

- FERDMAN, Avigail. **Perfectionist public space: a political philosophy approach.** Space and Polity, Vol. 0, pp. 1-20, 2018.
- FERRER, Alicia. **Toward a democratization of the public space? Challenges for the twenty-first century.** The Handbook of Diasporas, Media, and Culture, pp. 255-268, 2019.
- FINE, Robert. **Cosmopolitanism.** London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group Press, 176 p., 2007.
- FISHER, Thomas. **Is public space a public good?** Green Build, Places, Vol. 17, N° 1, pp. 81-82, 2004.
- FONSECA, Maria. **Padrões sociais e uso do espaço público.** Caderno CRH, Salvador, Vol. 18, N° 45, p. 377-394, 2005.
- FORTUNA, Carlos. **Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico.** Revista Crítica de Ciências Sociais, Vol. 63, pp. 123-148, 2002.
- FOTIADI, Eva. **State interventions in public space in Athens and the mediatization of the crisis: Sustaining the unsustainable using precarity as a tool.** European Journal of Cultural Studies, Vol. 0, pp. 1–16, 2015.
- FRANCIS, Mark. **Control as a dimension of public space quality.** In: ALTMAN, Irwin & ZUBE, Ervin (ed.). Public Places and Spaces. New York and London, Plenum Press., pp. 147-169, 1989.
- FRASER, Nancy. **Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy.** Duke University Press. Social Text, N° 25/26, pp. 56-80, 1990.
- FREEMAN, James. **Democracy and danger on the beach, class relations in the public space of Rio de Janeiro.** Space and Culture, Vol. 5, N° 1, pp. 9-28, 2002.
- _____. **Great, good, and divided: the politics of public space in Rio de Janeiro.** Journal of Urban Affairs, Vol. 30, N° 5, pp. 529-556, 2008.
- FRERS, Lars and MEIER, Lars. **The limits of resistance in public spaces.** Space and Culture, Vol. 20, N° 2, pp. 124–126, 2017.
- FRIAS, Renato. **Uma trilha sonora no largo da carioca: caminhadas de escuta e observação.** Geografares, vol. 1, N° 26, pp., 2018.
- FRÚGOLI, Heitor. **Sociabilidade urbana.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2007
- GERRARD, Jessica & FARRUGIA, David. **The ‘lamentable sight’ of homelessness and the society of the spectacle.** Urban Studies, Vol. 52, N° 12, pp. 2219–2233, 2015.
- GHAVAMPOUR, Ensiyeh; DEL AGUILA, Mark; &VALE, Brenda. **GIS mapping and analysis of behavior in small urban public spaces.** Royal Geographical Society, Area, pp. 1-10, 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker, São Paulo, Editora Unesp, 1991.

GINSBORG, Hannah. **Empirical concepts and the content of experience**. European Journal of Philosophy, forthcoming, pp. 1-45, 2006.

GODFREY, Brian & ARGUINZONI, Olivia. **Regulating public space on the beachfronts of Rio de Janeiro**. The Geographical Review, Vol. 102, Nº 1, pp. 17-34, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Tradução de Fábio Rodriguez Ribeiro da Silva. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **The interaction order**. American Sociological Review, Vol. 48, Nº 1, pp. 1-17, Feb, 1983.

GOHEEN, Peter. **Public space and the geography of the modern city**. Progress in Human Geography, Vol. 22, Nº 4, pp. 479-496, 1998.

GÓIS, Marcos. **Espaços públicos e vida noturna**. Geografares, Vol. 1, Nº 26, pp. 69-85, 2018.

GOLDIE, Cassandra. **Living in public space: a human rights wasteland?** Alternative Law Journal, Vol. 27, Nº 6, pp. 277-281, 2002.

GOMES, Paulo. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. **Geografia fin de siècle o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões**. In: Castro, I. Gomes, P. & Corrêa, R. (org), Explorações Geográficas, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, pp.13-42, 1998.

_____. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 3ª Ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A cultura pública e o espaço: desafios metodológicos**. In: ROSENDHAL, Z. e CORRÊA, R. L. (org.) Religião, Identidade e Território. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

_____. **O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão**. In: Cidades 4: pp. 249-266. Presidente Prudente, 2004.

_____. **Cenários da vida urbana: imagens, espaços e representações**. Cidades 5: p. 9-16. Presidente Prudente, 2008.

_____. **A longa constituição do olhar geográfico**. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Vol. 1, Nº 1, pp. 1-7, 2012.

_____. **Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço**. In: CASTRO, I; GOMES, P. & CORRÊA, R. Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 19-41. 2012.

_____. **O Lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2013.

_____. **Quadros geográficos: uma forma de ver, uma forma de pensar.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GOMES, Paulo & RIBEIRO, Leticia. **Espaços públicos como lugares da política.** Geografares, Vol. 1, N° 26, pp. 5-11, 2018.

GOMES, Paulo & RIBEIRO, Leticia. **Introdução.** In: GOMES, Paulo & RIBEIRO, Leticia (Org.). Formas da socialidade: uma geografia dos espaços públicos no Rio de Janeiro. p. 190, 2020.

GOMES, Pedro. **The birth of public space privatization: how entrepreneurialism, convivial urbanism and stakeholder interactions made the Martim Moniz square, in Lisbon, 'privatization-ready.** European Urban and Regional Studies, Vol. 0, pp.1–15, 2019.

GOODSELL, Charles. **The concept of public space and its democratic manifestations.** The American Review of Public Administration, Vol. 33, N° 4, pp. 361-383, 2003.

GORDAN, Daniel. **Citizens without sovereignty: equality and sociability in French Thought, 1670-1789.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, p. 270, 2017.

GOSS, John. **The 'magic of mall': an analysis of form, function, and meaning in the contemporary retail-built environment.** Annals of Association of American Geographers, Vol. 83, N° 1. pp. 45-75, 1999.

_____. **Once-upon-a-time in the commodity world: an unofficial guide to mall of America.** Annals of the Association of American Geographers, Vol. 89, N° 1. pp. 18-47. 1993.

GOVERDE, Henri. **Politics and public space: the Amsterdam dam square urban ensemble in cultural geographic perspective.** International conference 'Nature, Nation and Society'. Reconsidering "Politics" in Social and Political Geography. University of Nijmegen, The Netherlands, June 13-15, 2002.

GUINARD, Pauline. **Redefining publics, artists, and urban spaces: the case of made in Musina, South Africa.** City & Society, Vol. 30, N° 1, pp. 117–135, p. 2018.

GRANZOW, Michael. **The production of public space in a small Canadian city: an analysis of spatial practices in the revitalizing of Galt Gardens.** Space and Culture, Vol. 0, pp. 1–15, 2017.

GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, J & WHATMORE, S. (edit.). **Cosmopolitanism.** In: The Dictionary of Human Geography. 5° Edition, A John Wiley & Sons, Ltd. Publication, pp. pp. 117-118, 2009.

_____. **Fieldwork.** In: The Dictionary of Human Geography. 5° Edition, A John Wiley & Sons, Ltd. Publication, pp. 251-252, 2009.

GREGORY, Derek & URRY, John. **Introduction.** In: GREGORY, Derek & URRY, John (Ed.). Social relations and spatial structures. London: The Macmillian Press, 440 p., 1985.

GRIFFET, Jean & L'AOUSTET, Olivier. **Sharing public space**. *Space & Culture*, Vol. 7, N° 2, pp. 173-187, 2004.

GROMMÉ, Francisca. **Provocation: technology, resistance and surveillance in public space**. *Environment and Planning D: Society and Space*, Vol. 0, N° 0, pp. 1–18, 2016.

HAAS, Tigran & OLSSON, Krister. **Transmutation and reinvention of public spaces through ideals of urban planning and design**. *Space and Culture*, Vol. 17, N° 1, pp. 59– 68, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Trad. Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro. Editora Tempo Brasileiro, 1984.

HAGGETT, Peter. **Locational analysis in human geography**. London: Edward Arnold. 1971.

HAGGETT, Peter & CHORLEY, Richard. **Network analysis in geography**. London: Edward Arnold, 1972.

HAIJARI, Marjan. **Improving urban life through urban public spaces: a comparison between Iranian and Australian cases**. Universitas 21 International Graduate Research Conference: Sustainable Cities for the Future Melbourne & Brisbane. Nov 29 – Dec 5, 2009.

HANKINS, Katherine & POWER, Emily. **The disappearance of the state from “livable” urban spaces**. *Antipode*, Vol. 41, N° 5, pp. 845-866, 2009.

HARVEY, David. **Social justice and the city**. Blackwell Published, 336p. 1988

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 14ª ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 349 p. 2003.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 236 p., 2011.

HARTSHORNE, Richard. **The nature of geography**. Copyright, 1939, 1949 by the Association of American Geographers, 1951.

_____. **Questões sobre a natureza da geografia**. Rio de Janeiro, I. P. G. H., Comissão de Geografia, Textos básicos, 1969.

HASKINS, Ekaterina & DEROSE, Justin. **Memory, visibility, and public space: reflections on commemoration(s) of 9/11**. *Space & Culture*, Vol. 6, N° 4, pp. 377-393, 2003.

HEUVEL, Danielle. **Gender in the streets of the premodern city**. *Journal of Urban History*, Vol. 45, N° 4, pp. 693–710, 2019.

HOOD, Clifton. **Changing perceptions of public space on the New York rapid transit system**. *Journal of Urban History*, Vol. 22, N° 3, pp. 308-331, 1996.

HOOFT, Stan & VANDEKERCKHOVE, Wim. **Questioning cosmopolitanism**. London: Springer, 229 p., 2010.

HOLSTON, James. **Spaces of insurgent citizenship**. In L. Sandercock (Ed.), *Making the invisible visible, a multicultural planning history*. London: University of California Press, pp. 37-56, 1998.

HOUSSAY-HOLZSCHUCH, Myriam & TEPPPO, Annika. **A mall for all? Race and public space in post-apartheid Cape Town**. *Cultural Geographies*, Vol. 16, N° 3, pp. 351–379, 2009.

HOUSSAY-HOLZSCHUCH, Myriam & THÉBAULT, Emma. **Dis-locating public space: Occupy Rondebosch Common, Cape Town**. *Environment and Planning A: Economy and Space*, Vol. 49, N° 3, pp. 555–571, 2016.

HOUSTON, Christopher. **The brewing of islamist modernity: tea gardens and public space in Istanbul**. *Theory, Culture and Society*. Vol. 18, N° 6, pp. 77-97, 2001.

HOPKINS, Jeffrey. **West Edmonton mall: landscape of myths and elsewhere**. *The Canadian Geographer*, Vol. 34, N° 1, pp. 2-17. 1990.

HOWELL, P. **Public space and the public sphere: political theory and the historical geography of modernity**. *Environment and Planning 0: Society and Space*, Vol. 11, pp. 303-322, 1993.

HUMBOLDT, Alexander. **Cosmos: ensayo de una descripción física del mundo**. Bélgica: Vertido al castellano. Eduardo Perié. Tomo 1, p. 294, 1875.

HUMPHREYS, Lee. **Mobile social networks and urban public space**. *New Media & Society*, Vol. 12, N° 5, pp. 763–778, 2010.

HUNT, Stacey. **Citizenship's place: the state's creation of public space and street vendors' culture of informality in Bogota**, Colombia Stacey. *Environment and Planning D: Society and Space*, Vol. 27, pp. 331- 351, 2009.

IVESON, Kurt. **'Making space public' through occupation: the aboriginal tent embassy, Canberra**. *Environment and Planning A*, Vol. 49, N° 3, pp. 537–554, 2017.

_____. **The city versus the media? Mapping the mobile geographies of public address**. *International Journal of Urban and Regional Research* Vol. 33 N° 1, pp. 241–244, 2009.

JACOBS. Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo. Tradução de Carlos Mendes Rosa. Martins Fontes, 2003.

JACKSON, Lucy & VALENTINE, Gill. **Performing “moral resistance”? Pro-Life and pro-choice activism in public space**. *Space and Culture*, Vol. 20, N° 2, pp. 221-238, 2017.

JACKSON, Lucy, HARRIS, Catherine & VALENTINE, Gill. **Rethinking concepts of the strange and the stranger**. *Social & Cultural Geography*, Vol. 0, pp. 1-15, 2016.

JACKSON, Peter. **Domesticating the street: the contested spaces of the high street and mall.** In: FYFE, Nicholas (Ed). *The Images of the street: planning, identity and control in public space.* London and New York, Routledge, pp. 176-191, 1998.

JACKSON, Peter & SMITH, Susan. **Exploring social geography.** London: G. Allen and Unwin, 239 p., 1984.

JACOBSEN, Michael (Ed.) **The interactionist imagination studying meaning, situation and micro-social order.** London, Palgrave Macmillan imprint, p. 442. 2017.

JAYNE, Mark; HOLLOWAY, Sarah & VALLENTINE, Gill. **Drunk and disorderly: alcohol, urban life and public space.** *Progress in Human Geography*, Vol. 30, N° 4, pp. 451–468, 2006.

JENLINK, Patrick. **Creating public spaces and practiced places for democracy, discourse, and the emergence of civil society.** *Systemic Practice and Action Research*, Vol. 20, N° 5, pp. 429-440, 2007.

JIMÉNEZ, Carmen; FABRE A. **Análisis de un espacio público de uso juvenil: el botellódromo en granada.** *Geografares*, Vol. 1, N° 26, pp. 34-52, 2018.

JOHANSSON, Klara; LAFLAMME, Lucie & ELIASSON, Mirian. **Adolescents' perceived safety and security in public space - a Swedish focus group study with a gender perspective.** *Young*, Vol. 20, N° 1, pp. 69–88, 2012.

JOHNSEN, Sarah; CLOKE, Paul & MAY, Jon. **Day centres for homeless people: spaces of care or fear?** Centre for Housing Policy, University of York. Final Print Ready Version, 1 April, 2005.

JOHNSON, Asal & MILES, Rebecca. **Toward more inclusive public spaces: learning from the everyday experiences of Muslim Arab women in New York City.** *Environment and Planning A*, Vol. 46, pp. 1892-1907, 2014.

JOHNSTON, Ron. **Paradigms and revolution or evolution?** In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. (ed.). *Human Geography: an essential anthology.* Blackwell Publishers, Oxford, pp. 37-53, 2001.

JOHNSTONE, Craig. **After the asbo: extending control over young people's use of public space in England and Wales.** *Critical Social Policy*, Vol. 36, N° 4, pp. 716–726, 2016.

JOSEPH, Isac. **Erving Goffman e a microssociologia.** Tradução: Cibele Saliba Rizek - Rio de Janeiro: Editora FGV, 96 p., 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Social representations, public life, and social construction [online].** London: LSE Research Online. Available at: <http://eprints.lse.ac.uk/2649> 2001.

JUPP, Eleanor. **Participation, local knowledge and empowerment: researching public space with young people.** *Environment and Planning A*, Vol. 39, pp. 2832 – 284, 2007.

KANG, J & ZHANG, M. **Semantic differential analysis of the soundscape in urban open public spaces.** *Building and Environment*, Vol. 45, pp. 150–157, 2010.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita.** Tradução de Artur Morão, Editora LusoSofia, pp. 1-22. 1784.

KARRHOLM, Mattias. **Conceptual discussion of territoriality, materiality, and the everyday life of public space.** *Space and Culture*, Vol. 10, Nº 4, pp. 437-453, 2007.

KÄRRHOLM, Mattias & WIRDELÖV, Johan. **The neighborhood in pieces: the fragmentation of local public space in a Swedish housing area.** *International journal of urban and regional research*, Vol. 0, pp. 1-18, 2019.

KATZ, Cindi. **Playing in the field: questions of fieldwork in geography.** *Professional Geographer*, Vol. 46, Nº 1, pp. 67-72, 1994.

KEITH, Michael. **Racialization and the public spaces of the multicultural city.** In: MURJI, Karim & SOLOMOS, John. *Racialization: studies in theory and practice.* Chapter 12, pp. 251-272, 2004.

KENDALL, Gavin, WOODWARD, Ian & SKRBIS, Zlatko. **The sociology of cosmopolitanism globalization, identity, culture and government.** Palgrave Macmillan, 177 p., 2009.

KENNELLY, Jacqueline & WATT, Paul. **Restricting the public in public space: the london 2012 olympic games, hyper securitization and marginalized youth.** *Sociological Research Online*, Vol. 18, Nº 2, pp.1-6, 2013.

KENZER, M. & RUNDSTROM, R. **The decline of fieldwork in human geography.** *Professional Geographer*, Vol. 41, Nº 3, pp. 294-303, 1989.

_____. **On Wilson, regionalism, and the decline of fieldwork in human geography.** *Professional Geographer*, Vol. 42, Nº 2, pp. 223-226, 1990.

KILIAN, Ted. **Public and private, power and space.** In: LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan (Ed.). *The production of public space.* Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 115, 134, 1998.

KIRBY, Andrew. **The production of private space and its implications for urban social relations.** *Political Geography*, Vol. 27, Nº 1, pp. 74-95, 2008.

KIZILDERE, Dicle & CHIODELLI, Francesco. **Discrete emergence of neoliberal policies on public space: an informal Business Improvement District in Istanbul, Turkey.** *Urban Geography*, Vol. 0, pp. 1-20, 2017.

KLAUSER, Francisco. **Difficulties in revitalizing public space by CCTV: Street prostitution surveillance in the Swiss city of Olten.** *European Urban and Regional Studies*, Vol. (14), Nº 4, pp. 337–348, 2007.

KOCK, Regan & LATHAN, Alan. **On the hard work of domesticating a public space.** *Urban Studies Journal*, Vol. 50, Nº 1, pp. 6–21, 2012.

KOFMAN, Eleonore. **Citizenship for some but not for others: spaces of citizenship in contemporary Europe.** *Political Geography*, Vol. 14, Nº 2, pp. 121-137, 1995.

KOHN, Margaret. **Brave new neighborhoods: the privatization of public space.** New York and London: Routledge. 232 p., 2004.

_____. **Homo spectator: public space in the age of the spectacle.** *Philosophy & Social Criticism*, Vol 34, N° 5, pp. 467–486, 2008.

KOOHSARI, Mohammad et al. **Public open space and walking: the role of proximity, perceptual qualities of the surrounding built environment, and street configuration.** *Environment and Behavior*, Vol. 45, N° 6, pp. 706–736, 2013.

KRUSE, Kevin. **The politics of race and public space: desegregation, privatization, and the Tax Revolt in Atlanta.** *Journal of Urban History*, Vol. 31, N° 5, pp. 610-633, 2005.

KUMAR, Krishan & MAKAROVA, Ekaterina. **The portable home: the domestication of public space.** *Sociological Theory*, Vol. 26, N° 4, pp. 324-343, 2008.

KUMIN, Beat. **Drinking and public space in early modern German lands.** *Contemporary Drug Problems* 32/Spring, pp. 9-27, 2005

LAMB, Karen et al. **Public open space exposure measures in Australian health research: a critical review of the literature.** *Geographical Research*, Vol. 57, N° 1, pp. 67–83, 2019.

LANG, Steven & ROTHENBERG, Julia. **Neoliberal urbanism, public space, and the greening of the growth machine: New York city's high line park.** *Environment and Planning A*, Vol. 0, pp. 1–19, 2016.

LANGEGGER, Sig. **Right-of-way gentrification: conflict, commodification and cosmopolitanism.** *Urban Studies*, Vol. 0, pp. 1–19, 2015.

LARA, Maria Pia. **The frail emergency of Mexico's democracy: conquering public space.** *Thesis Eleven*, N° 53, pp. 65-78, 1998.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: 34 Literatura, 1ª edição, p. 149, 1994.

LEE, Nelson. **How is a political public space made? The birth of Tiananmen Square and the may fourth movement.** *Political Geography*, Vol. 28, N° 1, pp. 32–43, 2009.

LEE, Sungduck. **Understanding the context of neighborhood parks: a method for public space classification.** *Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability*, Vol. 0, pp. 1-24, 2018.

LEES, Lynn. **Urban public space and imagined communities in the 1980s and 1990s.** *Journal of Urban History*, Vol. 20, N° 4, pp. 443-465, 1994.

LEFEBVRE, Henri. **Part II: the right to the city.** In: LEFEBVRE, Henri. *Writings on cities.* Selected, translated and introduced by Eleonore Kofman and Elizabeth Lebas. Blackwell Publisher, 250 p. 2000.

LEITE, Rogério. **Contra usos e espaços públicos: notas sobre a construção social dos lugares na Mangue town.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, N° 49, pp. 115-134, 2002.

- LEONARD, Philip. **Nationality between poststructuralism and postcolonial theory: a new cosmopolitanism.** Palgrave Macmillan, 198 p. 2005.
- LEORKE, Dale. **The struggle to reclaim the city: an interview with Michael Sorkin.** Space and Culture, Vol. 18, N° 1, pp. 98–105, 2015.
- LOUNSBURY, John. & ALDRICH, Frank. **Introduction to geographic field methods and techniques.** Charles E. Merrill Publishing Company A Bell E Howell Company, Columbus, Ohio, 1986.
- LIÃO, Tony & HUMPHREYS, Lee. **Layar-ed places: using móbile augmented reality to tactically reengage, reproduce, and reappropriate public space.** New Media & Society, pp. 1–18, 2014.
- LIEBERG, Mats. **Teenagers and public space.** Communication Research, Vol. 22, N° 6, pp. 720-744, 1995.
- LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan. **Introduction.** In: LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan (Ed.). The production of public space. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 268 p., 1998.
- LIESHOUT, Maartje & AARTS, Noelle. **“Outside is where it’s at!” Youth and immigrants’ perspectives on public spaces.** Space and Culture, Vol. 11, N° 4, pp. 497-513, 2008.
- LISTERBORN, Carina. **Geographies of the veil: violent encounters in urban public spaces in Malmö, Sweden.** Social & Cultural Geography, Vol. 16, N° 1, pp. 95–115, 2015.
- LIVINGSTONE, David. **The geographical tradition: episodes in the history of a contested enterprise.** Blackwell Publishers, Oxford, p. 434, 1992.
- LOBO, Michele. **Co-inhabiting public spaces: diversity and playful encounters in Darwin, Australia.** Geographical Review, Vol. 106, N° 2, pp. 163–173, 2016.
- _____. **Everyday multiculturalism: catching the bus in Darwin, Australia.** Social & Cultural Geography, Vol. 15, N° 7, pp. 714-729, 2014.
- LOW, Setha; TAPLIN, Dana & SCHELD, Suzanne. **Rethinking urban parks: public space and cultural diversity.** Texas, University of Texas Press. 240 p. 2005.
- LOW, Setha & SMITH, Neil. **Introduction.** In: LOW, Setha & SMITH, Neil (Ed.). The politics of public space. London and New York, Routledge Taylor & Francis Group, 2006.
- LYOTARD Jean-François. **O pós-moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MACHADO, Ana. **Da política dos espaços públicos: esfera pública e política urbana no caso do ecolimite da Rocinha.** Geografares, Vol. 1, N° 26, pp. 221-235, 2018.
- MACHADO, Guilherme. **Dos espaços da sociabilidade aos espaços da ação política: transfiguração de ruas e praças em espaços políticos.** Geografares, Vol. 1, N° 26, pp. 214-234, 2018.

- MCKENZIE, Roderick. **El ámbito de la ecología humana.** In: THEODORSON, G. *Estudios de Ecología Humana.* Editorial Labor, S. A. Calabria. Barcelona, 1974.
- MADDEN, David. **Revisiting the end of public space: assembling the public in an urban park.** *City & Community*, Vol, 9, N° 2, pp. 187-207, 2010.
- MALONE, Karen. **Street life: youth culture and competing uses of public space.** *Environment & Urbanization*, Vol 14, N° 2, pp. 157-168 2002.
- MANDICH, Giuliana & CUZZOCREA, Valentina. **“Domesticating” the city: family practices in public space.** *Space and Culture*, pp. 1-13, 2015.
- MANNARINI, Terri; FEDI, Angela & TRIPPETTI, Stefania. **Public involvement: how to encourage citizen participation.** *Journal of Community & Applied Social Psychology*, Vol. 20, pp. 262–274, 2009.
- MANTEY, Dorota & KEPKOWICZ, Agnieszka. **Types of public spaces: the Polish contribution to the discussion of suburban public space.** *The Professional Geographer*, Vol. 0, pp. 1–22, 2018.
- MATHEWSON, Kent. **Between 'in camp' and 'out of bounds': notes on the history of fieldwork in American geography.** *The Geographical Review*, Vol. 91, N° 1-2, pp. 215-224, 2001.
- MCQUIRE, Scott. **Rethinking media events: large screens, public space broadcasting and beyond.** *New Media & Society*, Vol. 12, N° 4, pp. 567–582, 2010.
- MCCONNACHIE, M & SHACKLETON. **Public green space inequality in small towns in South Africa.** *Habitat International*, Vol. 34, pp. 244–248, 2010.
- MCCURDY, Gilbert. **From Fort George to the fields: the public space and military geography of revolutionary New York city.** *Journal of Urban History*, Vol. 44, N° 4, pp. 625–642, 2018.
- MEDINA, Ricardo. **Cosmopolitanism and democracy beyond states: the cosmopolitan democracy project.** *European Scientific Journal*, Especial Edition, Vol. 4, pp. 144-152, 2013.
- MEIER, Lars. **Transformations of public space and the limits of resistance in biographic narratives of workers.** *Space and Culture*, Vol. 20, N° 2, pp. 156-169, 2017.
- MENSCH, James. **Public space.** *Continental Philosophy Review*, Vol. 40, pp. 31–47, 2007.
- MELUCCI, Alberto & AVRITZER, Leonardo. **Complexity, cultural pluralism and democracy: collective action in the public space.** *Social Science Information*, Vol. 39, N° 4, pp. 507–527, 2000.
- MELIK, Rianne; AALST, Irina & WEESEP, Jan. **The private sector and public space in Dutch city centers.** *Cities*, Vol. 26, pp. 202-209, 2009.
- MICKIEWICZ, Paulina. **Access and its limits: the contemporary library as a public space.** *Space and Culture*, Vol. 0, pp. 1–14, 2015.

MILANOVIC', Aleksa. **Public space and a knot of visibility: genders and sexualities exposed.** AM Journal, N° 14, pp. 113-122, 2017.

MINTON, Anna. **The paradox of safety and fear: security in public space.** Architectural Design, Vol. 88, N° 3, pp. 84–91, 2018.

MITCHELL, Don. **The end of public space? people's park, definitions of the public and democracy.** Annals of the Associations of American Geographers, Vol. 85, N° 1, pp. 108-133, 1995.

_____. **The right to the city: social justice and the fight for public space.** New York: The Guilford Press, 2003.

_____. **People's park again: on the end and ends of public space.** Environment and Planning A, Vol. 0, pp. 1–16, 2016.

MITCHELL, Jonathan. **What public presence? Access, commons and property right.** Social and Legan Studies, Vol. 17, N° 3, pp. 351–367. 2008.

MOLNÁR, Virág. **Reframing public space through digital mobilization: flash mobs and contemporary urban youth culture.** Space and Culture Vol. 17, N° 1, pp. 43– 58, 2014.

MOSS, Christopher & MOSS, Kate Moss. **Out of sight: social control and the regulation of public space in Manchester.** Social Science, Vol. 8, N° 146, pp. 1-11, 2019.

MORAIS, Marcelo. **A participação na construção de espaços políticos pelos umbandistas no município do Rio de Janeiro: visibilidade, reconhecimento e representatividade política.** Geografares, Vol. 1, N° 26, pp., 2018.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** 2ª Ed., São Paulo: M. Fontes, 741 p., 1982.

NACHI, Mohamed. **The construction of religion as a 'public problem': the emergence of Islam in the public space during Tunisia's transition to democracy (2011–14).** Social Science Information, Vol. 0, pp. 1–16, 2016.

NAMASTE, Ki. **Genderbashing: sexuality, gender, and the regulation of public space.** Environment and Planning D; Society and Space, Vol. 14, pp. 221-240, 1996.

NAVA, Mica. **Visceral cosmopolitanism: gender, culture and the normalisation of difference.** Berg Editorial offices, 209 p., 2007.

NÉMETH, Jeremy. **Controlling the commons: how public is public space?** Urban Affairs Review, Vol. 48, N° 6, pp. 811-835, 2012.

_____. **Defining a public: the management of privately owned public space.** Urban Studies, Vol. 46, N° 11, pp. 2463–2490, 2009.

NÉMETH, Jeremy & SCHIMIDT, Stephen. **The privatization of public space: modeling and measuring publicness.** Environment and Planning B: Planning and Design, Vol. 38, pp. 5-23, 2011.

NGUYEN, Hoa. **From pedestrian thoroughfare to public space: the social life of the esplanade underpass.** The Journal for undergraduate Ethnography, Vol. 9, N° 1, 2019

NISSEN, Sylke. **Urban transformation from public and private space to spaces of hybrid character.** Sociological Review, Vol. 44, N° 6, pp. 1129-1149, 2008.

NOVAC, David. **The arts of gentrification: creativity, cultural policy, and public space in Kamagasaki.** City & Society, Vol. 0, pp. 1–25, 2019.

NOWICKA, Magdalena & ROVISCO, Maria. Rovisco (Ed). **Cosmopolitanism in practice.** Ashgate e-Book, 204, p., 2009.

OGUZ, Dicle & ÇAKCI, Isis. **Changes in leisure and recreational preferences: A case study of Ankara.** Scientific Research and Essays, Vol. 5, N° 8, pp. 721-729, 2010.

OKANO, Hirosh & SAMSON, Danny. **Cultural urban branding and creative cities: a theoretical framework for promoting creativity in the public spaces.** Cities, Vol. 27, pp. 10–15, 2010

OLARTE, Carolina & WALL, Illan. **The occupation of public space in Bogota': internal displacement and the city.** Social & Legal Studies, Vol. 21, N° 3, pp. 321–339, 2012.

O'NEIL, Mary. **Being seen: headscarves and the contestation of public space in Turkey.** European Journal of Women's Studies, Vol. 15, pp. 101-115, 2008.

OPPEWAL, Harmen & TIMMERMANS, Harry. **Modeling perception of public space in shopping centers.** Environment and Behavior, Vol. 31 N° 1, pp. 45-65, 1999.

ORUM, Anthony. **Public man and public space in Shanghai today.** American Sociological Association. City & Community, Vol. 8, N° 4, pp. 369-389, 2009.

OZDEMIR, Aydin. **Shopping malls: measuring interpersonal distance under changing conditions and across cultures.** Field Methods, Vol. 20, N° 3, pp. 226-248, 2008.

PAOLI, Maria Celia. **Citizenship, inequalities, democracy and rights: the making of a public space in Brazil.** Social and Legal Studies., Vol. 1, pp. 143-159, 1992.

PARK, Robert. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano.** Reproduzido de American Journal of Sociologiy, XX, (março de 1916), pp. 577-612. In: VELHO, O (org.) O fenômeno Urbano. Traduzido por Sérgio Marques dos Reis. Rio de Janeiro: 2ª Edição, Zahar Editores, 1973.

PARKINSON, John. **Democracy and public space: the physical sites of democratic performance.** New York: Published in the United States by Oxford University Press Inc., 246 p., 2012.

_____. **How is space public? Implications for spatial policy and democracy.** Environment and Planning C: Government and Policy, Vol. 31, pp. 682-699, 2013.

PARR, Hester. **Mental health, public space, and the city: questions of individual and collective access.** Environment and Planning D: Society and Space, Vol. 15, pp. 435 454, 1997.

_____. **Feeling, reading, and making bodies in space.** *The Geographical Review*, Vol. 91, N° 1-2, pp. 158-167, 2001.

PERREM, John. **Immigrant parents' everyday encounters with exclusion and public space mobilities: 'some type of force field'.** *Space and Polity*, Vol. 22, N° 1, pp. 1-14, 2018.

POPKE, Jeff. **Geography and ethics: spaces of cosmopolitan responsibility.** *Progress in Human Geography*, Vol. 31, N° 4, pp. 509-518, 2007.

POPKE, Jeffrey & BALLARD, Richard. **Dislocating modernity: identity, space and representations of street trade in Durban, South Africa.** *Geoforum*, Vol. 35, pp. 99-110, 2004.

PORTA, Sergio. **The community and public spaces: ecological thinking, mobility and social life in the open spaces of the city of the future.** *Futures*, Vol. 31, pp. 437-456, 1999.

PRADELLEM, Michèle. **Market exchange and the social construction of a public space.** *FCS*, vi, pp. 359-371, England, 1995.

PUEL, Gilles, FERNANDEZ, Valérie. **Socio-technical systems, public space and urban fragmentation: the case of 'cybercafe's' in China.** *Urban Studies Journal*, Vol. 49, N° 6, pp. 1297-1313, 2012.

PULSIPHER, Lydia. **Our maroon in the now-lost landscapes of Montserrat.** *The Geographical Review*, Vol. 91, N° 1-2, pp. 132-142, 2001.

PURNELL, David. **Public parks: third places or places eliciting moral panic?** *Qualitative Inquiry*, Vol. 25, N° 6, pp. 531-534, 2019.

RANASINGHE, Prashan. **Public disorder and its relation to the community-civility-consumption triad: a case study on the uses and users of contemporary urban public space.** *Urban Studies Journal*, Vol. 48, N° 9, pp. 1925-1943, 2011.

RAITZ, K. **Field observation, archives, and explanation.** *The Geographical Review*, Vol. 91, N° 1-2, pp. 121-131, 2001.

RATZEL, Friedrich. **Geografia do homem.** In: Ratzel. MORAES, A (Org.). São Paulo-São Paulo: Editora Ática (Col. Grandes Cientistas Sociais.), 1990.

REDLICH, Jeremy. **Representations of public spaces and the construction of race in Yoko Tawada's "Bioskoop der Nacht".** *The German Quarterly*, Vol. 90, N° 2, pp. 196-211, 2017.

RENNELS, T & PURNELL, D. **Accomplishing place in public space: autoethnographic accounts of homelessness.** *Journal of Contemporary Ethnography*, Vol. 46, N° 4, pp. 490-513, 2015.

REYES, Rodrigo & JUÁREZ, José. **The right to work on the street: public space and constitutional rights.** *Planning Theory*, Vol. 13, N° 4, pp. 370-386, 2014.

REZENDE, Cláudia. **Os limites da sociabilidade: 'cariocas' e 'nordestinos' na Feira de São Cristóvão.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 28, 2001.

RIBEIRO, Leticia. & GOMES, Paulo. **A produção de imagens para a pesquisa em geografia.** Espaço e Cultura, UERJ, N° 33, pp. 27-42, 2013.

RISHBETH, Clare & ROGALY, Ben. Sitting outside: **Conviviality, self-care and the design of benches in urban public space.** Transactions of the Institute of British Geographers, Vol. 43, pp. 284–298, 2018.

RITTER, Carl. **Comparative geography.** Translated by Willian L. Gage. Philadelphia J. B. Lippincott & Co., 1865.

ROBAINA, Igor & RIBEIRO, Leticia. **Editorial, espaços públicos, espaços políticos: olhares geográficos.** Geografares, Vol. 1, N° 26, pp. 3-4, 2018.

ROBERTS, John. **Public spaces of dissent.** Sociology Compass, Vol. 2, N° 2, pp. 654–674, 2008.

RODGERS, Scott. **The architectures of media power: editing, the newsroom, and urban public space.** Space and Culture, Vol. 17, N° 1, pp. 69–84, 2014.

ROSEWARNE, Lauren. **The men's gallery outdoor advertising and public space: gender, fear, and feminism.** Women's Studies International Forum, Vol. 28, pp. 67–78, 2005.

ROSE, Gillian. **Geography as a science of observation: the landscape, the gaze and masculinity.** In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. (ed.). Human Geography: an essential anthology. Blackwell Publishers, Oxford, pp. 341-350, 2001.

_____. **On the need to ask how, exactly, is geography 'visual'?** Editorial Board of Antipode. 2003.

ROSE, Lili & AGUIAR, Oliveira. **Tijuca de rua em rua: da Praça da Bandeira ao Alto da Boa Vista.** Rio de Janeiro, Editora Rio, 255p., 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** Tradução de Rolando Roque da Silva. Edição eletrônica, Ridendo Castigat Mores. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>

ROUTLEDGE, Paul. **Within the river: collaboration and methodology.** The Geographical Review, Vol. 91, N° 1-2, pp. 113-120, 2001.

ROUX, Dominique & GUILLARD, Valérie. **Circulation of objects between strangers in public space: an analysis of forms of sociality among disposers and gleaners.** Recherche et Applications en Marketing, Vol. 0, pp. 1–19, 2016.

RYAN, Mary. **Public space and private lives: comments.** Journal of Urban History, Vol. 37, N° 1, pp. 68–72, 2011.

SADEGHI, Ali. **Relationship among religious orientation, individual attributes, and presence of people in urban public space.** Journal of Religion and Health, Vol. 0, pp. 1-23, 2019.

SAUNDERS, Robert. **Home and away: bridging fieldwork and everyday life.** The Geographical Review, Vol. 91, N° 1-2, pp. 88-94, 2001.

ŞAHİN, Kadir. **The erosion of public space and the collapse of agoras: an evaluation of the gated communities in Istanbul.** Journal of History Culture and Art Research, Vol. 6, Nº 6, pp. 350-376, 2017.

SANTOS, Alexandre; LEITE, Márcia & FRANCA, Nahyda (orgs.). **Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca.** Rio de Janeiro, IBASE, 96 p., 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: 7ª edição, Editora da Universidade de São Paulo, 176 p., 2007.

SAUER, Carl. **A morfologia da paisagem.** Traduzido por Gabrielle Corrêa Braga. In: CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z (Org.), Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 12-74, 1998

SAURÍ, David., PARÉS, Mark., & DOMENE, Elena. **Changing conceptions of sustainability in Barcelona's parks.** Geographical Review, Vol. 99, Nº 1, pp. 23–36, 2010.

SCHAEFER, Fred. **Exceptionalism in geography: a methodological examination.** Annals of the Association of American Geographers, Vol. 43, Nº 3, pp. 226-249, 1953.

SCHILLER, Nina, DARIEVA, Tsypylma & GRUNER-DOMIC, Sandra. **Defining cosmopolitan sociability in a transnational age. An introduction.** Ethnic and Racial Studies, Vol. 34, Nº 3, pp. 399-418, 2011.

SCHMIDT, Stephan. **Worldwide plaza: the corporatization of urban public space.** IEEE Technology and Society Magazine, Vol. 23, Nº 3, pp. 17-18, 2004.

SCHALLER, Susanna & MODAN, Gabriella. **Contesting public space and citizenship implications for neighborhood business improvement districts.** Journal of Planning Education and Research, Vol. 24, pp. 394-407, 2005.

SHEN, Yao; KARIMI, Kayvan; LAW, Stephen; ZHONG Chen. **Physical co-presence intensity: measuring dynamic face-to-face interaction potential in public space using social media check-in records.** PLOS ONE, Vol. 14, Nº 2, pp. 1-30, 2019.

SENGUPTA, Urmi. **Ruptured space and spatial estrangement: (un)making of public space in Kathmandu.** Urban Studies, Vol. 55, Nº 12, pp. 2780–2800, 2018.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto/EDUFBA, 2007.

_____. **Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, pp. 21 - 37, 2004.

SMITH, Susan. **Doing qualitative research: from interpretation to action.** In: DWYER, C. & LIMB, M. (edit.) *Qualitative Methodologies for Geographers: issues and debates.* Co-published in the United States of America by Oxford University Press inc., 198 Madison Avenue, New York, pp. 23-40, 2001.

SMITH, David. **Towards an interpretative human geography.** In: EYLES, J & SMITH, D (edit.). *Qualitative Methods in Human Geography.* Copyright by Polity Press in association with Basil Blackwell, Cambridge, Oxford, UK, pp. 255-267, 1988.

SMITH, Neil. **New city, new frontier: the lower east side.** In: SORKIN, Michael (Ed.) *Variations on a theme park: the new American city and the end of public space.* New York: Hill and Wang, pp. 61-93, 1992.

SMITHSIMON, Gregory. **Dispersing the crowd bonus plazas and the creation of public space.** *Urban Affairs Review.* Vol. 43, N° 3, pp. 325-351, 2008.

SOUZIS, A. **Momentary ambiances: psychogeography in action.** *Cultural Geographies in Practice,* Vol. 22, N° 1, pp. 193–201, 2015.

SIBER, Matt. **Visual literacy in the public space.** *Visual Communication.* Vol. 4, N° 1, pp. 5–20, 2005.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **A metrópole e a vida mental.** In: VELHO, Otávio Guilherme (org). *O Fenômeno Urbano.* Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1973.

_____. **O estrangeiro.** In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Simmel Sociologia.* São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 34. pp. 182-188, 1983.

_____. **Como as formas sociais se mantêm.** In: MORAES FILHO, Evaristo de (org). *Georg Simmel: Sociologia.* São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Sociologia do espaço.** *Estudos Avançados,* Vol. 27, N° 79, pp. 75-112, 2013

SIMMONS, Jim. **Urban systems: the new regional geography.** *Espace géographique,* Vol. 10, N° 2, pp. 135-142, 1981.

SOARES, Maria. **O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro.** *Boletim Carioca de Geografia,* Rio de Janeiro, Vol. 11, N° 3-4, 1959.

SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação.** *GEOUSP - Espaço e Tempo,* São Paulo, N° 19, pp. 93-111, 2006.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Joprg Zahar, 1993.

_____. **Inside exopolis: scenes from Orange County.** In: SORKIN, Michael (Ed.) *Variations on a theme park: the new American city and the end of public space.* New York: Hill and Wang, pp. 94-122, 1992.

SOMERS, Margaret. **Citizenship and the place of the public sphere: law, community, and political culture in the transition to democracy.** *American Sociological Review*, Vol. 58, N° 5, pp. 587-620, 1993.

SORKIN, Michael. **Introduction.** In: SORKIN, Michael (Ed.) *Variations on a theme park: the new American city and the end of public space.* New York: Hill and Wang, 1992.

_____. **See you in Disneyland.** In: SORKIN, Michael (Ed.) *Variations on a theme park: the new American city and the end of public space.* New York: Hill and Wang, pp. 205-232, 1992.

STAEHELI, Lynn. **Political geography: democracy and the disorderly public.** *Progress in Human Geography*, Vol. 34, N° 1, pp. 67-78, 2010.

STAEHELI, Lynn & MITCHELL, Don. **The people's property? Power, politics and the public.** New York: Routledge, 195 p., 2008.

STAEHELI, Lynn & MITCHELL, Don. **Locating the public in research and practice.** *Progress in Human Geography*, Vol. 31, N° 6, pp.792-811, 2007.

STAEHELI, Lynn & THOMPSON, Albert. **Citizenship, community, and struggles for public space.** *Professional Geographer*, Vol. 49, N° 1, pp. 28-38, 1997.

STANFIELD, E. & Stanfield & RIEMSDIJK, Micheline. **Creating public space, creating 'the public': immigration politics and representation in two Copenhagen parks.** *Urban Geography*, Vol. 0, pp. 1-20, 2019.

STEEG, Marianne. **Rethinking the conditions for a public sphere in the European Union.** *European Journal of Social Theory*, Vol. 5, N° 4, pp.499–519, 2002.

STEPHEN, Awoniyi. **Design problem analysis and process. A case of technology-augmented problem decomposition in analysis and understanding of public space.** *The Design Journal*, Vol. 20, N° 1, pp. 324-336, 2017.

STEVENS, Stan. **Fieldwork as commitment.** *The Geographical Review*, Vol. 91, N° 1-2, pp.66-73, 2001.

STODDARD, David. **Field techniques and research methods in geography.** Copyright by National Council for Geographic Education. KENDALL/HUNT Publishing Company, Dubuque, Iowa, 1982.

SUNDBERG, Julia. **Masculinist epistemologies and the politics of fieldwork in Latin Americanist geography.** *The Professional Geographer*, Vol. 55, N° 2, pp. 180–190, 2003.

TAN, Kok-Cho. **Justice without borders cosmopolitanism, nationalism, and patriotism.** Cambridge and New York: Cambridge University Press, p. 219, 2004.

TCHOUKALEYSKA, Roza. **Public space and memories of migration: erasing diversity through urban redevelopment in France.** *Social & Cultural Geography*, Vol. 0, pp. 1-19, 2016.

- TEIXEIRA, Marlene & MACHADO, Rosa. **Conceito de bairro: unidade popular ou técnica?** Anuário do Instituto de Geociências, UFRJ, pp. 66-71, 1986.
- TERZI, Cédric & TONNELAT, Stéphane. **The publicization of public space.** Environment and Planning A, Vol. 0, N° 0, pp. 1–18, 2017.
- TILL, Karen. **Returning home and the field.** The Professional Geographer, Vol. 55, N° 2, pp. 46-56, 2001.
- TOOLIS, Erin. **Theorizing critical placemaking as a tool for reclaiming public space.** Am J Community Psychol, Vol. 0, pp. 1–16, 2016.
- TORRONEN, Jukka & KARLSSON, Thomas. **Moral regulation of public space and drinking in the media and legislation in Finland.** Contemporary Drug Problems 32/Spring, pp. 93-126, 2005.
- TOTRY-FAKHOURY, Maisa & ALFASI, Nurit. **When contradicting public space regimes collide: the case of palestinian israeli towns.** The geographical journal, Vol. 184, pp. 429–442, 2018.
- TRENZ, Hans & EDER, Klaus. **The democratizing dynamics of a European public sphere towards a theory of democratic functionalism.** European Journal of Social Theory, Vol. 7, N° 1, pp. 5–25, 2004.
- TUAN, Yi-Fu. **Life as a field trip.** The Geographical Review, Vol. 91, N° 1-2, pp. 41-45, 2001.
- TYNDALL, Adam. **‘It’s a public, I reckon’: publicness and a suburban shopping mall in Sydney’s southwest.** Geographical Research, Vol.48, N° 2, pp. 123–136, 2010.
- ULLMAN, Edward. **A theory of location for cities.** Reprinted from The American Journal of Sociology, Vol. 46, pp. 853-864, 1941.
- _____. **Geography as spatial interaction.** Seattle and London: University of Washington Press, 231 p, 1980.
- VALE, Lawrence. **Securing public space.** Places, Vol. 17, N° 3, pp. 38-42, 2006.
- VALENTINE, Gill. **Living with difference: reflections on geographies of encounter.** Progress in Human Geography, Vol. 32, N° 3, pp. 323-337, 2008.
- VALENTINE, Gill & WAITE, Louise. **Negotiating difference through everyday encounters: the case of sexual orientation and religion and belief.** Antipode, Vol. 44, N°. 2, pp 474–492, 2010.
- VALENTINE, Gill; PIEKUT, Aneta & HARRIS, Catherine. **Intimate encounters: the negotiation of difference within the family and its implications for social relations in public space.** The Geographical Journal, Vol. 181, N° 3, pp. 280–294, 2015.
- VALENTINE, Gill & HARRIS, Catherine. **Encounters and (in)tolerance: perceptions of legality and the regulation of space.** Social & Cultural Geography, Vol. 0, pp. 2-20, 2016.

VASCONCELOS, Pedro. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editus, 596 p., 1999.

VELHO, Gilberto. **Entrevista com Gilberto Velho**. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, Nº 28, pp. 183-210, 2001.

VALLANCE, Suzanne; DUPUIS, Ann; THORNS, David & EDWARDS, Sarah. **Temporary use and the onto-politics of 'public' space**. *Cities*, Vol. 70, pp. 83–90, 2017.

VERMEREM, Patrice. **Equality and democracy**. *Diogenes*, Vol. 55, Nº 55, pp. 337-348, 2008.

VIDERMAN, Tihomir & KNIERBEIN, Sabine. **Reconnecting public space and housing research through affective practice**. *Journal of Urban Design*, Vol. 23, Nº 6, pp. 843-858, 2018.

VIGNESWARAN, Dashan; IVESON, Kurt & LOW, Setha. **Problems, publicity and public space: a resurgent debate**. *Environment and Planning A*, Vol. 49, Nº 3, pp. 496-502, 2017.

VISSCHER, Sven & BIE, Maria. **Recognizing urban public space as a co-educator: children's socialization in Ghent**. *International Journal of Urban and Regional Research*. Vol. 32, Nº 3, pp. 604–616, September 2008.

VOYCE, Malcolm. **Shopping malls in Australia: the end of public space and the rise of 'consumerist citizenship'?** *Journal of Sociology*, Vol. 42, Nº 3, pp. 269-286, 2006.

WALEY, Paul. **Parks and landmarks: planning the Eastern Capital along western lines**. *Journal of Historical Geography*, Vol. 31, pp. 1-16, 2005.

WALSH, Tamara. **Who is the 'public' in public space? A Queensland perspective on poverty, homelessness and vagrancy**. *Alternative Law Journal*, Vol 29, Nº 2, pp.81-86, 2004.

WANG, Di. **Street culture public space and urban commoners in Late-Qing Chengdu**. *Modern China*, Vol. 24, Nº 1, pp. 34-72, 1998.

WATSON, Sophie. **The magic of the marketplace: sociality in a neglected public space**. *Urban Studies*, Vol. 46, Nº 8, pp. 1577-1591, 2009.

WELLS, James; BUCKELEY, Geoffrey & BOONE, Christopher. **Separate but equal? Desegregating Baltimore's golf courses**. *The Geographical Review*, Vol. 98, Nº 2, pp. 151-170, 2008.

WIDHOLM, Andreas. **The sociality of public space broadcasting during media events. Convergence**. *The International Journal of Research into New Media Technologies*, Vol. 0, pp. 1–15, 2015.

WILSON, Denis. **Comments on 'the decline of fieldwork in human geography'**. *Professional Geographer*, Vol. 42, Nº 2, pp. 221-223, 1990.

WHITE, William. **The social life of small urban spaces**. New York: Project of Public Spaces 153 Waverly Place, 1980.

- WILSON, Helen. **On geography and encounter: bodies, borders, and difference.** Progress in Human Geography, Vol. 0, pp. 1–21, 2016.
- WINNER, Langdon. **Silicon Valley mystery house.** In: SORKIN, Michael (Ed.) Variations on a theme park: the new American city and the end of public space. New York: Hill and Wang, pp. 31-60, 1992.
- WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida.** In: VELHO, Otávio Guilherme (org). O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1973.
- WOCHNIK, Jelena. **Urban geographies of refugee journeys: biopolitics, neoliberalism and contestation over public space in Belgrade.** Political Geography, Vol. 67, pp. 65–75, 2018.
- WRIGHT, John. **A plea for the history of geography.** In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. (ed.). Human Geography: an essential anthology. Blackwell Publishers, Oxford, pp. 25-36, 2001.
- WYATT, Robert, KATZ, Elihu & KIM, Joohan. **Bridging the spheres: political and personal conversation in public and private spaces.** Journal of Communication, pp. 71-92, 2000.
- YAVUZ, Nilay & WELCH, Eric. **Addressing fear of crime in public space: gender differences in reaction to safety measures in train transit.** Urban Studies Journal, Vol. 47, N° 12, pp. 2491–2515, 2010.
- YE, Junjia. **Re-orienting geographies of urban diversity and coexistence: analyzing inclusion and difference in public space.** Progress in Human Geography, Vol. 43, N° 3, pp. 478–495, 2019.
- YILMAZ, Meltem. **Public space and accessibility.** International Journal of Architecture & Planning, Vol. 6, Special N°, pp. 01-14, 2018.
- YOON, Heeyeun and SRINIVASAN, Sumeeta. **Are they well situated? Spatial analysis of privately-owned public space, Manhattan, New York city.** Urban Affairs Review, Vol. 51, N° 3, pp. 358–380, 2015.
- YOUNG, Craig; DIEP, Martina & DRABBLE, Stephanie. **Living with difference? The ‘cosmopolitan city’ and urban reimagining in Manchester, UK.** Urban Studies, Vol. 43, N° 10, pp. 1687–1714, 2006.
- ZAMANIFARD, Hadi; ALIZADEH, Tooran; BOSMAN, Caryl. **Towards a framework of public space governance.** Cities, Vol. 78, pp. 155–165, 2018.
- ZELINSKY, Wilbur. **The geographer as voyeur.** The Geographical Review, Vol. 91, N° 1-2, pp. 1-8, 2001.
- ZARKAR, Rustin. **A mural erased: urban art, local politics and the contestation of public space in Mashhad.** Urbanization, Vol. 1, N° 2, pp. 166–179, 2016.
- ZHANG, Xuefan. **Identifying consumerist privately owned public spaces: the ideal type of mass private property.** Urban Studies, Vol. 54, N° 15, pp. 3464-3479, 2017.
- ZUKIN, Charon. **The cultures of cities.** Oxford, Blackwell, 1995.

_____. **Naked city: the death and life of authentic urban places.** Oxford; New York: Oxford University Press, 2010.

ZUSMAN, Perla. **La tradición del trabajo de campo en geografía.** Geograficando, Vol. 7, N° 7, pp. 15-32, 2011.

Anexos

Instrumentos

Metodológicos

Espaço público		Manual de observação A
Localização		
Situação		
Forma e características do sítio		
Tamanho		
Uso do solo no entorno		
Unidades morfo-comportamentais		
Elementos polarizadores		
Descrição geral: ritmos de uso, atividades e especificidades		

Espaço público

Observador:		Data:		Horário:	
Local:			Condições do tempo		
Unidade morfo-comportamental					
Descrição geral do que ocorre na unidade morfo-comportamental					

Número aproximado de indivíduos:					Fotos
(1) 10-20	(2) 21-50	(3) 51-100	(4) >100	(5) Multidão	

Perfil sociodemográfico dos indivíduos <i>(preencher com o nº aproximado)</i>				Fotos
	Crianças	Jovens	Adultos	Idosos
Homem				
Mulher				

Tempo médio de permanência no local <i>(perguntar aos integrantes)</i>	Período do dia em que permanece no local <i>(perguntar aos integrantes)</i>
Menos de uma hora	Manhã - (06:00 – 12:00)
Uma hora	Tarde - (12:00 – 18:00)
Duas horas	Noite - (18:00 – 00:00)
Três a cinco horas	Madrugada – (00:00-06:00)
Mais de cinco horas	

Comportamentos e morfologias			
Formas de Interação	Posição na relação com a morfologia	Número de indivíduos	Fotos

Figura 119: Anexo 3 (questionário)

QUESTIONÁRIO DOS FREQUENTADORES				
Nº do questionário		Praça		
Data	Horário			
Unidade morfo-comportamental				
CARACTERIZAÇÃO				
Sexo	Masculino	Feminino		Idade:
Grau de instrução	Fundamental			
	Médio			
	Superior			
	Técnico			
	Pós-graduação			
	Nunca frequentou a escola			
Ocupação principal	Empregado com carteira			
	Empregado sem carteira			
	Dono de empresa			
	Procurando emprego			
	Autônomo			
	Dono (a) de casa			
	Estudante			
	Aposentado			
	Funcionário público			
Bairro/Município de origem <i>(onde o entrevistado estava antes de vir)</i>				
Bairro/Rua de residência <i>(onde o entrevistado reside)</i>				
Frequência de uso desse espaço público	1 vez ao mês		2 ou 3 vezes por semana	
	Algumas vezes ao mês		Quase todos os dias	
	1 vez por semana		Eventualmente	
Período da Semana	Durante a semana			
	Fim de semana			
	Qualquer dia			
O que você veio fazer nesse espaço público hoje?				
O que você está fazendo nesse ponto específico em que estamos agora?				
Você tem o costume de frequentar outros espaços públicos do bairro ou da cidade? Quais?				

ENTREVISTA ESTRUTURADA
1- Você tem o costume de visitar diferentes espaços públicos do seu bairro e/ou da cidade do Rio de Janeiro? Caso a resposta seja não, por quê? Sim () Não ()
2- Em uma escala de 0 a 5, em que 5 representa a maior frequência de uso, 1 a menor frequência de uso e 0 a não utilização, que números você associaria aos seguintes espaços públicos: () Praças; () Parques; () Calçadões; () Centros comerciais; () Praias; () Largos; () Calçadas; () Ruas de veículos; Ciclovias (); Outros:
3- Quando você vai a esses espaços públicos o que você costuma fazer, que atividades você costuma realizar? Citar o maior número possível de atividades.
4- O que você acha que te atrai nesses espaços? Ou seja, que características específicas os espaços públicos têm que fazem você se dirigir a eles em detrimento de outros espaços como, por exemplo, espaços privados?
5- Você acha que esses espaços públicos são frequentados por todos os “tipos” de pessoas, isto é, pessoas de todas as idades, sexos, gêneros, classes sociais, origens étnicas, de diferentes localidades da cidade etc.? () Sim () Não
6- Quando você vai a esses espaços, há alguma forma de uso ou apropriação da qual você não goste? Quais e por quê?
7- A presença de algum “tipo” de frequentador te incomoda? Se sim, quem e por quê?
8- O que você pensa em relação à população em situação de rua que frequenta os espaços públicos?
9- O que você pensa em relação ao comércio de rua (ambulantes e fixos) que utilizam os espaços públicos?
10- Você costuma frequentar feiras públicas que são realizadas nos espaços públicos? () Sim () Não
11- Você considera os espaços públicos lugares “seguros” para se frequentar? Se não, por quê, o que você considera “perigoso”?
12- O que você pensa em relação à presença ostensiva de agentes de segurança pública e/ou privados nos espaços públicos?
13- Em uma escala de 0 a 5, em que 5 representa a maior importância, 1 a menor importância e 0 nenhuma importância, qual a importância dos espaços públicos para a existência das seguintes atividades? () Protestos; () Interação social; () Deslocamentos; () Encontrar desconhecidos; () Compras; () Lazer; () Atividades físicas; () Encontrar amigos, familiares e conhecidos
14- Você tem o costume de conversar com outras pessoas (conhecidas e/ou desconhecidas) quando vai aos espaços públicos? () Sim () Não
15- Caso a resposta anterior seja sim, em uma escala de 0 a 5, em que 1 representa a menor frequência e 5 a maior frequência, sobre que temas você costuma conversar? () Política; () Economia; () Esportes; () Sociedade; () Assuntos pessoais e familiares; () Televisão, internet etc.; () Temas relacionados ao seu bairro, à sua cidade ou ao seu país

Figura 121: Anexo 5 (crachá de identificação)

Andre Felix de Souza
Doutorando do programa de pós-graduação em geografia da UFRJ
andrefelix_rj@hotmail.com

Pesquisa de doutorado que versa sobre a importância dos espaços públicos para a existência de sociedades democráticas.

OBS: nenhum dado (foto, vídeo, questionário ou entrevista) será exposto em meio público, ninguém será identificado ou exposto no documento da tese.



Figura 122: Anexo 6 (mosaico de fotografias cadernetas de campo)

